LUCAS LANCASTER

SÃO LUÍS

O REI DA COROA DE ESPINHOS

3ª EDIÇÃO

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

SÃO LUÍS

O REI DA COROA DE ESPINHOS

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

LUCAS LANCASTER

SÃO LUÍS
O REI DA COROA DE ESPINHOS

3.ª EDIÇÃO

Digitalizado com CamScanner

Copyright © 2025 | Caravelas

SÃO LUIS: O REI DA COROA DE ESPINHOS

Lucas Lancaster

Colaboração: Marcelo Andrade
Gabriel de Paula
Coordenação: Erisberto Filho
Diagramação: Matheus Irazábal
Francisco Cláudio M. Silva
Capa: Gabriel de Bastos
Imagem da Capa: São Luís, rei da França. Jean-Auguste-Dominique Ingres (1780–1867).

L244
Lancaster, Lucas.
São Luís : o rei da coroa de espinhos / Lucas Lancaster. — 3. ed. — São José dos Campos : Caravelas, 2025.
772 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-6036-947-4

1. Luis IX, Rei da França, 1214-1270 - Biografia. 2. Santos cristãos - Biografia. 3. França - Reis e governantes - Biografia. 4. Igreja católica - França - História - Séc. XIII. I. Título.

CDD23: 923.144

© 2025 | Editora Caravelas, Brasil.
Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem permissão expressa do editor. Os direitos desta obra em Língua Portuguesa pertencem à:
Editora Caravelas | São José dos Campos-SP
editoracaravelas@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

"Nele culminam e se realizam todas as virtudes que mil e duzentos anos de cristianismo fizeram germinar no homem. Ele domina e ilumina a sua época, a ponto de falsear um pouco a perspectiva e beneficiar com os seus méritos todo o século XIII. [...] Aos olhos da posteridade, São Luís não se tornou somente o tipo ideal de homem que a Idade Média concebeu, mas também uma dessas figuras insuperáveis que são, no decorrer dos tempos, os penhores da grandeza humana [...] Não tenhamos dúvidas: em qualquer condição em que tivesse se encontrado pelo nascimento, teria sido aquilo que acabamos de ver: um cristão perfeito, um justo segundo o coração de Cristo, um santo. A Providência fez com que, no posto que ocupou, a sua figura fosse especialmente significativa e luminosa. Reconhecemos nele o mais completo exemplo do que a fé cristã — essa característica dominante da Idade Média — podia fazer a um homem, quando ele se submetia inteiramente às exigências dessa fé e, por isso mesmo, atingia o ápice da condição humana."

Daniel-Rops

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

A meu avô Edson,

Ao Sagrado Coração de Jesus e ao
Imaculado Coração de Maria, para que
usem esta obra da maneira que melhor
lhes aprouver.

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

ORAÇÃO A SÃO LUÍS

Adaptada de Henri Bordeaux, *Vie, mort et survive de Saint Louis*, p. 511-512

Vós que, usando a coroa real antes de receber de Roma a auréola da santidade, permitistes que cada um de vossos súditos se aproximasse de vós, seja em vosso palácio de Paris ou nas viagens através de vossas províncias ou sob o carvalho de Vincennes, e manifestastes preferência aos mais humildes e desfavorecidos, ouvi a nossa oração.

Vós que governastes a França para lhe trazer a paz, a equidade e o amor, vinde hoje ajudá-la, a fim de restaurar as ruínas da guerra, restabelecer nela a justiça e a união, a concórdia e a amizade de uns pelos outros.

Vós que estendestes vossa solicitude a toda Cristandade, salvai a Europa que agora a substitui por ameaças de destruição que lhe são impostas pelas invenções científicas a serviço do ódio e dai-lhe a segurança, restaurando nela o sentido da comunidade espiritual.

Vós que pelas missões religiosas que, sucedidas das Cruzadas, desejastes evangelizar os infiéis, atraí para a lei de Cristo os continentes que ainda a ignoram.

Digitalizado com CamScanner

Vós que honrastes no papado a representação divina no meio dos homens, protegei o Soberano Pontífice e com ele seus bispos e nosso clero secular e regular.

Vós que destes o exemplo de castidade e paciência no matrimônio, de afeição e de vigilância na educação paterna, vigiai os nossos lares e o futuro de nossos filhos.

Vós que não cessastes de buscar a paz em vós e ao vosso redor, dai-nos essa paz interior que se tornou mais necessária do que nunca nos problemas quotidianos e no aumento de preocupações e dificuldades da vida.

Vós que exercestes com tanta força, sabedoria e escrúpulo o mais difícil dos ofícios, o de Rei, fazei com que cumpramos com alegria e com toda consciência nossos deveres de profissão, compreendendo e aceitando as responsabilidades que eles impõem.

Vós, que a cada momento fostes consumido pela chama da caridade, inspirai-nos esse amor que transfigura o opróbrio do corpo e a mancha da alma, que nos permite vencer as repugnâncias e tratar o próximo como a nós mesmos e os pobres como enviados por Deus.

Então podemos esperar vos encontrar no reino celestial...

Digitalizado com CamScanner

Sumário

Introdução 23

Nota sobre as fontes 31

Capítulo 1 - A Época Cristã do Mundo 35

1. As origens da Cristandade 36
2. Santo Agostinho: o mentor da Cristandade 40
3. A formação da Cristandade 43
4. O que era a Cristandade? 55
   a) O aspecto basilar da cosmovisão medieval 58
   b) A ordenação do temporal ao espiritual 59
   c) A unidade das nações cristãs 66
5. O edifício político-social da Cristandade Medieval 78
   a)A formação do feudalismo 79
   b) O sistema feudal em seu apogeu 83
   c)A autoridade régia na Cristandade 87
   d) A sociedade medieval 94
6. Da base ao topo: a fé 105
   a) Como se vivia a fé na Cristandade? 106
   b) Um mundo repleto de santos 111
7. Renascimento cultural e vitalidade civilizacional 114
8. O verdadeiro triunfo da Cristandade 120

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO 2 - DO NASCIMENTO AO CASAMENTO 127

1. Filha mais velha da Igreja: a França que São Luís herdou 128

2. São Luís, filho da Espanha 145

3. O reinado do pai 150

4. A coroação de São Luís 154

5. O exemplo materno 158

6. Uma difícil menoridade 164

7. O jovem fervoroso e devoto 173

8. O temperamento irascível: o caso do bispo de Beauvais 180

CAPÍTULO 3 - DO CASAMENTO À CRUZADA 187

1. Margarida da Provença 187

2. O casamento e a família 192

3. A guerra de Saintonge: o conflito com o rei da Inglaterra 201

4. "Deem-me a cruz!" 211

5. A preparação da cruzada 214

6. Para Jerusalém! 224

CAPÍTULO 4 - A CRUZADA DE SÃO LUÍS 231

1. Cruzadas: um longo caminho... 232

2. O ideal de cruzada 241

3. Da França ao Egito 250

4. A captura de Damieta 256

5. A Batalha de Mansurá 262

Digitalizado com CamScanner

6. O terrível cerco nos campos
de Mansurá e a batalha de Fariskur268
7. A resistência de Margarida da Provença 274
8. O cativeiro de São Luís 277
9. Do Egito à Terra Santa 287
10. Rei dos estados cruzados 293
11. A morte da mãe 299
12. São Luís enterra os mortos em Sidônia
e retorna para a França 306
13. A viagem de volta 310

CAPÍTULO 5 - A VIDA ESPIRITUAL DE SÃO LUÍS 319
1. A espiritualidade católica e o caminho espiritual de São Luís 319
2. Como São Luís se tornou São Luís: a Noite Escura 325
3. A vida na graça e o horror ao pecado mortal 335
4. Da base ao topo: a fé católica 338
5. Sob o olhar de Deus: a Oração 341
6. A vida sacramental 348
7. A coroa de espinhos 352
8. Ascese e penitência 357
9. O comportamento irrepreensível e as boas amizades 364
10. A Santíssima Virgem e os santos 368
11. Alimentado na verdade:
os sermões, as conversas e as leituras espirituais 372
12. *Sainte-Chapelle*: alma de São Luís 378
13. A chama viva de amor 384

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO 6 - NO CAMINHO DE SÃO FRANCISCO 399
1. O espírito franciscano 399
2. Um rei franciscano? 408
3. A humildade de São Luís e seu desprezo pelas coisas mundanas 410
4. O cuidado com os pobres e indigentes 417
5. As fundações religiosas e caritativas e as grandes doações 422
6. Os doentes e leprosos 428
7. O compassivo coração de São Luís 432
8. São Luís e os muçulmanos 436
9. Na cruz está a explicação 437

CAPÍTULO 7 - SÃO LUÍS EM FAMÍLIA 441
1. A esposa 442
2. Os filhos 451
3. Entre consolos e problemas: os irmãos 458
4. Como era São Luís? 462

CAPÍTULO 8 - "O MELHOR REI QUE O MUNDO CONHECEU" 469
1. A dúvida de São Luís 473
2. Um santo rei: o mistério de São Luís 476
3. O modelo de cavaleiro cristão 481
4. Como São Luís governava? 486
5. O modelo oposto: Frederico II 498

Digitalizado com CamScanner

Parte I: São Luís e a Justiça 505
1. A reforma da administração real 507
2. O governo dos melhores 515
3. A reforma do direito e a questão feudal 519
4. Sob o carvalho de Vincennes 522
5. Imparcialidade de São Luís 527
6. Justiça e misericórdia 530
Parte II: São Luís e a Ordem Cristã 532
1. Estado e Igreja no reinado de São Luís 533
2. Evangelizando os batizados 542
3. A expansão da fé: a evangelização de mongóis e muçulmanos 545
4. A defesa da fé: os hereges e a Inquisição 551
5. A moralização da sociedade 556
6. São Luís e os judeus 559
7. A política econômica e monetária de São Luís 564
8. A gestão das cidades e do trabalho 568
9. A cultura e o pensamento 572
10. São Luís e a Catedral 578
Parte III: São Luís e a Paz 586
1. A paz com os vizinhos 589
a) A paz com Aragão 589
b) A paz com a Inglaterra 592
c) As relações com outros reinos cristãos 599

Digitalizado com CamScanner

2. A pacificação do reino 600
3. O árbitro da Cristandade 604
4. São Luís, o senhor do Ocidente 607

CAPÍTULO 9 - DO HORTO AO CALVÁRIO: A PAIXÃO DE SÃO LUÍS 617

1. A perda do filho 617
2. No Monte das Oliveiras 619
3. O flagelo das doenças 623
4. Os espinhos da coroa 625
5. A última cruzada: São Luís toma a cruz pela derradeira vez 629
6. Uma penosa *Via Crucis* 639
7. Nessa África de mártires... 647
8. "Preciosa é diante do Senhor a morte de seus santos" 652

CAPÍTULO 10 - POSTERIDADE E LEGADO DE SÃO LUÍS 665

Parte I: Da morte à canonização 665

1. O retorno à França 665
2. Os milagres e as aparições 673
3. O processo de canonização 679

Parte II: A posteridade de São Luís 686

1. O destino das relíquias 686
2. Os companheiros 690
3. Os descendentes 693

Parte III: O legado de São Luís 701
1. São Luís nas memórias francesa e cristã 701
2. A missão espiritual da França 709
3. O santo que é a antítese do homem moderno 715
4. Por que os católicos de hoje devem se lembrar de São Luís? 720

Apêndices 735
Instruções de São Luís à sua filha Isabella 735
Instruções de São Luís ao seu filho Filipe 737

Genealogias 741
1. Ancestrais e descendentes imediatos de São Luís 744
2. Ancestrais de São Luís reinantes na França 746
3. Descendência de São Luís — Parte I — os reis da França 748
4. Descendência de São Luís — Parte II — a Casa Imperial Brasileira 750
5. São Luís e os reis da Inglaterra 752

Bibliografia 753

Onomástico 765

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

INTRODUÇÃO

Houve um tempo em que o soberano mais poderoso do Ocidente era um santo. Para a posteridade seu nome sempre representou sinônimo de grandeza, justiça e magnanimidade, e para a Igreja Católica evocaria perpetuamente a recordação do "rei com a qual ela sonhou".[1]

Chamava-se Luís, e nasceu em Poissy, nos arredores de Paris, em 25 de abril de 1214, filho do rei Luís VIII da França e de Branca de Castela. Destinado a governar o reino mais importante da Cristandade, foi coroado em Reims, em 29 de novembro de 1226, como rei Luís IX da França. Foi o 35º a sentar-se no trono dos merovíngios, carolíngios e capetos, e portaria a coroa francesa por quase quarenta e quatro anos até 25 de agosto de 1270, dia em que, nas ruínas de Cartago, na atual Tunísia, rendeu a alma a Deus.

Herdeiro de uma grandiosa tradição, da qual seria a maior expressão, era, por parte de pai, sucessor de Clóvis e de Carlos Magno — e mais belo lírio do florido jardim da Casa de Capeto —, e por parte de mãe era filho da "cruzada espanhola", da Reconquista, a guerra que forjaria as nações ibéricas. Mas não hauriu Luís IX a sua glória de sua invejável herança sanguínea, que o tornava filho de príncipes, reis e imperadores; pois, por áurea que tenha sido a sua estirpe, foi ele mesmo quem a levou ao cume por coroá-la com a auréola da santidade.

Com efeito, a história o conheceu e sempre o conhecerá, com o beneplácito da Igreja, como *São Luís*, o rei santo da França. Ele conquistou, escreve o padre Rohrbacher, "o amor e a admiração do céu e da terra, o amor e a admiração dos séculos e de todos os povos; a Igreja de Deus

1 Zeller, cap. IX, p. 426.

Digitalizado com CamScanner

honra-o entre seus santos que reinam no reino do céu, espalhando glória imortal sobre sua posteridade e sobre a França."[2] E ele não se tornou, diz Daniel-Rops, "somente o tipo ideal de homem que a Idade Média concebeu, mas também uma dessas figuras insuperáveis que são, no decorrer dos tempos, os penhores da grandeza humana". E acrescenta: "é preciso falar dele com um sentimento de respeito e de verdadeira afeição".[3]

Não é possível tratar de São Luís com indiferença, e mesmo o mais cético dos historiadores falharia se tentasse. A historiografia contemporânea, tão pródiga em produzir biografias depreciativas e por vezes satíricas dos grandes do passado, não ousou tocar em sua memória, escreve Le Goff,[4] e mesmo os mais furibundos inimigos do que São Luís representou, como Voltaire, não hesitam em considerar que "não é possível ao homem levar mais longe a virtude".[5]

A história, aceitem ou não as novas correntes historiográficas, é feita pelos grandes homens: pelo sábio, pelo gênio, pelo conquistador, pelo combatente, pelo santo. Conhecendo-os, conhecemos as eras. Por intermédio deles, as várias idades da humanidade revelam-se naquilo que de melhor souberam produzir. E, através de São Luís, conhecemos a "época cristã do mundo", a Cristandade Medieval, em cujo apogeu ele nasceu. Foi contemporâneo de São Francisco e de São Domingos, de Santo Tomás e São Boaventura; viveu no clímax da era feudal e da era das cruzadas, e foi, segundo os estudiosos unanimemente afirmam, a expressão mais reveladora e significativa daquele tempo.

Mas é árdua tarefa para o biógrafo apresentar ao público esta personalidade por muitos esquecida e que, quando é lembrada, é-o muito modestamente. Tratar dela envolve grande dificuldade: Luís não é apenas um personagem das crônicas e dos anais medievais, mas um santo, alguém em

---

2 Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, p. 571.

3 Daniel-Rops, t. 3, p. 325.

4 Le Goff, 2010, Conclusão, p. 792.

5 *Apud* Le Goff, 2010, Introdução, p. 17.

quem a Igreja Católica reconheceu um modelo não apenas para seu tempo, mas para todos os tempos. A nós, não havia de fato alternativa senão a de procurar ler a sua vida como ele gostaria que ela fosse lida: à luz da fé católica. Assim, se por um lado essa obra pretende satisfazer plenamente o desejo dos que buscam conhecer o personagem histórico, por outro nos parece impossível atingir esse intento por meio de uma leitura laica de sua vida. Além de vilipendiosa, seria fadada ao fracasso a tentativa de laicizar tal indivíduo, que "teve a fé por pedra angular"[6] e cuja existência esteve do início ao fim permeada "pela firme convicção de em breve pertencer ao céu."[7]

O leitor adquirirá sólido conhecimento a respeito do homem Luís IX — com todos os aspectos mais humanos, mais *terre-à-terre* daquele rei —, mas sem perder de vista o que o movia e que, ao cabo, explica toda a sua vida: a ação da graça de Deus, que o guiou desde o berço, moldou-o pelas dores e dificuldades, e possibilitou-lhe ser simultaneamente o místico orante da Sainte-Chapelle, o humilde esmoler que lavava os pés dos mendigos, o corajoso guerreiro nos desertos egípcios e o rei mais poderoso da Cristandade.

Este livro conduzirá o leitor em uma viagem pela alma de São Luís, partindo da convicção de que somente uma ação muito particular do Espírito Santo pode explicar a vida deste rei, que amou a Deus e trilhou como poucos o caminho da deificação; e fará descobrir o que nesta vida tão cheia de sentido deve, segundo a Igreja, servir de modelo. Esta obra intenta desvelar a pessoa de São Luís em todos os seus aspectos — espiritual e temporal — sem fragmentá-lo, compreendendo como ele conseguiu "conciliar o realismo político e a mística"[8] a ponto de brilhar para a posteridade tanto como um grande rei quanto como um grande santo.

Procurou-se, ademais, não deixar de situar com clareza São Luís no seu tempo. Conduziremos pela mão o leitor (sem exigir dele prévia

---

6 O'Connell, cap. I, p. 128.

7 Daniel-Rops, t. 3, p. 325.

8 Bordonove, Introdução, p. 12.

Digitalizado com CamScanner

e profunda familiaridade com a história medieval e a história francesa) àquele mundo remoto e à tradição de que o santo rei era herdeiro. Com este objetivo, o capítulo 1 dedica-se a apresentar a Cristandade Medieval, desde suas origens nos primórdios da Igreja até as reformas que, no século XI, possibilitaram seu decisivo desabrochar. Mostraremos o que era a Cristandade, em que ela se alicerçava e como se davam as relações entre as nações cristãs sob sua égide. Para que se compreenda que tipo de governo São Luís exerceu — um governo em tudo inserido no que se convencionou chamar "mundo feudal" —, explicaremos como os reinos cristãos da Idade Média se organizavam e faremos um esboço da sociedade feudal. O leitor conhecerá, ainda, o modo como a fé era vivida naquele tempo, assim como as mais perenes e significativas expressões do espírito medieval.

Como o santo rei não é apenas fruto de uma época, mas de uma tradição nacional em vias de consolidar-se, o capítulo 2 inicia-se apresentando o reino que ele recebeu e a progressiva edificação da França pela Igreja e pelos ancestrais de São Luís, sobretudo pela dinastia capetiana, da qual foi o nono monarca, e da qual herdou as mais elevadas qualidades para ser um grande rei. Esse capítulo tratará, ainda, do nascimento de São Luís, de sua infância, do breve reinado do seu pai, assim como de sua ascensão e coroação, aos doze anos, em 1226. Demonstraremos a importância de sua admirável mãe, Branca de Castela, para que o rei tenha sido o que foi, e falaremos das imensas dificuldades que mãe e filho enfrentaram durante a menoridade, e de como, por volta dos vinte anos, Luís era já dotado, ainda que de modo imperfeito, de muitas das grandes virtudes que irromperiam luminosas durante sua maturidade.

O capítulo 3 estuda o período da vida de São Luís que se inicia com seu casamento com Margarida da Provença, em 1234, passando pela guerra que o opôs à coroa inglesa e aos barões rebeldes do oeste do reino, pela sua resolução de cruzar-se em 1244, pelos preparativos para a Sétima Cruzada, até a efetiva partida do rei para o Oriente, em 1248.

Após uma sucinta apresentação do que foram as cruzadas, do que as motivou, de quais foram seus resultados, de qual espírito as movia, assim

como das luzes e sombras dessa epopeia medieval, o capítulo 4 mergulha o leitor na heroica campanha que São Luís empreendeu no Egito, na qual, tendo obtido inicialmente grandes vitórias, sofreu uma desoladora derrota que lhe valeu o cativeiro. O capítulo 4 também dará a conhecer como foram os quatro anos que São Luís passou na Terra Santa, nos quais se dedicou a dar uma sobrevida aos estados cruzados do Levante, e como foi o seu retorno à França em 1254.

O capítulo 5 trata da vida espiritual de Luís IX, examinando, sob o prisma da doutrina de dois dos maiores místicos da história, a patente transformação operada na alma do rei durante a cruzada — de cristão fervoroso em verdadeiro santo. Esse capítulo mostrará, a partir das detalhadas informações que nos chegaram, como o santo rei vivia a fé, a sua vida de oração, a sua prática sacramental e penitencial, o seu amor por tudo quanto dizia respeito à religião; e desvelará aquele aspecto primordial da sua espiritualidade: a mística união ao Divino Crucificado, expressa na santa relíquia da Coroa de Espinhos e no monumento que ergueu para ela, e cujo nome estará sempre associado ao de São Luís — a *Sainte-Chapelle*.

Escolhido como copadroeiro da Ordem Terceira Franciscana, e chamado por muitos de "o São Francisco leigo", São Luís foi influenciado pelo benéfico impacto que o "pobrezinho de Assis" causara na Cristandade no começo do século XIII. A humildade do rei, seu amor e cuidado com os pobres e doentes, seu despojamento e liberalidade, sua doação generosa ao próximo, e tudo quanto parece ter aprendido de São Francisco, e aplicado com tanta generosidade, será dado a conhecer no capítulo 6.

A vida familiar de São Luís será apresentada no capítulo 7 — a relação com sua esposa, com seus filhos, com seus irmãos, com aqueles que o cercavam e formavam seu círculo íntimo —, além de uma tentativa de descrever a pessoa de Luís IX a partir dos relatos daqueles que lhe foram próximos.

No capítulo 8 será detalhadamente examinado o reinado de São Luís, que Jacques Bainville, em sua referencial *Histoire de France*, não

Digitalizado com CamScanner

hesita em chamar de "um fenômeno de uma incomparável beleza, único na história".[9] Após alguns subcapítulos introdutórios, nos quais serão apresentados os fundamentos de seu governo e o modo como exercia o poder, o capítulo se divide em três partes. A primeira evidencia o zelo de São Luís para com a justiça. A segunda parte evidencia o esforço de São Luís para ordenar tudo quanto lhe estava confiado à ordem natural das coisas e à finalidade sobrenatural do homem, varrendo de seu reino tudo o que ofendesse a majestade divina, colocando seus súditos no bom caminho da salvação e colaborando com a Igreja na defesa e na propagação da fé, mas sem negligenciar um instante sequer o bem-estar de seu povo e os interesses da França. E a terceira parte dá a conhecer como São Luís, enquanto promotor da paz entre os cristãos, foi elevado à condição de árbitro da Cristandade, homem mais influente do Ocidente e autoridade em quem todos confiavam.

No capítulo 9, o leitor poderá acompanhá-lo em seus muitos sofrimentos e em seus últimos combates, contemplando o modo como suportou as mais difíceis adversidades e como, tomando a cruz pela derradeira vez, teve uma bela e admirável morte em 1270.

Finalmente, o capítulo 10 examina a posteridade de São Luís: o retorno de seu corpo à França, os milagres que sucederam à sua morte, a sua canonização, a sua descendência e, por fim, o seu legado para a França, para a Igreja e para os católicos de todas as épocas, sobretudo da nossa.

Talentoso e brilhante, prudente e sábio, amigo da paz e da justiça, manso e leal, místico e homem de ação, São Luís soube, em um grau superior a quase qualquer personalidade da história, unir ação e contemplação. Não sem razão, escreve Lévis-Mirepoix, São Luís permanece uma figura excepcional, não pelo exercício superior de uma virtude em detrimento de outras, mas pela ritmada e ordenada harmonia entre todas elas.[10]

---

9 Bainville, cap. V, p. 57.

10 Lévis-Mirepoix, cap. VI, p. 127.

Digitalizado com CamScanner

Ao leitor se descortinará uma personalidade fascinante e completa de um homem que foi casado e pai de onze filhos, e simultaneamente foi um autêntico apóstolo, entregue com ardor à salvação das almas, à difusão da fé católica, à conversão dos pagãos. Alguém que foi chamado a defender a Cristandade das ameaças que sobre ela pesavam, cruzando-se duas vezes, suportando a guerra, o fracasso, a fome e a derrota, e que sofria com celestial paciência as doenças e as adversidades, chegando quase ao martírio por proclamar a sua fé diante dos infiéis. O leitor encontrará um governante firme e altivo, juiz justo que sabia dosar rigor e misericórdia, um rei que procurava imprimir no mundo a ordem interior que, em Deus, sua alma santa já alcançara, e ainda um promotor da paz e um monarca que buscou alicerçar seu reino na cruz de Cristo. Conhecerá um rei cioso de sua posição, mas ainda assim um homem humilde, dedicado aos miseráveis, aos pobres, aos leprosos e a todo tipo de sofredor. E se descortinará, iluminando todas as facetas de sua vida, uma alma inebriada pelo amor de Jesus, e que se ofereceu como holocausto ao Crucificado, participando com Ele de uma espécie de sacerdócio-régio, abraçando sua coroa como ato de oblação, como Cristo recebeu a Sua Coroa de Espinhos.

Ter São Luís vivido há tantos séculos e ocupado um lugar tão alto não o torna distante. Ele ainda nos fala, e continuará a falar, desde que estejamos com os ouvidos atentos às tão preciosas lições que ele legou. Sua existência não pode ser esquecida, sua vida não pode ser obnubilada pelas brumas que separam o nosso tempo do dele. Devemos bradar que um dia, há quase oito séculos, existiu um São Luís!

E é a isso que, em última instância, essa obra se propõe: arrancar este grande rei e santo do esquecimento, retirar sua luz do escondido e colocá-la à mostra, para que resplandeça diante de todos (Mt 5,16).

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

NOTA SOBRE AS FONTES

Para a elaboração dessa obra recorremos a fontes e estudos (chamados, geralmente, de "fontes primárias e secundárias") sobre São Luís e sobre o mundo em que viveu.

As fontes para a vida e o reinado do santo rei foram, sobretudo, as seguintes:

"*A vida e o santo comportamento de Luís, antigo rei dos francos, de piedosa memória*", escrita pelo frade dominicano **Geoffroy de Beaulieu** (†1274), confessor de São Luís durante seus últimos trinta anos. Trata-se de um relato elaborado em 1272 a pedido do Papa Gregório X que, assim que eleito, escreveu uma carta a Beaulieu solicitando sua redação.

"*Da vida e dos feitos de Luís, rei dos francos, de famosa memória, e dos milagres que atestam sua santidade*", obra do também dominicano **Guillaume de Chartres** (ca. †1282), capelão de Luís IX, que esteve com ele durante seus últimos vinte e cinco anos. Elaborou-a ainda na década subsequente à morte do rei, com a intenção de complementar o livro de Beaulieu com outras informações e com os relatos de dezesseis milagres ocorridos após a morte do santo.

A "*Chronica Majora*" ou "*Grande Crônica*", do monge beneditino **Mateus Paris** (†1259), um dos documentos mais importantes de história da Europa Ocidental na Idade Média. Nesta crônica, Mateus Paris recapitula toda a história da humanidade desde a Criação, mas seu foco é a história inglesa a partir da Conquista Normanda (1066). Não obstante, o âmbito de estudo do cronista se estende a regiões distantes como a Escandinávia, a Hungria, a Sicília e os Estados Cruzados, e ele nos proporciona preciosas informações a respeito da França do tempo de São Luís e da vida do próprio rei, a quem Mateus Paris conheceu bem e serviu, sendo por

Digitalizado com CamScanner

ele enviado, em 1248, até a Noruega para oferecer o comando da frota da Sétima Cruzada ao rei Haakon IV. A obra foi continuada por **Guillaume Rishanger**, que a estendeu até 1273.

"*Vida de São Luís, Rei da França*", do monge beneditino de Saint-Denis, **Guillaume de Nangis** (†1300). O autor não conheceu o rei, mas escreveu sua *vita*, a partir de 1285, ouvindo pessoas que o conheceram. Debruça-se, sobretudo, sobre o reinado de Luís IX.

"*A vida e as virtudes de São Luís*", escrita pelo frade franciscano **Guillaume de Saint-Pathus** (†1315), a pedido da filha de São Luís, a princesa Branca. Apesar de não ter conhecido o santo, foi confessor de sua viúva, a rainha Margarida (de 1277 a 1295), e elaborou sua obra a partir dos autos do processo de canonização. Como os autos se perderam, a crônica de Saint-Pathus é uma preciosa fonte tanto da vida de Luís IX quanto do que foi levantado a seu respeito no longo processo, que se estendeu de 1272 a 1297.

A "*História de São Luís*", de **Jean de Joinville** (†1317), cavaleiro e amigo de São Luís. Obra mais famosa dentre as mencionadas, Joinville a escreveu a pedido da rainha Joana I de Navarra, consorte de Filipe IV, o Belo. A rainha, porém, já tinha morrido quando a obra foi concluída, em 1309. Joinville dedicou-a, então, ao filho dela, o rei Luís X, bisneto de São Luís. É uma fonte preciosa para se conhecer a intimidade do santo rei e os acontecimentos da Sétima Cruzada.

Sobre as cruzadas de São Luís, além das numerosas informações que os seis cronistas acima nos oferecem, recorreu-se à longa "*Carta sobre a Expedição do Egito*", de **Jean Sarrasin**, camareiro do rei, que o acompanhou durante a Cruzada de 1248-1254. A carta é das fontes mais preciosas sobre a Sétima Cruzada. Utilizou-se, ainda, a "*Carta de São Luís aos seus súditos*", de autoria do próprio rei, que a escreveu em Acre, em 1250, para explicar ao seu povo o porquê de não partir imediatamente de volta à França. Para uma visão árabe das cruzadas de São Luís, utilizamos a "*Crônica*" de **Ahmed al Makrizi** (†1442), que, apesar de não ser contemporâneo dos acontecimentos, provavelmente elaborou-a a partir de fontes islâmicas que remontam ao tempo do santo rei. E, especificamente para a última cruzada de São Luís, embasamo-nos nas

Digitalizado com CamScanner

quatro cartas de **Pierre de Condet** (†1315), camareiro do rei, que o seguiu em sua viagem final e foi testemunha ocular de tudo quanto relata.

Os principais estudos consultados sobre a vida de São Luís foram: (a) "*Vie de Saint Louis*" (1847-1851),[1] em seis volumes, de **Nain de Tillemont**; (b) "*Saint Louis, Roi de France*" (1970), do duque de **Lévis-Mirepoix**; (c) "*Saint Louis. Roi d'une France féodale, soutien de la Terre sainte*" (1983), de **Jean Richard**; (d) "*Saint Louis, roi éternel*" (1984), de **Georges Bordonove**; (e) "*Saint Louis ou le Printempes de la France*", publicada em português (1984) como "*São Luís ou a Primavera da França*", de **Guillain de Bénouville**; (f) "*Saint Louis*", famosa obra de **Jacques Le Goff**, publicada em português (1996) como "*São Luís. Biografia*"; e (g) "*Les propos de Saint Louis*" (2013), de **David O'Connel**.

Para o processo de canonização de São Luís, usou-se como importante referência "*Le Procès de canonisation de Saint Louis (1272-1297). Essai de reconstitution*" (1994), de **Louis Carolus-Barré**.

Para a história francesa, foram-nos muito relevantes a "*Histoire de France*" (1924), de **Jacques Bainville**; a "*Histoire de France*" (1970), de **Georges Duby**; e "*1180-1328. L'âge d'or capétien*" (2021), **de Jean Cassard**.

Para história medieval recorremos sobretudo às obras de Rúben Calderón Bouchet, de Mário Curtis Giordani, de Régine Pernoud, de Marc Bloch, de Christopher Dawson, de Georges Duby, de Jacques Le Goff, de Jules Zeller e de Ferdinand Lot.

Especificamente sobre as cruzadas, as obras de Joseph-François Michaud, de René Grousset, de Amin Maalouf, de Jonathan Riley-Smith e de Piers Paul Read foram para nós as mais relevantes.

E para a história da Igreja na Idade Média, foram utilíssimos os volumes do padre Rohrbacher, do cardeal Hergenröther, de Daniel-Rops, do padre Alfredo Sáenz, e a coleção conjunta de Llorca, Villoslada e Montalban.

Para o restante da bibliografia utilizada, ver "Referências Bibliográficas", ao fim desta obra.

---

1 As datas a partir daqui referem-se à publicação original da obra.

Digitalizado com CamScanner

"A vitória de Covadonga", de Luís de Madrazo. Séc. XIX.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO 1

A ÉPOCA CRISTÃ DO MUNDO

Todo homem é em alguma medida filho de seu tempo, mas é dado a poucos ser a expressão mais completa e sublime deste tempo que o gerou.

Explorar os anais da vida de São Luís, ouvir-lhe as palavras, sentir-lhe as dores, contemplar-lhe as virtudes, acompanhar-lhe os passos nos cinquenta e seis anos em que viveu neste vale de lágrimas não nos será possível se olvidarmos a sua época.

São Luís não foi apenas fruto, mas expressão perfeita do apogeu da Civilização do Ocidente Medieval, os séculos XII e XIII, que brilham na história como mundo pujante e cheio de vida, ordenado e criativo. Civilização esta mil vezes injustiçada pelos que a sucederam, mas que, diz o Papa Leão XIII, "produziu frutos cuja memória subsiste e subsistirá, consignada como está em inúmeros documentos que artifício algum dos adversários poderá corromper ou obscurecer."[1] Deixou-nos um legado para sempre valioso, legado este que inclui São Luís.

Começar a narrativa de sua vida ignorando-lhe a época seria tolice: ele foi, diz Daniel-Rops, "o tipo ideal de homem que a Idade Média concebeu"[2], e acrescenta Lévis-Mirepoix: "São Luís representa a imagem mais viva e mais justa do que a Idade Média quis fazer do homem", concluindo que "ele exprime o apogeu da Idade Média".[3] Escreveu Chateubriand que "cada época história tem um homem que a representa: São Luís é o homem modelo da Idade Média; é um legislador, um herói e um santo".

---

1 Leão XIII. *Immortale Dei*, Sobre a Constituição Cristã dos Estados, §28, 1º de nov. 1885.

2 Daniel-Rops, t. 3, p. 325.

3 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 29.

Enfim, Jules Michelet diz que em São Luís "a Idade Média ofereceu seu ideal, sua flor e seu fruto".[4]

Toda época, da degradada à elevada, tem um tipo humano característico, por cujas virtudes e vícios revela seu horizonte de valores. A Idade Média teve o seu modelo, mas não como o tempo moderno, cuja mediocridade do "homem médio" a todos satisfaz. Tinha um modelo elevado, um ideal que admirar e almejar. Teve também seus problemas, seus aspectos sombrios, seus crimes, mas perseguiu um ideal: "São Luís", conclui Lévis-Mirepoix", "lhe deu esse ideal".[5]

Mas não é estranho apontar um santo como expressão perfeita dos ideais do seu mundo, quando um dos aspectos incontornáveis da vida cristã é precisamente a oposição entre o cristão e o mundo?

Sê-lo-ia. Porém, querido leitor, o mundo de São Luís não era qualquer mundo: era a Cristandade, a época cristã do mundo.

1. As origens da Cristandade

Dotados do sentido católico da história, os cronistas medievais, mesmo os contemporâneos de São Luís, iniciavam suas crônicas, na maioria das vezes, não a partir dos acontecimentos próximos à narração, mas a partir dum preâmbulo que remontava à criação do mundo, pois julgavam justo dar ao leitor uma visão de conjunto - já consabida - da história universal e articular neste conjunto os fatos novos a serem narrados.[6]

Este sentido católico da história - que buscamos seguir - obriga-nos a remontar àquele acontecimento único, único na sua singularidade e grandeza ímpar, a Encarnação do Verbo. Assim, repetimos as palavras que são como "o era uma vez" de toda autêntica história da Igreja e de seus membros eminentes: "No princípio era o Verbo, e Verbo estava com

4 *Apud* Bordonove, p. 9.

5 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 29.

6 Bloch, 2019, t. I, livro II, pp. 106-107.

Digitalizado com CamScanner

Deus, e o Verbo era Deus [...] e o Verbo se fez carne, e habitou entre nós" (Jo 1, 1-14). Não é apenas o simples "era uma vez" dos contos de fadas, mas a introdução dum relato tão repleto de sentido, que divide a jornada do homem em um antes e em um depois.

Referências à realeza marcam a vida do Verbo Encarnado na terra. Foi por ordem dum rei que Cristo nasceu em Belém (Lc 2,1), foi pela perseguição dum rei que o Menino Jesus teve de ser levado ao Egito (Mt 2,13), e foi pela fidelidade a um rei que se condenou Cristo à morte: "Não temos rei senão César!" (Jo 19,15).

Demais, a tradição reconhece como reis os magos vindos do Oriente para adorá-lo, um dos quais trazia-lhe ouro, símbolo da realeza do Menino Deus (Mt 2,9-11). Sua vida não está repleta de referências à sua ancestralidade real, enquanto filho do rei Davi (Mt 1,1)? E não se escreveu "rei" na tabuleta pregada na Cruz? (Jo 19,19)?

Enfim, profetizou o salmista que "reis de toda terra hão de adorá-lo" (Sl 71,11), e o próprio Cristo, quando interrogado por seu juiz, respondeu: "Sou rei" (Jo 18,37).

Antes da sua Ascenção aos Céus, Cristo ordenou à Igreja nascente: "Foi-me dado todo poder no Céu e na Terra. Ide, pois, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a observar todas as coisas que vos mandei" (Mt 28, 18-19). Destarte, não apenas os indivíduos, mas também as *nações* eram chamadas ao grêmio da Igreja, ao redil de Cristo, e pelo poder que foi-lhe dado sobre a terra, essas mesmas nações lhe pertencem. Estabeleceram-se, assim, os alicerces da Cristandade nestas últimas palavras de Cristo.

A Igreja Católica surgiu e cresceu num império que lhe era hostil. E àquele poder político que, de Nero (imp. 54-68) a Galério (imp. 305-306), tentou forçar seus fiéis a tomarem parte do culto dos ídolos oficiais, ela opôs uma peremptória negativa. Resistiu com afinco, gerando inúmeros mártires cuja lembrança e devoção seriam sempre cultivadas na Cristandade. Foram eles martirizados por se manterem fiéis às

Digitalizado com CamScanner

palavras de Cristo: "Dê a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus" (Mc 12,13-17). Com efeito, não se recusavam a submeter-se a César, recusavam a interferência secular em matéria religiosa.[7]

Quase três séculos de sacrifícios foram coroados com um sucesso inaudito. Em 313, o imperador Constantino I (imp. 306-337), permitiu o culto dos cristãos e iniciou um processo corajoso de cristianização do Império Romano que culminaria, em 380, na proclamação do catolicismo como religião oficial do Estado pelo Édito de Tessalônica, do imperador Teodósio I (imp. 379-395). No lapso de tempo entre Constantino e Teodósio, a ordem temporal começa a moldar-se a Cristo, tal como a Igreja sempre concebera e, mais tarde, a Civilização Medieval concretizaria.

Mas este fato representava um enorme risco para a integridade da Igreja, uma vez que alguns imperadores aspirariam a incorporá-la ao Estado Romano, do modo como a antiga religião pagã cívica fora outrora departamento oficial do mesmo Estado. Apesar de renunciarem ao culto imperial, a tendência dos imperadores cristãos, caso não fossem desembaraçados dos laços quiçá psicológicos que os prendiam ao seu passado pagão, seria a de enxergar a Igreja como mais uma esfera de sua potestade.

O próprio século IV foi palco dum embate entre estas duas tendências, isto é, entre os imperadores cristãos "cesaropapistas" e a Igreja que, buscando independência em conformidade com sua divina constituição, lutava para ordenar o Império a Cristo. Como sustentamos em nosso livro "Santo Atanásio e a Crise Ariana", este embate foi motivado pela grande controvérsia doutrinária do século IV, a heresia ariana. Durante esta crise, imperadores arianos, movidos pelo antigo espírito pagão de submeter a religião ao domínio imperial, tentaram impor sua cosmovisão heterodoxa à Igreja, mas encontraram resistência eficaz em grandes

---

7 Para as considerações dos Padres da Igreja dos primeiros séculos a respeito da legitimidade do poder imperial romano, sugerimos nosso "Santo Atanásio e a Crise Ariana" (Rio de Janeiro: Editora Centro Dom Bosco, 2022), p. 643, notas 492 e 493 e "Formação da Cidade Cristã", de Rúben Calderón Bouchet (São Luís: Castela & Livraria Resistência Cultural, 2021), pp. 73-79, 92-100.

bispos, encabeçados por Santo Atanásio de Alexandria (296-373), e no povo católico. Na obra supracitada, sustentamos que o triunfo da fé católica contra o arianismo, no Édito de Tessalônica de 380, foi o primeiro passo da edificação da Cristandade.[8]

Ao fim e ao cabo, era o embate entre a concepção clássica de Império, no geral universalista e a princípio anticristã (haja vista quase três séculos de perseguições e depois décadas de desordem ariana), e a concepção católica, também universalista, mas sobretudo salvífica, "pela convicção religiosa [da Igreja] de estar na tarefa de transformar o homem em cidadão do Reino de Deus" antes que do Estado Imperial.[9]

Com efeito, Diz Bouchet, se "o cristianismo não pôde aceitar o caráter divino do imperador, pôde atribuir seu poder à missão da Igreja". Desse modo, os bispos dos séculos IV e V não cessaram de exortar os imperadores cristãos a respeitar os limites do seu poder e a utilizá-lo na missão redentora da Igreja. Ensinavam que Deus os havia instituído césares (Rm 13,1), mas que o poder da Igreja lhes era superior, pois dedicava-se a conduzir o homem não ao seu fim temporal, mas ao eterno.

Já na virada do século IV para o V, a Igreja teve de discernir as bases do seu relacionamento com o Estado. Recordemos as palavras de Santo Ambrósio de Milão (†397) ao imperador Teodósio "Lembra-te, Teodósio, o imperador está na Igreja, não acima dela [...] Em matéria de fé, cabe aos bispos julgar os imperadores cristãos, e não aos imperadores julgar os bispos". Afinal, não é essa a doutrina evangélica? Cristo não ordenou a conversão das nações? Sabemos que sim. Mas excluir-se-ia da submissão

---

8 Ver nosso "Santo Atanásio e a Crise Ariana" (Rio de Janeiro: Editora Centro Dom Bosco, 2022), especialmente cap. 9, parte III, pp. 642-658, e cap. 14, pp. 899-906.

9 Explica Bouchet, 1998 (cap. V, p. 107) que "como expressão de uma força espiritual independente de Cristo, o império é, para o cristianismo, diabólico e prefiguração do inimigo por antonomásia: o Anticristo. Como poder temporal, apto para unir as nações em um corpo político único, o império é naturalmente bom. Cristo não nega a parte correspondente ao César. Mas a Igreja foi fundada por Deus e em suas mãos está a autoridade de atar e desatar. O mesmo César não pode evitar a opção definitiva, terminativa, imposta por Jesus: quem não está comigo, está contra mim".

Digitalizado com CamScanner

a Cristo o governo destas nações? Obviamente não, concluiu São João Crisóstomo (†407) em sua exortação ao imperador oriental Arcádio (imp. 395-408): "O poder da Igreja ultrapassa em valor o poder civil tanto quanto o céu ultrapassa a terra, ou ainda mais!"[10]

Após quase dois séculos de experiências com imperadores católicos, a Igreja estabeleceu claramente como deveriam ser suas relações com o Estado. Dentre quaisquer documentos daqueles tempos que têm essa matéria como objeto, irrompe brilhante o escrito pelo Papa São Gelásio I (pp. 492-496) ao imperador bizantino monofisista Anastácio I (imp. 491-518) na curta, mas perene epístola *Duo Sunt*, em 494.[11]

2. Santo Agostinho: o mentor da Cristandade[12]

Durante o caótico período de transição da Antiguidade para a Idade Média, houve quem soube, com seus escritos, realizar um providencial arremate de toda a obra da Igreja e da Civilização até seu tempo

10 Daniel-Rops, t. I, p. 540.

11 Henrion, t. 1, cap. II, pp. 88-90. "Há dois poderes, Augusto imperador, através dos quais se governa o mundo: a autoridade sagrada dos Pontífices e o poder real. Destes dois, é mais grave o peso dos sacerdotes, pois estes deverão prestar contas na ocasião do julgamento divino, inclusive pelos próprios reis da humanidade. Na verdade, tu sabes, filho clementíssimo, que em razão de tua dignidade, és o primeiro de todos os homens e o Imperador do mundo; todavia sê submisso aos representantes da religião e suplica-lhes o que é indispensável para tua salvação. Com efeito, no que se refere a administração dos sacramentos e a disposição das coisas sagradas, reconhece que deves se submeter a sua orientação e não seres tu quem deva governá-lo, e assim nas coisas da religião deve submeter-se ao seu julgamento e não querer que eles se submetam ao teu. Ora, no tocante ao governo da administração pública, os próprios sacerdotes, cientes de que o poder te foi conferido pela vontade divina, obedecem às tuas leis, pois no que se refere as coisas do mundo, não lhes agrada seguir orientação diferente" (Gelásio I. *Duo Sunt*, Sobre as relações entre Igreja e Estado, 494).

12 S. Agostinho, *De Civitate Dei*, livros XIV e XV. Reale *et al.*, v. I, cap. 25, pp. 458-470. Bouchet, 2021, cap. III, pp. 148-193. Copleston, parte. VI, cap. VI. Cochrane, cap. 11, pp. 631-635. Trapé *in* Quasten, v. III, cap. VI, pp. 481-542.

Digitalizado com CamScanner

e, alicerçado na tradição, apontar os caminhos eu o novo mundo trilharia: Agostinho, bispo de Hipona entre 395 e 430, nosso Santo Agostinho.

Em sua obra, ele sintetiza o pensamento católico que o precedeu e, à luz da Revelação, corrige os equívocos das especulações filosóficas greco-latinas, bem como demonstra a necessidade da fé e da razão, para obtenção do verdadeiro conhecimento. O santo sublinha que a fé dependia da autoridade da Igreja Católica, a qual foi divinamente constituída para a salvação dos homens.

E, seguindo o caminho trilhado por Santo Atanásio, encontrou na Santíssima Trindade o primeiro princípio da existência - *arché* -, procurado em vão pelos clássicos. Descobrindo na Trindade o primeiro princípio da existência, Agostinho concluiu que tudo, notadamente a vida humana, deve orientar-se a Ela: assim como Deus é o primeiro princípio da criação, *arché* do universo, deve ser igualmente o primeiro princípio de toda a ordem humana.

Santo Agostinho herdou de Platão e Cícero a ideia de que a harmonia social decorre da realização da justiça. Mas ressignificou este conceito pagão ao dar um nome à justiça: ela é o Cristo. Não há justiça, enfatizava, senão na república cujo fundador e governador é Cristo. Todo poder vem de Deus, e as cidades fundadas pelos cristãos, os "peregrinos deste mundo", os "*homo viator*", devem submeter-se à Sua autoridade. Os governantes civis têm de manter a paz da ordem política mediante leis, e os católicos lhes devem obediência. Todavia é necessário que o rei secular governe conforme a lei divina, e os católicos, por sua vez, têm a obrigação de resistir à legislação contrária à doutrina da Igreja, senão sobreporiam a autoridade humana à divina. Assim, se por um lado, o âmbito político e o religioso não se confundem, por outro, o primeiro deve ordenar-se ao segundo, como o inferior ao seu superior.

Como não é um fim em si mesmo, o Estado deve servir à atividade missionária da Igreja, cujo objetivo é a condução do homem à visão beatífica. Portanto, alcança-se a salvação pelo esforço do indivíduo em união com a sociedade política: assim como o indivíduo deve buscar a

Digitalizado com CamScanner

salvação, o Estado deve cooperar na salvação dos súditos. Desse modo, Agostinho, influenciado especialmente pelo "*De officiis ministrorum*", de Santo Ambrósio, inseriu a sociedade política no plano de salvação universal concebido por Deus: é preciso que o Estado aceite o magistério da Igreja e sirva ao destino sobrenatural do homem. E como é de justiça que Cristo reine em todas as esferas, só é justo o Estado no qual Cristo governa a consciência tanto dos reis, quanto dos cidadãos.

Das palavras legadas por seu gênio, talvez nenhuma resuma melhor o que ele inculcou na nascente civilização cristã que as do Livro XIV do "*De Civitate Dei*":

> Dois amores fundaram, pois, duas cidades, a saber: o amor próprio, levado ao desprezo a Deus, a terrena; o amor a Deus, levado ao desprezo de si próprio, a celestial. A primeira gloria-se em si mesma, e a segunda em Deus, porque aquela busca a glória dos homens e tem esta por máxima glória a Deus.[13]

A Cidade de Deus é a comunidade dos santos, dos regenerados por Cristo. E muitos destes santos ainda caminham pelo mundo rumo à verdadeira pátria, integrando assim a Igreja militante, preâmbulo do Reino de Deus. A Cidade dos Homens é a comunidade dos soberbos, dos que negam a Cristo e Sua Igreja. A história é uma luta permanente entre estas duas cidades, isto é, entre os que estão com Cristo e os que estão contra Ele. E os que estão com Cristo devem esforçar-se para ordenar o mundo conforme a vontade divina, esforço que acarretará a difusão do Evangelho e a salvação das almas.

Não importa a posição em que se encontre no mundo, ensinava Agostinho, o homem nunca deve olvidar sua vocação divina, isto é, seu pertencimento a uma sociedade situada num plano superior a toda sociedade humana: a Igreja. Demais, como identificava a cátedra papal como unidade da fé salvífica da Igreja, Agostinho considerava justo atribuir-se

---

13 S. Agostinho, *De Civitate Dei*, L. XIV, cap. XXVIII.

a Roma o título de capital das nações (*caput gentium*) e o papel de sede de um novo e ilustre império. Não do império pagão, enfatiza Bouchet, já perdido em seu tempo, mas de um novo império, cuja cabeça mística é o Verbo de Deus.[14]

Enfim, Agostinho vislumbrou uma grande sociedade cristã transcendendo as nações e unindo todos os povos em Cristo. Com sua clarividência, escreveu para outras épocas, escreveu para a Cristandade. Não sem razão, apontam Altaner e Stuiber que sua influência se espraiou pelo Ocidente, tornando o santo "o grande artífice da cultura ocidental na Idade Média".[15]

Seus escritos forjaram o mundo medieval. Tudo está em germe na obra do Doutor da Graça: das missões junto aos bárbaros, passando pela reconstrução do Império com Carlos Magno e pelos princípios políticos feudais, ao esplendor filosófico e teológico dos séculos XII e XIII, sem deixar de incluir o reinado de São Luís. Afinal, ressalta o biógrafo do rei, Jean Richard, São Luís, leitor devoto do Doutor da Graça, educou-se na teoria política delineada na "*De Civitate Dei*", "teoria política fundada sobre a correspondência da ordem do mundo com a vontade divina",[16] correspondência que veremos o santo rei tão apaixonadamente buscar.

3. A formação da Cristandade[17]

No tempo de Santo Agostinho, o Império Romano do Ocidente agonizava. Aprofundava-se a decadência civilizacional, as autoridades já

---

14 Bouchet, 1998, cap. II, pp. 38-39.

15 Altaner; Stuiber, parte II, p. 415.

16 Richard, parte I, cap. I, p. 32.

17 Como neste subcapítulo trataremos de modo sumário acontecimentos que se deram no desenrolar de muitos séculos, preferimos apontar aqui as referências bibliográficas, à exceção das citações diretas, que não deixaremos de referenciar em notas ao longo do texto: Bloch, 2019, t. I, livro II, pp. 19-37; t. II, livro II, pp. 372-379. Bouchet, 2021, cap. V a VII. Daniel-Rops, t. II, pp. 89-113, 189-310, 539-559. Dawson, 2014, pp. 261-308. Duffy, caps. II e III, p. 84-105. Llorca *et al.*, 5ª ed, t. I, pp. 782-786. Mondin, pp. 184-205.

Digitalizado com CamScanner

não exerciam poder autêntico, e os bárbaros invadiam, saqueavam e se instalavam por toda a parte. Parecia que o legado clássico sucumbiria diante da brutalidade e do caos.

No entanto, escreve Jules Zeller, enquanto a cidade política desmoronava, a cidade moral ainda podia ser salva: "o Império Romano cai, mas a Igreja Católica permanece de pé".[18] Os bispos eram verdadeiras muralhas ante os invasores, eram os últimos focos de resistência à barbárie e sinal de esperança da civilização.[19] Ao lado deles, os mosteiros, donde muitos destes bispos haviam saído, especialmente os do sul da Gália, convertiam-se em baluartes da religião e da cultura.

Após o colapso do Império, a Igreja assumiu o papel de guardiã do patrimônio civilizacional greco-romano, e continuou a missão evangelizadora, compreendendo necessário trazer esses instáveis e belicosos bárbaros instalados nas antigas terras do Império para o redil cristão.

O reino dos francos foi o primeiro dos reinos bárbaros a converter-se ao catolicismo, com o batismo do rei Clóvis (r. 481-511) pelo bispo São Remígio (†533), em 496. A conversão marcou o início de uma estreita relação entre este reino e a Igreja, que desde então veria a França como a "filha mais velha". Os sucessores de Clóvis[20] mantiveram esta íntima ligação com a Igreja, que se beneficiou deste vínculo, vez que pouco a pouco os francos se tornaram o povo proeminente na Europa Ocidental. Com efeito, embora fragmentado, o reino franco dominava uma faixa territorial que se estendia do sudoeste da França ao centro da atual Alemanha, dando mostras que assumiria o papel de liderança da nova

---

18 Zeller, L. I, cap. IV, p. 238.

19 Na Gália, bispos como São Nicásio de Reims, Santo Exupério de Toulouse, Santo Aniano de Orleans, São Lupo de Troyes, São Germano de Auxerre, Santo Hilário de Arles, Santo Euquério de Lyon; na África, São Quodvulteus de Cartago; na Itália, São Paulino de Nola, São Máximo de Turim, São Pedro Crisólogo e, o maior de todos, o grande Papa São Leão Magno.

20 A dinastia merovíngia era a dinastia de Clóvis, e governaria o reino dos francos até 751.

Digitalizado com CamScanner

Europa. Segundo o padre Alfredo Sáenz, a conversão de Clóvis significou a união de três elementos no Ocidente nascente, o germânico, o romano e o católico. Na expressão do padre: "o bárbaro se civilizava, o germânico se romanizava e o pagão se tornava católico".[21]

Enquanto evangelizava os francos, a Igreja convertia os bárbaros contaminados pelo arianismo que, varrido do Império Romano no século IV, se disseminara entre as tribos germânicas no norte do Danúbio. Dos povos arianos, os burgúndios foram os primeiros convertidos, ainda no começo do VI, por obra do bispo Santo Avito de Vienne (†517). Os suevos converteram-se em meados do século VI, sobretudo pelo esforço de São Martinho de Braga (†c.579).

A conversão dos visigodos, os senhores da Península Ibérica, foi mais trabalhosa. O rei Leovigildo (r. 568-586) ordenou a conversão dos católicos ao arianismo, mas encontrou uma barreira inabalável em São Leandro, que instou os católicos a resistir. Iniciou-se uma guerra religiosa, cujo herói foi o filho do próprio Leovigildo, Santo Hermenegildo, que se tornou paladino da causa católica e foi martirizado por ordem do pai, em 585. Leovigildo morreu no ano seguinte e foi sucedido pelo segundo filho, Recaredo (r. 586-601), o qual proclamou o catolicismo religião oficial dos visigodos em Toledo, em 589. São Leandro, então arcebispo de Sevilha, realizou um enorme trabalho apostólico de conversão dos visigodos, que Santo Isidoro de Sevilha (†636), seu irmão e sucessor, continuou e consumou.

No final do século V, a Irlanda, que fora convertida rapidamente por São Patrício (†461), tornou-se nação de mosteiros e viveiro de missionários que se lançavam em heroicas aventuras para levar a fé à Grã-Bretanha e mesmo no continente. Lembremos das viagens evangelizadoras de São Columbano (†615) pela França, pela bacia do Reno e pelo norte da Itália, convertendo populações inteiras e fundando mosteiros por toda parte.

Tais mosteiros irlandeses, na Grã-Bretanha e no continente, autênticas praças-fortes de santidade e apostolado, foram o meio principal de

---

21 Sáenz, 2020, t. I, p. 258.

Digitalizado com CamScanner

aproximar os líderes e as populações locais da Igreja e de criar redes que conduziam quase necessariamente à conversão. Os irlandeses deram o passo inicial, mas foi a obra iniciada por São Bento (†547) em Monte Cassino, na Itália, que franqueou o caminho para esses povos à Igreja. Algumas décadas após a morte de São Bento, o maior papa dos tempos bárbaros, São Gregório Magno (590-604) viu nos beneditinos os homens certos para catequizar um povo que ainda não tivera notícia da Boa-Nova: os anglo-saxões, habitantes da Grã-Bretanha desde o século V. Enviou a esta terra uma missão de catequização, chefiada por Santo Agostinho da Cantuária (†604). A chamada "missão gregoriana" desembarcou no sul da Inglaterra, no então reino de Kent, em 597, e logo converteu o rei, Santo Etelberto (†616), e a população. Iniciou-se uma história fantástica, de cerca de cem anos, ao fim da qual a Inglaterra havia se convertido plenamente.

Recém-convertidos, os ingleses também iniciaram missões junto aos povos germânicos, além do Reno. O campo de trabalho fora preparado, é verdade, pelo esforço desmedido de missionários vindos da França e da Irlanda, mas o grande responsável pela conversão da Alemanha foi o monge inglês - e depois bispo - São Bonifácio, que, após décadas de apostolado bem-sucedido, morreu martirizado por pagãos frísios em 754.

Dos séculos VI ao VIII, essa multidão de homens foi pouco a pouco conduzida ao redil de Cristo. Mas não era suficiente batizá-la. Os povos recém-convertidos deviam abandonar os costumes bárbaros arraigados e cumprir com as exigências da fé que alegavam professar. Nesta época o esforço da Igreja não foi apenas de anunciar o Evangelho, mas de enraizá-lo em sociedades ainda tão marcadas por superstição, ignorância, violência e desvios morais. O trabalho foi árduo e se deu ao mesmo tempo que novas iniciativas missionárias. Por exemplo, enquanto se evangelizavam os alemães, os bispos da Gália esforçavam-se para fazer dos francos, já batizados há dois séculos, verdadeiros cristãos.[22]

---

22 Houve grandes pontífices que chamaram para si tanto a ação missionária quanto a ação civilizadora, como São Gregório Magno; houve também bispos, sobretudo

Embora distante do nível de civilização que lograria posteriormente, a nascente sociedade cristã alcançou, em meados do século VIII, certa estabilidade política e cultural, graças à ação missionária da Igreja e ao crescimento do poder dos francos, cujo território ultrapassava sobremodo o legado por Clóvis. E, ainda que a Espanha visigoda tenha caído sob o jugo do Islã no começo desse mesmo século, as forças francas, lideradas por Carlos Martel, prefeito do Palácio (690-741),[23] impediram o avanço dos maometanos contra o restante da Europa cristã. Martel os derrotou na Batalha de Poitiers em 732 e obteve da Igreja prestígio para si e sua família. Com efeito, o Papa Zacarias (pp. 741-752) concedeu a coroa franca a Pepino (r. 751-768), filho de Martel, autorizando, assim, a deposição do último rei merovíngio e a entronização de uma nova dinastia, a carolíngia

A Igreja muito se beneficiou com a coroação de Pepino, o Breve. Ao ver-se ameaçado pelos lombardos, por exemplo, o Papa Estevão II (pp. 752-757) viajou até a França para requisitar auxílio ao novo rei. Pepino

---

entre os séculos VI e VII, que realizaram tarefas verdadeiramente hercúleas para corrigir os desvios morais dos povos, como Santo Isidoro entre os visigodos, e São Cesário de Arles († c.542) entre os francos; e houve santas rainhas que igualmente se dedicaram a tarefas civilizadoras e apostólicas, como Santa Radegunda (†587), Santa Etelburga (†647) e Santa Batilde (†680). Papel considerável e essencial exerceram os mosteiros não só como focos de espiritualidade e santidade, mas também de depositários da cultura cristã e clássica, quando campeava a ignorância. Houve, ademais, grandes mentes que se dedicaram a impedir o desaparecimento do patrimônio cultural antigo, e que apontaram o caminho para voos intelectuais futuros, tais como Boécio († c.524), Cassiodoro (†581), São Gregório de Tours (†594), São Beda, o Venerável (†735) e os já mencionados São Gregório Magno e Santo Isidoro de Sevilha.

23 Os "Prefeitos do Palácio", ou Mordomos, *Major Domus*, eram originalmente, diz Zeller (L. II, cap. XXIII, p. 281-282) apenas os chefes do palácio dos reis francos, responsáveis pela corte. Mas, quando os reis merovíngios foram se desinteressando pelos assuntos políticos, converteram-se em chefes da casa real, os mais importantes agentes da realeza, e intermediários entre o rei e os senhores. Tornaram-se quase tutores; e regentes, e quando a realeza se enfraqueceu ante a aristocracia opressiva, os prefeitos do palácio, favorecidos pelas próprias circunstâncias, passaram a gozar do papel de árbitro. Constituíram-se em defensores da ordem e da unidade entre os francos, mostrando-se verdadeiros detentores da autoridade, acima até que a do rei.

Digitalizado com CamScanner

respondeu com invadindo a Itália, derrotando os lombardos e reconhecendo ao papado a posse dos Estados Pontifícios, vasto território no centro da Península Italiana, sobre o qual doravante o papa exerceria soberania.

Na segunda metade do século VIII, os papas perceberam que era o momento acertado para a fundação do Império Cristão, tal como idealizado por um Santo Ambrósio ou por um Santo Agostinho. Medievalistas como Ferdinand Lot enfatizam como, nos séculos seguintes à queda do Império Romano, a memória deste permanecera viva.[24] Os homens da Igreja viam com maus olhos a fragmentação política que sucedera ao colapso de Roma e nunca deixaram de aspirar à restauração de um Império unificado e cristão.[25]

Diz Bouchet que, embora a Igreja almejasse a instauração de uma nova ordem em Cristo, não havia, até então, autoridade política constituída de maneira eficaz para instituir tal ordem. A Igreja encontrava limites fácticos para sua ação política e social, isto é, como não exercia o poder temporal, dependia de forças políticas para ordenar a sociedade conforme os preceitos divinos. Em suma, era necessária uma autoridade forte, capaz de instaurar uma ordem cristã.[26]

Os papas encontram essa força nos governantes francos da Dinastia Carolíngia, a saber, no filho e sucessor de Pepino, o Breve: Carlos Magno (r. 766-814), um soberano cujo nome quase lendário impactaria todo o restante da história medieval.

---

24 Lot, parte III, pp. 251-263.

25 Explica Bouchet (2021, cap. VI, pp. 268-269) que "quando Constantino favoreceu a Igreja Católica e abriu a perspectiva de um império político de inspiração cristã, o universalismo cristão e a cultural helenística se abraçaram na conceção de uma unidade civilizadora que tinha por alma o corpo místico de Cristo e por missão a salvação do mundo. Esse ideal religioso e cultural sobrevive à queda do Império; e a Igreja o preserva apesar da tendência desagregadora dos bárbaros. [...] Junto com o ideal de paz e unificação política sob o cetro imperial instala-se a brutalidade dos fatos: a fragmentação da república cristã como consequência da atomização do poder nas mãos dos reis bárbaros. Essa situação real redunda em detrimento da paz e da pregação do Evangelho".

26 Bouchet, 1998, cap. V, pp. 110-111.

Digitalizado com CamScanner

Além de manter o domínio sobre todos os antigos territórios francos, Carlos Magno expandiu suas fronteiras para além da atual Alemanha, conquistando bávaros, saxões, ávaros, frísios e eslavos, e obtendo vitórias significativas contra os muçulmanos na Espanha e nas ilhas mediterrâneas. Construiu um vasto império que se estendia do nordeste da Península Ibérica ao centro da Europa. Nele, instituiu um sistema de administração sofisticado, que só encontrava precedentes no século IV, e que seria a base de toda a organização política europeia na era feudal. Carlos Magno foi também um grande promotor da cultura, seu reinado foi marcado pelo chamado "Renascimento Carolíngio", período de desabrochar da arte, de reorganização da educação e florescimento do conhecimento.

Todavia, enfatize-se que Carlos Magno enxergava suas conquistas e o exercício do seu próprio poder pelas lentes de Santo Agostinho ("*De Civitate Dei*" era o seu livro de cabeceira). Queria, primeiramente, expandir seu Império para aumentar o raio de ação da Igreja e, assim, fomentar a evangelização dos povos não-cristãos. Ademais, edificou toda a sua obra legislativa e judiciária sobre os princípios católicos. E, por fim, vendo-se como protetor da Igreja, extirpou em definitivo a ameaça lombarda, ao anexar a Itália em 774, num ato de socorro ao Papa Adriano I (pp. 772-795). Ao perceber em tal monarca a realização do antigo sonho de um Império cristão a serviço da salvação das almas, o Papa Leão III (pp. 795-816) coroou Carlos Magno Imperador do Ocidente, no Natal de 800.

Após esse preâmbulo glorioso da Cristandade, teve início um novo período de trevas. Depois da morte do filho de Carlos Magno, Luís I, o Piedoso (imp. 814-840), dividiu-se o Império Carolíngio entre seus três herdeiros, conforme o Tratado de Verdun, de 843. Exceto por um efêmero interlúdio com Carlos, o Gordo (imp. 881-888), o Império de Carlos Magno jamais voltaria a ser restaurado em sua extensão original, e os três grandes territórios que o constituíam – a França, a Alemanha e a Itália – seguiriam rumos distintos. Os eclesiásticos lamentaram muitíssimo a dissolução do Império e o estado de coisas que o sucedeu, como as lutas fratricidas entre os descendentes do imperador, nocivas à expansão da Igreja, e as novas invasões

Digitalizado com CamScanner

dos reinos cristãos, aparentemente piores que as do século V: os árabes pelo sul, os magiares e os eslavos pelo leste, e os temidos normandos pelo norte.

Entre os séculos IX e X, o mundo cristão ocidental viveu um ambiente de medo permanente, motivado pela insegurança política e pelas incursões infindas e aterradoras de saqueadores estrangeiros. Embora os descendentes de Carlos Magno continuassem detentores das coroas da França (exceto por breves períodos, de 888 a 898, de 922 a 936) e da Alemanha, os novos reis carolíngios eram incapazes de lidar com os inúmeros problemas apresentados. Por conseguinte, o exercício do poder pulverizou-se entre os antigos representantes locais, e a fragmentação feudal sucedeu à centralização carolíngia.

A Igreja era a única força capaz de guiar os povos que durante séculos se esforçara para evangelizar e batizar. Seus chefes, nos momentos mais trágicos deste mergulho no abismo, deram provas de heroísmo, como os papas São Nicolau I, o Grande (pp. 858-867) e João VIII (pp. 872-882), que tudo fizeram para impedir o desastre. Mortos esses grandes sucessores de São Pedro, a tormenta também atingiu a Igreja, pois a ingerência laica nos assuntos eclesiásticos introduziu no seu seio homens desprovidos de vocação, mais preocupados com interesses temporais do que com a salvação das almas. Até mesmo o papado, dominado pelas grandes famílias romanas, apresentou ao mundo um espetáculo deplorável, numa sucessão pouco edificante de pontífices.

Essa era a situação do Ocidente e da Igreja no século X, que passaria à história como o "século de ferro", época de mundanização e de divisão, de medo e de incerteza.

Mas as conquistas de tanto tempo e, acima de tudo, a vontade de Deus, manifesta no sentido da história, não permitiram a extinção da Igreja e da civilização que ela construía. Com efeito, no tempo caótico que foi o século X, o acúmulo de séculos de sacrifícios irromperia no desabrochar de uma autêntica civilização cristã.

A renovação começou em um lugarejo da Borgonha, no leste do Reino da França, em 910, na Abadia de Cluny, cujo primeiro abade foi

Digitalizado com CamScanner

São Bernão (†927). Cluny é um milagre. Quando o episcopado mergulhava no mundanismo, os papas eram joguetes das damas romanas e dos reis alemães, e o povo batizado vivia contrariamente à fé, os monges cluniacenses procuravam a perfeição, seguindo a regra de São Bento, codificada séculos antes. E a luz brilhou de novo nas trevas, diz Bouchet: "Cluny foi uma inteligência e uma vontade de viver para Deus. Converteu-se em canto jubiloso e se derramou sobre o mundo, contagiando-o com a força vitoriosa de seu arrebato".[27]

O exemplo de Cluny espalhou-se por toda a Europa. Bispos mais ou menos cientes dos problemas da vida religiosa recorriam aos monges cluniacenses para reformar os mosteiros de seus bispados; reis e nobres construíam novas abadias e as ofereciam aos filhos de Cluny; e abades, desejosos de colocar seus monges no reto caminho, convocavam cluniacenses para os auxiliarem. Em cerca de 1100, já existiam 1450 casas religiosas ligadas a Cluny, e a vida religiosa parecia inteiramente renovada.

A partir do século XI, florescem novos carismas religiosos, e grandes santos fundam ordens dedicadas apenas ao serviço de Deus e da Igreja, como São Romualdo e a Ordem Camaldulence em 1012; São Bruno e a Ordem Cartuxa em 1084; São Roberto e a Ordem Cisterciense em 1098; São Norberto e a Ordem Premonstratense em 1120. Todas elas povoaram a Europa cristã com novos mosteiros, verdadeiros ninhos de santidade e de apostolado. E a renovação do episcopado, realizada por monges oriundos das ordens reformadas, seguiu a mesma tendência. São Pedro Damião (1007-1072) foi o maior desses reformadores.

De Cluny, ademais, veio o grande impulso para a reforma do papado. A princípio, os monges de Cluny serviram-se dos imperadores germânicos para livrar a Santa Sé do jugo dos nobres romanos.[28] Mas os pontífices per-

---

27 Bouchet, 1998, cap. II, p. 57.

28 O abade Santo Odilo (†1049) colaborou com o imperador Otão III (imp. 996-1002) para que Gerbert de Aurillac fosse elevado ao papado, monge de uma abadia reformada por Cluny, que assumiu a tiara em 999 como Silvestre II (pp. 999-1003).

Digitalizado com CamScanner

ceberam que a grande causa dos males que afligiam a Igreja era a influência exercida pelas autoridades civis na nomeação de abades e bispos, sobretudo por simonia. O próprio papado capitaneou a luta em prol da libertação da Igreja da ingerência secular, notadamente a partir de São Leão IX (pp. 1049-1054), cujo pontificado teve como meta a restauração da dignidade do clero.

Destes papas que lutaram pela reforma da Cátedra de Pedro, destaca-se Hildebrando de Sovana, um homem profundamente inspirado pelos princípios de Cluny. Logo ao assumir o papado, como São Gregório VII (pp. 1073-1085), combateu a simonia, o nicolaísmo e todos os maus hábitos do clero. Ao notar que a razão de todos os desvios residia nas investiduras leigas, declarou-lhes guerra. Em 1075, proibiu qualquer autoridade secular, sob pena de excomunhão, de conceder bispados, bem como os arcebispos de ordenar quem recebesse um bispado das mãos de um leigo, sob pena de deposição. Gregório VII entrou, assim, em conflito contra o mais poderoso dos monarcas católicos daquele tempo, Henrique IV, rei da Alemanha e da Itália, e posteriormente imperador. A história da luta entre as duas cabeças do mundo — a espiritual e a temporal —, no final do século XI, atingiu o clímax quando o excomungado e deposto rei Henrique, dirigiu-se à Itália, em 1077, para suplicar o perdão do papa. Vestido como penitente, diante do Castelo de Canossa, onde Gregório VII se encontrava, implorou seu perdão e sua readmissão na Igreja.

O conflito não acabou ali, pois Henrique, recobrando as forças, voltou a desobedecer a São Gregório VII. O papa morreu em 1085, exilado em Salerno, mas o movimento que desencadeou não morreu com ele, vez que o golpe no Império, em Canossa, fora forte demais para que seu valor simbólico se enfraquecesse. Os sucessores do corajoso pontífice seguiram-lhe os passos, como Urbano II (pp. 1088-1099), Pascoal II (pp. 1099-1118), e Calisto II (pp. 1119-1124), que assinou uma concordata em Worms com o imperador Henrique V (imp. 1111-1125), encerrando a "Querela das Investiduras", com uma vitória notável do papado.

Por meio da reforma cluniancese e do seu desdobramento, a reforma gregoriana, e com o trabalho incansável de São Bernardo de Claraval

(1090-1153) no século XII, a Igreja recuperou-se da degradação dos dois séculos finais do primeiro milênio.

Cumpre ressaltar que quando a crise do século X atingia seu ápice e os primeiros sinais de reforma se manifestavam, o ímpeto dos missionários de cumprir a ordem de Cristo de evangelizar todos os povos não se debilitou. Com efeito, assim como o mundo católico se ampliara entre os séculos V e VIII, novamente se ampliou entre os séculos IX e XI, mas, desta vez, entre os nórdicos, os eslavos e os húngaros.[29]

O mundo católico se ampliava e a Igreja se reformava. Mas, como a sociedade cristã estava tão distante do que exigia a fé, a Igreja lançou-se num valente esforço para combater os vícios do seu rebanho e instituir uma ordem cristã. Ela era a única força civilizadora capaz de combater os velhos vícios, principalmente após a decomposição do Império Carolíngio, isto é, da fragmentação do poder e da debilidade dos sucessores de Carlos Magno. Crescia a autoridade dos papas e dos bispos, e eles exerceram essa autoridade para sanar — ou ao menos reduzir significativamente — uma das maiores chagas do Ocidente cristão: a violência.

---

29 Entre os povos eslavos, o caminho foi aberto pelos missionários São Cirilo (†869) e São Metódio (†885), e seguido por Santo Adalberto de Magdeburgo (†981), bispo alemão conhecido como "apóstolo dos eslavos". O primeiro país convertido, depois de muita resistência pagã, foi a Boêmia, no tempo do duque São Venceslau (†935) e de sua avó, a mártir Santa Ludmila (†921). O bispo Santo Adalberto de Praga (†997) arrematou a evangelização dessa nação. Também a Polônia foi integrada à Cristandade Ocidental, graças, sobretudo, ao apoio da duquesa Dombowska (†977) e do rei Boleslau I (r. 992-1025). A Hungria foi a próxima: no ano 1000 seu rei se batizou, tomando o nome de Estevão (r. 987-1038), e a Igreja sempre lembraria com consideração do reinado deste príncipe que fez por bem canonizar. Ao mesmo tempo em que Boêmia, Polônia e Hungria eram cristianizadas, a Igreja se lançava à evangelização dos temíveis povos do norte, os normandos. O grande "apóstolo do norte" foi Santo Oscar de Hamburgo (†865), que iniciou uma série de missões aos reinos vikings. O esforço foi lento, mas bem-sucedido: a Dinamarca abraçou o catolicismo em 960, quando do batismo do rei Haroldo I (r. 958-986); a Noruega em 995, quando se batizou o rei Olavo I (r. 995-1000); e a Suécia, em 1008, quando o rei Olavo (r. 995-1022) se fez católico. Diz Baschet (pp. 62-63) que "mesmo que as datas indiquem apenas a conversão dos líderes e não uma difusão geral do cristianismo, doravante o Ocidente é por inteiro uma cristandade católica"

Digitalizado com CamScanner

Entre os séculos IX e XI, as guerras intestinas caracterizavam a política dos reinos da Europa cristã. O poder político, ao invés de promover a paz e a justiça, promovia guerras intermináveis e a opressão sobre os mais humildes. As guerras privadas eram o grande passatempo dos senhores, cuja consequência era um grande número de vítimas entre os fracos e os inocentes. Mas, no alvorecer do século XI, os bispos da França iniciaram um movimento conhecido como "Paz de Deus". Convocaram-se concílios regionais em várias regiões do reino, nos quais se instavam nobres e senhores "a jurar sobre os Evangelhos a não mais fazerem guerras e a não oprimirem os clérigos e camponeses".[30] Iniciada na França, a Paz de Deus disseminou-se pela Itália, Espanha e Alemanha, reduzindo os conflitos internos e freando o ímpeto guerreiro dos homens daquele tempo. Quando de fato havia razões para uma guerra, a Igreja intermediava com a chamada "Trégua de Deus", definindo os dias de combate e estipulando as regras dos confrontos militares.

Os movimentos da Paz e da Trégua de Deus contribuíram para a estabilização das instituições políticas, algo fundamental para o desenvolvimento civilizacional dos povos cristãos do Ocidente. Depois de amadurecer e pacificar-se ao longo do tempo, a estrutura feudal ordenou-se inteira e solidamente, tal como estudaremos no subcapítulo 5. Evangelizados e pacificados, com o ímpeto guerreiro orientado para as cruzadas, os grandes senhores passarão a ver seu próprio poder por lentes diferentes.

Os resultados foram visíveis por todo o Ocidente. A sociedade feudal havia passado por um tamanho processo de organização, que legaria à história o testemunho de dinastias nobres que governaram seus feudos por séculos. E fizeram isto sem se contestar, passando-os de pai para filho, com a naturalidade do que é justo. Essa estabilidade feudal só foi possível, ressalte-se, porque a Igreja educou as classes altas, incutindo-lhes princípios elevados de justiça. Isto gerará não só a cultura cavalheiresca do século XII, mas também uma classe dirigente que — salvo algumas

---

30 Daniel-Rops, t. III, pp. 308-309.

exceções — primará pela justiça, pela honra e pela verdade.[31] Foi assim que, afirma Bouchet, "a nobreza militar se converteu definitivamente ao cristianismo", e enquanto uma parte de seus filhos será de nobres cavaleiros, a outra entrará para os conventos de Cluny ou de Cister.[32]

A cristalização das estruturas feudais ocorreu ao mesmo tempo do renascimento das grandes coroas no final do século XI, e ao longo de todo o século XII, na França, na Inglaterra, em Castela, em Portugal, em Aragão, na Hungria, na Boêmia e na Sicília. O caso ítalo-germânico é especial: décadas após a morte do último imperador carolíngio, o rei da Alemanha e da Itália, Oto I, grande governante e guerreiro, ressuscitou a ideia imperial ao ser coroado pelo Papa João XII (pp. 955-964) em 962. Daí por diante, a ordem cristã do mundo, amparada em um poder espiritual supremo, o papa, e em um poder secular supremo, o imperador, estaria definitivamente estruturada.

A estabilização das grandes dinastias reais e a das estruturas feudais foram acompanhadas por um crescente papel da *cidade de Deus* na terra, a Igreja Católica, cujo poder tendia a prevalecer sobre o dessas mesmas forças políticas. Com efeito, numa Europa pulverizada em reinos tão diversos, a Igreja despontou como única instituição organizada em torno de um ideal ultraterreno, e conseguiu unir todas as nações cristãs como uma única família com vistas ao mesmo fim.

E assim nasceu a Cristandade.

4. O que era a Cristandade?

Escreveu o Papa Leão XIII:

> Tempo houve em que a filosofia do Evangelho governava os Estados. Nessa época, a influência da sabedoria cristã e a sua virtude divina penetravam as leis, as instituições, os costumes dos povos, todas as categorias

---

31 Pernoud, 1978, cap. IV, pp. 62-74.

32 Bouchet, 1998, cap. IV, p. 99.

Digitalizado com CamScanner

> e todas as relações da sociedade civil. Então a religião instituída por Jesus Cristo, solidamente estabelecida no grau de dignidade que lhe é devido, em toda parte era florescente, graças ao favor dos príncipes e à proteção legítima dos magistrados. Então o sacerdócio e o império estavam ligados entre si por uma feliz concórdia e pela permuta amistosa de bons ofícios.[33]

Tais palavras emblemáticas se referem à "época cristã do mundo", a *Christianitas*, à Cristandade, época que deixou na consciência católica como que "a nostalgia do paraíso perdido", para usarmos a bela expressão de Gustavo Corção.[34] Embora alguns identifiquem outros bolsões de Cristandade aqui e ali na história, a autêntica *Christianitas* é a civilização existente na Europa Ocidental e Central, no começo do segundo milênio. Como vimos nos subcapítulos anteriores, foi fruto de gestação secular, desde o envio dos apóstolos a converter as nações até a reforma da Igreja e do mundo europeu no século XI. Ela não foi uma entidade moral ou uma abstração filosófica, mas uma realidade histórica, identificável no espaço e no tempo.

Embora encontremos prenúncios da Cristandade em acontecimentos como a visão de Constantino, o batismo de Clóvis e na coroação de Carlos Magno, ela nasceu de fato no século XI, na época da Reforma de Cluny e da Reforma Gregoriana, da Paz de Deus e da Primeira Cruzada. Caso se queira escolher um marco simbólico para sua origem, apontaríamos 1077, quando, após peregrinar da Alemanha a Canossa, Henrique IV se prostou, humilhado, diante do Papa Gregório VII.

O apogeu da Cristandade foi o pontificado de Inocêncio III, e sobretudo o grande concílio convocado por ele — o IV de Latrão — em 1215. A Cristandade entrou em franca decadência após a morte do Papa Bonifácio VIII, em 1303, embora exibisse alguns sinais vitais durante a

---

33 Leão XIII. *Immortale Dei*, Sobre a Constituição Cristã dos Estados, §28, 1º de nov. 1885.

34 Corção, cap. II, p. 20.

Digitalizado com CamScanner

crise do século XIV. Quando do Cisma do Ocidente, em 1378, já se encontrava em nítida decomposição. Destarte, ela existiu entre meados do século XI e do século XIV. Muitos dos seus marcos se mantiveram erguidos após o século XIV, mas foram enfim progressivamente derrubados pelo Humanismo, pelo Protestantismo, pelo Absolutismo, pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa.

Embora situemos o nascimento da Cristandade no século XI, a expressão "Cristandade" não era nova. É possível encontrá-la em exortações de papas e de bispos dos séculos VIII e IX. Em 732, após frear a ofensiva muçulmana contra o Ocidente na Batalha de Poitiers, Carlos Martel foi chamado pelo papa de "herói da Cristandade". Para impedir que a fragmentação opusesse os reinos cristãos uns aos outros após a morte de Carlos Magno, os homens da Igreja sempre lembravam aos soberanos que o ideal de unidade cristã (a Cristandade) devia orientar suas políticas. Com efeito, escreveu o bispo Santo Agobardo de Lyon (†840) a Luís I, o Piedoso, que "quaisquer que sejam as diversidades étnicas, de condição ou de sexo, todos os homens invocam um só Pai".[35] Já na geração seguinte, quando Luís II, o Germânico, rei da Alemanha, ameaçava invadir a França, reino de seu irmão, Carlos II, o Calvo, o bispo Hincmar de Reims (†882) escreveu-lhe uma carta exortativa, lembrando-lhe que "os piores males que conhece a Cristandade são os que são os que, a desprezo de todas as leis divinas e humanas, os cristãos infligem a outros cristãos, parentes a parentes, um rei cristão a um rei cristão, um irmão a um irmão".[36] E ainda no final do século IX, o valoroso papa João VIII (pp. 872-882), que se dedicara a defender militarmente a Itália contra os muçulmanos, invocava a ideia de "Cristandade" a fim de unir os cristãos contra o inimigo comum.[37]

---

35 S. Agobardo de Lyon *apud* Bouchet, 1998, cap. IV, p. 93.

36 Hincmar de Reims *apud* Bouchet, 1998, cap. IV, p. 94.

37 "Essa palavra foi por ele compreendida e utilizada como sinônimo de 'comunidade cristã', de sociedade temporal dos cristãos, vivificada pela sociedade espiritual dos cristãos. Descobriu e formulou, assim, a necessidade de uma responsabilidade

Digitalizado com CamScanner

Para a compreendermos verdadeiramente o que foi a Cristandade - condição *sine qua non* para compreendermos São Luís - devemos investigar suas três características fundamentais. Em primeiro lugar, a cosmovisão própria do homem da Idade Média. Em segundo lugar, um traço dessa cosmovisão: a subordinação do temporal ao eterno. E, em terceiro lugar, a sólida convicção de que todo cristão e toda nação cristã é parte de um corpo único independente de quaisquer diferenças e particularidades.

a) O aspecto basilar da cosmovisão medieval

O homem medieval enxergava o mundo conforme a razão natural aperfeiçoada pelos ensinamentos da Igreja. Esse aperfeiçoamento da razão pela Revelação nos remete inevitavelmente a Santo Agostinho, o "mentor da Cristandade", que forneceu aos medievais a noção que seria a espinha-dorsal da Cristandade e a lente pela qual enxergariam todas as coisas: *a noção de totalidade,* quer dizer, cada ente integra um todo ordenado. O homem medieval não compreendia a existência de modo abstrato, ao contrário, percebia "a harmonia e a fraternidade dos pássaros, das flores e das estrelas", contemplando um "universo de claridade, de realidades inteligíveis".[38] "A criação inteira", diz Bouchet, era "vista como um poema no qual cada palavra tem um lugar significativo, insubstituível, na unidade da obra".[39] Em suma: tudo fazia parte de um todo compreensível e, necessariamente, hierarquizado.

Na cosmovisão medieval, o universo e a própria Cristandade são como uma grande orquestra, na qual cada instrumento tem seu lugar, uns são mais humildes, outros mais imponentes, mas todos são essenciais para a música. E para que essa orquestra execute a composição, é necessário que haja hierarquia. Não há ordem sem hierarquia, sem quem mande e

---

coletiva dos batizados, que se tornaria uma das bases morais da Idade Média. Cristandade! Grito de união e de aliança" (Daniel-Rops, t. II, pp. 481-482.)

38 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 180.

39 Bouchet, 2021, cap. III, p. 191.

quem obedeça, sem quem guie e sem quem seja guiado. Existe uma hierarquia no cosmos. O medieval aprendeu da tradição da Igreja, mormente — repita-se — de Santo Agostinho, que Deus é o primeiro princípio da criação, e esta criação, incluindo o homem, a Ele se submete. Deus está no centro, pois é d'Ele que tudo provém, e para Ele todo homem deve ansiar retornar.

Deus não é apenas um "grande arquiteto" que tudo criou e com o qual o homem não se relaciona. Não! Deus fez-se carne: desceu a este mundo e nos revelou quais são seus desígnios para a humanidade, bem como formou um povo — a comunidade dos filhos de Deus —, que peregrina a caminho do Reino dos Céus. Por isso, Cristo, o início e a culminação da "Cidade Cristã", é a chave de interpretação da história medieval e do caráter total e integrador que tiveram as instituições e realidades medievais.[40]

b) A ordenação do temporal ao espiritual

Cristo enviou a Igreja para fazer das nações suas discípulas, e declarou ter recebido todo poder sobre a terra (Mt 28,18-19). Se Ele é o Senhor das nações, e se elas são compostas por membros que encontram n'Ele a finalidade de sua existência, é para o próprio Cristo que todas elas devem ordenar-se, sob a orientação da Igreja, que é a Sua continuação na história.

Como existe uma hierarquia na ordem, e a hierarquia direciona o homem para seu fim sobrenatural, os poderes deste mundo devem estar submetidos à autoridade espiritual da Igreja, deixada por Cristo para a todos conduzir ao porto-seguro da salvação, isto é, o fim sobrenatural. Como aquela era uma civilização cristã, na Cristandade o poder temporal se submetia ao espiritual: estavam ambos relacionados e unidos.[41]

---

40 Bouchet, 1998, cap. IV, p. 88.

41 Comenta Bouchet (2021, cap. VI, p. 260) que "muitos cristãos creem que a missão salvadora da Igreja a deixa à margem de qualquer intromissão nos assuntos temporais da sociedade. Têm uma visão angélica da tarefa salvadora e não levam em conta as contradições reais nas quais se move uma comunidade composta de homens de carne e osso. O poder espiritual tem as suas raízes na carne e no sangue

Não havia confusão entre o poder espiritual dos papas, bispos e abades, e o poder temporal dos imperadores, reis e nobres, como nas antigas religiões pagãs. Como vimos no subcapítulo 1, os mártires dos tempos romanos e os católicos durante a crise ariana haviam resistido justamente contra isto, mostrando aos imperadores que seu poder não prevalecia em matéria religiosa, afinal, dá-se a César o que é de César, e a Deus o que é Deus. E os Padres da Igreja, sobretudo Ambrósio e Agostinho, perceberam que o Império, o poder civil, deve ordenar-se ao fim sobrenatural da Igreja e colaborar na sua missão redentora. Na Idade Média isso ocorre de maneira quase ideal: não havia confusão entre a Igreja e o Estado, entre a autoridade religiosa e a política, mas tampouco existia separação entre estes poderes, e, sim saudáveis união e cooperação. Desse modo, se, por um lado, o poder da Igreja, principalmente o do papa, não equivalia aos dos príncipes e reis, orientando-se antes à salvação dos povos, por outro, o poder dos príncipes e reis, apesar de ter por objeto a condução do povo e por objetivo a paz e a concórdia civil, devia, no seus atos próprios, estar limitado pela lei divina e ordenar-se aos fins sobrenaturais do homem, colaborando com a Igreja em sua obra salvadora.

Ensinava São Bernardo de Claraval, a voz mais importante do século XII, que ambas as espadas — a temporal e a espiritual — pertencem à Igreja: "a temporal deve ser exercida *para* a Igreja e a espiritual *pela* Igreja. A espiritual pela mão do sacerdote, a temporal pelo soldado, mas a pedido do sacerdote e a mando do rei".[42] Ou seja, ambos os poderes pertencem à Igreja, mas um deles, ela delega aos reis. Já se compreendia isso no tempo de Carlos Magno. Com efeito, em documentos do século IX, os carolíngios, ao explicarem os bizantinos a razão de terem sido

---

dos homens, e, assim como as ambições mundanas costumam ajudar os propósitos sobrenaturais da Igreja, às vezes bloqueiam-lhe o caminho. Num e noutro caso o poder espiritual deve contar com os poderes temporais e apoiar-se neles, para conseguir seus objetivos específicos, ou lutar contra eles, para impedir que se oponham".

42 S. Bernardo de Claraval. *De Consideratione*. L. IV, caps. 3-7.

Digitalizado com CamScanner

eles, os francos, coroados imperadores, recorriam ao fato de eles terem-se mantido católicos fiéis e colaborado para a propagação da fé, merecendo, por isso, o Império.[43] Afinal, o Império é a força política a serviço da ação missionária da Igreja.

Isto não quer dizer que a autoridade dos reis fosse legítima porque a Igreja a constituía, e, sim, porque a Igreja a reconhecia, por meio de um ritual mais ou menos uniformemente praticado em toda a Cristandade: a sagração. Diz Zeller que o governo monárquico na Idade Média trazia a marca da sua época: sobretudo cristã e eclesiástica, "a realeza da Idade Média era de direito divino; era sobretudo da Igreja que ela tirava sua força".[44]

E se falamos de Cristandade católica, devemos considerar que o Pontífice Romano estava no cume da vasta e ordenada hierarquia que ligava o mais simples ao mais poderoso. A Igreja Romana, diria São Bernardo, está à cabeça das demais igrejas, mas seu domínio espiritual se estende aos príncipes cristãos postos por Deus à cabeça dos povos.[45] Máxime após a Reforma Gregoriana — com a atuação de pontífices enérgicos, como São Gregório VII (pp. 1073-1085), Urbano II (pp. 1088-1099), Alexandre III (pp. 1159-1181) e Inocêncio III (pp. 1198-1216) —, o papa, além de chefe da Igreja, converteu-se em chefe de todas as nações cristãs ocidentais. Isso leva Bouchet a concluir que a Cristandade era "a pluralidade de nações que admitem todas um só condutor espiritual: o papa", com a ressalva, porém, de que ele não presidia uma sociedade política e não detinha o poder imperial, limitando-se "a assinalar o caminho do Reino de Deus

---

43 É o que se extrai, por exemplo, dos *Anais Laureshamenses*, sobre a coroação de Carlos Magno, e de uma carta de Luís, o Germânico, neto de Carlos Magno, ao imperador bizantino Basílio I, na qual diz: "Assim como em razão de nossa fé em Cristo pertencemos à raça de Abraão, assim recebemos o governo do Império Romano, em razão de nossa boa ortodoxia. Os gregos, ao contrário, por suas opiniões heréticas, deixaram de ser imperadores dos romanos" (*abud* Bouchet, 1998, cap. V, p. 113).

44 Zeller, L. IV, cap. IX, p. 425.

45 Bouchet, 1998, cap. III, p. 82.

Digitalizado com CamScanner

e a usar o seu poder para apartar os obstáculos que se opunham à sua realização escatológica".[46]

Todos reconheciam o papa, enquanto sucessor de São Pedro, como o mediador nas relações entre os países ocidentais e o árbitro entre os monarcas e os senhores, o qual impedia arbitrariedades contra a hierarquia católica e contra o povo comum. Para isso, dispunha de meios temíveis, como a excomunhão e a interdição (sob a interdição papal, um reino ou um simples condado ficava excluído dos sacramentos). E os papas empregavam estes meios, desde contra monarcas que repudiavam as esposas legítimas e contraíam novas núpcias, até contra os governantes tirânicos, que oprimiam o povo. E o rei ou o senhor, lamentavelmente excomungado ou interdito, devia reconciliar-se com a Igreja às pressas, antes que o povo se voltasse contra ele, pois um governante excomungado perdia o direito de governar.[47]

Se afirmamos que a Cristandade foi uma ordem política edificada sob a direção espiritual da Igreja, devemos concluir, então, que ela foi uma teocracia? Se entendermos tal termo no sentido islâmico ou romano pagão, em que as autoridades espiritual e temporal se confundem, não. Afinal, o papa não era responsável por administrar a justiça em Castela, não legislava para a Inglaterra, tampouco definia as normas sucessórias da Noruega; os bispos não julgavam os conflitos entre alguma comuna aragonesa e um senhor nobre, tampouco alteravam o direito consuetudinário no interior da Borgonha; e o pároco de aldeia não julgava os crimes cometidos por um súdito do marquês da Áustria. Por outro lado, se a palavra teocracia, explica Bouchet, "se limita a assinalar a supremacia espiritual da Igreja sobre as nações cristãs e o exercício de um poder religioso acima das autoridades civis, a Cristandade foi uma teocracia", e acrescenta: "só se pode falar de uma teocracia cristã se com tal termo se designa a existência de uma autoridade espiritual que julgava, desde sua

---

46 *Ibid.*, 1998, cap. III, p. 72.

47 Dawson, 2014, cap. 14, pp. 303-316. Duffy, cap. III, p. 99.

Digitalizado com CamScanner

perspectiva própria, os reis e príncipes cristãos quando estes se apartavam do cumprimento de seus deveres morais e religiosos".[48]

Isso não significa que a Igreja não intervinha em questões civis. Fazia-o, e por isso a relação espiritual-temporal nem sempre foi pacífica. Durante toda a história da Cristandade Medieval, o conflito entre os dois poderes eclodiu aqui e ali. Nem sempre, admita-se, os clérigos agiam bem nas incursões no terreno político — veremos o próprio São Luís ser duro com eclesiásticos que confundiam o serviço divino com as prebendas seculares. No entanto, quando os papas e os bispos intervinham de modo acertado, ou seja, quando agiam contra o mau governante que prejudicava o povo ou a Igreja, suas intervenções tendiam a prevalecer, e a Igreja saía fortalecida.[49]

---

48 Bouchet, 1998, cap. IV, pp. 88-89

49 É útil recordar alguns desses embates: O *imperador Henrique V* (imp. 1111-1125) foi excomungado por violar as liberdades da Igreja e se imiscuir nas nomeações dos bispos, mas, por fim, submeteu-se à autoridade papal, reconciliou-se com a Santa Sé e foi readmitido na comunhão católica. O *rei Filipe I da França* (r. 1060-1108) entrou em guerra aberta com a Igreja ao repudiar a esposa e desposar uma nobre casada, mas foi excomungado, o reino interditado, e fez penitência pública. O *duque Guilherme X da Aquitânia* (duq. 1126-1137) permaneceu cismático e durante anos ao negar-se a reconhecer o papa legítimo, mas foi admoestado por São Bernardo de Claraval e, arrependido do cisma, peregrinou a Santiago de Compostela, onde morreu como penitente. Seu genro, o *rei Henrique II da Inglaterra* (r. 1154-1189), querendo controlar a Igreja, acabou por provocar o martírio do arcebispo da Cantuária. Foi excomungado e peregrinou até o santuário do arcebispo mártir e, flagelando-se diante do túmulo do santo, pediu perdão e foi readmitido na Igreja. Seu filho, o *rei João da Inglaterra* (r. 1199-1216) violou a liberdade da Igreja, sendo por isso excomungado. Por fim, pediu perdão, oferecendo a Inglaterra como feudo da Santa Sé. O *imperador Frederico I Barbarroxa* (imp. 1155-1190) tentou destituir o papa legítimo e ocasionou um cisma, mas, por fim, humilhou-se diante do papa Alexandre III e obteve-lhe o perdão. O *imperador Oto IV* (imp. 1198-1218) violou a imunidade dos Estados Papais, foi excomungado e perdeu a obediência de todos os príncipes e bispos alemães. Enviou emissários ao papa no IV Concílio de Latrão, em 1215, pedindo a Inocêncio III a retirada de sua excomunhão, pois se declarava arrependido de suas ofensas e disposto a obedecer-lhe. O rei *Dom Afonso II de Portugal* (r. 1211-1223) apoderou-se dos bens da Igreja e acabou excomungado. Prometeu retificar seus erros, mas morreu sem fazê-lo. Seu inábil filho, *Dom Sancho II de Portugal* (r. 1223-1248) repetiu os malfeitos do pai, mas foi não apenas excomungado, como expulso

Digitalizado com CamScanner

A atuação dos eclesiásticos foi eficacíssima, sobretudo quando assumiam a função de árbitro entre as autoridades políticas. Lembremos do papel dos bispos durante a "Paz e Trégua de Deus", diminuindo conflitos e reprimindo a violência. No século XII, quando tiveram início as guerras que seriam o prelúdio dos futuros conflitos nacionais, a Igreja continuou na dianteira da arbitragem, procurando impedir que os interesses feudais das grandes coroas ascendentes quebrassem a unidade entre os cristãos, notadamente entre a França e a Inglaterra. Por exemplo, Gregório VII (pp. 1073-1085) arbitrou conflitos entre os reis Filipe I da França (r. 1060-1108) e Guilherme I da Inglaterra (r. 1066-1087). O Papa Alexandre III (pp. 1159-1181) promoveu, em 1161, a paz entre Luís VII da França (r. 1137-1180) e Henrique II da Inglaterra (r. 1154-1189). Clemente III (pp. 1187-1191) e Celestino III (pp. 1191-1198) impediram as guerras entre esses dois reinos na década de 1190. O grande Inocêncio III (pp. 1198-1216) foi árbitro entre a Inglaterra e a Escócia, e interveio na Itália, em Portugal, na Armênia, para impedir guerras. Enfim, esses papas medievais, na expressão de Giordani, desempenharam um esforço prodigioso e incomparável em prol da manutenção da unidade e da paz no Ocidente Europeu.[50]

Mas não somente os papas. Afinal, alguém poderia objetar que, em uma sociedade de profundo caráter católico, ser ameaçado de excomunhão pelo Soberano Pontífice faria tremer os mais poderosos dos reis. Mas e um simples abade do interior da França, sem espada e sem o poder de interdição? Também o ouviriam? Ouviram Bernardo de Claraval, o

---

do reino. Seu irmão e sucessor, *Dom Afonso III de Portugal* (r. 1248-1279) imiscuiu-se nas propriedades da Igreja, impediu os bispos de cobrar dízimo, apoderou-se de recursos destinados à construção de igrejas, autorizou a prisão e a execução de padres sem julgamento canônico, dentre outros abusos. Foi excomungado e o reino interditado em 1277. Dois anos depois, no entanto, jurou obediência à Igreja, restituiu-lhe tudo o que tirara, e sua excomunhão foi revertida. E o próprio avô de São Luís, o *rei Filipe II da França* (r. 1180-1223) entrou em conflito com a Igreja ao contrair segundas núpcias depois de repudiar a rainha, que não era de seu agrado. Foi excomungado, mas cedeu e voltou para a esposa legítima, reconciliando-se com a Igreja.

50 Giordani, t. I, parte. I, cap. V, p. 110.

Digitalizado com CamScanner

santo que, além de ser, com São Luís, a expressão perfeita do modelo de homem medieval, era uma espécie de "consciência do Ocidente", ao qual todo o mundo católico recorria para tratar dos mais variados assuntos. Foi o homem mais poderoso do século XII, o mentor de papas e de reis. O modo como os medievais lidaram com São Bernardo de Claraval, monge desarmado, de saúde frágil, mas dotado como poucos da chama que arde no coração dos grandes santos, é um grande paradoxo para a maquiavélica modernidade. O mundo secular aceitava submeter-se a este monge, comenta Bouchet, e opor-se a ele era uma temeridade.[51] Isso é um claro sinal de que a influência da Igreja na Cristandade estava longe de ser coercitiva. Ela não era apenas um *poder*, mas a instituição detentora de uma autêntica *autoridade* moral reconhecida por todos.

Isto ocorreu principalmente no tempo de Inocêncio III — um pontífice ímpar, o mais poderoso da história, sob cujo pontificado nasceu São Luís e sob o qual a Cristandade alcançou seu apogeu. Nos seus dias, o mundo católico era de fato guiado desde a *Sancta Sanctorum*, a pequena e belissimamente decorada capela papal no Palácio de Latrão. Era ali que o pontífice rezava, prostrado diante do altar e do retábulo no qual se vê a face de Cristo, sob o olhar dos ícones de São Pedro e São Paulo e de São Lourenço e Santa Inês, e iluminado pela tênue luz oriunda das janelas do topo. Era ali, naquele santuário ainda de pé, que os papas da era cristã da história recebiam do Céu o auxílio necessário para bem governar a Igreja e suas filhas, as nações cristãs.[52]

---

51 Bouchet, 1998, cap. III, pp. 64-65.

52 A exposição das relações entre o espiritual e o temporal na Cristandade foi feita aqui de modo sumário, sem as diferenciações que um estudo aprofundado sobre o tema exigiria no que se refere à transformação de tais relações desde o final do século XI até o início do século XIV. O século XIII, especialmente, pela iniciativa de papas muito inspirados pelo direito romano, como Inocêncio III e Gregório IX, significou notável aumento da pretensão da autoridade papal sobre as coroas, que não pôde ser mantida no século seguinte por uma sucessão de fatos históricos que o escopo dessa obra não permite explorar.

Digitalizado com CamScanner

c) A unidade das nações cristãs

Compreendida a cosmovisão medieval e seu desdobramento natural — a ordenação do temporal ao espiritual —, temos de tratar da terceira faceta elementar da Cristandade, muitas vezes negligenciada pelos estudiosos católicos que hodiernamente se debruçam sobre aquela época: a unidade das nações cristãs, o autorreconhecimento dos povos batizados como fraternalmente unidos, como genuínos *fratres*, irmãos em Cristo.

Três civilizações partilhavam àquela altura o Mar Mediterrâneo: a islâmica — que ocupava todo o norte da África, o sul e leste da Anatólia, a Península Arábica, e a porção meridional da Península Ibérica; a civilização "grega", que tinha como baluarte o Império Bizantino, mas que incluía os povos do leste europeu que aderiram ao cisma oriental, quais sejam, os búlgaros, os sérvios e os russos de Kiev; e a Cristandade Ocidental, um conjunto de nações unidas pela fé, mas que eram um mosaico cultural e étnico, de origem latina, germânica, céltica, eslava, magiar e nórdica. Todos os ocidentais eram chamados simplesmente de "*latinos*" pelos bizantinos, em razão de sua união à Igreja de Roma e de sua liturgia em latim, e de "*francos*" ou "*franj*" pelos islâmicos, em virtude da presença maciça de franceses nas cruzadas.

Olhemos, primeiramente, para a Cristandade em termos geográficos.

O centro espiritual do mundo era Roma, donde o Papa, chefe da Igreja e das nações cristãs, governava uma porção central da Península Italiana conhecida como "*Estados Papais*", "*Estados Pontifícios*" ou "*Patrimônio de São Pedro*". Como já dissemos, quando nasceu São Luís, reinava o grande Papa Inocêncio III. Os Estados Papais faziam fronteira ao sul com o *Reino da Sicília*, tomado dos bizantinos pelos normandos franceses em 1071, e governado àquela altura pelo rei Henrique II (r. 1212-1217).

O norte da Península Italiana fragmentava-se em vários estados, com regimes políticos diferentes: a *República da Toscana*, oligarquia independente desde 1115; as repúblicas mercantis de *Pisa*, *Veneza* e *Gênova*;

Digitalizado com CamScanner

e outros estados feudais submetidos nominalmente ao monarca alemão, como *Milão*, *Treviso*, *Saboia*, *Friuli* e *Ancona*.

Além do Mar Tirreno, na Península Ibérica, cinco reinos cristãos lutavam arduamente para expulsar os invasores muçulmanos. No norte e centro da Península havia, em ascensão, o *Reino de Castela*, governado há quase seis décadas pelo avô materno de São Luís, o rei Afonso VIII (r. 1158-1214). A oeste de Castela, existia seu reino irmão, o *Reino de Leão e Galiza*, então sob governo de Afonso IX (r. 1188-1230).[53] No oeste da Península, encontrava-se o *Reino de Portugal*, independente desde 1139 e sob reinado de Dom Afonso II (r. 1211-1233), estendendo-se, então, da foz do rio Tejo ao vale do rio Douro. No leste da Península, havia o *Reino de Aragão*, em união dinástica com o *Condado da Catalunha*, que, sob o reinado de Jaime I (r. 1213-1276) recuperaria Valência e as Baleares dos muçulmanos. E ao norte da Península, na fronteira com a França, existia o pequeno *Reino de Navarra*, cujo rei era Sancho VII (r. 1194-1234).[54]

Ao norte, depois do Golfo de Biscaia, chegava-se ao *Reino da Inglaterra*, um país que, até pouco antes, exibia o poder político mais forte da Cristandade. Era, então, governado pelo inábil tio-avô de São Luís, João (r. 1199-1216), chamado "o Sem Terra", que empreendia uma guerra fratricida contra a França.[55] Ainda distante da reforma protestante, a Inglaterra, habitada por um povo muito fiel e dedicado à Igreja, era um dos centros mais fervorosos do catolicismo. Ao norte da Inglaterra, o distante *Reino da Escócia* era governado, desde há muito, pelo rei

---

53 Leão e Castela seriam definitivamente unificados em 1230, sob São Fernando III.

54 No ano anterior ao nascimento de São Luís, todos os reinos ibéricos católicos, à exceção de Leão, se uniram em uma grande campanha militar contra os muçulmanos, concluída na decisiva Batalha das Navas de Tolosa, a 16 de julho de 1213. Tal vitória gloriosa de Portugal, Castela, Aragão e Navarra contra o Califado Almóada marcou o início da supremacia cristã na Península Ibérica e da decadência irreversível dos muçulmanos, que ficaram restritos a uma reduzida porção de terra ao sul da Península.

55 As razões destes conflitos serão expostas expostos no Capítulo 2.1: "*Filha mais velha da Igreja: a França que São Luís herdou.*"

Digitalizado com CamScanner

Guilherme I (r. 1165-1214); e, atravessando o Mar da Irlanda, chegava-se à Irlanda, conhecida como "ilha dos santos", em virtude da multidão de grandes heróis da Igreja, oriundos desta terra, que evangelizaram os povos nos tempos bárbaros.

No norte da Cristandade, entre os belos e gelados fiordes donde outrora partiram os navios vikings, três reinos católicos se desenvolviam. O mais meridional era o *Reino da Dinamarca*, governado pelo rei Valdemar II (r. 1202-1241). O *Reino da Noruega*, governado pelo rei Ingo II (r. 1204-1217) era o mais setentrional, e seus domínios se estendiam até a Islândia, para onde levara há pouco a fé católica. E, na parte oriental da Península Escandinava, o *Reino da Suécia*, cujo rei era Érico X (r. 1208-1216), e que estava em expansão no Báltico, onde já conquistara o sul da Finlândia e o litoral da Lituânia, difundindo nessas terras a fé.

Nas fronteiras orientais da Cristandade, defendendo-as das tribos bálticas, encontrava-se o *Grão-Ducado da Polônia*, baluarte do catolicismo no centro europeu, governado nesse tempo pelo grão-duque Lesco I (duq. 1211-1227). Ao sul deste ducado, achava-se o *Reino da Hungria*, que, de nação bárbara, se convertera em uma das mais piedosas filhas da Igreja. Seus monarcas detinham o título de "rei apostólico", ostentado então pelo rei André II (r. 1205-1235).

O soberano do *Sacro Império Romano* exercia o poder político mais importante da Cristandade. O Império dividia-se em grandes e pequenos feudos, abrangendo o que hoje são a Alemanha, a Suíça, a Áustria, a Eslováquia, a Tchéquia, os Países Baixos, o oeste da Polônia e o norte da Itália. Então governado pelo imperador Oto IV (imp. 1209-1215), formava um conjunto de territórios unidos por uma ideia há tanto acalentada, qual seja, a de ressurreição do Império Romano do Ocidente, restaurado por Carlos Magno e depois por Oto Magno. Seus imperadores ansiavam estabelecer o domínio universal sobre os cristãos e, geralmente, se dizia que era por uma emanação do poder dele que os demais reis governavam, ainda que não houvesse nada na realidade que demonstrasse uma relação de dependência, nem sequer um juramento de fidelidade

Digitalizado com CamScanner

destes reis ao imperador. Além das fronteiras de seu império, destarte, sua liderança era simbólica. Intitulava-se, além de Imperador, Rei da Alemanha e da Itália.

E, no centro de nossa história estava o *Reino da França*, nação mais rica, populosa e pujante da Cristandade, a filha mais velha da Igreja.

No tempo de São Luís, a Cristandade não ocupava apenas território europeu. Desde 1095, quando da convocação da Primeira Cruzada, criaram-se Estados católicos na Palestina, alguns dos quais, após décadas de resistência, sobreviviam no tempo de São Luís, como o *Reino de Jerusalém*, o *Principado de Antioquia* e o *Reino do Chipre*. E, desde 1204, quando os ocidentais conquistaram o Império Bizantino na Quarta Cruzada, um Estado *de jure* católico fora instituído no Bósforo e sediado em Constantinopla, o *Império Latino*.

Seria difícil conceber algum laço de unidade e comunhão entre nações tão díspares e povos tão afastados uns dos outros. Mas tal laço existia, e ele era, conforme cantava o poeta francês Rutebeuf no século XIII, aquele anunciado por São Paulo na 1ª Carta aos Coríntios, e que traduzia o sentimento comum na Cristandade: "Todos são um só corpo em Jesus Cristo, segundo vos mostro por escrito: cada um é membro do outro." Conforme essa firme convicção, explica Daniel-Rops: "todos os batizados constituem desde já, na terra, uma entidade viva, fraternal, harmonizada pelos mesmos princípios, unidos num mesmo esforço. Essa entidade recebe agora um nome: chama-se *Cristandade*."[56]

Esse belo nome encontrava sinônimos em expressões como "povo cristão" *(populos christianus)*, "república cristã" (*republica christiana)* ou ainda em "mundo cristão" *(orbi christianus)*,[57] termos correntes na Idade Média para designar um mundo em que os povos católicos, apesar das diferenças de classe e de origem, uniam-se em torno de um propósito sobrenatural comum, em que os princípios evangélicos tinham força

---

56 Daniel-Rops, t. III, p. 39.

57 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. I, p. 51.

Digitalizado com CamScanner

de lei e em que toda autoridade dependia do Papa, o Vigário de Cristo na terra:[58]

> Existe uma diferença fundamental entre a vida internacional dessa época e a de hoje. Os antagonismos entre reis e príncipes não correspondiam ao dramático embate que faz dois povos arriscarem o seu destino [...]. Essa evidência domina todo o quadro político da época: para além dos conflitos, manifesta-se de muitos modos uma unidade. A Europa conheceu durante esses trezentos anos uma era de profunda harmonia, tal como não experimentara desde o fim da *pax romana* nem viria a experimentar até os nossos dias. O jogo brutal da política não impedia que os europeus sentissem – inconsciente, mas fortemente, e sem terem de apelar para termos como "União Europeia" ou "Comunidade Europeia" – que eram membros de uma única família e defendiam os mesmos valores de civilização. [...] Mesmo em plena guerra, os governantes dos países beligerantes nunca se lembraram de prender e de mandar para um campo de concentração quem abastecesse o inimigo. [...] Os peregrinos podiam ir livremente a todos os países para rezar ao seu santo de devoção, e não só não se deparavam com nenhum obstáculo administrativo como recebiam proteção dos poderes públicos das regiões que atravessavam. Nenhum governo teve a menor hesitação em reconhecer o direito à liberdade de locomoção. Nenhuma guerra impediu tampouco que os comerciantes enviassem as suas mercadorias às feiras internacionais, ou que os banqueiros da França e da Lombardia trocassem cartas de crédito. Os governos não proibiam "o comércio com o inimigo".[59]

Não se imagine a ausência de conflitos, pois as guerras feudais eram comuns. Mas jamais se motivaram por pretensões expansionistas. Não se reconhecia, entenda-se, o direito à guerra de conquista na Cristandade,[60] este gênero de conflito que levou à construção dos grandes impérios da

---

58 Daniel-Rops, t. III, p. 40.

59 *Ibid.*, t. III, p. 37.

60 Richard, parte III, cap. II, pp. 325-326.

Antiguidade, do Mundo Islâmico, e que ressurgiria entre os ocidentais na Modernidade. Os conflitos feudais, ao contrário, ocorriam quando se admitia que o recurso às armas era a última alternativa ante a violação da justiça, seja quando se usurpava o direito sucessório sobre determinada terra, seja quando um senhor violava os direitos tradicionais de seus vassalos. Com efeito, a própria Igreja permitia certas guerras para que a justiça prevalecesse, tal como escrito por São Bernardo no século XII: "Se a causa daquele que guerreia é justa, seu êxito não pode ser mal, assim como o fim não pode ser bom se é defeituoso seu motivo e distorcida sua intenção".[61]

Para impedir a guerra, ou caso ela eclodisse, os príncipes, os nobres e as cidades costumavam solicitar a arbitragem de uma personalidade de alta estatura moral, seja de um santo, como São Bernardo ou São Luís, seja de um papa, como Inocêncio III, para solucionar o litígio sem necessidade da força. É impossível calcular quantas guerras se evitaram ou se encerraram na Cristandade pela intervenção de um homem de Deus... Mas a quais princípios estes árbitros recorriam para conduzir os beligerantes à paz? Às trapaças diplomáticas como as do renascimento, aos acordos interesseiros dos tempos modernos, ou aos pactos internacionais como os contemporâneos? Na Cristandade, ao contrário, os árbitros chamavam os beligerantes à paz apelando à justiça e à necessidade de reconciliação entre irmãos em Cristo. Recorria-se ao batismo comum e aos princípios superiores que muito mais os uniam do que as disputas mundanas os separavam.[62]

Mesmo quando apenas aconselhavam os senhores ou redigiam suas decisões, acordos e cartas, os clérigos, diz Bloch, homens imbuídos do espírito universalista da Igreja, contribuíam para manter "acima da confusão dos pequenos conflitos locais, a preocupação com horizontes mais amplos,"[63] preservando a unidade para além das mesquinharias particulares.

---

61 S. Bernardo de Claraval, *De Laude Novae Militiae Ad Milites Templi*, cap. II.

62 Baschet, pp. 456-460.

63 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 101.

Digitalizado com CamScanner

O resultado a longo prazo desse processo de pacificação e civilização não foi, é claro, o reino da paz perpétua e universal, mas, sim, o reconhecimento, como superior a todo recurso às armas, de uma *Pax Christiana* (paz cristã), o que permitia aos homens da Baixa Idade Média usufruir de um relacionamento internacional muito mais pacífico do que conhecera o período precedente e que conheceria o seguinte. Recorrendo ao caso da paz de que gozou Paris, diz Régine Pernoud:

> Comparemos, em espírito, por exemplo, a sorte de Paris, que não sofreu um cerco desde o dos normandos em 885-887, e as perturbações de meados do século XIV: mais de quatrocentos anos decorreram sem que a cidade tenha sido atingida pelas guerras ou pelas desordens internas; se se estabelecer um paralelo com aquilo que se passou em Paris de 1789 até nossos dias, inútil insistir no balanço das revoluções sucessivas, dos cercos e das ocupações estrangeiras...[64]

A compreensão da unidade cristã era mais perceptível quando havia um inimigo comum a ser combatido, principalmente os povos islâmicos e pagãos. Por exemplo, todas as nações da Cristandade participaram das Cruzadas. Quando os pagãos do leste europeu ameaçavam o flanco oriental do mundo cristão, alemães se uniam aos húngaros para penetrar na Transilvânia e desbaratar tais ataques; poloneses enviavam tropas em auxílio dos alemães contra os bálticos; assim como suecos, noruegueses, dinamarqueses e alemães se aliavam para repelir os ataques dos lituanos. Uma cantiga composta em 1212 pelo trovador provençal Gavaudan convocava "*alemães, franceses, cambresineses, ingleses, bretões, angevinos, berneses, gasconeses* e *provençais*" para auxiliar os "*portugueses, galegos, castelhanos, navarros, aragoneses* e *cerdanheses*"[65] na luta contra os mouros na Península

64 Pernoud, 1978, cap. VIII, p. 145.

65 Por "alemães", entendiam-se os de língua alemã, oriundos do Sacro Império; "por franceses", os que vinham da Ilé-de-France; por "bretões", os oriundos do ducado francês da Bretanha; por "angevinos", os do condado francês de Anjou; por "berneses", os naturais da região de Berna, na Suíça; por "gasconeses", entenda-se os do sudoeste francês, a Gasconha; e por "provençais", os vindos da Provença, feudo

Digitalizado com CamScanner

Ibérica. Para isso, invocava a fé em Jesus Cristo como laço que unia todos esses povos numa só família. Com efeito, franceses, ingleses e alemães auxiliaram os reinos cristãos ibéricos em sua guerra de Reconquista diversas vezes. Isso fica evidente na fundação de Portugal, pois seu primeiro rei, Dom Afonso Henriques (r. 1139-1185), era filho de Henrique da Borgonha (†1112), um bisneto de um rei francês, que lutara na Reconquista nas tropas do rei de Castela. Demais, Lisboa, a futura capital do reino, só foi conquistada graças ao auxílio de cruzados vindos da Inglaterra, Flandres, Escócia e Alemanha.[66] Auxílios semelhantes foram dados a Aragão, a Navarra e a Castela.

A despeito da nacionalidade do indivíduo, ele era cristão. O caráter superior da fé abstraía, em certa medida, as diferenças e rivalidades, fazendo com que os homens se percebessem unidos por laços eternos, mais estreitos do que o de qualquer realidade humana passageira. Tendo plena ciência desse sentimento comum, os papas não hesitavam em convocar para as cruzadas todos os povos a eles submetidos, em pedir auxílio para a Reconquista Ibérica, em fazer grandes apelos gerais em defesa da Cristandade. Por exemplo, em 1260, o Papa Alexandre IV (pp. 1254-1261), alarmado pelos progressos contínuos dos exércitos mongóis na Europa Oriental, escreveu aos príncipes cristãos, aos prelados e a todas as comunidades, pedindo que pensassem em meios de resistir aos bárbaros, que auxiliassem à Hungria e à Polônia e qualquer outro país pelo qual os mongóis pudessem invadir o restante da Cristandade.[67]

Tal estado de coisas se devia ao fato de a Igreja ter impresso indelevelmente na sociedade medieval o sentimento de responsabilidade de cada um para com o todo:.

---

mediterrâneo do Sacro Império, todos chamados em auxílio dos "portugueses" (Portugal), "galegos" (Leão e Galiza), "castelhanos" (Castela), "navarros" (Navarra), "aragoneses" (Aragão) e "cerdanheses" (Cerdanha).

66 Mattoso, pp. 239-248.

67 Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, p. 672.

Digitalizado com CamScanner

> Em sentido lato, a Cristandade é o conjunto de homens regenerados por Cristo, que aspiram o seu reino; em sentido estrito, é a sociedade dos cristãos enquanto vivem na terra e buscam fins temporais, partindo, porém, da base de que esses fins devem ser ultrapassados e realizados em Deus. A Cristandade é, portanto, um povo, a linhagem que nasceu de Cristo, que se nutre d'Ele e se dessedenta no seu sangue. É uma "nação", uma comunidade que não está necessariamente ligada a um quadro geográfico e na qual todos os membros se sentem em sua própria casa. É uma sociedade, *populus christianus*, em que as desigualdades sociais e profissionais devem conciliar-se. É, enfim, uma pátria, por cujos interesses cada membro deve estar disposto a sacrificar a vida.[68]

E diz o mesmo autor, adiante:

> Quer se trate de um monge na sua congregação, de um artesão no seu ofício ou de um burguês na sua cidade, o indivíduo sacrifica-se com gosto em benefício da comunidade. Este sentimento comunitário existe também no plano religioso. Contrariamente ao que acontece hoje, o cristão não se sente só no seu esforço espiritual. Tem firmemente arraigado o *sentido da Igreja*, esse sentido que nasceu nas origens da "Assembleia", da *Ecclesia*, que se fortaleceu nos tempos heroicos das perseguições, que selou a união dos fiéis contra os perigos bárbaros e que, nos séculos XI, XII e XIII, se manifesta nesses grandes empreendimentos da comunidade cristã que são a Catedral e a Cruzada.[69]

Destarte, além da união entre as nações cristãs, a Cristandade promovia o vínculo íntimo entre as sociedades, as comunidades, as famílias e os indivíduos que compunham tais nações, vínculo proporcionado pela fé e pela consciência de compartilhamento de uma mesma história sobrenatural. Tudo isso provia ao indivíduo um sentido de pertencimento inimaginável ao homem moderno:

---

68 Daniel-Rops, t. III, p. 40.

69 *Ibid.*, t. III, p. 75.

Digitalizado com CamScanner

> Quase toda a Europa e uma parcela considerável do Mediterrâneo Oriental formavam uma grande sociedade, unida por uma fé, uma lei e instituições comuns. Um peregrino podia viajar da Inglaterra e da Irlanda ou da Escandinávia para Roma, Santiago de Compostela ou Jerusalém e encontrar, por todos os lugares, pessoas que partilhavam o mesmo modo de vida, os mesmos padrões de raciocínio e comportamento.[70]

A Cristandade estava em cada pessoa, em cada um de seus membros. Leiam-se, para apreendê-lo, dois trechos da narrativa da Sétima Cruzada pelo cronista Jean Sarrasin: "O rei, vendo aquilo, bem julgou que aqueles que foram antes, tinham posto a *Cristandade* que estava lá (atrás), em perigo".[71] Em outro momento, escreve: "quando estas coisas dolorosamente aconteceram à *Cristandade*, o sultão fez tomar o rei [...]".[72] O cronista não se refere ao mundo cristão inteiro nos dois fragmentos, mas aos grupos cruzados que o representavam nos desertos egípcios em luta contra os infiéis. Por quê, então, recorrer ao termo "Cristandade"? Porque o que sobreviesse a eles, sobrevinha a toda a Cristandade. Tais palavras não comunicam mesmo a compreensão do próprio sentido de Igreja e de pertencimento à Comunhão dos Santos?

Na Cristandade respirava-se um ambiente universalista, perceptível nos mais variados contextos. Papas italianos sucediam a papas franceses, portugueses e ingleses. Casamentos dinásticos ocorriam entre os mais distintos reinos europeus.[73] Dinastias de origem francesa reinaram por séculos na Inglaterra, na Sicília e na Hungria; outras, de origem borgonhesa, em Portugal e Castela; outras, de origem provençal, em Aragão; outras ainda de origem alemã e aragonesa, na Sicília. Monges e frades

---

70 Dawson, 2014, cap. XV, pp. 318-319.

71 Jean Sarrasin, cap. VII.

72 *Ibid.*, cap. IX.

73 Rainhas consortes espanholas, italianas e dinamarquesas, na França; rainhas francesas, espanholas e alemãs, na Inglaterra; vemos rainhas portuguesas e alemãs na Dinamarca; rainhas italianas, portuguesas e francesas, nos reinos espanhóis; rainhas francesas, na Hungria e na Alemanha; e rainhas italianas, em Portugal.

Digitalizado com CamScanner

mendicantes cruzavam fronteiras despreocupados. Bispos e abades, vindos de todos os rincões da Europa, governavam mosteiros e dioceses que não os conheciam. Quantos estrangeiros não foram acolhidos em Cluny e depois em Cister? Um estatuto cisterciense estabelecia que a nacionalidade não devia ser critério na eleição dos superiores. Quantos cluniacenses, cistercienses, franciscanos e dominicanos, lembra Bloch, não emigraram para países estrangeiros? Sob Guilherme, o Conquistador, duque da Normandia e rei da Inglaterra (r. 1066-1087), quase todas as dioceses e grandes abadias normandas tinham à sua cabeça italianos ou lorenos. São Maurício (†1067), antes de ser arcebispo de Rouen, havia estudado em Liège, ensinado na Saxônia e sido eremita na Toscana![74] Santo Anselmo (†1109) nasceu em Aosta, na atual Itália, e foi abade de Bec, na Normandia, e depois arcebispo da Cantuária, na Inglaterra. São Hugo (†1200) nasceu em Saboia e foi bispo de Lincoln; João de Salisbury (†1180) era inglês e foi bispo em Chartres, na França.[75] Esses são apenas alguns exemplos de uma lista extensa.

O pensamento e a cultura estavam igualmente embebidos no universalismo. Com efeito, ninguém concebia impedir um homem muito competente de ensinar pelo simples fato de ele ser estrangeiro. Adotava-se o mesmo procedimento com os alunos. Assim, estudando em Paris, havia ingleses, alemães, escandinavos, portugueses e até bizantinos e palestinos. Nas artes, apreciavam-se os mestres-de-obras distantes de sua terra natal. Da França, principalmente, construtores emigraram para a Hungria, para a Espanha, para a Inglaterra. Os canteiros de obras deslocavam-se por todo o mundo católico. Havia inclusive uma língua internacional — o latim —, que permitia a auditórios heterogêneos a compreensão das lições dos mestres.[76] Conforme diz Dawson, o resultado

---

74 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 85.

75 Daniel-Rops, t. III, p. 37.

76 Daniel-Rops, t. III, pp. 37-38. Bloch, 2019, t. I, livro II, pp. 96-97. Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 183.

dessa universalidade foi a formação de uma teologia, uma filosofia e uma literatura da Europa, formação da qual todos os países participavam, um tesouro aberto a todas as nações, e para o qual cada uma delas dava sua contribuição particular e regional.[77]

E, como afirma Daniel-Rops, "toda a atividade do espírito estava orientada para um mesmo fim: tinha um sentido e uma ordem. O homem moderno, que julga candidamente que os intercâmbios intelectuais datam dos meios mecânicos de comunicação, dificilmente compreende essa animação fecunda e prodigiosa."[78]

Tudo isso se dava sem a anulação das particularidades de cada povo, de cada região, de cada reino cristão. Comenta Bloch que, àquele tempo, a Europa "parece ora maravilhosamente universalista, ora particularista ao extremo".[79] Isso era possível porque, ao contrário do universalismo helenístico, o universalismo católico, sobretudo do tempo da Cristandade, jamais procurou suprimir as particularidades. A Igreja sempre almejou, comenta Bouchet, um povo unido no essencial, mas diversificado no acidental:[80]

> Revelar o nada do sectarismo em prol da união dos homens em Cristo, não é o mesmo que desdenhar o valor das nações e a sua contribuição positiva para promoção da grandeza humana comum. A Igreja nunca ignorou que essa grandeza nasce da distinção e da desigualdade das nações e não da sua uniformidade.[81]

O caráter universal da Igreja, conclui Bouchet, "vem por assunção, e não por negação, da diversidade e da heterogeneidade."[82] E arremata Lévis-Mirepoix:

---

77 Dawson, 2014, cap. XV, pp. 318-322.
78 Daniel-Rops, t. III, p. 38.
79 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 86.
80 Bouchet, 1998, cap. VIII, p. 202.
81 *Ibid.*, 2021, cap. VII, p. 291.
82 *Ibid.*, 2021, cap. VII, pp. 328-329.

Digitalizado com CamScanner

> Havia no século XIII, sob o nome de Cristandade, uma solidariedade europeia muito mais estreita do que há hoje [...] A unidade da fé não sufocava nem a diversidade das famílias humanas nem as múltiplas atividades da vida secular, as impregnava com uma preocupação dominante: a de fazer prevalecer o espiritual.[83]

Assim, ao abranger todos os povos cristãos e torná-los "um na diversidade", a Cristandade foi a realização, simultaneamente espiritual e temporal, da catolicidade da Igreja, daquela universalidade designada pela própria palavra "*Katholikós*".

5. O edifício político e social da Cristandade Medieval

No tempo de São Luís e da Cristandade, o mundo ocidental organizava-se pelo que a posteridade batizou de "feudalismo". Definido por Bouchet como "um sistema de relações pessoais, de posse de um território, de organização militar, de ordenação política e judiciária",[84] o sistema feudal era toda uma forma de configuração política e de conformação comunitária que dava vida à sociedade medieval e a fazia ser o que era.

A mente revolucionária moderna converteu o termo "feudal" em sinônimo de algo "abusivo" e "tirânico".[85] Tal distorção talvez tenha moldado o pensamento do leitor, o que o fará desconfiar injustamente de São Luís, pois era ele um rei feudal, notoriamente impregnado pelos princípios que serviam de ligadura à feudalidade. Logo, é deveras necessário compreender o que de fato foi o feudalismo.

Antes, pontuemos o que ele não foi. O feudalismo não era um regime político nos moldes contemporâneos, fruto de um esforço inglório de um legislador, ou de uma ideologia racionalmente concebida como panaceia

---

83 Lévis-Mirepoix, cap. I, pp. 29-30.

84 Bouchet, 1998, cap. VIII, p. 167.

85 Bouchet, 1998, cap. VIII, p. 166, 181. Pernoud, 1978, cap. IV, p. 70.

Digitalizado com CamScanner

contra os males da comunidade humana. Pelo realismo que lhe era próprio, o homem medieval não cedeu à tentação de substituir a realidade por entes da razão: o modo como se organizou social e politicamente tinha mais em conta a vida real que princípios abstratos. Não há, entenda-se, artificialidades no sistema feudal. Ele foi fruto de um aprendizado e de um esforço multisseculares, e não de uma abstração a partir de premissas ideológicas. Nasceu da experiência quotidiana, dos usos e costumes, e de uma série de circunstâncias, enfrentadas e resolvidas na história.[86]

Como esse sistema era uma construção de caráter orgânico, compreender o modo como se formou é compreender o próprio sistema.

a) A formação do feudalismo

A gênese do feudalismo está nos tempos remotos da crise do Império Romano do Ocidente. Nesse tempo de desordem e de ausência de autoridade, os mais fracos naturalmente recorriam ao potentado mais próximo para obtenção de algum tipo de proteção, fosse esse potentado um bispo, um grande proprietário rural, ou um chefe bárbaro estabelecido em território romano como federado. Esse laço de dependência e proteção, denominado pela história como "*commendatio*", era uma realidade *de facto* entre os romanos, e não uma instituição formal. Sobreviveu ao próprio Império Romano, pois foi assimilada por muitos povos bárbaros no Ocidente, a começar pelos francos.[87] Com efeito, sob a égide da Dinastia Merovíngia, entre os séculos V e VIII, época em que os conflitos persistiram, a aristocracia franco-romana e os próprios reis acolheram a "*commendatio*" ou "recomendação". Ela reforçou-se com uma instituição propriamente germânica – o "*comitatus*" – a qual era uma subordinação concretizada por um juramento ritualístico, a origem da cerimônia da homenagem feudal. Quem prestava o juramento e se submetia era

86 Pernoud, 1978, cap. IV, p. 56. Bouchet, 2021, cap. VI e VII, pp. 283, 297.

87 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 157. Bouchet, 1998, cap. VIII, p. 164.

Digitalizado com CamScanner

denominado "vassalo", e recebia do seu senhor o sustento. Por servir-lhe militarmente, era seu homem de armas privado.[88] Anote-se que a expressão "*comte*", origem do nosso "conde", vem da expressão "*comitatus*", e significava justamente "companheiro de armas".[89]

Apesar de ser prática corriqueira no reino merovíngio, não havia nenhum reconhecimento oficial ou jurídico da vassalagem. No século VIII, no entanto, deu-se uma reviravolta, pois os novos governantes carolíngios, desejosos de restaurar a monarquia enfraquecida nos tempos merovíngios e cientes da fragilidade das antigas instituições, enxergaram nestes laços de dependência e subordinação pessoal um instrumento eficaz de administração. Foi Carlos Magno quem integrou as relações de vassalagem à ordem jurídica, ao delegar a governança dos territórios de seu vasto império aos seus próprios vassalos na forma de "*beneficium*", isto é, a concessão de um "feudo" a ser administrado em seu nome. Enviados os vassalos para longe, estabeleceu-se uma vasta malha de lealdades, na qual o imperador estava no topo, abaixo de si seus próprios vassalos, que administravam seus condados, e que eram, por sua vez, o centro de um grupo de dependentes. Em suma, se nos tempos merovíngios os vassalos viviam junto do senhor, a partir de Carlos Magno passaram a ser feudatários rurais, enviados a terras distantes para governar os territórios imperiais. Demais, a relação de vassalagem, que antes era de direito privado (de homem para homem) converteu-se em instituição pública. Assim, Carlos Magno sancionou um estado de coisas em alguma medida já existente.[90]

Sob o grande imperador, as relações de vassalagem tendiam à centralização – os duques e os condes deviam prestar contas regularmente de sua administração, e os marqueses, senhores das áreas fronteiriças do império, as marcas, permaneciam vigilantes em caso de possíveis invasões. E tudo se remetia à autoridade central. Logo surgiu, no entanto,

---

88 Bloch, 2019, t. I, livro II, pp. 155-163.

89 Bouchet, 1998, cap. VIII, p. 170.

90 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 163-165. Pernoud, 1978, cap. IV, pp. 60-61.

Digitalizado com CamScanner

a propensão para o feudalismo fragmentado, para o fracionamento do poder entre os vassalos. Não como uma rebelde reação à autoridade central, enfatiza Bouchet, mas como necessidade decorrente do colapso do Império de Carlos Magno.[91] Entenda-se: as desordens dos séculos IX e X aumentaram a responsabilidade dos feudatários que, antes meros representantes do imperador, passam a agir como senhores patrimoniais da terra que outrora receberam. Não sem razão Lévis-Mirepoix critica o uso do termo "anarquia feudal" para designar esse período de crise:

> Falar de anarquia feudal é empregar duas palavras e duas ideias que não podem ser unidas. Nunca pode ter havido anarquia feudal, pois a feudalidade é a antítese da anarquia. Nascida no tumulto, mas contra o tumulto, não é possível confundi-la com ele [...] Que vemos no período de transição entre os Carolíngios e os Capetianos? Uma ameaça e uma defesa. A ameaça é o duplo dilúvio da invasão e da anarquia. A defesa é o feudalismo.[92]

Dessa maneira, Lévis-Mirepoix elucida que, em uma época de caos, quando as autoridades centrais – os reis carolíngios – não podiam lidar com os problemas locais, os antigos representantes do imperador, os vassalos dotados de um "benefício", de um feudo, tendiam a lidar com tais problemas. Como estavam mais próximos da realidade regional, eram mais capazes de tratar da insegurança, da fome e da guerra. Não foi algo planejado, mas um rearranjo espontâneo de uma sociedade humana real ante um desafio histórico concreto. E esse rearranjo caracterizado pela pulverização da autoridade, entre os séculos X e XI, marca a transição para o feudalismo clássico, ou "segunda idade feudal", nos dizeres de Bloch.[93]

---

91 Bouchet, 1998, cap. VIII, pp. 202-203.

92 Lévis-Mirepoix, cap. I, pp. 35-36. Régine Pernoud (1978, cap. IV, p. 57) explica que foram sobretudo os historiadores do século XIX que confundiram feudalidade com anarquia: não admitiam um poder não centralizado, promulgando leis gerais, aplicáveis por toda parte, no interior das fronteiras nacionais, seguindo as mesmas normas, e em quadros administrativos uniformes. Oposta a tudo isso, a feudalidade seria mera anarquia.

93 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 82.

Digitalizado com CamScanner

Numa época em que os laços de sangue eram muito fortes e o poder pacífico e perene era necessário para a proteção das comunidades, a hereditariedade se impôs, lenta, mas eficazmente. Com efeito, o feudo, antes uma outorga conferida sob condição a um homem de confiança - revogável e transferível - converteu-se em posse hereditária após o esfacelamento do Império Carolíngio.[94] Daí por diante, tornou-se mais difícil revogar esse benefício, e igualmente difícil privar o filho do feudo de seu pai. Na França, ainda sob o neto de Carlos Magno, Carlos II, o Calvo (r. 840-877), proclamou-se a hereditariedade norma na Assembleia de Quierzy, em 877. E ela acabou por se impor nos demais estados carolíngios. Por volta do ano 1000, a hereditariedade já se firmava em toda parte, e as grandes dinastias nobres, herdeiras dos primeiros senhores a receber feudos no tempo de Carlos Magno, já estavam solidamente estabelecidas em ducados, condados e marcas. Na França, por exemplo, já no século XI, as casas nobres ligavam-se de tal modo ao seu senhorio, que o próprio nome do feudo se convertera em nome da família que o governava, haja vista as dinastias de Blois, da Borgonha, de Poitiers, da Normandia, do Flandres, da Auvérnia, de Anjou... Diz Bloch que, se no século X a hereditariedade era atestada por documento, no século XII a não hereditariedade é que era atestada, pois herdar se convertera em regra.[95] E convertido o feudo em patrimônio do vassalo, não tardou para que este pudesse aliená-lo, algo impensável na época de Carlos Magno.[96]

As exigências dos tempos descaracterizaram a vassalagem carolíngia e originaram a "vassalagem clássica", o sistema feudal que vigorou na Cristandade, no qual o subordinado vivia longe de seu senhor, e a terra recebida era hereditária. Mantiveram-se os laços de vassalagem tal qual no tempo de Carlos Magno, de modo que o nobre herdeiro ou recebedor da terra continuava subordinado ao rei ou ao senhor. Mas, se antes ele era

94 *Ibid.*, 2019, t. I, livro II, pp. 171-178.

95 *Ibid.*, 2019, t. I, livro II, pp. 190-196.

96 *Ibid.*, 2019, t. I, livro II, pp. 205-207.

Digitalizado com CamScanner

mero administrador do território - ele não era proprietário, mas gozava do usufruto desta terra[97] -, agora ele seria dono de um bem que integrava seu patrimônio.[98]

A hereditariedade foi uma solução histórica eficacíssima, vez que trouxe estabilidade política ao continente europeu por séculos e uniu, num sistema único, duas das mais fortes relações existentes para a sensibilidade medieval, quais sejam, o laço de dependência que unia o vassalo ao senhor, e o laço de sangue que unia o indivíduo à sua família.

Após esse longo desenvolvimento, consolidou-se um modo de organização política e social, enraizado na história, na tradição e nos laços familiares, e nascido como alternativa espontânea e razoável à desordem.

E para a cristalização desta estrutura social, a Igreja contribuiu sobremaneira quando promoveu, no século XI, a Paz e a Trégua de Deus, civilizando e catequisando os nobres, e reduzindo substancialmente a violência. Ressalte-se, a saber, que um dos grandes equívocos dos historiadores seculares é ignorar ou menosprezar o papel da Igreja na grande rede de relações feudais. Essa vasta organização não existiria, não fosse a Cristandade, pois a fé que a animava era também a base do edifício feudal, como se verá a seguir.

b) O sistema feudal em seu apogeu

O termo "feudalidade" não designa um sistema homogêneo. Os modos variados de organização feudal na Cristandade traziam sempre os caracteres locais. Mesmo os feudalismos da França, da Alemanha e da Itália, que eram diretamente advindos do berço original, o Império Carolíngio, seguiram caminhos muito diferentes. A variedade de sistemas aumenta se se observa aqueles provenientes da "importação" do feudalismo francês, tais como os da Sicília e da Inglaterra (com a conquista destes países

---

97 Pernoud, 1978, cap. IV, p. 59.

98 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 208.

por normandos no século XI), o dos Estados Latinos do Levante (após a Primeira Cruzada), e dos reinos ibéricos, feudalizados seja pela influência de nobres e cavaleiros franceses (Portugal, Castela e Leão), seja por serem reinos nascidos da Marca Hispânica Carolíngia (Aragão e Navarra).[99]

Apesar das particularidades regionais e da variação de interesses envolvidos nas relações de dependência, algo era basilar no edifício feudal em toda a Cristandade: a *fé católica*. Ela mantinha atados os laços feudais, proporcionava a unidade política e animava, na expressão de Bouchet, todo o movimento da sociedade feudal, de geração em geração.[100] Os laços de subordinação e fidelidade, oriundos do antigo *comitatus* germânico, transfiguraram-se ao entrarem em contato com a fé. Mantiveram-se a lealdade e as obrigações originais (morrer pelo senhor era a suprema honra de um vassalo), mas suavizaram-se seus contornos, e incorporaram-se à coragem os sentimentos de generosidade cristã.[101] E, desde o tempo de Carlos Magno, a própria cerimônia que instituía o laço de vassalagem e mantinha integrada a hierarquia feudal de um reino se baseava na união de fé:

> A primeira das obrigações aceitas pelo vassalo é de "manter-se plenamente a serviço de Deus (...) porque o imperador não pode prestar todos os cuidados necessários a cada um em particular. Pois o imperador, que deve cuidar de todos, conta com que cada um faça, naquilo que lhe concerne individualmente, tudo o que for necessário para manter a república em estado de obediência aos preceitos da religião". O juramento pedia também, e nisso revelava a íntima inspiração que o guiava, "que não se faça nunca ação alguma contra a Igreja, as viúvas, os órfãos e os estrangeiros, porque o imperador, depois de Deus e dos seus santos, tem

---

99 Escreve Bouchet (1998, cap. VIII, p. 171) que a principal dificuldade para entender o feudalismo é "a tendência a concebê-lo como um sistema ideológico homogêneo. Nada mais alheio à realidade. Estaremos mais próximos da verdade, se sob a noção de feudalismo admitimos uma variedade de situações diversas, mas dadas de acordo com os princípios cristãos e com as tendências militares próprias da época".

100 Bouchet, 1998, cap. VIII, p. 167

101 *Ibid.*, 1998, cap. VIII, p. 170.

Digitalizado com CamScanner

> a obrigação de os defender". O que o juramento solicita do súdito é uma adesão à causa e não à pessoa do imperador; mas como a causa imperial se confunde com a Igreja, o conteúdo do juramento é suscetível de se estender até abarcar o conjunto dos deveres do cristão.[102]

Durante a era dourada feudal, que corresponde à própria duração da Cristandade (séculos XI a XIV), as cerimônias de homenagem e de fidelidade eram as mesmas em todo o Ocidente. Na primeira delas, o vassalo simplesmente se reconhecia "homem" de dado senhor, submetendo-se a ele. A segunda era um ato de fidelidade, a chamada "fé", imbuída de forte caráter cristão: "com a mão estendida sobre os Evangelhos ou sobre as relíquias, o novo vassalo jurava manter-se fiel a seu mestre".[103] Invocava-se Deus como testemunha do juramento, e o vassalo prometia em primeiro lugar proteger a Igreja.

A nós, moldados que fomos pelo individualismo moderno, é difícil perscrutar quão profunda era a união criada por tais laços vassálicos entre o nobre e o vassalo. Por muito tempo se considerou o vassalo um parente suplementar do senhor, e o senhor devia vingar-lhe a morte como a de um filho; ademais, o senhor não raro criava os filhos dos vassalos junto com os seus a fim de fortalecer os laços de subordinação na próxima geração.[104] O impacto dos elos de vassalagem fez-se sentir até mesmo na religião, por exemplo, disseminaram-se por todo o Ocidente os hábitos de rezar-se com as mãos postas, tal como o vassalo diante do senhor,[105] e o de chamar a Virgem Maria "*Notre Dame*", "Nossa Senhora", tal como os vassalos se referiam à sua rainha, duquesa ou condessa.

Uma das frases mais carregadas de sentido no mundo feudal era "ser homem de outro homem", elocução que exprimia a dependência pessoal. Dizia respeito não apenas às relações de vassalagem (o conde "era homem"

---

102 *Ibid.*, 2021, cap. VI, pp. 272-273.

103 Bloch, 2019, t. I, livro II, pp. 155-154.

104 *Ibid.*, 2019, t. I, livro II, pp. 218-224.

105 *Ibid.*, 2019, t. I, livro II, p. 225.

Digitalizado com CamScanner

do rei), mas também às de servidão (o servo "era homem" do seu senhor). Compunha-se a sociedade feudal por uma extensa hierarquia que ajudou a moldar a mentalidade coetânea. Veremos, por exemplo, Joinville declinar um pedido de São Luís, prestando-lhe homenagem, vez que já "era homem" do conde de Champagne.[106] Tal era, em suma, o fundamento social do mundo feudal, cristalizado no século XI, cujo apogeu talvez se encontre no século do santo rei. Este fundamento manifestava-se na hierarquia, na subordinação de um indivíduo a outro, nas relações entre o rei e seus nobres, e entre os nobres de diferentes escalões entre si.[107]

Ressalte-se que a relação de vassalagem gerava obrigações mútuas, as quais não eram tipificadas por nenhuma lei escrita, mas pelo costume, que, com o tempo, adquiriu contornos tão rígidos quanto um contrato formal. Por exemplo, o vassalo devia auxiliar o senhor em caso de guerra (ficando obrigado à multa compensatória caso não o fizesse), prestar auxílios na corte (assessorando nos julgamentos e aconselhando), e por vezes fornecer ajuda financeira, na forma de "talha", ao senhor.[108] Se o vassalo cometesse um ato de infidelidade, atraía sobre si as mais duras consequências materiais e morais. O descumprimento de um juramento ou de uma obrigação feudal era um escândalo, e suscitava a imediata reação bélica dos demais nobres, quiçá do próprio rei; quando menos, o vassalo era julgado criminoso, e seu feudo lhe era expropriado.[109]

O senhor devia igualmente encargos ao vassalo pois a hierarquia exigia correspondência. Comenta Bloch que a reciprocidade nos deveres desiguais era justamente o traço característico da vassalagem europeia. Afinal, embora os encargos do vassalo fossem de fato maiores que os do

---

106 Joinville, parte II, §114.

107 Não é adequado chamar os servos de "vassalos", pois embora as relações de servidão, da qual falaremos mais adiante, fizessem parte igualmente desta vasta estrutura de subordinação, eram de um gênero distinto das relações de vassalagem.

108 Bloch, 2019, t. I, livro II, pp. 214-217.

109 Baschet, p. 122-125. Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 153.

Digitalizado com CamScanner

senhor, este devia cumprir com seus deveres tanto quanto aquele.[110] Seus encargos eram, em suma, menores (proteção e justiça, sobretudo), mas se não cumprisse suas obrigações, seu vassalo tinha o condão de denunciá-lo ante a corte de seus pares para que se reparasse o agravo infligido.[111]

O rei tinha seus vassalos diretos, e estes, por sua vez, eram senhores de outros nobres, constituindo-se, assim, uma vasta hierarquia que chegava até o mais humilde castelão. Atribuía-se o governo da terra ao senhor direto, e não ao rei (por exemplo, o rei da França não exercia funções administrativas no condado de Blois, do qual era senhor indireto, e sim o seu vassalo, o conde de Blois, e os vassalos deste). A terra não era, enfatiza Lévis-Mirepoix, propriedade de um único indivíduo, mas dos senhores e dos vassalos. Pertencia, em primeiro lugar, ao rei; depois a um duque, em seguida a um conde, e assim sucessivamente até os estratos mais baixos da hierarquia feudal. Todos eram coproprietários da mesma terra, mas em níveis diferentes.[112]

Desse modo, no apogeu da civilização feudal, as forças constitutivas dos reinos ordenavam-se hierarquicamente por uma ampla rede de fidelidades, na qual cada autoridade era dotada de uma específica função. "E o rei", diz Jean Richard, "na cabeça da pirâmide feudal, era o coroamento de um harmonioso edifício".[113]

E o que significava ser rei nos tempos da Cristandade?

c) A autoridade régia na Cristandade

A cristalização das estruturas feudais foi concomitante ao renascimento das grandes coroas no final do século XI e ao longo do século XII. Após a extinção da Dinastia Carolíngia na Alemanha (911) e na França (987), os reis expressaram mais uma vez o desejo de assumir papel político

110 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 221.

111 Bouchet, 1998, cap. VIII, p. 186.

112 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 37.

113 Richard, parte III, cap. III, p. 372.

Digitalizado com CamScanner

relevante no topo da pirâmide feudal. Na França, após a morte do último rei carolíngio, Luís V (r. 986-987), assumiu o trono Hugo Capeto (r. 987-996), cujos herdeiros serão reis tão enérgicos que a eles bem se atribui a edificação do estado francês. Fora do espectro do antigo Império Carolíngio, outros reinos da Europa ascenderam como monarquias influentes, como, por exemplo, a Inglaterra, sob as dinastias Normanda (1066-1135) e Plantageneta (1154-1485); na Península Ibérica, os reinos de Portugal, Castela e Aragão; na Europa Central, as monarquias da Hungria e da Boêmia; e, no sul da Itália, o reino da Sicília.[114]

Anote-se, desde já, no entanto, que os reis da Cristandade, embora não tenham sido "reis indolentes" como os últimos merovíngios, e nem incapazes de manter a ordem como os últimos carolíngios, tampouco buscavam ser a encarnação viva da ordem política como seus descendentes dos séculos XVII e XVIII buscariam. No reino medieval, o rei, mesmo quando enérgico e poderoso, não se confundia com o próprio Estado. Seu ofício era mais singelo, mas não menos relevante, e mais salutar: ele era a chave da abóbada do sistema político, o garantidor da estabilidade e da paz, símbolo da ordem e, pela hereditariedade, da perpetuidade do reino. Ouçamos a síntese feita por Régine Pernoud sobre a dignidade real no feudalismo:

> O rei feudal é [por um lado] senhor entre outros senhores, como os outros, ele administra o feudo pessoal, no qual ele presta a justiça, defende aqueles que povoam o seu domínio e recebe os foros pagos em produtos agrícolas ou em dinheiro. Fora desse domínio, há o rei, aquele que foi marcado pela santa unção; é o árbitro designado nos conflitos, o suserano dos suseranos, o que assume a defesa do reino e a quem, a esse título, os outros senhores devem auxílio militar, fixado, aliás, a um tempo limitado: quarenta dias por ano. O costume regula as modalidades segundo as quais este auxílio lhe é fornecido, mas o seu título de rei não quer dizer que o seu poder econômico ou militar seja maior do que o deste ou daquele vassalo; simplesmente, a prudência humana lhe ditará

114 Daniel-Rops, t. III, pp. 25-36.

Digitalizado com CamScanner

> a preocupação de manter um equilíbrio, quer entre os grandes vassalos, quer entre estes e ele próprio; e é por isso que casamentos e heranças apresentam então uma tão grande importância.[115]

O poder dos reis medievais encontrava limites na própria hierarquia feudal, no direito costumeiro, na lei natural e, deve-se acentuar, na lei divina, da qual a Igreja é depositária. Aprendiam de seus mestres espirituais, dos pregadores e confessores, que reinavam para defender a Igreja e para assegurar a paz e a justiça. Recordemo-nos que os pensadores daquela época eram todos teólogos, que retiravam, mormente, de Santo Agostinho, as lições do bom governo e procuravam educar os governantes conforme tais lições:[116]

> na Cristandade, a razão fundamental da autoridade reside no bem. Deus a criou para o bem das suas criaturas, os chefes têm por missão o bem dos seus súditos... São os súditos, e não a glória do príncipe, o verdadeiro objetivo dos governos. O Rei é o servidor de todos, a sua autoridade se exerce em conformidade com os métodos impostos por Deus no domínio do universo.[117]

No subcapítulo 4, discorremos sobre como o exercício da autoridade devia estar a serviço da missão apostólica da Igreja e da promoção da paz entre os cristãos. A partir das pesquisas do historiador argentino Rubén Calderón Bouchet, devemos examinar o terceiro e basilar dever do monarca medieval, qual seja, a promoção da justiça, exercício pelo qual São Luís tanto se destacará:

> O papel dos governantes é orientar as vontades para o bem, mediante a vigilância e a sanção. Corrigir os abusos e fazer a justiça para que os bons vivam em paz e os maus não abusem de suas forças. Ratério de Verona, ao tratar das qualidades que um autêntico monarca deve

---

115 Pernoud, 1978, cap. IV, p. 67.
116 Bouchet, 2021, cap. VII, pp. 290, 309.
117 Bouchet, 2021, cap. III, p. 190.

Digitalizado com CamScanner

> possuir, enumera as quatro virtudes cardeais, sem as quais não poderá ser um rei, por mais que tenha nas mãos o domínio do universo: quem governa mal abdica de sua autoridade. É novamente Manegoldo de Lautenbach quem fornece uma clara doutrina sobre as obrigações morais do poder. Segundo ele, nenhum homem pode fazer de si mesmo rei, porque a dignidade real supera todas as potestades humanas. *Quando um povo põe alguém à sua cabeça é para que impere pela razão e a justiça e dê a cada um segundo o seu direito* (grifos nossos).[118]

Segundo tal concepção, o monarca exerce uma tarefa educativa, orientando o povo para a vida virtuosa e dando a cada um o que lhe é devido, conforme seus direitos e ações. Afinal, muito atenta às exigências da justiça, a mentalidade medieval não podia sequer cogitar a legitimidade de um rei injusto.[119] O princípio do bom governo na Idade Média é a justiça: "há uma justiça de acordo com a qual o rei deve agir; quando isto não acontece o nome que convém ao governante é o de tirano."[120]

Vemos, portanto, que a monarquia medieval, ou "tradicional", como bem se refere a ela o tradicionalismo político ibérico desde o século XIX, era uma monarquia limitada por balizas fora das quais um monarca não poderia atuar: (a) a lei natural; (b) a lei divina revelada e custodiada pela Igreja; (c) os limites oriundos da estrutura feudal e do direito costumeiro.

---

118 *Ibid.*, 2021, cap. VII, p. 311.

119 Quando das sagrações, os reis medievais juravam, por todos os santos, manter as liberdades outorgadas por seus antecessores, os bons usos e os bons costumes do reino, e juravam guardar os direitos dos pobres e dos ricos, dos pequenos e dos grandes contra agressões injustas. Na Inglaterra, conforme atesta o "*De Legibus et Consuetudinibus Angliae*", de Brancton, o rei obrigava-se por juramento a manter a paz na Igreja e entre o povo cristão, impedir os delitos, e proceder em todos os seus julgamentos com equidade e misericórdia, para que Deus tivesse piedade dele quando chegasse a hora de seu juízo. Um poema francês do século XII, chamado "*Le couronnement de Louis*", proclama que Deus deu ao rei o poder para fazer justiça, e não para julgar mal, ou para satisfazer seus desejos de lucro, ou para cometer pecados: Deus deu ao rei autoridade para abater os tiranos e para proteger os pobres e desvalidos (Bouchet, 1998, cap. VIII, pp. 175-177).

120 Bouchet, 2021, cap. VI, p. 285.

Digitalizado com CamScanner

Conforme os princípios escriturísticos que regiam a política medieval, todo poder vem de Deus (Rm 13,1-2), algo que não indicava o direito de o rei agir a seu bel-prazer, mas o contrário: "já que a realeza de origem divina se vê limitada pela dupla manifestação da vontade legislativa de Deus: a revelada e a natural".[121]

As exigências da lei natural muito se confundiam com as exigências da justiça: "O rei é quem bem governa", escrevera Santo Isidoro de Sevilha (†636), um dos grandes educadores da Cristandade, e governar bem é fazê-lo conforme a justiça. Mas isso não significava apenas respeitar as leis vigentes: "para os medievais a sociedade política é mais do que uma ordem legal, é uma ordem justa," e a justiça não é uma norma abstrata, é uma virtude, que exige que governante dê a cada indivíduo o que lhe é devido, segundo o direito.[122]

Compreendem-se, assim, as sucessivas declarações de bispos, concílios, teólogos e papas, ao longo do medievo, em prol da arte de governar com justiça. No concílio de Paris de 829, os bispos proclamaram: "se o rei governa com piedade, justiça e misericórdia, merece seu título de rei. Se faltam essas qualidades não é rei, é um tirano".[123] João de Salisbury (†1180), no seu *Policraticus*, não hesitava em dizer que quem não governa com justiça não é rei.[124] E não há justiça maior do que o respeito pelos limites impostos pela Igreja à autoridade real. Assim, por exemplo, definiu o bispo Hincmar de Reims (†882), ao dizer ao rei alemão Luís II, o Germânico (r. 840-876), que, embora o rei fosse um personagem sagrado, sua autoridade encontrava limites na autoridade divina da Igreja.[125]

---

121 *Ibid.*, 2021, cap. VII, p. 312. A expressão encontrada pelos modernos para descrever tal origem divina da autoridade, "direito divina dos reis", é uma junção de palavras absolutamente alheia ao ambiente medieval

122 Bouchet, 2021, cap. VII, p. 302.

123 *Ibid.*, 1998, cap. IV, p. 93.

124 *Ibid.*, 2021, cap. VII, pp. 307-308.

125 *Ibid.*, 1998, cap. IV, p. 95.

Digitalizado com CamScanner

Como tratamos longamente no subcapítulo 4, a autoridade da Igreja é outro grande limite à autoridade do rei. O poder do rei é legítimo porque a Igreja o legitima. O papa São Gregório VII (pp. 1073-1085) afirmou que cabe à Igreja julgar a obediência dos príncipes ao conteúdo da Revelação, ressaltando que, quando os príncipes não obedecem aos preceitos estabelecidos pelo Senhor, deixam de ser príncipes cristãos e agem como delegados do Demônio.[126] São Bernardo de Claraval (†1153) ensinava que os preceitos da Igreja são, para os reis e poderosos, como cadeias impostas para evitar o crescimento desmedido de seu poder, e que o papa está posto acima de todos os poderes para exigir deles o cumprimento de seus deveres cristãos.[127]

Conforme se entendia na Cristandade, o rei recebia sua autoridade não apenas de Deus — por confirmação da Igreja —, mas também das instituições intermediárias da nação, quais sejam, a hierarquia feudal, os magistrados, as comunas. O poder espiritual legitimava o governo, enquanto o restante da comunidade política exercia um controle permanente, que também limitava a autoridade real, sobretudo por meio das tradições, usos e leis acumulados pelos séculos.[128]

Destarte, a autoridade régia da Idade Média se distanciava tanto do dito absolutismo — pois seu exercício era balizado por incontáveis usos e costumes —, quanto do suposto "Estado de Direito" moderno -, pois o rei não podia recriar a sociedade e sua organização jurídica e política (como pretendem, na modernidade, os inventores ideológicos de constituições). Ora, um rei medieval não cogitaria que, ao reinar sobre uma nação, poderia refundá-la sobre novas premissas legais, pois sabia que a sociedade que recebeu existia antes dele com suas leis e práticas sancionadas por uma longa convivência: "o monarca novo vem a governar uma sociedade

---

126 *Ibid.*, 2021, cap. VII, pp. 306-307.

127 *Ibid.*, 1998, cap. III, p. 71.

128 *Ibid.*, 2021, cap. VII, p. 317.

Digitalizado com CamScanner

velha, e isso não era possível se não tomasse em considerações suas leis tradicionais, fixadas pelos costumes".[129]

O costume, diz Pernoud, "o uso vivido e tacitamente aprovado, regulava a vida do grupo e opunha as suas barreiras aos caprichos individuais".[130] Isso não era contrário à origem divina do poder, visto que os mesmos teólogos proponentes deste princípio, sempre lembravam aos reis que, para agir com justiça, deviam considerar os costumes de cada região, de cada povo, de cada feudo. Costumes estes que deveriam estar, igualmente, submetidos às leis naturais e divinas: "o rei jamais julgará segundo o costume se este se revelar mais cruel do que a retidão cristã", já escrevia Hincmar de Reims no século IX.[131]

Nos reinos ibéricos, estas leis particulares de cada comunidade denominavam-se "foros", enquanto em outras regiões, os termos "usos" e "costumes" eram mais correntes, mas todas essas expressões significavam o mesmo: normas e concessões seculares que o rei devia respeitar.[132] E caso não o fizesse, os notáveis da região lesada podiam demandar dele o cumprimento destas normas.[133] Isso demonstra que, na Cristandade, se o rei estava acima de todos em seu reino, não estava acima das leis deste mesmo reino: afinal, sem lei não havia rei.[134]

A própria estrutura feudal era uma última grande limitação à autoridade real. Na França, por exemplo, o rei só tinha autoridade administrativa sobre o chamado *Domaine royal*, o "Domínio Real." No restante do

---

129 *Ibid.*, 1998, cap. VII, p. 183.

130 Pernoud, 1978, cap. IV, p. 62.

131 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 127.

132 Bouchet, 2021, cap. VII, pp. 320-321.

133 *Ibid.*, 2021, cap. VI, p. 287.

134 Entenda-se, aqui, leis consuetudinárias, diplomas legais e foros de liberdade multisseculares. Na Idade Média, o governante não era, em regra, legislador, mas um servidor da lei: "o rei medieval está ligado aos usos e costumes do povo, como afirma Beaumanoir. Só pode promulgar uma lei nova "*par tres grant conseil*" e por "*li commun paurfit*". O grande conselho é constituído pelos altos barões e prelados do reino" (Bouchet, 1998, cap. VII, p. 183-185).

Digitalizado com CamScanner

reino — Borgonha, Flandres, Toulouse, Champagne — o rei não interferia a não ser em caso de conflito grave, ou agia como última instância judicial.

Tudo isso leva Lévis-Mirepoix a concluir que "nada é menos absoluto do que a monarquia medieval",[135] e Bouchet a afirmar que "quanto mais perto nos encontrarmos da Idade Média, mais fácil será achar os elementos de uma soberania política limitada pelos corpos intermédios da nação".[136] Conclui esse último historiador que o feudalismo foi um regime misto: monárquico, pelo rei estar no topo da hierarquia política; aristocrático, em razão da forte rede de liberdades locais garantidas pela autoridade dos grandes senhores; e democrático, pois tendia "a favorecer um tipo de democracia municipal com um regime de trabalho fundado na ativa participação das irmandades".[137]

Todas essas limitações não tornavam o rei irrelevante: o colocavam à cabeça de uma estrutura orgânica que não se confundia com sua pessoa e que tinha origem num longo aprendizado histórico sob a direção da Igreja. Afinal, se o rei fosse dispensável, pergunta Lévis-Mirepoix, por que os barões franceses se reuniriam em 987 para eleger um novo rei para a França quando o último carolíngio morreu? Não seria mais conveniente e conforme seus interesses não se subordinarem a rei algum? No entanto, por instinto de conservação da comunidade política, conservação que somente um rei poderia fornecer, elegeram e coroaram Hugo Capeto, de cuja semente, após oito gerações, nasceria São Luís.[138]

d) A sociedade medieval

A sociedade medieval não era composta apenas por reis e nobres, mas também por uma multidão de camponeses e por um estamento clerical assaz numeroso (estima-se que um em cada dez europeus pertencia

---

135 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 34.

136 Bouchet, 2021, cap. VII, p. 321.

137 *Ibid.*, 1998, cap. VII, p. 195.

138 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 35.

Digitalizado com CamScanner

ao clero, regular ou secular). Tratava-se de uma pluralidade de grupos que a Igreja se esforçou para ordenar num conjunto harmônico, lembrando--lhes sempre que, a despeito das distinções de estamento ou de origem, todos eram batizados e, logo, filhos de Deus, igualmente resgatados pelo sangue redentor de Cristo.[139]

Ao ensinar que cada um era responsável por todos e que cada estamento — senhorial, clerical e campesino — dependia dos demais, a pedagogia católica logrou construir uma sociedade mais pacífica e coesa do que as sociedades dos séculos anteriores e posteriores. Por vezes a realidade se afastava do ideal, mas é indubitável que geralmente ele se fazia sentir. A razão disso era uma só, diz Daniel-Rops: "a influência profunda da fé cristã, a ação determinante da Igreja", cuja autoridade ninguém pensava recusar.[140]

Cristo é o Redentor de *todo* o gênero humano, ensinava o bispo italiano Ratério de Verona (†974), de modo que o servo da gleba, o imperador e o papa são igualmente beneficiários do seu sacrifício. Em maneira que não seria possível apontar, com base apenas no cargo exercido, quem teria mais merecimento diante de Deus. Isto não significava, comenta Bouchet, que as desigualdades impostas pela ordem social fossem consideradas injustas, afinal, "não há unidade de ordem a não ser entre desiguais e distintos, cuja harmonia depende da existência de uma autoridade."[141]

A Idade Média ensinou a dignidade do homem e a fraternidade em Cristo, mas jamais propôs algo como o igualitarismo moderno. Recorramos, para demonstrá-lo, àquela coleção medieval alemã de leis e costumes, o *Sachsepiegel*, que ensinava que Deus fez todos os homens semelhantes, e que Sua Paixão redimiu o rico e o pobre, o escravo e o livre, mas que concomitantemente não negava as distinções "que têm merecido a inteligência, o

139 Baschet, pp. 456-460.

140 Daniel-Rops, t. III, p. 41.

141 Bouchet, 2021, cap. VII, p. 292.

Digitalizado com CamScanner

trabalho, a vontade, o vigor e a força."[142] Existem igualdades justas e injustas, assim como desigualdades justas e injustas, e o gênio medieval soube distinguir, com base na realidade, quando se manifestavam umas e outras.

A sociedade medieval estruturava-se por uma rígida diferenciação de funções, cuja mais precisa descrição parece ter sido a do bispo Adalberão de Laon (†1030) em 1027: "A casa de Deus, que cremos ser uma, está, pois, dividida em três: uns oram, outros combatem, e outros, enfim, trabalham."[143] Os três grupos compõe a igreja orante (*oratores*), a igreja das lutas (*bellatores*) e a igreja da labuta (*laboratores*): o clérigo rezava, o cavaleiro lutava, o camponês trabalhava. Todos tinham uma função em benefício da comunidade, respectivamente, a salvação, a proteção e a subsistência. O bom funcionamento desta ordenação era fundamental para manter a justiça, sem a qual a cidade terrena não se ordenaria à de Deus.

Embora a escravidão, essa velha instituição pagã, tenha na prática desaparecido nos tempos áureos da Cristandade, depois que a Igreja solapou os fundamentos mentais — na expressão de Baschet — que a sustentavam, em que medida os servos da gleba, os camponeses, eram respeitados?[144] Para

---

142 *Ibid.*, 2021, cap. VII, pp. 299-300.

143 Le Goff, 1984, v. II, p. 45.

144 A escravidão havia sobrevivido durante os tempos bárbaros. Atesta Baschet que, nas leis germânicas dos séculos VI a VIII, a condição infra-humana do escravo foi reiterada sem modificações. No entanto, uma série de fatores foram decisivos para o desaparecimento gradual da escravidão durante o fim da Alta e início da Baixa Idade Média. Dentre eles, o engajamento dos homens da Igreja exortando todos a reconhecer os escravos como cristãos igualmente e, portanto, filhos de Deus. Nos ofícios religiosos, que eram o centro da vida social, a Igreja proibia a separação dos lugares entre homens livres e escravos, aniquilando a ideia duma separação intrínseca entre os dois grupos homens. Com o tempo, diz Baschet (p. 56), os fundamentos mentais, que ele chama de "ideológicos", da escravidão foram pouco a pouco solapados por essa atitude da Igreja. Ademais, a partir dos anos 450, a Igreja engajou-se em proteger os escravos, promovendo concílios regionais que proibiam os maus-tratos e exortavam os senhores a libertá-los. Em 873, um documento memorável do Papa João VIII, intitulado "*Unum est*", aos nobres da Sardenha, condenava peremptoriamente a escravidão. A partir do século XII, a escravidão foi aos poucos proibida e condenada pelas autoridades eclesiásticas (Daniel-Rops, t. III, p. 296). Isso fez com que o escravagismo sobre o qual se assentava o mundo antigo desaparecesse na Europa Ocidental.

Digitalizado com CamScanner

serem reconhecidos como parte essencial da hierarquia social, como se lê em Adalberão, foi necessário um esforço multissecular. Muitas vezes, ao invés de protegê-los, senhores violentos oprimiam e atacavam os camponeses, os pilhavam e violavam suas mulheres. No começo do século XI, a Igreja passou a capitanear a luta contra a violência senhorial, lembrando os nobres da tarefa de proteger os servos. Reagindo contra os excessos, grandes homens da Igreja trabalharam ativamente pela regulamentação jurídica da servidão e até pela emancipação dos servos.[145] O pioneirismo desta admirável empreitada parece caber ao bispo alemão Burchard de Worms (†1025) que, em sua ampla obra canônica, enfatizou os direitos dos servos perante seus senhores, afirmando que se estes não os respeitassem, deveriam ser punidos pela autoridade feudal que lhes era superior. Ao mesmo tempo, os concílios convocados durante o movimento da Paz de Deus obrigavam os nobres a jurar respeito aos servos, "a não se apoderar do boi, da vaca (seguia-se uma longa enumeração de animais...), não matar camponeses, não atacar os viajantes e não favorecer qualquer roubo ou violência".[146]

Assim, a partir do século XI, os senhores que porventura faltassem com caridade aos servos eram admoestados pelos bispos, e por vezes até excomungados. O braço secular auxiliava a Igreja nessa tarefa. Lembremos do bom rei Luís VI da França (r. 1108-1137), trisavô de São Luís, que se lançou em uma verdadeira cruzada contra os barões salteadores e opressores que formigavam nos entornos de Paris.[147] Os papas também se dedicaram a exigir respeito pela classe servil, proibindo os senhores de interferir no casamento dos servos. O Papa Adriano IV (pp. 1154-1159) agiu neste sentido em 1155, e o Papa Urbano III (pp. 1185-1187) lhe seguiu os passos em 1185.[148]

Enfatiza Pernoud Pernoud (1978, cap. V, p. 77) que "não há dimensão comum entre o *servus* antigo, o escravo, e o *servus* medieval, o servo".

145 Pernoud, 1978, cap. V, p. 85.

146 Daniel-Rops, t. III, pp. 308-309.

147 Giordani, t. I, parte. II, cap. I, p. 143.

148 Daniel-Rops, t. III, pp. 296-300.

Conforme a lógica feudal, havia entre servos e senhores uma relação de dependência e reciprocidade, na qual ambos tinham deveres a cumprir.[149] Os servos deviam obediência ao senhor e lavravam suas terras, e recebiam em troca a garantia de sustento, proteção e a segurança de permanecer na gleba. Com efeito, embora não pudesse deixar o domínio a que pertencia, o servo tinha o direito de não ser expulso pelo senhor. Além disso, tinha todos os direitos do homem livre, isto é, podia casar-se, construir família, e deixar como herança para os filhos sua terra, bem como outros bens que tivesse adquirido.[150]

O peso que recaia sobre os plebeus era alto, e eles sabiam não poder depender sempre da boa-vontade dos senhores. Os laços senhoriais eram rigorosos. Mas a inteligência espontânea da Idade Média encontrou no espírito da *associação* um equilíbrio ao seu rigor. Das associações saíram as comunas — a autoridade constituída das cidades — que também contavam com uma hierarquia complexa e conquistariam o *status* de "nobre coletivo". Do mesmo modo, as corporações, as universidades, as hansas, e as próprias multidões campesinas (unidas por laços familiares) organizavam-se para garantir seus direitos diante dos nobres.[151] Tudo isso fazia parte do jogo feudal e demonstra, arremata Bouchet, o quanto o "feudalismo representa a antítese da concepção de um governo autocrático e absoluto".[152]

Enraizou-se no imaginário moderno a falsa ideia, difundida por professores malformados, de que a sociedade cristã medieval se baseava num sistema fechado de castas. Nada mais equivocado. A sociedade medieval surpreende por seu dinamismo. Malgrado a rigidez da hierarquia feudal — com suas diferentes funções — os ocupantes de cada estamento variavam sobremaneira. A atividade intelectual foi um meio bastante

149 A estrutura social feudal sustentava-se em dois gêneros de relação de dependência: a relação de vassalagem, que unia os nobres entre si, e a relação de servidão, que unia os servos a um nobre (Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 155).

150 Pernoud, 1978, cap. V, p. 79.

151 Lévis-Mirepoix, cap. I, pp. 37-38.

152 Bouchet, 1998, cap. VII, p. 194.

Digitalizado com CamScanner

eficiente de mobilidade social, particularmente a partir do século XIII. As famílias, mesmo as mais modestas, empenhavam-se por enviar os filhos a aprender as belas-letras, tal como o camponês de que fala o poeta Rutebeuf, que vendeu uma parte de suas terras em prol da educação do filho. A carreira das letras podia dar a quem a seguisse o posto de conselheiro de nobres e de reis. O grande abade Suger, por exemplo, oriundo de classe baixo, tendo sido condiscípulo do rei Luís VI da França em Saint-Denis, foi depois espécie de primeiro-ministro deste monarca, e regente durante a cruzada de Luís VII.[153] O estudo igualmente alçava gente humilde à hierarquia eclesiástica, mesmo a postos-chave, seja o de bispo ou até o de papa.[154]

Os membros das classes mais baixas também ascendiam à nobreza. Quando se distribuíram os primeiros feudos em forma de "benefício" aos servidores dos reis carolíngios, não se levou em conta o sangue, mas o valor conquistado em batalhas e as virtudes destes servidores.[155] E mesmo quando a hereditariedade se firmou como regra entre a nobreza, os mais humildes não deixaram de lhe ter acesso. Se demonstrassem valor guerreiro e dessem prova de virtudes nas guerras feudais ou nas cruzadas, tornavam-se cavaleiros. E a cavalaria, comenta Lévis-Mirepoix:

---

153 Pernoud, 1978, cap. IV, p. 85.

154 Lévis-Mirepoix, cap. I, pp. 39, 44. O Papa São Gregório VII (pp. 1073-1085) seria filho de um ferreiro; o Papa Anastácio IV (pp. 1153-1154) era de uma família popular dos subúrbios de Roma; o Papa Urbano IV (pp. 1261-1264), seria filho de um sapateiro; o Papa São Celestino V (pp. 1294), filho de modestos camponeses; a mãe do Papa Bento XI (pp. 1303-1304) era uma simples lavadeira e o Papa João XXII (pp. 1316-1334) era filho de um sapateiro (Mondin, p. 195, 231, 278, 294, 303, 308. O imperador apóstata Frederico II (imp. 1220-1250) chegaria a criticá-lo diante do embaixador do Egito ao elogiar a instituição do califado, ligada diretamente a Maomé: "bem superior a esse costume estúpido, entre os cristãos, de eleger quem quer que seja como chefe" (Daniel-Rops, t. 3, p. 228-229).

155 Comenta Bloch (2019, t. I, livro II, p. 182) que o verdadeiro fundamento da clivagem, da diferenciação das classes nobre e campesina, não foi o sangue, mas o tipo de serviço prestado: o serviço de armas e o cultivo do solo.

Digitalizado com CamScanner

> poderia ser merecida por qualquer homem de voa vontade, sem distinção de origem. Embora fosse ligada à classe militar, razão pela qual estava indissociavelmente unida à nobreza, simples camponeses, cujo valor fosse mostrado em combate, poderiam aceder à cavalaria tanto quanto o filho de um rei, e ela era, ademais, um degrau para a nobreza.[156]

Quantos filhos de gente humilde não ascenderam à condição cavalheiresca, recebendo depois um feudo, casando-se com a filha de um nobre e unindo sangue nobre à sua própria linhagem e constituindo, assim, novas dinastias? Podemos ler da pena de um rei, Afonso X de Castela (r. 1252-1284), que se conquistava a fidalguia tanto pela sabedoria, quanto pela destreza e pelo valor no exercício das armas. Era, acrescentava o rei, aquele um privilégio que se lograva pelo mérito, mas que se estendia aos sucessores, criando, assim, uma tradição familiar de serviço e esforço.[157]

Isso não suprimia o caráter hereditário da nobreza. Em nossos tempos, após séculos de tradição, parece óbvio que alguém sobe a um trono porque seu pai era rei, ou que herda um título de nobreza porque seus ancestrais o detiveram (princípios deveras arraigados no imaginário coletivo ocidental). Mas isso só se tornou regra no Ocidente durante a Cristandade, quando se firmou o governo hereditário, com base não em preconceitos de raça, mas no reconhecimento do valor de um espírito forte de família, por meio da qual se transmitia boa educação e se garantia a perpetuidade da ordem social e política.[158] As linhagens constituíam

---

156 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 45.

157 Bouchet (2021, cap. VII, pp. 297-298) destaca especialmente o caso espanhol: "na Espanha, a nobreza era uma condição acessível a toda excelência e basta consultar no dicionário as acepções da palavra fidalgo, para dar-se conta das numerosas maneiras que havia de receber tal distinção. Fidalgos havia de sangue, de privilégio, de executória, de quatro costados, de solar conhecido, de portas adentro, e mesmo o fidalgo de braguilha".

158 Explica Bouchet (2021, cap. VI, p. 295) que: "a Idade Média tinha uma vida comunitária mais sadia do que a nossa. Não só compreendeu as desigualdades individuais atribuíveis ao caráter único e irreiterável de cada homem, como também percebeu o valor do esforço familiar continuado por várias gerações e cuidou de assimilar

Digitalizado com CamScanner

uma rede firme de solidariedade, reforçado por uniões matrimoniais que aproximavam todos pelo vínculo de parentesco e formavam grandes famílias, tanto entre as classes nobres, quanto entre os camponeses.[159] Por meio da família, toda obra — o governo de um reino, um negócio em uma cidade, ou um simples campo a ser arado — prolongava-se no tempo e eternizava-se, de geração em geração. Conforme a expressão de Lévis-Mirepoix, na Cristandade a família era como um ente coletivo e durável, sobre o qual o indivíduo podia se apoiar.[160]

Impressiona o profundo caráter familiar da sociedade medieval.[161] Há raízes germânicas na firmeza dos laços familiares, mas também neles a Igreja deixou sua marca. As autoridades eclesiásticas perceberam que para converter de fato os corações a Cristo, a moral familiar cristã devia ser o alicerce de todas as relações. Ela ensinou aos povos a sacralidade da família e do matrimônio, rodeou-os de respeito e de veneração,[162] algo que teve como resultado prático — com o auxílio do avanço técnico-agrícola —, o aumento do número de filhos legítimos e uma explosão demográfica na Europa Ocidental entre os séculos XI e XIII.[163]

Embora as funções sociais próprias do homem e da mulher fossem delimitadas pelas exigências naturais e comunitárias, "o cristianismo medieval", diz o historiador não cristão Jacques Le Goff, "longe de reduzir a mulher a um papel secundário, deu-lhe um verdadeiro lugar ao lado do homem".[164]

Com efeito, se na Antiguidade pagã, a mulher era patrimônio do marido, e se nas sociedades bárbaras, onde imperava a força masculina,

---

essas tradições, dando-lhes privilégios e concedendo-lhes garantias para que mantivessem com vigor o impulso que lhes havia valido a posição de que gozavam".

159 Richard, parte I, cap. II, p. 73.

160 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 38.

161 Bloch, 2019, t. I, livro II, pp. 136-147. Pernoud, 1978, cap. IV, p. 62.

162 Baschet, pp. 448-451.

163 Daniel-Rops, t. III, pp. 319-322.

164 Le Goff, 2008, p. 119.

tinha função meramente reprodutora, na Cristandade Medieval, a mulher tinha a dignidade reconhecida. Era o contrário do que sucedia em outras civilizações contemporâneas, como a islâmica, a hindu, ou a chinesa.[165] Ao proibir o divórcio, a Igreja impediu que as mulheres se tornassem objetos dos instintos e dos interesses do marido. Ora, quantos reis e grandes senhores não foram excomungados por repudiarem as esposas? Lembremos da princesa Ingeborg da Dinamarca (1174-1236) que, ao chegar à corte do marido, Filipe II da França (r. 1180-1223), bradou, aflita e angustiada, após ser repudiada por ele: "*Roma! Roma!*", reconhecendo em Roma, na Igreja, a força que a protegeria ante as injustiças dos homens.

A mulher era sobretudo esposa, mãe ou religiosa, mas se o destino a chamasse à função pública, não havia impedimentos. Enquanto nas demais civilizações da época era impensável ou excepcional as mulheres assumirem função política relevante, na Cristandade Medieval as mulheres governavam, e governavam de próprio direito! Como herdeiras de certos feudos acessíveis às linhagens femininas, tinham os mesmos direitos que os homens, diz Lévis-Mirepoix.[166] A respeito dessa questão, ouçamos a opinião insuspeita de Le Goff, o qual afirma que "as mulheres, sem nenhuma dúvida, desempenharam um papel político importante na Idade Média", e que a ideia de afastar as mulheres da sucessão "não se impunha ao sistema feudal, que não afastava sistematicamente a mulher da direção das senhorias, dos feudos, nem mesmo dos reinos", concluindo que "no Ocidente, não se compara o número de mulheres primeiras-ministras com o que havia de rainhas governando ou de regentes na

---

165 Pernoud, 1978, cap. VI, p. 94. O batismo, aberto e exigível para ambos os sexos, já demonstra a viragem em relação aos valores pagãos que negavam à mulher participação no corpo social. Ademais, como não podia impedir os casamentos arranjados, a Igreja vedava o recurso à força, perguntando se os dois noivos desejavam contrair matrimônio. Se a mulher não o quisesse, tinha plena liberdade de escolher a vida consagrada, independentemente da vontade dos pais (foram muitas as vezes em que os papas interferiram para garantir que moças pudessem seguir sua vocação apesar da oposição dos genitores).

166 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 40.

Digitalizado com CamScanner

Idade Média".[167] O mesmo diz Régine Pernoud, comparando a situação "de uma Leonor da Aquitânia, uma Branca de Castela, que literalmente dominaram o seu século" com a mulher na modernidade, "relegada para um segundo plano, não exercendo influência senão clandestinamente e excluída de todas as funções públicas e administrativas".[168] Acrescenta a célebre historiadora que algumas abadessas eram senhores feudais, cuja autoridade era invejada por muitos homens; que as religiosas eram extremamente instruídas;[169] que em vários locais as mulheres votavam como os homens nas assembleias urbanas ou nas comunas rurais; que podiam agir por si próprias abrindo um negócio ou uma loja sem ter de apresentar uma autorização do marido; que exerciam várias profissões, e que tinham o mesmo dever do marido de zelar pela educação dos filhos e pela administração dos seus bens.[170]

Mesmo que não tenha conseguido formar uma sociedade de moral impecável, a Igreja, pela proibição do divórcio e do adultério, e pela proteção das mulheres, conseguiu imprimir na alma ocidental valores que dignificaram as relações privadas. É bastante significativo que a criatura mais amada naquele tempo não fosse um homem, mas a mais pura e doce das mulheres: a Virgem Maria.[171]

---

167 Le Goff, 2008, pp. 119-133. Na Idade Média houve *rainhas de próprio direito*, como Urraca I de Leão e Castela, Melisandra de Jerusalém, Petronila de Aragão, Constança I da Sicília, Sibila de Jerusalém, Isabel de Jerusalém, Berengária de Castela, Constança II da Sicília, Joana I de Navarra e Joana II de Navarra. Houve várias *rainhas regentes*, que governaram em nome de seus maridos ou de seus filhos, ou que exerceram influência política considerável no governo dos mesmos, como Ana de Kiev, Teresa de Leão, Matilde da Inglaterra, Leonor da Aquitânia, Adélia de Champagne, Beatriz da Borgonha, Leonor da Inglaterra, Branca de Castela, Leonor da Provença, Leonor de Castela, Maria da Hungria, Maria de Molina, Isabella da França. Isso sem falar das duquesas, condessas e senhoras que governaram de próprio direito.

168 Pernoud, 1978, cap. VI, p. 90.

169 Recorde-se que a mais famosa enciclopédia do século XII é de uma mulher, a abadessa Herrade de Landsberg.

170 Pernoud, 1978, cap. VI, pp. 96-102.

171 Daniel-Rops, t. III, pp. 322-324.

Digitalizado com CamScanner

A respeito da mulher na Idade Média, conclui Pernoud:

> Durante todo o período feudal, o lugar da mulher na Igreja foi certamente diferente do homem (e em que medida não seria uma prova de sabedoria o ter em conta que homem e mulher são duas criaturas iguais, mas diferentes?), mas foi um lugar eminente, que, aliás, simboliza perfeitamente o culto, eminente também, prestado à Virgem entre todos os santos.[172]

Embora não tenha sido aquele um período de fome generalizada (as evidências demonstram o contrário), e nem de grandes pestes como a do século XIV, havia pobreza e doença. No entanto, desde o século IX, toda paróquia tinha ao menos um serviço de assistência aos necessitados, assim como os mosteiros, que tinham regras claras sobre a destinação de parte de seus bens a obras de caridade. A partir do século XI, surgiram ordens religiosas dedicadas a obras de misericórdia corporal, como a Ordem de Malta (de 1048), a Ordem de São Lázaro (de 1099) e a Ordem do Espírito Santo (de 1178). Além dessas, havia as ordens "redentoras", responsáveis por salvar os cristãos escravizados pelos muçulmanos – como a Ordem Trinitária (de 1198) e a Mercedária (de 1223), que, juntas, resgataram pelo menos 600 mil cativos! E havia ainda as ordens mendicantes, cujos membros "eram pobres entre os pobres", doando todos os seus bens e dedicando-se à evangelização da população humilde, como os Carmelitas (1200), os Franciscanos (1209), os Dominicanos (1215) e Agostinianos (1243).[173]

Na França, particularmente, multiplicaram-se os chamados "*Hôtel-Dieu*", "as casas de Deus", que recebiam pobres, doentes e miseráveis.[174] Em toda a Cristandade, proliferavam-se as casas de cegos, asilos e leprosários. Existiam casas de recuperação de prostitutas e inúmeros orfanatos,

---

172 Pernoud, 1978, cap. VI, p. 98.

173 Daniel-Rops, t. III, pp. 283-289.

174 Pernoud, 1978, cap. VII, p. 124.

Digitalizado com CamScanner

que não apenas recebiam órfãos, mas que ensinavam ofícios aos rapazes e davam dotes para que as moças contraíssem matrimônio.[175] Tudo isso era sustentado com doações das classes altas, pois os poderosos — reis e nobres — não hesitavam em doar fortunas às obras de caridade promovidas e administradas pela Igreja.

Em suma, a era feudal, longe de ser uma época de opressão e egoísmo, foi uma época cristã, na qual a Igreja tinha liberdade para promover a verdadeira caridade. Foi um tempo que se submeteu aos ensinamentos dela a respeito da família, da dignidade do próximo, da proteção aos pobres e desvalidos e, é claro, da ordenação de tudo ao fim último do homem. Embora a realidade tantas vezes não tenha correspondido a pretensões tão elevadas, diz Daniel-Rops, o simples fato de uma civilização inteira tê-las abraçado como suas próprias referências demonstrava que o longo trabalho da Igreja surtira efeitos.[176]

Mas não nos enganemos, alerta Bloch: o papel caridoso, cultural e econômico dos grandes capítulos catedrais e dos monastérios pode ter sido considerável, enfim, o impacto civilizacional da Igreja pode ter sido excepcional. Porém, aos olhos dos contemporâneos, tais benefícios eram apenas *acessórios*, pois naquela sociedade cristã, nenhuma função de interesse coletivo parecia mais indispensável do que a puramente *espiritual*.[177]

6. Da base ao topo: a fé

A Cristandade foi a época cristã da história humana. Tudo naquele mundo tinha, na expressão de Baschet, a Igreja Católica como "coluna

175 Daniel-Rops, t. III, p. 289. O regulamento dos hospitais de Paris dizia que deviam receber "pobres e doentes como ao Senhor", e que era preciso "servi-los e honrá-los como a Deus."

176 Daniel-Rops, t. III, p. 289.

177 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 105.

Digitalizado com CamScanner

vertebral e invólucro". Ela era, acrescenta, "a própria forma da sociedade feudal, sua principal força motriz":[178]

> Estaria condenado a não compreender nada dos homens nem dos acontecimentos da Idade Média quem perdesse de vista, por um instante sequer, que tudo e todos só existem em função da fé cristã. É a religião a pedra angular do edifício e impõe-se aos espíritos como um absoluto que ninguém discute. Não se vê o menor traço de indiferentismo ou até mesmo de ateísmo. *Do mais humilde ao mais importante, é uma sociedade inteira que crê.* [...] A Igreja soubera inculcar essa fé nos espíritos durante os tempos bárbaros, e dela fizera, para o homem em luta com as trevas sangrentas, a única luz salvadora, o único guia da vida moral, o único meio de civilização (grifos nossos).[179]

Para compreender-se tudo o que narramos até aqui, deve-se considerar que ordenar as nações, moralizar as relações, ensinar as virtudes, endireitar os poderes e corrigir os vícios, enfim, todo o processo civilizacional levado à cabo por séculos pela Igreja, esteve a serviço de uma finalidade superior: a salvação das almas. Era à luz deste grande objetivo, o único que realmente importava, que o homem medieval enxergava a própria vida, mesmo quando caído no pecado. Em outras palavras, ele queria salvar-se.

Por conseguinte, a fé fazia-se presente em todas as circunstâncias da vida, iluminando-as e mostrando o caminho da eternidade para cada alma batizada.

a) Como se vivia a fé na Cristandade?

Toda a vida do católico medieval estava impregnada pelo sobrenatural. Desde os detalhes mais banais do cotidiano, até os grandes

178 Baschet, p. 534.

179 Daniel-Rops, t. III, p. 43.

Digitalizado com CamScanner

acontecimentos da vida, tudo tinha correspondência na fé, na vontade divina, no destino eterno dos homens.

Os sacramentos acompanhavam a vida do cristão do nascimento à morte.[180] A criança batizada tornava-se filha de Deus e novo membro da Igreja, iniciando sua longa marcha no mundo até o derradeiro momento quando, após a Extrema-Unção, podia ouvir o sacerdote devolver sua alma a Deus: "*Proficiscere, anima christiana, de hoc mundo...*"

O dia começava com o repicar dos sinos, seguido pelo *Angelus* cantado nas ruas. Era repleto de orações, súplicas, ações de graça, atos de contrição e pelo sinal da cruz antes das principais atividades do dia. Repetiam-se as orações vocais — sobretudo o Pai-Nosso, a Ave-Maria e o Credo — várias vezes ao dia, notadamente após a difusão do Rosário no século XIII. Até os leigos praticavam a oração mental. Assim, um camponês trabalhando na lavoura ou um rei cavalgando por seus domínios meditavam as verdades da fé. Os religiosos ou padres liam ao povo livros de oração e de meditação. Um artesão iletrado ouvia a récita de um livro devocional tantas vezes que decorava as orações sem jamais aprender a escrever o próprio nome. Geoffrey de Vêndome (†1132), monge e cardeal francês do século XII, dá-nos notícia, ainda, da "oração das lágrimas", na qual o cristão simplesmente chorava perante Deus e lhe dedicava os sofrimentos e angústias. A Santa Missa era o centro da vida comunitária, o calendário era ocupado pela liturgia e a vida orientada pelas festas sagradas da Igreja. Até as diversões estavam ligadas a aspectos da vida devocional![181]

As superstições ainda não haviam sido superadas. Muitos criam em entidades fantasmagóricas como lobisomens, almas penadas e bruxas (o que não raro era ocasião de histeria coletiva). Em certos casos, consideravam-se as bruxas culpadas por calamidades públicas, e por isso elas eram linchadas.[182] Ao menos até o século XIV, a Igreja usou de cautela em re-

180 Baschet, pp. 214-222.

181 Daniel-Rops, t. III, pp. 70-71; pp. 64-66.

182 Baschet, p. 228-230.

Digitalizado com CamScanner

lação ao fenômeno da bruxaria,[183] levantando-se contra as manifestações histéricas, censurando até mesmo as autoridades laicas quando elas se rendiam aos boatos de feitiçaria. Uma das mais conhecidas repreensões nesse sentido foi a do Papa Gregório VII ao rei Haroldo III da Dinamarca (r. 1076-1080) por ter cedido aos clamores do povo e mandado queimar mulheres acusadas de bruxaria. E os bispos e padres procuravam, em regra, tranquilizar os simples fiéis, para que não dessem crédito a histórias de bruxaria. Ganhou fama um conselho do bispo de Chartres, João de Salisbury (†1180). Segundo o bispo, o melhor remédio contra a bruxaria era "apoiar-se firmemente na fé, não ligar importância a essas mentiras e não prestar atenção a estas lamentáveis loucuras".[184]

Mas não cedamos aos erros dos detratores, julgando que a fé do homem medieval se fundamentava em crendices. Ao contrário, as evidências demonstram que as pessoas tinham conhecimento razoável das verdades do Credo cristão, sabiam no que acreditavam, entendiam o porquê de estarem neste mundo e para onde caminhavam. Desejavam ardentemente o Céu, e temiam muitíssimo o inferno, o diabo e a fealdade do pecado.

Adorava-se principalmente a humanidade de Cristo – sua Encarnação, Vida, Paixão e Ressurreição. Ao venerar a Cruz e a adorar ao Deus feito homem, o medieval sentia-se próximo do mesmo Senhor que se fez pobre e humilde como ele próprio. As narrativas mais presentes nas pregações, e impressas na arte sacra, eram as passagens do Evangelho. As grandes ordens disseminavam métodos de meditação cujo centro era a presença de Cristo na terra.[185] Não sem razão o século XIII foi palco de enorme crescimento da devoção eucarística, cuja manifestação mais evidente foi a instituição da festa de *Corpus Christi* pelo Papa Urbano IV (pp. 1261-1264) em 1264.

---

183 Embora desde o século XIII já existissem documentos papais referentes à bruxaria, a chamada "caça às bruxas" não é um fenômeno medieval, mas moderno, que ganhou corpo a partir do século XV (Pernoud, 1978, cap. VI, p. 106).

184 *Apud* Pernoud, 1978, cap. VII, p. 107.

185 Daniel-Rops, t. III, pp. 60-62.

Digitalizado com CamScanner

As paredes das catedrais, repletas de esculturas, eram verdadeiras "bíblias de pedra" e os vitrais eram "evangelhos transparentes". Não estavam ali para embelezar as igrejas, mas para instruir e evangelizar. Durante os sermões, os sacerdotes amiúde recorriam a essas representações para ensinar à multidão de iletrados as verdades da fé, gravando no coração dos cristãos as histórias que lhes definiam a própria história.[186]

A veneração aos santos era outro traço característico do catolicismo medieval. Explica Daniel-Rops que o católico daquele tempo, ao sentir-se humilde e desarmado ante o Eterno, experimentava a necessidade de intermediários entre ele e o Todo-Poderoso, "de valer-se de homens como ele que, tendo elevado a sua natureza à perfeição a sua natureza, conquistaram o céu", procurando em cada um destes heróis um exemplo sublime e normas de conduta.[187] Estes santos tinham lugar de destaque nas igrejas, e suas representações eram tão ubíquas, que o povo reconhecia sem erro a figura esculpida: Cristo, Nossa Senhora, os anjos, os patriarcas e profetas, os mártires, as virgens... Todos tinham um santo de devoção, a quem confiavam a vida e a salvação.[188] Toda paróquia ou mosteiro tinha ao menos uma relíquia de um santo local, ou uma relíquia de santos distantes, comprada dos bizantinos por mercadores italianos, após as Cruzadas terem franqueado o caminho do Oriente.[189]

E se se buscava a intercessão dos santos para se chegar a Deus, quem melhor do que a Mãe para interceder junto ao Filho? A adoração a Cristo e a veneração à Santíssima Virgem ligavam-se umbilicalmente, conforme a máxima de São Bernardo: "Todo o louvor à Mãe pertence ao Filho." A mais importante oração a ela dirigida era a Ave-Maria, e sabe-se que já

---

186 Daniel-Rops, t. III, pp. 57-58. Duby, 1984, cap. 7, pp. 103-106.

187 Daniel-Rops, t. III, pp. 58-60.

188 Daniel-Rops, t. III, p. 419.

189 Foram notáveis os casos de loucura coletiva em torno de relíquias, mas a Igreja reagia, denunciando os "fabricantes de relíquias" e proibindo, no IV Concílio de Latrão, a veneração de qualquer uma sem autorização da autoridade eclesiástica (Daniel-Rops, t. III, p. 49-50).

Digitalizado com CamScanner

se difundira amplamente a "Salve Rainha" no final do século XI, pois os cruzados entraram entoando-a em Jerusalém em 1099. Disseminou-se o hábito universal de chamar Maria de "Nossa Senhora" ou "*Notre Dame*". No século XIII, surgiram o Rosário e o Escapulário, e multiplicaram-se as festas em honra da Santa Virgem, assim como as igrejas e santuários dedicados a *Notre Dame*.[190]

Quanto aos monastérios, não deixaram de ser os grandes centros de espiritualidade. O impacto da vida monástica não ficava limitado pelo claustro, projetava-se sobre todos os aspectos da civilização de várias maneiras. Os mosteiros, diz Bouchet, exerciam uma influência real sobre a sociedade e, de certo modo, o povo inteiro, vivia sob sua sombra.[191]

As grandes peregrinações aos santuários, das quais participavam cristãos de todas as classes, talvez sejam a prática devocional mais simbólica da fé da Idade Média. Milhares de peregrinos das mais variadas origens — alemães, flamengos, ingleses, poloneses e principalmente franceses — percorriam todos os anos o norte da Espanha para alcançar Santiago de Compostela. Em Colônia, visitava-se a sepultura dos Três Reis Magos; em Vézelay, havia a igreja onde se sepultou Santa Maria Madalena. O túmulo de São Martinho atraía os peregrinos a Tours; a "Santa Face", a Lucca; a aparição de São Miguel Arcanjo, ao Monte Saint-Michel. E multiplicavam-se os santuários marianos em toda parte, particularmente na França: Chartres, Rocamadour, Puy, Fourvière, Liesse...[192]

Roma era decerto o destino mais almejado na Europa, era a capital da civilização, o centro da Igreja e do mundo cristão. Não é necessário enfatizar que uma enorme emoção se apoderava dos que, vindos de toda a Cristandade, contemplavam a cidade de São Pedro e São Paulo, e entoavam, ao chegar, o famoso cântico: "Salve, ó Roma, senhora do mundo,

---

190 Daniel-Rops, t. III, pp. 62-64.

191 Bouchet, 1998, cap. II, p. 57.

192 Daniel-Rops, t. III, pp. 79-88.

Digitalizado com CamScanner

vermelha com o sangue dos Mártires, branca com o lírio das Virgens! Sê bendita, ó Roma, pelos séculos dos séculos!"[193]

b) Um mundo repleto de santos

Mas o exame da vitalidade espiritual dum período sempre será incompleto, se a análise se fundamentar somente nas práticas religiosas externas. Devemos aferir os frutos espirituais dessas práticas na vida interior das almas. A santidade deve ser o parâmetro, enfatiza Dom Prósper Guéranger: "Deus, em seus conselhos de justiça ou misericórdia, dá ou subtrai santos nas diversas épocas, de modo que é preciso consultar o termômetro da santidade se queremos medir a condição mais ou menos normal de um período de tempo ou de uma sociedade", acrescentando que se quisermos retratar os costumes dos povos católicos, devemos resumir, "em cada século, a estatística da santidade".[194]

No subcapítulo 3, vimos que no duro período de transição do primeiro para o segundo milênio, quando a Igreja se encontrava sob jugo do poder temporal e submersa na imoralidade do clero, Deus socorreu-a com grandes santos reformadores: os seis santos abades de Cluny, *São Bernão* (†927), *São Odo* (†942), *Santo Aimar* (†965), *São Maiolo* (†994), *Santo Odilo* (†1049) e *São Hugo* (†1109); *São Pedro Damião* (†1072), cardeal e bispo; *São Gregório VII* (†1085), grande papa que iniciou a libertação da Igreja do poder laico; *São Bruno de Colônia* (†1101), fundador da Ordem Cartuxa; *São Norberto de Xanten* (†1134), arcebispo holandês fundador da Ordem Premonstratense; *São Teotônio* (†1162), santo português fundador da Ordem da Santa Cruz; *São Roberto de Molesme* (†1111), *Santo Alberico* (†1109) e *Santo Estevão Harding* (†1134), fundadores da Ordem Cisterciense; o inigualável *São Bernardo de Claraval* (1090-1153), abade, místico e conselheiro de papas e de reis, chamado de "chefe da Europa mesmo sem

---

193 *Ibid.*, t. III, p. 85.

194 Dom Guéranger, cap. II, pp. 44 e 57.

Digitalizado com CamScanner

coroa"; *São Tomás Becket* (1128-1170), o arcebispo mártir da Cantuária, que desafiou seu monarca para defender a reforma gregoriana na Inglaterra.

Mesmo com estes gigantes espirituais dos séculos XI e XII, as provações não cessaram. No final do século XII — o século católico por antonomásia — a Igreja e a Cristandade passaram novamente por dificuldades. A decadência moral no clero manifestou-se outra vez, e renasceu a espécie de bispos e padres ambiciosos, mais preocupados em fazer carreirismo eclesiástico e em encher os próprios bolsos do que em salvar almas. Isto enfraqueceu a vida sacramental. Em muitos lugares as missas tornaram-se raras, e as comunhões mais raras ainda. Este clima era propício para a difusão de heresias. E elas, de fato, pulularam na forma de vários movimentos pela Europa, agrupados pelo nome genérico de "cátaros," que se apresentavam como reação à má conduta do clero católico. No lugar de padres ambiciosos e de monges relaxados, seus sacerdotes exibiam uma disciplina ascética rigorosíssima, que impressionava os populares. E, aproveitando-se da débil educação cristã de parte do povo, traziam-lhe uma nova e estranha doutrina, porém convincente, de origens maniqueístas.

Mas Deus impediu o esmorecimento da fé, suscitando o surgimento de dois grandes santos que preservaram a Cristandade. À ignorância de parte do povo cristão e às heresias cátaras, Deus opôs *São Domingos de Gusmão* (1170-1221), fundador da Ordem dos Pregadores. Seus filhos dedicavam-se à evangelização e espalharam-se por toda a Europa para relembrar aos batizados as verdades eternas. Já ao mundanismo do clero, à ambição dos padres e à ascética desequilibrada dos cátaros, Deus opôs *São Francisco de Assis* (1182-1226). Era o pobrezinho que, com a vida de abnegação e paixão por Cristo, reconstruiu a Igreja, nas palavras do próprio Cristo. Estes dois grandes santos ainda viviam quando nasceu São Luís.

A vitalidade espiritual da Cristandade, que a crise cátara não conseguiu debilitar, fica evidente pelo desabrochar de almas santas em todo o tecido social: *Santo Isidoro, o Lavrador* (†1130), o camponês

castelhano que se santificou no duro trabalho no campo; *Santa Zita de Lucca* (†1272), simples empregada doméstica italiana; *Santo Ivo de Kemartin* (1253-1303), o santo advogado e juiz bretão; *São Torlaco de Skálholt* (†1193), bispo da distante Islândia, cuja vida dedicou à catequização; *Santa Margarida de Cortona* (1247-1297), italiana que, após uma juventude dissoluta, viveu décadas entre penitências e êxtases místicos; a sábia *Santa Hildegarda de Bingen* (1098-1179), monja, teóloga, médica e cientista alemã do século XII; *Santo Alberto, o Grande* (1193-1280), doutor da Igreja e mestre de Santo Tomás; *Santa Gertrudes Magna* (1256-1302) e sua confrade *Santa Matilde de Helfta* (†1298), videntes do Sagrado Coração de Jesus; *São Pedro de Verona* (†1252), frade dominicano martirizado pelos cátaros, e seu carrasco *Beato Carino de Balsamo* (†1293) que, após o crime, converteu-se e passou o restante da vida em penitência, como irmão leigo da Ordem Dominicana.

As casas reais e nobres foram também viveiros de santos: *São Fernando III, rei de Leão e Castela* (1201-1252), primo-irmão de São Luís; o *Beato Carlos, conde do Flandres* (†1127), antes amante de torneios e depois santo penitente; *São Leopoldo III, marquês da Áustria* (1073-1136), admirável governante; *Santa Edwiges da Silésia* (1174-1243), duquesa polonesa, socorro dos endividados; *Santa Inês de Praga* (1205-1282), princesa que trocou um casamento vantajoso pela vida consagrada. Na casa real portuguesa germinaram princesas santas, como as beatas *Teresa de Portugal, rainha de Leão* (1178-1250), *Sancha de Portugal* (1180-1229) e *Mafalda de Portugal, rainha de Castela* (1195-1256).

Existiu inclusive uma família real de santos: a Casa de Árpad, reinante na Hungria entre meados do século IX e o início do XIV, e que passou à história como a "Irmandade dos Santos Reis". Deu à Igreja *Santo Estevão I, rei da Hungria* (975-1038); seu filho, o príncipe *Santo Américo* (1000-1031); o *rei São Ladislau I* (1040-1095); as princesas *Santa Margarida* (1241-1272), *Santa Cunegundes* (1224-1292) e a grande *Santa Isabel da Hungria* (1207-1231), princesa dedicada aos necessitados, e cuja luz irradiaria por toda a Cristandade.

Digitalizado com CamScanner

E mesmo o trono mais importante do mundo cristão, o do Sacro Império Romano, ostentou seu par de santos: *Santo Henrique II, imperador* (973-1024), e sua esposa *Santa Cunegundes de Luxemburgo* (975-1033).

Quando São Luís nasceu, o mundo era sacudido pelos sermões de *Santo Antônio de Pádua* (1195-1231), testemunhava a delicada virtude de *Santa Clara de Assis* (1193-1253), era palco do amor vibrante de *Santa Lutgarda* (1182-1246), dos êxtases de *Santa Juliana de Liége* (1193-1258), das visões de *São Simão Stock* (1165-1265), nas quais recebeu da Virgem o Escapulário. Sucediam-se as viagens incansáveis de *São Pedro Nolasco* (1189-1256) e de *São Raimundo Nonato* (†1240), dedicados à nobre tarefa de libertação dos cristãos das mãos dos muçulmanos. Isto sem falar dos santos com os quais São Luís se relacionaria pessoalmente, como *São Teobaldo*, *São Boaventura* e *Santo Tomás de Aquino*.

Só Deus conhece o número daqueles santos que, com seu amor por Ele e com as virtudes que deste amor brotavam, sustentaram as bases da civilização e da fé naqueles dias.

A lista é interminável, mas com o curto elenco acima apresentado podemos perceber a alta temperatura registrada pelo "termômetro" — na expressão de Dom Guéranger — da santidade nos dias de luz da Cristandade.

7. Renascimento cultural e vitalidade civilizacional

"Longe das ideias convencionais de estagnação e de imobilismo", diz Baschet, "a sociedade feudal produz um desenvolvimento demográfico e produtivo de uma amplitude excepcional".[195] Ao contrário de um mundo estático, a Cristandade Medieval deu provas de uma fecundidade e de uma vitalidade difíceis de igualar, pois foi um tempo de renovação não apenas espiritual, mas cultural, intelectual e artística, um período

195 Baschet, p. 534.

criativo capaz de surpreender o homem contemporâneo. Não sem razão, lamenta Dawson: "o descrédito quase total e o esquecimento em que o pensamento medieval recaiu durante um longo período", considerando tais descrédito e esquecimento como "um dos fenômenos mais curiosos da história".[196]

Menos de duzentos anos depois das iniciativas culturais de Carlos Magno, da "Renascença Carolíngia", o gosto pelas letras pôde, diz Pernoud, "espalhar-se de novo num Ocidente tornado de novo mais estável".[197] Ainda no começo do século XI, São Furberto (†1028) foi responsável por uma impressionante renovação intelectual que teve origem em Chartres. O memo aconteceu pouco depois na Normandia, cujos mosteiros e escolas se tornaram, para todo o Ocidente, polos de cultura, graças, sobretudo, ao esforço do Beato Lanfranco (†1089), depois arcebispo da Cantuária.[198] Decisivas foram, sobremaneira, diz Bloch, as duas ou três décadas anteriores ao ano 1000, época da obra filosófica de Santo Anselmo da Cantuária (†1109), da obra jurídica dos canonistas italianos, e do início do esforço matemático nas escolas de Chartres.[199]

Mas a verdadeira transformação ocorreu na transição dos séculos XI para XII. Assim a descreve o abade Guilberto de Nogent, nascido em 1053, em sua autobiografia, escrita em cerca de 1015:

> Na época que precedeu imediatamente a minha infância, e mesmo ao longo desta, a penúria dos mestres-escola era tamanha que era quase impossível encontrá-los nos burgos: mal se encontrava algum nas cidades. Caso, porventura, se descobrisse algum, sua ciência era tão medíocre que sequer poderia comparar-se à dos pequenos clérigos vagabundos de hoje.[200]

---

196 Dawson, 2014, cap. XVI, p. 335,

197 Pernoud, 1978, cap. III, p. 49

198 Schnürer, livro III, cap. 5, p. 312-315.

199 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 119.

200 Guilberto de Nogent *Apud* Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 119.

Os séculos XII e XIII representaram, diz Dawson, "a mais surpreendente renovação da atividade cultural em todo os campos, — intelectual, político e econômico. Assistiram à construção de grandes catedrais e casas monásticas, à fundação de novas cidades medievais, à gradual evolução do direito canônico, à filosofia escolástica e à literatura em vernáculo".[201]

O século XII foi o tempo da redescoberta. A reforma das grandes ordens monásticas e a proliferação dos cistercienses pela Europa disponibilizaram o conhecimento antes encerrado nos mosteiros, e possibilitaram a fundação de incontáveis escolas monásticas. O acesso às traduções de obras gregas e mesmo árabes, o estudo sério da patrística e da filosofia clássica, a redescoberta do direito romano no mosteiro de Bolonha, a reorientação dos estudos a partir da antiga tradição das sete artes liberais, tudo isto promoveu uma restauração vigorosa do pensamento, que tornaria o homem ocidental mais consciente de Deus, de si mesmo e do mundo que o cercava:[202]

> Não há dúvidas de que, de fato, a instrução, durante o século XII, teria realizado, tanto em qualidade quanto em extensão através das diversas camadas sociais, imensos progressos. Mais do que nunca, ela se baseava na imitação dos modelos antigos, não mais venerados, mas talvez mais bem conhecidos, mais bem compreendidos e sentidos [...] o novo humanismo era, de modo geral, um humanismo cristão. "Somos anões empoleirados nos ombros de gigantes": essa fórmula de Bernardo de Chartres, muitas vezes repetida, ilustra a extensão da dívida que os mais sérios espíritos da época admitiam possuir para com a cultura clássica.[203]

E se o século XII foi o da redescoberta, o XIII, o século de São Luís, foi o da sistematização.[204] Foi uma época *enciclopédica*, preocupada em ordenar todo o conhecimento acumulado no século anterior, e durante a

201 Dawson, 2014, cap. XV, p. 317.
202 Dawson, 2014, cap. XVI, pp. 338-339. Bloch, 2019, t. I, livro II, pp. 119-130.
203 Bloch, 2019, t. I, livro II, pp. 119-120.
204 Dawson, 2014, cap. XVI, p. 337.

Digitalizado com CamScanner

qual se elucidou, clarificou e sintetizou as informações em códigos jurídicos, ordenações, enciclopédias e sumas.[205] Com efeito, na aurora do século XIII, elaboraram-se as primeiras grandes "sumas" de teologia, cujos autores, baseados em fontes cristãs, gregas e latinas, submetiam os juízos filosóficos e reflexões teológicas às leis da dialética, da lógica e da divisão metódica, expondo seu pensamento com extremo rigor terminológico e metodológico.[206] O método seguido era o "escolástico", definido por Rohrbacher como "ter e dar uma ideia nítida e precisa do que se ensina; estabelecer princípios justos, e deduzir suas consequências pelo raciocínio correto, empregar expressões claras e nitidamente definidas, evitar digressões inúteis, ideias vagas, termos equívocos; colocar no todo uma ordem que esclareça as questões umas pelas outras".[207]

O século XIII foi também o século das universidades. As de Bolonha (1088), Oxford (1096), Paris (1170), Módena (1175) datam dos séculos XI e XII. Mas a partir do século de São Luís, universidades surgem por toda parte: Arezzo (1215), Salamanca (1218), Montpellier (1220), Pádua (1222), Nápoles (1224), Vercelli (1228), Toulouse (1229), Siena (1240), Valladolid (1241), Roma (1245), Piacenza (1248), Northampton (1261), Múrcia (1272), Cambridge (1284), Lisboa-Coimbra (1290), Alcalá de Henares (1293), Lérida (1300).

Qual época se equipara aos séculos XII e XIII na grandeza e qualidade de seus intelectuais? Nenhum outro tempo pode gloriar-se por possuir um *São Bernardo de Claraval* (1190-1153) que, sem pretensões acadêmicas, influenciou todo o pensamento da sua época; ou um *Gilberto de Poitiers* (1170-1154), grande bispo, lógico e teólogo do século XII; ou os vitorinos, sobretudo um *Ricardo* (†1173) e um *Hugo de São Vítor* (†1141), que foi comparado a Santo Agostinho; ou, ainda, um *Pedro Lombardo* (†1160), homem de origem humilde que, uma vez grande pensador e bispo de

---

205 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. II, p. 521.

206 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 179.

207 Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, p. 425.

Digitalizado com CamScanner

Paris, escreveu as sentenças que seriam o livro padrão de teologia para as gerações seguintes. Aquela foi a era dos grandes canonistas *Santo Ivo de Chartres* (†1115) e *Graciano* (†ca.1145); de *Santa Hildegarda* (1098-1179), monja, teóloga, mística, compositora, pregadora, médica, poetisa, dramaturga e professora; de *Alexandre de Hales* (†1245), um dos maiores nomes do agostinianismo medieval; de Pedro Hispano, que antes de ser o papa *João XXI* (pp. 1276-1277), foi médico, filósofo e matemático; de *Santo Alberto, o Grande* (†1280), filósofo, astrônomo e teólogo.

Alcançou-se o apogeu no tempo de São Luís, com *São Boaventura de Bagnoregio* (1221-1274) e, é claro, com a doutrina insuperável de *Santo Tomás de Aquino* (1225-1274).

O dinamismo do mundo medieval não se manifestou apenas no âmbito cultural, mas também no material: quando contemplamos os séculos XI, XII e XIII, assistimos a uma impressionante explosão econômica. Uma insólita produção rural foi possível devido à elevação da temperatura média da Europa[208] e à criação de novas técnicas de cultivo. E o comércio foi restaurado, graças à abundância das colheitas, à relativa paz de que gozava a Cristandade e ao intercâmbio com o Oriente reaberto pelas Cruzadas.[209]

Rotas comerciais estáveis foram criadas e uma rede notável de estradas passou a pavimentar a Europa, conectando comerciantes de todas as partes, desde a Itália até a Escandinávia, e cortando os Países Baixos, a Alemanha e a França. Na junção destes itinerários, construíram-se postos-chave onde os comerciantes se reuniam em feiras, mais tarde chamadas burgos, que, desenvolvendo-se, restauraram a vida urbana, principalmente na Itália, na Provença, na Aquitânia, na Espanha, no Flandres e na Alemanha setentrional.

208 Durante aproximadamente trezentos anos — entre 950 e 1250 —, a temperatura no Atlântico Norte aumentou a ponto de os climatólogos modernos falarem de um "Período quente medieval".

209 Baschet, pp. 143-157. Pernoud, 2023, parte II, pp. 89-91.

Digitalizado com CamScanner

Regiões inteiras passaram a dedicar-se à produção manufatureira, como o sudeste da Inglaterra, a Normandia, o Flandres, Champagne e o norte da Itália. O transporte fluvial também se desenvolveu, sem falarmos da via marítima, a preferida dos medievais. Ela unia os longínquos portos da Suécia aos agitados portos do Flandres e do sul da Inglaterra, e estes ao litoral sudoeste francês, ao litoral hispânico, às cidades italianas e aos portos do Mediterrâneo Oriental.[210]

E as cidades da Cristandade, cada vez mais povoadas, eram palco de um esplendoroso espetáculo espiritual, civilizacional, arquitetônico e artístico: a edificação das grandes catedrais.

A saúde e o vigor de uma sociedade medem-se por seu saldo artístico. Épocas saudáveis geram beleza, as doentes, feiura. Com efeito, a saúde e a pujança da sociedade medieval ficam patentes quando se observa a arte que legou, qual seja, aquele estilo de tintas universais, exportado da França para toda parte, que os humanistas chamariam pejorativamente "gótico".[211]

Desde os canteiros de obras do nordeste francês, onde aquele novo estilo surgiu, até os mais distantes rincões da Cristandade, aquelas torres altíssimas passaram a dominar a paisagem. Via-se uma civilização inteira construir para Deus.[212]

---

210 Giordani, t. II, cap. III, pp. 211-215.

211 Daniel-Rops, t. III, pp. 386-436.

212 Na *França* se construíam as catedrais de Chartes, Reims, Paris, Saint-Denis, Amiens, Bourges, Tours, Orleans, Beauvais, Bordeaux, Sens, Noyon, Lyon, Nantes, Toulouse, Nîmes... enquanto no *mundo germânico* se erguiam as catedrais de Colônia, Viena, Estrasburgo, Praga, Ratisbona, Magdeburgo... nos *reinos hispânicos* se construía as sés de Burgos, Sevilha, Barcelona, Santiago, Leão, Toledo, Segóvia, Salamanca, Murcia, Córdoba, Valência, Maiorca... em *Portugal*, as catedrais de Lisboa, Évora, Braga, Guarda, Viseu, Porto... na *Hungria*, a Igreja de São Matias de Budapeste... na *Polônia*, as igrejas de Wrocław e Gniezn.... na *Escócia*, a catedral de Dunblane... na *Inglaterra*, erguiam-se Salisbury, Cantuária, York, Westminster, Lincoln, Gloucester... na *Itália* se punha de pé as catedrais de Milão, Siena, Orvieto e Florença, a Basílica de Santo André em Vercelli, a Basílica de São Francisco em Assis, de Santo Antônio em Pádua, a igreja de Santa Maria sopra Minerva em Roma... na *Bélgica*, as igrejas de Antuérpia, Gante, Bruges, Ypres, Leuven, Tournai,

Digitalizado com CamScanner

Na Europa pós-cristã de hoje, as grandes catedrais edificadas por gerações de católicos medievais mantêm-se de pé, majestosas, inigualáveis, inalcançáveis, como que denunciando perpetuamente uma época em que os homens se esqueceram da fé de seus pais, e sendo testemunha perene de um tempo em que toda uma civilização foi cristã.

É na Catedral que encontramos o verdadeiro triunfo da Cristandade.

8. O verdadeiro triunfo da Cristandade

Não devemos, alerta Bouchet, nos deixar seduzir por uma idealizada "lenda dourada" da Idade Média.[213] Na Cristandade, como em todas as épocas, não apenas o bem, mas também o mal se manifestou. Traidores, criminosos e pecadores não cessaram de existir. Os ideais eram nobres, mas a realidade podia, por vezes, ser bastante rasteira.

Um antigo poema do século XII, "*Le couronnement de Louis*", bem resume essas contradições: "Lá, todos prestaram o juramento. Um o prestou, e o manteve bravamente. Outro também, mas de modo algum o manteve".[214] Nada mais sugestivo...

Não falamos aqui da medicina ainda rudimentar e das doenças, da expectativa de vida bem abaixo dos nossos padrões, das dificuldades, dos sofrimentos e da ausência de certos confortos aos quais o mundo burguês nos acostumou. Os medievais sabiam lidar com tudo isto. Falamos dos vícios, dos senhores que oprimiam seus servos, dos padres que consideravam a Igreja antes como fonte de renda, dos cruzados mais preocupados com a pilhagem do que com a luta pela Cristandade, em suma, dos desvios em relação ao ideal cristão. Em certos momentos, a Idade Média

---

Dinant... na *Dinamarca* construíram-se as sés de Aarhus, Nykøbing, Fyn, Haderslev, Nakskov... na *Noruega*, as igrejas de Trondheim e Stavanger; e na *Suécia*, as catedrais de Uppsala, Linköping... a lista é interminável.

213 Bouchet, 1998, cap. VIII, pp. 174-175.

214 *Apud* Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 227.

Digitalizado com CamScanner

Cristã poderá causar mais admiração pelo que pretendeu ser do que pelo que de fato foi.

Mas se a fé era tão unânime, tão fervorosa, por que a vida estava tantas vezes em desacordo com ela? A pena de Daniel-Rops nos responde:

> Nada seria mais absurdo do que ver na Idade Média uma época paradisíaca de inocência e de doçuras universais; mesmo entre os batizados. Os homens continuam a ser homens. No entanto, quando se comportam mal, sabiam que cometeram uma falta e referiam-se incessantemente a princípios superiores. Com seus grandes pecados, com a sua credulidade mais ou menos supersticiosa, com a sua doutrina de salvação um pouco barateada, o homem da Idade Média está, apesar de tudo, no caminho real do cristianismo, porque é humilde diante de Deus e possui uma confiança absoluta na Redenção [...] Deus nesta época não está morto: está intensamente vivo! A fé, portanto, faz parte da substância desse tempo. É ela que ilumina a civilização com a suave luz da esperança cristã [...] A sociedade medieval não tem nada de triste ou de inquieto; pelo contrário, transmite uma impressão de alegria e de audácia criadora.[215]

O fato de todos serem cristãos não aboliu a luta permanente contra a carne, o mundo e o demônio. Muito ao contrário: estes inimigos ficaram ainda mais violentos. No entanto — e esta é a regra perceptível naquele tempo —, quando o homem medieval pecava, não tardava a corrigir-se e a fazer penitência. Era consciente de que, se se arrependesse, Cristo o perdoaria. Confiava na intercessão de seus santos padroeiros e, principalmente, esperava que a doce Virgem Maria, que tão amorosamente seus contemporâneos esculpiam com um sorriso nos pórticos das catedrais, rogaria por ele. O importante da vida de um homem não era sempre vencer, mas lutar com tenacidade, não aceitar permanecer no pecado, e perseverar até o momento derradeiro.

---

215 Daniel-Rops, t. III, pp. 44-45.

O mal não fora expulso do mundo, mas todos tinham uma consciência razoavelmente bem formada para distingui-lo do bem. Quando alguém pecava, não fazia do pecado uma virtude, não fazia do mal um bem, tal qual fariam os modernos para legitimar seus vícios. Nisso, afinal, se diferencia o pecador medieval do pecador moderno: mesmo que ambos caíssem, o primeiro não sucumbia àquele pecado da inteligência tão caro ao segundo, o pecado de fazer-se Deus. Não. O medieval sabia-se filho e dependente de Deus e, quando claudicava, prostrava-se humildemente diante d'Ele em busca da redenção.

E se a Cristandade jamais realizou plenamente, escreveu Jérôme Baschet, "os ideais de paz de sua doutrina", ela pôde, ao menos: "formar uma comunhão espiritual à altura da qual medir seus conflitos e suas divisões".[216] E acrescenta Rúben Calderón Bouchet que, se por um lado seria ingenuidade pensar nela como uma sociedade cristã habitada exclusivamente por santos e movida apenas pela caridade, por outro, não podemos esquecer a vigência cabal de um ideal de vida sustentado pela fé que era o modelo para todos naquele tempo.[217]

Onde, então, encontramos o verdadeiro triunfo da Cristandade? Já o dissemos: na catedral. Não por significar, talvez, o apogeu da arquitetura e da arte, não como expressão emblemática de uma civilização criativa e saudável, "como a mais durável glória dessa época da humanidade", nas palavras de Bloch,[218] mas por ser a manifestação em rocha do espírito que animava as gerações que as construíram.

Para compreender este espírito, sugere Lévis-Mirepoix, comparemos as catedrais aos templos egípcios: estes, diz, foram obra de milhares de escravos que colocaram por medo os blocos no lugar, sem unir nada de seu ser à grandeza de um poder que não compreendiam. Já as catedrais, continua, foram obra de homens que, "com paciência

---

216 Baschet, pp. 78-96.

217 Bouchet, 2021, cap. III, p. 71.

218 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 81.

e ternura, ergueram nos céus de nossas cidades essas imensas camadas de pedra", como "testemunhas imortais de *sua* fé, de *sua* cultura, de *sua* inteligência".[219] Por isso, conclui Régine Pernoud, os classicistas tentaram, em vão, descobrir as origens, as influências, as fontes que os medievais tentaram imitar ao produzir suas obras-de-arte.[220] A Catedral não imitava nada, e sim expressava o que ia na alma dos homens que as construíram:

> A arte é um convite para subir em direção a Deus. Essa intenção está inteiramente contida na catedral. O edifício se ergue no centro da cidade ou no meio do campo. À sua volta agrupam-se as casas como que buscando proteção, e quando as portas se abrem, toda a gente encontra lugar nas sombras profundas das suas naves. A catedral se anima e surge como um vasto mundo povoado de santos e de anjos. Cenas do Evangelho, o drama do Juízo Final, o suplício dos condenados, o triunfo dos eleitos: é o destino inteiro da alma cristã que desfila sobre os portais do templo, nos vitrais das naves e nos baixos-relevos dos coros. [...] Ante os olhos do crente medieval, a catedral é um catecismo em imagens. As figuras que contempla todos os dias o instruem sobre a sua fé, contam-lhe as verdades terríveis ou doces que guiam a sua vida desde a mais terna infância. Amparam-no na sua debilidade e são os juízes inexoráveis das suas fraquezas. [...] As estátuas e as imagens estavam como engastadas num conjunto de linhas ascendentes, e eram parte de um enorme organismo de pedra lançado para cima em prodigiosa aspiração de infinito. [...] Os muros, tão logo abandonavam o solo, se esvaziavam de toda matéria, estiravam-se e aligeiravam-se até se tornarem transparentes nos jogos de luzes dos vitrais. Em seguida se ramificavam nas ogivas dos tetos e pareciam perder-se no céu. O entrecruzamento das abóbadas abraça as imensas naves e as sustém em seu equilíbrio.[221]

---

219 Lévis-Mirepoix, cap. I, pp. 44-45.

220 Pernoud, 1978, cap. II, pp. 24-25.

221 Bouchet, 2021, cap. III, pp. 188-190.

Digitalizado com CamScanner

E então se pergunta Bouchet:

> Não é isto tudo uma visão da existência cristã? O cristão não pode viver sobre a terra se não tiver seu ponto de apoio em algo além do mundo visível. Só dessa maneira é que se faz homem. Das profundezas em que se acha exilado, sua nobreza, sua força, sua alegria então no pressentimento de Deus. A catedral é a encarnação viva do cristianismo... Sua missão é apoderar-se das almas fiéis, fazê-las subir até as regiões habitadas pelos anjos e os santos, e lançá-las para além das suas flechas, em direção a Deus. A arte medieval não é um mero jogo estético para os requintados, é uma ascensão da alma rumo à beleza vivente e infinita.[222]

Quer pousemos as mãos sobre as pedras da Sé de Lisboa ou da Abadia londrina de Westminster; quer percorramos as vastas naves do *Duomo* de Milão ou da Catedral de Viena; quer contemplemos os detalhes requintados da Catedral de Toledo ou da Basílica de Santo Antônio em Pádua; quer observemos o sol se pôr sobre a *Notre-Dame* de Paris; quer elevemos nosso espírito pelas portentosas colunas da Catedral de Reims; quer deixemo-nos iluminar pela brilho dos coloridos vitrais de Saint-Denis ou da Sainte-Chapelle de São Luís... a convicção será reafirmada: a de que gerações depositaram ali o que de melhor puderam conceber. E se a boca fala do que o coração está cheio (Mt 12,34), e se nosso coração está onde está nosso tesouro (Mt 6,21), não será difícil descobrir onde estava o tesouro e o que enchia o coração daqueles que ergueram tais edifícios: em Deus e na esperança do Reino dos Céus.

O verdadeiro mérito da Cristandade, da Civilização Medieval, não estava nas suas estruturas políticas, nem na sua riqueza cultural, nem sequer na caridade fraterna entre os povos cristãos, mas na transformação espiritual de cada um e na ordenação das sociedades para Deus. A Cristandade era, de algum modo, uma "civilização sagrada", pois estava apontada para cima, tal como seus catedrais, apontada para Aquele que

222 *Ibid.*, 2021, cap. III, p. 190.

Digitalizado com CamScanner

figurava como o fim, o meio, a testemunha e o juiz de tudo. Para Aquele que governava no Céu e na Terra: o Cristo, o rei de todas as coisas.

Foi neste mundo que, em 25 de abril de 1214, Branca de Castela deu à luz a São Luís, o santo rei que foi a expressão perfeita do tipo ideal de homem que a Idade Média concebeu, a imagem mais viva e mais justa do que a Cristandade quis fazer do homem.[223]

223 Daniel-Rops, t. 3, p. 325. Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 29.

Digitalizado com CamScanner

"São Luís aprendendo com sua mãe", de Alexandre Cabanel. Séc. XIX.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO 2

DO NASCIMENTO AO CASAMENTO

Sexta-Feira, 25 de abril de 1214 – Festa de São Marcos

No castelo real de Poissy, a alguns quilômetros de Paris, enquanto nas ruas se faziam procissões com cruzes negras em honra de São Marcos Evangelista, a princesa Branca entrou pela quinta vez em trabalho de parto. Três das suas quatro gravidezes não tinham sido bem-sucedidas: as duas meninas, nascidas em 1205 e 1207, morreram logo após o nascimento; assim como os gêmeos, Afonso e João, em 1213; somente o pequeno Filipe, nascido em 1209, sobrevivera ao parto. A princesa, então com vinte e seis anos, agarrava-se ao rosário que lhe fora dado pelo frei Domingos de Gusmão, quando, entre penosas dores, deu à luz um menino a quem chamou Luís.

Esse nascimento parece, aos olhos crentes, um milagre, um tríplice milagre obtido por intercessão direta ou indireta de três grandes santos.

São Bernardo de Claraval (1090-1153) fora procurado em 1144 pela então rainha da França, Leonor da Aquitânia, que para ter filhos lhe pedia intercessão. O santo atendeu o pedido e do ventre aparentemente estéril de Leonor saíram dez crianças, dentre as quais Leonor da Inglaterra, mãe de Branca de Castela, de cujo seio, por sua vez, saiu São Luís.[1]

São Tomás Becket (1128-1170) acabara de ser canonizado quando Luís VII da França peregrinou ao seu santuário na Cantuária para suplicar pela saúde de seu único filho, Filipe, então à beira da morte. E, pela

1 Weir, cap. 3, p. 44.

intercessão do mártir, o príncipe recobrou a saúde, sendo um dia coroado Filipe II da França, pai de Luís VIII que, a seu turno, foi pai de São Luís.[2]

São Domingos de Gusmão (1170-1221), ouvindo que Branca de Castela, esposa do herdeiro do trono francês, temia, em razão de gravidezes malogradas, pela vida do seu filho que estava por nascer, recomendou a ela a prática da devoção que recebera de Nossa Senhora, o Santo Rosário. A devota Branca, conforme piedosa tradição, teria ouvido o santo e rezado continuamente o Rosário durante a gestação, e Deus lhe deu São Luís.[3]

Rebento e melhor expressão da "época cristã da história", São Luís é, ainda, filho de uma tradição: começa ele por não ser nascido, pois em si confluem, além do que de melhor o seu tempo poderia gerar, o passado e o legado da grande nação que herdará.[4]

1. Filha mais velha da Igreja: A França que São Luís herdou

Do topo da colina de Montmartre, onde hoje se ergue a Basílica de *Sacré-Cœur* (do Sagrado Coração), ponto mais elevado de Paris, ecoa a memória do sangue ali vertido nos idos das perseguições romanas. Em 250 foram ali decapitados o primeiro bispo de Paris, São Dionísio (ou *Saint Denis*), seu presbítero, São Rústico, e seu diácono, Santo Eleutério. Esses martírios, que parecem simbolicamente abrir a história católica da França, foram antecedidos algumas décadas por uma perseguição em Lyon na qual dezenas de católicos, desde o bispo aos fiéis, perderam a vida em meio a todo tipo de tormento no anfiteatro, e que foi relatada com detalhes por Eusébio de Cesareia em sua "História Eclesiástica".

---

2 Mateus Paris, t. II, p. 50.

3 Essa piedosa história é contada por um outro São Luís, Luís Maria Grignon de Montfort em "O Segredo Admirável do Santíssimo Rosário", §98.

4 Escreve Régine Pernoud (1978, cap. VIII, p. 152) que "'a tábua rasa' cartesiana, de 'tornar a partir do zero'" é "talvez a maior mentira filosófica de todos os tempos". "Nunca se parte do zero", enfatiza a historiadora.

Digitalizado com CamScanner

Da lembrança desta perseguição em Lyon, sobressai a figura de Santa Blandina, franzina escrava de quinze anos, que dentre todos foi a mais atormentada pelos ferros, açoites e animais furiosos, enquanto repetia ininterruptamente: "Somos cristãos, entre nós não há mal algum".[5]

A imagem dessa santa que tantas dores suportou por sua fé em 177 evoca instintivamente as palavras de São Paulo: "quando estou fraco, então sou forte" (2Co 11,10); mas recorda, antes, as doces palavra de Cristo, quando disse que "os últimos serão os primeiros" (Mt 20,16) e que "virão muitos do Oriente e do Ocidente, e que se sentarão com Abraão e Isaac e Jacó no reino dos Céus" (Mt 8,11). *Não é* a França — a Gália do tempo de *Saint Denis* e Santa Blandina — essa última que se tornou primeira? Não é essa a nação vinda do Ocidente que, por um desígnio misterioso da Providência, a Igreja Católica poderia agraciar com o título de "sua filha primogênita"? Pois nos diz Goyau:

> Mas se é certo afirmar que no corpo da Igreja cada povo tem seu papel a desempenhar — um papel de membro — e que todos os povos, "membros uns dos outros" (1Co 12,27), são chamados a colaborar, e que desse emaranhado de papeis resulta a vida coletiva do corpo comum, o membro que é a França pode, sem presunção, reclamar dos outros membros reconhecimento e respeito. Voltando-se para os católicos de outros lugares, a França tem o direito de dizer: "Quereis vós ou não, eu tenho um lugar na história de vossas almas; eu a tenho por meus soldados e por meus missionários, por meus pensadores e por meus artistas, por meus santos e por meus santuários. Entreis em vós mesmos e conhecei-vos: lá encontrareis algo de minha contribuição. Beneficiando-vos da vida da Igreja, vós vos beneficiais de tudo o que fiz para enriquecer e expandir esta vida".[6]

Tais sentenças revelam mais do que o brio nacionalista de um católico francês; antes expõem o incontestável protagonismo que, ao longo de

5 Eusébio de Cesareia, L. V, cap. 1.
6 Goyau, p. 4-5.

ao menos mil e quinhentos anos, a França exerceu na história da Igreja por uma razão especialíssima: é uma nação construída pela Igreja e pelos reis que a Igreja entronizou.

Recordemo-nos dos tempos de decadência do Império Romano no século V e do encargo assumido pelos bispos da antiga Gália, que se converteram em guardiões das cidades e protetores das populações que ali viviam durante as invasões bárbaras. Pensemos numa Santa Genoveva de Paris (432-512), virgem que com suas orações impediu que Átila destruísse a futura capital do reino da França. Lembremo-nos, ainda, do papel que a Igreja desempenhou quando ali se instalaram os francos no tempo de Clóvis (r. 481-511). Os bispos gauleses perceberam boas disposições nesse personagem providencial (e guerreiro formidável), e sonharam fazê-lo cristão. Casaram-no com uma princesa católica, Santa Clotilde (†545), que serviu de apóstola junto a seu marido, semeando nele o grão que em breve viria a germinar. Na Batalha de Tolbiac, Clóvis obteve uma vitória improvável e a atribuiu ao auxílio de Jesus Cristo, a quem invocou no momento de desespero. Decidiu, então, instruir-se a respeito da fé de sua esposa. Catequizado, creu, e abraçou a fé católica naquela cerimônia memorável na Catedral de Reims em 498, em que foi batizado e crismado por São Remígio (†533) com o óleo para sempre conservado na "Santa Ampola".

Aquele dia marcou tanto o nascimento da França quanto selou para sempre, entre o Altar e o Trono, uma aliança que, já aos olhos dos próprios contemporâneos, como o Papa Anastácio II (pp. 496-498) e o bispo Santo Avito de Vienne (†517), anunciava um futuro grandioso. Recordem-se as palavras que este último, ao saber do batismo de Clóvis lhe dirigiu, chamando-o de "segundo Constantino": "Graças a vós, esta parte do mundo resplandece com um brilho próprio, e no nosso Ocidente cintila o clarão de um novo astro. Com a vossa opção pessoal optais por todos. A vossa fé é a nossa vitória".[7]

---

7 Santo Avito de Vienne *apud* Daniel-Rops, t. II, p. 199.

Digitalizado com CamScanner

A conversão de Clóvis teve implicações culturais e étnicas que tornariam o seu povo a primeira autêntica nação ocidental. Com efeito, se em outros reinos bárbaros a diferença de religião impedia a união dos antigos habitantes romanos com os novos ocupantes germânicos, a conversão dos francos, que se seguiu à de seu rei, favoreceu a fusão das raças: agora os francos professavam a mesma religião dos galo-romanos, antigos povos da Gália, e não havia o que os impedisse de formar, com a sua união, aquilo que seria um dia chamado de povo francês.

Solidamente apoiado pela Igreja, o reino dos francos tornou-se o mais proeminente do Ocidente sob os primeiros descendentes de Clóvis, que obtiveram a expansão dos seus domínios por todo o restante da Gália (cujo sul foi tomado dos visigodos, que eram então arianos) e para leste, contribuindo para a difusão do Evangelho entre as populações germânicas da bacia do Reno. Constituiu-se uma unidade territorial formidável que, apesar de ameaçada de tempos em tempos pelo inconveniente hábito de partilha nutrido pelos merovíngios, garantiu que quando estes fossem retirados do trono existisse uma força grande e minimamente coesa capaz de bater o maior perigo que a Europa cristã conheceu até então: a incursão árabe na França em 732, triunfalmente freada pelo Prefeito do Palácio, Carlos Martel (690-741).

Na transição da primeira para a segunda dinastia, a Igreja também esteve presente. Como um dia ela legitimara o governo merovíngio, batizando Clóvis em 498, foi a Igreja quem garantiu a ascensão da Dinastia Carolíngia ao autorizar a coroação de *Pepino, o Breve* (r. 751-768), filho de Carlos Martel, em 751. Sob este primeiro rei carolíngio o laço entre a monarquia franca e a Igreja Católica tornou-se ainda mais estreito, com as duas invasões dos francos à Itália para proteger o papado das ameaças lombardas ocasionando a criação dos Estados Pontifícios em 756; e com a construção na Basílica de São Pedro[8] de uma capela dedicada a Santa

---

8 Trata-se da antiga Basílica de São Pedro, construída no século IV por ordem do Imperador Constantino.

Digitalizado com CamScanner

Petronila, que, segundo a tradição, havia sido filha de São Pedro. Essa seria a capela da França em Roma, como filha primogênita que era de São Pedro e da Igreja.[9]

A união entre a monarquia e a Igreja consolidou-se sob o filho e sucessor de Pepino como rei dos francos, *Carlos Magno* (r. 768-814), cuja importância para a formação da Cristandade destacamos no capítulo anterior, e cujo reinado a serviço da fé lhe mereceu a coroação imperial em 800.[10] Sob Carlos Magno e seu filho, *Luís I, o Piedoso* (r. e imp. 814-840), o território que compreenderia mais tarde o reino da França era o centro de um vasto império, que se estendia até a Europa Central e por mais da metade da Itália. Porém, os três filhos de Luís I acordaram em 843 a divisão do império no Tratado de Verdun, e a entidade chamada doravante "Francia Ocidental" pôde assumir destinos próprios, sendo herdada pelo filho mais novo de Luís I, *Carlos II, o Calvo* (r. 840-877).

O reinado de Carlos II foi politicamente instável: começaram as primeiras incursões normandas, iniciou-se o processo de autêntica feudalização do reino (com os duques da Aquitânia, Borgonha e os condes da Bretanha e de Orleans tornando-se cada vez mais autônomos em relação ao poder central) e houve uma tentativa de invasão por seu irmão, o rei da Alemanha, que só não obteve êxito porque a Igreja negou-se a coroá-lo rei da França.

Carlos, o Calvo morreu em 877, legando o reino para seu filho, *Luís II, o Gago* (r. 877-879), quinto rei carolíngio da França, que era um homem muito piedoso, amante da paz e da justiça, mas pouco hábil politicamente. Sob seu reinado as novas invasões se multiplicaram e ele próprio morreu em campanha contra os *vikings* em 879.

Foi sucedido por seus dois filhos, que governariam conjuntamente o reino, *Luís III* (r. 879-882) e *Carlomano II* (r. 879-884). A fragilidade juvenil de ambos e as dificuldades geradas pelas invasões levaram os nobres

---

9 Goyau, cap. I, p. 21-22.

10 Ver Capítulo 1.3. "*A formação da Cristandade*".

Digitalizado com CamScanner

a se tornarem cada vez mais autônomos em relação à coroa. Morreram os dois sem deixar herdeiros, e a França foi usurpada por seu primo alemão, *Carlos, o Gordo* (r. 884-888).

Os quatro anos em que o inepto Carlos, o Gordo foi rei da França foram vitais para o aprofundamento da feudalização do reino: ante a ausência de um poder real eficaz, era cada vez mais urgente que os próprios nobres avocassem para si a defesa dos seus territórios. Marco simbólico desse estado de coisas foi o cerco *viking* a Paris em 885, frustrado não pelo rei carolíngio que nominalmente reinava, mas pela valentia do conde de Paris, Odo. A inércia de Carlos, o Gordo foi o estopim para que os nobres franceses declarassem-no deposto e coroassem o próprio conde *Odo* (r. 888-889), cujo reinado interrompeu momentaneamente a permanência da dinastia carolíngia no trono da "Francia Ocidental". Tornado rei, Odo continuou a luta contra os normandos, mas não conseguiu estabelecer um governo estável. Os mesmos nobres que o elegeram se voltaram mais tarde contra ele para apoiar o candidato carolíngio ao trono, e Carlos, o filho mais novo de Luís II, sucedeu a Odo em 889.

O governo desse rei que passou à história como *Carlos III, o Simples* (r. 898-922) *não mudou* de fato a situação do reino. Contudo, um acontecimento que remonta ao tempo do seu reinado marcou permanentemente a história francesa: a instalação dos normandos no norte do reino como vassalos da coroa. Os mais de vinte anos de reinado de Carlos, o Simples foram suficientes para os nobres se desembaraçarem dele em 922, quando interromperam pela segunda vez o governo carolíngio ao coroar o marquês da Nêustria, Roberto, irmão mais jovem do rei Odo, como rei *Roberto I* (r. 922-923).

Roberto I morreu no ano seguinte à sua coroação, sendo sucedido por seu genro *Raul* (r. 923-936). Após a morte deste último, o filho de Carlos III foi coroado como rei *Luís IV* (r. 936-956), chamado "*d'Outremer*" (de Além-Mar), pois viera da Inglaterra, onde se refugiara quando da deposição do pai. Sucedeu-lhe seu filho *Lotário* (r. 954-986), depois seu neto *Luís V, o Indolente* (r. 986-987). Durante os reinados destes três últimos

Digitalizado com CamScanner

carolíngios, a monarquia enfraqueceu-se ainda mais, tornando-se joguete de Hugo, o Grande (†956), duque dos francos e conde de Paris, e de outras grandes figuras do reino.

Eis a França daquele período de crise entre os séculos IX e X, tempo de desordem interna e de invasões externas, de fragmentação do poder e de definição precária dos contornos do feudalismo. Com efeito, as últimas seis gerações carolíngias, de Carlos II (r. 840-877) a Luís V (r. 986-987), *não conseguiram manter a grandeza da obra d*as quatro primeiras, grandeza que parecia progressivamente decompor-se sucessão após sucessão.

Não é essa França decadente que São Luís herdou, mas a daqueles homens que, retomando paulatinamente a grandeza do legado de Clóvis e de Carlos Magno, foram "*Les Rois qui ont fait la France*" ("os reis que fizeram a França"). Trata-se da terceira dinastia ou terceira raça: a Dinastia Capetíngia, alçada ao trono após a morte do último rei carolíngio.

Diz Daniel-Rops que a história da monarquia francesa foi cortada no decorrer dos séculos por duas rupturas: "os carolíngios substituíam os merovíngios de uma forma análoga àquela pela qual os Capetos suplantariam mais tarde os carolíngios". "Em ambas as substituições", acrescenta, "a Igreja desempenhou um papel".[11] Destarte, se em 751 o Papa Zacarias autorizou os carolíngios a assumirem o trono dos merovíngios, em 987, na convenção de nobres e prelados da França reunidos em Senlis para escolher o sucessor de Luís V, que morrera sem filhos, foi o bispo Adalberão de Reims (†989) quem eloquentemente propôs a coroação de um importante nobre não carolíngio,[12] Hugo, duque dos francos, filho de Hugo, o Grande e neto do rei Roberto I, e que era conhecido como *Hugo Capeto*.[13] Os nobres afastaram as pretensões de Carlos da Lorena (953-993), tio do

11 Daniel-Rops, t. II, p. 387.

12 Por parte de sua avó materna, Beatriz de Vermandois, Hugo Capeto descendia de Carlos Magno, mas isso não fazia dele um carolíngio.

13 Existem várias teorias a respeito da razão do apelido "Capeto". Segundo a mais provável, ele era chamado "*Chappet*" para diferenciá-lo de seu pai homônimo e em razão da capa característica que ele utilizava enquanto abade leigo.

Digitalizado com CamScanner

falecido Luís V e último pretendente carolíngio, e elegeram Hugo Capeto rei, coroando-o em 3 de julho de 987.

Por certo não imaginavam que ao elegê-lo alçavam ao trono uma das duas maiores dinastias da história do Ocidente...[14] Pois, quando da ascensão de *Hugo Capeto* (r. 987-996), as estruturas feudais francesas já estavam cristalizadas ou próximas disso, e o rei exercia soberania direta apenas sobre um pequeno território nas cercanias de Paris e de algumas cidades importantes do nordeste da França — o "*Domaine royal*" ("Domínio Real") —, enquanto o restante do reino era administrado por importantes senhores nobres: no norte, o ducado da Normandia e os condados de Flandres, da Bretanha, de Anjou, de Vermandois e de Blois; no sul, o condado de Toulouse e o ducado da Aquitânia, cujo senhor era também duque da Gasconha e conde de Poitou; e no leste, o ducado da Borgonha.

Hugo Capeto dedicou seu reinado *à luta* contra seu rival carolíngio Carlos da Lorena, que se pretendia rei, e para garantir a permanência capetíngia no trono francês, o monarca coroou em vida seu filho Roberto.

Sucedeu, assim, a Hugo o filho dele e de sua esposa, Adelaide da Aquitânia, *Roberto II, o Piedoso* (r. 996-1031), bom e católico rei que, apesar de ter sido excomungado no começo de seu reinado (em razão de uma querela amorosa), foi depois perdoado pela Igreja, lutou contra os barões salteadores das vizinhanças de Paris que atacavam os viajantes e as propriedades eclesiásticas, auxiliou o esforço pacificador da Igreja na "Paz de Deus", firmou acordos com o imperador Henrique II em prol da paz na Cristandade e anexou o ducado da Borgonha ao Domínio Real. Era um homem tão devoto que se pensou em canonizá-lo.[15]

Roberto II morreu em 1031 e foi sucedido por seu filho com sua esposa, Constança de Arles, que foi coroado rei *Henrique I* (r. 1031-1060). A ascensão de Henrique foi contestada por seu irmão mais novo, Roberto, que reivindicou o trono. Para conseguir afastar as pretensões do irmão,

---

14 Ao lado, em nossa opinião, da Dinastia de Habsburgo.

15 Giordani, t. I, parte II, cap. I, p. 139-141.

Digitalizado com CamScanner

Henrique I fez uma série de concessões aos seus vassalos, cedendo importantes terras e castelos em troca de apoio. Ao próprio Roberto acabou por entregar o ducado da Borgonha. Não sem razão, sob Henrique I o Domínio Real alcançou sua menor extensão. Foi Henrique, ainda, que estabeleceu a tradição de coroação na Catedral de Reims.

A Henrique I sucedeu seu filho e de sua segunda esposa, Ana de Kiev, rei *Filipe I* (r. 1060-1108), que governou por quase cinquenta anos. Seu reinado é geralmente considerado um hiato na história política francesa em razão de não ter intervindo nos dois mais importantes acontecimentos políticos da segunda metade do século XI: a conquista normanda da Inglaterra e a Primeira Cruzada. Seus últimos anos foram, ademais, marcados pelo grande trauma da sua excomunhão (a que lhe conduziram suas aventuras românticas) e da consequente interdição lançada sobre a França.[16] Os efeitos do interdito sobre o reino foram desastrosos, levando Filipe I, em 1104, a fazer penitência pública para ser readmitido na Igreja.[17]

Comenta Lévis-Mirepoix que é notável o contraste entre estes modestos começos da Dinastia Capetíngia e a influência espantosa que essa casa desempenharia por quase mil anos. Afinal, não é possível exagerar a fraqueza dos primeiros Capetos, não tanto por sua inépcia pessoal, mas pela força dos fatos: Hugo, Roberto II, Henrique I e Filipe I não figuravam mais do que condes de Paris e duques dos francos. Cada qual à sua época era um entre os vários senhores do reino e deste ocupava apenas o centro. Mas, acrescenta o mesmo autor, apesar de todas as suas dificuldades, obtiveram dois bons resultados, que seriam decisivos para o futuro: a indivisibilidade da coroa e a sucessão de herdeiro em herdeiro pela primogenitura: "desde então, não há mais uma França que, à moda bárbara, pertence a uma família, é uma família que se dá *à França*."[18] Se

---

16 Em 1092, embora casado havia vinte anos com Berta da Holanda, Filipe I repudiou-a e casou-se com Bertrada de Montfort, esposa do conde de Anjou, belíssima senhora pela qual estava perdidamente apaixonado.

17 Giordani, t. I, parte II, cap. I, p. 141-143.

18 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 33.

Digitalizado com CamScanner

estes quatro homens não tivessem sido fortes o suficiente para garantir esses resultados, a obra de seus sucessores não teria sido possível.

O século dos primeiros capetíngios foi, ademais, a época do nascedouro da Cristandade. O feudalismo já se encontrava delineado, a era das grandes violências feudais já passara e, posto que ainda frágil, o rei era ao menos nominalmente reconhecido como o vértice do sistema político. Ademais, foi da França de Hugo Capeto e de Roberto II que partiram os monges de Cluny para restaurar a vida monástica, e foi a França de Filipe I o local que o Papa Urbano II escolheu para fazer em 1095 sua grande conclamação da Cristandade para a Primeira Cruzada, não hesitando em chamar "a nobre raça dos francos" de "eleita e querida por Deus".

No século XII soaram os sinos de glória dos Capetos. Falecido Filipe I em 1108, sucedeu-lhe seu filho com sua esposa Berta da Holanda, o rei *Luís VI, o Gordo* (r. 1108-1137), que Giordani chama "o primeiro dos grandes reis da dinastia capetíngia" e que era apelidado de "o rei que nunca dorme", dotado de admirável energia e coragem. O reinado de Luís VI, trisavô de São Luís, auxiliado pelo grande abade Suger de Saint-Denis, que alguns chamaram "mentor da monarquia", destacou-se sob vários ângulos e se "reveste de um significado decisivo para o destino da dinastia e da própria nação francesa".[19]. Luís VI aniquilou os barões salteadores do Domínio Real, punindo-os com sua irreparável justiça; libertou a corte do monopólio que certas famílias nobres exerciam sobre as dignidades palatinas; aproximou a coroa das comunas em plena expansão, criando um forte laço entre a realeza e o povo. Se *não conseguiu se impor* aos grandes nobres do reino, obteve importantes acréscimos ao Domínio Real.[20] Deste grande rei recorde-se sobretudo sua firme união à Igreja:

> A expressão: "A França, filha primogênita da Igreja", pronunciada por um pontífice no reinado de Luís VI, é reveladora das relações cordiais existentes, então, entre o Reino e o Sacerdócio [...] Graças ao apoio

---

19 Giordani, t. I, parte II, cap. I, p. 143.

20 Richard, parte I, cap. I, p. 19.

Digitalizado com CamScanner

moral da Igreja, o rei pôde fortalecer a monarquia. Pascoal II, Gelásio II buscam refúgio na França. Em 1131, quando se encontrava na França Inocêncio II, foi sagrado e coroado o príncipe Luís, herdeiro do trono. Luís VI se situa no eixo central da história da monarquia francesa que, de Clóvis, batizado em Reims, passa por Carlos Magno, coroado em Roma e conduz a São Luís.[21]

Falecido Luís VI em 1137 num leito penitencial de cinzas em forma de cruz, como era seu desejo, foi sucedido por seu filho com a rainha Adelaide de Saboia, o rei *Luís VII, o Jovem* (r. 1137-1180), bisavô de São Luís. Originariamente destinado à vida religiosa, Luís VII foi arrancado deste caminho pelo acidente que matou seu irmão mais velho. O começo do seu reinado pareceu promissor, pois era casado com Leonor, duquesa da Aquitânia e da Gasconha e condessa de Poitou — territórios que correspondiam a um quarto do reino. Tal união dinástica ampliava a influência da coroa para territórios que ela não governava diretamente havia séculos. No entanto, em 1152 o casamento foi declarado nulo e Leonor casou-se com Henrique II da Inglaterra (r. 1154-1189), que, pelo acaso das sucessões, era também duque da Normandia e conde de Anjou, Maine e Touraine, e agora, por casamento, duque da Aquitânia e conde de Poitou. Todos esses territórios eram feudos franceses, de modo que metade do reino da França era domínio pessoal do rei da Inglaterra e parte de uma entidade política enorme que passou à história como "Império Plantageneta". Essa situação gerava imensos desconfortos e, ocasionalmente, conflitos bélicos: Henrique II da Inglaterra, enquanto senhor destes territórios, era vassalo do rei da França, mas simultaneamente soberano de outro reino! Encerrada assim entre o Império Plantageneta e o Império Germânico, o que seria, pergunta Bainville, da coroa da França?[22]

É quando se constata esta tremenda dificuldade enfrentada por Luís VII que se percebe quão meritório foi seu reinado. Com efeito, apesar de

---

21 Giordani, t. I, parte II, cap. I, p. 144.

22 Bainville, cap. V, p. 51.

Digitalizado com CamScanner

sua figura empalidecer ante seu poderoso vassalo inglês, o prestígio da coroa francesa não diminuiu na sua época, mas aumentou. O rei manteve intactos tanto a ordem feudal interna do reino quanto o princípio da soberania real, foi o primeiro capetiano a interferir com sucesso fora do Domínio Real,[23] e editou, em 1155, uma ordenança de paz e ordem para todo o reino — o primeiro ato legislativo real aplicável a toda a França desde os carolíngios. Coube a ele, ainda, a glória de fixar o tradicional emblema da monarquia francesa: a flor-de-lis.[24] Homem de fé profundíssima, Luís VII foi um obediente ouvinte de São Bernardo de Claraval. Foi ainda o principal combatente da Segunda Cruzada, além de protetor do Papa Alexandre III (pp. 1159-1181), quando este se refugiou na França durante seus conflitos com o imperador, e de São Tomás Becket, arcebispo da Cantuária, nos embates deste contra o rei da Inglaterra. E, durante o seu reinado de quatro décadas, o reino prosperou: os anos pacíficos eram mais numerosos, as cidades novas se multiplicavam e as antigas se ampliavam, em toda parte novas terras eram cultivadas e a França convertia-se num canteiro de obras de fabulosas catedrais, como a *Notre-Dame* de Paris, cuja primeira pedra foi colocada pelo próprio Luís VII em 1163.[25]

Quando de sua morte em 1180, foi sucedido por seu filho com sua terceira esposa, Adélia de Champagne, o rei *Filipe II, Augusto* (r. 1180-1223), cujo reinado é o início, na expressão de Cassard, da "idade de ouro capetiana". É difícil ocultar a devida admiração por este que é um dos maiores reis não apenas da França, mas de toda a história cristã, e memorável avô de São Luís. Sua vinda ao mundo foi considerada milagrosa,[26]

---

23 Na Borgonha, na França central e no sul.

24 Cassard, parte I, cap. I, p. 21. Richard, parte I, cap. I, p. 21. Giordani, t. I, parte II, cap. I, p. 146.

25 Giordani, t. I, parte II, cap. I, p. 146.

26 Luís VII, já com quarenta e cinco anos, depois de dois casamentos que lhe deram apenas filhas, estava desesperado por um herdeiro até que, de seu terceiro casamento, nasceu-lhe por fim um menino, considerado por ele um dom de Deus e a quem deu o nome de seu avô, Filipe.

e ele foi chamado ao nascer de *Deodatus*, "*Dieudonné*" ("dado por Deus"), e festejado como uma graça especial dos Céus. Tornado rei com apenas quinze anos, Filipe II abraçou com prontidão seus deveres reais, iniciando um longo reinado de quarenta e três anos.[27]

Ao subir ao trono, assaltou-o a problemática questão que remontava aos tempos de seu pai — as vastas posses da coroa inglesa na França —, e que era fonte da rivalidade entre as Dinastias Capetiana (reinante na França) e a Plantageneta (reinante na Inglaterra), rivalidade que foi, como dissemos no capítulo anterior, uma das grandes chagas da Cristandade e que São Luís tanto se dedicará para encerrar. Filipe desentendeu-se primeiro com Henrique II da Inglaterra e com o filho dele, Ricardo Coração de Leão (r. 1189-1199), com o qual, porém, partiu para a Terceira Cruzada. A morte imprevista de Ricardo em 1199 colocou a Inglaterra e os feudos ingleses na França nas mãos de seu inábil irmão João, o "Sem Terra" (r. 1199-1216). Em 1200, Filipe e João negociaram um tratado em Goulet, no qual o rei francês reconhecia o irmão de Ricardo como rei da Inglaterra,[28] enquanto este reconhecia a suserania de Filipe sobre todas as posses continentais da coroa inglesa e lhe pagava vinte mil marcos. Dois anos depois, João descumpriu seus juramentos feudais e a corte dos barões autorizou Filipe II a confiscar seus feudos na França.[29] Filipe II executou a sentença por meio das armas e tomou as posses inglesas no norte do reino, anexando ao Domínio Real a Normandia em 1204 e o Poitou e Anjou em 1206, restando a João, no continente, apenas

27 Cassard, parte II, cap. III, p. 717-718.

28 Havia uma disputa entre João e seu sobrinho, o duque Artur da Bretanha, pelo trono inglês.

29 Em razão de desentendimentos entre João e seus vassalos da família Lusignan, e do apelo que os últimos endereçaram a Filipe como senhor supremo do reino, o rei citou João para que justificasse seu procedimento. Deu-se então um típico processo feudal: João recusou-se a comparecer e os barões que constituíam a corte da França concordaram que todos os bens continentais do rei da Inglaterra deveriam ser confiscados.

Digitalizado com CamScanner

a Aquitânia. Com essas anexações (seria impróprio chamar de conquistas),[30] somadas à expansão do Domínio Real em 1191 — quando, por meio de hábeis alianças matrimoniais, Filipe II anexou Amiens, Vermandois e Artois —, o Domínio Real triplicou.[31]

Durante anos, João organizou-se para recuperar sua herança perdida, conseguindo importantes aliados contra Filipe: os condes de Bolonha e do Flandres e o imperador Oto IV (imp. 1209-1215), que era sobrinho do rei inglês. Essa coligação invadiu a França em 1214, ano do nascimento de São Luís, mas Filipe II a esmagou na Batalha de Bouvines, a 27 de julho do mesmo ano. O rei da França lutou bravamente e obteve uma vitória decisiva contra seus inimigos, consagrando o triunfo dos Capetíngios sobre os Plantagenetas.[32] Todas essas vitórias valeram a Filipe II a alcunha de "*Augusto*", antigo título imperial romano.

O reinado de Filipe Augusto é repleto de marcos simbólicos. Foi ele que em 1204 abandonou o título ainda em uso de "rei dos francos" pelo título de "rei da França". Ademais, sob seu reinado o legítimo sangue carolíngio retornou à casa real francesa quando, em 1180, casou-se com a bela Isabella de Hainault (1170-1190), que era da oitava geração de Carlos da Lorena, filho do penúltimo rei carolíngio, afastado do trono quando da eleição de Hugo Capeto dois séculos antes. Todos os reis capetíngios descenderam de Carlos Magno por múltiplas vias femininas alternativas, mas o nascimento do filho de Filipe e Isabella em 1187 fez retornar ao trono francês o sangue do último herdeiro varão de Carlos Magno: seria o futuro Luís VIII, pai de São Luís.[33]

---

30 É o que constata Bloch (2019, t. I, livro II, p. 222), em seu famoso livro sobre a sociedade feudal: as faltas do vassalo retornavam o feudo ao senhor lesado. Trata-se de uma espécie de "deserdação" da qual a de João Sem Terra por Filipe Augusto constitui "um dos exemplos mais ilustres", na expressão do autor.

31 Baldwin *in* Le Goff, Homens e Mulheres da Idade Média, p. 208-209. Giordani, t. I, parte II, cap. I, p. 152.

32 Richard, parte I, cap. I, p. 22. Giordani, t. I, parte II, cap. I, p. 152-153.

33 Cassard, parte I, cap. III, p. 153. Richard, parte III, cap. III, p. 431.

Digitalizado com CamScanner

Além de guerreiro, Filipe Augusto foi ainda um grande administrador. Criou o cargo de "bailio", funcionário judiciário encarregado de administrar a justiça e de supervisionar os prebostes (os responsáveis pelo fisco no Domínio Real). Três vezes por ano, prebostes e bailios eram convocados a Paris, num escritório central do Tesouro, para prestar contas de suas atividades e finanças. À época de Filipe Augusto, acrescenta Baldwin, "Paris é definitivamente a capital do reino": cercada por poderosas muralhas, dotada de ruas e de praças pavimentadas, estavam lá centralizados os arquivos reais e a chancelaria começava a estabelecer registros que coletavam as informações úteis à gestão do reino.[34]

Apesar do infeliz desentendimento com a Igreja por questões matrimoniais entre os anos 1190 e 1200, diz o padre Rohrbacher que "Filipe Augusto se mostrou um rei muito cristão" e, desde a sua reconciliação com a Igreja em 1213, sua vida foi irrepreensível.[35] Parece ter sido o primeiro rei francês a ser chamado na chancelaria romana de "*Cristianíssimo*": "Entre todos os príncipes seculares", escreveu-lhe o Papa Inocêncio III, "vós vos tem distinguido sob o nome de cristão".[36] Filipe II protegeu e favoreceu a Igreja, perseguiu a heresia, participou de uma cruzada, baniu a blasfêmia e, à beira da morte, transmitiu ao seu filho os quatro seguintes admiráveis ensinamentos: que temesse a Deus, que defendesse a Igreja, que fizesse justiça a seu povo e que protegesse os pobres e pequenos.[37]

A França que São Luís herdou é a França deixada por Filipe Augusto, fruto de tantos séculos de esforços.[38] Era o reino mais importante da Cristandade, dotado pela Igreja, diz Bénouville, da tarefa preponderante de defesa da civilização cristã.[39] O rei da França, escrevia o

---

34 Baldwin *in* Le Goff, Homens e Mulheres da Idade Média, p. 209-212.

35 Rohrbacher, t. XVII, L. 72, p. 500.

36 Goyau, cap. III, p. 76.

37 Cassard, parte II, cap. III, p. 718.

38 O filho de Filipe Augusto e pai de São Luís, Luís VIII, como veremos, governou por apenas três anos, e seu reinado foi uma consolidação dos feitos de seu pai.

39 Bénouville, cap. IV, p. 114.

Digitalizado com CamScanner

Papa Inocêncio III ao tempo de Filipe Augusto, "não conhece nenhum superior em matéria temporal".[40] Era, afinal, o herdeiro de Clóvis e de Carlos Magno, ungido com o santo óleo com que São Remígio crismara o primeiro dos reis católicos pós-Império Romano. A autoridade dos reis da França era, na Cristandade, o símbolo máximo da justiça e do direito; seu cetro era sagrado; sua autoridade, constituída por Deus. Havia algo que parecia demonstrar a bênção divina sobre o trono francês: o chamado "*miracle capétien*", o "milagre capetiano", pelo qual, através de treze gerações, o trono foi passado diretamente de pai para filho sem interrupção, conflito ou mudança de dinastia. Foram nove as gerações até São Luís: Hugo Capeto → Roberto II → Henrique I → Filipe I → Luís VI → Luís VII → Filipe II → Luís VIII → Luís IX.[41]

Todos esses reis — sem exceção — foram homens de fé profundíssima. Até os três que por questões matrimoniais desavieram-se com a Igreja até a excomunhão, mesmo eles arrependeram-se e fizeram penitência.[42] É difícil transmitir, diz Zeller, a união estreita que existia entre a dinastia capetiana e a Igreja:[43] o rei da França, aos olhos de todos, era o filho de monsenhor *Saint Denis*, diz Cassard, como "um rei guerreiro quando se trata de defender seus súditos e a Igreja, e quase um rei-sacerdote, em ligação direta com Deus desde que recebeu a unção da sagração, à maneira de Saul e de Davi". Nenhum soberano ocidental, acrescenta, saberia opor ao rei da França dignidade semelhante.[44]

O caráter simbólico da monarquia capetiana, que é, em suma, sinônimo de monarquia francesa (afinal essa dinastia governará a França por oitocentos e trinta e nove anos, até o fim da realeza), está impresso nos emblemas que ela adotou. Em primeiro lugar, o *manto talar azul* salpicado

---

40 Richard, parte III, cap. III, p. 430-431.

41 Richard, parte I, cap. I, p. 18. O "milagre" continuou: São Luís → Filipe III → Filipe IV → Luís X → João I.

42 Roberto II, Filipe I e Filipe II. Falou-se até mesmo em canonizar o primeiro.

43 Zeller, L. IV, cap. IX, p. 425-426.

44 Cassard, parte I, cap. III, p. 147.

Digitalizado com CamScanner

de estrelas, usado desde os carolíngios e dos primeiros capetíngios, e que procurava imitar o manto do Sumo Sacerdote de Israel (Sb 8,24). Em segundo lugar, o *lírio*, utilizado desde Hugo Capeto (não se sabe exatamente o porquê) em selos e túmulos reais, mas ainda de modo informal. Foi a partir de Luís VII (r. 1137-1180), época do surgimento da heráldica, que o lírio se tornou o emblema real oficial. É realmente curioso que enquanto todas as outras dinastias da Cristandade tiveram por brasão águias, leões, leopardos e toda sorte de predadores, a "casa de França", diz Bainville, "escolheu três modestas flores", a "pureza dos lírios".[45] Possivelmente a escolha definitiva deste símbolo se deu sob influência de São Bernardo de Claraval, que, em seus sermões sobre o Cântico dos Cânticos, dizia serem os eleitos, no mundo espiritual, comparáveis aos lírios. E assim, o manto azul repleto de estrelas, representando o céu cósmico, tornou-se o *manto azul salpicado de flores-de-lis douradas*, representando o céu dos eleitos, o mundo espiritual dos santos.[46] O nome do novo símbolo, segundo alguns etimologistas, advém da expressão "*flor de Loys*" ("flor de Luís"), e as três pétalas da flor, escreveria Guilherme de Nangis no final do século XIII, representam a fé (a pétala do meio e mais importante), a ciência e a coragem (as pétalas laterais).[47]

E assim conclui Daniel-Rops que:

> Tomada em conjunto, portanto, a obra dos Capetos diretos é admirável. Ao mesmo tempo em que "faziam a França", criavam os seus organismos essenciais, o sentido de justiça fundada no direito e exercida por uma autoridade superior; do mosaico feudal, extraíram uma nação. Em larga medida, foi graças a eles que a França se tornou o povo guia do seu tempo, o foco mais vivo de luz, ou, como dizia um contemporâneo, o "forno onde era cozido o pão do Ocidente".[48]

45 Bainville, cap. V, p. 58.

46 Pinoteau, p. 2.

47 Nangis *apud* Zeller, L. IV, cap. IX, p. 428.

48 Daniel-Rops, t. 3, p. 33.

Digitalizado com CamScanner

Acrescenta o historiador que, na Cristandade,

> A França foi, na encruzilhada dos caminhos e das ideias, o cadinho privilegiado das criações artísticas e do pensamento, bem como das grandes iniciativas cristãs. É difícil esquecer o que esta fulgurante primazia deveu à família que, durante este período, assumiu os seus destinos.[49]

Não é coincidência que os séculos XII e XIII foram os séculos de apogeu da Cristandade e também dos Capetíngios. O que São Luís fará é concluir a obra de seus ancestrais e das múltiplas gerações que remontam aos mártires tal como ela começou: com a auréola da santidade.

2. São Luís, filho da Espanha

Como um grande rio formado pelo encontro de outros dois, para os quais, por sua vez, centenas de outros afluíram, todo homem é o fruto de uma miríade de linhagens que afinal se encontraram na união de um pai e uma mãe.

Pelo lado de seu pai, São Luís é filho da França, herdeiro da imortal Casa dos Capeto, descendente de Clóvis e de Carlos Magno, da raça dos francos, que, fundida à dos galo-romanos, constituiu a mais importante nação da Cristandade.

Mas, pelo lado de mãe, São Luís é um filho da Espanha, oriundo dos grandes reis da Reconquista, dotado de veias irrigadas por sangue visigodo e ibero-romano, fruto do doce e guerreiro reino de Castela.

Arranjos políticos levaram à união de dois membros dessas grandes linhagens, mas não terá o dedo da Providência agido imperiosamente para fazer brotar de pais e estirpes *tão excelentes* aquele que seria o tipo ideal de homem que a Idade Média concebeu? Não terá Deus movido a rainha-mãe da Inglaterra a fazer a longa viagem para além dos Pirineus a fim de escolher Branca de Castela como esposa do futuro rei Luís VIII da França?

---

49 Daniel-Rops, t. 3, p. 33-34.

Digitalizado com CamScanner

Em janeiro de 1200, a octogenária Leonor da Aquitânia (1122-1204) colocou-se em marcha para o reino de Castela, do qual era rei seu genro, Afonso VIII (r. 1158-1214). Sua intenção era selar com um casamento o compromisso de paz entre seu filho, o rei João da Inglaterra, e o rei Filipe II da França. Para a idosa rainha, "a mulher mais poderosa da Idade Média", como passou à história, aquele seria o remate de sua agitada vida pública, iniciada quando, no distante ano de 1137, converteu-se em duquesa da Aquitânia *suo jure*, e, em seguida, rainha da França por casamento com Luís VII (r. 1137-1180). Desde então, Leonor tomara parte de alguns dos mais relevantes acontecimentos políticos de seu tempo. Envolveu-se na malfadada Segunda Cruzada quando ainda era rainha da França. Nulas as primeiras núpcias, que contraíra com o rei francês, tornou-se rainha da Inglaterra ao desposar o rei Henrique II (r. 1154-1189), e gerou dele oito filhos. Voltou-se mais tarde contra esse tirânico esposo, que a manteve, então, encarcerada por dezesseis anos. Depois governou a Inglaterra para seu amado filho Ricardo Coração de Leão – então na Terra Santa —, tendo por fim que sepultá-lo e garantir o trono para seu filho mais novo, João.

Leonor da Aquitânia foi recebida em Burgos, no norte de Castela, por sua filha homônima[50] e por seu genro, o rei Afonso VIII. O casal tivera três filhas: Berengária — já casada com o rei de Leão —, Urraca e Branca. A princípio seria Urraca, então com quatorze anos, a escolhida para casar-se com o futuro rei francês, mas os enviados que acompanhavam a rainha Leonor objetaram-lhe que os franceses não se habituariam ao nome da infanta.[51] Recaiu, pois, sobre Branca a escolha da avó, que julgou serem mais apropriados para uma futura rainha francesa tanto a

50 Leonor, princesa da Inglaterra, avó materna de São Luís. Nascida em 13 de outubro de 1162, em Domfort, na Normandia, sexta filha de Henrique II da Inglaterra e de Leonor da Aquitânia, foi rainha consorte de Castela como esposa de Afonso VIII, com o qual se casou em 1177 e de quem gerou dez filhos, dentre os quais Branca, mãe de São Luís. Faleceu em Burgos em 25 de outubro de 1214, aos cinquenta e dois anos.

51 Bordonove, parte I, cap. 1, p. 17-18.

Digitalizado com CamScanner

personalidade da menina de então doze anos[52] como o seu nome, o qual facilmente se verteria de *Blanca* para o francês *Blanche*.[53]

Feita a escolha, Leonor da Aquitânia partiu de Castela, conduzindo sua neta para a França. Quando o cortejo chegou a Bordeaux, capital da Aquitânia, a saúde de Leonor impediu-a de prosseguir a viagem e ela entregou a pequena Branca aos cuidados do arcebispo daquela cidade, Érico de Malmort, que levaria a menina ao seu destino final.

O tratado de paz entre os reis da Inglaterra e da França foi assinado em 22 de maio de 1200,[54] e no dia seguinte, em Port-Mort, o arcebispo de Bordeaux assistiu o matrimônio dos jovens Branca e Luís — ambos então com doze anos —, na presença de numerosos prelados e nobres.[55]

O casamento de vinte e seis anos de Luís e Branca foi feliz e gerou muitos filhos. Branca passou por treze gravidezes. São Luís foi fruto da quinta gravidez e, depois dele, o casal teria mais oito filhos: Roberto (1216), Filipe (1218), João (1219), Afonso (1220), Filipe Dagoberto (1222), Estevão e Isabella (1225) e Carlos, filho póstumo nascido em 1226. Antes de ser estadista, comenta Bordonove, Branca de Castela "foi primeiro mãe de uma família numerosa, com as dificuldades e inquietudes que ela comporta",[56] mas isso não impediu que entre uma gravidez e outra ela já pudesse manifestar sua notável habilidade política e seu destemor, herdado da raça hispânica.

Dotada de uma lealdade a toda prova, em 1216, quando seu sogro ainda reinava na França, Branca já estava integralmente devotada à causa da Dinastia Capetíngia, a que se afiliou por casamento e que defenderia

52 Branca de Castela nasceu em Palência, em 4 de março de 1188.

53 Weir, cap. 20, p. 324-325.

54 Trata-se do tratado de Goulet, explicado no subcapítulo anterior.

55 Port-Mort estava no lado "inglês" do Sena, uma vez que os domínios do rei da França se encontravam ainda sob interdito do Papa Inocêncio III em razão da recusa de Filipe II de repudiar Inês de Merânia e retornar para Ingeborg da Dinamarca, sua esposa legítima (Bordonove, parte I, cap. 1, p. 18-19).

56 Bordonove, parte I, cap. 1, p. 20.

Digitalizado com CamScanner

até seu último instante. Àquela altura, já havia rompido com seu tio Plantageneta, João da Inglaterra, e quando os barões ingleses ofereceram a coroa do reino insular ao príncipe Luís, seu esposo, Branca apoiou-o. Entretanto, no decorrer da guerra pela coroa inglesa a princesa percebeu que seu marido corria perigo e, desafiando o sogro, o rei Filipe, que era o verdadeiro articulador daquele conflito, exigiu-lhe que parasse aquela guerra, a qual poderia custar a vida de seu marido e herdeiro do próprio Filipe. Ao cabo, aquela tentativa de obter a coroa da Inglaterra mostrou-se realmente uma empreitada inglória, e o príncipe Luís retornou para a França. O filho de João, Henrique III (r. 1216-1272), pôde então assumir o trono de seu pai.[57]

As décadas seguintes trariam muitas oportunidades para que Branca mostrasse quem era, mas com incompletos trinta anos, quando era ainda a esposa do herdeiro do trono, pequenos gestos seus já anunciavam a personalidade notável que a história conheceria. E se muito falaremos da importância dessa mãe para a formação do homem que foi Luís IX, tanto o rei quanto o santo, não podemos negligenciar a herança étnica e cultural recebida por nosso biografado dessa princesa e depois rainha que, afinal, era castelhana.

Através de Branca de Castela, São Luís se aproxima de nós, os brasileiros, que somos ibéricos de formação, linhagem e cultura, e hispânicos no sentido amplo do termo.[58] Por parte de mãe, Luís é filho dessa unidade cultural que englobava Portugal, Aragão, Leão, Navarra e, é claro, Castela. Em uma época em que o parentesco tinha, na expressão de Bloch, "um caráter bífido",[59] ou seja, quando a estirpe materna contava praticamente o mesmo que a paterna, era natural que São Luís não negligenciasse a herança cultural e simbólica que sua mãe lhe deixou. Decoraria a

---

57 *Ibid.*, parte I, cap. 1, p. 20-21.

58 Entenda-se "hispanidade" como compreendendo não apenas a Espanha e suas antigas colônias, mas Portugal e as nações que desse reino nasceram.

59 Aponta o mesmo autor (2019, t. I, livro II, p. 148) que na Europa feudal havia duas categorias de parentes: uns "do lado da espada", outros "do lado da roca".

Digitalizado com CamScanner

Sainte-Chapelle com as flores-de-lis da França e com os castelos de Castela, unindo ao azul celestial da casa real francesa o vermelho ardente da dinastia castelhana. Escolheria, ademais, entre seus santos padroeiros, ao lado de São Dionísio (*Saint-Denis*) e Santa Genoveva — santos nacionais franceses —, o Santiago da Espanha.[60]

Como seus ancestrais espanhóis, Luís não seria nem frívolo e nem jovial; ao contrário, seria por vezes taciturno e sempre recolhido, mas também, como eles, seria homem de contrastes, capaz de humor e de rir, de se alegrar nas horas adequadas. Como os hispânicos, São Luís seria duro e austero, mas igualmente terno e meigo. Como na espiritualidade hispânica, coexistiriam na sua — com igual intensidade — a ascética e a mística. E o caráter enigmático próprio do homem além-Pirineus estampar-se-ia sempre na face de Luís IX.[61]

E, se o espírito cruzado de São Luís é fruto da tradição paterna — cinco gerações de seus ancestrais franceses foram cruzados —, o "ser cruzado" era quase sinônimo do "ser espanhol", já desde a resistência dos visigodos católicos sob Santo Hermenegildo contra os arianos, mas sobretudo depois da vitória na memorável batalha de Covadonga, na qual os ancestrais de São Luís deram início à Reconquista, isto é, à expulsão dos muçulmanos da Península Ibérica. São Luís era descendente de Afonso III das Astúrias (r. 866-910), conquistador do Porto; de Ramiro II de Leão (r. 931-951), que aniquilou os sarracenos na Batalha de Simancas; de Garcia Sanchez III de Pamplona (r. 1035-1054), conquistador de Calahorra; de Fernando, o Grande, de Leão e Castela (r. 1037-1055), conquistador de Lamego, Viseu e Coimbra; do inigualável Afonso VI de Castela (r. 1065-1109), que tomou Toledo; era neto de Afonso VIII (r. 1177-1214), conquistador de numerosas praças islâmicas na Espanha e que, no próprio ano

60 Saint-Pathus, cap. 13, §§7-8.

61 Essas considerações a respeito do caráter espanhol foram retiradas de "O Brasil no Mundo Hispânico", de José Pedro Galvão de Sousa (p. 17-21), que compreendemos perfeitamente adequadas à personalidade de São Luís.

Digitalizado com CamScanner

de nascimento de São Luís, obteve a grandiosa vitória na Batalha de Las Navas de Tolosa, na qual, com Aragão e Navarra, esmagou os muçulmanos almóadas.

Em suma, graças à sua mãe, São Luís era herdeiro dessa epopeia que já durava cinco séculos, a Cruzada hispânica, a Reconquista. E se devemos, ao tratar do santo rei, falar da sua "herança capetiana", na expressão de Jean Richard,[62] não devemos olvidar a herança castelhana, pois além de filho da França e de monsenhor *Saint Denis*, o mesmo São Luís era filho da catolicíssima Espanha e de Santiago Matamoros.

3. O reinado do pai

Filipe II Augusto, cujo reinado durou quarenta e três anos, morreu em 14 de julho de 1223 após piedosa agonia, animada pelos "sentimentos de um cristão penitente e resignado, munido do santo viático".[63] Como dizem Le Goff e Bordonove, geralmente se esquece de que São Luís conheceu seu avô paterno e de que recebeu seus conselhos. Tinha já nove anos quando ele morreu, idade em que já se compreendem certas coisas, e, ao longo da vida, sempre citaria suas palavras e demonstraria por ele uma admiração respeitosa.[64] Houve, tempo para uma imagem bastante nítida do avô ficar gravada na memória do menino, que ao lembrar-se daquele ilustre ancião teria sempre diante de si, comenta Lévis-Mirepoix, o exemplo vivo de um rei incontestado, a própria encarnação da autoridade soberana.[65]

Deixou Filipe II uma França mais extensa e salva de perigos externos, bem organizada, e com um tesouro transbordante, cujo trono passou a seu filho, Luís VIII, o pai de nosso santo.[66]

---

62 Richard, parte I, cap. I, p. 18-27.

63 Rohrbacher, t. XVII, L. 72, p. 500.

64 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VI, p. 625. Bordonove, parte I, cap. 1, p. 21.

65 Lévis-Mirepoix, cap. II, p. 61.

66 Filipe II considerava seu trono e sua dinastia já tão sólidos que foi o primeiro rei capetiano a não se preocupar em coroar seu filho antes de sua morte. Com efeito,

Digitalizado com CamScanner

São Luís não foi filho de um pai qualquer.[67] Pode-se dizer que a posteridade, com base nos mais confiáveis documentos, considerou-o um grande homem e um grande rei. Luís VIII era, com efeito, considerado excelente em tudo. Posto não ter sido presenteado enquanto era príncipe com nenhuma das terras do pai, jamais tentou subtrair-se ou resistir à autoridade paterna, mas sempre mostrou admirável lealdade para com Filipe Augusto; e este, por sua vez, nunca hesitou em confiar ao filho as mais importantes responsabilidades. Ao tornar-se rei, Luís VIII tinha trinta e seis anos e já era um homem feito, pai de família numerosa e experiente na arte da guerra, dotado de numerosíssimas qualidades para ser um bom monarca. Apesar de sua saúde frágil, era um impetuoso e combativo cavaleiro, apelidado de "o Leão", e também piedoso, justo e honesto. E tinha a felicidade de ter consigo uma mulher que amava ternamente, pois, para Luís VIII e Branca de Castela, o casamento político convertera-se num casamento de amor.[68]

Numa cerimônia assistida pelo jovem São Luís, então com nove anos, Luís VIII foi coroado em Reims no dia 6 de outubro de 1223. Era-lhe difícil suceder a um pai que passara à história com tantas glórias, mas o novo rei estava disposto a garantir a permanência do legado do seu venerável antecessor. A ocasião não demorou, pois o filho de João da Inglaterra, Henrique III, mostrava-se ávido para reaver as posses inglesas na França que Filipe II arrebatara. A resposta de Luís VIII foi digna de

---

Luís VIII sucedeu-lhe naturalmente e ninguém demandou que uma eleição tivesse lugar, como a que precedeu a ascensão do primeiro rei da dinastia, dois séculos antes. Mal se lembrava, diz Bainville (cap. V, p. 56), que originariamente a monarquia fora eletiva: os capetianos se haviam tornado incontestes reis hereditários. Sobre esse acontecimento de importância capital, e que foi notado por todos os historiadores, diz ainda o mesmo Bainville: "A França tinha um governo regular quando os imperadores da Alemanha caíam uns sobre os outros, e no momento em que a autoridade do rei da Inglaterra era fragilizada pela Magna Carta de seus barões".

67 Na edição anterior desta obra, ansiosos que estávamos para apresentar ao leitor a figura do biografado, passamos precipitadamente por seu pai, morto quando Luís IX tinha apenas doze anos, mas é necessário bem conhecê-lo.

68 Bordonove, parte I, cap. 2, p. 23-24. Richard, parte I, cap. I, p. 27-28.

Digitalizado com CamScanner

seu pai: repeliu o ataque inglês e submeteu os nobres que haviam se aliado a Henrique, retornando vitorioso a Paris pouco tempo depois.[69]

Mas não houve trégua para o recém-coroado rei da França. Em novembro de 1225, após o concílio de Bourges, Luís VIII atendeu ao chamado do papa Honório III (pp. 1216-1227) e decidiu partir para uma nova cruzada contra os hereges albigenses do sul da França, tomando solenemente a cruz em 30 de janeiro de 1226 e prometendo partir após a Páscoa daquele ano. Durante a preparação para a nova fase da Cruzada Cátara,[70] Luís VIII elaborou seu testamento — prática comum antes de partir-se para qualquer campanha militar —, legando ao seu filho mais velho, Luís, a coroa da França, o antigo Domínio Real e a Normandia, e distribuindo apanágios para os demais filhos: Artois para Roberto; Anjou e Maine para João; Auvérnia e Poitou para Afonso. Destinava ainda a renda de trinta mil libras para o sustento da rainha Branca e o dote de vinte mil para a única filha, a princesa Isabella.[71]

Os cruzados reuniram-se em Bourges em 17 de maio de 1226, e de lá se dirigiram para o sul, chegando em Avignon em junho de 1226. Aquela era a porta do Languedoc, terra infectada pelo catarismo e posse do

---

69 Bordonove, parte I, cap. 2, p. 24. Richard, parte I, cap. I, 23-24.

70 Essa cruzada começara durante o reinado de Filipe Augusto, em 1208. Este rei atendeu ao chamado do Papa Inocêncio III e autorizou seus barões a partirem para o sul a fim de combater os hereges. As vitórias de Simão de Montfort sobre o conde Raimundo VI de Toulouse, protetor dos cátaros, e depois a decisão do IV Concílio de Latrão (1215) confirmando a deposição do mesmo conde, autorizaram o conde de Montfort a assenhorear-se do condado de Toulouse e do ducado de Narbonne. O rei Filipe, igualmente, aceitou sua homenagem por aqueles territórios. E quando Raimundo VII, sucedendo a seu pai, tentou reconquistar as terras de sua dinastia, o rei da França autorizou seu filho, futuro Luís VIII, a participar das novas campanhas de 1216 e 1219 para impedi-lo (Richard, parte I, cap. I, p. 24).

71 Bordonove, parte I, cap. 2, p. 27-29. Richard, parte I, cap. I, p. 33. É realmente curioso que os monarcas franceses do século XIII, tanto Luís VIII quanto, depois, São Luís, continuaram a política de apanágios, dividindo o Domínio Real para seus filhos, enquanto desde o século anterior já se firmara entre as casas nobres da França o direito à primogenitura sem divisão do território feudal para os filhos mais jovens (Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 202).

Digitalizado com CamScanner

conde Raimundo VII de Toulouse, protetor dos cátaros. O conde recusou-se a abrir as portas, e Luís VIII investiu contra a cidade. Ao fim de dois meses de cerco, Avignon foi conquistada. A cruzada foi um sucesso, pois depois de três meses as importantes cidades cátaras de Nîmes, Castres, Carcassone e Albi foram uma a uma tomadas pelo rei, enquanto Raimundo VII se refugiava em Toulouse. Em agosto, todo o Languedoc estava sob posse dos exércitos católicos e reais.[72]

Considerando a cruzada consolidada, Luís VIII decidiu retornar a Paris, mas foi acometido por disenteria. Como aquela era uma doença comum em exércitos e ele próprio não era um homem velho, não fez caso, e apesar dos conselhos contrários, negou-se a repousar e continuou a viagem. No entanto, na altura de Montpensier, na Auvérnia, a doença obrigou-o a parar. Os médicos constataram que seu estado era grave e que ele deveria se preparar para a morte. Conselheiros, barões e prelados não podiam crer que o rei estava morrendo, mas Luís VIII compreendia seu próprio estado e chamou-os todos ao seu leito. E assim, no dia 3 de novembro de 1226, com a voz já fraca, mas resoluta, o rei fê-los jurar que iriam sem demora a seu filho, a quem prestariam homenagem e fariam coroar o mais rápido possível. Ordenou, ainda, que seus notários redigissem cartas endereçadas a todos os seus súditos, instando-os a reconhecer seu sucessor, jurar-lhe fidelidade e comparecer à sua coroação. Ademais, segundo algumas fontes, pediu aos seus fiéis conselheiros que confiassem a regência do trono a Branca de Castela.[73]

Um episódio pitoresco da agonia de Luís VIII demonstra que não somente da mãe São Luís aprendeu virtudes, mas também do pai. Chegou

---

72 Richard, parte I, cap. I, p. 24-25.

73 *Ibid.*, parte I, cap. I, p. 34. Esse juramento constitui, para muitos, um enigma. Afinal, diz Bordonove (parte I, cap. 3, p. 32-33), apesar de o juramento se justificar quando se considera a idade do próximo rei — doze anos —, por outro lado, a monarquia capetiana cessara de ser eletiva, de modo que não havia competidor para o futuro Luís IX. Quanto à regência, a maior parte dos historiadores afirma que, ao morrer, Luís VIII a concedeu a Branca de Castela. Nada o prova e nem o nega, pois não há documento atestando que Luís VIII definiu algum regente. Se o fez, foi verbalmente.

Digitalizado com CamScanner

não se sabe como aos ouvidos de Archambault de Bourbon, conde de Soissons, que apenas a coabitação com uma jovem garota poderia aliviar o rei em seus momentos finais. O conde, então, selecionou uma bela moça e conduziu-a à alcova do rei moribundo. Quando este abriu os olhos, perguntou o que aquela garota fazia ali, ao que Archambault respondeu. Com as energias que lhe restavam, disse Luís VIII: "Eu não preciso de ti, minha filha; por preço algum cometerei um pecado mortal". Aquela foi, deveras, uma última prova de amor e fidelidade a Deus e à sua esposa, Branca de Castela.[74]

Após expressar o derradeiro voto de erigir uma abadia em honra a Nossa Senhora — destinando ao financiamento da construção uma parte dos bens que deixava — e receber os últimos sacramentos, o rei Luís VIII da França morreu na madrugada de 7 para 8 de novembro de 1226, aos trinta e nove anos. Foi sucedido por seu filho de doze anos, agora rei Luís IX.

4. A coroação de São Luís

Branca de Castela e seus filhos nada sabiam da saúde do rei. À rainha chegaram apenas notícias de suas vitórias no Languedoc e de que ele retornava. Mas como o marido tardava, foi ela própria com as crianças aguardá-lo fora de Paris. Eis, então, que chegou o portador da trágica notícia, frei Guérin, Irmão Hospitalário: o rei Luís VIII acabava de morrer em Montpensier.[75] Não há nada entre os cronistas a respeito da reação de Branca quando se viu viúva. Já entre os estudiosos, Bordonove opina que "a dor de Branca foi tal que se temia pela sua razão", e que ela teria chorado tanto que ficara sem condições de tomar quaisquer decisões.[76] Bénouville, por sua vez, opinando com base no temperamento da mulher em questão, escreveu que "a dor não conseguiu vencer Branca",

74 Rohrbacher, t. XVII, L. 72, p. 570. Bordonove, parte I, cap. 3, p. 34.
75 Bénouville, cap. I, p. 39.
76 Bordonove, parte I, cap. 3, p. 34-35.

Digitalizado com CamScanner

e que "ela pensou antes de tudo no reino, ao serviço do qual seu marido acabara de morrer".[77]

Frei Guérin e Barthélémy de Roye, conselheiro da rainha, instaram-na a retornar a Paris imediatamente com o jovem rei, aguardar a chegada do corpo de Luís VIII, sepultá-lo e coroar Luís IX sem demora. E assim se fez. Em um memorável funeral, celebrado pelo arcebispo de Sens, Luís VIII foi sepultado na Basílica de Saint-Denis junto ao túmulo de seu pai[78] com uma coroa, um cetro e uma mortalha tecida a ouro.[79]

Os grandes do reino acorreram imediatamente a Luís IX para jurar fidelidade ao jovem rei, mas, se tinham alguma expectativa de exercer a regência em seu nome, tardaram, pois Branca de Castela já era a regente *de facto*.[80]

Celeremente foram expedidos cartas e convites para a coroação a ser realizada na Catedral de Reims, que era o local de sagração dos reis da França,[81] e a corte pôs-se em rota para aquela cidade. Parou primeiro em

---

77 Bénouville, cap. I, p. 41.

78 Richard, parte I, cap. I, p. 35.

79 Assim o encontraram, ao abrirem sua tumba, os revolucionários que profanaram os sepulcros reais de Saint-Denis em 1793.

80 A morte prematura de Luís VIII trouxe como resultado problemático não apenas o reinado de um rei jovem, mas também a dúvida de quem seria regente e por quanto tempo o seria. Havia candidatos na nobreza que poderiam reivindicar a regência, como Filipe Hurepel, conde de Bolonha e meio-irmão de Luís VIII, fruto do casamento de Filipe Augusto com Inês da Merânia. No entanto, as circunstâncias conspiraram para que Branca de fato governasse em nome do filho. E quanto ao término da regência? Anota Bordonove (parte II, cap. 1, p. 39) que, de forma geral, os jovens nobres daquele tempo esperavam a idade de vinte ou vinte e um anos para alcançar a maioridade. Mas essa regra não era absoluta, e no final do século anterior Filipe Augusto, rejeitando a tutela de sua mãe, Adela de Champagne, e de seus tios, passou a governar a França assim que seu pai morreu, quando tinha apenas quinze anos.

81 A Catedral de Reims está indissociavelmente ligada ao Batismo de Clóvis em 496, mas somente a partir do século IX tornou-se local comum de coroação dos reis da França. Foram lá coroados, Luís I (816), Odo (888), Carlos III (893), Roberto I (922) e Lotário (954). A partir do terceiro rei capetíngio, Henrique I, coroado em 1027, converteu-se no lugar tradicional de coroação dos reis franceses: Filipe I (1059),

Digitalizado com CamScanner

Soissons, onde o jovem rei foi armado cavaleiro.[82] Pouco tempo depois, a comitiva chegou a Reims.

Habitualmente, aquela cidade alegrava-se quando da chegada de um novo rei a ser coroado. As circunstâncias, no entanto, exigiam cautela: o rei era muito jovem e numerosos e importantes nobres, recorrendo a todo tipo de escusa, não compareceram à cerimônia. Essas ausências pareciam um mau presságio.[83] Não obstante, nomes importantes estavam presentes, como o legado papal, cardeal Frangipani, o patriarca de Jerusalém e tantos outros prelados; e, dentre os nobres, Filipe Hurepel, conde de Bolonha, tio do jovem rei; o duque Hugo IV da Borgonha; João de Brienne, rei de direito de Jerusalém; o conde Roberto de Dreux; os condes de Bar e de Blois; o senhor de Coucy e numerosos senhores vindos da Normandia.[84]

Ao romper do dia 29 de novembro de 1226, primeiro domingo do Advento, todos os sinos da catedral de Reims tocaram alegremente para a chegada do cortejo à igreja. O privilégio de coroar o rei da França pertencia tradicionalmente ao arcebispo de Reims. O último, porém, morrera recentemente, e seu sucessor ainda não havia sido nomeado. Assim, coube ao bispo de Soissons, Jacques de Bazoches, coroar São Luís em uma esplendorosa cerimônia.[85]

No clímax do sagrado ofício, enquanto os clérigos entoavam cânticos, o bispo calçou o menino rei com os botins de seda azul bordada em ouro com flores-de-lis, entregou-lhe o manto de cetim azul, colocou em seus ombros a dalmática em cetim violeta, fixou-lhe as esporas

---

Luís VII (1131), Filipe II (1179), Luís VIII (1223) e, por fim, Luís IX (1226). Depois dele, todos os reis da França foram coroados em Reims, à exceção de Henrique IV, Luís XVIII e Luís Filipe.

82 Antes de ser coroado, era o príncipe feito cavaleiro se ainda não o fosse. Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 46. Bénouville, cap. I, p. 24-25.

83 Mateus Paris, t. III, p. 324-325.

84 Bordonove, parte II, cap. 2, p. 48.

85 Nangis, cap. 1, §1.

de ouro e estendeu-lhe a espada de Carlos Magno. Tomou em seguida o santo crisma, que, segundo a tradição, fora o usado por São Remígio na Confirmação de Clóvis e conservado na Santa Ampola da Abadia de Saint-Remi.[86] E, tendo-lhe ungido a testa, as mãos e o peito,

> ...o prelado entrega ao seu senhor a vara da justiça em marfim e o cetro. Enfim, coloca-lhe a coroa na cabeça, a coroa dos reis francos, por um instante elevada na luz que jorra dos vitrais. E o rei, erguendo-se, num gesto pleno de significado, depõe a espada sobre o altar; consagra-a a Deus, ao serviço de quem a utilizará, conduzindo o seu povo à glória e dando-lhe a prosperidade, a justiça e a paz.[87]

Tornado rei aos olhos de Deus sob o patrocínio e as bênçãos da Santa Igreja, o menino apercebeu-se do pesadíssimo fardo recebido. Tinha atrás de si uma herança gloriosa e onerosa. Apertavam-se atrás dele os reis Capetos, de quem era filho; os duques de França, fundadores da Monarquia; os Carolíngios, dos quais era sucessor. Era ele o herdeiro dos homens que venceram Átila nos Campos Cataláunicos, dos que destroçaram os hereges em Vouillé e os infiéis em Poitiers.[88] Mas para Luís, desprovido de ambição e de sede de poder, a coroa de ouro seria qual uma coroa de chumbo, ou melhor, uma coroa de espinhos, unida a uma cruz que abraçaria em obediência Àquele que lha havia confiado. Deveria sacrificar-se por seu povo como Cristo: seria este seu modelo, seria seu escopo, seria sua vida. O Rei-Sofredor, o Rei-Cristo. Seu reinado não seria mais do que a imitação do de Cristo, que é o Rei da Coroa de Espinhos, o Rei da Cruz, aquele que derramou seu sangue pela salvação e santificação dos seus. Não sem razão, o rei era o único dentre todos os leigos a receber a comunhão sob as duas espécies na missa da sua sagração.[89]

---

86 Cassard, parte I, cap. III, p. 149.

87 Bénouville, cap. I, p. 30.

88 Bénouville, cap. I, p. 26.

89 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 125.

Mas para Luís, nas duras adversidades de quarenta e três anos de reinado, o intróito da missa de coroação — que calaria fundo na sua alma — seria sempre seu alimento fortificador:

> A ti elevo minha alma, ó meu Deus, em ti confio; não me deixes na confusão, pois sei que virás na hora marcada. Não se regozijem meus inimigos contra mim, pois nenhum dos que esperam em ti será confundido. Senhor, deixa-me conhecer os teus caminhos, ensina-me os teus caminhos.[90]

5. O exemplo materno

Jean Richard afirma com exatidão que "a imagem que se conserva dos primeiros tempos do reinado de São Luís é aquela do filho junto de sua mãe".[91]

Está fadado a desconhecer São Luís, sua vida, seu reinado e seu caminho de santidade quem não compreender o gênio forte e decisivo que esteve por detrás dele: o de Branca de Castela. Todos os biógrafos e hagiógrafos de São Luís, antigos ou modernos, são unânimes em reconhecer que ele não teria sido o que foi se não tivesse Branca por mãe. Ele era, escreveu seu confessor, "um bom fruto de uma boa árvore".[92] Para conhecermos o santo, portanto, investiguemos a personalidade notável da mulher que Deus escolheu para forjá-lo.

Alta, esbelta, de cabelos muito negros (chamada na França de "a castelhana", em referência a esta característica notável dos hispânicos), forte, corajosa, muitas vezes autoritária, essa mulher de fato impressiona. Aos trinta e oito anos, mãe de sete crianças pequenas e grávida de seu último filho, vê-se viúva e estrangeira, mas ainda é capaz de assumir com prontidão todas as responsabilidades da coroa em nome de seu menino

---

90 Joinville, parte II, §70. Bordonove, parte II, cap. 2, p. 51.

91 Richard, parte I, cap. I, p. 17.

92 Beaulieu, cap. 4.

Digitalizado com CamScanner

rei. Os cronistas registraram que Branca de Castela combinava o "sexo e o espírito femininos com o coração de um homem",[93] e que tinha a coragem de um homem em coração de mulher, sendo capaz de administrar vigorosa, sábia e retamente o reino, de manter os direitos da coroa e "de defender a França contra muitos adversários".[94]

De caráter irrepreensível, de virtude e fidelidade irreparáveis, lidou pacientemente com todo tipo de provação no governo do reino, suportando humilhantes calúnias da parte de seus adversários, pelos quais foi acusada de ser amante do conde Teobaldo IV de Champagne e, pasme-se, até do legado pontifício, o Cardeal Frangipani![95] Carecendo por vezes de apoio, depositava, contudo, sua esperança em Deus e realizava, conforme a vontade d'Ele, as duas grandes tarefas a que fora chamada — a de mãe e a de regente —, de modo que, vencendo todas as adversidades, guiou, protegeu e defendeu os direitos do filho e do reino.[96]

São Luís pouco se lembraria do pai, que perdeu aos doze anos, mas guardaria sempre na memória a presença protetora da sua firme e devotada mãe. Houve momentos difíceis, quando ainda não tinha chegado à idade adulta (veremos no subcapítulo seguinte), em que seu único esteio era a boa rainha Branca, e que ataram um laço estreito e jamais rompido entre mãe e filho. São Luís guardaria por toda a vida as lembranças desses momentos, especialmente da ocasião em que, ainda criança, estava com a mãe no castelo de Montlhéry, cercado por um exército adversário, aguardando, apavorado, a escolta parisiense que os salvaria e levaria para a capital.[97]

---

93 *Ibid.*, cap. 4.

94 Saint-Pathus, cap. 1, §§2-3,

95 Quem registrou essa calúnia foi o cronista Mateus Paris (t. III, p. 325), que escreveu: "difundia-se um boato que tenho vergonha de reportar: o de que o senhor legado tinha ligações culpáveis com a rainha Branca, mas é ímpio dar fé a esta calúnia semeada por algum espírito invejoso".

96 Beaulieu, cap. 4.

97 Joinville, parte II, §72-73. Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VI, p. 631.

A magnitude das responsabilidades de Estado assumidas por Branca não a fez relegar a educação de seus filhos, que ela não deixou de supervisionar e para cuja formação não deixou de contribuir. O resultado foi frutuoso: apesar de ela ter se dedicado especialmente a Luís, ensinando-o a governar de forma cristã um grande reino, todos os seus demais filhos foram modelos de virtude, de coragem e de devoção.[98]

Branca de Castela ensinou a São Luís que, se Deus o havia conduzido para o trono de Clóvis e de Carlos Magno, ungindo-o pelo santo óleo de Reims, era sua vocação incontornável ser o melhor governante que o Senhor permitisse, sacrificando-se pelos interesses de seu povo e governando conforme as exigências da justiça. Ela transmitiu-lhe, sobretudo, aquele seu próprio traço marcante: uma profunda e fervorosa devoção, uma fé inquebrantável. Espanhola e devota de Santiago, nela prevalecia, sobre qualquer ambição humana, a vontade de agradar a Deus e cumprir sua vontade, e foi com esses ideais que formou São Luís. Com efeito, todos os autores reconhecem que Branca de Castela tanto educou Luís na arte de governar quanto semeou na alma dele a semente da santidade, ensinando-o com palavras e exemplos a boa prática cristã e inspirando-o a ser um bom rei e um bom cristão.[99]

Deu ao seu filho, ademais, uma formação cultural plena, confiando-o aos mais sábios mestres do reino para que estes lhe ensinassem todas as ciências convenientes a um rei católico. As crônicas não dizem quem foram os mestres de São Luís, mas se sabe que foram religiosos de boa reputação,[100] possivelmente vitorinos,[101] um dos quais era confessor de Branca, ou talvez cistercienses, ou quiçá franciscanos ou dominicanos, que gozavam naqueles dias de grande renome e estavam em plena expansão.[102]

---

98 Saint-Pathus, cap. 1, §§2-3,

99 *Ibid.*, cap. 1, §3.

100 Joinville, parte II, §71.

101 Monges da Abadia de São Vítor, em Paris, fundada em 1108 por Guilherme de Champeaux e que se tornou um dos maiores centros intelectuais da Cristandade.

102 Bordonove, parte II, cap. 3, p. 53.

Digitalizado com CamScanner

É certo, porém, que Luís recebeu a melhor instrução que um príncipe do século XIII poderia receber. Sua cultura era das mais vastas, ressalta Bénouville.[103] Com uma boa formação teológica e histórica, tornou-se, ainda, habilidoso no latim[104] e familiarizado com os livros sacros e a obra de Santo Agostinho, que conhecia ao ponto de acusar citações erradas feitas por religiosos e precisar questões de sua doutrina.[105]

Decerto Luís teve grandes mestres, mas o maior deles foi, sem dúvida, a rainha-mãe. "Foi ela", diz Bordonove, "que fixou seu inflexível emprego do tempo. Coube a ela formar um rei que fosse ao mesmo tempo bom cavaleiro e fiel sincero. Mais tarde, iniciá-lo-ia nos negócios [do reino]. Ela dividiu os horários de Luís entre o trabalho escolar, os exercícios físicos e o cumprimento de estritos deveres religiosos". Seu rigor, de quando em quando excessivo, acrescenta, não tinha outro objetivo a não ser inculcar em seu filho as regras de governo que ela estimava necessárias e as regras de conduta que garantiriam sua salvação.[106] Seus bons exemplos e suas habilidades o influenciariam perpetuamente e, mesmo já

---

103 Bénouville, cap. I, p. 34.

104 Na Cristandade, o latim não era uma "língua morta". A despeito do gosto pela correção e de certo purismo, tudo conspirava para surgirem palavras ou expressões novas. Havia necessidade de expressar realidades desconhecidas dos antigos e pensamentos que, especialmente na ordem religiosa, haviam-lhes sido estranhos. Além disso, o latim não era apenas lido, mas também falado. Era utilizado nas discussões entre os teólogos, era a língua utilizada pelos bispos para pregar aos seus clérigos, e a língua pela qual a Igreja mantinha a uniformidade e o entendimento. Com efeito, pergunta Marc Bloch (2019, t. I, livro II, p. 96), "sem sua ajuda, na Cúria, nos grandes concílios ou durante suas vagueações de abadia em abadia, teriam esses homens vindos de pátrias diferentes conseguido comunicar-se entre si?"

105 Bordonove, parte II, cap. 3, p. 54. Comenta Richard (parte I, cap. I, p. 31) que se ignora quem formou São Luís nas armas, ou seja, quem o preparou para o ofício de cavaleiro, assim como quem o ensinou a respeito do direito costumeiro, indispensável a um soberano medieval, que lhe permitiria ser tão atento a manter os direitos locais e a não os ultrapassar. Acrescenta o mesmo autor que, tendo Luís VIII morrido quando ele tinha doze anos, só podem ter sido os servidores da monarquia, os velhos conselheiros de Filipe Augusto, os encarregados de ensinar tais conteúdos ao rei.

106 Bordonove, parte II, cap. 3, p. 54; parte III, cap. 1, p. 102

Digitalizado com CamScanner

adulto, faria sempre o possível para tratar das grandes questões do reino na presença de sua mãe.

Enfim, essa Branca de Castela, "altiva e bela, defensora do trono como regente contra as facções, hábil e firme, sempre irreprochável e nunca pusilânime",[107] foi a grande mentora de São Luís. Fora louvada pelo Papa Bonifácio VIII, na bula de canonização de seu filho, como "fervorosa cumpridora dos deveres devidos a Deus",[108] e comparada à notável mãe de Josias, rei do Antigo Testamento, por Geoffroy de Beaulieu, confessor de Luís IX. Escreveu esse cronista que, assim como a mãe de Josias se chamava "Idida", que significa "amada do Senhor" ou "que agrada ao Senhor", a rainha Branca foi "verdadeiramente amada pelo Senhor e agradável a Ele, e útil e agradável aos homens".[109] E Mateus Paris a chamaria de "a magnânima Branca, mulher por seu sexo, mas homem por sua firmeza, e que bem poderia ser comparada a Semíramis."[110]

Branca conduziu seu filho nos caminhos da vida de oração e ensinou-lhe a prática da oração vocal. Fazia-o recitar com ela, diariamente, as horas canônicas, e esse hábito seguiria São Luís até o leito de morte. Ademais, diz Joinville, "ela fazia com que os sermões nos dias de festa fossem ditos na presença do rei e fez com que ele os escutasse".[111] A grande Branca, em resumo, bem poderia ter sido uma segunda Santa Mônica. Porém, certo apego ao poder que tinha como regente, além do ciúme e de um gênio autoritário e pouco flexível talvez tenham impedido a piedosa rainha de galgar os níveis da santidade que seu filho galgaria.

E, diferente de Santa Mônica, Branca de Castela não precisou verter lágrimas pela conversão de um filho pecador; ao contrário, pôde contemplar alegremente brotar nele desde a infância a semente das virtudes

---

107 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 40.

108 Papa Bonifácio VIII. *Bula Gloria Laus*, Bula de Canonização de São Luís. 11 de ago. de 1297.

109 Beaulieu, cap. 4.

110 Mateus Paris, t. VII, p. 372.

111 Joinville, parte II, §71.

teologais que ela semeara. Quanto a São Luís, este jamais se esqueceria das lições da mãe, que o ensinou a valorizar, antes de qualquer riqueza humana, o estado de graça. Os primeiros e paulatinos passos de São Luís em direção à santidade foram calcados no exemplo de Branca de Castela, que bem pode ser resumido em um episódio que São Luís gostava de repetir: "Minha mãe me disse que me amava acima de todas as outras criaturas, e que se eu estivesse doente e em perigo de vida e não pudesse ser curado a não ser cometendo um pecado mortal, ela preferiria ver-me morrer a ofender a Deus pecando mortalmente uma única vez".[112] Beaulieu conta--nos o mesmo: diz que certo membro do clero, quando Luís era jovem e não havia ainda se casado, difundiu o boato de que o rei tinha concubinas e de que Branca, embora o soubesse, não corrigia o filho. Quando o dito sacerdote repetiu esse rumor diante da rainha, reprovando-a como alcoviteira, Branca respondeu com uma louvável sentença: se o referido rei, seu filho, que ela amava acima de todas as criaturas mortais, adoecesse a ponto de morrer e não houvesse outra cura a não ser se deitar com uma mulher que não a dele, preferia Branca vê-lo morrer a ofender seu Criador com um pecado mortal. E acrescenta o confessor de São Luís: "eu mesmo ouvi isso da boca do próprio rei".[113] Foi ela, em suma, quem lhe ensinou o temor de Deus e o horror que é ofendê-Lo com o pecado mortal, algo que é, ademais, o princípio e fundamento de toda vida espiritual.

Cremos que nada melhor pode ser dito de Branca de Castela do que certas palavras de Joinville. Segundo ele, Deus protegeu São Luís "graças às boas lições de sua mãe, que o ensinou a crer em Deus e a amá-Lo".[114]

Não foi santa, reconhecemo-lo. Nem sempre amou com amor *ágape*, mas, de seu exemplo e de suas santas palavras, tanto quanto de seu ventre, São Luís foi gerado. Não sem razão, resume Zeller: "sua mãe não pareceu

---

112 Saint-Pathus, cap. 1, §3.

113 Beaulieu, cap. 4.

114 Joinville, parte II, §71.

amá-lo a não ser para prepará-lo para a santidade".[115] São Luís foi, em parte, arremata Bénouville, "obra dessa mulher incomum".[116]

6. Uma difícil menoridade

Deus envia dificuldades àqueles que ama. E as dificuldades não tardaram a se apresentar ao rei menino. Ele tinha, conta-nos seu principal cronista, "grande necessidade da ajuda de Deus, pois sua mãe era da Espanha e não tinha parentes nem amigos em todo o reino da França".[117] A menoridade de São Luís, tempo compreendido entre a ascensão dele ao trono em 1226 e o momento em que assumiu definitivamente o governo do reino em meados de 1234, foi um período conflituoso e confuso, no qual algumas querelas antigas ressurgiram.

Existe um antigo adágio que diz: "infeliz é a terra em que o príncipe é uma criança".[118] Isso porque as regências, períodos intermediários nos quais um monarca incapaz é representado por um tutor, nunca foram períodos pacíficos, tampouco na Idade Média.

Por um lado, é necessário ressaltar o exagero de Joinville ao afirmar que Branca "não tinha amigos em todo o reino". Ela não estava em uma situação tão desesperadora, contando com um eficiente corpo administrativo do qual faziam parte o frei Guérin, homem dotado de uma inteligência fora do comum;[119] Barthélémy de Roye, cavalei-

---

115 Zeller, cap. IX, p. 428.

116 Bénouville, cap. I, p. 48.

117 Joinville, parte II, §72. Essa afirmação é vista como exagerada por Bordonove (parte II, cap. 1, p. 42), para quem Branca, apesar de contar, sem dúvida, com poucos amigos entre os príncipes e os nobres, tinha o apoio de muitos administradores, juristas e soldados. Em suma, ela não tinha a nobreza, mas por certo tinha os funcionários reais ao seu lado.

118 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. I, p. 83.

119 Este irmão hospitalário fora ministro e general de Filipe Augusto e mantido em suas funções por Luís VIII, sobre o qual exercia a mais sábia influência. Gozava, diz Bénouville (cap. I, p. 39-40), de magnífico prestígio desde os áureos dias de Filipe Augusto.

Digitalizado com CamScanner

ro picardo que era tão bom soldado quanto diplomata; Roberto de Courtenay, primo de Filipe Augusto e muito próximo ao falecido Luís VIII; Mathieu de Montmorency, que servira a Luís VIII nas campanhas contra os albigenses.[120] Branca dispunha, diz Bordonove, "de uma equipe administrativa estruturada assim como de um exército comandado por excelentes chefes".[121]

De outro lado, a regência da rainha Branca não era aprovada por muitos dos feudatários do reino, que, passado o tempo de compaixão pela rainha viúva e pelos seus órfãos, imediatamente manifestaram seu descontentamento. Deu-se início a uma campanha bem orquestrada que, visando desacreditar Branca de Castela, acusava-a de "encarcerar" o jovem rei, impedindo que outros tivessem acesso a ele, e de expulsar os amigos de Luís VIII do conselho real. Alegava-se que o reino não podia estar nas mãos de uma estrangeira, mais castelhana do que francesa, e que a regente aproveitava sua posição para enviar ouro aos seus parentes de Castela.[122] Preparou-se, assim, o ambiente para a revolta.

Os historiadores geralmente buscam encontrar um espírito, um *geist*, nas revoltas baroniais que perturbaram os primeiros anos do reinado de Luís IX. Fazendo paralelo com um notável acontecimento do século XVII, Bainville diz que "o reinado de São Luís começou, como o de Luís XIV, com uma Fronda, uma Fronda ainda mais perigosa, pois aqueles que a conduziam eram os poderosos feudatários do reino."[123] Teria a revolta dos barões durante a menoridade de Luís IX sido uma reação ao fortalecimento do

---

120 Richard, parte I, cap. I, p. 39.

121 Bordonove, parte II, cap. 1, p. 45.

122 Bordonove, parte II, cap. 3, p. 56. Bainville, cap. V, p. 56-57.

123 Bainville, cap. V, p. 56. A Fronda corresponde a uma série de revoltas ocorridas na França entre 1648 e 1653, lideradas em um primeiro momento pelos parlamentares do reino e depois pelos príncipes e nobres, como uma reação ao fortalecimento do poder real sob Henrique IV (r. 1589-1610) e sob Luís XIII (r. 1610-1643) durante a menoridade de Luís XIV. Dela tomaram parte Gastão, duque de Orleans, tio do rei; sua filha Ana Maria Luísa de Orleans; Luís de Bourbon, príncipe de Condé, e seu filho Armando de Bourbon, príncipe de Conti; e Henrique, Visconde de Turenne.

Digitalizado com CamScanner

poder real sob seu avô e sob seu pai, assim como a Fronda durante a menoridade de Luís XIV fora uma resposta ao fortalecimento deste mesmo poder sob seu avô e seu pai? É o que considera Richard.[124]

Ao menos como se apresentava, no entanto, a revolta não era contra a coroa ou contra o jovem Luís IX, mas contra Branca de Castela.

Os rebeldes eram liderados por Pedro Mauclerc, duque da Bretanha,[125] e estavam entre eles o conde de Bar, numerosos nobres da Bretanha e de Poitou e Raimundo VII de Toulouse (protetor dos cátaros, que tinha sido derrotado por Luís VIII e esperava a desforra). Contavam ainda com o apoio do rei Henrique III da Inglaterra, ansioso por recuperar as terras que seu pai havia perdido na França.[126] Alguns bispos quiseram alinhar-se aos rebeldes, mas o legado papal posicionou-se prontamente ao lado de Branca de Castela, inclusive viajando a Roma para pedir ao Papa Honório III que advertisse os demais prelados a não tomarem parte da revolta.[127]

A resposta de Branca foi imediata: reuniu os exércitos reais e seguiu à frente deles com seu filho até os núcleos rebeldes, Bretanha e

---

124 Richard, parte I, cap. III, p. 108.

125 Este príncipe de sangue, bisneto em linha paterna do rei Luís VI, era o chefe da oposição. Embora na verdade fosse conde da Bretanha, o rei da Inglaterra lhe reconhecia o título de duque. Na Bretanha, Pedro se comportava com senhor absoluto e mesmo como um tirano. Seus conflitos com o clero bretão lhe tinham valido o apelido de "*Mauclerc*", uma vez que ele tinha sido destinado originariamente ao clero, mas deixou a carreira eclesiástica — ele era um "mau clérigo", "*mauclerc*" (Lévis-Mirepoix, cap. II, p. 67). Conta-se, diz Bénouville (cap. I, p. 44), que este conde, para castigar um padre que tinha recusado dar a benção ao corpo de um usurário falecido, mandou enterrar juntos o cadáver do usurário e o padre ainda vivo. Contava Pedro, no entanto, com o apoio da alta nobreza do seu condado, formada pelas casas de Avaugor e de Vitré. Ele tinha, no passado, servido fielmente aos seus primos Capetianos nas campanhas de Filipe II e de Luís VIII. E era um excelente soldado, a ponto de Luís VIII recompensar-lhe com os senhorios de Champtoceaux e de Montfaucon, e com a guarda de duas importantes fortalezas situadas nas fronteiras da Bretanha com a Normandia.

126 Bordonove, parte II, cap. 4, p. 63-64.

127 *Ibid.*, parte II, cap. 3, p. 56-57.

Digitalizado com CamScanner

Poitou. E, assim, partiu para a guerra o pequeno Luís IX, com menos de treze anos, já ciente da felonia dos homens e da cupidez de senhores que, tirando proveito da juventude dele, quiçá quisessem anular a obra de seus ancestrais. O resultado daquela campanha foi um grande sucesso. Em 20 de fevereiro de 1227, o exército real ocupou Tours, onde o rei entrou pomposamente com sua mãe sob ovação popular, e ali visitaram solenemente a abadia de São Martinho e a Catedral de São Maurício. Em seguida, as forças reais obtiveram as importantes fortalezas de Chinon e Laudon.[128]

Os conjurados hesitaram, surpresos pela prontidão da resposta e a superioridade numérica do exército real, e decidiram negociar. O encontro deu-se em Courçay. Branca concordou em perdoá-los e selou com os barões um tratado de paz, e eles juraram sobre os Evangelhos que não pegariam em armas contra o rei.[129]

Mas o conflito não tardaria a recomeçar. Reunidos em Corbeil, os barões do oeste acordaram apoderar-se do jovem rei Luís, não para aprisioná-lo ou destroná-lo, mas para afastá-lo da influência de Branca e de seus conselheiros. Àquela altura, Luís estava cavalgando na região de Orleans e, ao saber da aproximação dos rebeldes, julgando sua escolta muito frágil, refugiou-se no castelo de Montléry donde pediu socorro à mãe, que se dirigiu imediatamente para lá. Triste e dolorosa experiência para um garoto tão jovem: ele e sua mãe acastelados em Montlhéry, apavorados ante a possibilidade de assalto da praça-forte pelos rebeldes. Mas Branca de Castela não aguardou passivamente e enviou uma mensagem aos cidadãos de Paris, solicitando que, por fidelidade ao rei, fossem até lá para buscá-los.[130]

São Luís narraria esse episódio, que se parece ter gravado solidamente em sua memória, ao seu amigo Joinville: seus súditos parisienses,

---

128 Richard, parte I, cap. I, p. 42-43.

129 Nangis, cap. 3, §1. Bordonove, parte II, cap. 4, p. 60-61.

130 Nangis, cap. 2, §15-16. Bénouville, cap. I, p. 43-44. Richard, parte I, cap. I, p. 43.

armados e desarmados, guerreiros e civis, atendendo ao chamado da rainha puseram-se em marcha até o castelo em que se encontravam mãe e filho, e os escoltaram até Paris, aclamando o jovem rei e gritando "a Nosso Senhor que lhe desse vida longa e boa, que o defendesse e guardasse de seus inimigos."[131] Foi a primeira vez que Luís sentiu o amor de seus súditos, aprendendo a necessidade de merecer a confiança e o afeto deles, e essa lição jamais esqueceria.

Mas o episódio não desencorajou os rebeldes. Em 1228, os barões ligados a Pedro da Bretanha, ainda insatisfeitos com a regente, começaram a distribuir panfletos contendo anedotas injuriosas contra a honra e a virtude da rainha-mãe e do conde Teobaldo IV de Champagne, que era seu maior apoiador, a fim de induzir a opinião pública contra Branca. Ao longo dos próximos anos, acusaram-na de retardar o casamento de Luís para mantê-lo por mais tempo sob seu controle, e de ser amante do legado pontifício e do conde de Champagne.[132]

O partido rebelde não cessava de crescer, obtendo grandes conquistas ao conseguir o apoio do primo de Luís, Enguerrando III, senhor de Coucy, e do próprio tio do rei, Filipe Hurepel, conde de Bolonha, que passara para o lado baronial sob a alegação de que a regente não o consultava e desprezava seus conselhos.[133] Para neutralizar o crescimento do partido rival, Branca de Castela, ciente de que podia contar com o apoio dos citadinos, pediu que todas as comunas entre o rio Sena e o condado do Flandres ficassem de prontidão.

---

131 Joinville, parte II, §72-73.

132 Lévis-Mirepoix, cap. II, p. 68. Teobaldo IV, conde de Champagne, futuro rei de Navarra por herança materna, parece ter de fato nutrido um amor platônico pela rainha. Teria decidido, uma vez que não a podia desposar, servi-la de toda a sua alma. Os poemas que deixou, anota Bénouville (cap. I, p. 45), nos quais fala do "Branco nome da Sua Senhora" e declara que "a que amo é de uma tal senhoria, que a sua beleza me faz mais outro cuidar", parecem confirmar essa versão.

133 Bordonove, parte II, cap. 4, p. 64. Richard, parte I, cap. I, p. 43. Enguerrando III de Coucy era neto materno do rei Luís VI da França, trisavô de São Luís; enquanto Filipe Hurepel era irmão mais novo de Luís VIII, pai de São Luís.

Digitalizado com CamScanner

Em 1230, os barões rebeldes declararam guerra ao conde de Champagne — por causa de querelas feudais e pela influência que ele exercia sobre a rainha. O conde, incapaz de resistir ao ataque, pediu ajuda da coroa contra essa que considerava uma injusta agressão.[134] Partiu de Paris a ordem para que os nobres cessassem as hostilidades, mas eles não obedeceram. A reação, então, veio com o jovem Luís IX, já com dezesseis anos (e desde sempre avesso aos atos de rebeldia e de injustiça), que liderou ele próprio os exércitos reais na defesa do seu fiel vassalo de Champagne.[135]

Conta-nos Guilherme de Nangis que o rei fora "movido por seu coração" ao ver que seu bom amigo, o conde Teobaldo, tinha sido covardemente atacado. O jovem Luís aprendera desde cedo que a guerra deve ser evitada, mas que, em certos casos, ela é admissível e mesmo exigível. Ora, segundo o direito feudal, a invasão injusta de Champagne autorizava o rei, enquanto senhor supremo, a punir militarmente os vassalos recalcitrantes.[136] E quando os barões invasores souberam que o rei vinha combatê-los (auxiliado pelo poderoso conde Fernando do Flandres, um dos seis grandes do reino), não ousaram prosseguir com o ataque a Teobaldo, caso contrário violariam o juramento, feito em 1228, de não pegar em armas contra Luís. Ao saber que os barões desobedientes haviam retornado para suas terras, Luís, satisfeito por não ter de colocar seus homens em batalha, voltou vitorioso para Paris.[137]

Mas, como diz o autor da *Imitação*, "não te prepares para grande descanso, senão para muita paciência".[138] As provações ao jovem rei continuaram ainda em 1230, quando o seu poderoso vassalo do oeste, o mesmo Pedro Mauclerc, duque da Bretanha, perjurou e iniciou uma revolta

---

134 Joinville, parte II, §74-75.

135 Nangis, cap. 3, §§5-6. Mateus Paris, t. III, p. 444-446. Bénouville, cap. I, p. 48-49. Richard, parte I, cap. I, p. 44-45.

136 Ver Capítulo 1.5.b. "*O sistema feudal em seu apogeu*".

137 Nangis, cap. 3, §§7-9. Joinville, parte II, §85-86.

138 Livro III, cap. XXXV, 2.

Digitalizado com CamScanner

aberta contra Luís. Pedro ofereceu ao rei Henrique III da Inglaterra ajuda para recuperar o ducado da Normandia — feudo na França que o avô de São Luís havia arrebatado do pai de Henrique, o rei João, trinta anos antes —, caso o monarca o auxiliasse militarmente em sua empreitada rebelde.[139] O rei da Inglaterra concordou e desembarcou na França com uma poderosa força militar, sendo solenemente recebido pelo duque da Bretanha, que lhe abriu todas as suas fortalezas e castelos, enquanto os demais nobres bretões vinham até o invasor prestar-lhe homenagem.[140]

"O rei e sua mãe", diz Bénouville, "conscientes dos perigos que a ambição desses loucos fazia correr à pátria, afrontaram corajosamente a dramática situação".[141] O cronista Guilherme de Nangis diz que Luís, ao saber da revolta do duque bretão auxiliada por Henrique da Inglaterra, ficou "inflamado de raiva" e jurou punir tal ousadia. Formou um exército numeroso e marchou contra o castelo de Bellême, fortaleza com que seu pai havia agraciado o duque agora rebelde. Era a primeira batalha de Luís e um frio intenso e mortífero fustigava suas tropas. Mesmo assim, contando com o apoio inestimável da rainha Branca, também presente no campo de batalha, conquistou o castelo.[142]

Após a conquista de Bellême, várias outras praças-fortes do duque da Bretanha foram tomadas pelo jovem rei como punição por sua deslealdade, enquanto o rebelde, agora sem o apoio do rei da Inglaterra (que fugira de volta para sua ilha),[143] suplicava o perdão do rei. Nesta ocasião, Luís pôde realizar seu primeiro ato de misericórdia pública: perdoou o

---

139 No ano anterior, registrou Mateus Paris (t. III, p. 396), nobres rebeldes da Aquitânia, Normandia e Poitou já haviam enviado uma embaixada a Henrique III convidando-o a vir à França "para poder recuperar sua herança perdida", mas Henrique, que ainda não tinha tomado uma resolução nesse sentido, preferiu esperar circunstâncias mais favoráveis.

140 Mateus Paris, t. III, p. 445. Nangis, cap. 4, §§1-2. Richard, parte I, cap. I, p. 45.

141 Bénouville, cap. I, p. 49.

142 Nangis, cap. 4, §§3-6.

143 Mateus Paris, t. III, p. 450-452.

Digitalizado com CamScanner

duque da Bretanha. Este, por sua vez, jurou sobre os Santos Evangelhos que nunca mais desobedeceria a Luís, e prestou-lhe homenagem de fidelidade perante uma grande assembleia de nobres e prelados.[144]

O duque era, porém, um falsário, e descumpriu o juramento. No ano seguinte pegou novamente em armas contra Luís, que respondeu e o derrotou uma segunda vez. Essas vitórias do monarca quando ainda era adolescente, conta-nos o cronista, desencorajaram outros barões da França a tentar gracejos contra o rei, convencidos de que seria inútil e prejudicial desobedecê-lo.[145]

Enquanto todos esses acontecimentos se desenrolavam, sua boa e destemida mãe viajava de cidade em cidade em busca de apoios para o filho, enviava cartas diplomáticas, encaminhava suprimentos para os exércitos e tratava dos demais assuntos do reino. Dentre os feitos de Branca durante a menoridade, um dos mais notáveis foi a assinatura do Tratado de Paris de 1229, pelo qual Raimundo VII de Toulouse declarou abandonar seu apoio aos cátaros e cedeu ao Domínio Real uma das suas mais preciosas posses, o Languedoc, que abrangia uma vasta faixa de terra no litoral mediterrâneo.[146]

---

144 *Ibid.*, t. IV, p. 72-74. Nangis, cap. 4, §§7-10. A misericórdia de Luís fica clara quando se constata que ele podia arrebatar legitimamente as terras desse vassalo desleal, conforme o instituto da *commise* (Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 222).

145 Nangis, cap. 5, §§1-5. Bordonove, parte II, caps. 7-8.

146 Derrotado por Luís VIII e malograda a revolta da qual tomou parte, Raimundo VII de Toulouse concordou em submeter-se em definitivo à Igreja e à coroa. O tratado foi assinado em Paris, em 12 de abril de 1229, pelos representantes do reino da França e da Igreja, de um lado, e do conde de Toulouse, de outro. No tratado, Raimundo VII prometia defender a Igreja em suas terras e retirar seu apoio aos hereges, jurava velar pelo recolhimento do dízimo e pela aplicação das sentenças de excomunhão, e pagar vinte mil marcos de prata por ano ao rei, ao clero e à Universidade de Toulouse. Prometia, ainda, tomar a cruz e combater na Terra Santa durante cinco anos. Além disso, prometia entregar Joana, sua filha e única herdeira, em casamento a um dos irmãos de Luís IX, e prestar ao rei o juramento de fidelidade exigido de todos os senhores nobres. As cessões territoriais eram ainda mais rigorosas: Raimundo perdia autoridade sobre o marquesado da Provença, enquanto todos os seus territórios situados entre o oeste do Ródano e o Mediterrâneo (o Languedoc, antiga Septimânia) eram entregues ao rei. Raimundo

Digitalizado com CamScanner

O conde Raimundo, aliás, que durante tanto tempo apoiara os hereges, foi readmitido na Igreja Católica, recebendo a comunhão após penitência pública. Segundo o capelão Guillaume de Puy-Laurens, foi um espetáculo tocante "ver este príncipe, tão poderoso outrora, ser conduzido ao altar descalço e com uma simples túnica".[147]

As revoltas de vassalos desleais que obrigaram Luís a tomar a espada ainda em tenra idade, a infidelidade de seu próprio tio Filipe Hurepel, as injúrias contra sua adorada mãe, as vergonhosas intrigas políticas... tudo isso pesou gravemente na alma do futuro santo. Esse tormentoso início de reinado contribuiu para que São Luís detestasse a rebeldia, a desordem, as mentiras, os perjúrios, os conchavos políticos, as intrigas cortesãs. Com razão dizem Bordonove que esse período foi rico em ensinamentos para São Luís,[148] e Richard que com tão dificultosos inícios, "Luís IX aprendeu a governar menos pelas lições que seu mestre poderia tirar de Santo Agostinho do que por uma rude prática".[149]

Em 1234, quando alcançara os vinte anos e terminava a menoridade,[150] Luís IX já havia triunfado sobre as desastrosas desuniões internas e pacificado a França. Oito anos antes, conclui Rohrbacher, parecera aos barões que "sob um rei menino e uma regente mulher, tudo devia

---

conservaria Toulouse e seu condado, mas a título de usufruto: ele se comprometia a deixar tudo em herança à sua filha Joana, por sua vez a ser casada com um irmão de Luís IX. E, após a assinatura do tratado, promulgou-se uma ordenança reprimindo a heresia cátara, da qual Raimundo VII seria o principal executante (Hergenröther, t. III, c. 307, p. 243. Bordonove, parte II, cap. 6. Lévis-Mirepoix, cap. II, p. 77).

147 Guillaume de Puy-Laurens *apud* Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 118.

148 Bordonove, parte II, cap. 5, p. 70.

149 Richard, parte I, cap. I, p. 18.

150 Por zelo histórico, cabe ressaltar que não houve uma transição formal, na qual São Luís assumisse definitivamente as rédeas do governo. Dois motivos o evidenciam: primeiramente, porque mesmo antes dos vinte anos Luís já tinha sido associado ao governo por sua mãe. Ademais, a regente nunca deixou oficialmente o governo, e continuou governando com o filho mesmo depois que ele já tinha idade para governar (Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VI, p. 631-632). Bordonove (parte III, cap. 1, p. 101), no entanto, aponta que houve um encerramento formal da regência quando São Luís completou vinte e um anos.

Digitalizado com CamScanner

lhes ser permitido", mas que Deus confundiu todos os seus desígnios, "afinal, este rei pupilo era um homem segundo Seu coração; um outro Josias; era São Luís, eterna glória da França, da Europa cristã, de toda a humanidade.[151]

7. O jovem fervoroso e devoto

São Luís é um daqueles santos em cuja vida não é possível depreender uma primeira conversão, aquele momento em que a alma de pagã torna-se cristã, ou de cristã tíbia torna-se cristã convicta, deixando finalmente o pecado mortal. São Luís jamais cometeu um só deles, e isso nos é atestado por seu próprio confessor, Geoffroy de Beaulieu:

> Eu atuei como confessor do senhor rei por trinta anos ou cerca disso, e ouvi suas confissões gerais tantas vezes que não consigo contá-las. Para a honra de Deus, portanto, afirmo que em toda a sua vida ele *nunca* cometeu conscientemente um único pecado mortal — nenhum que eu ousaria chamar de mortal (grifos nossos).[152]

Acrescenta o mesmo cronista que, desde muito cedo, guiado e educado na sagrada doutrina por sua piedosa mãe, Luís se desenvolveu como um "menino promissor de extraordinário talento, crescendo gradualmente até a perfeição da virilidade".[153]

Apesar de o rei da França estar continuamente viajando de cidade em cidade, de palácio em palácio, a maior parte da vida de Luís IX, inclusive sua infância e juventude, deu-se no *Palais de la Cité*, edifício situado na *Île de la Cité*, ilha fluvial do rio Sena, no centro de Paris, a poucas quadras da Catedral de *Notre-Dame*. O *Palais* era circundado por muralhas, dentro das quais estava a residência real, assim como edifícios

151 Rohrbacher, t. XVII, L. 72, p. 571.

152 Beaulieu, cap. 5.

153 *Ibid.*, cap. 4.

Digitalizado com CamScanner

administrativos, os gabinetes de contas públicas e os tribunais.[154] Era dotado de imensos jardins nos quais Luís adorava correr e brincar com seus irmãos, jardins isolados das ruas por muros e parreiras, e repletos de salgueiros, ciprestes e pereiras. Nos canteiros cresciam rosas, lírios e papoulas, e havia ainda um jardim de ervas em que se cultivavam hortelã, agrião, absinto e arruda.[155]

O desejo de santidade cedo brotou no coração de São Luís, como evidenciam os relatos unânimes sobre as virtudes humanas e cristãs que ele manifestava desde a juventude. Guilherme de Saint-Pathus, confessor da sua esposa e cronista que nos oferece o maior número de circunstâncias da infância e da adolescência do santo, escreveu que desde pequeno o rei era tão dado à oração, ao recolhimento, aos sacramentos e aos atos de virtude, que não se duvidaria de que Deus o estivesse preparando para voos muito altos. Acrescenta que ainda durante a juventude ele aprendeu o valor da santificação mediante pequenas obras do dia a dia, e a importância de se viver ininterruptamente sob o olhar de Deus, santificando todas as suas ações com o máximo de sua capacidade.[156] Ainda rapaz, assistia à missa diária e cantava todas as horas canônicas. Se isso não é extraordinário, diz Bordonove, considerando que naquela época de fé ardente a maioria dos nobres ouvia duas missas por dia e se fazia seguir por um capelão para ler as horas canônicas ao seu lado, contudo em São Luís algo era diferente: ainda jovem — escreve — ele penetrava o significado dos mistérios e "vivia o sacrifício de Jesus Cristo", amando a Deus "como se ama um pai."[157]

---

154 Residência e sede do poder real francês do século X ao século XIV, o *Palais foi depois* convertido em prisão de Estado em 1392. Uma boa parte do antigo palácio ainda existe, compreendendo o atual Palácio da Justiça e o edifício hodiernamente chamado *Conciergerie*, famosa prisão da Revolução Francesa (lá ficaria aprisionada a rainha Maria Antonieta de Habsburgo, descendente de São Luís, até sua morte na guilhotina em 1793).

155 Weir, cap. 2, p. 27.

156 Saint-Pathus, cap. 2, §1.

157 Bordonove, parte II, cap. 3, p. 54-55.

Digitalizado com CamScanner

Desde o século XII, canções trovadorescas frívolas e por vezes mundanas se disseminaram nas cortes europeias, inclusive na de Paris. O jovem Luís IX nunca as cantava e proibia de cantá-las as pessoas de seu círculo íntimo e quem vivesse no palácio real. Conta Saint-Pathus que quando Luís tinha entre treze e quinze anos, seu escudeiro favorito era um rapaz com uma voz assaz bonita e que conhecia muitas canções de sua terra natal. Luís gostava de ouvi-las, mas ordenou ao escudeiro que não mais as cantasse, convencendo-o a usar sua bela voz para entoar as antífonas da Santíssima Virgem e a *Ave Maris Stella*, oração que no século anterior São Bernardo de Claraval compusera. O rapaz não as sabia, mas São Luís lhas ensinou e com muita dificuldade ele aprendeu, e ambos cantavam juntos.[158]

Luís, sempre gentil, caridoso e bondoso, nunca insultava ninguém, seja com ações, seja com palavras, e jamais foi visto manifestando desprezo por qualquer pessoa. Parece ter percebido ainda muito jovem a necessidade de reordenar as paixões e lutar contra os defeitos e imperfeições para se assemelhar Àquele que é a própria perfeição. O maior combate de São Luís deve ter sido contra seu temperamento irascível e dado a explosões de cólera, que tanto contrastava com sua "gentileza habitual e natural".[159] Esforçava-se para não ceder às sugestões da ira ou do rancor, e quando estava prestes a irritar-se com alguém, simplesmente dizia a quem o perturbara: "Tranquilizai-vos e ficai em paz, não façais mais isso".[160] Joinville diz, ademais, que "desde a infância o rei era misericordioso com os pobres e necessitados".[161]

É difícil imaginar um jovem, mesmo na devota Idade Média, com as disposições espirituais que São Luís demonstrava: evitava toda frivolidade, não gostava de jogos e fugia de todas as ocasiões de

---

158 Saint-Pathus, cap. 2, §§4-5.

159 Beaulieu, cap. 5.

160 Saint-Pathus, cap. 2, §3.

161 Joinville, parte II, §720.

tentação. Em todos os momentos, mesmo quando estava brincando, caminhando ou se banhando, procurava estar acompanhado de um preceptor, para que este continuasse lhe comunicando ensinamentos sábios e santos e orientando-o sobre as coisas de Deus. Eis uma grande lição do jovem rei, que, mesmo antes de lhe crescerem as barbas, entendera o que outros grandes santos entenderiam só mais tarde: Deus nada deseja pela metade, mas quer de todos um amor sem medidas. Essa profunda convicção de Luís IX ainda tão jovem, afinal, parecer corresponder a um chamado de Deus para uma espiritualidade acima da média.

Havia na família do rei Luís IX alguém que partilhava deste mesmo espírito: sua irmã Isabella. Ela era dez anos mais jovem do que o irmão, mas dotada de um espírito afinado ao dele. Decidida desde a juventude a consagrar-se a Deus, recusaria casar-se com o filho do imperador. Dedicava a maior parte de seu tempo à oração e à leitura das Sagradas Escrituras (que sabia ler em latim). A princesa jejuava frequentemente, confessava-se diariamente, disciplinava a si própria e guardava grande silêncio. Sua grande recreação consistia em piedosas conversas com seu irmão Luís e com suas damas.[162]

O fervor precoce de Luís expressava-se concretamente, e desde que o jovem adquiriu idade para ser integrado ao governo, diz Joinville, dedicou-se a financiar e edificar igrejas e casas religiosas.[163] A primeira obra em cuja construção se sabe do seu envolvimento foi Abadia de Royaumont, nas cercanias de Paris, a partir de 1233. Era um mosteiro da ordem cisterciense (de São Bernardo de Claraval), pela qual o santo rei nutria muita admiração e afeição. Haveria uma espécie de parentesco espiritual entre a família real francesa e os monges de Royaumont, e esta casa religiosa, em especial, estaria ligada permanentemente à casa

---

162 Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, p. 687-688.

163 Joinville, parte II, §732.

Digitalizado com CamScanner

real, por cujos membros vivos e mortos sempre se dedicaria a rezar.[164] A construção realizou o último voto de Luís VIII, que destinara parte de sua herança para a ereção de uma abadia em honra da Santíssima Virgem,[165] sendo Luís IX, com cerca de vinte anos, responsável por colocá-la de pé.

O santo rei não quis apenas financiar a construção da Abadia de Royaumont, mas também participar da obra como operário. Com efeito, conforme a Regra de São Bento, eram os próprios monges que edificavam seus mosteiros, e o jovem rei se fazia de monge entre os monges e trabalhava com eles. Saía diariamente de seu castelo em Asnières para trabalhar com os religiosos, seguindo o ritmo e as ordens deles. Quem nos relata é Saint-Pathus, segundo o qual os cistercienses saíam à hora terceira (às nove horas) para o trabalho e Luís os seguia, exercendo a função de carregar as pedras e a argamassa para o local onde se construía o muro. Não existia carrinho de mão, e o material era carregado num tabuleiro por dois obreiros: Luís ia na frente e um monge carregava a parte de trás. É indiscutivelmente impactante esta cena: um rei, que tinha o poder de dar ordens a um exército de pedreiros, carregando pesadíssimas pedras e argamassa com simples monges.[166]

Não é só a humildade de Luís manifestada tão cedo que torna esse episódio relevante. Ele também aproveitou a ocasião para incentivar a prática dessa mesma virtude nos que lhe eram próximos, afinal, ele não apenas participava da construção, mas obrigava os três irmãos mais novos (Roberto, de dezessete anos; Afonso, de treze; e Carlos, de seis) e os cavaleiros de sua comitiva a colaborarem no carregamento das pedras ou da argamassa. Quando, por vezes, os príncipes queriam parar para conversar, gritar ou brincar, o devoto irmão mais velho lhes mostrava

164 A abadia de Royaumont teria relevância na vida de São Luís. Ele a escolheu como local de sepultamento dos quatro filhos que morreram antes dele, e fez construir para seu uso uma câmara junto da igreja da abadia (Richard, parte I, cap. IV, 149).

165 Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 159.

166 Saint-Pathus, cap. 8, §9.

Digitalizado com CamScanner

os religiosos e dizia: "Os monges aqui observam o silêncio e nós também devemos observar". E como seus irmãos quisessem encher muito os tabuleiros — para que o castigo acabasse mais depressa, supõe Le Goff[167] — e parar no meio do caminho para descansar, Luís lhes dizia: "Os monges não repousam, também vós não deveis repousar".[168]

À primeira vista, esse tratamento dado a crianças pode parecer demasiado duro e quiçá cruel. No entanto, o cronista inclui o episódio no capítulo VIII de sua obra, dedicado a mostrar "o amor de São Luís pelos seus próximos", e conclui a narrativa dizendo que aquela "era sua maneira de treinar sua família na prática do bem".[169] Ora, os três príncipes eram órfãos de pai, e o rei, seu irmão mais velho, era o chefe da família e o encarregado de educá-los. Destarte, incentivar esses jovens príncipes, acostumados com as comodidades, à prática do esforço e da humildade, era um modo de formá-los como homens devotos e espiritualmente fortes. Aquele tratamento era, de fato, um gesto de amor, pelo qual no futuro muito provavelmente agradeceriam.

A devoção de São Luís pelas relíquias, especialmente as da Paixão, também era notável desde a juventude, como no episódio conhecido como a "perda do Santo Cravo".

Em 28 de fevereiro de 1232, um dos cravos da Crucificação — relíquia importantíssima abrigada em Saint-Denis desde o tempo do rei Carlos II, o Calvo (r. 840-877) — caiu do vaso onde estava guardado quando os peregrinos o beijavam e perdeu-se entre a multidão que o venerava. Quando Luís e sua mãe Branca foram comunicados da perda da relíquia — logo durante seu reinado! — "sentiram grande dor e disseram que notícia mais cruel não podia ter sido levada a eles ou que lhes fizesse sofrer mais". O rei, relata-nos o cronista, desesperou-se e pôs-se a gritar pelo palácio que "preferia que a melhor cidade de meu reino

---

167 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. I, p. 114.

168 *Ibid.*, 2010, 1ª parte, cap. I, p. 112-114.

169 Saint-Pathus, cap. 8, §9.

Digitalizado com CamScanner

fosse destruída e perecesse" a algo como a relíquia perder-se. Sabendo a tristeza que acometia os monges de Saint-Denis pela perda do Santo Cravo, o rei foi pessoalmente reconfortá-los. Ademais, mandou que se anunciasse por toda a Paris que "se alguém soubesse alguma coisa da perda do Santo Cravo ou o tivesse achado ou guardado, deveria devolvê-lo logo e ganharia cem libras da bolsa do rei". Por toda a França, o povo lamentou e chorou, acorrendo às igrejas para implorar piedade a Deus (pois se considerava que o desaparecimento da relíquia significava a ira do Senhor). Ao final de março de 1232, no entanto, o "Santo Cravo foi milagrosamente achado e levado de volta a Saint-Denis no primeiro dia de abril com grande júbilo".[170]

Luís IX era dado desde sempre a manifestações públicas como essa, de sentimentos devocionais. Tais manifestações, segundo Jacques Le Goff, seriam consideradas pelos que o cercavam "como indignas de um rei que deve mostrar moderação e dar exemplo da razão"[171], chocando-se com o que se esperava tradicionalmente do comportamento de um monarca. Teria ele, no entanto, negligenciado o reino que fora chamado por nascimento a governar, para assim dedicar-se exclusivamente aos atos de devoção? Ou pior, teria o rei, como alguns supõem, deixado a França à mercê da autoridade religiosa, submetendo-se a frades e a bispos mesmo nas matérias que não eram da competência deles?

Outro episódio relevante de sua juventude — bastante crítico e talvez desabonador para Luís IX — demonstrará que não, e evidenciará a falsidade do mito do "rei-frade" que amiúde maculou a memória de São Luís.

---

170 Nangis, cap. 8.

171 Le Goff (2010, 1ª parte, cap. I, p. 116-117), como historiador laico, vê com certo desprezo manifestações de religiosidade ligadas às relíquias sagradas. Considera tal religiosidade "primitiva", comparando o culto das relíquias à magia. Sabemos que na Idade Média havia muitos excessos relacionados às relíquias, mas desprezar o culto das santas relíquias *per se* como primitivismo é desprezar a própria tradição da Igreja, que, desde tempos imemoriais, aprova-o e incentiva-o, desde que com cautela e moderação.

Digitalizado com CamScanner

8. O temperamento irascível: o caso do bispo de Beauvais

Desde a juventude, Luís manifestou uma prudente cautela nos assuntos do reino, e não se agarrou ao poder com irresponsabilidade juvenil; ao contrário, manteve-se sob a constante orientação da mãe, que não afastou do governo mesmo quando já tinha alcançado a idade apropriada para reinar, em meados de 1234. Não que andasse cosido às saias da mãe. São injustas, diz Rohrbacher, as alegações de que ele era excessivamente submisso a ela nos assuntos políticos, pois não se tratava de uma submissão pueril ou infantil, mas de uma deferência "fundada sobre um mérito tão eminente quanto o de Branca".[172] O mesmo afirma Bordonove: se Branca por um lado era deveras autoritária para deixar de influenciar o filho, por outro

> ela tinha prestado grandes serviços, mostrando em muitas circunstâncias tanta firmeza quanto destreza, que era normal que o jovem rei a consultasse frequentemente, se atentasse aos seus avisos e a mantivesse em seus conselhos. Ele tinha vinte anos e seu reinado apenas começava. Branca governava o reino havia oito anos. Ele a amava, reverenciava e, não se pode duvidar, nutria por ela sinceros sentimentos de admiração. Mas, a bem da verdade, não era ela admirável? Ela fizera face à rebelião dos senhores, à invasão inglesa, preservara o poder real, mantivera intacto o reino tal como o tinham deixado Filipe Augusto e Luís VIII, conseguira a anexação do Languedoc, defendera os [nobres] leais ao trono como Teobaldo de Champagne, castigou e perdoou [os rebeldes], mostrou sua força para evitar os conflitos e negociar nas melhores condições. [...] Era ambiciosa, mas não era uma dessas cabeças políticas que trabalham para sua própria biografia. Era para o reino que ela obrava, esquecendo seu nascimento espanhol, tornada francesa [...] Era também

---

172 Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 159.

para Luís: ela queria que ele se tornasse um grande rei, digno das conquistas de seu avô.[173]

Escreveu o cronista Guilherme de Nangis que, ao assumir a direção do reino, Luís controlou o ardor de sua alma, fugindo de certos vícios da fragilidade humana — como a compulsão juvenil pela independência — e, por escolha própria, seguiu doravante os conselhos de homens sábios e justos. O primeiro ato de seu governo, que Nangis atribui ao dom infuso da ciência, foi selecionar conselheiros leais, sábios, justos e dotados de ilibada reputação, assim como escolher os melhores clérigos para que o orientassem em sua vida espiritual. Tinha sempre em mente a antiga máxima de que é menos fatal para um império ou um reino que ele fosse governado por um príncipe mau do que por um grupo de conselheiros maus.[174]

Joinville específica quem eram estes conselheiros: "agia sob conselho da sua boa mãe e de acordo com a orientação daqueles homens probos que lhe haviam restado da época de seu pai e de seu avô".[175] Com efeito, como os demais governantes medievais, Luís sabia, para recorrer à expressão de Bouchet, que era "o monarca novo de uma sociedade velha", a continuação de uma longa tradição e de um profundo aprendizado intergeracional que não podia desprezar.[176]

Entretanto, o jovem rei demonstrou ainda cedo certa irascibilidade, da qual com dificuldade se desembaraçaria, como mostra um episódio ocorrido em 1232. Nesse ano, travou-se uma disputa entre o rei e o bispo de Beauvais, Milon de Nanteuil. Trata-se de mais um daqueles incontáveis conflitos ocorridos na Cristandade que opuseram as autoridades laicas às espirituais devido à falta de clareza sobre os limites das suas respectivas jurisdições. Sobre jurisdição se deu a contenda, enfatize-se, não

173 Bordonove, parte III, cap. 1, p. 101-102.

174 Nangis, cap. 1.

175 Joinville, parte II, §105.

176 Bouchet, 1998, cap. VII, p. 183.

Digitalizado com CamScanner

sobre temas espirituais ou sobre bens da Igreja.[177] Pois naquele tempo, os bispos detinham certo poder temporal, especialmente judiciário, concedido para o bom exercício da sua autoridade espiritual, mas nem sempre era claro o âmbito de incidência desse poder. Não raro, uma autoridade religiosa e outra secular reivindicavam ambas o direito de julgar privativamente sobre uma mesma questão, o que provocava disputas entre elas. E foi esse o caso de São Luís e do bispo de Beauvais.

A cidade de Beauvais tinha um sistema próprio para a escolha de seu prefeito, que era eleito pelos cidadãos. No entanto, após a eleição de 1232 uma parte dos eleitores amotinou-se, e tanto o rei e quanto o bispo se arrogaram cada qual o direito de dar a palavra final sobre a questão. O conflito entre as duas autoridades irrompeu após uma reunião em Bresles entre Luís, então com dezoito anos, sua mãe e o bispo de Beauvais. Durante o encontro, este último pediu ao rei que não se ocupasse de um assunto que, segundo seu juízo, não cabia à justiça real, mas à episcopal. Tal exortação irritou Luís, que respondeu: "vereis o que farei". Em seguida, o rei mandou prender muitos dos burgueses rebeldes, demoliu quinze de suas residências e transladou mais de mil e quinhentos habitantes de Beauvais para Paris como punição.[178]

Ademais, enquanto se executavam as medidas, Luís permaneceu com seu séquito por quatro dias em Beauvais. Era uma tradicional obrigação do bispo pagar os gastos da estadia do monarca enquanto ele se encontrasse na cidade, e o rei reclamou do prelado oitocentas libras como direito de hospedagem. Milon pediu um prazo para pagar, mas Luís, já irritado, sequestrou os bens do bispo, sobretudo seu vinho, que foi vendido em praça pública para pagar suas dívidas de hospedagem.[179]

---

177 Por isso Le Goff (2010, 1ª parte, cap. I, p. 112) se equivoca ao constatar na disputa uma manifestação centralizadora de São Luís, identificando o seu conflito com o bispo de Beauvais como prelúdio do que oporia seu neto Filipe IV, o Belo ao Papa Bonifácio VIII que, ressalte-se, foi quem o canonizou.

178 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. I, p. 109-110.

179 *Ibid.*, 2010, 1ª parte, cap. I, p. 110-111.

Digitalizado com CamScanner

O bispo iniciou uma resistência aberta ao monarca, apelando ao arcebispo de Reims, do qual era sufragâneo, aos demais bispos da província e ao Papa Gregório IX (pp. 1227-1241), que tomaram todos partido contra Luís. O conflito estendeu-se em meio a um interdito que suspendia os sacramentos em Beauvais, passando por ameaças de excomunhão ao rei e por protestos seus contra o que considerava um abuso da autoridade eclesiástica em assuntos essencialmente seculares. Nunca houve, entretanto, um rompimento entre o rei e a Igreja. O caso estendeu-se até 1248, mas no fim o episcopado acabou por reconhecer tacitamente os direitos de Luís sobre o tema que ele invocou ser de sua alçada.

Eis os fatos, mas que interpretação se pode fazer deles? Em primeiro lugar, como diz acertadamente Le Goff, a de que Luís IX era submisso à Igreja e ao papado naquilo que lhe competia, mas nunca a ponto de abandonar os direitos da realeza em matéria temporal.[180] Tratar-se-á mais acuradamente disso no capítulo 8. Por outro lado, esse episódio manifestava o apego do futuro santo rei à justiça, à ordem e ao respeito à jurisdição competente. Não há motivo para supor que Luís IX não acreditasse sinceramente na competência da coroa e não do bispado sobre aquela questão, nem para crer que não considerasse a conduta do bispo como efetivamente violadora do poder temporal e, por isso, injusta e atentatória à ordem da Cristandade,[181] ordem essa que restava ameaçada toda vez que qualquer um dos dois poderes (o eclesiástico e o civil) se imiscuía em questões que não lhe eram próprias. Assim, não há contradição entre a firmeza do jovem rei em matéria temporal e o seu profundo respeito e submissão à Igreja (como homem e como rei) naquilo que competia a esta.

Mas é inegável que as medidas enérgicas de Luís no conflito com o bispo de Beauvais demonstraram uma forte tendência à irascibilidade, a qual contrasta com o rei terno e cândido que conheceremos. Recorde-se, no entanto, que àquela altura Luís IX não era São Luís. Não cometia

---

180 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. I, p. 112.

181 Ver Capítulo 1.4.b. "*A ordenação do temporal ao espiritual.*"

Digitalizado com CamScanner

pecados mortais (recorde-se o testemunho de Beaulieu), mas estava, diz Bordonove, "longe do estado de semiperfeição, de santidade que o esperava na segunda parte de seu reinado", e "era ainda sujeito a frequentes acessos de cólera, faltava-lhe paciência; o velho sangue capetiano falava muito alto nele".[182] Para corrigir-se, seria necessária ainda muita depuração interior...

Quanto ao mais, esse conflito com o bispo de Beauvais, apesar de certo excesso, evidencia um profundo zelo de São Luís pelas suas responsabilidades seculares, traço importante do seu caráter que os críticos de sua fervorosa devoção não saberiam explicar; e evidencia, também, a sua já viva inclinação à justiça, que desabrocharia como virtude infusa nos estágios mais elevados de sua vida.

---

182 Bordonove, parte III, cap. 3, p. 119.

Digitalizado com CamScanner

"São Luís e Margarida da Provença visitam São Teobaldo de Marly", de Joseph-Marie Vien. Séc. XVIII.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO 3

DO CASAMENTO À CRUZADA

1. Margarida da Provença

Em 1233, Luís IX completou dezenove anos ainda solteiro. O fato causa espanto se considerarmos que os homens daquela época se casavam muito antes dessa idade — em especial os reis, devido à permanente necessidade de um herdeiro —, e não por acaso serviu de ensejo às especulações dos barões rebeldes contra Branca de Castela, a qual ruidosamente acusaram de retardar o matrimônio do filho para mantê-lo por mais tempo sob sua influência.[1] As acusações, porém, não se sustentam, pois a iniciativa de casar o rei partiu da própria mãe.

Naquele tempo, os casamentos dos potentados significavam a aliança não apenas entre duas pessoas, mas entre duas dinastias. Eram raros os motivados por romance, e os noivos frequentemente se conheciam nos dias anteriores ao casamento ou no próprio altar. Os interesses políticos falavam alto e o amor conjugal deveria desabrochar com o tempo, não sendo jamais uma condição para o enlace; contudo, era fundamental, conforme as regras canônicas, que os noivos dessem seu assentimento quando da celebração do sacramento.

É difícil conceber atualmente a razoabilidade de um casamento assim realizado, pois nos esquecemos de que o ideal de nobreza e aristocracia — sobretudo na Cristandade — é um ideal de sacrifício em prol de interesses que ultrapassam a esfera individual: interesses da nação, do reino, da família, da dinastia, da Igreja. Mesmo sem

1 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 119-120. Richard, parte I, cap. I, p. 43.

Digitalizado com CamScanner

romantizarmos as virtudes de uma classe que além de méritos teve deméritos, devemos compreender a nobreza medieval como um estamento de "*bellatores*", na expressão de Adalberão de Laon, como uma classe que luta, e a luta supõe sacrifícios pessoais. Casar-se com alguém sem — pelo menos a princípio — nutrir-lhe sentimentos não era algo malvisto, mas uma manifestação desse espírito de sacrifício. "*Noblesse oblige*", "a nobreza obriga", diz um antigo brocardo francês. É extremamente sugestivo, ademais, que um camponês poderia se casar com quem quisesse, enquanto um rei, não.[2]

Entre as possíveis candidatas a esposa de Luís IX estavam algumas das filhas das grandes casas nobres da França, mas àquela altura os interesses da coroa não exigiam que se buscasse dentro do reino uma donzela capaz de garantir uma aliança. Assim, Branca de Castela procurou para o filho uma esposa fora da França. Pensou-se no condado da Provença, uma terra fronteiriça localizada entre a França e o Sacro Império Romano, sobre a qual os imperadores germânicos exerciam uma dominação meramente nominal. A Provença era um bastião católico no sul, na divisa com os antigos territórios cátaros, e a aliança com esse condado seria uma forma de reforçar a presença da coroa naquela região tão problemática e ainda heretizada.[3]

Luís concordou com a sugestão de casar-se com uma princesa provençal, "não por luxúria", enfatiza Guilherme de Nangis, mas "pela

2 "Nas famílias nobres, ou mesmo reais", explica Pernoud (1977, cap. VI, p. 94), "essas disposições faziam parte das obrigações de nascimento, pois um casamento entre dois herdeiros de feudos ou reinos era considerado como a melhor maneira de selar um tratado de paz, de assegurar uma amizade recíproca, e também de prever no futuro frutuosas heranças".

3 Bordonove, parte II, cap. 9, p. 91. Bénouville, cap. II, p. 60-61. Richard (parte I, cap. IV, p. 123-124) indaga até mesmo se a origem espanhola da dinastia provençal pode ter inclinado a castelhana Branca a escolher uma filha daquela casa como esposa de seu filho. A casa que governava a Provença, afinal, era um ramo cadete da casa reinante no reino de Aragão.

Digitalizado com CamScanner

necessidade de um filho".[4] Porém, lembra Bordonove, por mais que Luís não fosse movido pela concupiscência, era um jovem cheio de força e tinha o vigoroso sangue capetiano em suas veias. Encontrava-se, em suma, numa idade que demanda uma companheira.[5]

O conde Raimundo Berengário IV da Provença (1198-1245) e sua esposa Beatriz de Saboia (†1267) tinham quatro filhas. As três mais jovens chamavam-se Leonor, Sancha e Beatriz, mas a escolha recaiu sobre a mais velha, uma moça em idade núbil chamada Margarida. Apesar de as razões políticas para o enlace serem as mais relevantes,[6] chegaram a Luís numerosos relatos a respeito da moça que lhe encheram de interesse. Dizia-se que Margarida, então com treze anos, era religiosa, virtuosa e caridosa, tendo recebido as melhores lições de seus pais e herdado a inteligência e a notável beleza de sua mãe. Quiçá ansioso por se casar com essa jovem tão cheia de atributos, Luís enviou o cavaleiro Gilles de Flagy para negociar o casamento.

O conde da Provença concedeu a mão de sua filha, sentindo-se honrado por tê-la escolhido o rei da França como esposa e rainha. E como, pelas leis canônicas, os dois jovens não podiam contrair matrimônio por serem primos em quarto grau,[7] Branca de Castela obteve uma dispensa do Papa Gregório IX, concedida por uma bula datada de 2 de janeiro de 1234, na qual o papa fala da "urgente necessidade" do casamento.[8] Com

---

4 Nangis, cap. 9, §1.

5 Bordonove, parte II, cap. 9, p. 91.

6 O conde da Provença tinha quatro filhas e nenhum filho, e esperava-se que a mais velha herdasse o condado. Casada esta com o rei da França, a Provença seria integrada ao patrimônio direto da coroa francesa.

7 Luís e Margarida tinham um trisavô em comum: Afonso VII de Leão e Castela (r. 1125-1157). Luís descendia dele a partir de sua mãe, Branca, filha de Afonso VIII de Castela, filho de Sancho III de Castela, filho do dito rei Afonso VII. Margarida, a partir de seu pai, Raimundo Berengário, filho de Afonso II da Provença, filho de Sancha de Castela, filha de Afonso VII.

8 O sul da França não se tinha livrado da heresia cátara e estava ainda em plena crise. A aliança da Provença com o rei da França era, pois, do maior interesse da Cristandade, e o papa chegou mesmo a escrever que aquele casamento seria útil

Digitalizado com CamScanner

tudo resolvido, Luís enviou o arcebispo de Sens e Jean de Nesle, conde de Soissons, para buscarem sua noiva.[9]

O casamento seria celebrado na Catedral gótica de Santo Estevão, em Sens, cidade entre Paris e a Provença, em 27 de maio de 1234, no sábado anterior ao domingo que antecede a Solenidade da Ascensão de Nosso Senhor.

Margarida da Provença despediu-se dos pais no começo de maio e partiu para o norte, acompanhada por seu tio, o arcebispo Guilherme de Valença, por numerosa comitiva provençal e pelos que o rei enviara para buscá-la. Simultaneamente, Luís e o cortejo real[10] saíram de Paris, atravessaram Fontainebleau e estacionaram na Abadia de Sainte-Colombe, nas redondezas de Sens, no dia 26 de maio. Lá, o rei preparou-se para o casamento. Por certo estava ciente da dignidade do sacramento que o uniria àquela bela e ainda desconhecida garota, contudo era casto e nunca havia estado com mulher alguma. Terá sido precipitado num misto de ansiedade e receio? Este rapaz, que acabara de completar vinte anos, não se deve ter então perguntado se gostaria de Margarida, e se ela gostaria dele? E se ela era realmente boa cristã, e uma bela moça como falavam? Em Sainte-Colombe deve ter por certo meditado o livro de Tobias (adiante exporemos as razões), que era então muito estimado por pessoas noivas e casadas, e cujas importantes lições sobre o matrimônio eram capazes de ensinar os nubentes a ordenarem o amor mútuo a Deus e a não se deixarem levar pelo egoísmo das paixões.

Os preparativos do casamento seguiam. Elaborou-se uma coroa de ouro puro para a futura rainha, vestes suntuosas foram feitas para o rei, e uma esplendorosa festa foi organizada para depois da cerimônia.

---

para o restabelecimento da fé católica no Languedoc. Richard, parte I, cap. IV, p. 124. Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 120-121. Bordonove, parte II, cap. 9, p. 92.

9 Nangis, cap. 9, §1.

10 A rainha-mãe, os príncipes Roberto e Afonso, Raimundo VII de Toulouse, a condessa Joana do Flandres, e a maior parte dos funcionários da coroa, como Jean de Beaumont e Barthélémy de Roye (Bordonove, parte II, cap. 9, p. 92).

Digitalizado com CamScanner

Instalava-se já o trono de Margarida na catedral de Sens, pavimentava-se a cidade — cujas ruas estavam juncadas de gladíolos —, e cobriam-se as fachadas das casas de tapeçarias e de colchas de seda, de pendões históricos e de insígnias armoriais. Grinaldas de folhas e flores decoravam a cidade. No salão da residência real de Sens, as joias da rainha estavam expostas à vista dos visitantes. As casas e ruas regurgitavam de senhores vindos de todo o reino, de mercadores, de camponeses oriundos de todos os recantos da França, e de menestréis, expressando musicalmente a alegria daqueles dias.[11]

O encontro entre os noivos deve ter-se dado no dia anterior à cerimônia. Luís, seus irmãos Roberto e Afonso e a rainha-mãe partiram para encontrar Margarida. Quando o rei viu pela primeira vez aquela que estava destinada a ser sua companheira por trinta e seis anos, não pôde dissimular a alegria: Margarida era ainda mais graciosa e bela do que se dizia. Era uma moça de notável beleza,[12] dotada de cabelos escuros e lindos olhos.[13] Quanto a ele, comenta espirituosamente Bordonove, seu olhar sereno e puro provavelmente aclamou os medos da jovem noiva, desconcertada pela frieza e secura da futura sogra.[14] Luís, tal como nos relatou frei Salimbene de Parma, era um rapaz alto e magro, um pouco franzino, de rosto regular, cabelos louros e olhos azul-claros. Era um rapaz belo, tal como era o padrão dos Capetos desde Isabella de Hainault, avó paterna de São Luís. Em seus traços firmes e gentis, descobriam-se a força e a bondade como reflexos de sua alma. Outro cronista, de nome desconhecido, conta-nos que "em sua estatura ele ultrapassava a todos dos ombros para cima, a beleza de seu corpo tinha a harmonia de suas proporções, sua cabeça era redonda, seu rosto plácido e sereno exteriormente tinha qualquer coisa de angélico, seus olhos de pomba emitiam raios graciosos, sua

---

11 Bénouville, cap. II, p. 61-62.

12 Mateus Paris, t. IV, p. 131.

13 Costain, p. 125-126.

14 Bordonove, parte II, cap. 9, p. 93.

Digitalizado com CamScanner

face era simultaneamente branca e brilhante".[15] Pareciam completar-se. E, no dia seguinte, seriam marido e mulher.

2. O casamento e a família

Em seu "*Saint Louis*", Jaques Le Goff descreve como terá sido o casamento de São Luís e Margarida da Provença a partir de registros dos séculos XII e XIII.[16] Trata-se, a rigor, de um casamento tradicional católico, tal como se celebra até hoje no rito que se costuma chamar de tridentino. Mas alguns costumes próprios da época e a condição social dos nubentes davam à celebração algumas marcas próprias que cumpre ressaltar.

O sacramento do matrimônio propriamente dito dava-se ao ar livre, na porta da igreja, tendo em vista sua publicidade. O oficiante foi Gautier Cornut, arcebispo de Sens. Após colher o consentimento dos noivos, o arcebispo perguntou à multidão se havia algum impedimento à realização daquela união. Como ninguém se manifestou, seguiu-se o rito essencial: Luís e Margarida foram unidos com as mãos direitas (*dextratum junctio*), gesto que significava, por um lado, a anuência dos esposos e, por outro, a igualdade dos nubentes. Em regra era o pai da noiva que unia as mãos, mas, na ausência do conde da Provença, é o tio de Margarida, Guilherme de Saboia, arcebispo de Valença, que o teria feito. Ato contínuo, o arcebispo de Sens, invocando o Espírito Santo, benzeu e incensou um anel (ou aliança) e entregou-o a Luís.[17] Este o passou pela mão direta de Margarida, primeiramente no polegar, dizendo: "*In nomine Patris*"; depois no indicador — "*Et filii*" — e por fim no dedo médio — "*Et Spiritus Sancti, Amem*". Luís deu, então, uma bolsa com treze moedas a Margarida, que a entregou ao arcebispo (este os deveria distribuir aos padres e aos assistentes da cerimônia). O rei, por fim,

15 Salimbene de Parma, *Chronica*, cap. 48.

16 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 122-125.

17 O anel tinha como objetivo proteger a esposa dos ataques do demônio (Duby *in* Duby, Ariès, 1990, p. 132-133).

Digitalizado com CamScanner

disse: "Com este anel eu te desposo, com este ouro te honro, com este dote eu te doto". Estavam casados.

As portas da igreja se abriram, todos entraram, chegara a hora da missa. A epístola lida era a primeira de São Paulo aos Coríntios,[18] e o Evangelho, o de São Marcos.[19] O prefácio agradecia a Deus: "Tu que recebeste a aliança nupcial por um jugo suave do amor, e uma indissolúvel ligação de paz para que a multiplicação dos filhos de adoção se complete pela casta fecundidade de santos esponsais." Após o prefácio, os esposos se prostraram ao pé do altar para que fosse estendido por cima deles o véu nupcial (*velatio nuptiales*) enquanto o arcebispo invocava a graça de Deus sobre o casal. Margarida fez, então, o voto de ser amável ao seu marido como Raquel, de ser sábia como Rebeca, e de ser fiel como Sara.

Seguiu-se o Ofertório e o Cânon, ao fim do qual, no momento da invocação "*Pax Domini sit semper vobiscum*"[20], Luís subiu ao altar para receber do arcebispo o beijo da paz, e transmitiu-o à sua esposa. Conforme uma fonte da época, o dominicano Guillaume Peyrot, por esse beijo o marido prometia proteção e amor à mulher: "O marido faz a promessa de amar sua mulher quando lhe dá na missa, em presença do Corpo do Senhor, esse beijo que em todo tempo é sinal de amor e de paz".[21] Essa promessa era eternizada pelo sinal perpétuo de amor que é a Eucaristia, que ambos receberam em seguida.

Segundo Le Goff, dois ritos que, apesar de não deixarem traços no casamento de Luís e Margarida, devem ter sido cumpridos: um pão e uma taça de vinho, que simbolizavam a fecundidade, eram abençoados

---

18 "Não sabeis que vossos corpos são membros de Cristo?... Fugi da fornicação!... Não sabeis que vosso corpo é um templo do Espírito Santo?" (1Co 6,15-19).

19 "Ele os fez homem e mulher (...) Assim, eles não são mais dois, mas uma só carne (...) Aquele que repudia sua mulher e se casa com outra comete adultério em relação a ela, e se uma mulher repudia seu marido e se casa com outro comete adultério" (Mc 10,6-12).

20 "Que a paz do Senhor esteja sempre convosco".

21 Guillaume Peyrot *apud* Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 124-125.

Digitalizado com CamScanner

pelo oficiante e repartidos pelos esposos, que eram, depois, conduzidos à câmara nupcial. O casal era deixado no leito e abençoado, e as portas do quarto se fechavam.[22]

Margarida, décadas mais tarde, confidenciou ao seu confessor que São Luís não a tocou nas três primeiras noites do casamento. Luís, na noite de núpcias, declarou à esposa que Deus lhe inspirara seguir o exemplo de Tobias, do Antigo Testamento, que passou as três primeiras noites com sua esposa Sara em oração pelos frutos espirituais do matrimônio. Disse Margarida que o marido passou essas três noites em oração, e convidou-a a fazer o mesmo. Assim, abstiveram-se de relações nas três primeiras noites, num ato de mortificação consagrado a Deus e, simultaneamente, de doação livre ao consorte; e na quarta noite, por fim, consumaram o casamento.[23] Essas madrugadas em oração decerto lhes valeram um casamento harmônico e venturoso, de plena doação, fidelidade e amor.

No dia seguinte ao casamento, domingo, 28 de maio de 1234, na Catedral de Sens, Margarida da Provença foi coroada Rainha da França.[24] Os festejos, que duraram vários dias, encerraram-se após a entrada do casal real em Paris a 8 de junho daquele ano. Os gastos com as festividades foram exorbitantes, mas a custosa pompa era adequada à dignidade do enlace em questão.[25]

Os casais reais, de modo geral, dormiam em alcovas separadas, compartilhando o leito apenas em certas noites. No entanto, registrou Joinville, Luís procurava frequentar os aposentos da esposa mesmo

22 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 125.

23 Tillemont, t. II, cap. XCV, p. 206.

24 Nangis, cap. 9, §2. Comenta Pernoud (1978, cap. IV, p. 89) que nos tempos feudais a rainha era coroada com o rei, geralmente em Reims, por vezes noutras catedrais do Domínio Real (em Sens, no caso de Margarida da Provença), mas sempre pelas mãos do arcebispo de Reims. Atribuía-se, diz ela, à coroação da rainha o valor da coroação do rei. Somente nos tempos modernos, acrescenta, a coroação da rainha tomará menor importância.

25 Richard, parte I, cap. IV, p. 125.

Digitalizado com CamScanner

durante o dia[26] e assiduamente estar com ela. Isso demonstrava não apenas a busca por um herdeiro, mas também a afeição mútua que existia entre eles e a atração física que Luís sentia por sua jovem e bela esposa. Ademais, gostavam de passear, de ler, de ouvir música e de rezar juntos.[27] Estavam, acentua Pernoud, muito apaixonados.[28]

Sendo um rei, Luís necessitava urgentemente de um herdeiro para garantir a continuidade da dinastia. Entretanto, Margarida da Provença tinha dificuldade em manter as gravidezes, sofrendo dois abortos durante os três primeiros anos de casamento. Narra Tillemont que a ausência de um filho era humilhante para a rainha e que os conselheiros do rei já pensavam em pedir a nulidade do casamento, o que seria, enfatiza o historiador, "vergonhoso e pernicioso para o reino".[29]

Luís e Margarida precisavam de um milagre, e buscaram a intercessão de pessoas piedosas como São Teobaldo de Marly, abade de Vaux-de-Cernay.[30] O casal real foi ter com ele e, conforme narra Tillemont,

> este santo homem, tocado particularmente pela aflição da rainha, disse que era preciso aguardar um pouco, mas esperava que Deus concedesse a graça que se lhe pedia. Ele pôs-se em oração e, por fim, foi atendido. A rainha ficou grávida, e em 11 de julho deste ano [1240] com sucesso deu à luz uma filha chamada Branca, algo que foi uma grande consolação para todo o reino [...] Esta filha morreu em 1243, mas Margarida teve em seguida um grande número de filhos, de um e outro sexo.[31]

---

26 Joinville, parte II, §606.

27 Bordeaux, p. 152-156.

28 Pernoud, 1990, cap. X, p. 218.

29 Tillemont, t. II, cap. CXLIX, p. 393.

30 Teobaldo, da casa de Montmorency, fora cavaleiro na corte de Filipe Augusto, avô de São Luís, e desde essa época era admirado por suas muitas virtudes. Um dia, cansado do mundo, retirou-se para Vaux-de-Cernay, tomando o hábito monástico em 1220. Suas eminentes virtudes lhe atraíram a admiração da comunidade, que o elegeu abade em 1234. São Luís teria sempre grande estima por ele até sua santa morte, em 8 de setembro de 1247 (Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 159).

31 Tillemont, t. II, cap. CXLIX, p. 393-394.

Digitalizado com CamScanner

O caráter milagroso da gravidez parecia evidente: depois de Branca nasceu Isabella em 1242, e o tão esperado herdeiro varão veio ao mundo em 25 de fevereiro de 1244. Assim que ele nasceu, São Luís convocou o bispo de Paris, Guilherme de Auvérnia, para batizá-lo, e Odão Clemente, abade de Saint-Denis, para ser seu padrinho. O rei chamou o menino "Luís", em homenagem ao seu pai, Luís VIII, e a notícia do nascimento foi acolhida em toda a França com extrema alegria. No ano seguinte, na noite de 30 de abril para 1º de maio de 1245, Margarida deu à luz outro menino, que São Luís chamou Filipe em memória de seu avô Filipe II Augusto, e que estava destinado a ser um dia o rei Filipe III da França.[32] Outro menino, chamado João, nasceu em 1248. Depois destes primeiros cinco, São Luís e Margarida teriam mais seis filhos, três durante a Cruzada (João Tristão em 1250, Pedro em 1251 e outra Branca em 1253) e mais três após o retorno à França (Margarida em 1254, Roberto em 1256 e Inês em 1260). O casal foi, portanto, abençoado com uma vasta prole, e a rainha, antes humilhada pela aparente incapacidade de gerar, era agora considerada aquela a "quem todos deviam os tesouros do reino".[33] Margarida seria sempre grata à intercessão de São Teobaldo, assim como seu filho, Filipe III, ressalta Tillemont, e ambos demonstrariam grande devoção por ele.[34]

O amor que todos dedicavam à rainha Margarida enciumava sua sogra, Branca de Castela. Se não é necessário repetir as virtudes da rainha-mãe, cristã devota dotada de incrível fortaleza, não se podem ocultar, porém, alguns aspectos de sua personalidade trazidos a lume por atitudes um tanto quanto inquietantes, que demonstram possessividade em relação ao filho e um ciúme cruel de sua jovem nora. Joinville conta que

> as durezas que a rainha Branca infligia à rainha Margarida eram tais que a rainha Branca não podia permitir, tanto quanto pudesse, que o filho estivesse na companhia da esposa a não ser à noite quando ia se

32 Tillemont, t. III, cap. CCI, p. 64-65.

33 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VI, p. 651.

34 Tillemont, t. II, cap. CXLIX, p. 393-394.

> deitar com ela. Os aposentos em que o rei e a rainha mais gostavam de ficar eram os de Pontoise, porque o quarto do rei ficava em cima e o da rainha, embaixo. E desse modo conversavam numa escada de caracol que ia de uma câmara à outra; mas acertaram a questão de tal maneira que, quando os oficiais vissem a rainha-mãe chegar ao quarto do rei, seu filho, bateriam nas portas com suas varas, e o rei viria correndo ao seu quarto para que a mãe o encontrasse ali; e assim faziam os porteiros do quarto da rainha Margarida quando a rainha Branca se dirigia até lá, para que encontrasse lá a rainha Margarida.[35]

Essa "pequena comédia", tal como Jean Richard qualifica a narrativa dos encontros escondidos,

> infelizmente entrega o desentendimento entre a rainha-mãe e sua nora. Ciúme de uma mãe pela estrangeira que tomara o coração de seu filho? Medo de que a provençal exercesse influência sobre seu marido em se tratando dos assuntos do reino? Desconfiança para com uma jovem garota muito sedutora, mas cujo caráter ela não apreciava plenamente? Não sabemos dizer, mas Joinville não pôde esconder de Margarida sua surpresa ao vê-la chorar pela morte da velha rainha: "Era", disse ele, "a mulher que vós mais odiáveis". O conflito entre as duas mulheres era, portanto, de notoriedade pública.[36]

Outra história capaz de despertar indignação para com Branca de Castela nos é igualmente contada pela pena nada discreta de Joinville. Com efeito, Margarida havia suportado um duríssimo parto e corria perigo de morte. Luís estava junto da esposa quando a rainha-mãe foi até lá, tomou o filho pela mão e disse: "Vamos, vós não tendes nada que fazer aqui!" Margarida, que sempre aceitava tal gênero de atitude da sogra, dessa vez não se calou: "Ai! Vós não me deixareis ver meu senhor nem morta nem viva!" Após esse grito, a parturiente desfaleceu e julgaram que ela

---

35 Joinville, parte II, §§606-607.

36 Richard, parte I, cap. IV, p. 126.

Digitalizado com CamScanner

havia morrido. Luís largou a mão de Branca e voltou ao leito da esposa, que a duras penas se recuperou.[37]

Os sofrimentos suportados por Margarida da Provença durante o início do casamento sob a ciumenta tutela de Branca de Castela, somados ao exemplo de fortaleza que dará (veremos nos capítulos seguintes), dão testemunho não de uma fragilidade submissa, mas de um fervoroso amor pelo esposo e uma força interior e um autocontrole que poucos poderão igualar.[38]

Basta o consabido amor de Luís por sua mãe para explicar uma tamanha submissão a ela? Basta para explicar essa obediência que, em certas situações, até os contemporâneos do rei julgavam inaceitável? Seria o rei imaturo e dependente quando já se mostrava, por outro lado, tão enérgico? Ou seria antes exageradamente grato a esta mãe, sentindo que lhe devia tudo, e que a jamais poderia compensar plenamente? Podem-se discutir estas coisas, pois a mente e a alma do Luís IX que antecede à cruzada são extremamente difíceis de perscrutar. O que não se debate é o contraste entre o Luís que antecede e o que sucede à cruzada. Antes dela, por exemplo, apesar de "já ser homem de medida e de moderação",[39] na expressão de Richard, parecia adequar-se bem ao luxo e ao fausto da realeza, os quais mais tarde somente *tolerará* em nome dos deveres reais. Tal como os outros príncipes, tinha um jardim-zoológico, com espécies que incluíam de porcos-espinhos a leões; mas, depois da cruzada, presenteará o rei da Inglaterra com um elefante que ganhara de um sultão. Antes caçava, depois não mais caçou.[40]

Um episódio ocorrido na primeira metade de sua vida, e que foi presenciado e registrado em detalhes pelo seu amigo Joinville, então com

37 Joinville, parte II, §§608.

38 Bordonove, parte II, cap. 9, p. 95. Richard, parte I, cap. IV, p. 127.

39 Richard, parte I, cap. IV, 154.

40 *Ibid.*, parte I, cap. IV, 151. Alguns autores dizem que ele deixou de caçar quando do seu casamento.

Digitalizado com CamScanner

dezessete anos, parece exemplificar o contraste com a segunda metade, isto é, pós-cruzada. Trata-se da cerimônia da investidura do príncipe Afonso, irmão do rei,[41] como cavaleiro e conde de Poitou em 24 de junho de 1241, que Joinville chama de "a melhor cerimônia de investidura de cavaleiro que jamais vi".[42]

Eis a cena descrita pelo cronista: na cidade de Saumur, no condado de Anjou, o rei Luís senta-se à mesa com seu irmão Afonso ao lado, recém-armado cavaleiro, e em torno deles comem os maios importantes barões do reino, como o príncipe Carlos, conde de Anjou, os condes de Soisson, Dreux, de La Marche, da Bretanha, e o rei de Navarra, vestido com "uma cota e manto de cetim, belamente enfeitado por uma correia, uma presilha e uma bandeira de ouro". Vigiando a mesa do rei, os senhores de Beaujeu, de Coucy e de Bourbon, e, atrás desses, uns trinta cavaleiros de pé, em cotas de pano de seda, guardando a mesa real. E, atrás dos cavaleiros, uma grande quantidade de *beleguins* (oficiais de armas) vestidos com as armas do conde de Poitou costuradas sobre tafetá. Na mesa ao lado, ceavam uns vinte bispos ou arcebispos; em outra mesa, a rainha Branca, com o conde de Saint-Paul e com seu sobrinho, o conde de Bolonha (futuro rei Dom Afonso III de Portugal). Espalhados em outras mesas, mais de três mil cavaleiros, com trajes bordados a ouro. Conta Joinville que "nunca se ouviu falar de festa tão esplendorosa e rica quanto aquela."[43]

---

41 São Luís tinha três irmãos: Roberto, Afonso e Carlos. Roberto recebeu por herança (apanágio) o condado de Artois, do qual tomou posse em 1237 após ser armado cavaleiro, casando-se em seguida com Matilde de Brabante, filha do duque Henrique II de Brabante e de Maria de Hohenstaufen (Nangis, cap. 12, §2). Afonso, que herdou o condado de Poitou, tomou posse dele em 1241 após seu casamento com Joana de Toulouse, filha do conde Raimundo VII de Toulouse e de Maria de Aragão, tornando-se o futuro conde consorte de Toulouse (Nangis, cap. 18, §1). Carlos foi investido como conde de Anjou em 1246 e casou-se logo em seguida com Beatriz da Provença, irmã mais nova da rainha Margarida (Nangis, cap. 25, §§1-2).

42 Joinville, parte II, §93.

43 *Ibid.*, parte II, §93-96. Acrescenta o cronista (§97) que "na extremidade do claustro, do outro lado, encontravam-se as cozinhas, as garrafeiras, os depósitos de pão e as despensas. Nesta extremidade, serviam-se diante do rei e da rainha [mãe] a carne,

Digitalizado com CamScanner

Luís, então com vinte e sete anos, aparece naquela ocasião como um rei convencional: cioso do decoro e da elegância cavalheirescas, preocupado com a pompa e com o respeito à sua digníssima posição de rei da França e à dos elevados senhores que o acompanhavam. Se "rei convencional" é uma expressão imprópria para o santo canonizado por Bonifácio VIII em 1297, é quiçá aceitável para o rei sentado em Saumur em 1241. No entanto, quem tiver fé e contemplar os dias venturos desse homem saberá reconhecer que Deus, habitando no íntimo de sua alma jamais manchada pelo pecado mortal, chamava-o para uma união mais plena e perfeita, para que vivesse "inteiramente em sua luz e sob sua moção".[44]

Dois sinais desse chamado pareciam presentes já naquele dia. O primeiro era a aparência do próprio Luís, que, apesar de vestido com uma rica "cota de tecido azul, uma sobreveste e manto de cetim vermelho forrado com arminho", tinha a cabeça coberta com um desleixo que Joinville acentuou em sua crônica: "um chapéu de algodão na cabeça que lhe caía muito mal, pois era jovem na época".[45] Esse desaprumo poderia significar nada mais do que mau gosto, mas é difícil atribuir falta de senso estético ao homem que, naqueles mesmos dias, supervisionava cada detalhe da *Sainte-Chapelle*. Talvez tenha razão Le Goff, e aquele chapéu deslocado sinalizasse já a presença em São Luís de um forte apelo à humildade e ao afastamento das aparências mundanas, aspecto que no futuro vai revelar-se com exuberante notoriedade.[46]

O outro sinal, com toque de profecia, é que compareceu à festa um jovem príncipe alemão de dezoito anos, Hermann da Turíngia, filho de Santa Isabel da Hungria, a princesa santa falecida havia dez anos e

---

o vinho e o pão. E em todas as outras alas e no jardim do meio comia um número tão grande de cavaleiros cuja quantidade desconheço. E muitos disseram que nunca tinham visto em uma festa tantas sobrevestes nem tantos outros adereços de tecido de ouro e de seda como houve ali".

44 Expressão do Frei Maria-Eugênio do Menino Jesus (§128, p. 191).

45 Joinville, parte II, §94.

46 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 129.

canonizada havia apenas seis.[47] Luís da França e Isabel da Hungria foram dois santos que nunca se conheceram, mas estariam unidos perpetuamente na família espiritual a que aderiram — a franciscana — como copadroeiros da Ordem Terceira de São Francisco. A presença deste príncipe,[48] filho de uma santa leiga que renunciara a tudo para servir a Deus, soava para Luís como a voz do Senhor que, um dia, indagara ao jovem de Assis: "Aonde vais?" Numa cerimônia que Joinville chama de a mais esplendorosa e rica já vista, eis o filho de Isabel da Hungria, a princesa franciscana, como um sinal de humildade em meio à opulência, do qual talvez o próprio Cristo se estivesse servindo para chamar Luís a águas mais profundas. Sendo Deus o Senhor do tempo e da história, não há por que duvidar.

3. A guerra de Saintonge: o conflito com o rei da Inglaterra

"Um cristão que mata outro cristão derrama o sangue de Cristo", definiu o concílio de Narbonne em 1054.[49] Nessa impactante alegoria se manifestava o anseio dos clérigos pela unidade entre os cristãos durante a Paz de Deus, movimento por intermédio do qual a Igreja dedicou-se à

---

47 Nascida em 1207, filha do rei André II da Hungria e de Gertrudes de Merânia, Santa Isabel foi casada com o landgrave Luís IV da Turíngia, com quem teve três filhos. Mística fervorosa, padeceu de muitos sofrimentos, enviuvou aos vinte anos e foi expulsa de seu castelo pelo seu cunhado, abrigando-se em um curral de porcos com seus três filhos pequenos. Mandou cantar um *Te Deum* em agradecimento a Deus por ter-lhe permitido sofrer em união com Ele. Vítima de insultos até dos pobres que outrora ajudara, foi socorrida pelos franciscanos e passou a viver de modo paupérrimo, negando-se a voltar à sua posição na corte quando a situação política se lhe tornou mais favorável. Renunciou aos seus títulos, entrou na Ordem Terceira de São Francisco e passou o resto dos seus dias a servir os doentes e pobres, até morrer em 17 de novembro de 1231, com 24 anos. Fez prodigiosos milagres em vida e após a morte, sendo reconhecida como santa imediatamente após sua entrada na eternidade, e canonizada em 27 de maio de 1235 pelo Papa Gregório IX.

48 Joinville (parte II, §96) faz um comentário comovente a respeito da presença de Hermann da Turíngia na festa: Branca de Castela beijava a testa do jovem príncipe alemão, "pensando que também a santa mãe do rapaz a havia beijado um dia".

49 Daniel-Rops, t. 3, p. 310-312.

Digitalizado com CamScanner

tarefa de pacificar a belicosa sociedade ocidental do século XI.[50] Contudo, seria reprovável a reação de um cristão ante uma agressão injusta de outro cristão? Desde Santo Agostinho tinha-se plena consciência de que não.

O conceito agostiniano de "guerra justa" já havia penetrado suficientemente na sociedade ocidental dos séculos XII e XIII, e a ele se recorria quando era necessário pegar em armas contra um ataque injustificado ou em punição por perjúrios e desobediências. Com efeito, quando um conflito não pudesse ser solucionado pacificamente, era direito do agredido responder com o uso da força, sobretudo quando estava em jogo a causa da justiça. Afinal, a Cristandade buscava a paz, mas repudiava a paz injusta. Mas como nem sempre era possível identificar com clareza quando uma agressão era injusta, ou quando uma guerra era justificável ou não, estouravam conflitos aqui e acolá, opondo, deploravelmente, cristãos a cristãos, apesar da aspiração geral da Cristandade pela paz.

As revoltas baroniais ocorridas durante a menoridade de São Luís, por exemplo, que a coroa desbaratou até 1233 ou 1234, foram todas motivadas por razões que os rebeldes alegavam justas. E as vitórias reais, por sua vez, seriam ocasião de novas revoltas na década de 1240, conduzidas por barões que, apesar de terem sido punidos com desapossamento por causa de suas ações inaceitáveis, julgavam-se todavia injustamente espoliados pela coroa.

No começo da década de 1240, foi o conde Raimundo VII de Toulouse — que por ter sido o antigo sustentáculo dos cátaros no sul da França, tinha sido duramente punido tanto por Luís VIII quanto por Luís IX — quem voltou a instigar conspirações contra a coroa. Julgava que o rei Luís era inexperiente e pensava que a hábil Branca de Castela não mais governava; ou, antes, ignorava que a rainha-mãe mantinha sua influência sobre o filho, e que este não tomava nenhuma decisão importante sem consultá-la. Aproveitando-se da insatisfação de seus vassalos com as atitudes dos funcionários reais e com a incômoda presença do

50 Ver Capítulo 1.3. "*A formação da Cristandade*".

Santo Ofício, o conde de Toulouse encorajou-os secretamente à revolta sem ousar ele próprio pegar em armas novamente. A rebelião começou na região de Narbonne e seu chefe era o visconde de Trencavel,[51] que resistiu bravamente aos exércitos reais. Após um lamentável conflito que durou vários meses, Trencavel percebeu-se derrotado e procurou refúgio no reino de Aragão. Jamais recuperaria os bens que reclamava, mesmo tendo feito posteriormente um ato de submissão ao rei. Seu grupo desvaneceu-se e seus aliados (incluindo Raimundo de Toulouse) dispersaram-se, esperando o perdão de Luís IX.[52]

Durante o reinado de Luís IX, voltou a manifestar-se o mais lamentável dos conflitos que dividiram a Cristandade: o conflito entre a Dinastia Capetiana, reinante na França, e a Dinastia Plantageneta, reinante na Inglaterra. É um grande equívoco, acentue-se, falar de guerra ou oposição entre a França e a Inglaterra, pois as dinastias reinantes nos dois países eram francesas,[53] os nobres que compunham o exército

---

51 Raimundo II Trencavel, nascido em 1207 e falecido entre 1263 e 1267. Seu pai, Raimundo-Rogério, havia sido preso durante a Cruzada Albigense, e se acusava Simão de Montfort, o grande general da cruzada contra os cátaros, de tê-lo assassinado. Trencavel era ainda uma criança quando sua mãe o confiou ao conde de Foix, tendo sido criado em um ambiente de simpatia para com os hereges e de oposição ao partido real. Objetivava recuperar sua herança, a saber, as terras de Carcassone, Albi e Razès, das quais seu pai fora desapossado (Bordonove, parte III, cap. 4, p. 126).

52 Bordonove, parte III, cap. 4, p. 126-129. Lévis-Mirepoix, cap. II, p. 79-80. Quanto a Raimundo, que iniciara uma revolta velada ao não cumprir certas ordens reais e eclesiásticas, disse consentir em todas as novas ordens do rei após a derrota de Trencavel. No entanto, simultaneamente, negociava a anulação de seu casamento com o objetivo de ter um herdeiro masculino e impedir que seu condado caísse nas mãos de Afonso de Poitiers, irmão do rei, por casamento com sua filha única Joana em 1237 (o tratado de Paris de 1229 definia que Toulouse seria herdado pelos filhos de Joana e Afonso). Raimundo VII pretendia casar-se com Sancha, a terceira filha do conde da Provença. Quando o caso chegou à cúria romana, o papa Gregório IX havia morrido, assim como, depois dele, o papa Celestino IV, que não reinou mais do que dois meses. Como a Santa Sé ficou vaga por mais de dois anos, Sancha da Provença, a possível noiva de Raimundo, acabou por casar-se com Ricardo da Cornualha, irmão do rei da Inglaterra.

53 Os Plantagenetas ou Angevinos eram oriundos do condado de Anjou, no centro da França.

Digitalizado com CamScanner

inglês eram essencialmente de origem francesa, e os soldados do rei da Inglaterra eram recrutas locais da França. O conflito era motivado não por oposições nacionais, mas pelas posses continentais do rei da Inglaterra, a maior parte das quais (Normandia, Poitou e Anjou) fora arrebatada por Filipe Augusto de João Sem Terra entre 1203 e 1204.[54] Restando senhor no continente apenas de uma fração da antiga Aquitânia, o filho de João, Henrique III da Inglaterra, ansiava retomar sua herança perdida, continuando a intitular-se "Duque da Normandia e Conde de Poitou e Anjou".[55]

Não que Henrique III tivesse só agora decidido reaver os feudos que seu pai perdera. Antes, já solidamente convencido do direito de recuperar territórios que considerava injustamente tomados pelo rei da França,[56] apoiara em 1234 uma nova rebelião de Pedro Mauclerc da Bretanha, que foi rapidamente sufocada por Luís IX.[57] Em 1238, ademais, ante a iminência de um conflito aberto entre as coroas inglesa e francesa, o Papa Gregório IX forçou a assinatura de uma trégua entre Luís IX e Henrique III.[58] Este último, no entanto, apenas esperava o momento propício para recuperar seus feudos na França, que surgiu quando seu padrasto, Hugo X de Lusignan, conde de La Marche, iniciou uma rebelião contra o rei.[59]

---

54 Ver Capítulo 2.1. "*Filha mais velha da Igreja: a França que São Luís herdou*".

55 Bordonove, parte III, cap. 2, p. 109.

56 Richard, parte I, cap. III, p. 109-110.

57 Um mês após o casamento do rei, Pedro da Bretanha iniciou uma nova campanha ostensiva contra a autoridade real, levando Luís a atacar a Bretanha simultaneamente em três pontos: a partir da Baixa Normandia, de Mans e de Niort. Mauclerc acabou por pedir uma trégua e Luís a concedeu, de modo que, em novembro de 1234, o conde rebelde foi a Paris e prestou juramento de fidelidade a Luís (Bordonove, parte III, cap. 2, p. 110. Richard, parte I, cap. III, p. 110-111).

58 Richard, parte I, cap. III, p. 114.

59 Por não interessarem ao conteúdo da obra, as razões da insubordinação de Hugo X serão sumariamente expostas aqui: (a) Hugo era casado com Isabella de Angoulême, mãe de Henrique III da Inglaterra e viúva de João Sem Terra, desejosa de desbaratar o poder real francês; (b) havia sido ajustado o casamento de seu filho Hugo com Isabella, irmã de São Luís, que lhe concederia as terras de Aunis

Pouco tempo depois do banquete de Saumur, no qual o príncipe Afonso foi feito conde de Poitou, Hugo X reuniu os senhores dessa região em Parthenay e lá os instou a lutar contra Afonso. Os barões se dirigiram a Angoulême e renovaram seu compromisso de sublevação na presença de Isabella de Angoulême, esposa de Hugo de Lusignan, que também era viúva de João Sem Terra e mãe do atual rei da Inglaterra; e iniciaram a revolta, tomando praças-fortes importantes do condado de Poitou. O rei da Inglaterra não aderiu de imediato à liga formada por Lusignan em razão da trégua firmada com Luís IX em 1238, mas incentivou seus vassalos da Aquitânia a aderirem.[60]

No Natal de 1241, Hugo X deveria ir a Poitiers para prestar homenagem ao novo conde Afonso, irmão do rei. Dirigiu-se para lá na companhia de sua esposa Isabella e, estando na presença de Afonso, declarou, com termos injuriosos, que não poderia reconhecer um usurpador por senhor e que rompia as homenagens que lhe tinham sido extorquidas pelo rei. Em seguida, deixou Poitiers, mas não sem antes incendiar a casa onde ficara hospedado.[61] Luís IX, não podendo tolerar que seu irmão sofresse semelhante ultraje do principal nobre de Poitou — do mesmo Hugo X de Lusignan que recentemente se sentara à mesa com o rei em Saumur —,

---

e Saint-Jean-d'Angély. Como o casamento não ocorreu, São Luís se viu desobrigado de ceder esses territórios ao conde de La Marche e entregou-os ao seu irmão, Afonso de Poitiers; (c) a investidura do príncipe Afonso como conde de Poitou em Saumur em 1241, tornando-o novo protagonista da região abaixo do Loire, que vivia sob o domínio político de Hugo X (Richard, parte I, cap. III, p. 115-116). Segundo Bordonove (parte III, cap. 5, p. 135-134), Hugo X não queria se revoltar contra seu senhor feudal, Afonso, e só o fez porque sua adorada esposa, a bela Isabella de Angoulême, ameaçou deixá-lo se ele não lutasse pelos interesses de seu próprio filho, o rei da Inglaterra.

60 Richard, parte I, cap. III, p. 115-116. Diz Le Goff (2010, 1ª parte, cap. II, p. 139) que aderiram à rebelião a maior parte dos barões do condado de Poitou, o senescal de Guyenne, as cidades de Bordeaux, Bayonne, La Réole e Saint-Émilion, o conde de Toulouse e a maior parte dos barões de Languedoc. Bordonove (parte III, cap. 5, p. 136) precisa ainda o apoio do visconde de Trencavel, do rei Jaime de Aragão e o apoio moral do imperador Frederico II, além, é claro, do rei da Inglaterra.

61 Richard, parte I, cap. III, p. 116.

Digitalizado com CamScanner

ordenou que o conde de La Marche se apresentasse em Paris para justificar-se. O conde se negou, submetendo seu caso ao julgamento de seus pares. Estes, no entanto, consideraram seu ato como um gesto de rebelião, e decretaram o confisco de suas terras.[62]

Os pares da França autorizaram a punição armada ao conde de La Marche, e Luís IX partiu com os exércitos reais em direção às terras dos rebeldes em 28 de abril de 1242, declarando-lhes guerra em 4 de maio. Conta-se que o número de homens do exército real a pé e a cavalo era tão grande que, por onde passava, parecia cobrir o horizonte inteiro. Eram ao todo quatro mil cavaleiros, vinte mil soldados e mil carros de guerra. Chegando a La Marche, São Luís lançou-se à conquista dos castelos de Hugo: Montreuil-Bonnin, Béruges, Fontenay, Prez, Saint-Gelais, Thonay, Mathus, Thoré e Saint-Affaire. Após tomar o castelo de Nantes e, em seguida, a fortaleza de Choran, Luís completou a reconquista do condado de Poitou, que havia se sublevado com Hugo.[63] Quando as vitórias sucessivas do rei mostraram que Hugo de La Marche perderia a guerra, Isabella de Angoulême armou um plano macabro e malfadado de envenenamento da família real francesa. Este acontecimento foi narrado por Pedro de Rieux e recolhido por Nangis.[64]

---

62 Nangis, cap. 18, §3. Tillemont, t. II, cap. CLXII, p. 434ss. Bordonove, parte III, cap. 5, p. 136-137.

63 Mateus Paris, t. V, p. 279-285. Nangis, cap. 19, §§4, 6-11, 14-17. Richard, parte I, cap. III, p. 116.

64 O fato é contado por Guilherme de Nangis (cap. 19, §§12-13): a condessa de La Marche, Isabella de Angoulême, viúva de João Sem Terra e mãe de Henrique III da Inglaterra, ciente de que o marido seria derrotado, teria contratado dois homens para se infiltrarem no acampamento francês e colocarem na refeição da família real um veneno que mataria o rei. Os cozinheiros, porém, notaram a aparência suspeita dos dois homens e os prenderam em flagrante após derramarem o veneno em um prato destinado à mesa real. Perguntado sobre o que se deveria fazer com eles, Luís teria respondido: "Que eles recebam o presente que vieram me trazer". Foram enforcados. Verdadeira ou falsa a história, é notável que Isabella de Angoulême, sempre lembrada como uma mulher "vaidosa, caprichosa e problemática", apesar de extremamente bela (chamaram-na "Helena da Idade Média"), detestava São Luís e, especialmente, Branca de Castela.

Digitalizado com CamScanner

O rei Henrique da Inglaterra, que se considerava o legítimo senhor do Poitou — arrebatado de seu pai por Filipe Augusto —, teve por certo que o avanço do rei da França sobre o condado configurava uma agressão contra seus vassalos poitevinos, algo que, a ser ver, era uma boa razão para denunciar a trégua firmada quatro anos antes com Luís. Ademais, sua mãe, Isabella de Angoulême, e seu padrasto, o conde de La Marche, enchiam-lhe a cabeça com a ideia de que somente a sua presença bastaria para todos os senhores de Poitou, Saintonge e da Aquitânia unirem-se a ele contra o rei da França. Convencido, o rei da Inglaterra partiu de Portsmouth em 9 de maio de 1242 e desembarcou na França em 13 do mesmo mês. Assim que chegou, todavia, percebeu que o quadro pintado por sua mãe e seu padrasto era excessivamente otimista, e que seria preciso esforço para obter apoios. Demorou, pois, um mês para que Henrique III formasse um exército minimamente comparável ao de Luís IX, declarando-lhe guerra apenas em 16 de junho de 1242.[65]

Enquanto o hesitante Henrique III retardava o início da sua campanha, Luís prosseguiu em suas conquistas. Com o Poitou solidamente reconquistado, o futuro santo rei direcionou seu exército à cidade de Saintes, onde o rei da Inglaterra estava encastelado com seu exército. As hostes de Luís IX posicionaram-se ao lado de um pântano nas redondezas da cidade, mas, em busca de uma melhor posição, o rei deslocou seus homens para as margens do rio Charente, onde tomou o castelo de Taillebourg em 20 de julho de 1242. Naquele mesmo dia, o rei inglês saiu com seu exército de Saintes e se posicionou do outro lado do Charente. De um lado do rio estava o acampamento francês, em que tremulava o estandarte azul com as flores-de-lis; do outro lado, o exército inglês, que sustentava o estandarte vermelho com os leões plantagenetas. Quando

---

65 Nangis, cap. 19, §18. Bordonove, parte III, cap. 6, p. 140. Richard, parte I, cap. III, p. 116.

Luís tomou a iniciativa, atravessando o rio, os ingleses e rebeldes perceberam que os rivais eram mais numerosos e evadiram de volta a Saintes.[66]

Deu-se, então, a Batalha de Taillebourg, eternizada na fabulosa pintura de Eugène Delacroix na *Galerie des Batailles* do Palácio de Versalhes, cujo resultado foi a vitória do rei da França — e talvez esta tenha sido a maior vitória militar da vida de São Luís. Era, com efeito, 22 de julho de 1242:

> a batalha foi impressionante e grande foi a matança de pessoas; a batalha durou muito tempo, áspera e dura, mas no final os ingleses não suportaram o ataque dos franceses e começaram a evadir.[67] O rei da Inglaterra, perplexo com a fuga de seus homens, voltou para a cidade de Saintes. Os franceses, por sua vez, aproveitaram essa vantagem para assediar seus inimigos a pé, matando-os em grande número ou tornando-os prisioneiros. Vinte e dois cavaleiros, quatro altas figuras clericais e nobres, e cento e vinte sargentos caíram nas mãos dos franceses nessa ocasião.[68]

Luís, por princípio, reprovava atitudes desnecessariamente violentas como a de seu exército, que se lançava contra os rivais em fuga com furor e obstinação, e ordenou que cessassem a matança e que se limitassem a fazer prisioneiros. O rei da Inglaterra e o conde de La Marche fugiram de Saintes na noite seguinte à batalha, deixando a cidade desguarnecida.[69] Querendo, diz Bordonove, poupar seu rival inglês, Luís permitiu sua evasão,[70] enquanto na manhã seguinte, 24 de julho de 1242, os habitantes de

---

66 Nangis, cap. 19, §19. Mateus Paris, t. V, p. 285-287.

67 Diz Joinville (parte II, §101) que os ingleses "quando viram o rei cruzar o rio, perderam a coragem e se lançaram na cidade de Saintes".

68 Nangis, cap. 20, §3.

69 Mateus Paris, t. V, p. 288-291. Joinville, parte II, §102.

70 Bordonove, parte III, cap. 6, p. 143.

Digitalizado com CamScanner

Saintes ofereciam-lhe as chaves da cidade. Luís tomou posse da fortaleza e deixou lá uma guarnição.[71]

A revolta poitevina e a incursão do rei da Inglaterra estavam aniquiladas. Restavam apenas as rendições dos rebeldes, e elas chegaram nos dias subsequentes. Ainda no final de julho, Renaud, senhor de Pons, foi ao encontro do rei e prestou homenagem a Afonso de Poitiers. Depois dele vieram o senhor de Montagne, o de Mirambeau e o de Rochechouart, e o arcebispo de Parthenay, que também tomara parte da revolta.[72]

Chegaram, por fim, o líder da revolta, Hugo X, conde de La Marche, com sua esposa Isabella de Angoulême e seus filhos, a implorar o perdão de Luís, atirando-se aos seus pés em lágrimas e súplicas: "Tem misericórdia de nós, porque reconhecemos ter agido contra o senhor com malícia e orgulho! Majestade, pela grandeza de tua misericórdia, perdoa-nos por nossas más ações!" Nangis diz que a "raiva foi dominada pela misericórdia" na alma de Luís, que fez um sinal para o conde se levantar e o perdoou pelo seu comportamento indigno. Como os súplices juraram devolver ao irmão do rei, Afonso, todos os castelos que lhe haviam sido tomados, e entregar três dos seus próprios castelos à coroa, prometendo, ademais, submeter-se para sempre ao rei e ao seu irmão, o conde de Poitou, Luís IX perdoou-os. Pelo instituto da "*comisse*", Luís podia arrebatar os feudos do conde de La Marche, mas não o fez, mantendo Hugo no senhorio de seus ancestrais.[73] Dali em diante, toda a resistência havia sido quebrada, e Afonso de Poitiers pôde retornar ao seu condado e governá-lo bem até sua morte, sem mais rebeliões.

---

71 Nangis, cap. 20, §4. Tillemont, t. II, cap. CLXV-CLXVI.

72 Bordonove, parte III, cap. 6, p. 144-145. Tillemont, t. II, cap. CLXVIII, p. 458-459.

73 Nangis, cap. 20, §§6-7. Mateus Paris, t. V, p. 291-294. Joinville, parte II, §103. Bénouville, cap. III, p. 93-94. Richard, parte I, cap. III, p. 119. "Se o vassalo falta com a fé devida ao senhor, provada sua deslealdade perante a corte, o vassalo deve ser julgado por felonia e despossuído de seu feudo", diz Bouchet (1998, cap. VIII, p. 186). Essa era a regra no mundo feudal.

Digitalizado com CamScanner

O rei da Inglaterra, posto que derrotado em suas pretensões de reconquistar as terras de seu pai na França, era ainda duque da Aquitânia, no sudoeste do reino, onde se refugiara. Temia que Luís se aproveitasse da vitória em Taillebourg para arrebatar-lhe este seu último feudo no continente, e por isso enviou uma missiva suplicando ao rei uma nova trégua de cinco anos. Primeiramente Luís recusou, mas, após refletir, meditar e rezar, concedeu a trégua solicitada. Alguns consideraram essa atitude uma fraqueza, mas o honrado e cristão Luís IX, provavelmente instado pelas súplicas de sua esposa (irmã de Leonor, rainha da Inglaterra) e movido de verdadeiro compadecimento, julgou que não seria conforme a caridade arrebatar do rei inglês a Aquitânia, um território que lhe de fato pertencia.[74]

Seja como for, após a Guerra de Saintonge (como ficou conhecido esse conflito) Luís IX recebeu uma aura de "rei guerreiro, rei comandante de guerra, de rei cavaleiro, rei vencedor"[75], "de guerreiro valoroso e de chefe militar bem-sucedido,"[76] e essa imagem permaneceria mesmo nos piores momentos de derrota e desilusão militar. Aquela seria, ademais, a última rebelião que São Luís enfrentaria: "finalmente", diz Bordonove, "a vitória era total, e as ligas senhoriais chegavam ao fim. A monarquia tinha agora o campo livre. Não restavam mais barões a não ser aqueles que a serviam lealmente".[77] Acrescenta Richard que "a época das contestações baroniais havia passado", e que doravante os nobres governariam segundo o rei Luís.[78]

Com os barões submetidos, com o sul pacificado em seguida e a resistência cátara extirpada,[79] e com o tão esperado herdeiro nascen-

---

74 Nangis, cap. 20, §8. Mateus Paris, t. V, p. 329. Richard, parte I, cap. III, p. 118.

75 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 145.

76 Richard, parte I, cap. III, p. 117.

77 Bordonove, parte III, cap. 7, p. 149.

78 Richard, parte I, cap. III, p. 119-120.

79 Após a derrota dos barões do oeste, Raimundo VII de Toulouse, o incurável defensor dos cátaros, cogitou novamente uma revolta contra a coroa, chegando

do em 1244, tudo parecia bem encaminhado no reinado de Luís IX. Entretanto, após uma grave doença, sua vida assumiu um rumo deveras diferente do esperado.

4. "Deem-me a cruz!"

É curioso notar que nas vidas de alguns santos há períodos de doenças graves — e por vezes misteriosas — que antecedem a uma significativa transformação interior. Impossível não recordar a inexplicável enfermidade que acometeria Santa Teresa de Ávila (1515-1582) durante muitos anos de sua juventude, descrita por ela com angustiante precisão em seu *Livro da Vida*, e o tenebroso momento em que, como a julgassem estar morta, estivera próxima de ser enterrada viva. Quase trezentos anos antes, algo idêntico aconteceu a São Luís.

Como a mística espanhola, Luís IX nunca tivera boa saúde. Mas a despeito de toda a vida do rei ser marcada por enfermidades, uma delas se destaca: a disenteria contraída na Guerra de Saintonge.

Em maio de 1244, cerca de dois anos depois da Batalha de Taillebourg, o rei viajou com sua mãe e irmãos em peregrinação ao santuário de Nossa Senhora em Rocamadour para agradecer pelo nascimento de seu filho, e no mês seguinte viajou para assistir a consagração da abadia de Maubuisson, muito querida por Branca. Essas viagens desgastaram seu corpo já fragilizado pela disenteria, mas não afetaram tanto o rei quanto as notícias vindas do Oriente: os muçulmanos haviam recuperado Tiberíades, Ascalon, Damasco e Jerusalém, e em remate das suas conquistas massacram até as mulheres, velhos, crianças e doentes que se haviam

---

mesmo a tentar uma nova aliança com o rei da Inglaterra. No entanto, a região do Languedoc — supostamente mais suscetível a uma nova revolta, por ter sido anexada ao Domínio Real — estava cansada de guerras, e Raimundo sofreu outra vergonhosa derrota. Em 20 de outubro de 1242, ele escreveu ao rei para oferecer sua submissão. Luís IX aceitou-a somente após a insistência de sua mãe, que intercedeu por Raimundo, e este nunca mais se sublevou (Bordonove, parte III, cap. 7, p. 146-148).

Digitalizado com CamScanner

refugiado no Santo Sepulcro. Tais notícias fizeram esmorecer o rei, e ele caiu gravemente enfermo.[80]

Estando em Pontoise, em dezembro de 1244, seu estado era desesperador: vomitava o tempo todo, dores intensas o afligiam, assim como febres e delírios. Julgava-se que Luís, então com trinta anos, estivesse à beira da morte. Ele próprio assim pensou. Chegou a ditar seu testamento e a dar orientações aos seus barões e prelados, perdendo, em seguida, a consciência.[81] O reino se agitou. Em todas as igrejas, missas eram rezadas e procissões em todas as cidades suplicavam a Deus pela recuperação do rei. Branca de Castela pediu que fosse feita uma grandiosa cerimônia em Saint-Denis em honra dos mártires padroeiros da França, São Dionísio e seus companheiros, pela saúde de seu filho.[82]

Segundo Joinville, achando-se Luís naquele estado gravíssimo, uma das camareiras que cuidavam dele pensou que estivesse morto e colocou um lenço sobre seu rosto. Outra camareira, do lado oposta da cama, exclamou: "Ele não está morto! A alma ainda está no corpo!" Elas começaram a discutir sobre se o rei estava ou não vivo e, no meio da discussão, Luís despertou.[83] Naquele instante, alguns religiosos entraram nos aposentos trazendo as relíquias da Paixão; vendo-as, o rei prontamente recuperou a voz, dizendo: "*Visitavit me per Dei gratiam, Oriens ex alto et a mortuis revocavit me*", o que Bordonove interpreta como: "Pela graça de Deus, o sol levantou e veio me visitar do alto dos céus, chamando-me dentre os mortos".[84] E com as forças ainda escassas, disse: "Deem-me a cruz!"[85]

Escreveria Nangis que "daquele dia em diante, o rei melhorou e foi prontamente curado pela intercessão do glorioso mártir São Dionísio e

---

80 Bordonove, parte III, cap. 8, p. 151.

81 *Ibid.*, parte III, cap. 8, p. 151-152.

82 Nangis, cap. 22, §§5-8.

83 Joinville, parte II, §106. Bénouville, cap. IV, p. 113.

84 Bordonove, parte III, cap. 8, p. 152.

85 Joinville, parte II, §107.

Digitalizado com CamScanner

seus companheiros".[86] Quanto àquelas palavras ("Deem-me a cruz"), significavam um voto: quando se recuperasse, lideraria uma cruzada contra os infiéis sarracenos na Terra Santa.

Luís, recuperado e sadio, manteve a resolução de cruzar-se, mas nem todos aprovaram a ideia. A maior oposição vinha da matriarca da família, Branca de Castela. Diz Joinville que ela, ao saber que a voz do filho voltara, não pôde conter a alegria; mas quando lhe disseram que ele tinha tomado a cruz, "demonstrou uma dor tão grande como se o tivesse visto morto".[87] E o cronista inglês Mateus Paris relata que a rainha-mãe, o bispo de Paris e muitos nobres tentaram a todo custo dissuadir o rei de partir para a Terra Santa. Insistiam para que ele, posto ter feito o voto de cruzado (uma forma de juramento), solicitasse ao papa a dispensa de seu cumprimento, pois afinal o tinha feito num momento de doença e por causa dela estava sem a posse de suas faculdades.[88] Como Luís se mantivesse inarredável, recorreram a argumentos de ordem mais pragmática e política para fazê-lo desistir, todavia não conseguiam dissuadi-lo. Então a rainha-mãe desesperou-se e exortou: "Lembra-te, meu filho, Deus ama os filhos obedientes: fica até que consigas um exército maior!"[89] Preocupação justificável de uma mãe que estava consciente dos perigos do além-mar...

Por fim, para superar tamanha resistência, Luís IX reuniu uma grande multidão de clérigos, conselheiros e nobres, e disse-lhes: "Pretendeis que a alienação de meu espírito foi a causa de eu ter tomado a cruz. Pois

86 Nangis, cap. 22, §9.

87 Joinville, parte II, §107.

88 Mateus Paris, t. VI, p. 383-384.

89 *Ibid.*, t. VI, p. 384. As objeções de Branca de Castela e a insistência de São Luís em não a obedecer levam o historiador Jonathan Riley-Smith (cap. 8, p. 313) a cogitar se sua decisão não seria "um ato de rebelião contra a tutela de sua hábil e dominadora mãe, que havia tomado a regência durante a sua menoridade e fora uma grande influência sobre ele mesmo após a sua maioridade". Tal suposto ato de rebeldia, no entanto, não se sustenta: ele não colocaria em risco a sua vida, a segurança de seu reino, o bem-estar de seus súditos, e tampouco as vidas de tantas pessoas que tomariam a cruz consigo, para subtrair-se da tutela de Branca, a quem, ademais, nomeou regente do reino na sua ausência.

Digitalizado com CamScanner

bem, como vós desejais e me aconselhais, eis que deponho a cruz, eis que renuncio a ela." E, então, arrancou a cruz estampada no seu peito e a entregou ao bispo de Paris, enquanto todos aplaudiam e comemoravam. Logo depois, "mudando o olhar e o tom", na expressão de Mateus Paris, Luís retomou: "Meus amigos, vós não direis que agora estou privado de razão e de bom-senso, que estou doente, que não sou senhor de mim". E virando-se para o bispo, disse: "Peço, então, que me devolvais minha cruz, pois tomando como testemunha Aquele que sabe de todas as coisas, digo que nada que serve de alimento entrará em minha boca até que a cruz me seja devolvida". E assim, a multidão que antes aplaudira Luís por ter desistido da cruzada agora se extasiava ante a resolução firme de seu soberano de cruzar-se, gritando: "Isso foi o dedo de Deus!"[90]

5. A preparação da cruzada

Luís nasceu na era e na atmosfera das cruzadas. Cresceu ouvindo Carlos Magno lutar contra o Islã enquanto autêntico "Defensor da Cristandade" na *Chanson de Roland*,[91] os triunfos e as derrotas dos defensores da fé católica na Terra Santa, as narrativas daquelas campanhas épicas que, partindo de toda a Cristandade, atravessaram a Europa, ganharam Constantinopla e desenrolaram suas peripécias em Edessa, Antioquia, Trípoli, Tiro, Acre, Jafa e Jerusalém. A ideia de uma cruzada não lhe era estranha, afinal. E ele próprio não era descendente de tantos cruzados?[92] A esse respeito diz Bordonove:

90 Mateus Paris, t. VI, p. 385. Bénouville, cap. IV, p. 130.

91 Pernoud, 1978, cap. III, p. 49.

92 A vitória de Carlos Martel em Poitiers, as conquistas de Carlos Magno além dos Pirineus, a destruição da colônia islâmica de Fraxineto por Guilherme I da Provença... Ademais, seu bisavô Luís VII, seu avô Filipe II e seu pai Luís VIII foram cruzados. Seus ancestrais maternos, espanhóis, não lutavam sua própria cruzada contra os mouros havia quatro séculos? Não devia ele seguir o exemplo de tantos que o antecederam?

Digitalizado com CamScanner

> Temos excessiva tendência a apresentar a cruzada do Egito como uma aventura arriscada, na qual Luís IX teria lançado a elite militar do seu reino para libertar o Santo Sepulcro. Isso é novamente esquecer que nele o místico coabitava com o cavaleiro e com o chefe de Estado. Quem não quer admitir esse tríptico mental não pode compreender São Luís. Certamente, ele tomara a cruz em um momento de fervor excepcional e a honra cavalheiresca, tanto quanto a tradição cavalheiresca, falava nele: Luís VII, Filipe Augusto haviam feito a santa viagem e é provável que, se tivesse vivido mais, Luís VIII os teria imitado. Ora, a ameaça que pesava sobre o reino de Jerusalém demandava uma intervenção rápida e massiva. A cruzada dos barões, em 1239, conduzira a uma estabilização efêmera da situação.[93]

Como seu bisavô Luís VII fizera exatos cem anos antes, Luís IX tomou a iniciativa da cruzada antes de uma proclamação papal, e pôs-se a preparar a expedição colocando, porém, o zelo religioso acima de qualquer intenção política. Por compreender que não seriam os cuidados humanos a guiá-lo em sua perigosíssima viagem, Luís IX peregrinou à Abadia de Claraval ainda em 1244, assim que se recuperou de sua doença, para suplicar o auxílio de Deus. Na viagem àquele mosteiro que pertencia à ordem cisterciense, muito admirada pelo rei, acompanharam-no sua mãe, a rainha Branca, seus irmãos Roberto e Afonso, e alguns nobres, visitando pelo caminho alguns santuários, como o de Santa Maria Madalena em Vézelay. Recolhido em Claraval, onde dormia entre os monges, Luís implorou a misericórdia de Deus e suplicou-Lhe que protegesse a França na sua ausência e guiasse a cruzada que lideraria.[94]

O recolhimento do rei em Claraval foi quebrado por emissários do Papa Inocêncio IV (pp. 1243-1254), que traziam uma mensagem do Pontífice solicitando asilo ao rei da França em razão das investidas do imperador Frederico II. Havia, com efeito, reacendido na Itália e na

---

93 Bordonove, parte IV, cap. 1, p. 170.

94 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 152.

Alemanha a antiga querela entre o papa e o imperador, entre o Sacerdócio e o Império.[95] Inocêncio IV dedicaria a maior parte de seu pontificado a lutar contra o cético, perjuro e inescrupuloso Frederico II. O embate obrigou o papa a abandonar Roma em 1244 e refugiar-se além dos Alpes, em Lyon, aonde chegou em 2 de dezembro. Lá convocou o 13º Concílio Ecumênico, ocorrido em 1245, que declarou Frederico deposto do trono imperial e deliberou sobre meios de colocar o Ocidente a salvo das invasões mongóis e de remediar os perigos que a Terra Santa corria. Nesse sentido, aprovou a Sétima Cruzada, a ser dirigida pelo rei da França para reconquistar Jerusalém. Ao final do I Concílio de Lyon, no mês de agosto de 1245, o papa designou o cardeal-bispo de Túsculo, Eudes de Châteauroux, como o legado responsável por pregar a cruzada na França e organizar a ajuda material que a Igreja prestaria. Outros pregadores foram enviados à Inglaterra, ao oeste da Alemanha e à Escandinávia.[96]

Para Luís, no entanto, era necessário ainda reconciliar o papa e o imperador, pois, na opinião do rei da França, a preocupação mais premente de Inocêncio IV, que era a deposição de Frederico II, dispersaria os esforços dos potenciais participantes da expedição à Terra Santa. O conflito entre as duas cabeças da Cristandade era, com efeito, contrário aos interesses da cruzada, que precisava de todas as forças cristãs que pudesse arregimentar.[97] Assim, julgando poder reconciliar o papa com o imperador, Luís convidou Inocêncio IV para visitá-lo na Abadia de Cluny.[98]

O rei da França e o papa chegaram em novembro de 1245 à célebre abadia, acompanhados de fabulosos cortejos, o primeiro repleto de

---

95 O conflito entre Frederico II e os Papas Gregório IX e Inocêncio IV conta, em nossa opinião, como uma das quatro grandes querelas entre poder espiritual e temporal na Cristandade, ao lado das que opuseram o Papa Gregório VII e o Imperador Henrique IV; o Papa Alexandre III e o imperador Frederico I; e o Papa Bonifácio VIII e o rei Filipe, o Belo, da França.

96 Nangis, cap. 22, §4. Richard, parte II, cap. I, p. 179. Riley-Smith, cap. 8, p. 315-316.

97 Richard, parte II, cap. II, p. 189-190. O papa havia até mesmo autorizado uma cruzada na Alemanha para depor Frederico.

98 Mateus Paris, t. VI, p. 146.

Digitalizado com CamScanner

nobres e o outro de cardeais e bispos. A deferência que Luís demonstrou a Inocêncio IV foi digna de um fiel filho da Igreja, e o papa, a seu turno, concedeu ao rei o título de "principal defensor da fé ortodoxa e da liberdade da Igreja".[99] Durante um mês, o pontífice e o rei encontraram-se diariamente: "o pai", na curiosa expressão de Zeller, "se atirando aos pés do filho para ele vingá-lo em sua querela com o imperador; e o filho, aos pés de seu pai, para que ele pensasse nos infiéis".[100] Mateus Paris deixou registrada uma das exortações de Luís ao Papa Inocêncio:

> Senhor, não se lê no Evangelho que se deve abrir até setenta vezes sete o seio da misericórdia àquele que pede perdão? Considerai como estes dias são maus. A Terra Santa está em perigo, e sua segurança não estará garantida se não tivermos a nosso favor aquele que é o senhor dos portos, das ilhas, dos vastos espaços de terra que tocam o mar, este que sabe de tudo que nos pode ser útil em nossa penosa peregrinação. Ele promete muito. Eu vos peço, tanto por mim quanto pelos muitos outros milhares de peregrinos que esperam uma feliz travessia, ou bem mais, peço em nome dos interesses da Igreja Católica e da Cristandade, recebei e aceitai a tão grande humilhação de um tão grande príncipe, seguindo assim os passos do Cristo, do qual sois o Vigário na terra. Não se lê que o Cristo se humilhou até sofrer a ignomínia da cruz?[101]

A insistência de Luís IX na pacificação não era fruto de capricho, como explica Richard, pois a partida para uma cruzada exigia certo consenso da parte dos reinos da Cristandade, não apenas por razões de ordem material, mas igualmente de ordem espiritual: aos olhos dos canonistas e dos teólogos, não se poderia esperar o sucesso de uma cruzada a não ser que a Cristandade gozasse de paz. Se os cristãos estivessem a lutar entre si, a cruzada fracassaria.[102]

---

99 Goyau, cap. II, p. 41-42.

100 Zeller, cap. IX, p. 438.

101 Mateus Paris, t. VI, p. 201-202.

102 Richard, parte II, cap. II, p. 183.

Digitalizado com CamScanner

Como o papa se recusasse a qualquer sinal de pacificação com Frederico, Luís IX, segundo Mateus Paris, retirou-se indignado, deveras triste ao "não achar o menor sinal da humildade que se espera encontrar no Servo dos Servos de Deus".[103] Julgamos excessiva e quiçá injusta essa afirmação de nosso biografado, pois, se àquela altura, depois de décadas de traições e perjúrios da parte de Frederico, o Papa Inocêncio IV se reconciliasse com ele, proclamar-se-ia estúpido perante a Cristandade. Ademais, o mesmo imperador pelo qual Luís IX intercedia junto ao papa, e que falsamente escrevera ao rei da França dizendo-se feliz pela iniciativa de cruzada,[104] estava conspirando contra Luís junto ao sultão, a quem disse, como afirma Amin Maalouf, ter tentado dissuadir o rei da França de empreendê-la e, pior, "informando regularmente o sultão do Egito dos preparativos da expedição francesa".[105]

Luís queria a paz entre os cristãos também para que todos os reinos do Ocidente participassem da sua cruzada, mas, infelizmente, a maioria das nações não estava em condições de participar. Com efeito, a Alemanha e a Itália, reservatórios habituais de cruzados, não forneceram contingentes relevantes em razão do conflito que opunha o papa e o imperador. O rei São Fernando III de Castela também foi convidado por Luís, mas estava envolvido em sua própria cruzada ibérica,[106] assim como o rei Jaime I de Aragão, prestes a arrebatar Valência dos mouros. Portugal passava por uma terrível crise interna que conduziria à deposição do rei Dom Sancho

---

103 Mateus Paris, t. VI, p. 202.

104 Segundo Richard (parte II, cap. I, p. 175), o muitas vezes perjuro Frederico dissera a Luís que, ao saber da notícia da cruzada, subsequente ao anúncio de sua doença, "nossa tristeza transformou-se em alegria, e nossa dor em doçura", e felicitou o rei por uma decisão certamente "inspirada pela sabedoria e pela prudência divinas", chamando Luís até mesmo de "campeão do Senhor".

105 Maalouf (cap. XIII, p. 269) não precisa em quais fontes embasa essas afirmações; no entanto, conhecendo o caráter e a política de Frederico II, imperador islamófilo que não tinha em conta os interesses da Cristandade, não há que se duvidar. Jean Richard (parte II, cap. I, p. 190) dá fé a esses testemunhos.

106 "Não faltam muçulmanos em minhas terras", respondeu Fernando ao primo (cf. Llorca *et al.*, 5ª ed., t. II, parte II, p. 482).

Digitalizado com CamScanner

II. Os reinos católicos do centro da Europa (Boêmia, Hungria e Polônia) não podiam tomar parte, uma vez que tinham seu flanco oriental assediado pelos mongóis. O rei da Inglaterra, apesar da recente derrota para Luís IX e dando mostras de que colocava a fé comum acima das desavenças políticas, mandou homens para se juntarem à cruzada, mas ele próprio não pôde participar. O mesmo se diga do rei Alexandre III da Escócia, que, conquanto estivesse mais preocupado em assegurar seus domínios sobre as Ilhas Hébridas, enviou um contingente cujo valor, ao que parece, não era desprezível: certo cavaleiro Hugo da Escócia, muito mencionado por Joinville, mostrou-se um dos mais valorosos combatentes.

Na Escandinávia se encontrava o único soberano que parecia disposto a unir-se à cruzada, e que era o mais poderoso dos monarcas do norte da Cristandade: o rei da Noruega, Haakon IV, que prometera tomar a cruz em 1237. Luís escreveu a este grande rei, a quem ofereceu a liderança da frota, enviando por mensageiro o monge e cronista inglês Mateus Paris. Haakon, no entanto, declinou do convite, porque preferia, dizia ele, combater os pagãos do norte.[107] Mas não deixou de enviar um contingente de noruegueses.

Assim, embora tenham participado contingentes noruegueses, alemães, italianos, escoceses, e cerca de duzentos ingleses,[108] Luís fracassou em tornar aquela cruzada um empreendimento de toda a Cristandade. A maior parte dos esforços militares e financeiros viria da França e a Sétima Cruzada seria mesmo "a cruzada de São Luís", como a história a acabou chamando.[109] Luís, no entanto, obteve sucesso em empenhar a nobreza

---

107 Lévis-Mirepoix, cap. IV, p. 96. Richard, parte II, cap. II, p. 184. Haakon IV, que governou por quarenta e seis anos, foi o mais poderoso dentre os reis medievais da Noruega, e seu reinado simboliza o apogeu da Noruega durante a Cristandade. Foi um bom administrador e católico piedoso. Manteve boas relações com todos os reis cristãos, e conseguiu impor sua autoridade na Groenlândia e na Islândia, levando a fé católica para estas ilhas (Giordani, t. I, p. II, cap. VIII, p. 520).

108 Riley-Smith, cap. 8, p. 316.

109 Richard, parte II, cap. II, p. 193.

Digitalizado com CamScanner

de seu reino: em outubro de 1245 reuniu os nobres franceses em Paris e a maioria deles, ao ouvir sua exortação, tomou a cruz, inclusive seus três irmãos, Roberto, Afonso e Carlos.[110] Sua esposa, Margarida, iria acompanhá-lo na cruzada — "como é normal", diz Pernoud, "mas, antes de mais nada, o rei e a rainha não tinham vontade de se separar".[111]

O ano definido para a partida foi 1248 e o caminho escolhido foi o mar, apesar de as travessias mediterrâneas, pelos variados riscos que acarretavam, geralmente assustarem os franceses. O bisavô de São Luís, Luís VII, optara pela terra firme, e seu avô, Filipe II, jamais esquecera os terríveis enjoos sofridos durante sua viagem à Terra Santa.[112] O Mediterrâneo causava tanto medo que a escolha de São Luís pela via marítima, na bula de sua canonização pelo Papa Bonifácio VIII, foi considerada um ato heroico.[113]

Os preparativos da cruzada se deram entre 1245 e 1248. Para a partida de sua frota, o rei mandou construir um porto no sul do reino, o porto de Aigues-Mortes, cidade que para sempre seria lembrada como

---

110 Stark, cap. 10, p. 259. Joinville (parte II, §108-109) e Nangis (cap. 22, §5) listam alguns: o duque de Borgonha; os condes do Flandres, da Bretanha, de Bolonha, de Saint-Pol, de La Marche e de Sarrebrück; os arcebispos de Reims e de Bourges; os bispos de Beauvais, de Laon e de Orleans; os senhores de Coucy, de Beaujeau, de Bourbon, de Apremont e de Joinville. O conde Raimundo VII de Toulouse também iria, chegando a construir um navio para si, mas morreu antes da partida. Mateus Paris (t. VI, p. 172-173) conta uma historieta um tanto estranha, que não sabemos se é digna de crédito, a respeito de um estratagema adotado por São Luís para convencer os recalcitrantes a participar. Narra que, aproximando-se o Natal, o rei certa noite presenteou muitos cavaleiros que o serviam com mantos novos, que ostentavam uma cruz desenhada e que só podia ser vista à luz do dia. Os cavaleiros foram instruídos a comparecer à missa no dia seguinte, e assim fizeram. Na igreja, puderam notar as cruzes que os raios de Sol revelavam sobre os seus mantos, assim como sobre os mantos de seus colegas; e, como lhes parecia vergonhoso ou mesmo indigno rejeitar a veste de cruzado, puseram-se a rir, concordando em cruzar-se. Por óbvio, aquilo não os obrigava.

111 Pernoud, 1990, cap. X, p. 220.

112 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 158.

113 "Levou consigo sua esposa e seus três irmãos (já) falecidos, enfrentando os muito graves perigos das ondas do oceano".

o local de embarque das duas cruzadas de São Luís.[114] Ele adquiriu os terrenos necessários, fez abrir um canal para unir ao mar uma laguna, traçou o plano da cidade, erigiu uma torre e uma muralha provisória. Privilégios foram dados a quem viesse habitar na cidade e, em 1248, as primeiras casas estavam sendo construídas e os edifícios adequados permitiam já o armazenamento de materiais, armas e víveres. Montou-se um estaleiro em Aigues-Mortes e lá foram construídas naus com as árvores das redondezas.[115] Navios foram, ainda, encomendados da Inglaterra e da Escócia, mas a maior parte da esquadra foi alugada de Gênova e Veneza, assim como dos comerciantes de Marselha.[116] Quanto ao efetivo do exército, os cálculos variam sensivelmente: deve ter sido algo em torno de três mil cavaleiros, seis mil escudeiros e o mesmo número de sargentos montados, dez mil soldados de infantaria — um total de vinte e cinco mil homens — e uns sete ou oito mil cavalos.[117] Era um contingente tão grande de homens e animais que muitos senhores, para transportarem a si e a seus cavaleiros, tiveram que adquirir seus próprios navios. Muitos deles endividaram-se, empenhando grande parte dos seus bens a fim de que pudessem partir para o Oriente.[118]

Com efeito, as cruzadas eram caras e dependiam de muitos recursos. Os nobres que se juntavam ao exército necessitavam, não raras vezes, de vender suas terras e hipotecar seus bens para que pudessem participar, como o próprio Joinville.[119] Sabe-se que São Luís gastou mais de um milhão e meio de libras em sua cruzada, numa época em que sua renda anual

---

114 Cassard, parte I, cap. V, p. 306.

115 Durante anos não se achariam mais árvores ao redor da cidade, em razão da quantidade enorme de madeira coletada para as necessidades da cruzada de São Luís.

116 Stark, cap. 10, p. 259. Eram, em sua maioria, navios de quarenta metros de comprimento e de cerca de quinhentas toneladas. Tinham dois mastros e velas latinas (triangulares). Seu calado era de seis metros.

117 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. III, p. 171-172. Bordonove, parte IV, cap. 1, p. 172.

118 Bordonove, parte IV, cap. 1, p. 172.

119 Joinville, parte II, §110ss.

Digitalizado com CamScanner

era de cerca de duzentos e cinquenta mil libras. Medidas foram tomadas, contudo, para reduzir as despesas da coroa, e a maior parte do dinheiro acabou vindo de outras fontes que não as receitas ordinárias. O rei contou com contribuições das cidades e tomou empréstimos de banqueiros italianos e dos templários, tanto para o financiamento da expedição quanto para arcar com seus gastos no Oriente.[120] Também a Igreja contribuiu, tendo o I Concílio de Lyon concedido a Luís em 1245 um vigésimo das receitas eclesiásticas durante três anos, fração que o clero francês voluntariamente aumentou para um décimo. Estima-se que a própria Igreja francesa contribuiu com novecentos e cinquenta mil libras, ou seja, cerca de dois terços do custo total da cruzada.[121]

O Papa Inocêncio IV colaborou de outras formas além da ajuda financeira: proibiu guerras em toda a Cristandade pelo prazo de quatro anos a partir do embarque, isentou os cruzados de quaisquer impostos e aboliu os juros sobre suas dívidas, concedeu indulgências a quem abastecesse os navios ou favorecesse a pregação da cruzada, e declarou excomungados os piratas que atacassem os navios cruzados, os cristãos que vendessem armas aos muçulmanos e os cruzados que desertassem.[122]

O sociólogo Rodney Stark, que escreveu sobre as cruzadas, não hesita em chamar a Cruzada de São Luís como "a mais bem organizada, financiada e planejada de todas as cruzadas", graças, sobretudo, à "habilidade e retidão de seu líder".[123] Luís, ademais, enxergava a sua cruzada não apenas como uma expedição militar, mas sobretudo como penitência e peregrinação. Por isso, no ano de 1247 — ano anterior à sua partida — levou a cabo uma "purificação pública" da administração real, encarregando alguns dominicanos e franciscanos de um inquérito nas contas

---

120 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 161-162.

121 Mateus Paris, t. VI, p. 255. Riley-Smith, cap. 8, p. 317-318. Como registra O'Connel (cap. I, p. 76), era sempre a Igreja, muito mais do que os citadinos ou nobres, que financiava as cruzadas.

122 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 163-164.

123 Stark, cap. 10, p. 259.

Digitalizado com CamScanner

e registros do governo com a finalidade de corrigir os erros nas decisões porventura tomadas por seus homens em matéria de justiça e de tributação. Isso, que Le Goff chama de "política penitencial da administração real", da qual se falará com mais detalhes no capítulo 8, resultou na devolução de impostos exagerados e em revisões de muitas decisões judiciais injustas tomadas em nome do rei. Luís IX ficou tão espantado com o que seus inquiridores descobriram que fez pelo menos vinte novas nomeações nos altos escalões da administração real. Intentava, assim, partir de seu reino de forma agradável aos olhos de Deus, purificado dos pecados cometidos no seu reinado até aquela época.[124] Ainda, determinou aos nobres que imitassem o seu exemplo, sobretudo no atinente às restituições. Desse modo, "preludiava a campanha pelo Oriente com uma reconciliação geral".[125]

Obteve, ademais, o prolongamento da trégua firmada anos antes com o rei da Inglaterra, conquanto, de qualquer modo, comenta Richard, a presença de um contingente inglês na cruzada assegurasse ao rei francês as boas intenções de seu cunhado de Londres.[126]

Para garantir a continuidade da coroa da França na sua ausência, convocou todos os seus barões em Paris e fê-los prestar juramento de que guardariam a fé e a lealdade para com seus filhos caso algo lhe acontecesse durante a cruzada.[127] E, como a rainha Margarida o acompanharia na cruzada, assim como seus irmãos, legou a regência da França à sua experiente mãe, a idosa rainha Branca de Castela, à época com sessenta anos. E se Branca, durante a menoridade do rei, tinha sido regente de fato, agora ela seria oficialmente regente, assim nomeada por seu filho, que nela tinha uma absoluta e merecida confiança. Ademais, as revoltas do baronato não eram mais uma ameaça — lembremos que também tomaram a cruz os três principais

---

124 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 163-164. Riley-Smith, cap. 8, p. 316.

125 Bénouville, cap. IV, p. 135.

126 Richard, parte II, cap. II, p. 191-192.

127 Joinville, parte II, §114.

Digitalizado com CamScanner

rebeldes dos anos anteriores: Pedro da Bretanha, Hugo de Lusignan e Raimundo de Toulouse —, e o reino inteiro aceitava sem murmúrio aquela que antes era vista como a estrangeira. Branca, com efeito, rendera tantos serviços à coroa que todos se esqueciam de seu nascimento castelhano. As calúnias contra ela haviam cessado fazia muito tempo, e todos a honravam como a senhora mãe do rei e rainha-mãe da França. Era, em suma, universalmente respeitada como uma sábia e admirável matriarca.[128]

Luís deixava seu reino em boas mãos.

6. Para Jerusalém!

A partida para uma cruzada era sempre precedida por uma longa liturgia penitencial que, no caso das expedições do rei da França, concluía-se na Basílica de Saint-Denis, mausoléu da família real francesa e local de enterro de São Dionísio, o padroeiro da França. Luís passou ali, em oração, a noite anterior à cerimônia, suplicando o auxílio divino perante as relíquias dos mártires e ao lado dos túmulos de seus ancestrais.[129]

A Missa em Saint-Denis, que marcava o início da cruzada, foi celebrada na sexta-feira depois de Pentecostes, 12 de junho de 1248, dia de Santo Onofre, pelo legado papal, cardeal Eudes de Châteauroux. Uma grande multidão assistia, fazendo transbordar a basílica: estavam presentes os nobres, cavaleiros, todos os líderes da cruzada, assim como suas famílias. Do lado de fora, o povo aguardava ansioso a saída do rei e dos cavaleiros para aclamá-los enquanto partiam.[130]

Durante a cerimônia, prostrado o rei diante do altar, o cardeal ergueu diante dos ossos de São Dionísio a auriflama — o estandarte real da França —[131] e, sob o ressoar dos sinos, sob o incensar perfumado e sob o

---

128 Bordonove, parte IV, cap. 1, p. 173-174.

129 Bénouville, cap. IV, p. 138.

130 Bordeaux, p. 204.

131 A *oriflame*, o estandarte de Saint-Denis, era a bandeira utilizada pelos exércitos franceses desde Luís VI (r. 1108-1137). Em tempos de paz, ela ficava depositada no

Digitalizado com CamScanner

canto dos monges, abençoou Luís IX. Entregou-lhe então a faixa e o cajado de peregrino, que simbolizavam o caráter penitencial da cruzada, assim como a auriflama, que além de significar seu caráter militar, evidenciava ser aquela uma guerra santa, pois travada com o estandarte dos mártires.[132]

Olhemos agora para Luís, pois parecia operar-se nele uma transformação. A cruz fora posta à sua frente e, obedecendo ao comando evangélico, ele a tomou nos ombros. Sua vida agora assumiria um novo sentido, ou melhor, o sentido para o qual desde tenra idade a tinha direcionado — a vocação cristã — seria agora buscado de uma forma mais resoluta e definitiva. Partia ao Oriente sem pressa de retornar: seu coração desejava ardentemente encontrar-se com Cristo na terra onde Ele caminhou, unir-se a Ele e ao seu sacrifício e submeter-se à sua vontade. Enquanto recebia a auriflama e tomava sua cruz naquele dia 12 de junho de 1248 em Saint-Denis, Luís começava a fazer o que o jovem rico não ousara tentar.

Teria já refletido sobre a mediocridade que até ali norteara a sua existência? Meditara sobre seu apego aos prazeres, mesmo que aos lícitos apenas, e à pompa de sua posição? Examinara a porção de imperfeições que não o deixavam ser mais do que um bom cristão? Não sabemos se ele tinha já plena consciência de tão dolorosas, mas libertadoras verdades; há, porém, uma palavra sua a demonstrar que estava já bem ciente da caducidade das coisas deste mundo. Com efeito, durante a doença que o acometera em 1244, estando à beira da morte, fez chamar seu confessor e os que velavam junto dele, e disse-lhes:

> Vede-me a mim, que estou entre os homens mais nobres e mais estimados do mundo. Sendo todo-poderoso no meu reino e abençoado tanto em luxos terrenos quanto em muitos bons amigos, não posso, no entanto,

---

altar da basílica, entre as tumbas dos reis, diz Chateaubriand (cap. VII, p. 434), "como que para advertir que, de geração em geração, os franceses eram fiéis a Deus, ao rei e à honra". Foi destruída durante a Revolução Francesa.

132 Mateus Paris, t. VI, p. 411. Tillemont, t. III, cap. CCXXXVII, p. 176-177.

> nem suavizar os efeitos dessa doença e nem adiar, mesmo por uma hora, a hora de minha morte. De que me vale, portanto, tudo aquilo?[133]

Recuperado, desejava doar-se de forma mais completa e sem reparos ao amor divino e, contando com o auxílio da graça, participar do sacrifício do crucificado, exigido de todos os que querem segui-lo. A mudança em sua alma manifestou-se já quando saiu de Saint-Denis: caminhou descalço e com hábito de peregrino os dez quilômetros que separam a abadia da Catedral de Notre-Dame, onde ouviu a missa, e, no mesmo dia, caminhou mais três quilômetros até a abadia real de Saint-Antoine-des-Champs, seguido por uma grande procissão do povo. Em Saint-Antoine recomendou-se às orações das boas monjas[134] e, após essa última parada, partiu a cavalo de Paris com sua família e com seu exército para o palácio real de Corbeil, onde pernoitou. Lá designou Branca de Castela oficialmente como regente no período de sua ausência. Branca, que por quatro dias o tinha seguido, queria, apesar de sua idade e tristeza, acompanhá-lo ainda por mais alguns dias, a fim de retardar o instante da separação, mas Luís não permitiu:

> Minha boa mãe, pela confiança que me deveis, retornai. Não digais que não tendes o que fazer, pois vos designei como guardiã de meus três filhos, Luís, Filipe e Isabella.[135] Eu os confiei legalmente a vós, pois tenho certeza de que serão bem vigiados e de que meu reino será bem dirigido e governado.[136]

Branca de Castela respondeu, em prantos:

> Meu belo e queridíssimo filho, que quereis dizer quando me ordenais retornar? Como meu coração poderia suportar vos deixar? Certamente,

---

133 Essa citação de Étienne de Bourbon, a cuja fonte original não tivemos acesso, é transcrita por O'Connel (cap. I, p. 164-165) e Bordonove (parte III, cap. 8, p. 152).

134 Tillemont, t. III, cap. CCXXXVII, p. 177. Bordonove, parte IV, cap. 2, p. 177.

135 Os outros dois filhos que tivera até então, Branca e João, morreram na infância, ambos com cerca de dois anos.

136 Chronique de Flandre *apud* O'Connell, cap. I, p. 122.

Digitalizado com CamScanner

> ele terá que ser mais duro do que o ferro para não se partir, pois sois o melhor filho que uma mãe jamais teve.[137]

Ao dizê-lo, a rainha-mãe desfaleceu. Luís tomou-a nos braços, levantou-a e abraçou-a uma última vez, derramando copiosas lágrimas. Branca deu-lhe sua derradeira benção e, ao vê-lo partir, disse: "Nunca mais o verei nessa vida mortal".[138]

À medida que Luís se dirigia para o sul, ficavam mais evidentes as novas disposições da sua alma para atender ao chamado do que diz: "Quem quiser vir atrás de mim, tome sua cruz e me siga" (Mt 16,24). Ao optar por atender a este chamado, Luís despojou-se dos apegos do jovem rico, renunciando às belas vestes que então usava. Não queria ser mais do que um soldado entre os outros e, sobretudo, um peregrino:[139]

> Desde que partiu de Paris, ele não usou mais roupas nem peliças escarlates, verdes ou de outra cor brilhante, peles de pequenos animais raros ou outras coisas preciosas com as quais os ocidentais faziam então suas cotas d'armas. Quis sempre estar vestido simplesmente com alguns tons de azul, de *camelot*, ou de um preto acastanhado ou de seda preta; e todas as peliças de suas vestes e de suas mantas eram de peles de coelho, de carneiro, de lebre e às vezes de esquilo. Abandonou mesmo todos os ornamentos de ouro e de prata nas suas selas, bridões e outras coisas dessa natureza. Nem mesmo quis que as rédeas e o peitoral de seus cavalos fossem de seda, nem que os estribos, freios e esporas fossem dourados, aceitando apenas a simplicidade do ferro.[140]

Pode-se objetar que o rei estava apenas cumprindo os decretos do I Concílio de Lyon que exigiam austeridade da parte dos cruzados. Poderia ser. No entanto, responde Tillemont, a modéstia que ele abraçou

---

137 *Ibid.*, cap. I, p. 122-123.

138 *Ibid.*, cap. I, p. 123. Bordonove, parte IV, cap. 2, p. 178.

139 Bordonove, parte IV, cap. 2, p. 178.

140 Tillemont, t. III, cap. CCXXXVII, p. 177-178.

Digitalizado com CamScanner

na cruzada, manteve-a por toda a sua vida,[141] tal como atesta Joinville.[142] Aquilo não era, com efeito, uma resolução temporária em obediência a uma norma, mas uma decisão vitalícia.

Seguindo para o sul, pousou em Sens, onde estava em curso o capítulo geral da Ordem dos Frades Menores, dos franciscanos. Parada cheia de significado, pois São Francisco é, afinal, o santo da renúncia, o santo das Chagas do Crucificado. E a sua espiritualidade, tal como veremos, será uma das mais decisivas na trajetória do santo rei aos cumes da santidade. Um dos freis que estavam em Sens para o Capítulo, o italiano Salimbene de Parma, deixou uma descrição preciosa de Luís e de sua atitude ao chegar:

> O rei era esguio e magro, de uma magreza harmoniosa e alta. Sua face era angélica e seus traços graciosos. E não vinha à igreja dos frades menores com pompa real, mas sob a aparência de um peregrino, o alforje no pescoço e o bordão, em vez de decorações reais. Não a cavalo, mas a pé, e o seguiam seus três irmãos, com igual humildade e trajes [...]. E alguém poderia dizer que era um monge, mais do que um cavaleiro armado para a guerra. Entrou na igreja dos frades, ajoelhou-se diante do altar e começou a rezar [...]. Quando fomos reunidos para o capítulo, o rei nos informou de suas necessidades, pedindo proteção para si, seus irmãos, para a rainha sua mãe, e, ajoelhando-se piedosamente, pediu as preces e os sufrágios dos frades. Alguns frades franceses que estavam ao meu lado, por piedade e devoção choraram como se estivessem inconsoláveis.[143]

De Sens, Luís seguiu para a Borgonha. Preocupava-se em parar nos mosteiros e nas igrejas, demandando orações dos padres e religiosos. Em Lyon, o rei se encontrou pela última vez com o Papa Inocêncio IV. Pediu-lhe, numa última tentativa, que se reconciliasse com o imperador

---

141 *Ibid.*, t. III, cap. CCXXXVII, p. 178.

142 Joinville, parte II, §667.

143 Salimbene de Parma, *Chronica*, cap. 48.

Frederico, mas o papa se manteve inflexível.[144] Luís então manifestou ao pontífice sua preocupação com o que se faria do reino da França na sua ausência, ao que Inocêncio respondeu: "Enquanto viver, defenderei a França contra o cismático Frederico, que a Igreja condenou; e contra meu vassalo, o rei da Inglaterra,[145] se ele ousar levantar-se contra o reino da França ou contra suas dependências. Enfim, eu me oporei a todos os adversários deste reino". Tranquilizado com essa promessa, Luís recebeu do papa a benção paternal e a absolvição de seus pecados.[146]

Estava em curso, na alma de Luís IX, aquela transformação que os autores ascéticos costumam chamar "segunda conversão", na qual o cristão deixa os estágios inferiores da vida espiritual ao tomar uma decisão firme e definitiva de atender às exigências mais altas do amor divino. Essa transformação operou-se lenta e gradativamente: vemos as mudanças se iniciarem em 1247, quando ele tinha trinta e três anos — esta idade simbólica, de certa forma, une-o ao Crucificado, que quererá a todo custo imitar —, e veremos sua decisão ser provada durante os longos seis anos de cruzada. Neles, sua generosidade será testada por todo tipo de provação e infortúnio em uma noite longa e aterradora, até que seus olhos espirituais finalmente repousem na paz própria dos santos.

Luís não deve ter pensado em nada disso quando, em 25 de agosto de 1248, após descer o vale do Ródano, chegou em Aigues-Mortes e fez o sinal da cruz antes de embarcar no seu navio, o Montjoie. Pensava apenas em carregar a cruz que lhe fora destinada a fim de se unir ao seu Senhor no Calvário de sua alma. Mas Deus, desde toda a eternidade, pensava na santificação de seu servo.

Naquele dia embarcava o rei Luís IX. Seis anos depois, desembarcaria São Luís.

---

144 Tillemont, t. III, cap. CCXXXVIX.

145 Em 1213, o rei João da Inglaterra (r. 1199-1216) reconheceu o seu reino como feudo da Santa Sé.

146 Mateus Paris, t. VI, p. 411-413. Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. III, p. 171. Richard, parte II, cap. III, p. 207.

Digitalizado com CamScanner

"São Luís na Cruzada", de Émile Signol. Séc. XIX.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO 4

A CRUZADA DE SÃO LUÍS

Os cronistas islâmicos registraram um curioso diálogo que se teria dado em 1250 entre São Luís e os representantes do sultão do Egito. Na ocasião, um destes teria dito ao rei: "Como um homem de bom senso, sábio e inteligente como vós, pôde embarcar em um navio para vir a um país povoado de inumeráveis muçulmanos? Segundo nossa lei, um homem que atravessa deste modo o mar não pode testemunhar em juízo". "E por quê?", perguntou São Luís. "Porque se estima que ele não está em posse de todas as suas faculdades".[1]

Pergunta semelhante pode ser feita pelo leitor da crônica do bom amigo de São Luís, o senhor de Joinville, que relata suas próprias dificuldades para participar da cruzada: a falta de recursos, a dificuldade de transportar seus equipamentos do Champagne ao Mediterrâneo, o esforço para alugar com outros nobres um navio, e a dor com que tudo deixou sem saber se voltaria: "enquanto ia a Blécourt e a Saint-Urbain, não quis em nenhum momento voltar os meus olhos para Joinville, com receio de que o meu coração se condoesse do belo castelo que deixava e dos meus dois filhos".[2]

O homem moderno está acostumado a imaginar as cruzadas como um empreendimento colonial, conquistador e saqueador, envernizado com toque de fanatismo religioso. É difícil, por isso, apresentar-lhe um cruzado como santo.[3] Como poderia, afinal, um santo ter tomado parte

1 Maalouf, cap. XIII, p. 274-275.

2 Joinville, parte II, §§110-113, 119, 122.

3 Até o final do século XVII, a expressão "cruzada" despertava sentimentos positivos na mentalidade ocidental. Mesmo depois de as expedições para a Terra Santa

Digitalizado com CamScanner

de um ataque infame contra um povo pacífico? Não deveria ter ele se oposto à matança de muçulmanos e ao imperialismo europeu sobre os países islâmicos? Não teria feito melhor pregando o amor ao invés de promover o derramamento de sangue? O que o levou, pois, a participar de semelhante empresa?

Comecemos enfatizando que São Luís não foi santo apesar de ter sido cruzado; ao contrário, a sua cruzada contribuiu para ele converter-se no santo que o veremos se tornar. Para compreendê-lo, no entanto, é necessário que ao leitor fique claro: as cruzadas, se tiveram deméritos, contudo não foram o que seus críticos ilustram.

As cruzadas tanto refletem os ideais de uma civilização quanto resultam de um longo percurso histórico que conduziu a elas.

1. Cruzadas: um longo caminho...[4]

Foi em Clermont, na Auvérnia, em 27 de novembro de 1095, diz Daniel-Rops, "que começou a grande, a mais espantosa aventura da história da Idade Média cristã",[5] quando o Papa Urbano II (pp. 1088-1099), ao convocar a Primeira Cruzada, fez aquele discurso que ecoaria por séculos,

---

terem terminado no século XIII, durante séculos continuou-se a planejar cruzadas contra os infiéis para defender a Europa. No século XVIII, no entanto, o iluminismo, a partir de Voltaire, Bayle, Holdbach, Gibbon, Diderot e d'Alambert, que encheram suas obras de sátiras e deformações da história cristã, firmou na historiografia posterior e na cosmovisão comum sobre as cruzadas uma ideia deveras negativa. No século XIX, o materialismo histórico-dialético marxista contribuiu para promover a percepção histórica engendrada pelos iluministas, acrescendo-lhe a ideia de luta de classes, pela qual se lê hoje não somente a Idade Média, mas toda a história humana.

4 Como neste subcapítulo se tratará de acontecimentos dados no decorrer de séculos, apontar-se-ão aqui as referências, à exceção das citações diretas, que não se deixará de referenciar em notas ao texto: Daniel-Rops (t. 2, p. 318-355; t. 3, p. 495-522); Giordani (t. I, p. III, cap. I); Grousset (capítulos 1 e 2); Hergenröther (t. III, p. 114-141); Pernoud (1990, cap. 1 a 10); Read (parte I, p. 67-97); Riley-Smith (capítulos 1 a 8), Stark (capítulos 1 a 9) e os tomos I a IV da obra monumental de Michaud.

5 Daniel-Rops, t. 3, p. 480.

Digitalizado com CamScanner

lançando o Ocidente num novo destino. O pontífice francês, impelindo toda a Cristandade àquela guerra, daria início a uma série epopeica de expedições cujo impacto multicentenário se faria sentir em todos os âmbitos imagináveis da civilização cristã. Mas o que levou àquele dia?

A cruzada teve causas imediatas, mas foi igualmente o resultado de um longo percurso histórico que remonta ao início do século VII, quando o mundo mediterrâneo, então inteiramente cristão, viu se aproximarem os exércitos de uma nova religião, o islamismo, nascido nas primeiras décadas daquela centúria e que, após unificar política e religiosamente a Arábia, fundara um império com pretensões universais.[6] Dois anos após a morte do seu profeta, em 634, as hostes islâmicas se precipitaram com ímpeto conquistador contra o mundo cristão e contra o Império Persa.[7] O Império Bizantino, que se estendia àquela altura por toda a bacia mediterrânea oriental, incluindo o Levante,[8] foi o primeiro território cristão sobre o qual os muçulmanos se lançaram, conquistando Damasco em 635, Aleppo e Antioquia em 636 e Jerusalém em 637. Em 639, o islã conquistou a Armênia e atirou-se sobre o norte da África, que era então cristão, sendo o Egito tomado em 639 e a Líbia em seguida. Em 665, já haviam sucumbido a Tunísia, a Argélia e o Marrocos. Em 711, os muçulmanos atravessaram o Estreito de Gibraltar, conquistaram quase toda a Península Ibérica e atacaram a França, onde foram batidos por Carlos Martel em Poitiers, em 732. Em 736, ao mesmo tempo em que concluía a

6 Assim como o islamismo, o cristianismo tem pretensões universais. Destoam um do outro nesse âmbito, contudo, no que diz respeito aos meios para realizar tais pretensões.

7 Por fugir do objetivo de nossa obra, não se tratará da expansão islâmica na Ásia Central e Oriental. Anote-se, no entanto, que entre 634 e 650 os exércitos muçulmanos conquistaram a Pérsia (hoje Iraque e Irã), ocuparam os atuais países do centro asiático (como Afeganistão e Paquistão) e alcançaram as regiões mais ocidentais da Índia até meados do século VIII.

8 "Levante" era um temo aplicado às terras do Mediterrâneo Oriental, em especial aos atuais territórios de Israel, Palestina, Síria, Líbano e Jordânia. O termo vem de "*Soleil levant*" (Sol nascente), que designa a terra na qual o Sol se levanta primeiro.

Digitalizado com CamScanner

conquista da cristã Geórgia, o islã atacou a Sicília e anexou o sul da Itália. Notoriamente relevantes, embora não tão decisivas, foram as constantes incursões piratas islâmicas no sul da França, na Itália e nas ilhas bizantinas ao longo dos séculos seguintes, que infligiram um duro golpe na Cristandade em 846, quando o Vaticano foi saqueado. Em pouco mais de um século, em suma, o islamismo construiu pela espada um império gigantesco que se estendia de Portugal à Índia.

A reação do mundo cristão foi espontânea. No Ocidente, os católicos hispânicos lançaram-se numa ferrenha guerra de reconquista a partir de 722,[9] enquanto as tropas de Carlos Magno empreendiam a reconquista de terras anteriormente cristãs no nordeste ibérico e nas ilhas do Mediterrâneo ocidental.[10] E a Itália, cujo sul estava sob domínio islâmico, foi socorrida por guerreiros normandos vindos do norte da França, os quais reconquistaram a Sicília, a Calábria, a Campânia, Nápoles, e a ilha de Malta no século XI. No Oriente, o Império Bizantino, cujo território havia diminuído muito, sangrou entre os séculos VII e XI para frear as hostes islâmicas.[11] Sob a Dinastia Macedônica (870-1057), os bizantinos impediram quanto puderam a expansão islâmica, e estiveram certa vez a ponto de reconquistar Jerusalém e devolvê-la à Cristandade. Mas a despeito dessas reconquistas, doravante o Mediterrâneo estaria dividido entre um sul muçulmano e um norte cristão, por sua vez partilhado entre "latinos" e "gregos".[12]

---

9 Da qual nasceriam os reinos das Astúrias (722), de Galiza (910), de Leão (910), de Castela (1065) e de Portugal (1139).

10 O grande imperador conquistou Girona em 785 e iniciou a reconquista católica do litoral catalão. Em pouco tempo Vardona, Ausona e Urgel foram devolvidas à Cristandade; em 797, Barcelona foi tomada por Carlos Magno e, em 799, as ilhas Baleares. Em 809, Carlos Magno tomou Tarragona, Tortosa em 811 e Valência em 812. Destas conquistas nasceriam os reinos de Navarra (824), Aragão (1035) e o principado da Catalunha (1162). Carlos Magno recuperou ainda as ilhas da Córsega e Sardenha.

11 O Império Bizantino esteve à beira do colapso quando, em 674 e 718, Constantinopla foi cercada pelos muçulmanos.

12 A expressão "*latinos*" era a usada pelos bizantinos para designar todos os católicos, não apenas aos de língua latina, mas a todas as nações ocidentais, fiéis à Igreja de

Digitalizado com CamScanner

No século XI, enquanto os reinos cristãos prosseguiam a retomada de terras do islã na Península Ibérica e no sul da Itália, manteve-se no Mediterrâneo Oriental um *status quo* de entendimento entre árabes e cristãos, à exceção de alguns casos de violência de ambos os lados. Uma mudança radical, no entanto, deu-se em meados daquele século, quando os turcos seljúcidas — um povo semibárbaro recém-convertido ao islamismo e bem mais brutal do que os árabes, e dotado ainda de melhores guerreiros — emigraram violentamente de suas estepes na Ásia Central para o Oriente Médio, arrebatando terras dos próprios árabes (incluindo a Terra Santa) e precipitando-se contra o Império Bizantino, ao qual impuseram uma dura derrota na Batalha de Manziquerta em 1071, derrota que colocou não só Bizâncio, mas todo o mundo cristão sob forte ameaça.

Percebe-se, em suma, que entre o primeiro ataque do islã ao mundo cristão em 634 até a convocação da Primeira Cruzada em 1095 transcorreu um longo caminho...

No início dos anos 1090, o imperador bizantino Aleixo I (r. 1081-1118), desesperado ante o avanço turco, e vendo-se incapaz de freá-lo, escreveu ao Papa Urbano II (com o qual o já estava rompido), implorando ao pontífice que um efetivo de cavaleiros ocidentais fosse reunido para ajudar os cristãos orientais a conter a invasão muçulmana. Urbano II, que ocupava a cátedra de São Pedro desde 1088, era um antigo monge de Cluny, pontífice zeloso e sacerdote exemplar, dedicado à renovação da Igreja e à cristianização das estruturas do mundo, sobretudo no que concernia à pacificação da sociedade por meio da Paz e da Trégua de Deus. Seus antecessores, desde ao menos Gregório VII (pp. 1073-1085), ouviam receosos as notícias vindas do Oriente, e Urbano ficou especialmente aflito com os relatos de peregrinos assaltados e mortos pelos turcos. A missiva do imperador Aleixo implorando ajuda aumentou sua preocupação. Após dias em oração diante da tumba de São Maiolo, rogando orientação

---

Roma. Já os católicos designavam os orientais por "*gregos*".

Digitalizado com CamScanner

divina a fim de tomar a decisão acertada, Urbano II compreendeu que o dever de proteger os cristãos exigia sua atuação, e ele agiu... em Clermont, em novembro de 1095.

Relatando as atrocidades cometidas contra os peregrinos cristãos na Terra Santa,[13] a profanação dos Lugares Santos pelos turcos e a necessidade de defender o Império Bizantino do perigo muçulmano, Urbano II conclamou as nações católicas ocidentais, em especial a "nobre raça dos francos", a tomarem a cruz e marcharem em direção ao Oriente para reconquistar os Lugares Santos e defender a Cristandade e os cristãos oprimidos pelo jugo do islã, concedendo indulgência plenária aos que aderissem à expedição. Sob o grito de "*Deus vult*!" (Deus quer!) o apelo do papa se espalhou pela Europa, dando início à Era das Cruzadas, esse conflito multissecular que opôs católicos (chamados de "*francos*" pelos islâmicos) e muçulmanos (chamados de "*sarracenos*" ou simplesmente "*turcos*" pelos cristãos).[14]

---

13 Durante os primeiros séculos de dominação islâmica na Terra Santa, o acesso dos cristãos aos seus santuários em Jerusalém e nas demais cidades palestinas (com algumas exceções) foi permitido pelos muçulmanos. Porém, no século XI, quando os turcos seljúcidas anexaram essas terras, fecharam-nas aos peregrinos cristãos, atacando brutalmente muitos grupos de peregrinos; profanaram, ainda, a Basílica do Santo Sepulcro. Já naquele tempo se haviam disseminado na Europa, como parte essencial da vida devocional, as grandes peregrinações, que de santuário em santuário atravessavam o continente. O destino mais almejado era a Terra Santa, o solo pisado pelo Deus que se fez homem: Belém, Nazaré, Jerusalém... Os imensos perigos da viagem, sejam por terra, sejam por mar, não dissuadiam os peregrinos de ir ao Santo Sepulcro e beijá-lo, de modo que é impossível, comenta Read (cap. IV, p. 78-80), entender a fé do católico do século XI dissociando-a da sua profunda obsessão por Jerusalém e pela Terra Santa e de seu desejo de vê-las ao menos uma vez na vida. As notícias terríveis sobre o que os sarracenos estavam fazendo aos cristãos no Oriente começaram a se espalhar pela Europa e, por todo canto do Ocidente católico, surgiu uma fervorosa indignação e uma ânsia pela libertação do Santo Sepulcro e dos cristãos orientais.

14 Maalouf (*Av. Prop.*, p. 5) diz que a palavra com que os muçulmanos designavam os cruzados era "francos" ou "*franj*", em razão da maioria francesa entre os exércitos. Ressalte-se, no entanto, que os muçulmanos não consideravam todos os ocidentais como francos. Com o tempo, "*franj*" passou a designar os cruzados estabelecidos no Levante. Isso fica evidente na crônica de Al-Makrizi (§1º), que, referindo-se à

Digitalizado com CamScanner

Riley-Smith aponta com precisão que as cruzadas eram, no tempo de Urbano II e nas gerações seguintes, compreendidas essencialmente como guerras de libertação dos cristãos orientais e do Santo Sepulcro. Desde o início, a cruzada era vista não como uma aventura expedicionária conquistadora, mas como uma guerra penitencial, razão pela qual eram concedidas indulgências plenárias a quem tomasse a cruz "não porque deseje ganhar terras, mas somente pela salvação de sua alma e pela libertação da Igreja".[15] Apesar dos motivos espúrios que surgirão aqui e a acolá, as cruzadas seriam sempre motivadas pela ameaça muçulmana que pesava contra o mundo cristão, pelo desejo de reconquistar (ou manter) os Lugares Santos e pela necessidade de libertação dos cristãos orientais do jugo muçulmano.[16] Visavam, ademais, reconciliar os cismáticos gregos com a Igreja e canalizar o ímpeto guerreiro dos cristãos contra um inimigo comum. Aspirações menos nobres surgiriam com o passar do tempo, mas os ideais, tal como se exporá acuradamente no subcapítulo seguinte, eram esses que acabamos de indicar.

A cruzada convocada por Urbano II foi bem-sucedida. Os cerca de trinta mil cruzados oriundos da França, Alemanha e Itália, reconquistaram Edessa em 1098, sob a liderança do conde Balduíno de Bolonha; em junho daquele ano, retomaram Antioquia, graças a Boemundo de Taranto, e, em julho de 1099, capitaneados pelo duque Godofredo de Bulhão, os cruzados reconquistaram Jerusalém. Em batalhas subsequentes, a costa oriental do Mediterrâneo foi retomada pelos cruzados, incluindo Trípoli, Tiro, Jafa e Ascalon.

Sétima Cruzada, diz: "os *francos*, que eram os senhores dos Estados da Síria, estavam unidos aos *franceses*". Quanto à expressão "*sarracenos*", usada pelos católicos, vem do latim "*Sara sine*" (sem Sara), e alude ao fato de os árabes serem descendentes de Abraão não por sua esposa Sara, mas pela escrava Agar.

15 Riley-Smith, cap. 2, p. 76.

16 Em especial os cristãos maronitas, que eram católicos e estavam isolados no monte libanês de Maron.

Após a vitória, muitos dos cruzados, considerando seu juramento cumprido, retornaram à Europa. Para manter o território conquistado, a Igreja incentivou os europeus a se fixarem na Terra Santa, em tal maneira que multidões de famílias de quase todos os países da Europa deslocaram-se ao Levante para repovoá-lo de católicos. Ademais, a organização política feudal foi transladada para o Oriente, com a criação de feudos nas terras retomadas.[17] Fundaram-se dioceses católicas nas cidades conquistadas e foi estabelecido um patriarcado latino em Jerusalém. Para proteger os cristãos peregrinos nas viagens à Terra Santa, duas grandes ordens militares foram criadas: a Ordem dos Hospitalários e a Ordem dos Templários. As grandes peregrinações foram restauradas, santuários foram erguidos em todos os cantos, e os locais dos grandes eventos bíblicos, em especial aqueles mencionados no Evangelho, foram redescobertos e expostos. Fazendas, fortalezas e castelos foram erguidos em toda parte.[18]

Expulsar os cristãos tornou-se objetivo dos muçulmanos médio-orientais, mas suas divisões internas impediram-nos de fazê-lo até a década de 1120, quando um novo emir, de nome Zengi, unificou-os e pôde lançá-los coesos contra os odiados cristãos, tomando Edessa em 1144. A notícia da queda de Edessa, um dos quatro estados cruzados da Terra Santa, ecoou pela Europa Ocidental como uma notícia agourenta. O Papa Eugênio III (pp. 1145-1153) convocou uma nova cruzada para recuperar o condado e São Bernardo de Claraval encarregou-se de pregá-la. Formou-se um numeroso exército sob a liderança do rei Conrado III da Alemanha, do rei Luís VII da França e de sua esposa, Leonor da Aquitânia. Essa, que foi a Segunda Cruzada, partiu em 1147, mas por falta de consenso entre seus líderes, mal-entendidos e despreparo estratégico,

17 Entre os feudos que haviam surgido destacavam-se os condados de Edessa e Trípoli e o principado de Antioquia, vassalos do recém-criado reino de Jerusalém.

18 A princípio as terras reconquistadas seriam devolvidas aos bizantinos, mas houve desentendimentos entre eles e os cruzados em razão de promessas que os primeiros não cumpriram, deixando os cruzados desobrigados de devolver os territórios.

Digitalizado com CamScanner

revelou-se um imenso fracasso, sendo aniquilada em Damasco pelo sucessor de Zengi, Nur ad-Din. A este sucedeu Saladino, homem habilidoso que após muitos assassinatos e conspirações conseguiu submeter o Egito e a Síria e fundar uma sultanato unificado no Oriente Médio. Saladino atacou com vigor os estados cruzados e, após a trágica derrota cristã em Hattin, arrebatou-lhes Jerusalém em 1187.

Retomada Jerusalém pelos infiéis, o Papa Gregório VIII (pp. 1187) convocou a Terceira Cruzada, na qual tomaram parte os três monarcas mais poderosos da Europa. A atuação mais destacada foi a do rei Ricardo I da Inglaterra, guerreiro e estrategista formidável e cristão fervoroso. Ricardo Coração de Leão impôs dura derrota a Saladino logo ao desembarcar na Terra Santa, tomando-lhe a importante fortaleza de São João de Acre em 1191. Ainda naquele ano, retomou Jafa e muitas outras cidades recentemente ocupados pelos muçulmanos. Ricardo esteve três vezes às portas de Jerusalém para reconquistá-la, mas desistiu ao saber que, capturada a cidade, não conseguiria mantê-la. Já Saladino, que temia o rei inglês e sabia que não poderia vencê-lo, propôs uma trégua, por cujos termos todos os territórios cristãos no Levante seriam mantidos, mas Jerusalém permaneceria sob o controle dos muçulmanos, com seu o compromisso de que não se oporiam à peregrinação de cristãos desarmados à Cidade Santa. Ricardo voltou para a Europa e Saladino morreu logo depois.

Ao ser eleito em 1198, o Papa Inocêncio III (pp. 1198-1216) convocou a Quarta Cruzada, conclamando os monarcas europeus a colocarem fim às suas disputas internas e voltarem sua atenção ao Oriente. Os reis não puderam participar, mas muitos dos mais importantes senhores da França, Alemanha e Itália, tais como Balduíno IX do Flandres, Bonifácio II de Montferrat e Teobaldo III de Champagne, organizaram um numeroso exército para atender ao chamado do papa. A Quarta Cruzada começou a desviar-se de seus propósitos por interferência do doge de Veneza, Enrico Dandolo, que concordou em alugar navios aos cruzados se estes o ajudassem a reconquistar a cidade croata de Zara, que estava

Digitalizado com CamScanner

sob poder do rei da Hungria, um monarca católico. Essa evidente secularização da cruzada e seu o uso para fins comerciais de Veneza escandalizaram o Papa Inocêncio, que ficou enfurecido e os excomungou a todos.[19] O que houve a seguir foi ainda mais trágico: os cruzados, novamente por instigação veneziana, em vez de atacar Jerusalém procederam ao assalto de Constantinopla, um evento cuja brutalidade e violência abalaram as esperanças de retorno dos cismáticos ao seio da Igreja.[20] O Império Bizantino foi substituído por um Império Latino e o conde Balduíno do Flandres foi coroado seu imperador. Os Bálcãs foram divididos em principados latinos (Tessalônica, Acaia, Atenas, Rodes, Creta) e, durante quase sessenta anos, os católicos detiveram parte do antigo território bizantino.

Mas como Jerusalém continuava em mãos muçulmanas, em 1217 partiu a Quinta Cruzada, organizada pelo Papa Honório III (pp. 1216-1227) e liderada pelo rei André II da Hungria, pelo conde Leopoldo VI da Áustria e por João de Brienne, rei *de jure* de Jerusalém, com a promessa de contribuição do imperador Frederico II. Os cruzados decidiram que para conquistar Jerusalém era preciso obter antes o Egito, já que Jerusalém estava em poder do sultão egípcio. Assim, atacaram Damieta, cidade portuária egípcia, confiando em que o imperador enviaria reforços; como,

19 "Em vez de conquistar a Terra Prometida, tivestes sede do sangue dos vossos irmãos! Satanás, o sedutor universal, também vos seduziu!", bradou Inocêncio III.

20 Após a conquista de Zara, os cruzados receberam a visita do príncipe bizantino Aleixo Ângelo, que relatara que seu pai, o Imperador Isaac II havia sido deposto e cegado por seu irmão, que se coroara imperador Aleixo III. O príncipe implorava que os cruzados o ajudassem a recuperar o trono usurpado por seu tio. Mais uma vez os venezianos não perderam a oportunidade: Constantinopla era sua grande rival mercantil e conquistá-la seria de grande vantagem para Veneza. Em 1204, os cruzados atacaram Constantinopla, conquistaram-na e coroaram o dito príncipe como imperador Aleixo IV. Inocêncio III aceitou a conquista na esperança de assim remediar o Cisma do Oriente. Porém, como os bizantinos em seguida assassinaram Aleixo IV, os cruzados retornaram, invadiram a cidade, massacraram seus cidadãos e pilharam Constantinopla por três dias.

Digitalizado com CamScanner

porém, o traiçoeiro Frederico não os enviou, os muçulmanos se reorganizaram e impuseram aos cruzados uma trégua de oito anos.

Após o fracasso da Quinta Cruzada, partiu uma Sexta, que foi a primeira a não ser convocada pelo papa. A cruzada foi convocada pelo próprio imperador Frederico II, que era casado com Iolanda, herdeira de Jerusalém, e partiu para a Terra Santa a fim de reclamar seus direitos como rei de Jerusalém. Como o imperador estava excomungado, seu exército sofreu deserções e esteve próximo de se dissolver. Porém, em 1229, o hábil Frederico obteve um tratado com o sultão Camil, que lhe concedeu a posse de Jerusalém e das cidades de Belém, Nazaré e Sidônia, desde que o imperador reconhecesse liberdade de culto para os muçulmanos nessas terras. Frederico concordou, foi coroado rei de Jerusalém e retornou à Europa logo em seguida.

Essa "reconquista" de Jerusalém foi efêmera, pois os turcos se reorganizaram e tomaram novamente a cidade em 1244, expondo os estados cruzados restantes no Levante ao risco de desaparecer. Foi neste mesmo ano que, à beira da morte, na distante França, São Luís decidiu tomar a cruz e liderar uma Sétima Cruzada a fim de recuperar Jerusalém.

2. O IDEAL DE CRUZADA

São as seguintes, em suma, as causas remotas e imediatas das cruzadas: a perda de grande parte do mundo cristão para o islã, incluindo Jerusalém; a necessidade de defesa do flanco oriental da Cristandade em face do avanço turco; e, após a Primeira Cruzada, a preservação dos estados cristãos na Terra Santa (ou a recuperação de Jerusalém quando caiu novamente sob o islã). Os que assemelham as cruzadas ao *jihad* islâmico equivocam-se. As cruzadas não tinham pretensão de expandir a fé e tampouco de conquistar territórios muçulmanos. O seu objetivo sempre foi retomar terras que um dia haviam sido cristãs.[21] Ademais, nem nas

---

21 Riley-Smith, cap. 2, p. 83-85.

Digitalizado com CamScanner

crônicas cristãs, nem nas islâmicas existem relatos de cruzados que, ao fazer muçulmanos prisioneiros, forçassem-nos a escolher entre o batismo e a espada. Verifica-se, porém, o inverso. Basta recordar que duzentos e trinta cavaleiros templários e alguns hospitalários foram executados pelo satisfeito Saladino após a Batalha de Hattin em 1187 *por se negarem a abandonar a fé cristã.*[22]

Mas, por relevantes que possam ter parecido as razões que levaram a Igreja a conclamar todas aquelas expedições, foi o ideal formado a partir da Primeira Cruzada o fator mais decisivo para que tantas gerações empreendessem aquelas perigosíssimas viagens. Desde o sucesso daquela primeira expedição, o imaginário medieval esteve impregnado pela ideia de cruzada e a força dos espíritos foi para ela canalizada, tal qual explica Jean Richard:

> Desde o fim do século XI e até data avançada que até ultrapassa a Idade Média, e sobretudo nos séculos XII e XIII, a cruzada foi um dos elementos permanentes do pensamento religioso dos homens aos quais cabia realizá-la, a saber, tanto de papas e clérigos, quanto de reis, barões, cavaleiros e de uma parte importante das outras categoriais sociais. Ela aparecia como um imperativo, um dever a se cumprir para com Deus à maneira de um dever do vassalo para com seu senhor, e como um meio de crescimento espiritual, em razão do liame estreito que a unia à remissão dos pecados. Ela oferecia a ocasião de uma reconciliação com o Senhor ao preço de um esforço heroico de penitência.[23]

Se os muçulmanos, acentua Amin Maalouf, consideravam aquelas campanhas como "guerras ou invasões francas",[24] os cruzados enxergavam suas expedições como um dever. Posto o termo "cruzada" inexistir na

22 Demurger, parte III, cap. III, p. 235-236. Read, parte II, p. 176.

23 Richard, parte II, cap. I, p. 159.

24 Maalouf, *Av. Prop.*, p. 5

Digitalizado com CamScanner

Idade Média,[25] falava-se em "cruzar-se", ato que significava "tomar a cruz" para seguir a Cristo. Aqueles que o faziam abandonavam mulheres, crianças e terras por amor a Deus, colocando suas vidas em risco por amor a seus irmãos,[26] tal como o próprio Cristo ensinara: "não existe amor maior do que dar a vida pelo amigo" (Jo 15,13). Se não fosse assim, o que explicaria o lamento de Joinville quando deixou sua amada terra sem olhar para trás, "com receio de que o meu coração se condoesse do belo castelo que deixava e dos meus dois filhos"?[27] Essas não são as palavras de um homem insatisfeito com sua vida, e que parte para terras distantes em busca de riquezas e benesses; são, isto sim, o clamor de um homem feliz, que deixa tudo quanto mais ama em nome de um ideal superior... e sem saber se vai voltar! É realmente curioso — e sempre esquecido — que, daquelas centenas de milhares de católicos que durante dois séculos se cruzaram, a esmagadora maioria não voltou para seu lar, para sua esposa e filhos, para este Ocidente que intentou honrar...

Contemplar Jerusalém era a grande aspiração terrena dos cristãos daquele tempo: visitar o Santo Sepulcro, o Jardim das Oliveiras, percorrer a *Via Crucis*, rezar no local de Seu nascimento em Belém, trilhar Seus passos na Judeia, sentir a brisa do Mar da Galileia, pisar nos locais tantas vezes mencionados pelos padres nos seus sermões... Devolver essas terras à Cristandade era um ideal de vida; a proteção dos peregrinos, uma razão para se lutar; defender os estados cruzados, um sacrifício em nome de Cristo. E apesar de todas as mesquinharias que a (mesquinha) modernidade pôde atribuir às intenções de tais homens, foi um ideal espiritual que os moveu, tal como diz o sempre romântico, mas acurado Bénouville:

> Uma vez ainda mais, estes homens rudes, muitas vezes bárbaros, são antes de tudo cristãos. [...] Para as suas almas ardentes trata-se de não

---

25 Este é um termo moderno. Falava-se em peregrinação, passagem, expedição além-mar (Pernoud, 1978, cap. VII, p. 120).

26 Riley-Smith, cap. 3, p. 122.

27 Joinville, parte II, §§110-113, 119, 122.

> perder o sentido da vida. E enquanto bebem e cantam, quando escrutam os longes com os olhos turvados pelo sal marinho, quando dormem também sob o céu estrelado, obedecem à injunção formal da Lei que diz em todos os tons e repete: "Não tendes aqui morada permanente" (Hb 13,14). Sim, eles são na verdade, como o queria o apóstolo Pedro, peregrinos na Terra. E isso conta mais para compreender o espírito das suas caravanas do que a compreensão de um desejo de conquistas limitado a si mesmo ou a alegria de um combate. Eles conhecem o secreto e profundo sentido da viagem.[28]

E diz o mesmo autor que

> com um ardor duramente justificável, com o sentimento imperioso de que é necessário salvar o Ocidente, os orgulhosos senhores ergueram a cruz: "O que não carrega a sua cruz e não vem comigo não é digno de mim". Desta época prodigiosa se pode afirmar, retomando a expressão de S. Paulo, que ela é dominada pela loucura da cruz, uma paixão ardente e selvagem que, no seu próprio excesso, leva os homens a entrever a verdade como que ao clarão de um grandioso braseiro [...] É supérfluo justificar este desejo de vencer e este apetite de sofrer que, século após século, levou a erguer a cruz os nossos antepassados e os lançou para o Oriente, para a África, numa marcha ininterrupta. Entre os cruzados que tombaram lá, em terra estranha, para não mais se levantarem — são quase dois milhões... Caíram na terra longínqua, cansados de caminhar, mas nunca renunciando, mesmo no seu invisível sono, a esperar nestes lugares santos que se lhes venham juntar os seus filhos e os filhos de seus filhos.[29]

Foi após a vitória da Primeira Cruzada que este "ideal" se firmou. Os cristãos, sabendo que estiveram naquela ocasião em imensa desvantagem, mas que ainda assim venceram, não encontraram outra explicação satisfatória para a vitória além de que Deus intervira por eles. Doravante, nas cartas e testemunhos dos cruzados, a ideia de cruzada como uma

---

28 Bénouville, cap. V, p. 145.

29 Bénouville, cap. IV, p. 129-129. A cifra de "dois milhões" é, talvez, exagerada.

guerra inspirada e dirigida divinamente se revelaria de modo vívido. Mas e quanto aos fracassos? Ora, até as derrotas reforçavam essa impressão. Após certo período de consternação diante dos malogros, como o da Segunda Cruzada, e de interrogarem a Deus o porquê de ter deixado seus exércitos perecerem, os homens constatavam que esses desastres deviam ser atribuídos não a Deus, mas aos pecados dos próprios cruzados.[30] A esse respeito comenta Michaud:

> Os cruzados, quando sofriam esses reveses, acusavam-se reciprocamente de ter merecido, por seu proceder, todos os males que os afligiam. A carestia, as doenças, as desgraças da guerra despertaram em suas almas o remorso dos culpados e as alteridades da penitência misturavam-se sempre com o sentimento de suas misérias; quando, por fim, a vitória alegrava novamente as bandeiras dos cruzados e a sorte se mostrava mais favorável, os guerreiros cristãos persuadiam-se de que se haviam tornado melhores e agradeciam ao céu tê-los feito dignos de sua misericórdia e de seus benefícios.[31]

Todavia, as cruzadas não eram somente fruto do fervor religioso individual, mas do impulso de toda uma civilização marchando conjuntamente. Com efeito, se houve guerras posteriores que abrangeram um número maior de nações, as cruzadas foram as que lograram unir povos distintos da forma mais uniforme — não através de interesses *variados*, mas em torno de um único interesse, ideal e fé. Os exércitos cruzados eram a Cristandade inteira em marcha, a ponto de Goyau afirmar que essas duas ideias — a de Cristandade e a de cruzada — seriam ideias gêmeas,[32] e de Daniel-Rops intitular seu volume sobre a história da Igreja durante a Cristandade como "*L'Église de la cathédrale et de la croisade*". Vemos na crônica de Jean Sarrasin os exércitos de São Luís no Egito

---

30 Riley-Smith, cap. 3, p. 124. Michaud, t, VI, L. XXI, p. 253-258.

31 Michaud, t, VI, L. XXI, p. 258.

32 Goyau, cap. II, p. 49.

Digitalizado com CamScanner

serem mais de uma vez chamados de "exércitos da Cristandade",[33] e os muçulmanos a tratar o santo não como rei da França, mas como representante da Cristandade.[34]

O ideal de cruzada foi, portanto, um ideal universalista, *katholikós*, e esse universalismo se constata quando consideramos a pluralidade de nações que, ante a convocação da Igreja, tomou parte das expedições. A Primeira Cruzada (1095-1099) contou com a participação de franceses, alemães, normandos italianos e genoveses. A Segunda Cruzada (1147-1150) se deu em três frentes e abarcou quase todas as nações católicas: a expedição ao Oriente foi liderada pelos reis da França e da Alemanha e por nobres de todos os feudos franceses e germânicos, e contou com contingentes enviados pela Inglaterra, Normandia, Sicília e Estados Papais; na frente ibérica participaram Portugal, Barcelona, Leão e Castela, Gênova, Pisa, Inglaterra e Flandres; à frente nórdica aderiram a Polônia, Dinamarca e o Sacro Império Romano. A Terceira Cruzada (1189-1192) foi liderada pelos três mais poderosos reis cristãos: Frederico I da Alemanha e da Itália, Filipe II da França e Ricardo I da Inglaterra, acompanhados por muitos de seus vassalos, além de ter contado com a participação da Hungria, Dinamarca, Noruega, Pisa e Gênova.[35] A Quarta Cruzada (1202-1204) foi levada a cabo por venezianos, franceses, alemães e holandeses. Da Quinta Cruzada (1217-1221) tomaram parte o rei da Hungria e duque da Croácia, André II, assim como tropas da Áustria e de todo o Sacro Império, dos Estados Papais e do Flandres. A Sexta Cruzada (1228-1229), chefiada pelo Imperador

33 Jean Sarrasin, cap. 2.

34 *Ibid.*, cap. 15.

35 Outras expedições ao longo do século XII que não contam entre "as oito" demonstram o internacionalismo do movimento: (a) a Cruzada de 1101 contou com a participação de cruzados de todas as regiões da França, muitos da Alemanha, Itália, Áustria e de Gênova; (b) a Cruzada de 1107, de cruzados da distante Noruega; (c) a Cruzada de 1122-24, vencida pela República de Veneza; e (d) a Cruzada de 1197, essencialmente alemã.

Digitalizado com CamScanner

Frederico II, foi composta por alemães e sicilianos. A Sétima Cruzada (1248-1254) foi liderada pela França e contou com contingentes da Inglaterra, Alemanha, Escócia e Noruega. Da Oitava Cruzada (1270-1272), igualmente chefiada pela França, tomaram parte Inglaterra, Aragão, Sicília, Escócia e Navarra.

Esse foi talvez um dos maiores méritos das cruzadas: o de terem impelido a civilização cristã a tomar consciência de si mesma e canalizar, a despeito de seus antagonismos internos, todas as suas forças dispersas para o ideal, comum a tantas nações e gerações, de recuperar os Lugares Santos e garantir a sobrevivência de seu mundo.

E é certo que todo o orbe cristão se envolvia nas cruzadas, pois quando uma expedição falhava, não eram apenas os peregrinos tidos por culpados, "mas também os cristãos que haviam ficado no Ocidente":

> Deus tinha confiado sua herança à virtude e à devoção de todos os fiéis, e o universo cristão respondia por esse depósito sagrado. Quando se soube na Europa que Jerusalém havia caído em poder de Saladino [em 1187], os fiéis correram de todas as partes às igrejas, para se acusar de seus pecados, e a Cristandade só pensou em expiar pelo jejum e pela oração a licença e a corrupção dos costumes, que tinham causado a ruína de Sião e o último triunfo dos ímpios.[36]

Houve, em suma, um ideal cruzado que animou toda a Cristandade por dois séculos e que se confundia com seu próprio ideal civilizacional: o valor cristão do sacrifício e de abnegação em nome dos interesses superiores da fé.

Mas e quanto ao amor? Coadunar-se-ia a caridade cristã com a violência da guerra? A verdade é que Santo Agostinho (†430) havia séculos demonstrara suficientemente a legitimidade da guerra justa e, no século XII, o grande pregador da Segunda Cruzada, São Bernardo de Claraval, escreveria um importante tratado a respeito do uso legítimo das armas

---

36 Michaud, t, II, L. XXI, p. 258-259.

Digitalizado com CamScanner

por cristãos.[37] Em guerras como as cruzadas, combate e virtude não se opunham: uniam-se. É isso que se verá, ademais, em São Luís. Outrossim, as aspirações que fizeram os medievais edificarem as catedrais e que os moveram durante vinte décadas para o Oriente são as mesmas — edificar por Deus, lutar por Deus, viver por Deus. É esse o ideal que se extrai de cada crônica: Guilherme de Tiro, Odo de Deuil, Pedro de Blois, Jean Sarrasin, o próprio Joinville...

Mas em que medida esse ideal correspondeu à realidade? As cruzadas atenderam a esses princípios ou corromperam-se em rapinagem? Antes de se responder a essa pergunta em termos histórico-factuais, procurem-se considerar certas verdades próprias da religião que os cruzados professavam: conforme essa religião, que é a católica, a Igreja é o Corpo Místico de Cristo, ao qual, na terra, estão integrados tanto os que já são santos quanto os pecadores inveterados (ainda unidos ao Corpo Místico pela fé). Mas há, entre um e outro grupo, uma multidão esmagadora de almas que se esforçam, entre vitórias e quedas, para romper com os laços do pecado, ora fazendo o que sua fé lhes exige, ora sucumbindo às ambições temporais e às paixões desordenadas. A Igreja é, portanto, composta por uma infinidade de homens imperfeitos, abarcando desde santos até pecadores infames. As cruzadas, enquanto empreendimentos coletivos de católicos de todas as condições não fugiram desse plano.

---

37 Quando foi fundada em 1118 a ordem religioso-militar dos templários, São Bernardo escreveu para ela uma espécie de apologia (Bouchet, 1998, cap. III, p. 79). Trata-se do famoso "*De Laude Novae Militiae*", no qual o santo de Claraval expõe com clareza o pensamento católico sobre o uso das armas, que considera perfeitamente digno de um cristão combater contra os inimigos da fé com os instrumentos da guerra. Ele opõe, nesse tratado, o cavaleiro que luta somente por motivos temporais ao que trava uma guerra justa: aquele que guerreira injustamente é homicida, enquanto o que guerreia justamente não é. São Bernardo diz não ser justo matar os inimigos da fé se estes não se movem contra ela; no entanto, se o fazem, é necessário dar-lhes combate. Levantando-se contra os pacifistas a partir de argumentos extraídos do próprio Evangelho, Bernardo, em suma, dizia que o cristão tem o dever de defender o patrimônio espiritual de seu credo com as armas em punho.

Digitalizado com CamScanner

Observando os indivíduos, constata-se que nas cruzadas houve desde santos, como o próprio São Luís, a heróis do calibre de Godofredo de Bulhão (†1100), o qual se recusou a ser rei de Jerusalém por "não querer usar uma coroa de ouro na cidade onde Deus usara uma coroa de espinhos"; houve homens devotos como o rei Luís VII da França (1120-1180), o rei Sigurdo da Noruega (†1130), o rei Ricardo Coração de Leão (1157-1199) e o famoso rei Balduíno IV de Jerusalém, o Leproso (1161-1185). Houve cavaleiros como o imperador Frederico Barbaroxa (1122-1190), que, arrependido de seus conflitos com a Igreja, tomou penitentemente a cruz e morreu a caminho. Houve, ademais, bons cristãos que, conquanto originalmente movidos por ideias religiosos, acabaram por deixar interesses pessoais prevalecerem, como o conde Raimundo IV de Toulouse (†1105), que não resistiu à tentação de conquistar para si um feudo na Terra Santa. Houve cruzados que viveram o avesso dos preceitos da sua religião, mas que na derradeira hora professaram sua fé heroicamente, como o infame Reinaldo de Châtillon (†1187). Este homem, apesar de não ter sido bom católico, quando Saladino fê-lo optar entre a conversão ao islamismo ou a morte, respondeu: "Sois vós que deveis vos converter! Se vós acreditásseis em Nosso Senhor Jesus Cristo, poderíeis evitar o castigo da danação eterna, que não deveríeis duvidar de que esteja preparado para vós!" Morreu decapitado após a atrevida resposta.[38]

Houve ainda cruzados cujas razões religiosas não pareciam contar tanto, como Boemundo de Taranto, príncipe de Antioquia (†1111), e o rei Balduíno I de Jerusalém (†1118), ávidos por terras do Levante; homens como Enrico Dandolo (†1205), o nonagenário doge de Veneza que, por interesses mercantis, forçou o desvio da Quarta Cruzada para a cruel conquista de Constantinopla; e patifes como o imperador Frederico II (1194-1259), homem sem fé que via a cruzada e a conquista de Jerusalém como meios de glorificação pessoal.

---

38 Read, parte II, p. 175-176.

Digitalizado com CamScanner

Houve momentos de grande heroísmo como a Batalha de Antioquia de 1098, o sacrifício dos templários e hospitalários em Hattin em 1187 e a conquista de Acre em 1191, mas também episódios como o cerco de Maarate em 1098 e o saque de Constantinopla em 1204, nos quais se cometeram indizíveis e vergonhosos crimes.

Assim foram as cruzadas: misto de heroísmo e fidelidade com humanidade decaída. Lamentem-se os momentos nos quais, em razão da inafastável condição humana, a carne falou mais alto e barbaridades foram perpetradas, e recordem-se com a devida justiça a generosidade daqueles que estamparam a cruz no peito e, entre grandes dificuldades, mantiveram-se fiéis aos elevados princípios pelos quais se moviam em defesa da Cristandade e de sua fé. Apliquemos a essa história o que diz a pena nada suspeita do anticlerical Jules Michelet, segundo quem "é preciso considerar nesta epopeia não o sucesso momentâneo nem a desaire, mas o espírito que a anima".[39] Seria injusto, arremata Daniel-Rops, considerar que os erros, desvios e ambições políticas e pessoais foram decisivos:

> Se, para empregar o vocabulário de Pégut, "a política se misturou com a mística", se até "a mística degenerou em política", é preciso não esquecer que a Cruzada foi — desta vez no verdadeiro sentido da palavra — um evento místico, a manifestação de um impulso espiritual que jorrou do mais nobre fundo das almas, a expressão heroica de uma fé que só encontrava satisfação no sacrifício, uma resposta ao apelo de Deus.[40]

Este era o ideal que animava São Luís, talvez o mais puro dos cruzados, quando ele decidiu tomar a cruz em 1244, e quando embarcou, em 1248, rumo ao Oriente.

3. Da França ao Egito

39 Michelet *apud* Bénouville, cap. VI, p. 189.

40 Daniel-Rops, t. 3, p. 483.

Digitalizado com CamScanner

No dia 25 de agosto de 1248, Luís IX da França, sua esposa Margarida, seus irmãos Roberto e Carlos e uma parcela do exército da Sétima Cruzada embarcaram em Aigues-Mortes, no litoral mediterrâneo da França. O exército era composto por vinte e cinco mil homens e cerca de oito mil cavalos, e a frota combinava trinta e oito grandes navios e mil e oitocentas embarcações menores.[41] Não foi possível embarcar todo o exército, tanto que alguns soldados permaneceram em terra para serem transportados depois. Outros contingentes embarcariam em Marselha sob a liderança de Afonso de Poitiers, irmão do rei.[42] Após entoar-se o *Veni Creator Spiritus*, levantou-se âncora e o capitão gritou aos seus marinheiros: "Abri a vela, em nome de Deus". E assim se fez.[43]

O primeiro destino era o Chipre, governado àquela altura por Henrique I de Lusignan, rei de origem francesa. Desde sua conquista pelos latinos na Terceira Cruzada em 1191, o Chipre era a base de todas as incursões seguintes em razão de sua posição estratégica no Mediterrâneo, próxima tanto do Egito quanto da Palestina. E seria base para a de Luís IX.

A travessia para o Chipre durou cerca de três semanas. Luís desembarcou em sua capital, Nicósia, em 17 de setembro de 1248, e lá foi decidido que a cruzada não atacaria imediatamente os muçulmanos da Palestina, mas os do Egito. Pensava-se que, vencendo o sultão do Egito, os cruzados impediriam que ele viesse em socorro do sultão de Bagdá (que detinha Jerusalém) quando se lançassem à tomada dos Lugares Santos. Não era fortuita a decisão de Luís IX de atacar o Egito, dizendo Bordonove que "ela resultava de informações precisas, de uma percepção aguda da realidade e de um senso estratégico bastante notável."[44]

---

41 Joinville, parte II, §146. Bénouville, cap. V, p. 144.

42 Joinville, parte II, §125. Deles faziam parte Joinville, senescal de Champagne, e sua comitiva.

43 Essa é, ao menos, a descrição que Joinville (parte II, §126) faz do seu próprio embarque, dado, como dito acima, em local distinto do de São Luís.

44 Bordonove, parte IV, cap. 1, p. 170. Bénouville (cap. IV, p. 133-134) e Goyau (cap. II, p. 50-52) dão-nos uma preciosa informação: no século XVII, quando Luís XIV

Anota Maalouf em seu "*Les croisades vues par les arabes*" que Luís IX, como era habitual entre os monarcas, avisou o sultão do Egito de seu pronto ataque:

> Já vos dei muitos avisos, e vós os ignorastes. Doravante minha decisão está tomada: atacarei vosso território, e mesmo que vós jurásseis lealdade à Cruz, não mudaria de decisão. Os exércitos que me obedecem cobrirão os montes e as planícies, numerosos como as pedras no solo, e marcharão contra vós como espadas do destino.[45]

E, apoiando seus avisos nos sucessos que nos últimos anos os reinos católicos da Espanha obtiveram contra os muçulmanos, com as sucessivas conquistas de Córdoba (1236), Múrcia (1241), Jaén (1246) e, por fim, Sevilha (1248), conquistada pelo rei Fernando III de Castela, perguntava São Luís ao sultão se aquilo não servira aos islâmicos de lição sobre o que a Cristandade era capaz de lhes infligir. Como resposta, o

---

arregimentara forças para invadir a Holanda, o célebre Leibniz dirigiu-lhe um memorando convidando-o a aproveitar o ajuntamento de tropas não para guerrear entre cristãos, mas para renovar a epopeia de seu ancestral São Luís. Sublinhando a fragilidade dos turcos, o sábio indicava que depois de ter conquistado Alexandria e o Cairo, o Rei-Sol poderia conquistar o Império Otomano, dominar o Mediterrâneo, estender seu império ao Mar Velho, ao mar da Etiópia, ao golfo Pérsico e apoderar-se do comércio da Índia. Para a consecução de tais objetivos, Leibniz enfatizava a necessidade de sujeitar o Egito, necessidade que, quatro séculos antes, São Luís já percebera; e, demonstrando ter estudado detalhadamente a cruzada de Luís IX, explicava o porquê de ele ter falhado, a fim de evitar que o herdeiro daquele rei caísse nas mesmas faltas do seu antepassado; e rematava dizendo que "a França parece reservada pela Providência para guiar os exércitos cristãos no Levante, para dar à Cristandade os Godofredo de Bulhão e, acima de tudo, os São Luís". Este apelo extraordinário, conservado nos arquivos de Versalhes, desapareceu durante a Revolução e caiu nas mãos de Napoleão e da Inglaterra. Napoleão tentou colocá-lo em prática durante sua campanha no Egito, mas a Inglaterra o impediria, graças sir Sidney Smith, de realizar um plano que fez seu, mas que São Luís concebera antes de todos. Posteriormente, Napoleão diria a respeito da derrota que Smith lhe impôs: "Aquele homem me tirou o meu destino; se não fosse ele, eu seria imperador do Universo".

45 Maalouf, cap. XIII, p. 270.

Digitalizado com CamScanner

sultão questionou se Luís se esquecera das múltiplas vitórias do islã sobre o mundo cristão nos últimos séculos, avisando-lhe que se viesse, seria derrotado.[46]

Luís desejava partir imediatamente para o Egito, mas os barões o convenceram a permanecer por mais tempo no Chipre, uma vez que a frota saída de Marselha, em razão de retardos causados por ventos contrários e avarias, ainda não havia chegado. Mas, mesmo após a chegada de quem faltava, a partida teve que ser adiada para o ano seguinte devido ao inverno. Os cruzados permaneceram no Chipre por meses, e nesse período Luís reorganizou o exército e reuniu uma imensa quantidade de

---

46 *Ibid.*, cap. XIII, p. 270. O cronista árabe Al-Makrizi, que viveu entre 1364 e 1442, em sua crônica sobre a Cruzada de São Luís (§3) reproduz uma carta escrita pelo santo rei ao sultão . Em nossa opinião, trata-se de mera adaptação. Teria escrito o rei da França: "Tu não ignoras que eu sou o príncipe daqueles que seguem a religião de Jesus Cristo, como tu és daqueles que obedecem à lei de Maomé; teu poder não me inspira terror algum, e como me inspiraria? Eu, que faço tremer os muçulmanos que estão na Espanha, eu os conduzo como um pastor conduz um rebanho de ovelhas; eu que acorrentei suas esposas e seus filhos; eles tentam me apaziguar e desviar minhas armas com presentes. Os soldados que marcham sob meus estandartes preenchem as planícies, e minha cavalaria não é menos temível. Tu, que não tens meios de desviar a tempestade que te ameaça, recebe os sacerdotes que ensinam a religião cristã, abraça-a e adora a Cruz; de outro modo, perseguir-te-ei, e Deus decidirá quem, dentre mim e ti, deverá ser o senhor do Egito." Esta carta, com elementos de verdade que voltam posteriormente à tona na carta mencionada por Maalouf, é provavelmente fruto da reprodução oral islâmica de um documento que existiu, mas não se trata do documento *em si*. Aduzimos três motivos: (a) São Luís, mesmo que escrevendo a um sultão ignorante em relação às coisas do mundo cristão, jamais arrogaria para si a condição de "príncipe daqueles que seguem a religião de Jesus Cristo"; (b) se é verdade que o santo rei considerava as vitórias dos reinos cristãos na Península Ibérica contra os muçulmanos como vitórias da Cristandade e de toda a Igreja, não alegaria, contudo, ser titular dessas vitórias, que não eram suas, mas de seu primo, o rei de Castela, tampouco alegaria que "faço tremer os muçulmanos que estão na Espanha", uma terra em que jamais pisou; (c) salta aos olhos, ademais, o indiscutível toque islâmico da carta quando São Luís supostamente exorta o sultão a "adorar a cruz", segundo a crença corrente entre os muçulmanos de que os cristãos eram adoradores da cruz.

Digitalizado com CamScanner

recursos para a campanha, talvez o maior abastecimento de víveres da história das cruzadas.[47]

O rei do Chipre alojou Luís e Margarida na sua capital, Nicósia, enquanto os soldados acamparam nos vilarejos do entorno. Foi no Chipre, aliás, que Luís conheceu Joinville e requisitou os serviços dele e de seus cavaleiros. Diz Bordonove que nele "Luís obteve um amigo fiel e um historiador sem o qual nós conheceríamos bastante mal o santo rei. Pois, desde então, Joinville viveu na familiaridade do rei e se tornou testemunha até de seus menores atos."[48]

As notícias sobre a Sétima Cruzada corriam por todo o Oriente, diz Michaud, e a chegada de Luís IX causou uma imensa sensação entre muçulmanos e cristãos.[49] Foi a essa altura, durante a permanência de Luís IX no Chipre, pouco antes do Natal de 1248, que chegaram dois emissários dos poderosos mongóis (também chamados "tártaros"), então em guerra contra os muçulmanos. Tal como relatou Jean Sarrasin, camareiro do rei, os embaixadores traziam uma mensagem do príncipe mongol Erchaltai, propondo um ataque conjunto ao mundo muçulmano: "eles diziam", narrou o camareiro, "que seu senhor pedia que o rei fosse ao Egito guerrear contra o sultão do Cairo, e que os tártaros entrariam eles mesmos nas terras do sultão de Bagdá para guerrear e que, assim, estes dois príncipes muçulmanos não poderiam socorrer um ao outro".[50] Luís,

---

47 Joinville, parte II, §§130-132. Cassard, parte I, cap. II, p. 130.

48 Bordonove, parte IV, cap. 2, p. 182.

49 Escreve Michaud (t. IV, L. XIV, p. 376) que "uma predição em que todos acreditavam nas regiões mais afastadas e que os missionários encontraram então espalhada até a Pérsia, anunciava que o rei dos francos devia logo dispersar todos os infiéis e libertar a Ásia do culto e dos sacrilégios de Maomé. Acreditou-se, então, que o momento havia chegado. Uma multidão de cristãos acorreu da Síria, do Egito e de todos os países do Oriente para saudar aquele que Deus tinha encarregado de realizar as suas divinas promessas".

50 Jean Sarrasin, cap. 1. Pelo que afirma Maalouf em seu "*Les croisades vues par les arabes*" (cap. XIII, p. 269), os muçulmanos, assistindo aos embaixadores de ambos os lados indo e voltando, estavam cientes dessas tratativas entre cristãos e mongóis, e compreendiam, de algum modo, que eles desejavam encurralar o mundo islâmico.

Digitalizado com CamScanner

mais cristão do que guerreiro, viu nessa proposta, além de um trato militar, uma oportunidade de levar a fé a essas massas humanas gigantescas que não conheciam a religião verdadeira. Não apenas concordou com a aliança, como também enviou emissários para o senhor dos mongóis com intenções missionárias.[51]

Após nove meses no Chipre, na sexta-feira antes do Pentecostes de 1249, Luís e Margarida da Provença embarcaram na nau *La Monnaie*, e os demais em seus respectivos navios. Zarparam, por fim, no sábado, dia 29 de maio. Joinville diz que "todo o mar, desde onde a vista alcançava, estava coberto pelos panos das velas das embarcações; contaram-se mil e oitocentas embarcações, grandes e pequenas."[52] Rumaram para o sul, contornando o Chipre, e chegaram no dia seguinte à cidade cipriota de Limasol, onde Luís desembarcou para ouvir a missa de Pentecostes. Naquele mesmo dia um vento fortíssimo soprou do Egito, dispersando muitíssimos barcos. Como já se sabia da demora que o reagrupamento da frota implicaria, o rei de antemão tinha dado ordens para que, caso algo assim viesse a acontecer, todos os navios se dirigissem de onde quer que estivessem para as costas egípcias. Na segunda-feira o vento cessou, e a nau do rei, com os navios que estavam consigo, zarpou para o Egito, a quinhentos quilômetros ao sul.[53]

Na quinta-feira após Pentecostes, dia 3 de junho de 1249, Luís pôde avistar o litoral do Egito, daquela terra que um dia — e por tantos séculos — fora cristã; terra evangelizada por São Marcos, terra de mártires como Santa Apolônia e Santa Catarina, de confessores como Santo Antão, São Pacômio, Santo Atanásio e São Cirilo, brutalmente tomada pelos infiéis no século VII.[54] Os egípcios estavam bem-informados da chegada dos cristãos: sabiam as suas intenções, a data provável do desembarque

51 Joinville, parte II, §§133-134. Nangis, cap. 29.

52 Joinville, parte II, §§146.

53 *Ibid.*, parte II, §147. Jean Sarrasin, cap. 1.

54 Bordonove, parte IV, cap. 3, p. 185.

Digitalizado com CamScanner

e o tamanho de suas forças. Isso não se devia à declaração de guerra de Luís, mas ao fato de o imperador apóstata Frederico II lhes manter devidamente informados a respeito do avanço dos cruzados.[55] E o sultão do Egito, então em guerra na Síria, ao saber que o exército cristão ia desembarcar em suas terras, partiu imediatamente de onde estava e retornou a seus estados para defendê-los. Afinal, os islâmicos, ressalta Michaud, "consideravam os franceses como os mais bravos da raça dos ocidentais e o rei da França como o mais temível dos monarcas cristãos".[56]

O ataque cruzado seria à fortaleza litorânea de Damieta, que comandava a rota do Cairo, capital do sultanato egípcio. Os cruzados encontram Damieta pronta para a defesa, com muitas tropas e máquinas de guerra. Ao ver os navios cristãos se aproximarem no horizonte, o emir Fakhr al-Din, que era governador da cidade e representante do sultão, e portava armas de ouro que "reluziam ao sol", deu ordens para os seus homens tocarem timbales e trompas a fim de amedrontar os cruzados. O som produzido, disse Joinville, "era aterrorizante de se ouvir".[57]

A bordo, Luís mandou descer as âncoras e reuniu todos os seus barões em seu navio para discutir a estratégia de ataque. Muitos o aconselharam a esperar até que retornasse a parte da frota que se dispersara pelo vendaval no Chipre, já que essa parte correspondia a um terço do exército. O rei, porém, considerou que aguardar seria imprudente, pois reforçaria a moral dos muçulmanos e, como Damieta não possuía porto, exigiria dos franceses presentes que esperassem embarcados, sob o risco de serem eles próprios dispersados por outro vendaval. Foi decidido, então, que na sexta-feira antes da Festa da Santíssima Trindade ocorreria o desembarque no Egito.[58]

---

55 Maalouf, cap. XIII, p. 269.

56 Michaud, t. IV, L. XIV, p. 383.

57 Joinville, parte II, §148. Bordonove, parte IV, cap. 3, p. 186.

58 Joinville, parte II, §§149-150.

Digitalizado com CamScanner

Com a data definida, "cada um", escreveu o camareiro do rei, "foi convidado a se confessar e a pôr em ordem seus assuntos para morrer se fosse da vontade de Nosso Senhor Jesus Cristo." E assim que o Sol despontou no dia designado, 6 de junho de 1249, Luís IX ouviu o Ofício Divino e a Santa Missa. Armou-se e ordenou que todos os demais se preparassem para o ataque.[59]

4. A captura de Damieta

Espiritualmente fortificado, Luís levantou-se de modo enérgico e exortou os cavaleiros de Cristo com um discurso cujo seguinte trecho a posteridade registrou:

> Meus amigos e seguidores, seremos inconquistáveis se formos indivisos! A vontade divina nos trouxe até aqui e, sejam quais forem as forças dos nossos inimigos, iremos desembarcar! Não sou eu que sou o Rei da França, não sou eu que sou a Santa Igreja: sois vós, unidos, que sois a Igreja e o Rei! Em nós Cristo triunfará, dando glória, honra e bendizendo não a nós, mas ao Seu próprio Santo Nome![60]

Dizia isso, explica Michaud, para que ninguém se preocupasse com a segurança dele, pois lutaria ao lado dos outros como mais um soldado de Jesus Cristo. Suas palavras inflamaram a coragem dos nobres e cavaleiros: em todos os navios os guerreiros abraçavam-se de alegria ante a iminência do combate, e aqueles afastados por dissensões juravam esquecer as injúrias e vencer ou morrer juntos.[61]

O rei Luís e alguns de seus cavaleiros desceram em um bote com o legado do papa, o cardeal Eudes de Châteauroux, para que este passasse à frente dos navios abençoando os soldados com uma relíquia da Vera Cruz. Em outro bote, São Luís fez subir a auriflama de Saint-Denis,

---

59 Jean Sarrasin, cap. 2.

60 Michaud, t. IV, L. XIV, p. 386.

61 *Ibid.*, t. IV, L. XIV, p. 386-387.

enquanto os soldados desciam em outros botes em direção à praia. Os muçulmanos, que Jean Sarrasin estimou em cerca de dois mil, correram furiosamente para aonde iam os botes, a fim de aniquilar os cristãos tão logo pisassem na areia. Quando os cruzados viram os infiéis se aproximando, não esperaram a auriflama chegar em terra para atacá-los, mas saltaram de seus barcos, caminhando até a praia com a água até o peito.[62]

"Os nossos", acrescenta o camareiro do rei, "combateram tão vigorosamente que parecia que eles não sofreram nenhuma angústia ou trabalho no mar, e isso pela virtude da Santa Vera Cruz que o legado tinha acima de sua cabeça contra os infiéis". Quanto a São Luís, ao ver "a insígnia de Saint-Denis", a auriflama já fincada em terra, e "não querendo deixar a ninguém a honra de defender essa gloriosa bandeira", seguiu impetuosamente para a praia. Mas como o bote demorava em chegar à margem, o rei saltou, correndo com a água até as axilas, com o escudo amarrado no pescoço, capacete na cabeça e lança na mão. Chegou à praia e, diz Joinville, "teria se lançado ao ataque contra os sarracenos, se os seus homens que estavam consigo o tivessem permitido fazê-lo."[63] Os cruzados ainda eram minoria em terra e os que lá estavam contiveram Luís, implorando que ele esperasse o restante dos homens para entrar em batalha. Mas não foi preciso esperar muito. A massa dos cavaleiros do Ocidente caiu repentinamente sobre os muçulmanos, que se apavoraram, sobretudo quando viram se aproximar a majestosa galé com cerca de trezentos remadores do conde de Jafa, João de Ibelin, da qual saltou uma multidão de cavaleiros.[64] A batalha na praia durou do início da manhã até o meio-dia, mas os árabes, incapazes de resistir ao ataque cristão, recuaram para Damieta, enquanto, segundo Sarrasin, "o rei permaneceu na margem e o exército da Cristandade com ele". "Poucos dos nossos morreram", acrescenta o cronista, "enquanto tombaram cerca de quinhentos muçulmanos, dentre

62 Jean Sarrasin, cap. 2.

63 Joinville, parte II, §162.

64 *Ibid.*, parte II, §§158-160.

Digitalizado com CamScanner

os quais quatro emires".[65] Percebendo a impossibilidade de resistir, os infiéis se evadiram da cidade em uma debandada alucinada e aterrorizada, não sem antes incendiarem uma parte dos armazéns para que os víveres não caíssem em mãos cristãs.[66] Os cruzados quiseram persegui-los pelo deserto, mas o rei os impediu.[67]

Ao entrarem na cidade, encontraram em uma Damieta quase deserta, onde não havia senão cristãos. Conta o cruzado Guy de Melun que os escravos cristãos de Damieta, os quais Sarrasin calcula em cinquenta e três, ao saberem da chegada dos seus libertadores e da derrota dos sarracenos, "rebentaram suas correntes e correram ao nosso encontro com gritos de alegria, exaltando: 'Bendito o que vem em nome do Senhor!'" O rei reuniu o legado papal, os prelados do exército, sua esposa, irmãos e todos os homens e mandou que se entoasse um solene *Te Deum* em agradecimento a Deus. O estandarte real da França foi posto em uma alta torre enquanto os cruzados aclamavam e louvavam a Cristo pela vitória.[68]

A conquista de Damieta foi um grande feito militar: trinta anos antes, as tropas da Quinta Cruzada demoraram quinze meses para conquistar a cidade, ao passo que as da Sétima a tomaram em poucas horas. Isso, narrou o cronista árabe Al-Makrizi, assustou os muçulmanos:

> A notícia da tomada de Damieta pelos franceses gerou consternação geral no Cairo; pensava-se com dor como essa tomada aumentaria suas

65 Jean Sarrasin, cap. 2. Conforme o cronista árabe Al-Makrizi (§6), morreram os emires Nedjm-Eddin e Sarimeddin.

66 Escreveu Al-Makrizi (§8) que "nada pode descrever a desolação dos habitantes de Damieta, quando viram o emir Fakhr al-Din fugir da cidade e abandoná-los ao furor dos cristãos; eles não ousaram esperar o inimigo, e se retiraram apressadamente durante a noite".

67 Bordonove (parte IV, cap. 3, p. 187-188) considera que não ter perseguido os defensores de Damieta foi o primeiro erro de São Luís na cruzada, pois eles formavam a melhor tropa do sultão. Esse erro é desculpável, no entanto, pois o rei considerava seu exército muito pouco numeroso e não queria expô-lo a um contra-ataque islâmico.

68 Joinville, parte II, §163. Jean Sarrasin, cap. 2-3.

Digitalizado com CamScanner

> forças e sua coragem; os inimigos viram fugir covardemente diante deles o exército muçulmano, e se encontravam senhores de uma quantidade inumerável de armas de toda espécie e de munições de guerra. A doença do sultão, que era dia após dia pior, e que o impedia de agir em circunstâncias tão críticas, elevava ao cúmulo o desespero dos egípcios; ninguém duvidada que o reino se tornaria logo conquista dos cristãos.[69]

O sultão Aiube, que reinava no Egito desde 1240, e que viera da Síria ao saber da chegada dos cruzados, estava imobilizado pela tuberculose e incapaz de comandar suas tropas. Temendo perder o Egito, pretendeu renovar a política de seu pai Camil,[70] oferecendo a Luís IX trocar Damieta por Jerusalém. Era uma proposta tentadora, mas não para o honrado rei da França, que não quis firmar tal tratado com um homem vencido e moribundo.[71] A pragmática modernidade poderia censurá-lo por não ter aceitado, mas não era do feitio do rei da França realizar tal tipo de barganha. São Luís não era, com efeito, o imperador Frederico.

Repelidos os muçulmanos, Luís começou a ocupação e fortificação do território. Na cidade de Damieta havia uma basílica católica construída durante a Quinta Cruzada e que havia sido profanada pelos muçulmanos. O rei mandou purificá-la e dedicá-la a Nossa Senhora. Organizou uma grande procissão desde a praia até o centro da cidade, à frente da qual estavam o cardeal Eudes, o patriarca latino de Jerusalém, os bispos e todo o clero a salmodiar, seguidos pelo rei Luís, caminhando descalço, pelos barões e demais cavaleiros. Na basílica rendeu-se ação de graças a Deus e rezou-se missa em honra da Santíssima Virgem.[72] Ademais, narra Sarrasin, Luís buscou garantir a dignidade do culto divino em Damieta, e para isso

69 Al-Makrizi, §§8 e 10.

70 Que cedeu Jerusalém ao imperador Frederico II em 1229 através de um tratado.

71 Maalouf, cap. XIII, p. 270-271.

72 Nangis, cap. 34, §§2-3. Bénouville, cap. V, p. 150.

Digitalizado com CamScanner

fez nomear um arcebispo para a cidade e um grupo de cônegos, embelezou as mesquitas convertidas em igrejas e concedeu-lhes rendimentos.[73]

Os barões foram alojados em casas correspondentes à sua posição, enquanto a rainha Margarida e suas damas foram instaladas no palácio do sultão. O rei preferiu acampar com os soldados fora da cidade, desprovido das comodidades palacianas — conquanto ainda frequentasse os aposentos da esposa, que engravidou em Damieta em cerca de julho de 1249 —, suportando os desconfortos do terrível calor do verão egípcio e das moscas e pulgas que pululavam na areia, além dos riscos de assaltos dos beduínos, habitantes nômades do deserto que cometiam furtos e assassinatos durante a noite.[74] O rei reforçou as patrulhas noturnas e cercou o campo com fossas e paliçadas para impedir esses ataques furtivos dos infiéis.[75]

Enquanto permaneceu em Damieta, Luís dividiu os espólios da cidade entre os cruzados, travou algumas escaramuças com muçulmanos que tentaram sem sucesso recuperar a fortaleza, acrescentou novas fortificações à cidade e designou-lhe uma poderosa guarnição.[76]

A intenção original do rei era marchar imediatamente em direção ao Cairo, mas decidiu permanecer em Damieta por duas razões: (a) alcançar o interior do Egito exigia atravessar o rio Nilo, algo inviável considerando a cheia veranil; (b) o outro contingente do exército, separado pelo vendaval no Chipre e chefiado por Afonso de Poitiers, irmão do rei, ainda

---

73 Conta Jean Sarrasin (cap. 5) que "o rei enriqueceu as igrejas que antes eram mesquitas, e todos os outros santuários cristãos de cálices, crucifixos, livros, casulas, estolas, tecidos para o altar, imagens de Nossa Senhora, túnicas, dalmáticas, relicários de ouro e prata, e de todas as outras coisas convenientes".

74 O sultão havia oferecido um *besant* de ouro por cabeça de cristão, razão pela qual os beduínos decapitavam os sentinelas e chegavam a desenterrar cadáveres dos cruzados a fim de obter a recompensa.

75 Joinville, parte II, §§177-178. Jean Sarrasin, cap. 3-5. Nangis, cap. 33, §8.

76 Al-Makrizi, §14.

Digitalizado com CamScanner

não havia chegado, sendo prudente esperá-lo.[77] Mas as semanas passavam e a frota de Afonso não chegava. A apreensão fez-se sentir. Temia-se que algo tivesse acontecido com o restante da frota. Uma terrível tempestade, ademais, perto do dia de São Lucas (18 de outubro), colocou em risco muitos dos navios ancorados em Damieta, ocasionando o afogamento de muitos homens e a perda de provisões.[78]

Com o tempo, os cruzados passaram a comportar-se mal no acampamento, ao passo que Luís tentava corrigi-los. A espera e a inação prejudicavam os cruzados, e o rei, então, pedindo a intercessão de Nossa Senhora em favor da chegada das tropas ausentes, mandou que se realizassem procissões no campo e na cidade de Damieta em três sábados consecutivos. E, antes do terceiro sábado, viram-se no horizonte os navios do conde de Poitiers, que desembarcou com seus homens nas praias de Damieta no domingo antes da festa de São Simão e São Judas, 26 de outubro.[79]

Unificado o exército, o rei reuniu os barões para deliberar sobre as próximas ações.[80] Havia duas opções: conquistar a cidade marítima de Alexandria e, de lá, partir para o interior, ou marchar diretamente contra o Cairo. O conde Pedro da Bretanha e a maioria dos barões insistiram com o rei para que se dirigissem a Alexandria, cujo excelente porto, diziam, facilitaria a chegada e o armazenamento de víveres.

---

77 Joinville, parte II, §179. Bordonove (parte IV, cap. 3, p. 188) considera este o segundo erro estratégico de São Luís. Diz que se ele tivesse explorado bem a vitória de Damieta, conseguiria tomar o Cairo quase sem combate; mas pecou por excesso de prudência, esperando os reforços de Afonso de Poitiers. No entanto, acentua Stark (cap. 10, p. 260), São Luís não esperava aquela "vitória relâmpago" contra Damieta: a Quinta Cruzada demorara meses para conquistar a cidade, e o santo rei julgava que iria empenhar todo o verão na tomada de Damieta, marchando Nilo acima apenas no outono.

78 Jean Sarrasin, cap. 5.

79 Joinville, parte II, §§181-182. Nangis, cap. 34, §§5-6.

80 Era costume convocar o conselho de guerra para escolher um objetivo e adotar dada estratégia. Os nobres àquela época eram homens da guerra, preparados desde tenra idade para os combates, ciosos das virtudes da coragem e da honra. São Luís sempre valorizou seu conselho de guerra e a importância de suas orientações.

Digitalizado com CamScanner

Argumentavam, ademais, que a rota de Damieta para o Cairo, se bem que fosse mais curta, passava pela sólida fortaleza de Mansurá, e era cortada por perigosos canais; era, pois, um caminho a ser evitado. No entanto, o conde Roberto de Artois, irmão do rei e homem de temperamento temerário, tomou a palavra e convenceu Luís de que já haviam esperado tempo demais, e era necessário marchar diretamente contra a "Babilônia" (assim se referia à capital do Egito) sem passar antes por Alexandria. E assim ficou decidido. No início do Advento, a 20 de novembro de 1249, o exército partiu de Damieta.[81]

5. A Batalha de Mansurá

A marcha foi incrivelmente lenta. Apenas cinquenta quilômetros separavam Damieta de Mansurá, mas os cruzados não avistaram essa fortaleza antes de 19 de dezembro.

Os muçulmanos, apesar de não ousarem atacar os cristãos em campo aberto, frequentemente assediavam os flancos do exército cruzado, provocando escaramuças aqui e ali.[82] Ademais, o caminho estava repleto de canais que dificultavam muitíssimo a travessia.[83] Um dos cursos d'água era tão difícil de ser transposto que o rei, sob orientação de seu engenheiro, Courvant, ordenou a construção de um pequeno canal para desviá-lo. Mas os muçulmanos conseguiram destruir o canal, desfazendo, diz Joinville, "em um dia o que fizemos por três semanas".[84] Como os cru-

---

81 Joinville, parte II, §183. Jean Sarrasin, cap. 5. Bordonove, parte IV, cap. 4, p. 193-194. Riley-Smith, cap. 8, p. 318.

82 Tais escaramuças foram detalhadamente registradas por Joinville (parte II, §§200-215).

83 Tal como Joinville (parte II, §§187-191) explicou em suas memórias, o rio Nilo "chega até o Egito em um só canal e então se divide em sete braços que se difundem [...] Um dos afluentes vai a Damieta, outro a Alexandria, outro a Raschid. O rei da França chegou com o exército a esse afluente que vai a Raschid e foi alojar-se entre o afluente de Damieta e o de Raschid".

84 Joinville, parte II, §192-194.

Digitalizado com CamScanner

zados não se encorajassem a reconstruí-lo, o cardeal Eudes, legado papal, prometeu conceder indulgência aos voluntários, e o próprio rei carregou sacos de terra para auxiliar na reconstrução.[85]

Em razão das dificuldades causadas pelos canais, o exército foi dividido em dois. Na vanguarda, marchavam os cavaleiros templários e seu grão-mestre, Guilherme de Sonnac, o batalhão inglês, comandado pelo conde de Salisbury, e, por fim, as forças de Roberto de Artois, irmão do rei. O grosso do exército, liderado por Luís, vinha algumas milhas atrás.[86] O rei ordenou que não se atacassem os muçulmanos sem que o exército estivesse reunido, e colocou os templários à frente do seu impetuoso irmão, julgando que conseguiriam impedir qualquer ação temerária de sua parte. Mas não conseguiram e Roberto, desobedecendo ao rei, atacou um acampamento sarraceno à beira do rio Nilo, no lugarejo de Gidleia, onde o emir Fakhr ad-Din se banhava. Havia por ali algumas casas e, conforme narrativa do camareiro do rei, os cruzados praticaram triste carnificina: "nossos homens entraram nas casas dos turcos e mataram a todos, sem diferenciar nem homens, nem mulheres, nem crianças [...] causaria grande piedade ver tantos corpos e tão grande efusão de sangue, se aqueles não fossem inimigos da fé cristã".[87] O emir foi morto pelo próprio Roberto de Artois, e os muçulmanos sobreviventes fugiram para a cidade de Mansurá.[88]

Os cronistas da Sétima Cruzada divergem a respeito do que exatamente aconteceu a seguir. O que se tem por certo é que Roberto de Artois e seus cavaleiros, vendo os sarracenos fugirem, foram ao seu encalço; e que o grão-mestre do Templo e o conde de Salisbury tentaram impedi-lo, avisando Roberto dos perigos de uma emboscada, mas ele não

85 Jean Sarrasin, cap. 6. Bordonove, parte IV, cap. 4, p. 194-195. Bénouville, cap. V, p. 151-153.

86 Joinville, parte II, §218.

87 Jean Sarrasin, cap. 7.

88 Joinville, parte II, §219. S. Luís, *Carta da Terra Santa aos seus súditos*, §2º.

fez caso e cavalgou à toda velocidade para Mansurá. Os que tentaram convencê-lo a não ir seguiram-no para tentar evitar um desastre.[89]

O governante de Mansurá, Baibars, ao ver os cristãos se aproximarem, mandou que se abrissem os portões da cidade para eles entrarem. Estando dentro os cristãos, os portões se fecharam e os cruzados foram emboscados pelas forças muçulmanas que estavam nas ruas transversais e pela população local.[90] Travou-se um combate feroz e desesperado. Cercados e esmagados pelas pedras e vigas atiradas dos telhados, o senhor de Coucy, o conde de Salisbury, trezentos cavaleiros franceses e um número quase igual de templários morreram, assim como o próprio irmão de São Luís, Roberto de Artois, naquele dia 9 de fevereiro de 1250.[91] E Baibars, para encorajar seu exército, divulgou que morrera o próprio rei da França, e reforçou essa mentira exibindo a armadura de Artois com as flores-de-lis.[92]

Joinville e muitos outros valentes cavaleiros nomeados em sua crônica[93] estavam entre os poucos que, estando na vanguarda do exército,

---

89 Nisso Mateus Paris (t. VII, p. 72-79) e Sarrasin (cap. 7) concordam. No entanto, divergem sobre como se deu a decisão de perseguir os infiéis. Sarrasin apresenta um conde de Artois muito mais hesitante, convencido por seus cavaleiros a perseguir os muçulmanos enquanto o grão-mestre do Templo protestava que aquilo traria a derrota, acrescentando que sua prudência não era fruto da covardia, mas ao contrário, que ele e seus templários seguiriam com eles, mas certos de que não voltariam jamais. Já Mateus Paris narra um Roberto de Artois muito mais impetuoso, decidido por si mesmo a atacar os muçulmanos sem grande deliberação, com afã de glória, e respondendo com ofensas de "covarde" ao grão-mestre do Templo e ao conde de Salisbury, enquanto cavalgava a toda velocidade contra Mansurá. Com base no que escreve Mateus Paris, O'Connel (cap. I, p. 142) supõe uma certa rivalidade entre o conde de Artois, um francês, e o conde de Salisbury, um inglês, afirmando que essa rivalidade "explica em grande medida o desastre de Mansurá".

90 S. Luís, *Carta da Terra Santa aos seus súditos*, §2º.

91 Joinville, parte II, §219. Jean Sarrasin, cap. 7. Mateus Paris, t. VII, p. 90-91. Riley-Smith, cap. 8, p. 318.

92 Bénouville, cap. V, p. 156.

93 Hugo de Til-Châtel, Erardo de Sivry, Hugo da Escócia, Frederico de Louppy, Reinaldo de Menouncourt.

Digitalizado com CamScanner

sobreviveram àquela ação temerária por não terem entrado em Mansurá. Lutaram fora da cidade um combate encarniçado, e muitos já haviam tombado quando a ajuda chegou.[94] Diz Joinville:

> enquanto eu estava a pé, com os meus cavaleiros feridos como se disse acima, o rei chegou com todo o seu corpo de batalha, em meio a um grande barulho de trombetas e tambores; e se deteve em um caminho sobre um dique de terra. Jamais vi um homem armado tão belo, pois ele se destacava, da altura dos ombros, acima de todos os seus homens, portando um elmo dourado na cabeça e uma espada da Alemanha nas mãos.[95]

Os muçulmanos, extasiados pelo número de cristãos que mataram em Mansurá, vieram sem medo ao encontro dos cruzados que chegavam. Quando Luís os viu se aproximando, diz Sarrasin, ordenou aos cristãos que ficassem todos juntos e gritando instou-os "a não temerem a multidão de infiéis que vinham contra eles, pois Nosso Senhor e Deus Jesus Cristo, pelo qual eles estavam lá, é mais forte e mais poderoso do que o mundo inteiro".[96] E acrescenta Joinville:

> Quando o rei se deteve ali, os bons cavaleiros, que [eu] tinha no corpo de batalha e que nomeei acima, lançaram-se no meio dos turcos, assim com muitos dos intrépidos cavaleiros que estavam no corpo de batalha do rei. E sabei que foi um belíssimo feito de armas, pois ninguém disparava com arco ou besta: era um combate com a maça e a espada entre os turcos e os nossos homens, que estavam todos misturados entre si.[97]

A batalha de Mansurá foi terrível. A quantidade de infiéis era tão grande, relata o cronista, que quando os cristãos matavam ou abatiam algum, surgiam imediatamente outros no seu lugar e tudo recomeçava.

---

94 Joinville, parte II, §§220-227.
95 *Ibid.*, parte II, §228.
96 Jean Sarrasin, cap. 7.
97 Joinville, parte II, §§228-229.

Digitalizado com CamScanner

Mas, mesmo numericamente superiores, um número maior de muçulmanos morreu, enquanto "do nosso lado", continua Joinville, "quase não houve mortos, e sim muitos feridos e uma quantidade imensa de cavalos perdidos".[98] Na confusão da batalha, os islâmicos lançaram-se contra o rei para se apoderarem dele, mas, segundo o cronista, São Luís "se libertou deles sozinho, dando-lhes grandes golpes de espada".[99]

Vendo-se em crescente desvantagem, os islâmicos recuaram para Mansurá, enquanto os cruzados tomaram posse do acampamento abandonado quando do ataque de Roberto de Artois. Nas horas seguintes, todavia, os muçulmanos continuaram a assediar os cruzados, seja com espadas e flechas, seja atirando pedras. Em 11 de fevereiro de 1250, estiveram a ponto de destruir o exército cristão, mas este os repeliu, conforme o próprio São Luís relatou:

> Na sexta-feira seguinte, os filhos da perdição reuniram suas forças por toda parte com a intenção de exterminar o exército cristão e vieram atacar nossas linhas com grande audácia e número infinito [...] com a ajuda de Deus, resistimos por todos os lados, repelimos os inimigos e um grande número deles tombou sob nossos golpes.[100]

Sob o admirável comando do rei, que os exortava a permanecerem firmes, os cristãos resistiram por vários dias. Alguns dentre os que viram São Luís naqueles dias, relata o cronista, disseram que em momento nenhum o rei esteve com semblante ruim, ou demonstrando medo ou pavor: "via-se bem em seus olhos que ele não tinha no coração nem medo, nem angústia nem inquietação". Finalmente, conclui Jean Sarrasin, os muçulmanos cessaram o ataque, retirando-se para longe.[101] Assim, aquela que passou à história como a Batalha de Mansurá, estendendo-se do dia 8 ao dia 11 de fevereiro de 1250, resultou em uma admirável vitória cristã.

---

98 Jean Sarrasin, cap. 7.

99 Joinville, parte II, §236.

100 S. Luís, *Carta da Terra Santa aos seus súditos*, §2º.

101 Jean Sarrasin, cap. 7.

Digitalizado com CamScanner

Após o fim da batalha, durante o pôr do sol, o rei caminhava refletindo sobre os últimos difíceis dias, quando lhe veio falar um frade hospitalário, de nome Henry de Ronnay. O frade atravessou o rio, beijou a mão de Luís e disse-lhe saber que, agora, "seu irmão estava no paraíso." Apesar da dor pela morte de seu irmão predileto, Luís rendeu graças, dizendo: "Deus seja louvado por todas as suas misericórdias!", derramando em seguida "grossas lágrimas".[102] Mais tarde, São Luís escreveria sobre a morte do irmão, reconhecendo que, apesar do sentimento amargo da perda, devia antes se alegrar, pois cria e esperava que Roberto "tendo recebido a coroa de mártir foi-se para a celeste pátria e lá goza da recompensa concedida aos santos mártires."[103]

A vitória em Mansurá foi pírrica, como se verá, mas ainda assim um grande feito militar, pois o exército batido pelos cruzados compunha-se dum contingente notável. Segundo registrou Al-Makrizi, o sultão, ao saber da queda de Damieta e da marcha dos cristãos a Mansurá, ordenou que todos os egípcios se dedicassem à defesa desta última, mandando transportar para lá quaisquer soldados disponíveis e "munições de toda espécie", de modo que "todos aqueles que estavam em condições de portar armas vinham se agrupar sob seus estandartes".[104] As tropas de São Luís, em suma, estiveram a enfrentar *todas* as forças do sultanato do Egito em sua própria terra e, mesmo assim, fizeram-nas recuar.

Tragicamente, no entanto, os cruzados viram-se cercados.

6. O terrível cerco nos campos de Mansurá e a batalha de Fariskur

Derrotados, os muçulmanos adotaram estratégia de cerco, esperando que os elementos naturais — a fome e a doença — colaborassem para a

---

102 Joinville, parte II, §§243-244.

103 S. Luís, *Carta da Terra Santa aos seus súditos*, §2º.

104 Al-Makrizi, §13.

Digitalizado com CamScanner

derrota dos cruzados. Escreveu Al-Makrizi que enquanto os cristãos estavam acampados diante de Mansurá, "os muçulmanos os cercavam de todos os lados, de modo que eles não podiam nem avançar e nem recuar".[105]

O sultão Aiube morrera em novembro de 1249 e Luís se agarrava à possibilidade de que, em decorrência da sucessão, a instabilidade política no Egito enfraquecesse os sarracenos.[106] As esperanças se frustraram quando se soube que o novo sultão Turanshah, filho do anterior, chegara ao Egito, onde se instalara sem dificuldade alguma, e vinha a Mansurá combater os cruzados.[107] As consequências no-las narrou o próprio São Luís:

> Sua chegada redobrou a coragem deles;[108] enquanto, depois deste momento, não sabemos por qual juízo de Deus, tudo do nosso lado ia contra os nossos desejos. Uma doença contagiosa se espalhou por nosso exército, e atingiu homens e animais, de tal modo que muito poucos havia que não tivessem companheiros a lamentar, ou de cuidar de doentes. O exército cristão em pouco tempo foi muito reduzido. Houve escassez de víveres tão grande que muitos tombavam de necessidade e de fome.[109]

Uma terrível epidemia se alastrara pelo cercado exército cristão. Explica Joinville que, por muitos cadáveres terem caído no rio e ali se

---

105 *Ibid.*, §31.

106 Al-Makrizi (§19) diz que a divulgação da morte do sultão foi vetada até a chegada de seu filho. Segundo o cronista, uma das esposas do falecido Aiube reuniu os familiares e lhes ordenou guardar silêncio até a chegada de Turanshah, temendo que as tropas ficassem abaladas e Mansurá fosse conquistada por São Luís. Maalouf (cap. XIII, p. 271) confirma essa versão.

107 Riley-Smith, cap. 8, p. 319. Relata Jean Sarrasin (cap. 7) que o novo sultão "vinha agora para o campo dos sarracenos reunidos em Mansurá. Os sarracenos do Egito o receberam com grande alegria, ao som de tambores, cornetas, flautas e todo tipo de instrumento. Eles o receberam conforme juraram a seu pai, como seu senhor e sultão, e lhe prometeram fidelidade segundo os usos e costumes do país. Sua vinda aumentou grandemente a força e o poder dos infiéis."

108 O cronista islâmico Al-Makrizi (§30) confirma.

109 S. Luís, *Carta da Terra Santa aos seus súditos*, §2º.

Digitalizado com CamScanner

acumulado, a água ficara irremediavelmente poluída. Os peixes que lá se pescavam à altura da Quaresma estavam contaminados, e os lodaçais alimentados pelo pus cadavérico tornaram-se veículo de uma doença que deflagrou terríveis estragos.[110] Ouçamos o camareiro de São Luís, Jean Sarrasin:

> Todos os cristãos, quem quer que sejam, devem sentir em seu coração grande piedade e angústia pelo que se seguirá. Deve-se contar com grande piedade e com copiosas lágrimas e gemidos, a todos aqueles que amam de coração a honra e a propagação da fé cristã, as coisas que advieram ao rei e ao exército que estavam alojados ante Mansurá e que tinham conquistado, à força, o rio dos sarracenos. Uma tão grande mortalidade, tão má e generalizada, sobreveio aos homens e aos cavalos durante sua permanência naquele lugar, que dificilmente havia um dia em que não houvesse vinte ou trinta caixões nas ermidas. Cada um esperava a morte, e ninguém almejava escapar dela; quase não se encontrava em tão grande exército alguém que não chorava um amigo morto, quase não se encontrava uma tenda ou pavilhão que não tivesse um morto ou um doente atingido por essa peste. Aqueles que estavam bem hoje temiam estar amanhã mortos ou doentes [...] As provisões faltavam em todo o acampamento, e a fome era tão grande que mesmo pessoas saudáveis estavam tão magras e fracas a ponto de não poderem ajudar umas às outras. Comiam-se os cavalos, os asnos, as mulas e outras bestas do exército — quando se conseguia encontrá-las —, e tais carnes pareciam [aos soldados] muito saborosas. Comiam-se ainda muitas outras coisas quando se podia encontrá-las: um cão ou um gato eram comidos com grande prazer. Até pessoas elevadas e poderosas, por causa da fome, não desdenhavam correr até o local onde soubessem que se comia. Nenhuma

110 Joinville (parte II, §§289-291) assim a descreve: "a carne das nossas pernas se ressecava completamente, e a pele das nossas pernas ficava manchada de preto e de cor de terra, como uma bota velha; e a nós que tínhamos tal enfermidade chegava a carne podre às gengivas, e ninguém escapava dessa doença, mas havia de morrer em decorrência dela. O sinal da morte era tal que quando o nariz sangrava, se havia de morrer". Bénouville, cap. V, p. 161-162.

Digitalizado com CamScanner

> provisão podia vir de Damieta, pois o novo sultão mandara trazer por terra, sobre carros ou outras máquinas, quarenta galeras ao rio Nilo, entre o nosso acampamento e Damieta, com guarnições de turcos fortes, valentes e bem armados que repeliam tão bem os nossos que ninguém podia nem ir nem vir pelo rio do nosso campo a Damieta.[111] [...] Quando o rei e os cristãos viram estas grandes desgraças que, a cada dia, cresciam ao seu redor, se entristeceram; dizia-se abertamente que estava tudo perdido; aqueles mesmos que estavam em boa saúde, e que podiam ajudar em algo, não faziam nenhum esforço; diziam que os melhores do nosso exército foram perdidos com o conde de Artois [...] Por todas essas coisas, o exército dos cristãos estava muito enfraquecido e diminuído.[112]

Os cristãos conseguiam manter sua posição, mas a vida tornara-se insuportável no campo entrincheirado: "a fadiga, o calor, a poeira, os ferimentos, a fome, a morte, tudo se aliava contra os cristãos", diz Bénouville.[113] E naqueles dias, registre-se, nosso biografado dava já mostras de certas virtudes heroicas: indiferente ao contágio, Luís visitava os doentes para exortá-los à boa-morte e consolá-los, algo que lhe fez também cair doente.[114]

Joinville diz que, sem esperança de capturar Mansurá (e, por consequência, o Cairo), o debilitado rei propôs aos muçulmanos uma trégua, aceitando a proposta que Aiube lhe fizera de trocar Damieta por Jerusalém. Os sarracenos perguntaram que garantia seria dada pela restituição da cidade, o que foi respondido, conforme sugeriu o conselho do rei, com o oferecimento de seus dois irmãos como reféns. Os muçulmanos responderam que nada aceitariam se não fosse a própria pessoa do

---

111 O cronista árabe (Al-Makrizi, §13) precisa que cinquenta e duas barcas repletas de provisões foram pegas pelos muçulmanos e que "a navegação do Nilo e a comunicação entre seu [do rei] acampamento e Damieta foram interrompidos, de modo que a fome mais terrível se fez sentir entre seu exército".

112 Jean Sarrasin, cap. 8.

113 Bénouville, cap. V, p. 163.

114 Chartres, cap. 10.

Digitalizado com CamScanner

rei oferecida como penhor. Luís concordou com o sacrifício em prol da segurança de sua gente, mas Godofredo de Sergines declarou preferir que todos fossem pegos ou mortos antes de engajar em um acordo a pessoa do rei. E todos os barões concordaram com ele.[115]

Mas a epidemia prosseguia e se agravava: "as gengivas dos nossos homens eram tomadas por tanta carne morta que era preciso que os barbeiros removessem a carne morta para que pudessem mastigar e engolir", acrescentando Joinville que "causava-nos grande compaixão ouvir no acampamento os homens berrarem aos que lhes cortavam a carne morta, pois gritavam como mulheres em trabalho de parto".[116]

Os cruzados concluíram que não poderiam permanecer ali: retornariam, pois, a Damieta, diz Sarrasin, "se Nosso Senhor permitisse".[117] Os doentes seriam transportados por barco, enquanto os demais iriam por terra. Luís estava gravemente enfermo e lhe cabia um lugar a bordo, mas ele se negou a embarcar, não querendo abandonar os que iam a pé:

> O rei, que havia contraído a doença do exército e estava com uma diarreia muito forte, ter-se-ia, com efeito, encontrado em segurança nas galés, se o tivesse querido; mas ele disse que, se aprouvesse a Deus, certamente não abandonaria seu povo. À noite, perdeu a consciência por diversas vezes; e devido à violenta diarreia com que estava, foi preciso cortar o fundo das suas bragas todas as vezes que ele descia para ir às latrinas.[118]

Seu irmão mais novo, Carlos, disse-lhe: "Senhor, fazeis mal em resistir ao bom conselho que vos temos dado vossos amigos e de recusar-vos a embarcar em um navio; pois, à vossa espera, a marcha do exército será

---

115 Joinville, parte II, §302. O cronista muçulmano Al-Makrizi (§32) não menciona uma negociação. Diz, ao contrário, que diante da proposta de São Luís, Turanshah respondeu que "as propostas generosas do tempo de Aiube deveriam ter sido aceitas no tempo de Aiube". Ver também Maalouf, cap. XIII, p. 272.

116 Joinville, parte II, §303.

117 Jean Sarrasin, cap. 8.

118 Joinville, parte II, §306.

Digitalizado com CamScanner

retardada, não sem perigo, e vós podereis ser ocasião de nossa perda". O rei irou-se, dizendo ao irmão: "Conde de Anjou, conde de Anjou... se eu for um embaraço, desfaz-te de mim, mas eu jamais me desfarei de meu povo". E Luís não somente negou-se a ir pelo rio, mas foi na retaguarda do exército, atrás de todos, e, apesar de sua condição, supervisionou o embarque dos doentes.[119]

A partida deu-se na madrugada de 5 de abril de 1250. No entanto, que desastre! Os muçulmanos, percebendo que os cristãos levantavam acampamento, foram ao seu encalço, e uma terrível batalha se seguiu, na qual até os doentes mais debilitados foram obrigados a lutar por suas vidas. "A cada momento", diz Jean Sarrasin, "o número de turcos crescia e dos nossos diminuía".[120] Luís teve a oportunidade de fugir em um barco, mas a despeito de sua enfermidade, recusou-se a embarcar: permaneceu com seus cavaleiros para morrer ou ser preso com eles.[121] Naquela que foi a terrível batalha de Fariskur, os muçulmanos desbarataram o exército cruzado, trucidando mesmo os moribundos e doentes.[122]

Milhares de cruzados foram mortos ou feridos em Fariskur, mas Luís IX e alguns nobres conseguiram fugir para a vila de Munyat-Abu-Abdallah. Lá foi escondido o rei moribundo que, julgavam, não veria a manhã. Ao perceber que os infiéis entravam por um lado da vila, o cavaleiro Gaucher de Châtillon, um autêntico herói que deu a vida para defender a de seu rei, ergueu-se sobre os estribos, apontou a lança e correu sobre eles, perseguindo-os. Foi crivado de flechas, pois era atacado

---

119 Jean Sarrasin, cap. 9. Bordonove, parte IV, cap. 5, p. 203.

120 Jean Sarrasin, cap. 9.

121 Saint-Pathus, cap. 9, §2.

122 S. Luís, *Carta da Terra Santa aos seus súditos*, §2º. Al-Makrizi (§34) exagera de modo fantasioso o número de cristãos mortos ou feitos prisioneiros em Fariskur, dizendo que "dez mil deles permaneceram sobre o campo de batalha, enquanto outros dizem trinta mil: mais de cem mil soldados de infantaria foram feitos escravos". Segundo estes números absurdos, morreram ou foram feitos cativos cerca de três a quatro vezes mais cruzados do que aqueles que saíram da França, os quais não passavam de vinte e cinco mil.

Digitalizado com CamScanner

ao mesmo tempo dos dois lados da aldeia, mas, uma vez que dispersava o inimigo, arrancava de si as setas, apoiando-se de novo nos estribos, e estendia o braço com a espada, até não mais aguentar. Morreu, na expressão de Bénouville, "preservando assim o repouso de seu rei".[123] Os demais cavaleiros foram obrigados a depor suas espadas.[124]

Foram feitos cativos quatro dos nobres mais poderosos da hierarquia feudal francesa — os condes João de Soissons, Pedro da Bretanha, Afonso de Poitiers e de Toulouse, e Carlos de Anjou (estes dois últimos, irmãos do rei) —, e tantos outros homens, cavaleiros e soldados que o cronista não sabe nomear.[125] Mas o cativo mais ilustre era o próprio rei Luís IX, que, acorrentado, foi levado prisioneiro a Mansurá. Era 6 de abril de 1250.

7. A resistência de Margarida da Provença

Enquanto tudo isso ocorria, a rainha Margarida aguardava notícias em Damieta. Estavam com ela suas concunhadas (uma delas também era sua irmã) Matilde de Brabante, esposa (agora viúva) de Roberto de Artois; Joana de Toulouse, esposa de Afonso de Poitiers; e Beatriz da Provença, esposa de Carlos de Anjou. Quatro mulheres, esposas de quatro irmãos, jovens senhoras aguardando ansiosas as notícias da campanha de seus maridos no interior do Egito.[126]

Beatriz tinha nos braços um menino de poucos meses, que dera à luz no Chipre, e a própria Margarida, que governava Damieta em nome do seu esposo, o rei, estava grávida de nove meses, quando chegou a infeliz notícia de que os cruzados haviam sido destroçados diante de Mansurá e

---

123 Joinville, parte II, §§309, 390-392. Bénouville, cap. V, p. 165. Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 401.

124 Joinville, parte II, §311.

125 Jean Sarrasin, cap. 9. Também Joinville foi capturado, tal como ele narra em detalhes em suas memórias (parte II, §§320ss).

126 Pernoud, 1990, cap. X, p. 220.

Digitalizado com CamScanner

o rei caíra prisioneiro dos infiéis. Em 8 de abril de 1250, dois dias depois da captura de Luís, Margarida deu à luz um menino, ao qual chamou João, mas que receberia o apelido "Tristão" por ter nascido no mais difícil e triste momento da vida de seus pais.[127]

Aquelas notícias tanto abalaram Margarida que, nas noites seguintes, ela incessantemente sonhava que seu quarto estava repleto de sarracenos, e acordava aos gritos: "Socorro! Ajudai-me!" Receando pela criança recém-nascida, a rainha fez com que um velho cavaleiro de oitenta anos dormisse todas as noites no chão, ao lado de sua cama, segurando sua mão. Sempre que ela acordava gritando, ele dizia: "Senhora, não tenhais medo, estou aqui".[128]

Esse pavor tão justificável, no entanto, permite revelar-se diante de nós a fortaleza da bela rainha, que São Luís desposara havia dezesseis anos: é no medo que os corajosos se distinguem dos covardes. Foi, com efeito, nesse momento de angústia que Margarida da Provença pôde mostrar uma firmeza de aço. A escondida consorte de vinte e nove anos, que até aquele momento aparece quase silenciosa nas crônicas e pouco é mencionada pela história, e cuja figura é tão frequentemente obnubilada pela de sua formidável sogra, surge, na fragilidade de seu leito de parturiente, como uma senhora firme e destemida, e como uma cristã convicta que não fraqueja ante as provações. Pois naquele mesmo dia em que dera à luz, soube que os marinheiros de Pisa e de Gênova, cujos barcos vigiavam Damieta, pretendiam partir por falta de víveres. E Margarida avaliou depressa a situação, constatando que a posse de Damieta, naquela conjuntura, era a única moeda de troca de que se podia valer a cruzada para esperar obter os prisioneiros de volta.[129] Assim, no dia seguinte ao parto, reclamou a presença dos donos dos navios e, cercada por eles em

---

127 Joinville, parte II, §399. Luís e Margarida tiveram antes outro filho chamado João, que morreu aos dois anos em 1248.

128 *Ibid.*, parte II, §397.

129 Pernoud, 1990, cap. X, p. 226.

Digitalizado com CamScanner

seu leito, fez algo que não era próprio de uma rainha, mas que a situação exigia: implorou. Eis as suas palavras:

> Senhores, pelo amor de Deus, não deixeis esta cidade, porque vedes que meu senhor, o rei, estaria perdido, bem como todos aqueles que se encontram prisioneiros, se ela fosse perdida. E se isso não é suficiente, tende piedade desta frágil criatura [seu filho, João Tristão] que está acamada aqui, a ponto de esperardes até que eu consiga me recuperar.[130]

Como eles explicaram que temiam morrer de fome pela escassez de alimentos, Margarida se comprometeu a fornecer com os recursos do rei mantimentos para a cidade e para o exército. Os marinheiros, então, permaneceram, e a rainha cumpriu o que prometera e despendeu trezentos e sessenta mil libras ou mais para o sustento dos habitantes de Damieta e dos cruzados.[131]

No seu leito puerperal, consumida pela tristeza e pela dor, e entre lágrimas e preces, Margarida da Provença manteve a coragem e a fé. Acabou por interromper o tempo de resguardo, tornando-se a líder tácita da Sétima Cruzada. Fê-lo por fidelidade e amor ao seu marido prisioneiro? Sem dúvida. Mas Pernoud opina que outros valores também a moviam, e que Margarida muito provavelmente compartilhava do interesse de seu esposo pelas cruzadas. Além de não ser em parte alguma mencionada entre os que tentaram dissuadir o rei de sua promessa de cruzado em 1244, ela mesma quis tomar parte da expedição, deixando três filhos pequenos na França (e ela não era, como vários exemplos mostram, uma mãe displicente). Para Margarida, em suma, a cruzada parecia importar.[132] Tanto ela sabia o que estava em jogo que fez o cavaleiro idoso que lhe

---

130 Joinville, parte II, §§399-400.

131 *Ibid.*, parte II, §§399-400.

132 Pernoud (1990, cap. X, p. 219-220) critica a opinião dos historiadores que chegam a pretender que a partida de Margarida tivesse como único motivo as suas dissensões com a sogra. Deveríamos, então, diz ela, supor que as senhoras cruzadas do século XII, como a célebre bisavó de São Luís, Leonor da Aquitânia, teriam também tentado escapar de sogras rabugentas.

Digitalizado com CamScanner

fazia guarda jurar que lhe cortaria a cabeça caso os árabes reconquistassem Damieta, para que ela própria não caísse nas mãos dos infiéis.[133]

A atitude firme de Margarida se manifestou ainda quando os muçulmanos enviaram emissários para reclamar a cidade. Apesar de ameaçarem matar o rei, a rainha não cedeu, pois sabia que a conservação de Damieta era a única chance de recobrar-lhe a liberdade. Os dias passavam, e os muçulmanos ficavam cada vez mais furiosos com a obstinação da rainha. Os barões em Damieta se viam propensos a ceder, mas não ela, que organizou a defesa da cidade do melhor modo que pôde e obteve a confiança da população por sua atitude corajosa. Não decepcionaria Luís. Não decepcionaria a Cristandade. Não trairia a causa cristã. Não entregaria Damieta sem ter seu marido e os prisioneiros de volta.

Essa atitude firme de Margarida da Provença, acentua Pernoud, "simplesmente salvou o rei e o que restava do exército".[134]

8. O cativeiro de São Luís

Eis o rei da maior das nações do Ocidente, da filha mais velha da Igreja, ungido com o óleo de São Remígio, no apogeu dos seus trinta e seis anos, mas desidratado pela disenteria, derrotado pelos exércitos infiéis, acorrentado nos pântanos egípcios, prisioneiro do islã. "O próprio rei foi aprisionado", escreveu Mateus Paris, "para cúmulo de dor, para opróbrio eterno dos franceses e para confusão da Cristandade inteira e da Igreja Católica."[135]

A humilhação que sofreu é narrada pelo cronista islâmico Djamal al-Din:

> Foi embarcado no Nilo em um barco de guerra, escoltado por um número infinito de barcos egípcios que o conduziam em triunfo; os tambores

---

133 Joinville, parte II, §398.

134 Pernoud, 1990, cap. X, p. 227.

135 Mateus Paris, t. VII, p. 89-90.

Digitalizado com CamScanner

> e timbales se faziam ouvir. O exército egípcio estava sobre a margem ocidental deste rio e marchava à medida que a frota avançava. Os prisioneiros seguiam o exército, as mãos presas com cordas. Os árabes estavam na margem oriental do Nilo; a alegria irrompia em todos os cantos e cada um se alegrava por um evento tão feliz.[136]

O mês em que São Luís foi mantido como cativo dos muçulmanos egípcios deve ter sido, nos seis anos que duraram a cruzada e a permanência dele na Terra Santa, o período mais decisivo para a transformação anunciada no capítulo anterior, que converteu o devoto rei em um santo: ali ele viu sua fé provada com sofrimentos análogos ao do rei acorrentado do Jardim das Oliveiras.

Além de Luís IX, os infiéis tinham feito muitos outros prisioneiros. A quantidade de cruzados capturados era tão grande que os muçulmanos tomaram a sinistra decisão de matar os prisioneiros pelos quais não pudessem receber resgate. Estes eram trazidos para fora das celas e instados a renunciar à fé cristã: "Vós negais?", era-lhes perguntado. Aqueles que se recusavam eram martirizados com a decapitação.[137] Aos prisioneiros nobres, pelos quais se poderia obter algum resgate, requisitou-se um responsável que falasse em seu nome. O conde Pedro da Bretanha foi o escolhido. Perguntaram-lhe se em troca da liberdade eles dariam castelos que pertenciam aos barões dos reinos latinos do Levante. Pedro respondeu que não, "pois eles pertencem ao imperador da Alemanha".[138] Perguntaram, então, se dariam alguns dos castelos do Templo ou do Hospital, ao que Pedro novamente respondeu com uma negativa: "Isso tampouco é possível. Quando se confia castelos a seus cavaleiros, eles juram jamais entregá-los". Os islâmicos por fim ameaçaram: "Não quereis

---

136 Djamal al-Din *in* Lévis-Mirepoix, p. 256.

137 Joinville, parte II, §334. Bordonove, parte IV, cap. 5, p. 204-205.

138 Frederico II, rei, por casamento, de Jerusalém.

Digitalizado com CamScanner

ser libertados? Havemos de vos trazer os carrascos. Eles vos tratarão como trataram os outros".[139]

Aconteceu, em seguida, um episódio curioso: um grupo de jovens árabes entrou no pavilhão dos cruzados nobres, acompanhados por um ancião. Com nítida curiosidade, o ancião perguntou se era verdade que eles criam num Deus que tinha sido preso, ferido e morto por eles, e que ressuscitara ao terceiro dia. Os nobres ocidentais responderam que sim. De maneira surpreendente, o idoso incitou-os a não perderem a coragem caso sofressem aquelas perseguições por Ele, pois "ainda que morresses por Ele assim como Ele morreu por vós; e, se Ele teve o poder de ressuscitar, estais seguros de que, quando lhe aprouver, Ele vos libertará".[140]

São Luís foi conduzido acorrentado a Mansurá e preso na casa de Ibrahim-bem-Lokman, secretário do sultão, sob a guarda do eunuco Sahil.[141] Chegou com as roupas tão esfarrapadas que um pobre se comoveu e lhe emprestou uma veste grosseira. Posteriormente o sultão deu ao rei duas túnicas de tafetá negro com botões de ouro. Estava de cama, consumido pela disenteria e pelo escorbuto contraídos no acampamento. À beira da morte, manifestava notável coragem. Os muçulmanos exigiam dele o que exigiram dos demais senhores: castelos dos templários e hospitalários. Como o rei respondeu da mesma maneira, ameaçaram submetê-lo à tortura nas "*bernicles*", enquanto Luís respondia "que era prisioneiro deles e que podiam fazer com ele o que bem entendessem".[142] Ordenaram-lhe que

---

139 Joinville, parte II, §§335-336. Bordonove, parte IV, cap. 5, p. 205-206. Bénouville, cap. V, p. 167.

140 Joinville, parte II, §§337-338. Bénouville, cap. V, p. 167.

141 Al-Makrizi, §34.

142 Diz Joinville (parte II, §§341) que "a tortura pelas *bernicles* é a forma mais dolorosa que pode ser usada para supliciar alguém; trata-se de duas peças de madeira que se fecham sobre si providas, na extremidade, de dentes; elas entram uma na outra e estão amarradas na extremidade por fortes correias de couro de boi. E quando querem colocar as pessoas nelas, fazem-nas deitarem-se de lado e colocam as pernas delas ali dentro até a altura dos tornozelos; em seguida, mandam um homem sentar-se sobre as peças de madeira; por conseguinte, ocorre que seguramente não restará nem sequer um meio pé inteiro de osso que não tenha sido completamente

Digitalizado com CamScanner

mandasse sua mulher devolver Damieta. Ele disse que não sabia se a rainha gostaria de fazê-lo, pois ela era "sua senhora".[143] Esquelético, padecendo de febres fortíssimas e mal conseguindo falar, mas agarrado ao seu crucifixo, Luís não cedia:

> O Todo-Poderoso sabe que vim da França até aqui, não para obter para mim terras ou prata, mas somente para ganhar para Deus vossas almas que estão em perigo. Se, por minha própria vontade, eu tomei em meus ombros esse perigoso fardo, não foi para minha vantagem, mas para vossa; pois, por pecador e indigno que eu seja, eu possuo terras férteis, em um clima temperado, sob um céu agradável; mas eu tive piedade de vossas almas, que devem perecer. Basta para vós a confusão — com a qual estou coberto com a permissão de Cristo —, mas nunca a cidade de Damieta, conquistada por um milagre divino, vos será devolvida.[144]

Um casal acamado e fragilizado liderava o que tinha restado da cruzada: o marido, moribundo e sob o poder dos inimigos; a esposa, em estado puerperal, defendendo uma cidade sitiada. Mas resistiram ambos às ameaças e provações com uma fortaleza somente explicável pela sua fé. São Luís deve ter percebido naqueles dias angustiantes que chegara aonde seis anos antes, quando tomou a cruz, almejava chegar; que estava aí a suportar o Calvário, a dor por Cristo, nascida da doença, da derrota, da prisão, da humilhação:

> Nestas horas de catividade em que por vezes a esperança escapa até aos mais corajosos, Luís dava aos seus guardas o espetáculo perfeito de uma alma firme, de um monarca sem medo. O céu concedia-lhe na verdade esta coroa de espinhos perante a qual ele tanto rezara e meditara: nem por um instante pensava em ver-se livre deste dilacerante e doloroso fardo. Pelo contrário, identificando-se com seu divino mestre, o rei

---

esmagado. E para fazer o pior que podem, após três dias, quando as pernas estão inflamadas, tornam a colocar as pernas nas *bernicles* e as estraçalham novamente".

143 Joinville, parte II, §342.

144 Mateus Paris, t. VII, p. 93-94.

Digitalizado com CamScanner

sofria todas as provas com, na face emagrecida pela doença e iluminada pela ascese, um misterioso sorriso.[145]

Providencialmente, o capelão do rei, o frei dominicano Guilherme de Chartres, fora feito prisioneiro com ele e esteve junto no cárcere. Foi pela pena desse frade que recebemos a maioria dos relatos de como São Luís se comportou no cativeiro, de como manteve a fé e a coragem ante as mudanças de humor dos sarracenos, de como aprofundou sua união com Deus na oração, de como referiu todos os seus sofrimentos a Cristo e de como — o que é mais surpreendente — com seu exemplo fez apostolado entre seus próprios carcereiros.

Dirá o capelão que a todo tempo Luís estava em oração, não se afastando de suas práticas habituais de devoção. Entoava o Ofício Divino da mesma maneira que em Paris: todas as horas canônicas e as da Santíssima Virgem, "recitando diligentemente tudo no tempo apropriado." Rezava com ele o próprio Chartres e outro frei dominicano que sabia árabe. Inflamado pela caridade e movido pela graça, o rei prisioneiro, com sua fé, sua paciência e amabilidade, comoveu até seus carcereiros muçulmanos, que, ouvindo-o rezar de forma tão devota, conseguiram um missal e lhe deram de presente.[146]

Saint-Pathus ressalta sua oração incessante e seu deplorável estado de saúde: "durante seu cativeiro entre os sarracenos, enfraquecido pela doença e privação, tremendo de febre e reduzido a um estado de magreza a ponto de seus ossos parecerem penetrar sua pele, o piedoso rei não deixava de estar em oração".[147]

Visto que Luís continuava gravemente debilitado pelas moléstias contraídas no campo de batalha, o sultão Turanshah, não querendo perder esse valioso refém, enviou seus médicos a Mansurá para curá-lo,

---

145 Bénouville, cap. V, p. 168.

146 Chartres, cap. 6.

147 Saint-Pathus, cap. 7, §6.

Digitalizado com CamScanner

no que tiveram êxito.[148] Em seguida, o sultão em pessoa foi até seu real prisioneiro.

O sultão Turanshah era sobrinho-bisneto de Saladino, e Luís, sobrinho-neto de Ricardo Coração de Leão.[149] Desenhava-se um encontro interessante. Seria a vitória de Turanshah sobre Luís IX a desforra de Saladino contra Ricardo? Seja como for, não se trataram como inimigos. É certo que São Luís detestava o islamismo, o qual para ele não passava de uma grande "impiedade", e esse sentimento aprofundou-se no cárcere quando, conduzido à biblioteca do sultão, o rei examinou o Alcorão (com a ajuda do dominicano que sabia árabe) e o considerou "cheio de imundices".[150] Por outro lado, o ódio de Luís pelo erro não redundava em ódio pelos seus fautores, e se considerava inimigos os maometanos por causa do conflito entre a Cristandade e o islã, não os via como individualmente odiáveis, mas como pessoas a serem amadas e convertidas.

O bom trato, gentileza e amabilidade do rei da França lhe valeram o respeito do sultão. Mateus Paris nos deixou uma impressionante conversa que, nos dias do cárcere, São Luís teria travado com Turanshah com o auxílio de um "intérprete fiel":

> O sultão chegou junto ao rei e perguntou: "Como ides passando, senhor rei?"
>
> Luís respondeu com ar de tristeza, abatido: "Assim, assim..."
>
> O sultão continuou: "Por que não respondeis 'bem'? Qual é a causa de vossa tristeza?"
>
> E Luís respondeu: "É que não consegui o que mais desejava ganhar, o objetivo pelo qual deixei meu doce reino da França e minha mãe mais

---

148 Chartres, cap. 25.

149 Branca de Castela era sobrinha materna de Ricardo I da Inglaterra.

150 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VIII, p. 699-700. Se até o século XI o Ocidente era ignorante a respeito dos fundamentos do islã, no tempo de São Luís a Cristandade já estava mais ou menos familiarizada com a doutrina maometana. Não à toa, ressalta Pernoud (1978, cap. VII, p. 123), àquela altura todos os pregadores de cruzadas tinham que ter lido o Alcorão.

Digitalizado com CamScanner

querida ainda, o objetivo pelo qual me expus ao perigo do mar e da guerra".

O sultão então perguntou: "E que é, senhor rei, que desejais de forma tão ardente?"

Continuou Luís: "É vossa alma, que o diabo quer precipitar no abismo. Mas nunca, graças a Jesus Cristo, que quer que todas as almas sejam salvas, chegará o momento em que Satanás poderá se glorificar por tão bela presa. O Altíssimo sabe disso, Ele nada ignora: se todo este mundo visível fosse meu, eu o daria inteirinho em troca da salvação das almas."

O sultão disse: "Ah! Bom rei, esse é o fim de vossa tão penosa peregrinação? Pensávamos todos, no Oriente, que vós todos, os cristãos, desejáveis ardentemente nossa submissão e pretendíeis triunfar sobre nós pela avidez de conquistar nossas terras, não pelo desejo de salvar nossas almas".

Disse então o rei: "Tomo como testemunha o Todo-Poderoso: não voltarei jamais ao meu país, se conquistar para Deus vossa alma e dos outros infiéis, e que elas possam ser glorificadas".

Quando ouviu isso, disse o sultão Turanshah: "Esperemos, seguindo a lei do bondosíssimo Maomé, chegar a gozar das grandes delícias do porvir."

E Luís replicou: "Eis porque me espanta tanto que vós, que estais entre os homens discretos e ajuizados, dais fé a esse enfeitiçador Maomé, que ordena e permite tantas coisas desonestas. Na verdade, olhei e examinei vosso Alcorão — e nele só vi imundices e impurezas, enquanto, segundo os sábios antigos, até mesmo os pagãos, a honestidade é o soberano bem desta vida".

Essas palavras comoveram o sultão e, ao vê-lo à beira da conversão, Luís disse: "Se assim o for, não voltarei jamais à França, permanecerei toda a minha vida no Oriente a ganhar almas para Deus, deixando o reino da França sob a guarda de minha mãe".[151]

---

151 Mateus Paris, t. V, p. 310. Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VIII, p. 700-701. A autenticidade deste diálogo é questionada pelo fato de Mateus Paris não ter estado próximo dos acontecimentos narrados e nenhum dos outros cronistas que registraram a cruzada de São Luís o mencionarem. Ademais, o ímpeto missionário que Mateus Paris atribui a São Luís destoa do espírito costumeiro das cruzadas, movimentos

O entendimento entre São Luís e o sultão possibilitou que eles firmassem um acordo, no qual disporiam sobre o futuro do rei, de Damieta, das posses cristãs na Terra Santa e dos prisioneiros cristãos:

> Assim que se lhes fosse entregue Damieta, eles libertariam o rei e os outros homens notáveis que se encontravam ali [...] E o rei deveria jurar-lhes também que lhes daria uma compensação de duzentas mil libras em Acre. Os sarracenos, seguindo as tratativas feitas com o rei, deviam proteger os doentes que estavam em Damieta, as balestras, as armaduras, as máquinas e as carnes salgadas até o momento em que o rei mandasse buscá-las.[152]

Seria firmada ainda uma trégua de dez anos com o Egito. São Luís acreditava na boa vontade de Turanshah e, se dermos crédito ao relato de Mateus Paris, acreditava também na possível conversão do sultão; mas as vicissitudes políticas dos estados islâmicos impediram que tanto o tratado quanto a conversão se concretizassem. Turanshah foi assassinado em 2 de maio de 1250, vítima de uma rebelião de soldados mamelucos, no momento em que se dirigia a Damieta para executar os termos do tratado.[153]

---

que não se confundiam com missões. Quanto à primeira objeção, respondemos que provavelmente Mateus Paris reduziu ao papel um diálogo do qual teve notícia por via oral: seu escrito deve ser uma adaptação não necessariamente fiel de um acontecimento real. Não há, com efeito, razões para crer que o cronista inglês retiraria esse diálogo de sua imaginação, ele próprio alguém que conheceu São Luís, a quem serviu pelo menos uma vez. Quanto à segunda objeção, ela não se sustenta se se considera que um dos motivos pelos quais São Luís empreenderia a sua segunda cruzada em 1270 seria exatamente a possibilidade de conversão do emir de Túnis.

152 Joinville, parte II, §359.

153 Nangis, cap. 37, §§2-6. Explica Maalouf (cap. XIII, p. 273) que "a estrondosa vitória do novo sultão, longe de reforçar seu poder, proporcionou sua queda. Um conflito opôs Turanshah aos principais oficiais mamelucos do seu exército. Estes últimos, estimando não sem razão que era a eles que o Egito devia sua salvação, exigiram exercer um papel determinante na direção do país, enquanto o soberano quis aproveitar seu prestígio recentemente adquirido para instalar seus próprios homens nos postos importantes". E assim, "três semanas depois da vitória sobre os francos, um grupo destes mamelucos, reunidos por iniciativa de um brilhante oficial turco de quarenta anos, Baibars, decidiu agir. Em 2 de maio de 1250, após um banquete

Digitalizado com CamScanner

Para os mamelucos, agora instalados no poder, urgia expulsar os cruzados. E assim que mataram Turanshah, o emir Hossam ad-Din foi enviado pelos novos governantes até Mansurá para exigir de Luís que mandasse os seus subordinados entregarem Damieta. Conta-nos Guilherme de Nangis que "os sarracenos foram até a tenda do rei Luís, armados e enfurecidos, brandiram suas espadas, ainda pingando sangue do sultão, e apontaram para a cabeça do rei e dos demais cristãos", mas que o rei "acalmou a irritação dos sarracenos e protegeu seu povo". Entre muitas ameaças, os mamelucos exigiam que fossem cumpridas as convenções firmadas com o sultão assassinado, mas acrescidas de uma nova cláusula: Luís se comprometeria a negar Deus e sua fé cristã caso violasse o acordado,[154] enquanto os sarracenos se comprometiam a negar Maomé e sua lei islâmica, caso fossem eles a descumprir o acordo.

Luís não concordou com tal exigência, que para ele significava negar a fé, e o patriarca de Jerusalém, também prisioneiro, implorou: "jure, senhor, que o pecado caia sobre mim!" Apesar das ameaças e das súplicas, o rei não consentiu em se comprometer a negar Cristo, e, diante da negativa, o emir disse, conforme registrou Nangis: "Estamos realmente surpresos que vós, nosso escravo e nosso prisioneiro, nos faleis com tanto orgulho, mas sabei que, se vós não concordardes, vou matar-vos imediatamente".[155] Já Mateus Paris acrescenta terem dito que "ele seria entregue a longas torturas até uma morte ignominiosa ou seria dado ao califa sem nenhuma esperança

---

organizado pelo monarca, uma revolta estourou. Turanshah, ferido no ombro por Baibars, correu em direção do Nilo na esperança de fugir em um barco, quando seus assassinos o encontraram. Ele suplicou que o deixassem com vida, prometendo deixar para sempre o Egito e renunciar ao poder. Mas o último dos sultões aiúbidas foi destruído sem piedade".

154 Joinville (parte II, §362) coloca em termos diferentes: "se o rei não observasse as tratativas, que ele fosse desonrado tanto quanto o cristão que renega Deus e sua Mãe, e privado da companhia dos doze apóstolos, de todos os santos e santas, e que se o rei não observasse as tratativas, que ele também fosse desonrado tanto quanto o cristão que renega a Deus a sua lei, e que, desprezando a Deus, cospe na cruz e pisa nela."

155 Nangis, cap. 37, §§7-10.

Digitalizado com CamScanner

de resgate, 'para confusão da fé cristã'".[156] A tudo isso São Luís respondeu: "Vós podeis bem matar meu corpo, mas nada podereis fazer com minha alma"[157], dizendo preferir "morrer como bom cristão a viver sob a cólera de Deus, de sua Mãe e de seus santos".[158] Eram palavras dignas de um mártir, semelhantes às que estiveram na boca de tantos santos dos primeiros séculos e que, provavelmente, Luís lera nas hagiografias. Podia ele mesmo agora proclamá-las diante dos infiéis. No fim, sua firmeza paciente dobrou os furiosos mamelucos e eles concordaram em executar o tratado anterior sem a exigência do referido juramento.[159]

Em Damieta, Margarida da Provença, logo que soube do valor estipulado para o resgate do marido e dos demais prisioneiros cristãos, reuniu em tempo habilíssimo aquela estrondosa quantia, apesar de se encontrar ainda em estado puerperal. No entanto, os muçulmanos não cumpriram todas as cláusulas, e muitos prisioneiros cristãos foram brutalmente assassinados por eles, tal como atestou o próprio cronista árabe Al-Makrizi. Segundo narra, por ordem do ministro Iousefe-Bem-Tardi, "todas as noites, fazia-se sair três ou quatro centenas de prisioneiros e, depois de se os terem decapitado, fazia-se jogar seus corpos no Nilo".[160]

São Luís, porém, após ser paga a primeira metade do resgate, e depois de um mês de humilhações, doenças, dores e angústias sofridas em honra a Deus, foi libertado.

---

156 Mateus Paris, t. VII, p. 97.

157 Nangis, cap. 37, §10.

158 *Ibid.*, cap. 37, §10. Joinville, parte II, §363.

159 Luís, seus irmãos — Afonso de Poitiers e Carlos de Anjou também foram feitos prisioneiros após a derrota em Fariskur — e os demais cavaleiros cristãos seriam restituídos aos cruzados, assim como todos os prisioneiros cristãos no Egito (pobres ou ricos), em troca de um resgate; Damieta seria devolvida aos muçulmanos; as posses cristãs na Terra Santa seriam preservadas; e uma trégua seria firmada entre o Egito e os cruzados (Jean Sarrasin, cap. 10). Houve uma dificuldade inerente ao método de pagamento do resgate, registrou Mateus Paris (t. VII, p. 97), pois os muçulmanos calcularam o valor na forma de ouro, enquanto "nós ocidentais", disse São Luís, "não calculamos em forma de ouro".

160 Al-Makrizi, §34.

Digitalizado com CamScanner

Comentando a atitude de São Luís no cativeiro, escreveu Geoffroy de Beaulieu, confessor de São Luís:

> Aqueles que estavam lá consigo são testemunhas da grande constância e sabedoria com que ele se comportou, em palavras e ações, depois que — com o consentimento divino — foi capturado pelos sarracenos e enquanto estava em seu poder, e de como os próprios sarracenos o estimaram como muito santo, verdadeiro e sábio.[161]

Isso é confirmado pelo árabe Djamal al-Din, que reconheceu que este príncipe "de rosto bonito [...] tinha sagacidade, firmeza e devoção", e que "suas qualidades lhe atraíram a veneração dos cristãos, que tinham nele uma extrema confiança."[162]

A melhor síntese do comportamento de São Luís no cativeiro é feita contudo por quem esteve com ele na prisão, o seu capelão Guilherme de Chartres:

> Apesar de eu ter estado com ele a todo momento, está além de meu poder expor quão sábia, fiel e constantemente ele se comportou em tudo em relação aos sarracenos que vieram até ele com ameaças e mandos assustadores e arrogantes. Isso, porém, posso afirmar com toda verdade e desejo de brevidade: em tudo o que fez foi absolutamente honesto, perspicaz em suas respostas, cuidadoso e verdadeiro em seu trato e destemido em suas recusas. Ante toda pressão ele permaneceu na constância, de modo que até mesmo os líderes se maravilharam [...] Ele nunca concordaria em entregar Damieta se os cristãos tivessem sido capazes de mantê-la naquele momento. Anteriormente, ele perguntara e fora informado de que, se os sarracenos sitiassem o local, os cristãos não poderiam defender a cidade. Ele não pôde, com efeito, ser influenciado pela pressão e pelas ameaças ferozes deles, ou ainda ser capaz de prometer, admitir ou jurar qualquer coisa que pudesse resultar em dano ao Cristianismo ou

161 Beaulieu, cap. 25, §1.

162 Djamal al-Din *in* Lévis-Mirepoix, p. 256.

Digitalizado com CamScanner

> pesar em sua consciência. Todos os que estavam lá, até mesmo a mais alta nobreza cristã, ficaram impressionados com o quão confiante e imperturbável ele estava, enquanto eles próprios estavam com muito medo. Ele, como homem justo, estava acostumado a depositar sua confiança no Senhor e, portanto, não tinha medo, de acordo com as palavras do sábio: "os justos são corajosos como o leão" (Pv 28,1)[163]

O modo como se comportou, arremata Lévis-Mirepoix, tornou "este vencido um vencedor moral diante dos seus inimigos". Modesto, cortês, sem nunca reclamar, "os sarracenos se deram conta de que não conseguiriam humilhá-lo nem em sua honra e nem em sua fé".[164] E julgamos que nesses relatos veem-se mesmo aquelas manifestações de virtudes heroicas próprias da santidade.

9. Do Egito à Terra Santa

Em 6 de maio de 1250, após a rainha Margarida, as esposas dos príncipes e parte do povo cristão de Damieta embarcarem nos navios, a cidade foi restituída. Conta-nos Joinville que no dia anterior à libertação dos cativos, os emires discutiram entre si se deveriam cumprir o acordo ou se não seria melhor matar o rei e os cavaleiros cristãos, pois seus filhos eram jovens (as vinganças demorariam) e Damieta já havia sido devolvida. Diziam que "o rei da França era o mais vigoroso inimigo que a lei islâmica possuía" e que deveria morrer. Acrescenta Joinville que de fato eles quase foram mortos, mas que Deus não o permitiu.[165]

O primeiro ato de São Luís ao recobrar a liberdade — antes mesmo de ver a esposa e o filho recém-nascido — foi ouvir missa, oferecendo-a em ação de graças por tudo que acontecera (não há aí uma resignação à vontade divina própria de santos?) e por ter voltado em segurança para junto

---

163 Chartres, cap. 7.

164 Lévis-Mirepoix, cap. IV, p. 103.

165 Joinville, parte II, §§370-375.

dos seus. Após o Santo Sacrifício, já a bordo, abraçou Margarida, abençoou o pequeno filho nascido naqueles tristes dias e optou por aguardar mais alguns dias até que o irmão, o conde Afonso de Poitiers, fosse libertado.[166] Durante a espera, a maioria dos barões e dos cavaleiros, considerando cumpridos os seus juramentos de cruzados, zarpou de volta à Europa.[167]

Levou dias para que se concluísse o pagamento do saldo do resgate, em razão da dificuldade de pesar o dinheiro. Durante o procedimento, Luís negou-se a cometer qualquer desonestidade ou burlar de qualquer modo o cumprimento do trato. Quando um cavaleiro lhe confidenciou alegremente que subtraíra dez mil libras sem que os infiéis percebessem, "o rei", diz Joinville, "ficou furioso e mandou que lhes devolvesse as dez mil libras, porque ele se comprometera a pagar duzentas mil libras".[168]

Joinville nos deixou, ademais, o interessante relato de um episódio ocorrido durante a espera. Aconteceu que um homem muito bem vestido foi até Luís e ofereceu-lhe vários presentes; posto que os oferecesse em nome do sultão, mas falando francês. O rei perguntou: "onde aprendestes francês?" E o homem respondeu: "Um dia fui cristão". Vendo que falava com um apóstata, São Luís ficou sério e lhe disse de modo severo: "Põe-te já daqui! Não te tenho mais nada a dizer!" Joinville puxou o homem para o lado e questionou-o sobre suas origens. Ele respondeu que nascera na Provença e fora ao Egito na Quinta Cruzada, mas que lá se casara e convertera ao islamismo, e ficara rico e poderoso. Joinville então lembrou-lhe: "Certamente sabeis que se morrerdes nesse estado ireis para o inferno." Ao que o homem respondeu: "Sim, pois sei que não há religião tão boa quanto a cristã, mas temo a pobreza e a vergonha que encontraria se fosse para vosso lado". E Joinville o exortou: "No dia do Juízo Final, quando vosso pecado for visto por todos os homens, a vergonha será muito maior", e disse-lhe ainda mais coisas, tentando convencê-lo a

---

166 Ele ficara como refém dos infiéis até que a segunda metade do resgate fosse paga.

167 Joinville, parte II, §§377-379.

168 *Ibid.*, parte II, §§380-387. Bordonove, parte IV, cap. 5, p. 207.

Digitalizado com CamScanner

voltar para a fé católica. Apegado às suas riquezas e honras, o apóstata foi embora, e nunca mais tiveram notícias dele.[169]

Quando Afonso de Poitiers foi libertado e São Luís viu seu irmão junto de si, decidiu partir. Ainda restavam muitos prisioneiros cristãos a serem restituídos, e como as naus não podiam contê-los, o rei decidiu rumar para Acre, a principal cidade no litoral dos estados latinos do Levante, pretendendo de lá enviar navios para buscar os demais. Esperava, medindo com sua própria régua os muçulmanos, que eles cumpririam sua parte do acordo, isto é, que libertariam todos os prisioneiros e zelariam pela vida dos cristãos doentes que ficaram em Damieta até o momento em que sua saúde lhes permitisse ir embora.[170] Assim, São Luís e os seus deixaram as praias do Egito.

A viagem para Acre foi tormentosa. Após o fracasso da campanha e o pagamento de tão vultoso resgate, Luís não tinha mais roupas nem colchão próprios. Dormia, resignado e mortificando seu orgulho, no colchão que o sultão lhe oferecera, assim como portava as túnicas negras com botões de ouro também dadas pelo sultão. E durante a viagem voltou a adoecer, mal conseguindo sair de sua cabine. Ali alternava momentos de oração e conversas com Joinville, do qual se tornou grande amigo, relatando-lhe tudo que se passara quando de sua captura e prisão pelos sarracenos e que o cronista nos legou em suas memórias.[171] Ao mesmo tempo, São Luís queria saber dos perigos que o senescal passara durante seu escape. Sem dúvida o rei, comenta Bordonove, apreciava sua franqueza moderada por candura e, mais ainda, a solidez de sua fé. Afinal, Joinville era um católico fervoroso e ao relatar seus infortúnios dizia não duvidar de que tinha escapado vivo por um milagre, o que agradava imensamente o piedoso rei.[172]

---

169 Joinville, parte II, §§394-396.

170 Nangis, cap. 37, §12.

171 Joinville, parte II, §§403-404.

172 Bordonove, parte IV, cap. 6, p. 209.

Ao chegar à bela cidade fortificada de São João d'Acre, importante baluarte cristão na Terra Santa (localizado no litoral norte do atual Estado de Israel), São Luís foi recebido como herói pelos barões, prelados, religiosos e por todos os cristãos, que acorreram para vê-lo desembarcar. Não importavam sua derrota e cativeiro no Egito: era o rei da França e homem de já conhecida virtude e grandeza moral. Foi recebido festivamente com trombetas e guirlandas, estandartes coloridos e cânticos alegres. Era como a chegada de um salvador enviado por Deus.[173]

A situação ali era realmente calamitosa. O que restava dos estados cruzados após 1244 era uma estreita faixa de terra que se estendia do norte de Ascalon, passando por Acre, Tiro, Sidônia, até pouco além de Trípoli e, mais ao norte, Antioquia. Embora Jerusalém estivesse em mãos muçulmanas, o reino que governava os territórios cruzados era ainda chamado "Reino de Jerusalém", cujo rei era Conrado IV da Sicília. O rei do Chipre governava em seu nome, mas quem exercia de fato o poder eram os nobres locais. Essas posses cristãs eram rodeadas pelo mundo muçulmano que, à exceção do sultanato do Egito (cujo governo fora tomado pelos mamelucos), estava, em bloco, unido contra elas.[174]

Logo após desembarcar, São Luís recebeu uma carta de sua mãe, Branca, implorando que ele retornasse imediatamente à França. A trégua com o rei Henrique III da Inglaterra expirara e havia o temor de ele poderia invadir o território francês durante sua ausência. O rei, então, reuniu o conselho de barões e mais alguns barões do Oriente e cavaleiros templários e hospitalários, e pediu que eles refletissem sobre o que ele deveria fazer e lhe trouxessem uma resposta em oito dias.

O prazo fluiu e todos os nobres franceses, à exceção de Joinville, aconselharam o rei a retornar à França, enquanto os barões do Oriente

173 Joinville, parte II, §407.

174 Bordonove, parte IV, cap. 6, p. 210.

imploravam que ele permanecesse para ajudá-los na defesa dos estados latinos. Se não o fizesse, diziam, as posses cristãs na Terra Santa sucumbiriam.

Após mais oito dias, o rei convocou novamente o conselho. Era 3 de julho de 1250. Depois de fazer "o sinal da cruz sobre a boca e depois de ter invocado o Espírito Santo" — simbolizava esse gesto que fazia a vontade de Deus —, Luís declarou que permaneceria.[175]

Explica Riley-Smith que Luís estava determinado a ajudar na defesa dos assentamentos latinos contra quaisquer ataques muçulmanos que pudessem ocorrer após o seu fracasso no Egito. Queria também assegurar a liberdade de seus companheiros que haviam ficado em território egípcio,[176] pois os sarracenos não estavam cumprindo a promessa de libertá-los, como Luís relatou aos seus súditos em uma carta escrita de próprio punho, na qual explicava o porquê de permanecer na Terra Santa:

> Chegados aqui, enviamos ao Egito navios e comissários para trazer de volta os prisioneiros e outras coisas [...], mas os emires retiveram por longo tempo no Cairo esses comissários, aos quais afinal não entregaram mais do que quatrocentos prisioneiros dos doze mil que há no Egito [...] Quanto às outras coisas, os emires nada quiseram devolver; porém o que é mais odioso, depois da trégua concluída e jurada, é que, segundo a informação de nossos comissários e dos cativos dignos de fé que voltaram daquele país, eles selecionaram, entre os prisioneiros, jovens que foram forçados, a espada levantada sobre suas cabeças, a abjurar a fé católica e abraçar a lei de Maomé, o que muitos tiveram a fraqueza de fazer; mas os outros, como combatentes corajosos, enraizados na fé e persistindo constantemente em sua firme resolução, não puderam ser dobrados pelas ameaças ou pelos golpes dos inimigos, e receberam a coroa do martírio. Seu sangue, não duvidamos disso, clama ao Senhor pelo povo cristão [...] Os sarracenos também degolaram muitos cristãos que tinham ficado

175 Joinville, parte II, §§419-435.
176 Riley-Smith, cap. 8, p. 320.

doentes em Damieta [...] sentimos vontade e fizemos o projeto de voltar à França e já nos dispúnhamos aos preparativos para a nossa travessia. Mas quando vimos claramente, por causa disso que acabamos de contar, que os emires violavam abertamente a trégua, e, desprezando seu juramento, não temiam de modo algum zombar de nós e da Cristandade, reunimos os barões de França, os cavaleiros do Templo, os cavaleiros do Hospital, da Ordem Teutônica, e os barões do reino de Jerusalém, e os consultamos sobre aquilo que deveria ser feito. A maioria julgou que, se nos retirássemos neste momento e abandonássemos aquele país, que estávamos a ponto de perder, isso seria expô-lo inteiramente aos sarracenos, sobretudo no estado de miséria e de fraqueza a que estava reduzido, e que podíamos dar como perdidos e sem esperança de libertação os prisioneiros cristãos que estavam em poder do inimigo. Se, ao contrário, ficássemos, teríamos a esperança de que o tempo traria alguma coisa de bom, a libertação dos cativos, a conservação dos castelos e fortalezas do reino de Jerusalém, e outros benefícios para a Cristandade, sobretudo depois que a discórdia se tinha erguido entre o sultão de Alepo e os que governavam o Cairo [...] preferimos adiar nossa travessia e permanecer ainda algum tempo na Síria, a abandonar inteiramente a causa de Cristo e deixar nossos prisioneiros expostos a tão grandes perigos".[177]

Expostas ao seu povo essas razões, Luís decidiu ficar na Terra Santa por tempo indeterminado, "compreendendo", diz Sarrasin, "que se ele deixasse as terras de *outre-mer* neste estado, logo tudo seria perdido".[178] Permaneceram com ele sua esposa, seu amigo Joinville e alguns poucos barões, enquanto partiram de volta à França seus irmãos, Carlos de Anjou e Afonso de Poitiers, enviados por ele como portadores da carta e como auxiliadores da mãe no governo do reino.[179]

---

177 S. Luís, *Carta da Terra Santa aos seus súditos*, §5º. Igualmente Jean Sarrasin (cap. 11) narra a crueldade com que os cristãos foram tratados pelos muçulmanos no Egito, em evidente descumprimento do acordo feito com o rei.

178 Jean Sarrasin, cap. 11.

179 Joinville, parte II, §438.

Digitalizado com CamScanner

10. Rei dos estados cruzados

São Luís permaneceu na Terra Santa de junho de 1250 até o final de abril de 1254, não mais como cruzado, pois a cruzada terminara quando da derrota no Egito, mas como governante dos Estados cristãos da Terra Santa.[180] Seria respeitado, amado e obedecido pelos habitantes daquelas terras, que nele veriam a última esperança de sobrevivência de seus territórios. Buscando atender a tais expectativas, dedicou-se por quatro anos à tentativa de proporcionar uma sobrevida aos estados cruzados, assumindo, na expressão de Riley-Smith, "as rédeas do governo de Jerusalém".[181]

Assim que desembarcou em Acre, chegaram notícias relatando que os muçulmanos destruíram — duas vezes seguidas — fortalezas em torno de Antioquia. Vieram ainda mensageiros de cristãos armênios notificar que os infiéis recentemente haviam atacado a Armênia, de cujo rei tomaram o irmão como prisioneiro. Outros relatavam a vulnerabilidade dos cristãos em Trípoli.[182] Ante a flagrante fragilidade das posses cristãs, Luís viajou pelos estados cruzados do Levante organizando a construção ou ampliação de castelos e fortalezas em Acre, Jafa, Cesareia e Sidônia, para garantir que pudessem resistir a eventuais ataques islâmicos. Joinville demonstra espanto com as somas consideráveis despendidas pelo próprio rei, que ademais carregava sacos de terra, areia e pedras para lucrar indulgências, servindo como exemplo para os outros.[183] As fortificações construídas ou reforçadas por São Luís contribuíram, em grande medida, para a sobrevivência dos estados cruzados por quarenta anos, e suas ruínas ainda podem ser vistas em Israel, no Líbano e na Síria.

Autoridade reconhecida por todos, São Luís tratou da organização política dos feudos orientais, intervindo no Principado de Antioquia e

---

180 O "rei de Jerusalém" estava mais preocupado em manter suas posses italianas do que em governar seus estados orientais.

181 Riley-Smith, cap. 8, p. 320.

182 Jean Sarrasin, cap. 12.

183 Joinville, parte II, §§470, 517, 561.

Digitalizado com CamScanner

em outros senhorios, além de arbitrar conflitos entre os barões e buscar a melhora do nível moral dos habitantes da Terra Santa.[184]

Procurou, ainda, alianças militares estrangeiras, e não hesitou em negociar com líderes de forças não cristãs que de algum modo pudessem auxiliar na preservação dos Estados Latinos ou na libertação dos cativos do Egito. Negociou até mesmo com muçulmanos como Al-Musta'sim, o sultão da Síria. Este último, que era parente de Turanshah, sendo ainda recente o golpe mameluco que tinha derrubado os aiúbidas do Egito, enviou uma embaixada a São Luís, oferecendo-lhe a restituição de Jerusalém e de outros locais sagrados se ele ajudasse a recuperar o país. Em mais uma prova de sua grandeza, o santo rei preferiu ficar sem Jerusalém a atacar o Egito; pois se colaborasse com a invasão, colocaria em risco os doze mil cristãos que eram ainda prisioneiros dos egípcios e que seriam massacrados em represália. No entanto, demonstrando habilidade, o rei não negou de imediato a proposta do sultão, mas utilizou o pedido dos sírios para coagir os mamelucos a cumprirem suas promessas, como que dizendo: "cumpram os termos do acordo e nos devolvam os prisioneiros, caso contrário nós nos aliaremos aos sírios contra vocês". Isso fez os mamelucos começarem a ceder, e o emissário do rei pôde retornar do Cairo com duzentos cavaleiros antes cativos.[185]

As negociações pareceram prejudicadas quando, sem a ciência do rei, o grão-mestre templário, Reinaldo de Vichiers, enviou um mensageiro a Damasco para tratar com o sultão da Síria a respeito de uma disputa particular de terra.[186] Ao constatar São Luís que os templários agiram por cima de suas ordens, "zangou-se muito vivamente", diz Joinville, anulou o tratado firmado entre Vichiers e o sultão sírio, e exigiu que o grão-mestre do Templo e todos os seus cavaleiros fizessem um ato de reparação

184 *Ibid.*, parte II, §§521-524.

185 *Ibid.*, parte II, §§444, 464-469. Bordonove, parte IV, cap. 6, p. 213.

186 Explica Lévis-Mirepoix (cap. IV, p. 107) que ante a ausência prolongada de um rei no reino latino, as ordens militares haviam adquirido o hábito de praticar uma política particular, formando, de mais a mais, estados dentro do Estado.

pública, humilhando-se diante de todo o exército, caminhando descalços no acampamento militar e se prostrando diante do rei. Ademais, baniu do reino de Jerusalém o templário Hugo de Jouy, que tinha sido o artesão daquelas tratativas. Nem o grão-mestre, nem a rainha Margarida, nem ninguém conseguiu evitar o banimento do irmão Hugo.[187] Esse ato, diz Read, teve como objetivo demonstrar ao sultão do Egito que era Luís quem estava no comando dos cristãos e o que decidisse seria feito.[188] Como bom resultado de suas políticas, Luís obteve em março de 1252 a libertação de todos os prisioneiros cristãos ainda retidos pelos egípcios, dando em troca aos mamelucos os prisioneiros muçulmanos de que ainda dispunha.[189]

São Luís reforçou as tréguas com o sultão do Egito, e estabeleceu outra com o sultão da Síria.[190] Recebeu, ainda, uma nova embaixada dos mongóis[191] (que será mais bem estudada adiante) e outra do "Velho da Montanha"[192].

Aos olhos dos sarracenos, São Luís era o chefe supremo dos "francos", e de fato ele agia como tal. Não hesitava impor sua autoridade aos hospitalários e templários (como visto acima), e aos próprios barões da Terra Santa, que o aceitaram como seu senhor. Não quis, no entanto, apropriar-se do título de rei de Jerusalém, nem nada fez em benefício

---

187 Joinville, parte II, §§511-514. Lévis-Mirepoix, cap. IV, p. 108.

188 Read, parte II, p. 247.

189 Jean Sarrasin, cap. 13. Joinville, parte II, §§515.

190 Jean Sarrasin, cap. 15-16.

191 Joinville, parte II, §§470-491.

192 *Ibid.*, parte II, §§451-460. Jean Sarrasin, cap. 12. O "Velho da Montanha" era o líder da seita muçulmana dos "assassinos", fundada no século XI. Sua sede era o Castelo de Almut, na montanha do mesmo nome, no atual Irã. Seus membros estavam dispostos a matar e morrer pela sua fé de uma forma semelhante aos atuais terroristas islâmicos. A atuação dos "assassinos" impressionou tanto o Ocidente que seu nome se tornou sinônimo de "homicida" em muitas línguas latinas.

Digitalizado com CamScanner

próprio, mas tudo em prol dos estados cruzados. Era, na Terra Santa, uma espécie de rei sem coroa.[193]

Sua lealdade, sua justiça e sua fé comoviam os próprios infiéis, e muitos deles acorriam a São Luís pedindo para serem recebidos na Igreja, por constatarem que se a fé cristã podia gerar um rei com tamanhas virtudes, essa fé por certo era melhor do que a de Maomé. São Luís os acolhia cheio de alegria, instruía-os na fé católica e mandava batizá-los.[194] Adotou estes conversos como seus protegidos e os sustentava com seu próprio dinheiro, levando-os consigo para a França quando partiu e designando pensões vitalícias para eles, suas esposas e filhos. Com seus recursos, ademais, Luís comprou escravos dos muçulmanos para, em seguida, libertá-los e catequizá-los.[195]

Tomou sob a sua proteção, ainda, os maronitas, católicos orientais que conhecera no Chipre, sempre tão frágeis e desamparados. Deu-lhes doravante seu amparo "como aos franceses mesmos",[196] tornando-lhes a França um local de refúgio seguro.[197]

Durante a temporada na Terra Santa, São Luís e Margarida da Provença tiveram mais um casal de filhos. O menino nasceu no Castelo Pèlerin em 29 de junho de 1251 e, em razão do santo celebrado no dia de

---

193 Bordonove, parte IV, cap. 6, p. 214.

194 Mateus Paris, t. VIII, p. 6-7. Tillemont, t. III, cap. CCV, p. 403-407.

195 Beaulieu, cap. 27, §1.

196 Goyau, cap. II, p. 58.

197 Os maronitas do Líbano retornaram para a plena comunhão com Roma em 1182. Após o IV Concílio de Latrão, de 1215, o ato de união foi solenemente concluído, e lhes foram dadas instruções detalhadas sobre o dogma e a disciplina. O Papa Alexandre IV (pp. 1254-1261) os tiraria da jurisdição do patriarca latino de Antioquia, dando-lhes um patriarca próprio: o patriarca maronita de Antioquia. Complementa o cardeal Hergenröther (t. III, c. 263, p. 172) que, depois disso, os maronitas seriam sempre, dentre os católicos orientais, os mais fiéis à Santa Sé.

Digitalizado com CamScanner

seu nascimento, recebeu o nome de Pedro.[198] A menina nasceu em 1252, em Jafa, e recebeu o nome de Branca em homenagem à avó.[199]

São Luís pôde também realizar um dos principais objetivos de sua cruzada: a peregrinação. Durante todo o tempo em que esteve no Oriente, diz o cronista, "se comportou de forma humilde e católica", peregrinando devotamente à Galileia, onde o Salvador passara a maior parte de sua vida terrestre. Conta-nos Beaulieu que durante uma vigília da Anunciação (24 para 25 de março), São Luís caminhou da cidade de Séforis (antiga Diocesareia, onde Cristo repousara) até Caná da Galileia (cidade em que Cristo transformou água em vinho), usando um cilício em penitência, e então prosseguiu até o Monte Tabor (local da Transfiguração). Lá, rezou no lugar onde Jesus mostrou-se glorioso diante de Pedro, Tiago e João. Em seguida, na mesma noite, São Luís partiu para Nazaré e, ao avistar a pequena vila, apeou do cavalo e se prostrou, adorando ali mesmo na estrada, e seguiu a pé até a cidade. Caminhou piedosamente, como que absorvido em êxtase, até a Basílica da Anunciação, e penetrou seus sagrados umbrais, e contemplou o local onde doze séculos antes o Anjo Gabriel anunciara à Virgem Maria que ela seria mãe do Filho de Deus, e onde, pelo *Fiat* de Nossa Senhora, Deus fez-se homem. São Luís passou o dia a pão e água, recitando o Ofício Divino e adorando o Senhor em silêncio enquanto lágrimas escorriam de seus olhos. Permaneceu horas ininterruptas em oração, prostrado diante do altar, meditando sobre o Mistério da Encarnação, tocado pela graça que uniu a divindade e a humanidade no ventre da Virgem Maria. Ao final do dia, São Luís ouviu a missa e comungou, unindo-se ao Cristo sacramentado como nunca se unira antes.[200]

---

198 Joinville, parte II, §514.

199 Nangis, cap. 41, §5.

200 Beaulieu, cap. 22, §1. Nangis, cap. 41, §4.

Digitalizado com CamScanner

Joinville menciona ainda a visita de São Luís e a missa que ele ouviu na igreja construída na região de Tiro e Sidônia, onde Cristo expulsou o demônio da filha da viúva cananeia.[201]

Difundia-se já entre os cristãos do Oriente que nos estados latinos havia um rei santo, tal como se depreende de uma curiosa anedota relatada por Joinville:

> Em Acre veio até mim uma grande tropa de pessoas da Grande Armênia, que iam em peregrinação a Jerusalém pagando um grande tributo aos sarracenos que os conduziam. Por intermédio de um intérprete, rogaram-me que lhes mostrasse o santo rei. Eu fui ao encontro do rei onde ele estava, sentado numa tenda, apoiado em sua viga, e ele estava sentado sobre a areia, sem tapete ou qualquer outra coisa. Eu lhe disse: "Senhor, há aí fora uma grande tropa de pessoas da Grande Armênia que vão a Jerusalém, e eles me rogam, senhor, mostrar-lhes o santo rei; mas eu ainda não desejo beijar os vossos ossos". E ele riu muito alto e me mandou ir buscá-las e assim o fiz. E quando viram o rei, o recomendaram a Deus, e o rei fez o mesmo por eles.[202]

Seu comportamento irrepreensível, sua fé irradiante e seu amor pelos humildes impressionavam os próprios emires muçulmanos das redondezas. Eles diziam que nem o mais poderoso príncipe do mundo poderia ser como São Luís, que, apesar de ter perdido tudo no Egito, conseguiu pagar o seu resgate e o de uma multidão de cristãos, manter um exército com seus próprios bens e, ainda, governar brilhantemente os estados cruzados. Esses emires foram sumamente gentis e cordiais para com ele, oferecendo-lhe uma peregrinação a Jerusalém, onde poderia visitar os Santos Lugares e rezar no túmulo de Cristo sem impedimentos e sob sua proteção.

São Luís ficou tentado a aceitar a oferta, pois nada desejava mais do que visitar a Cidade Santa, tocar na pedra onde o corpo de Cristo foi

---

201 Joinville, parte II, §588-590.

202 *Ibid.*, parte II, §§565-566.

Digitalizado com CamScanner

preparado para o sepultamento, visitar o Calvário e rezar na entrada do Santo Sepulcro, donde saíra o Salvador após a Ressurreição. Mas antes do aceite consultou seus conselheiros, que o lembraram da recusa do seu tio-avô Ricardo Coração de Leão à mesmíssima oferta feita por Saladino — a quem disse não poder visitar Jerusalém enquanto ela estivesse em mãos dos inimigos de Deus. Acrescentavam que se Luís, "que era o maior dos reis cristãos", o fizesse, todos os outros reis e peregrinos do futuro se limitariam a visitar Jerusalém, sentindo-se desobrigados de libertá-la.[203]

E São Luís, com o coração remoído de tristeza, para não desestimular futuras cruzadas recusou, no interesse da Cristandade, visitar a Jerusalém terrestre e rezar nos Santos Locais como tanto ansiava. Já se encontrava, ressalte-se, em adiantado grau de renúncia e de resignação à vontade de Deus. Bem o demonstram as palavras que pronunciou em 1251, quando naufragou um navio carregado de prata enviado por sua mãe para auxiliar suas obras na Terra Santa: "Nem esta adversidade, nem nenhuma outra, qualquer que seja, poderá me separar do amor de Cristo."[204]

11. A morte da mãe

São Luís confiava que a França estivesse em boas mãos, e seguramente estava. Sua sexagenária mãe, Branca de Castela, governava em seu nome com o mesmo vigor com que exercera a regência duas décadas antes. Luís deixara-lhe o reino com poderes explicitamente definidos, com excelentes conselheiros e recursos financeiros suficientes. Ademais, mesmo na distante Terra Santa, a cinco mil quilômetros da França, Luís continuou a ocupar-se dos negócios do reino, tomando decisões importantes e emitindo decretos. Branca, além disso, não enfrentou grandes distúrbios no governo — o maior foi, por certo, a problemática "Cruzada

203 *Ibid.*, parte II, §§554-557.

204 Mateus Paris, t. VII, p. 205.

Digitalizado com CamScanner

dos Pastores".[205] Prelados e barões continuavam tranquilos, e o rei da Inglaterra não aproveitou a ausência de Luís IX para tentar reaver os antigos feudos de seu pai na França.

A ausência do rei, no entanto, durou muitos anos — Luís levou mais tempo para retornar do que qualquer outro rei cruzado antes dele —,[206] e fez-se sentir, sobretudo, após a notícia de seu cativeiro, que deixou o povo em estupor e, segundo Mateus Paris, converteu "toda alegria em luto e lamentação", levando as pessoas a "acusarem Deus de injusto".[207]

Em agosto de 1250, após decidir que ficaria na Terra Santa, Luís enviou seus irmãos Afonso de Poitiers e Carlos de Anjou para auxiliarem sua mãe no governo do reino e para reunirem mais homens e somas em dinheiro. Confiou-lhes ainda aquela carta na qual relatava a infeliz campanha do Egito, a trágica morte de Roberto de Artois, as dramáticas negociações com o sultão do Cairo e a necessidade de permanecer na Terra Santa.

A rainha Branca, já enfermiça, encontrou dificuldades para atender ao pedido do filho por mais dinheiro, enquanto os dois príncipes oscilaram, cumprindo mais ou menos bem a missão outorgada. Afonso de Poitiers, além de dedicar-se a garantir sua posição como conde de Toulouse,[208] atendeu melhor às expectativas do rei do que Carlos de

---

205 Tillemont, t. III, cap. CCCXIV-CCCXV. Movimento popular desencadeado pela prisão de Luís IX no Egito. Seus líderes reuniram contingentes de camponeses (ou pastores) com o objetivo de rumar ao Oriente para libertar o rei do cativeiro. O movimento, contudo, degringolou em anticlericalismo e antissemitismo entremeados com heresia milenarista e agitação por parte de líderes carismáticos, sendo reprimido pelas autoridades em 1251. Foi, na opinião de Bainville (cap. V, p. 58), de um destes movimentos de rebeldia misturados com misticismo que aconteciam periodicamente naquele tempo.

206 Luís VII esteve ausente três anos (de 1147 a 1150) e Filipe II pouco mais de um ano (do verão de 1190 a dezembro de 1191).

207 Bordonove, parte IV, cap. 7, p. 217.

208 Tillemont, t. III, cap. CCCXIII, p. 426-429. Era útil para a coroa que Afonso tomasse a posse do condado de Toulouse, uma vez que o conde Raimundo VII estava morto e, pelo tratado de Paris de 1229, toda sua herança cabia à sua única

Anjou, mais entretido com suas próprias questões do que com a coroa e com a arregimentação de novas forças.[209] Os barões do reino, a seu turno, não se mostravam muito dispostos a embarcar em uma nova aventura após o desastre de Mansurá,[210] de modo que, dos socorros que demandou do Ocidente, São Luís recebeu muito pouco.[211]

Em novembro de 1252, Branca de Castela havia se recolhido na Abadia de Melun. Ela podia, como diz Tillemont, olhar para trás e contemplar uma vida agitada como poucas, sobretudo desde o dia, cinco décadas antes, em que sua avó, Leonor da Aquitânia, a buscara em Castela e a fizera esposa do futuro rei da França. Desde então, quantas lutas! A morte precoce do seu amado marido, as fadigas e inquietudes da regência, a contínua apreensão pela saúde delicada de São Luís, ver-se separada de seus quatro filhos quando eles partiram para a cruzada, as notícias da morte de seu filho Roberto de Artois, a derrota de São Luís, sua humilhante captura e dos seus outros dois filhos... O que talvez mais lhe causasse apreensão, acrescenta Tillemont, era o boato de que São Luís tinha decidido passar o resto de sua vida no Oriente, e não retornar jamais à França. Embora sem fundamento, esse boato afligiu a rainha-mãe.[212]

Branca estava doente em Melun e, sentindo dores fortíssimas no coração, percebeu que chegava o momento de sua última batalha. A derradeira hora chega afinal para todos, mesmo para os mais fortes e lendários

---

filha, Joana, esposa de Afonso de Poitiers. Isso colaboraria para colocar fim à questão cátara.

209 Bordeaux, p. 295. Bordonove, parte IV, cap. 7, p. 218.

210 O imperador Frederico II morrera em 1250, mas o papa Inocêncio IV, seu grande rival, prosseguia a luta contra seu herdeiro, Conrado IV, recrutando homens para extinguir o reinado da dinastia de Hohenstaufen, sem se preocupar, a não ser com boas palavras, em atender os pedidos de Luís IX na Terra Santa. Os prelados e abades franceses não estavam dispostos a sacrificar os bens das suas dioceses e mosteiros à continuação de uma empreitada tão incerta, e os barões do reino protestaram que a má vontade do próprio papa e dos homens da Igreja não os incentivava a tomar a cruz (Bordonove, parte IV, cap. 7, p. 218-219).

211 Tillemont, t. III, cap. CCCII, p. 393-397.

212 *Ibid.*, t. III, cap. CCCXX, p. 453-454.

homens — e mulheres. Retornou imediatamente a Paris e, vendo seu estado declinar, dedicou-se a colocar os negócios do reino em ordem. Quando julgou que tudo estava bem encaminhado, preocupou-se, "como uma verdadeira cristã", diz Tillemont, apenas com sua salvação. Cinco ou seis dias antes de sua morte, ela recebeu o hábito cisterciense, tomando o véu como religiosa dessa ordem. Renauld de Corbeil, bispo de Paris, ministrou-lhe os últimos sacramentos, e ela recebeu "o Corpo de Nosso Senhor com muita humildade, devoção e respeito." Depois disso foi posta em um leito de cinzas com um pobre cobertor de sarja. A rainha perdeu a fala por um tempo, até que alguns eclesiásticos ao redor, que recomendavam sua alma, ouviram-na salmodiar com uma voz baixa, mas forte: "*Subvenite sancti Dei*" — "Vinde em meu auxílio, santos de Deus". E após entregar seu espírito, Branca de Castela morreu em 27 de novembro de 1252, aos 64 anos, "fortificada pelos sacramentos de Jesus Cristo, cheia de fé e de gratidão pelas graças de Deus, louvando de todo o seu coração seu Criador e o confessando com fidelidade".[213]

Branca foi preparada para o sepultamento com o hábito cisterciense, como tinha pedido. Porém, sobre o véu de religiosa puseram sua coroa, e sobre o hábito, suas vestes reais mais majestosas. Depositada em um caixão de ouro, Branca, após um magnífico funeral em Saint-Denis, foi sepultada na Abadia de Maubuisson, que ela fundara em 1244 e onde desejava ser enterrada.[214]

A posteridade nunca deixou de elogiar essa figura ímpar que foi Branca de Castela. Detentora de tamanhas virtudes, de uma fortaleza inquebrantável e de uma fé a toda prova, a rainha tornou-se uma das grandes figuras da Cristandade, da história da França e da Espanha, e da história católica. Basta repetirmos com Bénouville que "nunca se dirá o suficiente sobre a função brilhante desta mulher superior"[215], a qual, cre-

---

213 *Ibid.*, t. III, cap. CCCXX, p. 454-456.

214 Nangis, cap. 40, §1.

215 Bénouville, cap. V, p. 186.

mos, só encontraria uma igual em sua descendente e compatriota, Isabel, a Católica, que tanto se assemelharia a Branca e dela herdaria todos os seus atributos.

São Luís estava em Jafa, na primavera de 1253, quando a notícia o alcançou.[216] Ouçamos o relato de Beaulieu, seu confessor, que estava presente na ocasião:

> Quando o legado papal [Eudes de Châteauroux] ouviu as notícias, chamou o arcebispo de Tiro, que era o guardião do selo real, e a mim mesmo. O legado foi conosco até o rei e disse que queria falar com ele em particular, em seu quarto, conosco ainda presentes. Vendo o rosto solene do legado, o rei entendeu que queria transmitir uma notícia triste. Então, este homem cheio de Deus nos levou de seu quarto até a capela adjacente, fechou as portas e sentou-se conosco diante do altar. O legado relembrou o rei, muito sensivelmente, das muitas grandes bênçãos que a bondade divina lhe havia concedido desde a infância, mencionando — entre outras — que por meio de Sua graça, sua mãe o criara piedosamente e de forma muito católica, e que com muita fidelidade e prudência ela administrara os negócios de seu reino. Depois de uma breve pausa, o legado, entre soluços e lágrimas, revelou a ruinosa e lamentável morte da dita rainha. Então o católico rei, caindo em lágrimas de joelhos diante do altar, chorou com as mãos entrelaçadas em mui piedosa oração, dizendo: "Agradeço-vos, Senhor Deus, que tenha agradado à vossa bondade conceder-me estar com minha mais amada senhora mãe por tanto tempo. E agora, Senhor, a levastes até Vós pela morte de seu corpo, de acordo com vossa vontade. É verdade, Senhor, que a amei acima de todas as outras criaturas vivas, como ela bem merecia; mas, na medida em que isto [sua morte] vos agrada, bendito seja vosso nome para sempre. Amém". Tendo dito isto e, após uma breve oração do legado em favor da alma da senhora que partiu, o rei pediu para ficar sozinho na capela. O legado e o arcebispo se foram, e ele me

216 Joinville, parte II, §603.

> manteve a sós com ele. Por algum tempo ele permaneceu em meditação piedosa, suspirando diante do altar. Mas, não querendo que ele fosse sobrecarregado pelo pesar imoderado, procurei consolá-lo o melhor que pude, humildemente dizendo-lhe que ele havia prestado à natureza o que era devido à natureza,[217] mas que agora era apropriado que ele prestasse à graça de Deus, que estava nele, o que pertencia à razão iluminada pela graça. Ele aceitou sensatamente este conselho e o cumpriu, saindo daquele lugar, e foi para o seu oratório, onde ele costumava dizer as Horas. Ele me chamou e, como era seu desejo, recitamos todo o Ofício dos Mortos, isto é, Vésperas e Vigílias com as nove leituras. Não fiquei nada surpreso com isso e, embora seu coração estivesse profundamente machucado e remexido por uma ferida tão nova e terrível, eu não me recordo de tê-lo notado hesitar ou errar qualquer verso ou salmo ou qualquer leitura que recitou — como é frequente quando o coração humano se depara com notícias tristes e repentinas. Isso atribuo à virtude da graça divina e à firmeza de seu coração. Ele provou ser um filho muito fiel à alma de sua santa mãe, pois encomendou inumeráveis missas em muitas comunidades religiosas e ofereceu muitas orações por sua alma. Daquele dia em diante, ele quis que uma missa especial [por Branca de Castela] fosse rezada todos os dias diante dele, exceto nos domingos e nos dias de festa.[218]

A morte de Branca de Castela parece ter sido uma das maiores provas de São Luís. O sofrimento que sentiu ultrapassou a dor natural pela morte de uma mãe em idade avançada, pois um laço especialíssimo o unia desde sempre a essa senhora, que fora seu porto-seguro, sua proteção, seu apoio e guia nas adversidades da vida. Nunca despareceria de sua memória aquele dia no qual se refugiaram no Castelo de Monthéry para escapar dos barões rebeldes que queriam separá-lo dela. Nunca olvidaria o esforço de Branca para bem governar em seu nome e para instruí-lo a

217 A saber: tinha chorado pela morte de mãe, o que era natural.

218 Beaulieu, cap. 28.

ser um bom rei. Era impossível esquecer de que fora ela quem tudo lhe ensinara sobre as verdades eternas, sobre a virtude, sobre a fé. Sua perda não era, afinal, apenas a de uma mãe amorosa, mas daquela que lhe dedicara sua vida.

Nem todos compreenderam a tristeza do rei. Era um homem de quase quarenta anos, pai de oito filhos, e que tinha passado pelos maiores tormentos da guerra, da doença e da derrota, mas que ainda assim chorava como uma criança pela morte da mãe. Beaulieu chama o seu pesar de "imoderado", e Joinville chegou a criticá-lo por como reagiu à morte de Branca. Conta o senescal que durante dois dias ninguém conseguiu falar com São Luís, que se manteve recolhido e enlutado em seus aposentos. Depois desses dois dias, mandou chamar Joinville e, assim que este chegou, estendeu os braços e disse:

> "Oh, senescal! Perdi minha mãe!" E eu respondi: "Senhor, não me surpreendo, uma vez que ela estava fadada a morrer. Mas estou surpreso que um homem sábio como vós guarde tamanho luto. Pois sabeis, o sábio diz que qualquer sofrimento que um homem possa sentir no coração não deve mostrar em sua face, pois fazendo-o ele alegraria seus inimigos e entristeceria seus amigos".[219]

Seja como for, a tristeza de São Luís não era fruto do desespero. Cada vez mais fortalecido na virtude da esperança, sabia que reencontraria sua amada mãe junto a Cristo no Paraíso. Sua tristeza era fruto do afeto natural de um filho por sua mãe, da saudade provocada pela ausência de alguém que tanto se amou. A leitura da narrativa de Beaulieu remete ao episódio evangélico em que Cristo chorou pela morte de Lázaro e, ato contínuo, o ressuscitou: a humanidade e a divindade se revelam unidas no Coração de Jesus, que chorou a morte do amigo, mas que manteve os olhos fitos no Pai que é capaz de dar a vida aos mortos. Também o coração de São Luís, humanamente triste, ainda assim se mantinha firme nas

---

219 Joinville, parte II, §§603-604.

Digitalizado com CamScanner

virtudes infusas da fé e da esperança, como fica manifesto em sua oração constante pela alma da mãe.

Somente Margarida, a inigualável companheira de Luís, parece ter compreendido sua dor. Joinville relata que encontrou a rainha chorando amargamente e perguntou-lhe: "Se morreu a mulher que mais odiáveis, por que chorais por ela?" Ao que Margarida respondeu: "Não é pela minha sogra que eu choro, mas pela tristeza do rei em perdê-la".[220]

12. São Luís enterra os mortos em Sidônia e retorna para a França

Nada nos leva a crer que a morte de Branca de Castela tenha levado São Luís a pensar num retorno imediato à França. Confiava, talvez, que seus dois irmãos, Afonso e Carlos, governassem bem em seu nome, e que poderia continuar se dedicando, por mais algum tempo, a garantir que os estados cruzados resistissem aos futuros ataques sarracenos.

Tendo fortalecido Acre, Cesareia, Jafa, faltava ainda Sidônia, que abrigava um porto importantíssimo, e cujas muralhas haviam sido destruídas pelos muçulmanos de Damasco em 1249.[221] Foi quando a muralha de Sidônia estava sendo reconstruída, em 1253, que se deu um dos mais emblemáticos episódios da vida de São Luís.

Em dada manhã, uma legião de muçulmanos lançou-se furiosa sobre os pedreiros que o rei enviara para a reconstrução das muralhas de Sidônia, matando a machadadas ao menos três mil desses cristãos desarmados. São Luís estava a caminho da cidade quando foi notificado; aflito, correu a toda velocidade para o local do massacre, apesar de o caminho estar repleto de guerrilheiros infiéis. Aproximando-se de Sidônia, deparou-se com um cenário dantesco: os três mil corpos dos trabalhadores

220 *Ibid.*, parte II, §605.

221 Tillemont, t. III, cap. CCCXXVIII, p. 483.

Digitalizado com CamScanner

chacinados estavam espalhados desde os campos até a praia em adiantado estado de decomposição e exalando um cheiro terrível.[222]

Com o coração inflamado de dor por ver cristãos tão brutalmente assassinados e insepultos, o rei ordenou que todos nos arredores parassem o que estivessem a fazer e cavassem às pressas um cemitério nos campos. Coube ao legado papal, o cardeal Eudes, que viera com o rei, dedicá-lo. Mas São Luís, por um ato "de caridade, de humildade, de generosidade, enfatizada por tantos historiadores",[223] quis ajudar a enterrá-los. Eis como o relata Guilherme de Nangis:

> Ele ajudou a enterrar os mortos com as próprias mãos; pegou os pés, os braços e as mãos, já em estado adiantado de decomposição, colocou-os em sacos e carregou-os em macas com grande respeito. Muitos desses farrapos de corpos mutilados estavam tão podres que a carne não tinha mais consistência e caía quando levantada para ser posta nos sacos. O cheiro era sufocante; apenas alguns ousaram tocar nesses cadáveres [...] Todas as manhãs, durante os cinco dias que durou a exumação, ele veio depois da missa incentivar o povo [a ajudar] pela sua presença, dizendo: "Vamos enterrar os mártires que sofreram a morte por Nosso Senhor, e não vos sintais cansados por este trabalho, pois eles sofreram mais do que nós".[224]

Guilherme de Chartres, que provavelmente assistiu e participou desses trabalhos, escreveu:

> Embora todos os outros que estivessem presentes reagissem como se tivessem repugnância e pavor de pegar nos corpos e reunir os membros agora um tanto podres e cortados ou tocar nos ossos, nosso próprio rei, devoto e de grande coração, como se não sentisse nenhuma repulsa, ficava lá de manhã até o meio-dia, como se estivesse em uma câmara

222 Nangis, cap. 42, §1.

223 Tillemont, t. III, cap. CCCXXIX, p. 489.

224 Nangis, cap. 42, §§2-3.

Digitalizado com CamScanner

> perfumada, reunindo benevolentemente com suas próprias mãos os membros e entranhas desses cristãos, que ele considerava serem mártires, tão docemente manuseando-os, recolhendo-os e colocando-os em recipientes para serem levados para o seu lugar de enterro [...] Todos ali, e muitos dos que haviam fugido do medonho esforço, ficaram maravilhados com sua humildade e magnanimidade.[225]

Narrou igualmente Joinville que o rei "carregava os corpos fedorentos em putrefação para enterrá-los nas fossas, sem tampar o nariz, enquanto os outros tampavam".[226]

Após a desagradável tarefa, São Luís organizou um esplêndido funeral. Enquanto todos os presentes, inclusive o cardeal legado, os bispos de Tiro e de Damieta e os demais clérigos recitavam o Ofício dos Mortos, cobrindo os narizes por causa do fedor dos três mil cadáveres, São Luís permaneceu de pé, de forma respeitosa, solene e orante, sem levar as mãos ao nariz uma vez sequer e sem transparecer qualquer sinal de repugnância ou asco, recolhido em oração pelas almas daqueles seus irmãos na fé.[227] O contato com tantos mortos e o cheiro de decomposição abalou a saúde de muitos dos presentes. O arcebispo de Tiro veio a óbito, e vários outros sacerdotes e muitos senhores ficaram seriamente debilitados, mas ao rei nada ocorreu.[228]

Após cumprir tão sagrada obrigação, São Luís deu ordens para que se continuasse a fortificar Sidônia.[229] O edifício que traz à memória esses eventos ainda existe na região central de Sídon, no sul do Líbano, onde jazem as ruínas do castelo que o santo rei mandou construir na cidade, até hoje chamado pelos libaneses de "Castelo de São Luís".

---

225 Chartres, cap. 9.

226 Joinville, parte II, §582.

227 Nangis, cap. 42, §4.

228 Saint-Pathus, cap. 10, §§39-40.

229 Tillemont, t. III, cap. CCCXXIX, p. 490.

Digitalizado com CamScanner

Estando o rei em Sidônia, muitas cartas chegaram da França reclamando sua presença no reino e alertando-o para a constante ameaça tanto da Inglaterra quanto da Alemanha, assim como para os conflitos internos no condado do Flandres — e uma má intervenção de seu belicoso irmão Carlos de Anjou nessa querela.[230] O rei da Inglaterra visitara a Aquitânia, seu feudo na França, para debelar uma rebelião, e selara uma nova aliança casando seu filho Eduardo com Leonor, filha do rei Fernando III de Castela. Cogitava-se que os normandos estavam de portas abertas para receber os ingleses e os castelhanos dispostos a ajudar numa nova invasão de Henrique III.[231]

Margarida igualmente instava o marido para que voltassem, pois os três filhos do casal que haviam ficado em Paris — Luís de 10 anos, Filipe de 8 anos e Isabella, de 12 —, com a morte da rainha-mãe tinham ficado sem a tutora. Margarida preocupava-se especialmente com a menina, pois a morte da avó a havia deixado sob o cuidado apenas de homens.[232] Enfim, São Luís começou a pensar seriamente se deveria permanecer ou retornar à França.

Ao mesmo tempo em que os filhos e os negócios do reino exigiam sua volta, feria o coração de Luís deixar abandonados os cristãos do Oriente. Rezou, pois, fervorosamente para obter orientação divina sobre qual decisão tomar. Realizou muitos ofícios religiosos, procissões e penitências, com assistência de todo o povo, para que Deus desse a conhecer se era melhor voltar à França ou permanecer no Levante. No fim, os próprios barões dos estados cruzados foram até o rei agradecê-lo pelos serviços que havia prestado à Terra Santa; e, por não quererem abusar de sua boa vontade, disseram que tinha feito tudo o que poderia fazer para defender a fé cristã no Oriente, de modo que poderia voltar em paz para a Europa.[233]

---

230 Nangis, cap. 42, §5. Beaulieu, cap. 28, §2. Bordonove, parte III, cap. 8, p. 227.

231 Tillemont, t. IV, cap. CCCXXXI, p. 5ss e cap. CCCXXXVI, p. 27-28.

232 Joinville, parte II, §605.

233 *Ibid.*, parte II, §§609-610, 615-616. Nangis, cap. 42, §§6-7.

Digitalizado com CamScanner

Afinal, Luís decidiu partir. De Sidônia onde estava, desceu até Tiro, onde apanhou a rainha Margarida, que estava grávida novamente, e os três filhos — João Tristão, Pedro e Branca —, e foram juntos até Acre, lá chegando em 8 de março de 1254, segundo domingo da Quaresma. Preparou o rei a viagem de volta durante o restante da Quaresma, deixando representantes seus na Terra Santa e cem cavaleiros, além de fundos monetários para auxiliar os levantinos na defesa das terras cristãs.[234]

Com todos os preparativos concluídos, São Luís embarcou no porto de Acre em 24 de abril de 1254 com sua família. Sua comitiva estava reduzida a uma pequena parte daquela que havia seis anos partira com ele desde Aigues-Mortes rumo à epopeia trágica que fora a Sétima Cruzada. O povo de Acre, conta Beaulieu, com lágrimas nos olhos acompanhou o rei até a praia, despedindo-se deste cheio de tristeza.[235]

Depois das costumeiras orações, os navios zarparam em direção ao Ocidente. Luís IX olhou para a Terra Santa. Ali, onde viveu Nosso Senhor, parece ter ficado para sempre o coração desse santo rei e cruzado, junto da Jerusalém terrestre que ele sempre desejou ver, mas que, por causa das vicissitudes humanas e de seu próprio sacrifício em favor da causa cristã, seus olhos jamais puderam contemplar.

13. A VIAGEM DE VOLTA

"Nasci neste dia", disse São Luís a Joinville quando o navio zarpou em um sábado, 25 de abril de 1254, dia do seu quadragésimo aniversário.

"Pois podeis bem dizer que nasceis de novo hoje, senhor", respondeu Joinville.[236] O senescal, numa constatação meramente humana, aludia ao fato de que Luís, ao retornar para a Europa, obtinha uma nova vida ao livrar-se dos perigos de que padecia no Oriente. Mas sob o prisma

---

234 Jean Sarrasin, cap. 17. Riley-Smith, cap. 8, p. 320. Tillemont, t. IV, cap. CCCXXXVI, p. 28.

235 Beaulieu, cap. 28, §2. Tillemont, t. IV, cap. CCCXXXVII, p. 31-32.

236 Joinville, parte II, §617.

Digitalizado com CamScanner

espiritual, Luís IX, em verdade, nascia de novo, e a viagem de volta demonstrá-lo-ia.

Não querendo afastar-se de Cristo Sacramentado e desejando que os doentes de seu navio pudessem receber a comunhão, o rei solicitou ao cardeal-legado Eudes a permissão para viajar com o Santíssimo Sacramento a bordo. E essa honra, que jamais fora concedida a ninguém, deu-lha o legado.

O rei fez colocar o Santíssimo no local mais honorável do navio, junto de muitas outras santas relíquias, sobre um tabernáculo ricamente coberto com seda bordada a ouro. Diante do tabernáculo, que os clérigos guardavam o tempo todo, e em todos os dias da longa viagem, o rei permanecia horas em oração, ouvindo o Ofício Divino e assistindo a Santa Missa. Queria que fosse celebrado o Santo Sacrifício diariamente com a mesma dignidade com que seria celebrado em terra, com os paramentos litúrgicos apropriados. O rei pedia que três sermões fossem pregados por semana, esperando, sobretudo, que os marinheiros os ouvissem, e os incentivava a se confessarem. Não descurou dos doentes a bordo, garantindo que tivessem todo o necessário, especialmente o remédio espiritual. Cuidou também para que seus próprios capelães dessem os últimos sacramentos aos moribundos, e ainda encarregou os mesmos religiosos de celebrar da forma mais apropriada os funerais.[237] Bordonove assim sintetiza o que os vários cronistas narram:

> Desde Mansurá, sua atitude de piedade se acentuava. Ele era visto junto do altar, entre os clérigos, mergulhado nas orações ou em piedosas reflexões. Ele era ouvido salmodiar e cantar com eles. Tanto fervor surpreendia os marinheiros, mas ele impunha tal respeito, mostrava tanta sinceridade, ao mesmo tempo tão simples e tão majestoso, que ninguém ousava zombar. Ele estava a bordo do navio, e ao mesmo tempo em outro lugar; seu espírito planava em alturas inacessíveis...[238]

---

237 Beaulieu, cap. 29, §1. Nangis, cap. 43, §§3-4.

238 Bordonove, parte III, cap. 8, p. 230.

Antes de dirigir-se definitivamente para o Ocidente, desembarcou, no dia seguinte à partida, para ouvir a missa dominical no Monte Carmelo, a alguns quilômetros ao sul de Acre. Sabia que naquela montanha havia uma bela capela dedicada a Nossa Senhora e guardada por um fervoroso grupo de religiosos chamados de "carmelitas". São Luís deve ter ficado deveras impressionado com o fervor e a retidão de vida destes homens, pois ele levou alguns consigo, e mais tarde os iria estabelecer, como veremos, em Paris.[239]

Como na viagem de ida, o Chipre serviria de escala. Os navios se aproximaram da costa dessa ilha em 1º de maio. O nevoeiro da madrugada impediu que os vigias vissem o litoral, levando-os a julgar que estava mais distante do que realmente estava. Navegando meio às cegas, o navio do rei encalhou num banco de areia submerso, e se não fosse por isso se chocaria contra rochas imensas que se erguiam pouco à frente, e se despedaçaria; e, como consequência, nos dizeres de Joinville, "todos nós teríamos naufragado e nos afogado".[240] O choque com o banco de areia causou um estrondo imenso e acordou todos os tripulantes, que em sua maioria ainda dormiam. Os marinheiros, desesperados, corriam para cá e para lá julgando que o navio afundaria, sem saber o que fazer ou o que dizer.[241] Mas enquanto todos se apavoravam, São Luís foi até o convés, descalço e trajando apenas uma túnica, prostrou-se diante do Santíssimo Sacramento e das relíquias, e pôs-se a rezar. Ouçamos Beaulieu, testemunha ocular:

> O católico rei, no entanto, manteve a fé e a esperança em Deus. Entendendo a natureza do perigo, sem levar em conta a segurança de si mesmo — ou mesmo de sua esposa, a rainha, ou de seus filhos, que estavam ao seu lado em desalento — ele rezou fervorosamente diante do altar, devotamente prostrado ante o Santo Corpo de Cristo e as

239 Tillemont, t. IV, cap. CCCXXXVII, p. 34.

240 Joinville, parte II, §618.

241 *Ibid.*, parte II, §622..

relíquias sagradas, humildemente pedindo que o Deus Todo-Poderoso lhe concedesse sua ajuda no presente perigo.[242]

O mesmo nos conta Joinville, segundo o qual o rei saltou da cama e, vestido apenas com uma cota, colocou-se "com os braços em cruz diante do corpo de Nosso Senhor, como um homem que não espera outra coisa senão a morte".[243] Vendo aquela cena, os marinheiros, talvez italianos, disseram entre si em sua língua que aquele rei era uma "boa pessoa" e imitaram sua piedade, acorrendo ao Santíssimo para pedir a Deus o perdão de seus pecados.[244]

Quando amanheceu, São Luís ordenou que se examinassem os danos que o choque causara ao navio. Ao retornarem, quatro mergulhadores relataram que cerca de nove metros (quatro braças) da quilha estavam rompidos, deixando as tábuas totalmente soltas. Diziam que, em tal estado, se o barco não afundasse agora, ao entrar em mar aberto não seria capaz de resistir ao choque das ondas, indo parar no fundo do Mar Mediterrâneo.[245]

Ante a trágica constatação, São Luís pediu orientações aos marinheiros e aos seus conselheiros, os quais disseram que, havendo quatro galés nas redondezas, o mais aconselhável era o rei, a rainha e os três príncipes abandonarem o navio fadado ao naufrágio e subirem a bordo de uma delas. O santo rei, no entanto, respondeu que se vissem outro barco se aproximar, os que estavam a bordo se lançariam no mar na esperança de serem salvos por ele, e que provavelmente morreriam. Logo, a consequência do resgate da família real seria a perda de muitos outros. Coube a São Luís, então, vendo-se responsável não apenas por si e por sua família, mas também pelas oitocentas pessoas a bordo, tomar uma decisão: "eu

242 Beaulieu, cap. 30a, §1.

243 Joinville, parte I, §39.

244 Tillemont, t. IV, cap. CCCXXXVIII, p. 36.

245 Joinville, parte II, §§623-625.

prefiro expor a mim, minha esposa e meus filhos à sorte nas mãos de Deus a causar tal dano a uma multidão tão grande de pessoas que há aqui".[246]

Os perigos pioraram depois disso. Um fortíssimo vendaval começou a soprar, empurrando o navio em direção à ilha, e os homens não conseguiam manter no lugar nem com cinco âncoras.[247] No fim, o vento desencalhou o barco, lançando-o ao mar. Todos temiam seu pronto naufrágio, mas eis que ele flutuava normalmente! Surpresos, os marinheiros foram até o casco e examinaram cada canto da quilha onde horas antes havia sido constatada uma rachadura de nove metros... mas não encontraram *nenhum* dano. Retornaram ao convés e informaram ao rei que o navio estava incólume. Conta-nos Guilherme de Nangis: "De manhã, a partir da hora primeira (6h) o bom rei, cheio de fé, retornou secretamente ao altar e ajoelhou-se para agradecer a Deus por tê-los preservado de um perigo tão horrível".[248]

Luís tinha plena convicção de que Deus havia interferido para salvá-los. Com efeito, quando a viagem foi retomada, sentou-se aliviado junto à amurada e disse a Joinville:

> Deus realmente nos mostrou parte de Seu grande poder; pois não foi um dos quatro ventos, mas um dos pequenos ventos sem nome que esteve a ponto de afogar o rei da França, sua esposa, seus filhos e todos os

246 *Ibid.*, parte II, §§626-628.

247 Conta Joinville que a rainha Margarida, temendo pela vida de sua família, foi até a cabine do marido implorar que ele pedisse a Deus e aos seus santos que os salvassem do perigo de afogamento, e que jurasse fazer uma peregrinação em agradecimento. Não o encontrou, pois Luís estava diante do Santíssimo Sacramento. Joinville, então, sugeriu à rainha que implorasse a intercessão de São Nicolau e prometesse uma peregrinação a Saint-Nicolas de Varengeville, e oferecesse lá uma doação de prata à igreja. A rainha respondeu: "Senescal, de fato eu o faria de boa vontade, mas o rei é tão estranho que se ele soubesse que prometi isso sem ele, me impediria de ir". Mas acrescentou que prometia ao santuário de São Nicolau uma nau de prata (Joinville, parte II, §§631-632. Bordonove, parte III, cap. 8, p. 229).

248 Nangis, cap. 43, §5.

Digitalizado com CamScanner

> seus companheiros. Agora devemos a Ele amor e gratidão pelo perigo do qual nos libertou.[249]

Os cronistas interpretaram esses eventos como um milagre operado pela intercessão do santo rei. Para Nangis, "devemos acreditar que pelos méritos e orações do bom rei Luís, Nosso Senhor preservou o navio e tudo quanto continha do perigo".[250] E Beaulieu diz: "eu creio que a piedade divina salvou o navio e tudo dentro dele do naufrágio pelas orações e méritos do rei, já que dificilmente dois ou três em cem navios teriam sobrevivido a um perigo semelhante".[251] Tillemont diria que Deus permitiu aqueles acontecimentos para mostrar o grau de caridade que São Luís alcançou, pois afinal ele "chegou a expor sua vida, de sua esposa e de seus filhos não por Jesus Cristo e pela fé cristã, nem pela defesa da Igreja ou para a salvação eterna de seus irmãos", mas para evitar danos a "alguns de seus súditos".[252]

Prosseguindo a viagem, Luís desembarcou na ilha siciliana de Lampedusa, onde visitou um eremitério dos tempos antigos. Depois, o navio foi conduzido até a costa da arborizada ilha de Pantelária, na Sicília. Lá, a pedido de Margarida, o rei mandou que três pequenos barcos fossem apanhar frutas para os três pequenos príncipes. Os barcos, no entanto, desapareceram, e pensou-se que tinham sido interceptados por piratas muçulmanos das redondezas. Os marinheiros aconselharam Luís a partir, mas ele disse que "não abandonaria seus homens nas mãos dos sarracenos sem ao menos fazer o que pudesse para libertá-los", e deu ordens para que fossem até os possíveis raptores. Margarida lamentava: "Ai, infeliz de mim! Eu fiz tudo isso!" Mas os três barcos, cujos tripulantes tinham se atrasado porque ficaram comendo frutas na ilha, acabaram

---

249 Joinville, parte I, §41-42; parte II, §634.

250 Nangis, cap. 43, §5.

251 Beaulieu, cap. 30a, §1.

252 Tillemont, t. IV, cap. CCCXXXVIII, p. 37.

Digitalizado com CamScanner

retornando. Quando soube a razão da demora o rei irou-se, e puniu os tripulantes com um justo castigo.

Poucos dias depois, enquanto a travessia marítima prosseguia, o navio esteve a ponto de ser incendiado em consequência do descuido de uma das camareiras da rainha, que derrubou um lenço na luminária da cabine de Margarida. O lenço inflamou-se e o fogo se espalhou para os panos que cobriam as roupas da rainha, que acordou assustada e atirou ao mar as coisas que estavam em chamas.[253]

Onze semanas após a partida de Acre, São Luís viu a costa do continente europeu. Era sua vontade seguir até Aigues-Mortes, que era terra da coroa, mas concordou em desembarcar em Salins d'Hyères, na Provença, em 10 de julho de 1254.[254] Após alguns dias na costa sul, seguiu pela estrada ao santuário de Santa Maria Madalena na gruta de Saint-Baume, e depois de visitá-lo partiu de lá para Beaucaire, já em território do reino da França, passando em seguida por Aigues-Mortes, Saint-Gilles, Nîmes, Alès, Le Puy, Brioude, Issoire, Clermont, Saint-Pourçain, e Saint Benoît-sur-Loire. Chegou ao Castelo de Vincennes em 5 de setembro e partiu em seguida para Saint-Denis. Lá, São Luís e Margarida se dirigiram ao túmulo dos santos mártires na Basílica de Saint-Denis para agradecer a Deus por seu retorno em segurança e devolver a auriflama, o estandarte real de Saint-Denis, que lhes havia sido entregue seis anos antes.[255]

Em 7 de setembro de 1254, Luís IX fez sua entrada solene em Paris com sua mulher e seus três filhos. Os clérigos e burgueses foram à frente dele, ricamente vestidos em procissão, e acompanhados de uma multidão incontável de populares, todos alegres pelo retorno do rei após tantos anos de ausência. Os festejos e comemorações públicas se estenderam por vários dias. Luís, porém, percebendo as grandes somas de dinheiro que

253 Joinville, parte II, §§638-649.

254 *Ibid.*, parte II, §§652-654.

255 Mateus Paris, t. VIII, p. 47-48. Tillemont, t. IV, cap. CCCXL, p. 44-45.

"São Luís deposita a Coroa de Espinhos na Sainte-Chapelle", de Charles Thévenin. Séc. XIX.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO 5

A VIDA ESPIRITUAL DE SÃO LUÍS

1. A ESPIRITUALIDADE CATÓLICA E O CAMINHO ESPIRITUAL DE SÃO LUÍS

O historiador laico, isto é, aquele que não tem fé católica ou que, embora a tenha, todavia intenta fazer uma leitura da vida de São Luís que exclua o sobrenatural, depara-se a essa altura com dois caminhos: ou silenciará sobre a vida espiritual de Luís IX e suas implicações — e isto lhe fará descaracterizar por completo a história do rei —, ou se verá obrigado a reconhecer em São Luís a existência de algo que não é humanamente explicável, mesmo sem saber precisar o quê. Não se está falando de fenômenos extraordinários, curas milagrosas, levitações, bilocações e outras coisas do gênero, que a historiografia crítica poderia reputar como invenção de um tempo supersticioso, mas da adesão completa do rei, confirmada por relatos seguros e unânimes, a uma fé que transborda em atos concretos de amor a Deus e ao próximo que não são próprios do comum dos homens. Com efeito, quem olhar para Luís IX da França, mesmo desatentamente, perceberá haver nele algo que não é natural e humano.

Já àqueles que professam a mesma religião de São Luís — e nos incluímos nesse grêmio — não é difícil perscrutar a alma dele e apreender os frutos da transformação nela operada. É o que se procurará fazer nas páginas seguintes. E o leitor, caso deseje descobrir esse tesouro de exemplos que é a vida espiritual de São Luís IX, sobretudo após a Sétima Cruzada, prossiga conosco, lançando mão do único prisma interpretativo capaz de revelar o brilho invisível de uma alma santa — a fé católica. Caso

Digitalizado com CamScanner

contrário, deste grande rei nem sequer o reinado será compreendido, pois é em sua vida espiritual que se encontra o âmago de sua existência e a fonte da qual tudo o mais irradiou.

A biografia de quem a Igreja alçou aos altares é a história da ação de Deus sobre uma alma. É a narrativa da configuração, da conformação do santo a Jesus Cristo, da união que resulta de, amando a Deus, corresponder o homem ao amor de Deus. Todo aquele que se torna membro de Cristo pelo batismo é instado a essa união plena que se dá pela "santificação" ou "deificação", processo tantas vezes descrito como um caminho, uma via, uma subida. É possível discernir esse caminho na história de São Luís? Ora, os biógrafos nos legaram os dados necessários para identificar os marcos essenciais da longa ascensão de São Luís a Jesus Cristo, dessa santidade construída, na expressão de Bordonove, "pedra a pedra, como uma invisível *Sainte-Chapelle*."[1]

Para entender a evolução espiritual de São Luís recorreremos à doutrina imorredoura dos místicos espanhóis Santa Teresa de Ávila (1515-1582) e São João da Cruz (1542-1591), ambos agraciados com dons elevadíssimos e providencialmente esclarecidos sobre os mais relevantes elementos da vida espiritual. Poder-se-ia objetar que São Luís viveu três séculos antes deles e, entre as famílias espirituais que com as quais conviveu, a ordem carmelita, à qual esses santos pertenceram, não desempenhou um papel notável. Como, portanto, ler a vida espiritual do rei da França à luz dos escritos desses dois? Sabe-se que São Luís conheceu os carmelitas no Monte Carmelo,[2] levou muitos deles para a França

---

1 Bordonove, Introdução, p. 11-12.

2 Inspirados nos profetas Elias e Eliseu, os primeiros carmelitas foram cruzados que, chegados à Palestina, assumiram a vida eremítica nas famosas grutas do Monte Carmelo, sendo posteriormente agrupados em uma comunidade por São Bertoldo de Malifay em 1156. Como havia crescido, a comunidade recebeu em 1209 de Santo Alberto, patriarca de Jerusalém, uma regra, que seria posteriormente aprovada pelo Papa Honório III, em 1228. O êxito prodigioso dos carmelitas levou-os a estruturarem-se como uma ordem religiosa reconhecida pelo Papa Inocêncio IV em 1248: a Ordem de Nossa Senhora do Monte Carmelo. Como consequência do

Digitalizado com CamScanner

em 1254,[3] e os instalou em Paris, "comprando-lhes um local nas margens do Sena, na direção de Charenton, e construiu uma casa para eles, comprando-lhes vestes, cálices e todas as coisas necessárias para a realização do divino serviço".[4] Foi, portanto, fundador do Carmelo francês. Porém, a espiritualidade carmelita não parece ter influenciado sobremaneira São Luís, como a cisterciense e a franciscana. Por quê, então, recorrer aos escritos de Santa Teresa de Ávila e São João da Cruz para explicar a evolução mística do santo rei? Porque, na expressão do frei Maria-Eugênio do Menino Jesus, o magistério espiritual de Santa Teresa (e, por certo, de São João da Cruz) se aplica "a todas as épocas e a todos os povos."[5] O que eles escreveram não é próprio de um carisma específico ou de uma escola isolada, mas uma "doutrina dirigida a todos os cristãos".[6] Não se recorrerá à espiritualidade carmelita por ter sido a fonte espiritual da qual São Luís bebeu, mas por Santa Teresa e São João da Cruz serem os dois autores místicos que, ao longo da história da Igreja, talvez melhor descreveram e explicaram a vida espiritual em si.

Teresa de Ávila, a grande reformadora do Carmelo no século XVI, não estava a *propor* em suas obras uma espiritualidade, mas a *descrever* a ascensão da alma a Deus, de modo que, se houver dados biográficos suficientes, é possível ler a vida de qualquer santo à luz dos escritos da santa.

Na festa da Santíssima Trindade de 1577, Santa Teresa, que tinha sido instada por seus superiores a escrever um novo livro sobre vida espiritual,[7] recebeu uma visão na qual a alma humana se lhe aparecia como um castelo. Com base nessa experiência mística, a santa escreveu o "Castelo

---

reconhecimento oficial pela Igreja, muitos carmelitas se deslocaram da Terra Santa para a Europa, fundando pequenas comunidades aqui e acolá e consagrando-se ao apostolado e à contemplação (Daniel-Rops, t. 3, p. 186).

3 Tillemont, t. IV, cap. CCCXXXVII, p. 34.

4 Joinville, parte II, §727.

5 Maria-Eugênio do Menino Jesus, §24, p. 53.

6 *Ibid.*, §56, p. 96.

7 Ela já escrevera seu "Caminho de perfeição" e seu "Livro da vida".

interior", descrevendo a alma como "um castelo todo de diamante ou de cristal muito claro onde há muitos aposentos, tal como no céu há muitas moradas."[8] Em suas confidências a Diego de Ypres, anota frei Maria-Eugênio, Santa Teresa relatou que aquela foi a visão de uma alma em estado de graça:

> Esta alma justa lhe foi mostrada como um globo de cristal ou um diamante muito puro, todo resplandecente das claridades da fornalha divina — o próprio Deus — que se encontra no centro. No entanto, a santa notou que o globo se torna cada vez mais resplandecente, à medida que a alma se aproxima da fornalha. As diferenças de intensidade da luz criam neles regiões distintas que poderiam ser facilmente delimitadas por uma série de círculos concêntricos no interior do globo. Essas zonas separadas, cada vez mais luminosas à medida que são mais interiores, constituem "moradas" distintas, cada uma delas contendo muitas outras.[9]

Naquela visão, Santa Teresa apreendeu (a) que Deus habita no centro da alma em estado de graça — isto é, sem a mancha do pecado mortal — e irradia sobre ela toda a luz de seu amor; (b) a alma é um castelo e Deus está no centro chamando-a a se unir plenamente a Ele; (c) ao redor do centro do castelo, existem sete moradas concêntricas, e o caminho de perfeição é o percorrido pela alma para deixar as moradas mais recuadas do centro até alcançar o bem supremo que é Deus. "A caminhada para Deus", explica frei Maria-Eugênio, é "uma interiorização progressiva até o encontro" com Ele. Nessa caminhada, acrescenta, cada etapa "é uma morada que marca um progresso na união".[10] Este é o fundamento da doutrina espiritual exposta por Santa Teresa: Deus vive na alma em estado de graça, que deve com esforço caminhar para estar mais plenamente unida a Ele. Mas como fazê-lo?

Enquanto Santa Teresa se dedicará a descrever o organismo espiritual, a inabitação de Deus na alma e as etapas da vida espiritual até a

---

8 S. Teresa de Ávila, *Castelo interior*, 1ª mor., cap. 1, §1º.

9 Maria-Eugênio do Menino Jesus, §19, p. 46-47.

10 *Ibid.*, §32, p. 65.

Digitalizado com CamScanner

união plena na sétima morada, é São João da Cruz, seu amigo e confessor, que com prioridade apresentará a forma como se dá esse processo de união e os meios de nele progredir.

O chamado "doutor do tudo ou nada" fundamenta-se no princípio de que Deus, enquanto criador, é a "plenitude do ser", do qual todas as criaturas recebem a existência.[11] Para unir-se a Deus, uma criatura tão distinta d'Ele e tão inferior como o homem deve, conforme São João da Cruz, assumir o seu nada e esvaziar-se, para que então Deus o preencha com seu tudo. Só haverá união quando, em primeiro lugar, o homem estiver vazio de si e livre dos apegos, e, posteriormente, Deus o preencher. São, portanto, duas as grandes etapas que o santo identifica no percurso das sete moradas: uma primeira etapa, negativa (em que a alma faz purificações para esvaziar-se de si mesma, de seu egoísmo e de sua vontade própria), e uma segunda, positiva (em que Deus preenche a alma e a configura a Cristo de forma plena).[12] Em sua "Noite escura", São João da Cruz faz uma didática comparação para explicar como se dá a configuração da alma a Deus nesse processo de esvaziamento-preenchimento:

> [...] é preciso observar aqui como esta purificadora e amorosa notícia ou luz divina, quando vai preparando e dispondo a alma para a união perfeita de amor, age à maneira do fogo material sobre a madeira para transformá-la em si mesmo. Vemos que este fogo material, ateando-se na madeira, começa por secá-la; tira-lhe a umidade, e lhe faz expelir toda a seiva. Logo continua a sua ação, enegrecendo a madeira, tornando-a escura e feia, e até com mau odor; assim a vai secando pouco a pouco, e pondo à vista, a fim de consumi-los, todos os elementos contrários ao mesmo fogo. Finalmente, põe-se a inflamá-la e aquecê-la por fora, até penetrá-la toda e transformá-la em fogo, tão formosa como ele próprio. Em chegando a este fim, já não existe

---

11 Ora, Deus é o próprio Ser subsistente e sua essência consiste em ser por Si mesmo, ao passo que todas as suas criaturas só existem porque o Criador lhes comunica tudo o que elas têm, são e podem ser. São, enfim, sustentadas por Ele na existência.

12 A primeira fase é descrita nos livros "Subida do Monte Carmelo" e "Noite escura", e a segunda no "Cântico espiritual" e "Chama viva de amor".

Digitalizado com CamScanner

> na madeira nenhuma propriedade nem atividade própria, salvo o peso e a quantidade, maiores que os do fogo; pois adquiriu as propriedades e ações do próprio fogo. Assim, agora está seca; e seca, está quente, e aquece; está luminosa, e ilumina; está muito mais leve do que era antes; e tudo isto é obra do fogo na madeira, produzindo nela estas propriedades e efeitos.[13]

No parágrafo seguinte, o santo explica que o fogo do amor divino, antes de unir e transformar a alma nele próprio, "primeiro a purifica de todas as propriedades contrárias", fazendo sair "todas as suas deformidades e, por isso, a põe negra e obscura, dando-lhe aparência muito pior do que anteriormente, mais feia e abominável do que costumava ser".[14] Em chegar a tal estado consiste a conclusão da primeira etapa da vida espiritual, a "via purgativa",[15] ao cabo da qual a alma, após um longo processo de purificação lhe que permite despojar-se de si mesma e entregar-se a Deus com generosidade, é testada com aridezes, frustrações, fracassos e desolações espirituais que mostram sua miséria e maus humores.

É a "noite escura dos sentidos",[16] explica São João da Cruz, porta estreita que leva a alma purificada a doar-se e configurar-se plenamente a Deus. E Santa Teresa, diz frei Maria-Eugênio, explica como isso ocorre:

> Deus, que habita o palácio das sétimas moradas, é Amor. Ora, o amor está sempre em movimento para se doar. Não poderia deixar de se

---

13 S. João da Cruz, *Noite escura*, parte II, cap. 10, §1º.

14 *Ibid.*, *Noite escura*, parte II, cap. 10, §2º.

15 A via purgativa corresponde às três primeiras moradas do castelo teresiano e, explica o padre Tanquerey (*Comp. Teologia Ascética e Mística*, §636, p. 303-304.), aqueles que estão nela vivem habitualmente em estado de graça, tem certo desejo de progredir na virtude, mas conservam apego ao pecado venial deliberado, pelo fato de as paixões estarem ainda pouco dominadas.

16 Escreve São João da Cruz (*Noite escura*, parte II, cap. 10, §2º) que "a alma os vê mais claramente, iluminada por esta obscura luz de divina contemplação; e, embora não seja por isto pior do que antes, nem em si mesmo, nem para Deus, contudo, ao ver dentro de si o que anteriormente não via, parece-lhe evidente que assim o é. E ainda mais, julga-se não somente indigna do olhar de Deus, mas merecedora de que Ele a aborreça, e na verdade pensa estar em seu desagrado".

Digitalizado com CamScanner

> difundir sem deixar de ser ele mesmo [...], arrasta ao dom de si mesmo tudo aquilo que lhe pertence e aspira a conquistar para doar mais. Nas sétimas moradas, Deus é um sol que envia constantemente os seus raios, um braseiro sempre ardente, uma fonte que jorra sem cessar. Está sempre em atividade de amor na alma em que reside. Esta alma é a seara de Deus... Deus torna-se o seu agricultor, o seu vinhateiro... Artífice da nossa santificação, ele a realiza pela difusão da graça que distribui segundo os nossos méritos, ou, simplesmente, para satisfazer a necessidade da sua misericórdia. Aspira a reinar sobre nós, e esta graça é o seu instrumento de conquista pacífica e de suave domínio.[17]

É, portanto, pela graça que ocorre essa transformação. Deus espera do homem assentimento ao seu chamado, a fim de derramar sobre o homem a luz de que carece para corresponder ao amor de Deus e se configurar a Ele. Ultrapassando essa etapa de purificação que é, em verdade, uma segunda conversão, encontra-se o homem não mais na via purgativa, mas na "via iluminativa".[18] Não é mais apenas um cristão piedoso e fervoroso: paira já na santidade. E, se Deus assim o conceder, subirá ainda mais até alcançar a "via unitiva", a via dos perfeitos.

Como isso se deu em São Luís, buscaremos expor nas próximas páginas, percorrendo seu caminho de perfeição desde sua noite escura dos sentidos até, como se verá no capítulo 9, o momento em que travou seu último combate espiritual, unindo-se a Cristo na cruz.

2. Como São Luís se tornou São Luís: a noite escura

Na introdução de sua biografia de São Luís, Jacques Le Goff escreve: "Quase todos os seus biógrafos antigos afirmam a existência de uma

---

17 Maria-Eugênio do Menino Jesus, §32, p. 65.

18 Garrigou-Lagrange, cap. II, p. 41.

reviravolta, uma ruptura mesmo, na vida dele, antes e depois da cruzada."[19] Jean Richard diz igualmente que

> No juízo dos melhores historiadores, como daquele seu mais espontâneo biógrafo, Joinville, Luís não voltou da sua expedição tal qual partiu: a cruzada lhe forneceu a ocasião de rever sua vida anterior e de proceder àquilo que os autores da Idade Média chamaram de uma conversão — uma nova maneira de viver e de reinar [...] [A Cruzada] foi ocasião de um retorno a si mesmo e de um exame de consciência cujos frutos iriam se revelar durante os últimos anos de reinado.[20]

É depois da cruzada, arremata Zeller, que "São Luís está completo".[21]

Desde muito jovem, Luís fora um cristão virtuoso e devoto, talvez ligeiramente acima da média, mas piedosamente normal de acordo com os critérios de seu tempo. O chamado para voos mais altos veio com santa violência em 1244, quando da terrível doença que o abateu a ponto de julgarem-no morto. Recuperando-se, compreendeu que a graça exigia mais do que a vida de devoção que até então trilhara. Senão naquele instante, deve ter percebido nos anos seguintes os apegos que o mantinham unido às coisas deste mundo. Não cometia pecados mortais (segundo seu confessor jamais os cometera), lutava contra os pecados veniais, tinha uma sólida vida de oração e fazia penitência. No entanto não era, diz Duby, "o asceta mortificado, o comovente rei místico das hagiografias", pois ainda partilhava dos gostos da nobreza pelos jogos e pelos ornamentos.[22] Nunca fora um pródigo, mas gostava da pompa da realeza; nunca fora um guloso, mas amava os prazeres da mesa; era um rapaz sério e consciencioso, mas eventualmente se excedia nas burlas, caçoando certa vez publicamente do arcebispo de Reims e dos bispos de Chartres e Châlons.[23] Mas em

---

19 Le Goff, 2010, Introdução, p. 25.

20 Richard, parte I, cap. IV, p. 142, p. 157.

21 Zeller, cap. IX, p. 448.

22 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 177.

23 Le Goff, 2010, 2ª parte, cap. IX, p. 432.

Digitalizado com CamScanner

1244 tudo começou a transformar-se, e, a fim de corresponder ao amor de Deus, quis abraçar o instrumento no qual esse amor se manifestou em plenitude: "Deem-me a cruz!"[24]

Vimo-lo deixar os confortos de Paris e partir para a Cruzada em 1248. Vimo-lo, pelos olhos de frei Salimbene de Parma, se aproximar do convento de Sens, descalço e vestido de hábito monacal. Vimo-lo despojar-se das pompas reais para lutar por Cristo. E vimos, por esses atos de abnegação e de esvaziamento de si mesmo e da própria vontade por amor, cristalizar-se nele a decisão de dar-se totalmente a Deus. Naquela marcha em direção ao Oriente percebemos o curso da purificação ativa, o período em que a alma realiza "de sua parte quanto lhe for possível, para purificar-se e aperfeiçoar-se, a fim de merecer que Deus a ponha naquela divina cura, onde fica sarada de tudo o que não podia remediar por si mesma".[25]

Precisava, no entanto, ser testado em sua paciência, pois dera na juventude múltiplas provas de irascibilidade, bem típicas de seu temperamento colérico, sobretudo no conflito com o bispo de Beauvais e em outros momentos atestados pelos cronistas.[26] Sabe-se que frequentemente era exigente e duro com seus serviçais — também é verdade que habitualmente superava seu movimento espontâneo de ira e em seguida desculpava-se. Um dia, quando deixava o Parlamento de Paris, não encontrou ninguém em sua câmara: todos os dezesseis camareiros a seu serviço haviam saído para passear! Seu furor explodiu, a ponto de Pierre de Choisy, um dos camareiros, ter de implorar seu perdão. Quando nasceu seu primeiro rebento, que era uma menina, enquanto se esperava ansiosamente por um herdeiro varão, ninguém ousava anunciar-lhe a decepcionante novidade com medo sua reação. Mesmo Joinville, que jamais escondeu sua admiração pelo rei, não deixa de anotar que Luís se irritava frequentemente.[27]

---

24 Ver Capítulo 3. "*Deem-me a cruz!*".

25 S. João da Cruz, *Noite escura*, parte I, cap. 3, §3º.

26 Ver Capítulo 2.8 "*O temperamento irascível: o caso do bispo de Beauvais*".

27 Bordonove, parte III, cap. 3, p. 119.

Digitalizado com CamScanner

O teste necessário sobreveio após a efêmera conquista de Damieta em 1249, visto que o restante da Cruzada de São Luís foi uma sucessão de frustrações. Ansiava devolver Jerusalém à Cristandade, mas obteve a perda de praticamente todo o seu exército nos desertos egípcios. Vira Roberto, seu irmão predileto, ser morto pelos habitantes de Mansurá. Vira os companheiros que levara consigo serem consumidos no deserto pela doença e vira-se a si mesmo adoentado. Aceitara ser feito prisioneiro, e mesmo sob a pressão de seus carcereiros e da doença, e por causa dela estando prestes a morrer por desidratação, mantivera a fé e a fortaleza, negando-se a ceder aos infiéis. Sua atitude na tribulação, suas virtudes, sua fervorosa oração e seu amor desmedido por seus irmãos e por sua fé comoveram seu próprio captor, o sultão, que se tornara seu amigo e quase se convertera. Mas a aparente bonança fora interrompida pelas ameaças dos mamelucos, que juraram matá-lo caso não prometesse abjurar a fé cristã no caso de descumprimento do tratado. Negara-se, respondendo como verdadeiro mártir. Devolvido aos seus, partira para Acre vestido com a misericórdia do sultão, e adoeceu novamente durante a viagem. Ao chegar à Terra Santa soube da dolorosa notícia de que os cristãos doentes deixados no Egito tinham sido assassinados pelos muçulmanos, e nos anos que passou nos estados cruzados do Levante fez de tudo para impedir que o moribundo Reino de Jerusalém viesse a colapso, impressionando a todos com seu espírito de oração, suas virtudes, sua resignação e sua entrega absoluta a Deus. Suportou com resignação a notícia de que havia naufragado no Mediterrâneo um navio carregado de prata enviado por Branca de Castela para auxiliar seus projetos. A notícia da morte da mãe foi outro duro golpe, a que se somou o massacre, perpetrado pelos sarracenos, dos três mil trabalhadores cristãos que o rei havia enviado para reconstruir as muralhas de Sidônia, cujos corpos apodrecidos ele mesmo recolheu e sepultou com respeito e amor. E quanto aos incidentes na viagem de volta em especial a iminência do naufrágio, quando tivera de escolher entre sua vida e de sua família e a das pessoas que estavam consigo? Enfim, ao longo do período de seis anos narrado no capítulo

Digitalizado com CamScanner

anterior, a fé de São Luís foi provada de todas as maneiras, sua paciência foi experimentada pelas piores adversidades e sua vontade, fortalecida até quase o martírio.

E ele tudo suportou com paciência cristã; e se chegou a irritar-se, apenas no seu íntimo se aborreceu, pois em todas as suas palavras, atitudes e gestos registrados em meio às tragédias, apuros e angústias, São Luís demonstrou uma resignação absoluta à vontade divina. Foi isso, ademais, que registrou Mateus Paris, segundo o qual São Luís manteve "a constância de sua fé entre tantas adversidades, não pecando com os lábios mais do que Jó".[28]

Após quase naufragar junto ao Chipre, percebeu que Deus lhe dava a chance de ser doravante melhor, afirmando a Joinville que o Senhor como que dissera:

> "Eu poderia bem deixar todos vós vos afogarem e morrerem, se eu quisesse", por isso, acrescentou o rei, "devemos cuidar bem para que não haja em nós algo que desagrade a Deus, nosso criador. E se encontrarmos algo que o desagrade, devemos retirá-lo imediatamente e pô-lo fora. E se o fizermos, Ele nos amará mais e nos manterá a salvo do mal. Mas se fizermos o contrário, mesmo depois de Ele nos avisar com tais ameaças, Ele enviará sobre nós algum grande mal, ou a morte, ou um dano corporal, ou nos deixará descer para o inferno eterno. O Santo Jó disse a Deus: 'Senhor Deus, por que nos ameaçais? Afinal, se nos perderdes não sereis mais pobre, e se nos tiverdes não sereis mais rico'. Portanto, podemos ver que as ameaças que Deus nos faz são somente pelo grande amor que tem por nós e pelo nosso bem, não pelo d'Ele: a fim de que possamos reconhecer claramente nossas falhas e erros e para que removamos de nossas consciências o que O desagrada. Façamos isso e seremos sábios."[29]

Chegando a Paris em 7 de setembro de 1254, em meio aos festejos e à pompa adequados à recepção de um rei que ficou ausente por

---

28 Mateus Paris, t. VIII, p. 7.

29 Joinville, parte I, §40-41. Bordonove, parte III, cap. 8, p. 229-230.

Digitalizado com CamScanner

tanto tempo, São Luís não conseguia dissimular sua desolação espiritual. Sentia-se repudiado por Deus, pensava que a graça divina o abandonara e que, por causa de seus pecados, toda a Cristandade havia sido humilhada pelos muçulmanos em sua malograda cruzada. As derrotas, as doenças durante a expedição, seu cativeiro sob os muçulmanos, a morte da mãe, a humilhação causada pelos fracassos, a viagem de volta à França, tudo evidenciava sua fraqueza, sua miséria e o quanto não merecia o amor infinito de Deus.[30]

Mas nada o atormentava mais do que ver seus fracassos — que ele entendia como consequências de seus pecados — causarem a humilhação da Igreja Católica e de toda a Cristandade. E, além de humilhação, confusão, pois de todas as calamidades das cruzadas, a que causou na Europa mais surpresa e pesar foi, diz Michaud, o cativeiro do rei no Egito:

> Na França, na Alemanha, principalmente na Itália, a fé de muitos ficou abalada. O próprio Papa não ousava levantar o véu impenetrável que parecia furtar a bondade divina aos olhares dos fiéis; e nas cartas dirigidas ao clero da França, ao monarca escravizado, não pode conceber que Deus tenha mandado tantos males aos que combatiam por sua causa. "Senhor Jesus (são palavras de Inocêncio), que me seja permitido perguntar-vos, com temor, por que vós castigastes o mais cristão dos príncipes e seu piedoso exército, que, animados de santo ardor, atravessaram os mares, desafiando todos os perigos para defender vosso nome". O chefe da Igreja temia que a fé dos filhos de Deus perecesse pelo escândalo e que o mundo acusasse de severidade os decretos do supremo Juiz.[31]

Quando um bispo viera consolá-lo e avisá-lo para cuidar-se de não cair "naquela tristeza que absorve a alegria espiritual e que é madrasta das almas", pois isso era "pecado muito grande contra o Espírito Santo", Luís respondeu: "Se eu sofresse sozinho o opróbrio e a adversidade, e se

30 Joinville, parte I, §41-42; parte II, §634.
31 Michaud, t. VI, L. XXI, p. 256.

Digitalizado com CamScanner

meus pecados não caíssem sobre a Igreja Católica, eu suportaria minha dor com firmeza. Mas, para infelicidade minha, toda a Cristandade foi coberta de confusão por minhas faltas."[32]

Nada o consolava nem satisfazia, nem sequer o reencontro com os filhos depois de tantos anos. Nada mais o alegrava, e tampouco era digno de prazer e desejo de sua parte:

> O rei da França, espírito e coração consternados, não queria receber nenhuma consolação. Nem a música, nem as palavras agradáveis ou consoladoras não conseguiam fazê-lo rir ou se alegrar. Durante sua passagem através de seu país natal, através de seu próprio reino, com as saudações respeitosas de seu povo que acorria ao seu encalço e o reconhecia como seu soberano legítimo lhe oferecendo presentes, pensava, com os olhos baixos, em meio a profundos suspiros, que sua captura havia causado a confusão geral da Cristandade.[33]

Não mais encontrava prazer nas criaturas, e o que antes lhe agradava não mais lhe apetecia. Se comparamos o estado de Luís ao voltar da cruzada com os escritos de São João da Cruz, restará evidente que ele percorria o vale de dor e desnudez, de privação e purificação, pelo qual a alma transita para alcançar a união com Deus, a "noite passiva dos sentidos"[34]:

> Porque, embora a alma não possa deixar de ouvir, ver, cheirar, gostar e sentir, todavia, se recusa usar destes meios, e não se embaraça com eles; é para ela a mesma coisa do que se não visse, não ouvisse etc. Assim, quem fecha os olhos fica tão às escuras como o cego privado da vista. Davi, a este respeito, diz: "Sou pobre e vivo em trabalhos desde minha mocidade" (Sl 87,15). No entanto, está claro que era rico; mas dizia-se pobre porque sua vontade estava livre das riquezas, e tão absoluto era o

---

32 Mateus Paris, t. VIII, p. 64-65.

33 *Ibid.*, t. VIII, p. 64.

34 Maria-Eugênio do Menino Jesus, §§520-521, p. 686.

> seu desprendimento como se fosse, de fato, pobre [...] Com razão, pois, dissemos ser esta desnudez noite para a alma. Ora, não pretendemos falar aqui da pobreza material que não despoja o coração ávido dos bens deste mundo; mas nos ocupamos da desnudez do gosto do apetite, que deixa a alma livre e vazia de tudo, *mesmo possuindo muitas riquezas.*[35] [...] Damos aqui o nome de noite à privação do gosto no apetite de todas as coisas. Com efeito, sendo a noite a privação da luz e, consequentemente, de todos os objetos visíveis, ficando a potência visual às escuras e sem nada, assim podemos chamar noite para a alma à mortificação dos apetites: pois a privação de todos eles a deixa na obscuridade e no vazio [...] uma vez apagado, ou por melhor dizer, mortificado o apetite, a alma deixa de satisfazer-se no gosto de todas as coisas e fica, segundo o mesmo apetite, às escuras e no vazio.[36]

Não era, enfatize-se, um quadro depressivo. Aqueles que o viram desembarcar em Hyères, diz Bordonove, puderam constatar que era um rei que retornava: estava triste, mas "nada nele demonstrava vergonha, humilhação ou derrota", era "um monarca seguro de si e talvez ainda mais cioso de sua autoridade". Para fazer essas constatações, o historiador se baseia em um episódio que Joinville situa naqueles dias, quando Luís teria tratado com extrema severidade um velho escudeiro por causa de sua negligência, e invocado, para justificar o rigor da reprimenda, um ensinamento de seu avô Filipe Augusto.[37]

Também não havia no rei desespero, pois ao rei Henrique III da Inglaterra, que visitou a França no final de 1254, rendeu graças a Deus por ter-lhe dado paciência durante as provações:

> Meu amigo rei, não é fácil demonstrar-vos como é grande e dolorosa a amargura de corpo e de alma que provei por amor ao Cristo em minha peregrinação: ainda que tudo tenha se voltado contra mim, ainda assim

---

35 S. João da Cruz, *Subida do Monte Carmelo*, L. I, cap. 3, §4.

36 *Ibid.*, *Subida do Monte Carmelo*, L. I, cap. 3, §1.

37 Bordonove, parte V, cap. 1, p. 238. Joinville, parte II, §§661-662

> dou graças ao Altíssimo, pois, voltando-me para mim mesmo e em meu coração, regozijo-me mais na paciência que o Senhor me deu por seu especial favor, do que se ele me tivesse dado o domínio sobre o mundo inteiro.[38]

E, talvez o mais importante: percebe-se em Luís uma autêntica mudança, a verdadeira conversão conforme o mais puro ensinamento de São Bernardo de Claraval, que tanto ressaltara a necessidade do "giro interior da vontade humana para Deus", rompendo com aquilo que o afastava d'Ele.[39] Ouçamos Joinville:

> Depois que o rei voltou de além-mar, viveu tão devotamente que nunca vestiu peles de esquilo, nem escarlate, nem estribos, nem esporas de ouro. Suas vestes eram de tecido azul natural ou grosseiro; as peles de seus mantos e de suas vestes eram de uma espécie de camurça, ou de peles de lebres ou de cordeiros. Era tão sóbrio no comer que não exigia absolutamente nada quanto a seus pratos, além daquilo que seu cozinheiro lhe apresentava; punha-se o prato diante dele e ele o comia. Serviam seu vinho em uma taça de vidro e, de acordo com o vinho, colocava água na proporção e segurava a taça na mão enquanto seu vinho era servido atrás da mesa.[40]

Luís IX, como se verá exaustivamente neste capítulo e no próximo, estava "esvaziado de si mesmo". Mas o esvaziamento da alma deve ser acompanhado pelo seu preenchimento com o tudo que é Deus. Só então, explicava Santa Teresa, restará satisfeita a exigência máxima da santidade, o dar-se todo a Ele: devemo-nos entregar "por inteiro ao Criador, nossa vontade à d'Ele, nos desapegar das criaturas, para que Ele faça, em tudo o que se referir a nós, conforme sua vontade."[41] Mas São Luís não tinha feito este "dom de si" em 1244, ao tomar a cruz? E não o repetiu contínua e indeterminadamente,[42] renovando-o muitas vezes ao longo da cruzada? Ora,

---

38 Mateus Paris, t. VIII, p. 88.

39 Bouchet, 1998, cap. III, p. 76.

40 Joinville, parte II, §667.

41 S. Teresa de Ávila, *Caminho de perfeição*, cap. 32, §11.

42 Maria-Eugênio do Menino Jesus, 329-335§§, p. 449-457.

Digitalizado com CamScanner

os dez anos que separam o "Deem-me a cruz" e o retorno à França foram o cadinho no qual o dom completo de si mesmo— a preciosa caridade — ao fim de uma infinidade de purificações separou-se da escória dos amores desordenados. Os próprios cronistas compreenderam isso. Nangis escreveu que o humilhante cativeiro "foi um milagre do poder divino que aumentou os méritos do bom rei"[43]; e Chartres registrou que "como é lido no livro de Tobias (12,13), era necessário que a tentação provasse sua resolução e que essa prova fosse manifestamente demonstrada, assim como o ouro e a prata mais finos são experimentados na fornalha".[44]

Com o fim da desolação espiritual, que Mateus Paris atribui a uma missa cantada em honra do Espírito Santo,[45] a vida de São Luís será até o fim o exercício e o aperfeiçoamento de sua entrega completa a Deus, tal qual escreveu Beaulieu:

> Depois de seu feliz regresso à França, as testemunhas de sua vida e os confidentes de sua consciência viram a que ponto ele se esforçou para ser devoto para com Deus, justo para com seus súditos, misericordioso para com os infelizes, humilde para consigo próprio, e para buscar com todas as suas forças aprimorar-se em todo gênero de virtudes. Assim como o ouro supera a prata em valor, assim a sua nova maneira de viver, com que veio da Terra Santa, superava em santidade sua vida anterior; e, entretanto, em sua juventude tinha sido sempre bom, inocente e exemplar.[46]

O presente capítulo buscará mergulhar na vida espiritual de Luís IX, demonstrando como, ao ser elevado à contemplação, foi engrandecido com uma plêiade de virtudes que o ajudaram a praticar atos

---

43 Nangis, cap. 37, §7.

44 Chartres, cap. 6.

45 Escreve o cronista (Mateus Paris, t. VIII, p. 65) que "foi cantada uma missa em honra do Espírito Santo, para que o rei recebesse as consolações daquele que está acima de todos. E daí em diante, pela graça de Deus, ele admitiu as advertências de um consolo salutar."

46 Beaulieu, cap. 31.

Digitalizado com CamScanner

verdadeiramente heroicos de doação a Deus e ao próximo, e serviram de substrato espiritual para sua vida no mundo enquanto rei.

Enfim, aquela desolação em sua alma, nascida de tantos tormentos e fracassos, mas operando pela graça uma verdadeira transformação, purificando suas más tendências, privando-o espiritualmente daquilo que, pela natureza de sua posição neste mundo, não poderia privar-se de forma material, deixou-o pronto para grandes combates, para voos mais altos, para doações mais generosas. As portas, com efeito, se abriram... Estava completada a segunda conversão! Luís IX já é agora São Luís, e iremos conhecê-lo tal como Deus o moldou para a segunda parte de sua vida, época em que assumiu, na expressão de Jean Richard, "a imagem que nos deixaram os hagiógrafos, aquela que deveria se impor aos séculos".[47]

3. A vida na graça e o horror ao pecado mortal

A alma em estado de graça, como escreveria a santa de Ávila, é, na terra, o paraíso de Deus.[48] Ele é a vida dessa alma, a fonte que a fecunda e "sem a qual ela perderia todo o seu frescor e fertilidade; é o sol que a ilumina e vivifica as suas obras."[49] Em estado de graça, a alma vive na amizade com Deus, que a habita e com a qual compartilha sua própria vida. Somente o pecado mortal pode fazê-la perder todos os proveitos espirituais da divina presença: o pecado mortal é a morte da vida sobrenatural, condena a alma a uma "esterilidade completa",[50] afasta a presença divina, arranca a graça santificante e condena a alma aos tormentos do inferno.[51]

São Luís aprendeu tudo isso muito cedo. Gostava de repetir um dito conhecido de Branca de Castela: "Minha mãe me disse que me amava acima de todas as criaturas, e que se eu estivesse doente e em

---

47 Richard, parte III, cap. IV, p. 417.

48 S. Teresa de Ávila, *Castelo interior*, 1ª mor., cap. 1, §1º.

49 Maria-Eugênio do Menino Jesus, §26, p. 57.

50 *Ibid.*, §§148-149, p. 218.

51 Tanquerey, *Comp. Teologia Ascética e Mística*, §719, p. 345.

Digitalizado com CamScanner

perigo de vida e não pudesse ser curado a não ser cometendo um pecado mortal, ela preferiria ver-me morrer a ofender a Deus pecando mortalmente uma única vez".[52] Beaulieu escreveu ter ouvido do santo rei que Branca, certa vez dissera que "se o referido rei, seu filho, que ela amava acima de todas as criaturas mortais, adoecesse a ponto de morrer e não havendo outra cura a não ser se deitar com uma mulher que não a dele, ela preferia vê-lo morrer a vê-lo ofender seu Criador com um pecado mortal."[53]

Eis a descrição que Santa Teresa fará de alguém em pecado mortal: uma alma imersa "em trevas tão tenebrosas", com uma aparência "tão escura e negra", sem capacidade de agradar a Deus, mas dando prazer ao demônio que a torna "treva como ele".[54] A mesma descrição seria feita três séculos antes, em termos menos vívidos, mas com idêntico sentido, por São Luís, conforme relatou seu bom amigo Joinville:

> Uma vez ele me chamou e disse: "Vós tendes uma percepção tão sutil em todos os assuntos atinentes a Deus, que temo falar convosco, e por essa razão trouxe esses frades comigo, porque gostaria de vos fazer uma pergunta". A pergunta era: "Senescal, que É Deus?" E eu respondi: "Que coisa boa, senhor, melhor não há!" "Bem respondido, de fato", disse ele, "pois é a mesma resposta que consta neste livro que trago. Eu então vos pergunto, o que preferiríeis: ser um leproso ou ter cometido um pecado mortal?" E eu, que nunca lhe menti, respondi que preferiria ter comedido trinta pecados mortais a ser leproso. Quando os frades se foram, ele me chamou sozinho e me fez sentar aos seus pés, e me disse: "Que foi que dissestes ontem?" E eu respondi que ainda dizia o mesmo.[55]

---

52 Saint-Pathus, cap. 1, §3.

53 Beaulieu, cap. 4.

54 S. Teresa de Ávila, *Castelo interior*, 1ª mor., cap. 2, §§1º e 10º.

55 Joinville, parte I, §26.

Digitalizado com CamScanner

Entristecido pela opção do senescal, o santo rei Luís fez a belíssima exortação:

> Vós falais como um precipitado estouvado, pois não há lepra tão feia quanto estar em pecado mortal, visto que a alma em pecado mortal é semelhante ao diabo. Em verdade, quando um homem morre, está curado da lepra do corpo; mas quando um homem que cometeu um pecado mortal morre, não está certo de que tenha tido em sua vida arrependimento suficiente para que Deus o tenha perdoado. Deve assim ter grande medo de que essa lepra lhe dure tanto tempo quanto Deus estará no Paraíso. Desse modo peço que prefirais que todos os infortúnios cheguem a vosso corpo, lepra ou qualquer outra doença, antes que o pecado mortal vos chegue à alma.[56]

Antes de morrer, São Luís repetiu a lição ao seu filho e futuro rei Filipe III: "Evitai fazer qualquer coisa que possa desagradar a Deus, isto é, todo pecado mortal. Antes devereis sofrer toda forma de tormento a pecar mortalmente."[57]

São Luís exortou todos quantos pôde sobre essas realidades tão basilares da fé católica: enunciava a beleza da alma em estado de graça, participante da vida divina; e gritava a feiura da alma em pecado mortal, morta espiritualmente, "semelhante ao diabo" e fadada à condenação eterna. Sabia ser esse o fundamento da vida espiritual, condição para a salvação e ponto de partida da santificação, e tinha ciência de que somente com a firme resolução de permanecer em estado de graça e de antes morrer que ofender a Cristo uma única vez com um pecado mortal, ele poderia subir a escarpada montanha rumo ao céu.

Não é demais, com efeito, repetirmos o que foi dito por seu confessor Geoffroy de Beaulieu, cuja afirmação foi posteriormente endossada por Saint-Pathus:

---

56 *Ibid.*, parte I, §27-28.

57 S. Luís, *Instruções ao seu filho Filipe*, §2º.

Digitalizado com CamScanner

> Eu atuei como confessor do senhor rei por trinta anos ou cerca disso, e ouvi suas confissões gerais tantas vezes que não consigo contá-las. Para a honra de Deus, portanto, afirmo que em toda a sua vida ele *nunca* cometeu conscientemente um único pecado mortal — nenhum que eu ousaria chamar de mortal (grifos nossos).[58]

4. Da base ao topo: a fé católica

Dirá São João da Cruz que "a fé é o único meio próximo e proporcionado para a alma chegar à união com Deus"[59], ela "nos dá e comunica o próprio Deus, coberto, todavia, com a prata da fé; mas nem por isso deixa de no-lo dar verdadeiramente. É como quem nos desse um vaso de ouro recoberto de prata, que, pelo fato de estar prateado, não deixa de ser o dom de um vaso de ouro".[60]

Estão certos O'Connel, ao dizer que a "fé é a pedra angular de toda a vida de Luís IX,"[61] e Jules Zeller, ao afirmar que em São Luís é perfeitamente verdadeiro o simbolismo da flor-de-lis: nele se acham a fé, a ciência e a coragem, que as três pétalas representam, e é a fé, no rei como na flor, a pétala mais alta.[62]

Toda a vida de Luís IX, da infância às últimas palavras, tudo quanto disse ou fez, sua vida pública e privada, tudo estava embasado numa adesão incondicional à fé da Igreja Católica, que ele reconhecia como sua Mãe e sua Mestra, como a detentora do depósito da verdade, aquela fora da qual não há salvação. Procurava, ademais, transmitir a fé a quem o cercava. Conta Joinville que o rei se desvelava com "todas as suas forças para fazer-me crer firmemente na lei cristã como Deus

58 Beaulieu, cap. 5.

59 S. João da Cruz, *Subida do Monte Carmelo*, L. II, cap. 9, §1.

60 *Ibid.*, *Cântico espiritual*, cap. 12, §4º.

61 O'Connell, cap. I, p. 128.

62 Zeller, cap. IX, p. 428.

Digitalizado com CamScanner

nos deu". Ele dizia, acrescenta, que "devíamos crer tão firmemente nos artigos de fé para que não tivéssemos nenhuma vontade de renunciar à fé pela palavra ou pelo ato, seja por causa da morte ou de qualquer mal em nosso corpo."[63]

Ensinava ainda São Luís que "a fé consiste em crer firmemente, mesmo que só estejamos seguros delas [das verdades de fé] por ouvir dizer." A esse respeito, certa vez perguntou a Joinville como se chamava seu pai, falecido quando o senescal era apenas uma criança, e ele respondeu que se chamava Simão. O rei, então, perguntou como ele o sabia e Joinville respondeu que acreditava nisso porque sua mãe lhe havia contado, ao que São Luís replicou: "Pois então, devereis crer firmemente em todos os artigos de fé, como ouvis cantar no domingo no Credo, com base no testemunho dos apóstolos".[64] Com esse testemunho, acrescentava o santo, nossa mãe, a Santa Igreja Católica e Romana, atesta as verdades de fé e nós, em ato de contínuo assentimento, a elas aderimos do mesmo modo como Joinville, confiando no testemunho de sua mãe, sabia o nome de seu pai.

Filho fiel da Igreja, São Luís recomendava antes de morrer a seu filho, futuro Filipe III: "Sê dedicado e obediente à nossa mãe, a Igreja Romana, e ao Sumo Pontífice como seu pai espiritual".[65]

Para exemplificar como deve ser essa adesão plena e irrestrita, que confia e que não se surpreende com as maravilhas de Deus, São Luís contou a seguinte história:

> Alguns albigenses foram ao conde de Montfort que então ocupava, em nome do rei, a região dos albigenses, e o convidaram para ir ver a hóstia que se tinha transformado em carne e em sangue sob as mãos do padre. E ele lhes respondeu: "Vão ver vós mesmos, que não credes,[66] pois

---

63 Joinville, parte I, §43.

64 *Ibid.*, parte I, §45.

65 S. Luís, *Instruções ao seu filho Filipe*, §25.

66 Os cátaros ou albigenses negavam a transubstanciação.

Digitalizado com CamScanner

eu creio firmemente nisso, seguindo o ensinamento da Santa Igreja a respeito do Sacramento do Altar." "E sabeis o que eu ganharei", disse o conde, "por crer nisso nesta vida mortal como nos ensina a Santa Igreja? Terei uma coroa nos céus mais bela que a dos anjos que veem Deus face a face e que não têm nenhum mérito em crer n'Ele".[67]

Como todo santo — ou mesmo como qualquer cristão sólido — São Luís fora vítima de tentações contra a fé e, sabendo que elas vinham com maior furor da hora da morte, ensinava:

> O demônio é tão sutil que, quando alguém está à beira da morte, empenha-se o máximo que pode para conseguir fazer com que morra em alguma dúvida sobre os artigos da fé, porque vê que não pode tirar do homem as boas obras que praticou; e percebe, ao mesmo tempo, que se este homem morre confessando a verdadeira fé, está perdido para ele. Por causa disso, deve-se guardar e precaver-se dessa armadilha de tal modo que diga ao diabo, quando enviar uma tentação semelhante: "Vai-te! Tu não me tentarás a ponto de me impedir de crer firmemente em todos os artigos de fé. Mesmo que mandes cortar-me todos os membros, quererei sempre viver e morrer crendo". Quem fala assim vence o inimigo com o bastão e a espada de que o inimigo queria servir-se para matá-lo.[68]

Ele, afinal, colocou em prática essa fórmula ao ser ameaçado de morte pelos muçulmanos: "Vós podeis bem matar meu corpo, mas nada podereis fazer com minha alma".[69]

Em suma, da base ao topo do edifício espiritual de São Luís e na origem de todo o amor que o veremos nutrir por Deus, estava a fé plena em tudo que ensina a Igreja Católica.

---

67 Joinville, parte I, §50.

68 *Ibid.*, parte I, §44.

69 Nangis, cap. 37, §§7-10.

Digitalizado com CamScanner

5. Sob o olhar de Deus: a oração

"Desde Mansurá", diz Bordonove, "sua atitude de piedade se acentuava". No navio de volta da Terra Santa, ele estava a bordo "e ao mesmo tempo em outro lugar; seu espírito planava em alturas inacessíveis".[70]

"A porta", dirá Santa Teresa, "para entrar no castelo da alma é a oração".[71] Sem oração não há vida interior. É a oração que fortifica as convicções e sustenta as resoluções generosas de trabalhar e sofrer, ela é a fonte da luz que orienta e ilumina cada passo da alma. E quando a alma se torna contemplativa, a oração "a transforma de claridade em claridade, até a semelhança com Deus". A interiorização da alma até o encontro permanente com Deus se dá, precisamente, nesse diálogo de amor que é a oração, escreveu frei Maria-Eugênio.[72]

"Convencido do preceito de Nosso Senhor de que a oração deve ser adicionada às boas obras", registrou Saint-Pathus, "o piedoso rei Luís se esforçava para colocar sua mente em oração a fim de receber o consolo e o apoio que Deus dá às almas orantes".[73] Assim, primeiro por seu próprio esforço, e depois se entregando ao sopro do Espírito Santo, São Luís alcançou a vida contemplativa, aquela de união com Deus. Com o olhar constante no céu, a vida de São Luís tornou-se uma oração constante, onipresente, eterna. Verdadeiro místico, progrediu da oração íntima até os graus mais elevados. Não temos notícias de dons extraordinários na oração,[74] mas temos de seu amor extraordinário por Deus, amor que não lhe permitia afastar o pensamento de seu Senhor por um instante sequer.

Em razão de uma forte influência cisterciense desde a infância, a oração de São Luís era antes de tudo monástica, litúrgica. Ele amava o carisma

---

70 Bordonove, parte III, cap. 8, p. 230.

71 S. Teresa de Ávila, *Castelo interior*, 1ª mor., cap. 1, §7º.

72 Maria-Eugênio do Menino Jesus, §56, p. 97.

73 Saint-Pathus, cap. 7, §1.

74 Dons extraordinários que, ademais, não são fundamentais para o progresso espiritual, diz Santa Teresa (*Castelo interior*. 5ª mor., cap. 3, §3º).

Digitalizado com CamScanner

dos monges brancos de São Bernardo e, sobretudo na vida orante, era um filho espiritual do grande santo do século anterior.[75] O lugar preferido de São Luís, acentua Le Goff, "o lugar em que seu coração e sua alma desabrochavam" era a Abadia de Royaumont, que construiu para os cistercienses.[76] O mesmo diz o padre Rohrbacher, segundo o qual, quando queria recolher-se, escolhia preferencialmente essa abadia, que era para ele um local de retiro "aonde ia de tempos em tempos gozar dessa liberdade inocente, dessa solidão deliciosa que tanto agrada aqueles cujo espírito está fatigado pelas paixões ou pelo tumulto dos afazeres".[77] Com Branca de Castela, grande amiga dos cistercienses, aprendeu algo muito próprio da espiritualidade monástica: a récita do Ofício Divino. De fato, a sucessão de orações vocais que compõe o Ofício Divino ensinou Luís a manter-se sob constante estado de vigília, louvando a Deus incessantemente, santificando suas horas e tornando presente, no tempo, a eternidade.

Mesmo durante a cruzada, São Luís não deixou o Ofício Divino. Vimos no capítulo anterior o santo rei entoando as horas canônicas no cativeiro, crescendo na devoção e mergulhando nas verdades manifestadas nos versos. Quando retornou à França, sua vida ordinária seria guiada e iluminada pelo Ofício Divino, conforme testemunharam seu capelão Guilherme de Chartres, seu confessor Geoffroy de Beaulieu e Guilherme de Saint-Pathus, confessor da rainha Margarida, de quem provavelmente recebeu preciosas informações a respeito do rei.

São Luís levantava-se à meia-noite para cantar matinas na Capela Real (*Sainte-Chapelle*), acordando seus capelães para cantarem com ele.

---

75 A filiação espiritual a São Bernardo de Claraval não era particularidade do rei. Como acentua Bouchet (1998, cap. III, p. 75), "na Cristandade foram os clérigos em geral, e particularmente os monges, os encarregados de oferecer o modelo humano conforme ao qual se devia ajustar, na medida do possível, a existência dos seculares". E não havia, no começo do século XIII, ordem monástica mais influente na Cristandade do que a cisterciense, sobretudo pelo impacto que a memória de São Bernardo de Claraval ainda exercia.

76 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VII, p. 661.

77 Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 160.

Digitalizado com CamScanner

Após as matinas, voltava para o quarto, mas não dormia de imediato: permanecia um tempo junto à cama, rezando em silêncio. Às seis horas, acordava novamente seus clérigos para entoarem juntos as laudes na aurora.[78]

Durante o dia, ele se dirigia à Capela para recitar a hora sexta (12h) e depois a noa (15h). Quando estava viajando ou se locomovendo de um castelo a outro, enquanto se deslocava o Ofício Divino era recitado com ele. Caída a noite, São Luís rezava as vésperas (18h), depois jantava. Após o jantar, os clérigos cantavam com ele a *Salve Regina*. Na hora de dormir, São Luís seguia até seus aposentos com seus capelães, um dos quais trazia água-benta e aspergia o rei sob o cântico do *Asperges me*. Por fim, Luís se recolhia.[79]

Mas não costumava dormir muito. Mesmo fora das horas canônicas, interrompia várias vezes o sono para rezar. De quando em quando passava madrugadas em oração no oratório de sua alcova, mas outras noites preferia ir à *Sainte-Chapelle*. Nessas ocasiões, saltava tão rapidamente da cama e deixava o quarto de modo tão silencioso que os guardas que dormiam ao seu redor tinham de ir correndo atrás dele sem terem tempo de calçar os sapatos.[80]

Antes de dormir, costumava pedir que os criados o acordassem para rezar assim que certa medida de vela derretesse. Mas muitas vezes nem sequer dormia, permanecendo em vigília ininterrupta entre as matinas e as laudes, isto é, entre meia-noite e seis da manhã. Após as laudes, voltava para a cama ainda vestido com os trajes do dia anterior. Enquanto estava em contemplação durante essas vigílias, seu espírito parecia não perceber a passagem do tempo. Mas, depois, seu corpo e sua mente reclamavam, fatigados e enfraquecidos. Essa foi a razão para São Luís seguir o conselho de seus médicos de, ao menos no inverno, não se levantar à meia-noite para as matinas, adiando-as para o amanhecer.[81]

---

78 Saint-Pathus, cap. 4, §1.

79 *Ibid.*, cap. 3, §§3-4.

80 *Ibid.*, cap. 4, §5.

81 Saint-Pathus, cap. 4, §§6-7. Beaulieu, cap. 21, §1.

Perturbava-se com as conversas no seu entorno enquanto recitava o Ofício Divino, e não queria que ninguém lhe fosse falar a não ser em caso de urgente necessidade, e, mesmo assim, queria que se restringissem a uma única palavra breve e sucinta.[82]

Além do Ofício Divino, São Luís ouvia diariamente o Ofício de Nossa Senhora. Beaulieu conta que, mesmo quando estava viajando a cavalo, recitava com o rei as horas canônicas e as horas da Virgem. E até nos dias de festa São Luís recitava com seu confessor o Ofício dos Mortos, com as nove leituras, pelas almas do Purgatório.[83]

Antes de dormir, rezava com seu confessor em sua capela ou em sua rouparia e continuava a rezar sozinho quando ele saia, seja no oratório de sua alcova, seja na rouparia ou ainda junto da cama. Todas as noites, após recitar as últimas horas, permanecia em oração em seu quarto, estendido no chão, com os cotovelos apoiados em um banco, e rezava tão demoradamente que os encarregados a serviço dele ficavam cansados e entediados do lado de fora. Os êxtases eram igualmente frequentes. Saint-Pathus relata aquela espécie de união estática, mais tarde nomeada por Santa Teresa como "arroubamento", em que o "padecer corporal é tão excessivo que a natureza mal o pode suportar".[84] Escreveu o dito cronista que, nessas ocasiões, São Luís ficava tanto tempo imóvel, com os sentidos tão alienados, com a cabeça inclinada de tal forma para o chão, que seu corpo se enfraquecia de modo a mal permiti-lo se levantar. Erguia-se tonto, com a visão ofuscada, e, sem sequer saber onde estava, perguntava ao camareiro: "Onde estou?"[85] Rezava quase sempre de joelhos, não se sentando jamais.[86]

---

82 Beaulieu, cap. 21, §1.

83 *Ibid.*, cap. 21, §1. Joinville, parte I, §54.

84 S. Teresa de Ávila, *Livro da Vida*, cap. 20, §12º.

85 Saint-Pathus, cap. 7, §§2-4.

86 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. III, p. 546 e cap. VII, p. 682.

Digitalizado com CamScanner

Com saúde frágil, que naturalmente não combinava com tais práticas, São Luís via-se acamado não poucas vezes. Mas mesmo doente não deixava a oração: "transformava seu quarto em capela", diz Saint-Pathus, com padres e monges cantando as horas canônicas junto do leito do rei convalescente que, quando não podia rezar em voz alta, pedia que um capelão recitasse os versos por ele.[87]

Conta Beaulieu que, sabendo São Luís haver entre os religiosos a prática piedosa de se curvar quando cantavam no Credo "*Credo in unum Deum*" e "*Et incarnatus est*", começou não somente a se curvar, mas a também se ajoelhar ao recitar essas verdades de fé, instituindo essa prática piedosa em sua capela e influenciando muitos outros locais a seguirem-na.[88] Do mesmo modo, na Semana Santa, quando na liturgia se lia "*Ele expirou*", ajoelhava-se e recolhia-se ante o anúncio da morte do Senhor. Esse gesto lhe era tão caro que por influência do rei foi adotado na liturgia da Ordem dos Pregadores.[89] Nas Sextas-Feiras Santas, o rei visitava as igrejas descalço e com a cabeça descoberta. Entre a porta e o altar, fazia três paradas: primeiro orava de joelhos, depois andava ajoelhado certa distância e, finalmente, prostrava-se em terra diante da cruz, com os braços estendidos e derramando lágrimas.[90]

Padecia, é claro, de aridezes espirituais. Sofria muito por suas imperfeições passadas, pelo tempo em que não se tinha lançado com fervor no coração amoroso de Cristo, em que "não se dera todo a Deus".[91] Ademais, os pecados que eram cometidos em seu reino apunhalavam seu coração, sobretudo as blasfêmias, mentiras e heresias com as quais, porventura, seus súditos coadunassem. São Luís desejava o dom de lágrimas para que, com delas, jorrasse sobre si e sobre seu reino a água purificadora

---

87 Saint-Pathus, cap. 4, §9.

88 O rito romano dito "tridentino" ainda guarda essa piedosa genuflexão quando do "*Et incarnatus est*".

89 Beaulieu, cap. 36, §§1-2.

90 Saint-Pathus, cap. 5, §1.

91 S. Teresa de Ávila, *Caminho de perfeição*, cap. 24, §4.

Digitalizado com CamScanner

que jorrou do lado aberto de Jesus. Mas tantas vezes o seu próprio coração ficava duro e seco, como o próprio santo contava ao seu confessor:

> Ele desejava muito a graça das lágrimas, e se queixava piedosa e humildemente ao seu confessor de que estas lágrimas lhe faltavam, dizendo com confiança que quando na Ladainha se dizia "Glorioso Senhor Deus nós te imploramos que nos dês fontes de lágrimas", ele sinceramente dizia: "Ó Senhor, não me atrevo a pedir-Vos uma fonte de lágrimas, mas algumas poucas gotas de lágrimas serviriam para regar a dureza ressecada do meu coração".[92]

Quando o Senhor lhe concedia o dom das lágrimas, acrescenta Beaulieu, ele se alegrava interiormente e as saboreava com o paladar e o com o coração.

São Luís tinha consciência de ser o principal intercessor de seu próprio povo junto de Deus. Ajoelhado, mortificado, humilhado diante da majestade divina nas frias madrugadas de Paris, unido à humanidade de Cristo, abria sua alma à graça transbordante de Deus para que ela fosse canal de salvação de sua família, de seus ancestrais no Purgatório, de seu povo, de seu reino e de toda a Cristandade. Era seu povo inteiro, comenta Bordonove, que São Luís queria levar até o céu, oferecendo-o diligentemente a Deus.[93]

"Rezava em especial", dizia Beaulieu, "por aqueles que amava".[94] Sua oração detinha um aspecto penitencial e reparador, de impetração quase sacerdotal. Era simultaneamente meio para colocar-se junto do Altíssimo e de obter d'Ele o auxílio para cumprir boas obras para o bem do seu povo e da Igreja. Buscava em Deus, em suma, a graça para exercer com perfeição a função que lhe fora designada quando de sua sagração.[95]

Perscrutando a vida de oração de São Luís, conclui Le Goff que

---

92 Beaulieu, cap. 21, §1.

93 Bordonove, parte VI, cap. 1, p. 281.

94 Beaulieu, cap. 21, §1.

95 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VII, p. 685.

Digitalizado com CamScanner

> Ele tende a praticar uma oração onipresente e perpétua, por todo lugar — sobre a terra e sobre a água, em casa ou em cavalgada, de modo privado ou público — e noite e dia. É-lhe preciso, entretanto, aceitar as descontinuidades nesse exercício. No dia a dia, há dois momentos privilegiados, a manhã e a noite. Mas a descontinuidade também está ligada aos momentos excepcionais: às grandes festas e aos grandes perigos. A oração, para São Luís, tanto é parte do cotidiano como do excepcional, do habitual como do solene. Mas sua tendência está no cotidiano: na frequência, na demora. Os hagiógrafos insistem na impaciência dos que o cercam diante da duração de suas orações. E insistem para deixar claro que o rei também é diferente, está acima dos outros, separado deles pela amplitude de sua oração. É a oração de um santo.[96]

O ilustre historiador está correto ao afirmar que se tratava de alguém diferente da massa fiel e que sua oração era a de um santo. Porém, o que mais diferenciava sua oração da de um fiel comum não era o tempo, mas a intensidade da devoção e do amor. Afinal, as horas que São Luís despendia rezando não eram fruto de obrigação, mas de um amor sincero que o impelia a dar-se todo a Deus. Com efeito, nas aridezes e securas, cansaços e doenças, tinha o olhar fito em Jesus Cristo, tinha ciência de que, embora na terra ocupasse posição eminente e fosse rei da maior nação cristã, o senhor do poderoso Reino da França era perante Deus apenas mais um filho, que o Rei dos Céus misericordiosamente amou; um filho a quem Ele deu tudo, desde o Seu próprio corpo sacrificado na cruz até a iluminação necessária para guiar o povo francês para o céu.

Na vida de São Luís a oração era o próprio exercício da vida espiritual. Tudo quanto fizesse como homem e como rei era orientado pela oração, e nela calcados todos os demais elementos de sua vida espiritual. A ascese de São Luís será guiada pela oração e terá como fim purificar o olhar da fé e destruir tudo que for um obstáculo para uma intimidade mais profunda com Deus; o estudo espiritual fornecerá alimento para a

---

96 *Ibid.*, 2010, 3ª parte, cap. VII, p. 683-684.

Digitalizado com CamScanner

oração e o guiará na ascensão para Deus; suas amplas obras de caridade serão o transbordar da contemplação.[97]

A oração será para São Luís, em suma, o mesmo que tinha sido para São Bernardo: meio de controlar todos os afetos e dirigir todas as ações para Deus. E assim, em união ininterrupta e perpétua com o amor de Deus e guiado pela luz da verdade por meio da oração, Luís IX, na elevadíssima posição que ocupou, tornar-se-á um grande santo.

Resumindo tudo o que os cronistas disseram a esse respeito, bem escreveu o padre Rohrbacher: "Tão profundo era seu recolhimento quando estava aos pés do altar que bem se poderia tomá-lo por um anjo prosternado diante do Altíssimo".[98]

6. A vida sacramental

O século XIII foi tempo de efervescente renovação da vida sacramental e de crescimento da devoção eucarística na Cristandade,[99] e São Luís, que era um devoto apaixonado da Santa Eucaristia, foi influenciado por essas tendências. Vimos como ele solicitou que o Santíssimo Sacramento estivesse em seu navio durante a viagem de volta da Terra Santa, e como ficou longas horas em oração diante do Santo Tabernáculo ao longo de todo o percurso, mas isso foi apenas o começo.

---

97 Maria-Eugénio do Menino Jesus, §57, p. 97-98.

98 Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 157.

99 Se, no início do século, a heresia cátara negava os sacramentos, o IV Concílio de Latrão de 1215 ripostava declarando o dogma da Transubstanciação e a obrigatoriedade da comunhão anual. Se os hereges profanavam a Eucaristia e blasfemavam contra o Corpo de Cristo, multiplicavam-se em toda parte os milagres eucarísticos e a Cristandade crescia em devoção ao Santíssimo Sacramento. E, no começo daquele mesmo século, Jesus aparecia à freira agostiniana Santa Juliana de Liège, na Bélgica, pedindo que o mistério da Santíssima Eucaristia fosse celebrado com maior destaque e veneração pelos cristãos. Tudo isso resultou na instituição, em 1264, pelo Papa Urbano IV, da festa de *Corpus Christi*, solenidade do Corpo de Cristo.

Digitalizado com CamScanner

Depois do retorno à França, a missa passou a ser o ponto alto do seu dia, o momento em que toda a sua oração encontrava plena realização, o instante em que ele obtinha de Deus a graça para sua santificação e do seu reino. Mas não era apenas *uma* missa... Beaulieu diz que ele ouvia pelo menos duas missas por dia e, frequentemente, três ou quatro.[100] A primeira delas era uma missa rezada, na Capela Real (*Sainte-Chapelle*), pelos fiéis defuntos. Já a segunda missa, cantada,[101] era em honra do santo do dia ou, nas segundas-feiras, dos anjos; nas terças, da Virgem Maria; nas quintas, do Espírito Santo; e no sábado, novamente de Nossa Senhora.[102] Na Quaresma, São Luís ouvia sempre três missas diárias, uma delas ao meio-dia, em memória da crucifixão. Conta Saint-Pathus que, caso estivesse viajando, o rei apressava-se, mesmo no calor intenso do verão, para comparecer às várias missas que desejava. O santo rei ouvia as missas profundamente recolhido, não permitindo que ninguém lhe falasse durante a celebração, exceto entre o Evangelho e a Consagração. E nesse período, somente seu confessor ou seu capelão poderiam dizer-lhe algo, mas, ainda assim, somente em caso de emergência.[103] E instruiu seu filho a seguir o seu exemplo: "Escutai devotamente o ofício da Santa Igreja, sem ficar conversando sobre coisas vãs e sem ficar olhando para lá e para cá, mas orai a Deus com a boca ou com o coração, pensando n'Ele devotamente, especialmente na Missa, na hora em que é feita a consagração", disse ao futuro Filipe III.[104]

Ouvia centenas de missas por ano, mas raramente comungava, pois inexistia comunhão frequente. Na ausência da comunhão sacramental, São Luís unia-se ao Salvador em constantes comunhões espirituais, tornando sua vida cotidiana uma preparação para as ocasiões em que O

---

100 Beaulieu, cap. 21, §1.

101 Joinville, parte I, §54.

102 Saint-Pathus, cap. 4, §1.

103 *Ibid.*, cap. 4, §13.

104 S. Luís, *Instruções ao seu filho Filipe*, §6º

Digitalizado com CamScanner

receberia sacramentalmente. Tais ocasiões eram seis: Páscoa, Pentecostes, Assunção, Todos os Santos, Natal e Purificação.[105] Saint-Pathus, enfatizando que "o rei Luís tinha uma fervorosa devoção pelo sagrado corpo de Nosso Senhor" narrou como ele comungava:

> Ia receber seu Salvador com tão grande devoção que antes lavava as mãos e a boca e tirava a murça e a touca. Quando entrava no coro da igreja, não caminhava mais sobre os pés, mas ia de joelhos. E quando chegava diante do altar dizia seu *Confiteor*, com as mãos entrelaçadas, em suspiros e gemidos, recebendo das mãos do sacerdote o Corpo de Nosso Senhor.[106]

Esse amor à *Eucaristia* se manifestava na dignidade que desejava dar às celebrações. Era muitíssimo atento à liturgia e não poupava gastos para dar aos santos ofícios o maior esplendor possível. Assim, ao passo que tratava com austeridade tudo atinente à sua própria pessoa, era notável sua liberalidade no que se referia aos paramentos litúrgicos e à grandeza das celebrações. Participava pessoalmente, ademais, da organização das cerimônias:

> Ele celebrava a Páscoa de uma forma que nunca havia sido feita antes dele e nem, tampouco, nenhum dos reis mantiveram depois. O rei Luís providenciou para que os importantes dias de festa do ano, não apenas a Páscoa, fossem fervorosa e devotamente celebrados. Para esse propósito, ele reunia, muitas vezes ao ano, clérigos para selecionar aqueles com belas vozes, em especial dos *Bons enfants*, que viviam em uma santa congregação em Paris [...][107] O rei, católico em todos os assuntos, desejava possuir os mais preciosos ornamentos para a igreja, tendo consigo paramentos e ornamentos de várias cores, tudo conforme o apropriado

105 Saint-Pathus, cap. 4, §19.

106 *Ibid.*, cap. 4, §19.

107 Beaulieu, cap. 21

Digitalizado com CamScanner

para as celebrações solenes, sendo que ele destinava pessoalmente muito cuidado e particular atenção a este assunto.[108]

Sobre as celebrações de que tomava parte São Luís, escreveu Saint-Pathus: "Nas grandes festas, era celebrado o ofício por um bispo, assistido pelos clérigos de sua capela [...] com uma série completa de ornamentos sacerdotais. Nas grandes solenidades, celebrava-se tão demoradamente diante do rei que todos, exceto ele, ficavam entediados".[109]

Também o amor aos demais sacramentos evidenciava-se na conduta e nas palavras de São Luís. Tinha especial devoção ao *batismo*, pelo qual foi regenerado da culpa original, recebeu a fé infusa e foi tornado filho de Deus e membro da Igreja Católica. Conta Beaulieu:

> Uma vez, quando ele estava no Castelo de Poissy, diante de alguns dos membros de sua casa, ele orgulhosa e alegremente observou que naquele mesmo lugar o Senhor lhe havia concedido um bem e uma honra maiores que quaisquer outros que ele já houvesse recebido neste mundo. Todos os presentes se perguntaram de que honra ele poderia estar falando, pois supunham que ele preferiria dizer isso a respeito de Reims, onde ele havia recebido a sagrada unção. Com um sorriso, ele respondeu que foi ali, em Poissy, que ele recebera a graça do sagrado batismo, que ele considerava como um presente e honra sem comparação, acima de todas as outras honras e dignidades do mundo. [...] Quando ele enviava uma carta secreta a um membro de sua casa e, por alguma razão, não desejasse utilizar o título de rei, ele assinava como "Luís de Poissy" ou "senhor de Poissy", escolhendo ser chamado pelo seu lugar de batismo [...][110]

A *confissão* anual obrigatória foi instituída no IV Concílio de Latrão, em 1215, mas se essa frequência é pequena mesmo para as almas devotas, quanto mais para um santo como Luís IX. Confessava-se ao menos

---

108 *Ibid.*, cap. 22.

109 Saint-Pathus, cap. 4, §§10-11.

110 Beaulieu, cap. 31, §1. Rohrbacher, t. XVII, L. 72, p. 571.

Digitalizado com CamScanner

semanalmente, na sexta-feira, que era dia propício para penitência, e o fazia com muita piedade e humildade, sempre em um local muito discreto, mas adequado e escolhido para este fim. Caso sentisse necessidade de confessar-se em outro dia, acorria imediatamente e sem hesitação ao seu confessor, Beaulieu. Quando a necessidade se fizesse sentir durante a noite ou quando Beaulieu estivesse ausente, confessava-se com seu capelão Guilherme de Chartres, normalmente após a récita das matinas. Luís estava sempre atento à sua consciência e aos seus atos, colocando-se a todo tempo sob o olhar justo e misericordioso de Deus e confessando humildemente sua miséria.[111] Quando via sacerdotes ordenados, em especial o papa e bispos, atirava-se aos pés deles solicitando fervorosamente a absolvição.[112]

Vimos a devoção com que São Luís uniu-se sacramentalmente a Margarida da Provença pelos sagrados laços do *matrimônio*[113] e veremos a dignidade com que tratava os sacerdotes ordenados e como tão fervorosamente recebeu o *viático* e a *extrema-unção.*

E assim, por meio da oração e dos sacramentos, canais da graça atual e habitual, São Luís cresceu em santidade. Dotado de uma fé sólida na presença de Cristo nos sacramentos, sobretudo no Santíssimo Sacramento, progrediu na vida espiritual, tornando-se, paulatinamente, um só com Deus.

7. A coroa de espinhos

Façamos agora uma incursão em acontecimentos anteriores à Cruzada de São Luís, mas cujas implicações últimas são perceptíveis somente depois dela.

---

111 Beaulieu, cap. 16a, 17.

112 *Ibid.*, cap. 22, §1.

113 Ver Capítulo 3.2 "*O casamento e a família*".

Digitalizado com CamScanner

Sempre devoto das santas relíquias da Paixão,[114] Luís foi surpreendido em 1238 com a visita de seu primo Balduíno II, imperador latino de Constantinopla,[115] que lhe contou aflito que, em razão das dificuldades financeiras do seu império, a Coroa de Espinhos de Cristo, sagrada relíquia guardada há séculos em Constantinopla, tivera de ser penhorada a Veneza. E como o dinheiro necessário para a remição dos empréstimos não fora reunido, a relíquia teria de ser entregue aos venezianos. Balduíno suplicava a Luís que pagasse o empréstimo e ficasse com a Coroa de Espinhos, protestando que preferia ver a relíquia nas mãos de um príncipe francês, seu parente, a vê-la em posse dos mercadores de Veneza.[116]

Luís, exultando de alegria pela maravilhosa possibilidade, com a qual jamais sonhara, de ter na França tal relíquia, concordou imediatamente e saldou a dívida de Balduíno (13.134 peças de ouro), enviando emissários a Constantinopla para buscar a Coroa de Espinhos.[117] Da capital oriental ela foi levada a Veneza, onde foi venerada com ardor, e percorreu o Sacro Império em direção à França com a garantia de salvo-conduto do imperador Frederico II, chegando a Villeneuve, no território francês, em 9 de agosto de 1239.[118] No dia seguinte, 10 de agosto, a sagrada relíquia foi apresentada ao rei. Estavam lá São Luís, a rainha-mãe e muitos nobres cavaleiros do reino, todos em lágrimas por estarem diante da Coroa de Espinhos que um dia, do Pretório ao Calvário, ferira a cabeça de Nosso Senhor, conforme relataram os evangelistas São Mateus, São Marcos e São João.

---

114 Recorde-se o episódio da "perda do Santo Cravo", narrado no capítulo 2.7 "*O rapaz fervoroso e devoto*".

115 Desde 1204, o Império Bizantino fora substituído por um Império Latino católico sediado em Constantinopla.

116 Nangis, cap. 13, §1. Mateus Paris, t. V, p. 96-98. Bordonove, parte III, cap. 3, p. 120. Cassard, parte I, cap. II, p. 132.

117 Tillemont, t. II, cap. CXXXIV, p. 339-340.

118 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 133.

Digitalizado com CamScanner

Eis, pela primeira vez, São Luís diante da Coroa de Espinhos, uma das mais representadas cenas da vida do santo rei ao longo dos séculos. O arcebispo de Sens, Gautier Cornut, abriu cuidadosamente a caixa de madeira que continha uma pequena arca de prata selada com os sinetes dos barões do Império Latino e do doge de Veneza (para atestar que aquela era a mesma relíquia saída de Constantinopla). Garantida a autenticidade dos selos, eles foram rompidos e a Coroa de Espinhos, exposta. São Luís caiu de joelhos ao contemplá-la, mais feliz do que se tivesse obtido uma grande vitória ou conquistado uma província.[119] Quanto aos demais, diz o arcebispo de Sens, "estavam todos paralisados diante do objeto amorosamente desejado, seus espíritos devotos tocados de um tal fervor que acreditavam ver diante deles o Senhor em pessoa com a coroa de espinhos naquele momento".[120]

A relíquia foi transportada de Villeneuve até Sens, seguida por um majestoso cortejo. São Luís a levava, descalço, vestindo uma única túnica, seguido por seu irmão Roberto[121] e por muitos cavaleiros e clérigos. Em Sens, todos os habitantes da cidade e dos arredores vieram receber o cortejo, emocionados até as lágrimas. Pelas ruas, as lágrimas se misturavam com exultações de alegria, enquanto todos os campanários tocavam efusivamente. No dia seguinte, o cortejo prosseguiu pelo leito do rio Yonne e depois pelo Sena, chegando por fim em Vincennes, nos arredores de Paris.

O cortejo entrou em Paris sob o canto da *Salve Regina*. Todos os parisienses estavam presentes, rezando e entoando hinos com um fervor e uma alegria nunca vistos. A Coroa de Espinhos foi levada à Catedral de Notre-Dame em 18 de agosto de 1239, com uma procissão de prelados, religiosos, cavaleiros, todos a pé, a exemplo do rei. Colocada a relíquia em um trono na catedral para ser venerada, todas as ordens religiosas

---

119 Bordonove, parte III, cap. 3, p. 120.

120 *Apud* Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 133.

121 Àquela altura Roberto de Artois ainda era vivo, morreria somente onze anos depois, no Egito.

Digitalizado com CamScanner

e congregações de Paris foram visitá-la, assim como uma multidão incontável de fiéis. Os três irmãos do rei lhe faziam guarda, e as duas rainhas, Branca e Margarida, também estavam presentes. O mundo inteiro, anotou Tillemont, admirou a magnificência da solenidade com que ela foi recebida em Notre-Dame e a humildade de São Luís e seus irmãos.[122] Após a grandiosa cerimônia, o relicário foi levado para a capela de São Nicolau, no palácio real,[123] para, na expressão do cronista Mateus Paris, "a glória da França, querida por Deus, e mesmo de todos os católicos." Aquela relíquia seria, segundo acrescenta, o apoio eterno daquela nação e a honra de todo o Ocidente.[124]

Não demorou a que Balduíno II, passando por novas dificuldades financeiras, tomasse um novo empréstimo e recorresse novamente a São Luís, oferecendo-lhe um grande pedaço da Vera Cruz em troca de auxílio financeiro. O rei o adquiriu e trouxe a Paris. Em 1242 tomou posse ainda da Santa Esponja, com a qual se deu vinagre ao Redentor, e do ferro da Santa Lança, que penetrara o lado de Cristo.[125] Em menos de três anos, São Luís adquiriu os mais valiosos itens do tesouro sagrado de Constantinopla, as relíquias relacionadas a quase todas as horas finais da vida de Cristo. O acervo do rei da França podia agora rivalizar até mesmo com o antigo tesouro de relíquias da Paixão em Roma, guardado na Basílica de *Santa Croce in Gerusalemme*.[126]

E, considerando a antiga Capela de São Nicolau excessivamente modesta para receber tamanhos tesouros, São Luís ordenou sua demolição e a construção daquele grandioso monumento que é a *Sainte-Chapelle*, a Capela Real anexa ao seu palácio, para servir de grande relicário das relíquias da Paixão de Nosso Senhor. Sua construção foi

122 Tillemont, t. II, cap. CXXXIV, p. 341.

123 Beaulieu, cap. 24, §1. Bordonove, parte III, cap. 3, p. 121.

124 Mateus Paris, t. V, p. 98.

125 Chartres, cap. 4. Mateus Paris, t. V, p. 120. Bordonove, parte III, cap. 3, p. 121. Tillemont, t. II, cap. CLV, p. 410-411.

126 Riley-Smith, cap. 8, p. 314.

Digitalizado com CamScanner

relativamente rápida: iniciou-se em 1239 ou 1240 e foi consagrada na presença do rei em 6 de abril de 1248.[127] Falaremos amiúde dela ao final deste capítulo.[128]

Isso não fez de São Luís um colecionador de relíquias. Os objetos sagrados não estavam ali para vangloriá-lo, mas para engrandecê-lo espiritualmente, a si, ao seu reino, à Cristandade. Meditando incessantemente diante do trono escolhido por Cristo — o madeiro da Cruz — e da coroa com que Ele quis ser coroado — um feixe feito de espinhos — São Luís passou a viver com intensidade os mistérios em que tomaram parte essas relíquias, buscando configurar-se a este outro rei que, por meio daqueles instrumentos de tortura e sacrifício, dera a vida pelos que amava. Assumindo uma espiritualidade essencialmente sacrifical e reparadora, São Luís fez de sua vida e de seu reinado uma contínua reparação aos sofrimentos infligidos pelos pecadores a Cristo, principalmente os pecadores do seu reino. Quis, ademais, como relata Chartres, que aqueles objetos, usados um dia para o opróbrio de Nosso Senhor, fossem, agora, motivo de louvor:

> Assim como a Majestade de Nosso Senhor fora desonrada pelos judeus infiéis através desses objetos — a Cruz, a Coroa de Espinhos e a Lança —, assim Ele agora deve ser honrado pelos seus fiéis devotos através destes mesmos objetos. E depois das maldições e escândalos vergonhosos que Ele suportou por nós, a glória do Seu louvor agora será múltipla.[129]

Eis um rei, eis um homem, eis um santo que atende *ante litteram* ao critério elencado mais tarde por Santa Teresa de Ávila: "Sabeis o que é ser verdadeiramente espiritual? É fazer-se escravo de Deus, marcado com o seu selo — o da cruz."[130]

---

127 Beaulieu, cap. 24.

128 Ver Capítulo 5.12 "*Sainte-Chapelle: alma de São Luís.*"

129 Chartres, cap. 4.

130 S. Teresa de Ávila, *Castelo interior*. 7ª mor., cap. 3, §4º.

Digitalizado com CamScanner

8. Ascese e penitência

Somente sua união ao *Ecce Homo* coroado de espinhos, ao Divino Crucificado, é capaz de explicar o grau de mortificação e penitência de São Luís. Ele era um combatente não apenas das guerras deste mundo, mas das guerras travadas em sua própria alma: era, por isso, um asceta,[131] e, como verdadeiro asceta, combatia valorosamente para alcançar seu fim, porfiava desprender a alma de tudo o que lhe retardava o passo e lhe estorvava o arrojo para Deus.[132] Sabia que o amor exige o sacrifício em favor daquele a quem se ama, e que o doar-se a Deus requeria a abnegação completa das próprias tendências e satisfações passageiras em favor dos bens superiores. Compreendia, enfim, que não existe santidade sem ascese e sem renúncia. E, assumindo este combate com valentia e perseverança, São Luís viveu tão mortificado e entregue a Deus que seu confessor o chamou de "modelo de penitência para todas as vocações".[133]

Suas mortificações eram de toda ordem: incidiam sobre todas as potências sensíveis, mitigavam todos os prazeres e ordenavam todas as tendências.

Vimos São Luís, a fim de mortificar o sono, interrompê-lo muitas vezes para rezar, passar noites em vigília, e suportar o cansaço físico e mental de orações muito prolongadas.

Os cronistas nos deixaram uma profusão de detalhes referentes às suas abstinências alimentares, jejuns e renúncias aos prazeres da mesa. Jejuava em todas as sextas-feiras do ano, e frequentemente nas segundas, quartas e sábados. Abstinha-se de carne e gordura não apenas nas sextas, mas também nas quartas-feiras. Desejava abster-se de carne igualmente nas segundas, mas seguindo o conselho de seus confessores abandonou a ideia. Nas sextas-feiras da Quaresma, São Luís não comia nem sequer

---

131 A palavra *asceta* vem do grego "*askéo*" (exercitar-se, combater).

132 Ribet, cap. I, p. 51.

133 Beaulieu, cap. 16a, §1.

Digitalizado com CamScanner

peixe — prática que repetia muitas vezes durante o restante do ano —, enquanto nas segundas e quartas da Quaresma, comia "muito menos do que os que o cercavam consideravam conveniente". Ademais, jejuava a pão e água na Sexta-Feira Santa e nas vigílias das quatro principais festas da Santíssima Virgem, nas vigílias de Todos os Santos e do Natal, e em outras tantas datas do ano. Jejuava da mesma forma que na Quaresma durante todo o Advento, comento alimentos ditos "quaresmais", bem como nos quinze dias que antecedem Pentecostes. Jejuava, ainda, nas vigílias das festas de todos os Apóstolos, e como o questionaram dizendo que não havia tal prática em Paris, respondeu que esse era um uso da diocese de Chartres que gostaria de observar. E para refrear o apetite durante os jejuns da Quaresma, tomava cerveja, bebida que detestava. Frequentemente uma simples sopa era seu jantar, de modo que ele guardava para os pobres os manjares que lhe seriam destinados.[134]

Ao ouvir certo dia que um membro de uma ordem religiosa se abstinha de qualquer tipo de fruta, exceto as oferecidas a ele pela primeira vez no ano, relatou isso ao seu confessor, julgando-se incapaz de praticar algo assim (ele gostava muito desse alimento). Entretanto, juntos, São Luís e seu confessor elaboraram uma penitência inversa: quando novos frutos fossem oferecidos ao rei pela primeira vez, ele se mortificaria e não os comeria, como sacrificando primícias ao Senhor (Ex 35,5). Depois os comeria de boa consciência, exceto nas sextas-feiras. "Eu acredito, anotou Beaulieu, que ele sempre observou essa prática, conforme havia proposto".[135]

São Luís observava esses jejuns e abstinências tão rigorosamente que procurava não os quebrar ainda quando estivesse doente. Mesmo à beira da morte, recusou-se a tomar, no sábado, caldo de galinha (que lhe fora preparado por conselho médico), argumentando não ter recebido permissão de seu confessor, que estava ausente.[136]

---

134 Beaulieu, cap. 18, §1. Saint-Pathus, cap. 13, §§2-4. Chartres, cap. 32.

135 Beaulieu, cap. 18, §1.

136 Chartres, cap. 32.

Digitalizado com CamScanner

Os cronistas igualmente enfatizam o quanto São Luís se esforçava para não saborear suas refeições, mortificando não somente o estômago, mas também o paladar. "Nunca em minha vida", diz Joinville, "ouvi-o pedir algum prato, como fazem muitas das altas personagens; pelo contrário, comia sem dizer uma só palavra acerca do que seu cozinheiro lhe preparava e colocava diante dele".[137] E como São Luís não podia, na condição de rei, renunciar a muitas de suas refeições públicas, e por isso estava impossibilitado de jejuar tanto quanto gostaria, lutava para que fossem menos prazerosas. Conta Saint-Pathus que, posto que gostava de peixes grandes, comia somente os pequenos, mas cortava antes os grandes para fazer as pessoas acreditarem que ele os haveria de comer, enquanto os guardava para os pobres. Acrescenta o cronista que

> Depois de sua volta de além-mar, se bem que gostasse muito das grandes solhas e de outros peixes deliciosos que eram comprados e postos à mesa diante dele, não os comia, porém os enviava para esmola e comia os restantes peixes pequenos. E muitas vezes ocorreu que, quando se trazia diante dele um assado e outros alimentos e molhos deliciosos, punha água no tempero para acabar com o gosto agradável do molho. E quando aquele que o servia dizia "Senhor, estragastes o sabor", ele respondia: "Não vos preocupeis, gosto mais assim" [...] Tomava muitas vezes sopa de gosto ruim, mal temperada, que ninguém mais comeria com boa vontade, porque não era saborosa. O bendito rei comia carnes grosseiras, assim como ervilhas e outras coisas semelhantes. E quando lhe traziam um caldo delicioso ou um outro prato, misturava-lhe água fria e tirava o deleite do sabor. Quando chegavam as primeiras lampreias a Paris e algumas eram trazidas à mesa do abençoado rei e de outras pessoas, ele não as comia, mas as dava aos pobres [...] E o mesmo ele fazia com frutas frescas.[138]

---

137 Joinville, parte I, §22.

138 Saint-Pathus, cap. 13, §2.

São Luís esforçava-se para beber vinho o mínimo possível e, ainda assim, com pouco prazer e nenhum risco de embriaguez, diluindo-o em água; pois, como dissera a Joinville "*é coisa muito feia um homem valoroso se embriagar*".[139] Diz Beaulieu que "nunca vi ninguém que diluísse vinho com tanta água quanto ele"[140] e Saint-Pathus anota que "na sexta-feira, enchia sua taça com um quarto de vinho e três quartos de água, de modo que parecia beber apenas água, sem gosto algum de vinho".[141]

Suas mortificações não se resumiam à boca e ao estômago. Beaulieu nos deixou uma descrição quase espirituosa de uma mortificação que realizava com Margarida da Provença:

> Com o consentimento de sua esposa, a rainha, o casal se absteve de relações carnais durante todo o Advento e toda a Quaresma, e em certos dias da semana e durante as vigílias e dias de grande festa. Além disso, abstinha-se em dias solenes em que comungasse, em respeito aos santos mistérios, e por muitos dias antes e depois. Se, no entanto, por alguma razão ele visitasse sua esposa, a rainha, durante esses dias de abstinência, passasse algum tempo com ela e, devido à proximidade de sua esposa e à fraqueza humana, ele sentisse um movimento desordenado da carne, ele se levantava da cama e caminhava pelo cômodo até que seu corpo rebelde se acalmasse.[142]

Conta-se, ainda, que nestes dias em que guardavam a continência, quando ele entrava na alcova de Margarida para encontrar-se com ela e com as crianças, sentava-se ao seu lado e conversava com ela, mas com os olhos fixos no chão. Nessas ocasiões Margarida perguntava: "Meu senhor, o que há? Não quereis me olhar. Fiz algo que vos desagradou?" "Não, minha senhora". "Por quê, então, não me olhais?",

139 Joinville, parte I, §23.
140 Beaulieu, cap. 18, §1.
141 Saint-Pathus, cap. 13, §3.
142 Beaulieu, cap. 11, §1.

repetia ela. São Luís então respondia: "Não é bom ao homem olhar aquilo que não pode ter".[143]

Outra mortificação que se impôs São Luís, com a autorização do confessor, foi evitar o próprio riso nas sextas-feiras, em memória da Paixão do Senhor. Conta Saint-Pathus que, caso se pusesse a rir por desatenção, parava imediatamente.[144] Ademais, substituiu sua cama real por algumas tábuas nas quais era posto um colchão de algodão, no qual dormia agasalhado por um único cobertor, mesmo no rigoroso inverno.[145]

Ele, ainda, praticava duas penitências secretas cujas circunstâncias nos foram legadas somente por seus diretores. A primeira era disciplinar-se após cada confissão. Sua disciplina[146] consistia em cinco pequenos cordões de ferro unidos por nós em um único fio, ligado a um tubo oco de marfim.[147] São Luís trazia sempre este tubo pendurado secretamente em seu cinto, e deu cópias dele para pessoas próximas. O frei Geoffroy de Beaulieu, que o confessava às sextas-feiras, era o responsável por aplicar-lhe a disciplina; e, "como muitas vezes fosse o confessor leniente nos golpes e o rei pensasse que o estava poupando, ele fazia um sinal para que batesse com mais força". Certa vez São Luís contou a Beaulieu que o antigo confessor costumava discipliná-lo com muita força, a ponto de deixá-lo ferido, mas que jamais tinha revelado isso enquanto o confessor estava vivo. Beaulieu, contudo, anota em sua crônica que São Luís não lhe relatou isso em tom de queixa, mas de gracejo.[148] Tanto a disciplina quanto a camisa que o santo rei usava para se disciplinar sobreviveram aos

---

143 Carolus-Barré, cap. VI, p. 301. Lévis-Mirepoix, cap. II, p. 65.

144 Saint-Pathus, cap. 13, §7.

145 *Ibid.*, cap. 13, §5.

146 São chamadas de "disciplinas" as cordas ou correntes com que os penitentes se flagelam.

147 Saint-Pathus, cap. 13, §6.

148 Beaulieu, cap. 16b, §§1-2.

Digitalizado com CamScanner

séculos, e ficaram até 2019 no tesouro de Notre-Dame de Paris. Quando do incêndio, a camisa de São Luís foi providencialmente salva.[149]

Sua segunda penitência secreta era o cilício, usado pelo rei três vezes na semana e em todos os dias da Quaresma e do Advento. Desejava, ainda, usá-lo nas vigílias das quatro principais festas de Nossa Senhora. Beaulieu, no entanto, insistiu que o cilício não era uma penitência adequada a um rei, e deveria ser substituído por esmolas e por mais rapidez na administração da justiça. São Luís obedeceu, entregando ao seu confessor, nas sextas-feiras da Quaresma e do Advento, quarenta *sous parisis* para que ele distribuísse em segredo aos pobres. Durante a Quaresma, entretanto, continuou a usar, com o assentimento de Beaulieu, um pedaço de cilício em torno dos rins.[150]

São Luís mortificava ainda a repugnância natural pela sujeira e pela doença. Ver-se-á o rei, no capítulo seguinte, comendo no mesmo prato que os pobres, beijando leprosos e tocando doentes ulcerosos — gestos em que se manifestavam tanto a virtude da caridade quanto a mortificação dos sentidos. Existe, porém, um episódio narrado por Guilherme de Chartres, referente à mortificação da repugnância natural, que cumpre ser relatado desde logo. Conta o capelão que, certa vez, São Luís oferecera a um pobre um pudim muito requintado. O miserável comeu o pudim com suas mãos imundas e ulcerosas, e partiu deixando o restante do doce. Ato contínuo, São Luís pediu aos camareiros os restos deixados pelo pobre, dizendo: "Devolvei meu pudim!" E, para espanto de muitos, "ele começou a comê-lo com tanto prazer e entusiasmo como se ninguém tivesse tocado nele".[151]

Sendo rei, e um rei da França, a quem ninguém dava ordens, mas cujas ordens todos cumpriam, sendo sua a última palavra dos assuntos do reino, tendo crescido em uma atmosfera de veneração para consigo que

---

149 Não encontramos nenhuma notícia a respeito da disciplina.

150 Beaulieu, cap. 17, §1. Saint-Pathus, cap. 13, §5.

151 Chartres, cap. 29.

poderia torná-lo soberbo, São Luís buscou exercitar a mortificação de sua própria vontade, sobretudo através da obediência aos seus confessores. É certo que venerava todos os sacerdotes, reconhecendo-os como dotados de uma autoridade que nem ele, o mais importante dos reis cristãos, detinha; todavia dedicava especial respeito aos seus confessores, obedecendo-lhes em tudo o que se referisse à oração, à vida sacramental e à penitência. Quando se pensa nos confessores de São Luís, deve-se recordar especialmente o frei dominicano Geoffroy de Beaulieu, que acompanhou o santo rei durante mais da metade de sua vida — de cerca de 1240 a 1270 — e que atestou o quão obediente era seu dirigido espiritual, registrando que ele confiava inteiramente nas orientações de seus diretores, pois cumpria as penitências impostas e se consolava com as palavras deles.[152]

Era desejo de São Luís ter sempre dois confessores, um franciscano e outro dominicano, para demonstrar seu amor às duas ordens; também para que, caso um deles não estivesse à mão, acorresse ao outro, e para livrar a consciência da ansiedade dos escrúpulos, embasando sua confiança não na palavra de um, mas de dois sábios, conforme escrevera Salomão: "onde há muitos conselhos, há segurança" (Pv 11,14).[153]

Enfim, mortificando-se em tudo, tanto nas potências superiores quanto nas inferiores, movido pela graça e pelos dons do Espírito Santo, São Luís pôde ser esse exemplo de asceta que Guilherme de Chartres exalta: "em todos os âmbitos pelos quais ele poderia receber prazeres corporais ou mundanos, ele demonstrava autonegação particular, impondo restrições vigorosas ao seu espírito em todos esses aspectos."[154]

Guerreiro por natureza, São Luís sabia, diz Bénouville, que, dentre todas as vitórias, a maior "é a conseguida sobre o corpo de morte que puxamos através do mundo na esperança da eterna ressurreição".[155]

---

152 Beaulieu, cap. 17, §2.

153 *Ibid.*, cap. 17, §3.

154 Chartres, cap. 28.

155 Bénouville, cap. II, p. 70.

Digitalizado com CamScanner

Afinal, de que aproveita ao homem ganhar o mundo e perder a si mesmo?

9. O comportamento irrepreensível e as boas amizades

Sob moção da graça, a alma de São Luís conformava-se cada vez mais a Cristo: seus gestos, hábitos, comportamentos, impressões, tudo nele era, conforme expressão do frei Maria-Eugênio, transformado e conquistado:

> Penetrante e filial, a graça vai realizar a sua obra de transformação e de conquista. Enxertada na natureza humana, com seu organismo vivo de virtudes infusas e dons do Espírito Santo, a graça adapta-se perfeitamente às formas do complexo humano, apoderando-se de todas as suas potências e de todas as suas atividades. Penetrante, adentra e domina progressivamente as faculdades humanas, libertando-as de suas tendências egoístas e desordenadas. Arrasta-as, depois de tê-las conquistado, no seu movimento para esse Deus interior, Pai de luz e de misericórdia, e daí por diante as oferece a Ele purificadas e fiéis, inteiramente submissas às suas luzes e à sua ação.[156]

Todos os biógrafos são categóricas testemunhas de que, mesmo nos menores gestos cotidianos, São Luís irradiava virtude, pureza de comportamento e retidão de consciência. "Suas ações, assim como suas palavras", escreveu Saint-Pathus, "sempre traziam a marca do espírito de santidade e o desejo de cuidar da edificação daqueles que ouviam. Ele vivia incessantemente com simplicidade, modéstia e admirável paciência; a todo momento, encontrava-se nele um exemplo a seguir".[157] O que o frade franciscano descreve é a ação direta de Deus sobre a alma de Luís, revelando Sua presença, impondo sobre ela uma submissão filial e um abandono "até

156 Maria-Eugênio do Menino Jesus, §33, p. 67.

157 Saint-Pathus, cap. 14, §1.

Digitalizado com CamScanner

que, transformada pela caridade em verdadeira filha de Deus, ela passa a obedecer apenas aos impulsos do Espírito de Deus que vive nela".[158]

São Luís era especialmente "cuidadoso e virtuoso com as palavras", escreveu Beaulieu, acrescentando Saint-Pathus que ele era "muito reservado e muito amável na sua maneira de falar". Com efeito, nunca usava expressões inapropriadas ou impensadas e, menos ainda, caluniosas ou mentirosas. Evitava palavras grosseiras e dissolutas, e não usava nunca expressões pejorativas, nem falava mal de quem quer que fosse. Jamais proferia um insulto, e raramente dirigia a alguém uma palavra forte de reprovação; e isto, fazia-o somente quando provocado por uma grande ofensa ou movido pela gravidade da circunstância.[159] Especialmente nas transações complexas, nas deliberações sérias e nos casos legais, São Luís procurava e conseguia exprimir-se com prudência e suavidade, de modo que "a graça fluía de seus lábios, como em um homem verdadeiramente sábio". Ele se fazia "a si mesmo digno de amor com suas palavras. Na medida do possível, sua 'palavra estava sempre agradável, temperada com sal' (Col 4,6)".[160] Acertadamente constatou Bénouville que São Luís "reconhecia o sentido sacral do Verbo, o caráter solene da Palavra", os "imensos horizontes que ela pode conter, os fermentos de amor e de paixão que pode encerrar, os ódios e as guerras que ela pode fazer eclodir".[161]

Contudo São Luís era rígido e até severo quando se tratava de defender a verdade, que tanto amava.[162] Diz Joinville "que nem sequer aos sarracenos quis mentir a respeito do acordo que tinha com eles".[163]

Em seu trato privado, jamais jurava. Joinville relatou que São Luís nunca jurou por Deus, por Nossa Senhora ou pelos santos, e pronunciava o

158 Maria-Eugênio do Menino Jesus, §34, p. 68.

159 Beaulieu, cap. 7, §1. Saint-Pathus, cap. 14, §2. Joinville, parte I, §22.

160 Beaulieu, cap. 7, §1. Saint-Pathus, cap. 14, §2.

161 Bénouville, cap. II, p. 78.

162 Saint-Pathus, cap. 14, §1§5-6.

163 Joinville, parte I, §21.

Digitalizado com CamScanner

nome do "diabo" apenas nas leituras.[164] Não jurava nem naquelas conversas corriqueiras em que se pronunciam juramentos desapercebidos. Quando queria afirmar algo solenemente, simplesmente dizia: "Por meu nome!" Mas aboliu posteriormente esse costume, e passou a aplicar a fórmula do Evangelho: "Sim, sim. Não, não" (Mt 5,37).[165]

Sempre afável e gentil, ver seu rosto, diz Beaulieu, bastava para mover os corações de todos a amá-lo.[166] E diz Saint-Pathus que "sua abordagem era tão afável que já à primeira vista aqueles que se aproximavam dele sentiam afeto e respeito por ele".[167]

Tradicionalmente, um rei realizava suas atividades diárias com o auxílio de uma multidão de servos. São Luís tinha, com efeito, centenas de pessoas encarregadas de seu vestuário, alimentação, transporte etc., todas sob a supervisão de Pierre de Laon, o camareiro real. O santo buscava, no entanto, utilizar seu serviço de câmara, ou seja, de quarto, com extrema reserva: era habitual que os serviçais auxiliassem um rei a despir-se e a vestir-se, mas Luís se despia e vestia sozinho; e as suas roupas, pedia aos camareiros somente que as deixassem junto da cama todas as noites. A par disso, eles ajudavam o rei apenas a lavar os pés, a sangrar-se e a tratar de sua perna dolorida.[168]

São Luís era rigoroso ao admitir alguém à sua *mesnie*, o círculo próximo de senhores e cavaleiros que lhe faziam companhia nos momentos de recreio e descanso. Sabia, desde os anos de sua juventude, que as amizades podem ser boas — se orientadas para a virtude — ou más — quando encaminhadas para a impureza e para a falta de caridade. Sempre buscou, outrossim, a companhia de homens sábios e honestos, evitando cercar-se

164 *Ibid.*, parte II, §§686-687.

165 Beaulieu, cap. 7, §1. Saint-Pathus, cap. 14, §2.

166 Beaulieu, cap. 7, §1.

167 Saint-Pathus, cap. 14, §3.

168 *Ibid.*, cap. 14, §10.

Digitalizado com CamScanner

de "pessoas perversas e debochadas".[169] O círculo de São Luís era composto por pessoas tão qualificadas que o legado papal Eudes de Châteauroux — que acompanhou o rei durante a cruzada e esteve durante anos no seu círculo próximo —, ao saber que o rei e os seus voltariam para a França, chorou junto a Joinville, dizendo que tinha o "coração bastante apertado pelo fato de que me será necessário deixar vossas santas companhias e ir para a corte de Roma, entre aquelas pessoas desleais que lá estão".[170]

O santo rei, ademais, escolhia escrupulosamente os melhores servos, os mais virtuosos e devotos. Conta Saint-Pathus que ele exercia vigilância rigorosa sobre todas as pessoas de sua casa, observando sua conduta, devoção e virtude, e não hesitava em expulsar ou mesmo prender quem houvesse cometido algum delito. Diz o cronista que ele chegou a dispensar dois homens por não terem observado certa feita a obrigação de jejuar.[171]

Preocupado com os maus exemplos e com os pecados que poderiam ser cometidos em seu palácio, o rei esforçava-se para manter no seu meio somente pessoas de boa conduta e, igualmente, buscava ser exemplo para quem o rodeava. E exortava todos a se comportarem santamente. Na cruzada, reuniu todos os seus soldados e pediu que vivessem dentro da mais estrita castidade, principalmente enquanto lutavam a serviço de Deus, e chegou mesmo a autorizar que retornassem à França todos os que não se sentissem fortes o suficiente para tomar tal resolução. Seu zelo pelo bom comportamento dos seus íntimos não poupava nem aqueles aos quais dedicava maior afeição: certa vez, dezessete membros de seu serviço foram declarados culpados de uma conduta censurável; o rei mandou-os embora imediatamente, ainda que entre eles estivessem os serviçais que mais amava. Somente quatro meses depois, no dia de Páscoa, o rei consentiu em readmiti-los, mas mediante promessas de que não praticariam os mesmos atos.[172]

169 *Ibid.*, cap. 14, §7.

170 Joinville, parte II, §611.

171 Saint-Pathus, cap. 14, §7.

172 *Ibid.*, cap. 14, §§8-9.

Anota Saint-Pathus que os íntimos do rei já o consideravam um santo em vida. Todos os cavaleiros que foram de sua proximidade, como Pierre de Laon, Jean de Choisy, Jean de Joinville, Gui Le Bass, Pierre de Chambly e tantos outros, "concordam que, em sua conduta privada e pública, nos mínimos detalhes da sua existência, em suas palavras e atos, em todas as circunstâncias fatais ou felizes, nunca viram um homem melhor pelo caráter e pela santidade de vida".[173]

Era até mesmo dotado de luzes proféticas, tal como atestou Guilherme de Chartres:

> Este episódio aconteceu comigo e posso relatá-lo fielmente. Certa vez, o rei estava conversando casualmente com o irmão Geoffroy [de Beaulieu], de feliz memória, e comigo. Eu estava ainda em vida secular, uma vez que o rei me havia dado recentemente uma rica posição como tesoureiro. Ele se voltou para o irmão [Geoffroy] no decorrer da conversa e comentou, referindo-se a mim: "O mestre Guilherme vai ficar em sua posição de tesoureiro apenas por cinco anos, talvez seis, mas então entrará em religião". Eu não estava cogitando essa ideia na época e não concordei com o rei, mas o final dos acontecimentos provou que ele havia previsto com precisão. De fato, cinco anos e meio depois, pela graça de Deus, embora indigno, entrei na Ordem dos Irmãos Pregadores, onde estou agora, do modo como nosso devoto rei previra em espírito e a predisse. Naquela época, não me lembrei de suas palavras, mas algum tempo depois me lembrei do que tinha ouvido.[174]

10. A Santíssima Virgem e os santos

A Cristandade se distinguiu de outras épocas cristãs pela intensidade do seu fervor mariano. Sobretudo os reis se destacavam como

---

173 *Ibid.*, cap. 14, §§4-11.

174 Chartres, cap. 11.

especialmente devotos da Rainha do Céu, tida por principal medianeira entre Deus e o homem, e da qual se proclamavam súditos e filhos.[175]

São Luís, em particular, rendia muito amor a Nossa Senhora, reconhecendo-a como intercessora suprema junto ao seu Filho, e auxiliadora de seu reino, de seu povo e de si próprio. Fazia constantes peregrinações aos santuários marianos, como Chartres, Sées e la Couture. A história registrou com atenção sua peregrinação ao santuário de Nossa Senhora de Rocamadour, no sudoeste do reino, em 2 de maio de 1244, com sua mãe, a rainha Branca, e seus três irmãos, a fim de agradecer o nascimento de seu primeiro filho, Luís, naquele ano.[176]

Rezava diariamente cinquenta Ave-Marias em honra da Virgem, ajoelhando-se após o término de cada uma delas,[177] e recitava todos os dias seu Ofício. Colocou seu reino sob a proteção de Maria, combatia e castigava quaisquer ofensas ao seu nome e à sua honra, impondo, como se verá no capítulo 8, punições duríssimas aos que blasfemassem contra a Mãe de Deus, e mandando queimar Talmudes judaicos por conterem passagens blasfemas sobre ela.[178] A este respeito registrou Joinville: "o rei amava tanto a Deus e sua doce Mãe que mandava punir gravemente todos aqueles que falavam coisas indecentes ou proferiam pragas vergonhosas contra Deus ou sua Mãe".[179] E o santo rei aconselhou seu filho e herdeiro, futuro Filipe III, a reprimir "tudo aquilo que se diga contra Deus ou Nossa Senhora" e a pedir a Deus que o guardasse "por sua grande misericórdia e pelas orações e méritos de sua bem-aventurada Mãe, a Virgem Maria".[180]

Ainda, segundo Bénouville, era muito devoto dos santos:

---

175 No tempo de São Luís, vivia Afonso X, rei de Castela, compositor das *Cantigas de Santa Maria*, um códice de 427 composições em honra da Santa Virgem.

176 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. I, p. 477.

177 Saint-Pathus, cap. 7, §3.

178 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 198-200.

179 Joinville, parte II, §685.

180 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VII, p. 684.

Digitalizado com CamScanner

> A Virgem Maria, a Senhora Santa Ana, sua mãe, o senhor S. Miguel, que aterra o dragão e, num golpe de lança, crava-o no chão, a senhora Santa Genoveva, que protege Paris, o senhor S. Dionísio, que vigia pelos reis, todos eles são, para São Luís, importantes e familiares conhecidos. Ele sabe o que eles lhe devem: por eles, será ajudado na sua missão terrena, que ele cumprirá para maior glória deles.[181]

Como se explicou no capítulo 2, o manto que São Luís portava — o manto azul dos reis da França repleto de flores-de-lis — representava o Céu com as almas dos bem-aventurados, dos santos.[182] Reconhecendo-os como membros no céu da mesma família da qual fazia parte na terra, São Luís tinha grande veneração por eles. Visitava seus santuários, venerava suas relíquias, lia suas vidas e suplicava seu auxílio. Amava-os e queria que todos igualmente os amassem. Com efeito, perguntou certa vez a Joinville e aos seus amigos próximos: "Quereríeis vós ser instruídos sobre o modo pelo qual poderíeis ter honra neste mundo e agradar aos homens e obter a graça de Deus e glória no tempo que virá? Recorrendo aos santos".[183] Para explicar aos seus íntimos a necessidade de se recorrer aos santos, São Luís usava a seguinte analogia:

> Os santos no Paraíso são semelhantes aos conselheiros do rei na terra. Porque quando alguém tem algo a tratar com um rei, pergunta quem está bem junto dele, quem pode pedir alguma coisa estando seguro de obtê-la e a quem o rei escuta. E, sabendo quem é essa pessoa, vai ao encontro dela e lhe pede que interceda junto ao rei em seu favor. O mesmo acontece com os santos do Paraíso, que são próximos e íntimos de Nosso Senhor e que podem pedir-Lhe com segurança, pois os escuta. Também

---

181 Bénouville, cap. I, p. 19.

182 Ver Capítulo 2.1 "*Filha mais velha da Igreja: a França que São Luís herdou*".

183 São Luís, quando diz "ter honra neste mundo e agradar aos homens", não se refere a agradar os mundanos e receber aplausos do mundo, mas sim a agradar ao próximo por atos de amor e governar de forma a obter o amor dos súditos.

Digitalizado com CamScanner

deveis vir à igreja no dia da festa de vossos santos, honrá-los e pedir-lhes que intercedam junto a Nosso Senhor por vós.[184]

São Luís era especialmente devoto de três santos: Santa Genoveva, a intrépida virgem do século V; São Dionísio (*Saint Denis*), mártir e primeiro bispo de Paris; e o apóstolo São Tiago Maior. Estava cada um dos três santos ligado à sua família, à sua vocação e ao seu reino. A devoção a São Tiago, o *Santiago* dos espanhóis, fora transmitida por sua mãe, e era ao mesmo tempo um símbolo da Reconquista Ibérica contra o islã, um símbolo de cruzada. Já Santa Genoveva era a padroeira de Paris, enquanto São Dionísio, padroeiro da França.[185]

A devoção pessoal de São Luís e as exigências de sua dignidade real conjugavam-se anualmente em 9 de outubro, festa de São Dionísio, patrono dos reis. São Luís participava de todas as fases da celebração, no que era acompanhado pelo seu filho mais velho, o príncipe Luís, e, depois da morte dele, pelo príncipe Filipe (isso demonstra o caráter dinástico e nacional daquela cerimônia). Passava a véspera da festa em vigília com os cônegos de Saint-Denis; em seguida, acompanhado por seus clérigos e capelães vestidos com os mais belos paramentos, cantava as matinas com os monges da abadia e ia com eles em procissão até as relíquias de São Dionísio, e permanecia em oração até o nascer do sol. Após a missa, ia ao altar do santo, onde rezava por um longo tempo; depois, respeitosamente, depositava sua oferta anual de quatro *bezants* de ouro, beijava piedosamente o altar e se retirava.[186]

Era devoto tanto das relíquias da Paixão quanto das relíquias dos santos, que também procurava ter consigo. Solicitou do abade de Saint-Maurice, na Borgonha, que lhe enviasse algumas relíquias de São Maurício e de dez de seus companheiros, militares romanos martirizados no século III. O rei foi atendido e recebeu as relíquias com grande pompa

---

184 Saint-Pathus, cap. 8, §§10-11.

185 *Ibid.*, cap. 13, §§7-8.

186 *Ibid.*, cap. 5, §§7-9.

Digitalizado com CamScanner

em Senlis. Realizou-se uma bela procissão, com o rei, à frente, carregando a relíquia de São Maurício; atrás, dez cavaleiros portavam as relíquias dos "dez cavaleiros de Jesus Cristo".[187]

Cuidadoso com as imagens sagradas, São Luís julgava inadequado que novas imagens da crucifixão, da Santíssima Virgem e dos santos fossem postas nas igrejas para veneração sem nenhuma benção. Assim, fez com que se publicasse uma antiga oração destinada à benção das novas imagens antes de sua exposição, empregando um rito preliminar e ainda mais solene de bênçãos para imagens de sua capela.[188]

Rei guerreiro, cruzado, cavaleiro, São Luís bem via a Igreja Católica como um exército, uma milícia apostólica em ordem de batalha lutando pela Cristandade e pela salvação das almas. Compreendia a natureza da guerra que travava e sabia que a verdadeira batalha era a entre os cristãos e as potências infernais, desejosas de precipitar os homens no abismo. Decidido a sair vitorioso deste grande combate que ultrapassa os séculos, quis ter ao seu lado aqueles campeões que já venceram na terra e que nos auxiliam em nossas próprias lutas enquanto ainda peregrinamos. Por intercessão deles, em especial da Santíssima Virgem, Deus proporcionou a São Luís a vitória contra os inimigos de sua alma, fazendo sempre prevalecer nele o espírito da fé na qual foi batizado, a mesma fé que os santos, um dia, professaram.

11. Alimentado na verdade: os sermões, as conversas e as leituras espirituais

São Luís fez parte de um ambiente intelectual excepcional. Na sua época, os grandes mestres da escolástica escreviam e pregavam, a universidade de Paris e tantas outras desabrochavam, e a humanidade ocidental vivenciava um florescimento cultural e espiritual sem paralelos,

187 *Ibid.*, cap. 13, §10.

188 Beaulieu, cap. 36, §3.

conhecido como o "renascimento do século XII", que dava, naquele efervescente século XIII, seus maiores frutos.[189] Como ardoroso amante da verdade, São Luís quis beber da fonte dessa renovação. Buscava ter junto de si os religiosos mais instruídos e os grandes intelectuais para ouvi-los, aprender deles e crescer na adesão à verdade. Com efeito, relata Saint-Pathus que "os dias em que podia esquecer o esplendor necessário para sua posição" e cercar-se destes instruídos religiosos "estavam entre os mais felizes de sua vida."[190]

Diz o mesmo cronista que "o piedoso rei ouvia com frequência e alegria a palavra de Deus todos os domingos, nos dias de festa e, sempre que possível, nos outros dias" e que "se pudesse obter religiosos habituados a pregar a palavra, ele os fazia pregar em sua presença". Enquanto ouvia os sermões, São Luís não se punha no lugar elevado reservado ao rei, mas no chão, sentado num pouco de palha como o último dos fiéis.[191] Ia frequentemente à sua querida Abadia de Royaumont unir-se aos religiosos no momento das aulas e "como um monge, sentava-se aos pés do mestre que dava a aula e o escutava diligentemente":

> sentava-se em uma lajota de terra diante do mestre que lia na cátedra e o escutava com diligência. Os frades que estavam sentados em cadeiras altas queriam descer para se sentar na terra com ele, mas ele não permitia. No refeitório dos pregadores de Compiègne, ele subia ao estrado de leitura e ficava ao lado do frade que lia o texto, ouvindo-o atentamente.[192]

O santo rei ouvia sermões com tamanha frequência e atenção que, quando o agradavam e alimentavam espiritualmente, conseguia lembrar-se deles com a precisão necessária para repeti-los com exatidão aos outros.

189 Ver Capítulo 1.7: "*Renascimento cultural e vitalidade civilizacional*".

190 Saint-Pathus, cap. 10, §7.

191 *Ibid.*, cap. 14, §§14-16.

192 *Ibid.*, cap. 6, §3.

Digitalizado com CamScanner

Mesmo na viagem de volta da Terra Santa, ele queria que sermões fossem pregados em sua presença ao menos três vezes por semana no navio.[193]

Um dos pregadores que São Luís mais gostava de ouvir era Robert de Sorbon (1201-1274), padre de origem camponesa que foi ordenado em 1251 e tornou-se um dos capelães do rei em 1258, convertendo-se, ademais, em um de seus amigos mais próximos.[194] Graças a essa ligação com o rei, o padre Robert contou com o apoio da coroa e da Igreja em sua empreitada pedagógica, destinada a converter-se em uma das mais prestigiadas universidades do mundo — e que receberia seu nome —, a *Sorbonne*. São Luís era ainda grande amigo e admirador do venerável Humberto de Romans, quinto mestre-geral da Ordem Dominicana, a quem escolheu para batizar seu décimo filho, o príncipe Roberto, em 1256.[195]

Outros grandes pregadores da época foram muito queridos pelo santo rei e se dedicaram a instruí-lo sobre as coisas de Deus. Entre eles estão os dois que a história consagraria como os grandes doutores escolásticos: o Doutor Angélico, frei Tomás de Aquino; e o Doutor Seráfico, frei Boaventura de Bagnoregio. A ligação entre São Luís, São Boaventura e Santo Tomás era tão forte que o padre Rohrbacher não hesita em pintá-los como um trio, e o rei como o elo entre o franciscano e o dominicano.[196]

São Luís convidava com frequência Santo Tomás de Aquino (1225-1274) para pregar e para tomar as refeições em sua companhia.[197] Tinha o frade em altíssima conta e consultava-o até mesmo nas decisões de governo.[198] Sobreviveu uma anedota que bem demonstra a união de espírito, a comunhão de almas entre esses dois homens que tinham

193 Beaulieu, cap. 23, §1.

194 Hergenröther, t. III, c. 311, p. 254.

195 Rohrbacher, t. XVII, L. 72, p. 500.

196 *Ibid.*, t. XVIII, L. 74, p. 513.

197 *Ibid.*, t. XVIII, L. 74, p. 503.

198 Hergenröther, t. III, c. 345, p. 316.

Digitalizado com CamScanner

vocações diversas, mas viviam igualmente a serviço da verdade: certo dia, Tomás ceava com Luís no palácio real de Paris, e permanecera muito silencioso durante a refeição. Repentinamente, dando um murro na mesa, o frade exclamou: "Encontrei um argumento concludente contra os maniqueus!", ou seja, contra os cátaros, cujas heresias ainda estavam vivas no sul da França e norte da Itália. G. K. Chesterton, em sua biografia do santo doutor, comenta espirituosamente o espanto que aquilo deve ter causado: "a atitude de frei Tomás arrepiou toda a corte, como se naquele momento o gordo frade da Itália acabasse de atirar um prato contra o rei Luís ou de mandar a sua coroa às favas", afinal, "o palácio de um rei, mesmo quando é o palácio de um santo, tem suas convenções."[199] Sem se espantar, São Luís sorriu e chamou seus escribas para que Santo Tomás lhes ditasse imediatamente o tão decisivo argumento, para que este não se perdesse.

O frade franciscano São Boaventura (†1274) lecionava na Universidade de Paris, onde ocupou a cátedra franciscana a partir de 1253 e doutorou-se em 1257. Gozava da estima de São Luís, que solicitava suas pregações constantemente — temos notícia de dezenove — para si, sua família e seus íntimos na *Sainte-Chapelle*. A São Boaventura o santo rei pediu que compusesse para uso particular um ofício dedicado à Paixão de Cristo,[200] e frequentemente o consultava sobre temas teológicos e lhe pedia orientações espirituais e doutrinárias para aprofundar-se no conhecimento do dogma. Um desses colóquios entre o rei e o frade italiano ficou registrado: "Que é que o homem deveria preferir, se pudesse escolher: absolutamente não existir ou existir para ser condenado aos tormentos eternos?", perguntou o rei. "Meu senhor, essa questão supõe dois pontos", respondeu Boaventura. "De um lado, a ofensa perpétua a Deus, sem a qual o juiz supremo não infringiria um castigo eterno, e, de outro, um sofrimento sem fim. Como ninguém poderia

199 Chesterton, p. 84-88.
200 Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, p. 509.

Digitalizado com CamScanner

aceitar permanecer em estado de hostilidade perpétua com Deus, penso que seria melhor escolher não existir". E São Luís acrescentou, voltando-se para os ouvintes: "Estou com a decisão de meu irmão Boaventura e vos asseguro que amaria mil vezes mais ser reduzido ao nada do que viver eternamente neste mundo, ainda que aqui desfrutando da realeza toda poderosa, ofendendo meu Criador".[201]

São Luís impressionava quem o cercava por seu rígido cuidado em se instruir nos assuntos da fé e pelo seu zelo fervoroso na leitura de obras espirituais. Buscava ocupar seu tempo livre com a "santa instrução da verdade", diz Saint-Pathus, "ao invés de perder tempo com coisas inúteis ou perguntas curiosas sobre este mundo":

> Banindo todas as ocupações ociosas e fúteis, o piedoso rei Luís preferia passar seu tempo lendo as Sagradas Escrituras. Ele tinha uma Bíblia com numerosas glosas, as obras de Santo Agostinho, dos doutores e dos Padres da Igreja. Lia-se para ele depois do jantar, no momento em que estava descansando, quando não tinha assuntos urgentes. Nestes momentos, ele gostava de ter consigo religiosos ou personagens sérios com os quais se entretinha a respeito de Deus e de seus santos. À noite, após o ofício de completas, iluminava-se sua câmara com uma vela de cerca de três pés, e enquanto ela durava ele lia um santo livro. [...] E, quando era possível ter pessoas de respeito com ele à mesa, recebia-as com alegria, a saber, homens de religião ou mesmo seculares, aos quais falava de Deus à mesa, à imitação do exemplo dos conventos em que se lê enquanto os frades estão reunidos à mesa.[202]

São Luís reconhecia a importância das ciências sagradas para a salvação das almas e, após seu retorno da cruzada, dedicou-se a crescer no conhecimento e propiciá-lo aos outros. Sabendo que um sultão havia montado uma ampla biblioteca com muitas cópias de livros para que seus eruditos tivessem acesso rápido quando precisassem, o santo rei

---

201 Le Goff, 2010, 2ª parte, cap. IV, p. 322 e 3ª parte, cap. VII, p. 663.

202 Saint-Pathus, cap. 6, §§1-2.

Digitalizado com CamScanner

perguntou-se: "Por que os filhos das trevas são cada vez mais perspicazes do que os filhos da luz? Por que eles são mais zelosos em espalhar seus erros do que os outros em espalhar a fé cristã?" E sem mais refletir, dedicou-se a construir uma grande biblioteca junto da *Sainte-Chapelle*, na qual reuniu os originais de Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Jerônimo, São Gregório Magno e dos outros doutores.[203] Outrossim, encarregou um dos maiores intelectuais de seu tempo, o frei Vincent de Beauvais (1190-1264), de escrever a *Speculum Maius*, uma vasta enciclopédia que reunia todos os conhecimentos adquiridos pela humanidade até então para usá-los na luta apologética contra as mentiras dos judeus, pagãos, hereges e muçulmanos. Para preencher sua biblioteca, mandou copiar todos os livros das Sagradas Escrituras e textos de autores ortodoxos que pudesse encontrar nos mosteiros. Preferia, com efeito, copiá-los ao invés de comprá-los, para assim aumentar o número de livros e facilitar futuras pesquisas.[204]

Gostava de passar o tempo livre estudando tais obras na biblioteca, sobretudo entre a soneca da tarde e as vésperas, preferindo ler escritos de santos e de doutores aprovados pela Igreja a obras de meros sábios. Permitia que outros tivessem pleno acesso aos seus livros e, se porventura algum companheiro de estudo não soubesse latim, o próprio rei traduzia-lhe para o francês o trecho de interesse, imediatamente e de modo perfeito.[205]

Sem ser um intelectual, São Luís tinha um conhecimento vastíssimo, sobretudo de Santo Agostinho, que conhecia tão bem a ponto de apontar citações erradas feitas por religiosos ou precisar algum ponto da doutrina.[206] Certa vez, no decurso de um sermão, um pregador

---

203 *Ibid.*, cap. 6, §4.

204 Beaulieu, cap. 23, §2. São Luís, em testamento, deixou parte desses livros para os franciscanos, parte para os dominicanos e parte para os cistercienses de Royaumont (Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, p. 525-526).

205 Beaulieu, cap. 23, §2. Saint-Pathus, cap. 7, §4.

206 Bordonove, parte II, cap. 3, p. 54.

foi contraditado com a afirmação de que, no momento da Paixão, os Apóstolos abandonaram apenas o corpo de Jesus, e não o espírito e o corpo, como se tinha pregado. Luís levantou-se imediatamente e mandou trazer o comentário de Santo Agostinho ao Evangelho de São João, demonstrando o erro da contradita com a leitura deste trecho do Doutor da Graça: "*Fugerunt, relicto eo corde et corpore*", "fugiram, abandonando o seu coração e seu corpo".[207]

E assim, alimentado pelo dogma, São Luís pôde orientar sua vida espiritual na sólida rocha da verdade cristã, assentando sua vida contemplativa na verdade, sem a qual não há progresso no amor. Ele sabia que a busca por Deus exige adesão à verdade revelada na doutrina sempiterna da Igreja Católica, em cuja fé encontrava a plena realização de sua vida.

12. Sainte-Chapelle: alma de São Luís

O amor irradiante de São Luís por Deus preenchia todo o seu cotidiano, manifestando-se tanto interior quanto exteriormente em uma sucessão de atos piedosos e gestos de devoção públicos e privados, tanto nas solenidades quanto nos dias comuns. Tudo quanto remetesse a Deus e ao seu destino eterno, São Luís abraçava com um fervor que os cronistas têm dificuldade de descrever, consagrando os menores e os maiores atos de sua existência às coisas sagradas. Seu capelão, Guilherme de Chartres, deixou-nos um precioso relato de uma manhã comum do santo rei, e dos atos de devoção que praticava antes de tratar dos assuntos reais:

> Depois de serem cantadas as matinas em sua presença antes do amanhecer, como deveria ser, permanecia sozinho realizando uma breve oração silenciosa em seu quarto, e recitava os salmos com atenta devoção juntamente com seu capelão. Depois de pouco tempo, sem

207 Bénouville, cap. I, p. 34.

> voltar para a cama ou dormir, por volta da hora do nascer do sol, com os pés descalços e trajes simples e com apenas alguns companheiros, caminhava pelas ruas de paralelepípedos da cidade ou vilarejo em que se encontrava, entrando nas igrejas e rezando. Seu esmoler vinha atrás dele distribuindo esmolas aos pobres e o próprio rei entregava dinheiro com as próprias mãos. Ele voltava para casa completamente desgastado, mas ainda cheio de devoção, e ouvia um sermão público em que toda a história da Paixão de Nosso Senhor era proclamada ao povo reunido, depois do qual a missa era celebrada com toda devoção e solenidade. Em verdade, não é fácil descrever o quão humilde e reverente era em sua adoração à cruz. Deixando o lugar em que estava, descalço, com a cabeça descoberta e o pescoço nu, vestido humildemente como se fosse o mais pobre dos forasteiros, vinha de joelhos, seguido por seus filhos vestidos como ele, e humildemente adorava a cruz de Nosso Senhor, o que levava a maioria dos espectadores às lágrimas. Cumprindo tudo isso, só então, o rei mais cristão se alimentava com sua mui pequena refeição de pão e água. Vide como nosso piedoso rei, a partir da meia-noite, passava o dia inteiro em muitas vigílias, trabalhos, no jejum e na forme, no louvor e na oração. Como ele se esforçou para dedicar o resto de sua vida ao serviço divino e às obras piedosas para que pudesse dar às pessoas, grandes e pequenas, o verdadeiro espelho e imagem de pura e sagrada virtude.[208]

Não é em vão que Bordonove compara a santidade de São Luís a este edifício no qual, mesmo passados oceanos de tempo, pode-se perceber viva e impressa na pedra e no vidro a alma de São Luís. Trata-se, com efeito, da capela que ele construiu entre 1240 e 1248 para abrigar a Coroa de Espinhos e as outras relíquias da Paixão. A Providência a preservou de pé até hoje, pois por pouco não foi demolida pelos revolucionários de 1789. Ergue-se no centro de Paris, no céu da *Île de la Cité*, a poucas quadras

208 Chartres, cap. 5.

de Notre-Dame, junto dos resquícios do que um dia foi o palácio medieval dos reis da França, o *Palais de la Cité*.

Vista exteriormente, a *Sainte-Chapelle* parece uma catedral gótica do século XIII em miniatura, mas o fato de chamar-se "capela" não nos deve enganar: mede 36 metros de comprimento, 17 de metros de largura e 42,5 metros de altura. Seu interior é dividido em dois ambientes: uma capela dita "baixa" e uma dita "alta".

A capela baixa (*chapelle basse*), dedicada a Nossa Senhora, apesar de geralmente negligenciada em face da que lhe encima, em nada perde em graça e significado. É acessada por um pórtico dividido por uma coluna, na qual está esculpida uma bela estátua da Virgem com o Menino, acima da qual há uma representação da coroação de Nossa Senhora por Cristo. O interior da capela baixa impressiona pela delicadeza de sua composição, tanto elegante quanto impressionante, e é dominado pelo azul, o vermelho e o dourado: azul da casa real francesa, que representa o céu dos eleitos; vermelho da casa real castelhana, da qual São Luís era membro por parte de mãe; e o dourado próprio da realeza e da majestade divina. A capela baixa é composta por arcos ogivais sustentados por colunas em cuja base estão esculpidos centenas de castelos de Castela sob fundo vermelho. À medida que se distanciam do solo as colunas tornam-se douradas e se ramificam em quatro para formarem arcos ogivais que se encontram, sustentando o edifício, em um teto azul salpicado de flores-de-lis e margeado por um belo tom de vermelho ardente. Vitrais iluminam a lateral direita da nave, que conduz a uma abside onde está hoje uma estátua medieval representando São Luís.

Se a capela baixa era dedicada ao uso dos cortesãos, servos e soldados do palácio, a capela alta (*chapelle haute*), onde ficavam as Sagradas Relíquias, era reservada à família real e a seus convidados. Hoje ela é acessível por duas escadas de caracol que sobem da capela baixa, mas no tempo de São Luís havia um corredor que a ligava diretamente aos aposentos reais. As paredes da capela alta são essencialmente de vidro,

Digitalizado com CamScanner

e o que a sustenta são arcobotantes exteriores. Seus esplêndidos vitrais fundidos nos ateliês de Chartres, dotados cada um de 15,35 metros de altura e 4,70 metros de largura, ocupando uma superfície de 750 metros quadrados e representando mil cento e treze cenas do Antigo e do Novo Testamento, iluminam misticamente o edifício com tons de azul, vermelho e dourado, formando uma "vibração cromática", diz Cassard, que "define o lugar como uma prefiguração da Jerusalém Celeste".[209] Altas colunas repletas de flores-de-lis sob fundo azul e castelos sob fundo vermelho sobem em direção ao teto até se perderem no topo em arcos ogivais dourados unidos em um teto azul que parece flutuar sobre os vitrais. O pórtico interior é dourado, e nele estão pintados o Cristo entre os anjos e passagens do Antigo Testamento, encimados pela exuberante rosácea.

Em ambos os lados da nave há estátuas dos doze apóstolos e, do lado esquerdo, há um nicho azul e dourado com flores-de-lis, onde São Luís costumava ficar. O altar ostenta um baldaquino dourado onde ficava um precioso relicário encomendado pelo santo rei para guardar as relíquias da Paixão, e que era ornamentado de ouro, prata e pedras preciosas.[210]

Na *Sainte-Chapelle*, que é o maior legado material deixado por São Luís, encontra-se preservada a mais significativa expressão de sua alma. Para compreendê-lo, constatemos uma aparente contradição no próprio edifício: no pórtico exterior da capela alta existem, talhadas na pedra, belíssimas esculturas retratando a realeza de Cristo — no topo vê-se Cristo cercado de anjos e santos, separando os justos dos réprobos no Juízo Final, enquanto abaixo há uma impressionante escultura d'Ele como *Salvator Mundi*, segurando o globo terrestre com a mão esquerda e

---

209 Cassard, parte I, cap. X, p. 535.

210 Para guardar o relicário, São Luís nomeou um grupo de cônegos que deveriam rezar contínua e perpetuamente o Ofício Divino ante as relíquias (Beaulieu, cap. 24, §2), e obteve permissão para lá celebrar três solenidades anuais em honra daquelas (Saint-Pathus, cap. 5, §5).

Digitalizado com CamScanner

abençoando o mundo com a direta. Ora, tais representações majestáticas de Cristo não contrastam com a razão pela qual a *Sainte-Chapelle* foi construída, qual seja, para guardar os objetos que um dia foram instrumentos de escárnio, humilhação e sofrimento do mesmo Cristo ali representado em glória?

Nessa aparente contradição entre a glória arquitetônica e os objetos desprovidos de valor humano — e que foram instrumentos de tortura e zombaria — que o edifício foi construído para guardar, encontramos o traço mais profundo do espírito de São Luís. Entenda-se: é um Cristo humilhado, chagado, renegado, torturado e crucificado que o santo rei venerava naquelas relíquias, mas este mesmo Cristo é... o Rei do Universo. É este paradoxo essencial à fé cristã — compreensível apenas àqueles a quem é dado penetrar na natureza do amor do Deus que, descendo do céu, sofreu e padeceu pela humanidade — que São Luís quis imprimir na *Sainte-Chapelle*, e que estava impresso em sua alma.

É naquela aparente contradição que Luís IX da França viveu: sendo ele próprio rei na terra — e sem renunciar a sê-lo —, fez de sua vida e de seu reinado instrumentos da realeza do Cristo Redentor, do *Salvator Mundi* esculpido no pórtico da capela alta, imitando-o em seu sofrimento. E naquele jogo de cores da *Sainte-Chapelle*, que alterna essencialmente o azul e o vermelho, há mais do que referências dinásticas. Não é, afinal, o vermelho castelhano a cor de sangue, sangue que Cristo derramou para reabrir aos homens as portas do Céu? E o azul dos reis da França não representa este mesmo Céu repleto de flores-de-lis, cada qual uma alma resgatada por aquele mesmo sangue?

> A *Sainte-Chapelle* tem a função de um relicário gigante, todo de pedra e de vidro. A luz que atravessa os vitrais e ganha cores, faz parecer o ambiente irreal, criando uma ambiência onde se mistura a arte mais delicada à espiritualidade mais elevada. Esquecem-se os sólidos contrafortes, a robusteza do pórtico, os pesos desses blocos empilhados

> uns sobre os outros, para nada ver a não ser como que essa oração cintilante, nada mais perceber a não ser esse voo místico. Aqui, o pensamento se descola do mundo mineral, da matéria sólida para atirar-se ao céu. Ela não suprime a pedra: ela a ilumina, a incorpora, como a carne se agrega à alma e participa do êxtase. Não nos enganemos! Não é porque às flores-de-lis se alternam os castelos de Castela nas paredes que São Luís está presente nesta capela. É porque esta é a sua alma mesma, seus élans em direção ao céu e sua floração misteriosa.[211]

O Papa Inocêncio IV disse, ainda em vida de São Luís, que Cristo o havia simbolicamente coroado com sua própria coroa. Algo de mais verdadeiro um pontífice disse a respeito de um santo? É, com efeito, difícil encontrar uma representação de São Luís — estátua, pintura ou vitral — sem que ele esteja com a Coroa de Espinhos nas mãos. Mas ela está associada à sua memória não somente por ele ter adquirido a santa relíquia, mas por ele ter vivido o verdadeiro mistério da Coroa de Espinhos: coroa como símbolo da realeza e espinhos como símbolo de sacrifício. Era esse o modelo de vida de São Luís! Compreendeu que a realeza de Cristo sobre o homem, a ser manifestada em glória no Juízo Final, foi conquistada através do humilhante e doloroso sacrifício da Cruz. Na Cruz, na Paixão, no sacrifício de Cristo — entendeu São Luís — está a verdadeira glória, a verdadeira realeza, a verdadeira coroa. Ah! Se pudéssemos exprimir em palavras o quanto essas verdades se imprimiram no coração de São Luís! Sua vida, sua conduta, suas palavras, seu governo são a realização dessas verdades!

É por isso, em suma, que só compreende aquela capela quem compreende a alma de São Luís: gloriosa artisticamente, humilde pelos objetos que guardava, essa é a *Sainte-Chapelle*. E essa é a realeza de São Luís: um rei glorioso e potentado exteriormente, e pobre, desapegado e sofrido interiormente. São Luís é o rei da Coroa de Espinhos porque sabe que só há reinado de Cristo nas almas e nas nações se há uma entrega completa

---

211 Bordonove, parte III, cap. 3, p. 121-122.

Digitalizado com CamScanner

dos cristãos — e dos reis cristãos — aos sofrimentos que o mesmo Cristo abraçou para reinar sobre a humanidade.

Na *Sainte-Chapelle* está o retrato de São Luís, sem que o encardido do tempo lhe tirasse a primeira expressão. Para compreendê-lo basta-nos imaginá-lo ali, naquele século remoto, no nicho esquerdo da capela alta, sob a luz de velas, no frio de inverno da madrugada parisiense, prostrado diante do altar, adorando como "um anjo diante do Altíssimo",[212] e, "com toda sua alma", diz Bénouville, "clamando pelo sacrifício total".[213]

13. A chama viva de amor

São Luís tinha plena confiança de que não pertencia a este mundo e de que, apesar de aqui ser rei da França, sua verdadeira pátria era a Jerusalém Celeste. Orientando sua vida para alcançar o lugar que Cristo lhe havia preparado, diz Daniel-Rops, "raras vezes um homem viveu na terra com uma convicção tão firme de em breve pertencer ao céu".[214] Ele não duvidava de que Deus o aguardava em sua morada eterna e confiava que, como dissera o bispo Guilherme de Paris em sua presença, "ninguém pode pecar tanto que Deus não lhe possa perdoar".[215] Em São Luís, escreve Bénouville

> o outro mundo é a todo instante pressentido e como que encontrado, graças à oração incessante, à ansiosa meditação de uma alma enamorada de Deus realmente presente nela; graças ainda a todas as ações que o rei multiplica e que, todas elas perecem referir-se, para além das

212 Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 157.
213 Bénouville, cap. IV, p. 137-138.
214 Daniel-Rops, t. 3, p. 325.
215 Joinville, parte I, §46.

Digitalizado com CamScanner

aparências, à pátria de inesgotável luz de onde se diria que recebem as irradiantes qualidades.[216]

A religião de São Luís não era uma religião de medo, diz Le Goff,[217] e se a virtude do temor a Deus fazia o rei colocar-se diante do Altíssimo como um vassalo perante seu suserano, a virtude da caridade o animava a lançar-se com confiança no coração todo amoroso de Cristo.

Ao final desse capítulo, perguntemos outra vez: qual era o caminho de perfeição de São Luís? Olhemo-lo prostrado na *Sainte-Chapelle* diante das relíquias da Paixão, abraçado à cruz, unido às ardentes orações do Coração de Jesus. Aí está estampado o seu caminho de amor, o amor ao Crucificado manifestado e acrescido na oração perpétua, que unia Luís ao seu Senhor, que os tornava um só no compartilhamento das dores da Paixão, da crucifixão e da coroação de espinhos. E o que, em suma, movia Luís a uma vida tão abnegada e repleta de sacrifícios? O que o fazia ter os olhos fitos no Céu e esperar pela Vida Eterna sacrificando os confortos terrenos? Era a caridade, o amor sem reservas a Deus: "Este santo homem amou a Deus de todo o seu coração", são as palavras com as quais Joinville, após a apresentação de seu escrito, abre a narrativa sobre a vida de São Luís.[218] "Em todos os momentos ele insistentemente ensinou que Deus deve ser amado acima de tudo e com amor ilimitado",[219] escreveu Saint-Pathus. Ao seu filho Filipe, São Luís disse: "Filho dileto, começo por querer ensinar-vos a amar o Senhor, vosso Deus, com todo o vosso coração, com todas as vossas forças; pois sem isto não há salvação."[220] E à sua filha, Isabella, recomendou:

> Primeiro deveis amar a Deus com todo o vosso coração e toda a vossa força; apartai do vosso coração todo ser, nenhum objeto merece ser

216 Bénouville, cap. III, p. 102.

217 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VII, p. 667.

218 Joinville, parte I, §20.

219 Saint-Pathus, cap. 3, §6.

220 S. Luís, *Instruções ao seu filho Filipe*, §1º

Digitalizado com CamScanner

amado e não vos é útil. Tudo o que temos a dizer-Lhe é: "Senhor, vós sois o meu Deus, não precisais do meu serviço". Ele é aquele que nos enviou seu Filho e o fez sofrer a morte para nos redimir do inferno. Querida filha, vós ganhareis tudo para o amor d'Ele; amai-O sem limites, Ele é digno disso, pois nos amou primeiro. Tentai penetrar em tudo o que Ele fez pela nossa redenção. Tende um grande desejo de agradá-Lo e evitai, com o maior cuidado, tudo aquilo que O faria sentir dor.[221]

Com quase as mesmas palavras com que São João da Cruz apresentaria a configuração da alma santa a Deus trezentos anos depois, Guilherme de Saint-Pathus descreveria a alma de São Luís: "Desde o começo de sua juventude, o piedoso rei amava a Deus com terna afeição e nunca sentiu esse amor diminuir; além disso, à medida que avançava em idade, seu fervor aumentou e o coração do piedoso rei, como um carvão incandescente, foi consumido no amor de Deus."[222]

Aquela madeira enegrecida, que era a alma de Luís enquanto mergulhada na noite dolorosa, fora enfim inflamada e aquecida pela chama viva do amor de Deus. Penetrada e transformada nesse mesmo fogo, sua alma se tornou tão formosa quanto o próprio fogo ardente do Coração de Jesus Cristo.[223]

---

221 Saint-Pathus, cap. 8, §2.

222 *Ibid.*, cap. 3, §6.

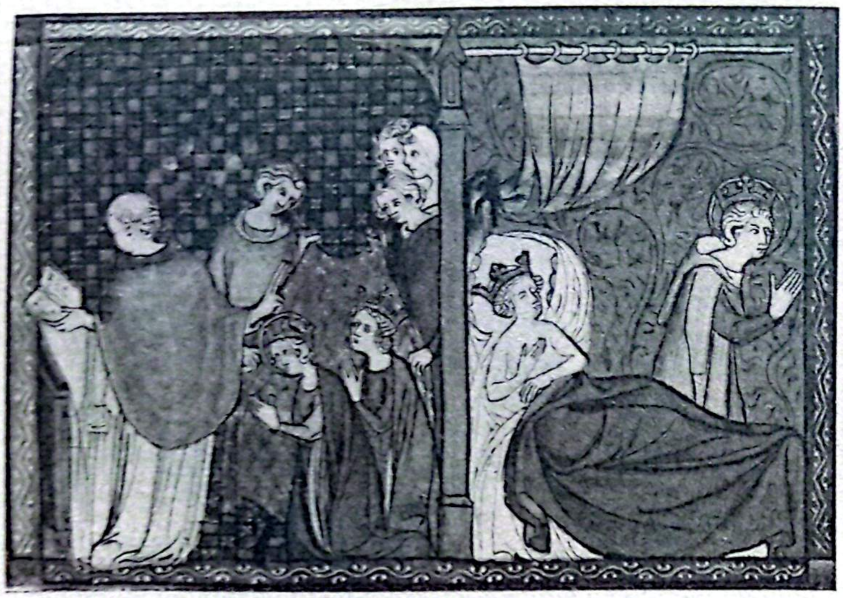
223 S. João da Cruz, *Noite escura*, parte II, cap. 10, §1º.

Rei Luís VIII, o pai

Branca de Castela, a mãe

Iluminura das *Grandes Chroniques de France*, século XIV.

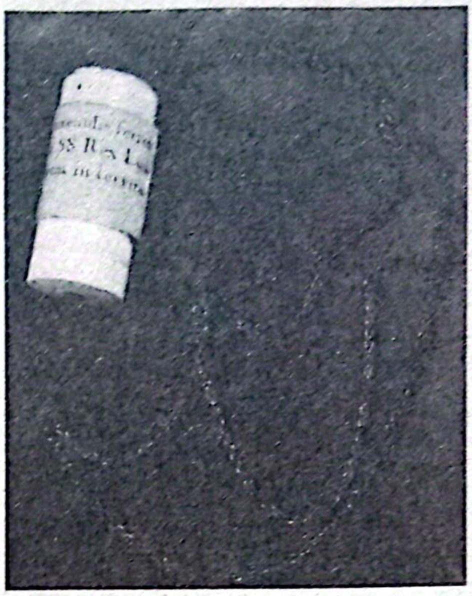
Pia na qual São Luís foi batizado na Igreja de Notre-Dame de Poissy.
A grade de ferro é do século XIX.



27 de maio de 1234. Casamento de São Luís e Margarida da Provença (à esquerda). São Luís praticando a abstinência conjugal (à direita). Iluminura de um manuscrito da crônica "*Vie et miracles de saint LouisLouis*", de Saint-Pathus. Século XIV.

Margarida da Provença.

Iluminura contemporânea de São Luís, na chamada "Bíblia de São Luís"

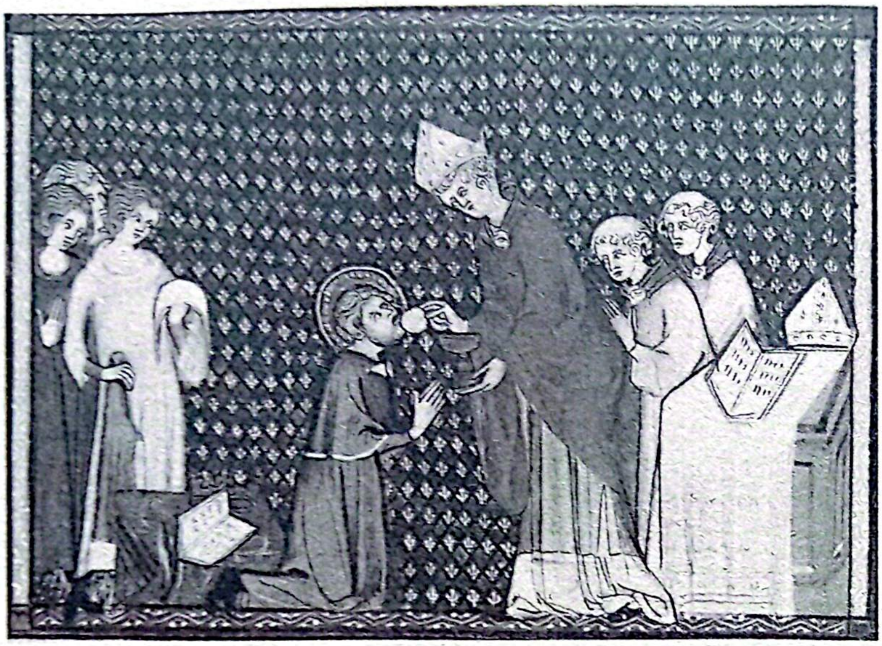


A disciplina de São Luís.
Tesouro da Catedral de Notre-Dame de Paris.

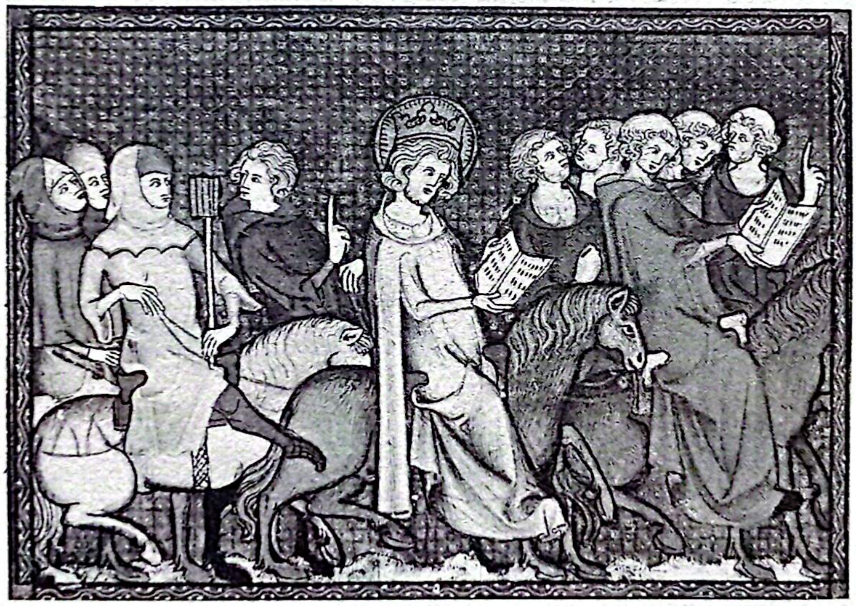
A túnica de flagelação de São Luís.
Tesouro da Catedral de Notre-Dame (removida durante o incêndio de 2019).

O cilício de São Luís.
Igreja de Saint-Aspais, Melun.

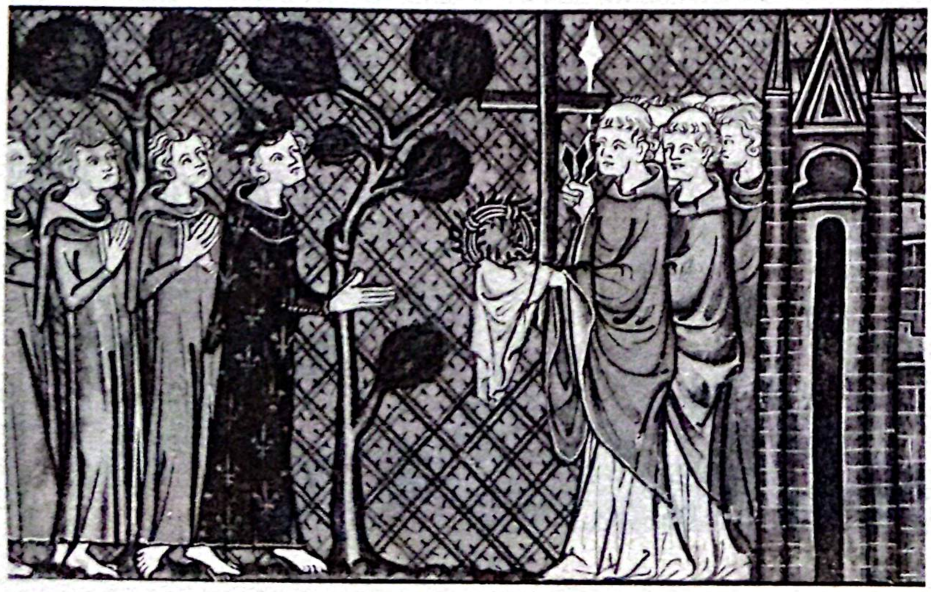
Digitalizado com CamScanner



São Luís comungando. Iluminura de um manuscrito da crônica *"Vie et miracles de saint Louis"*, de Saint-Pathus. Século XIV.

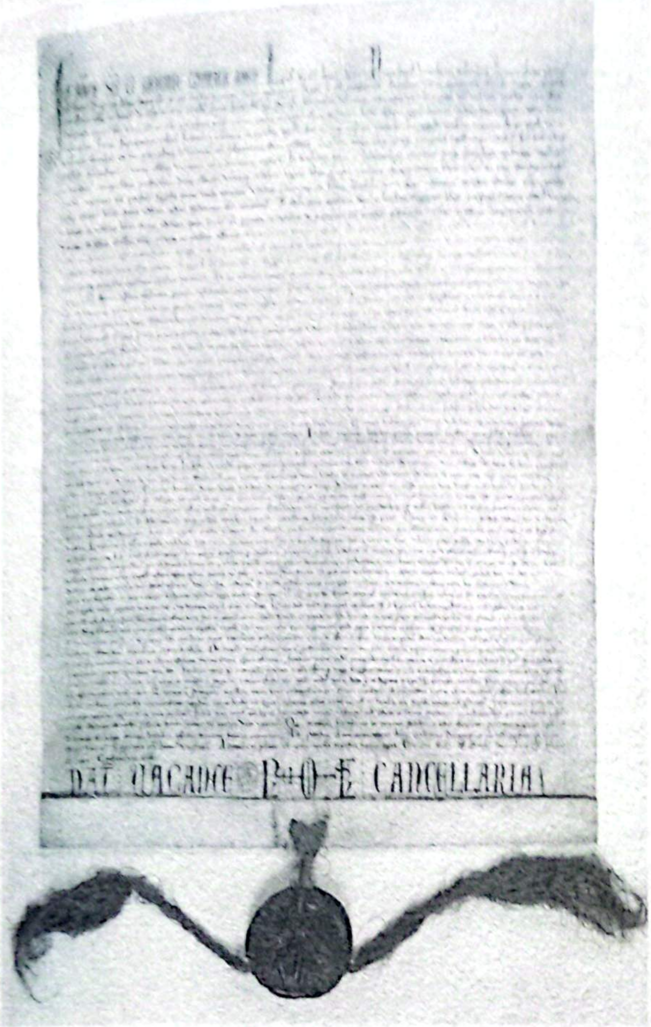


São Luís recitando o Ofício Divino enquanto viaja. Crônica de Saint-Pathus. Século XIV.



10 de agosto de 1239. São Luís recebe as relíquias da Paixão. Iluminura em manuscrito da primeira metade do século XIV.

Digitalizado com CamScanner



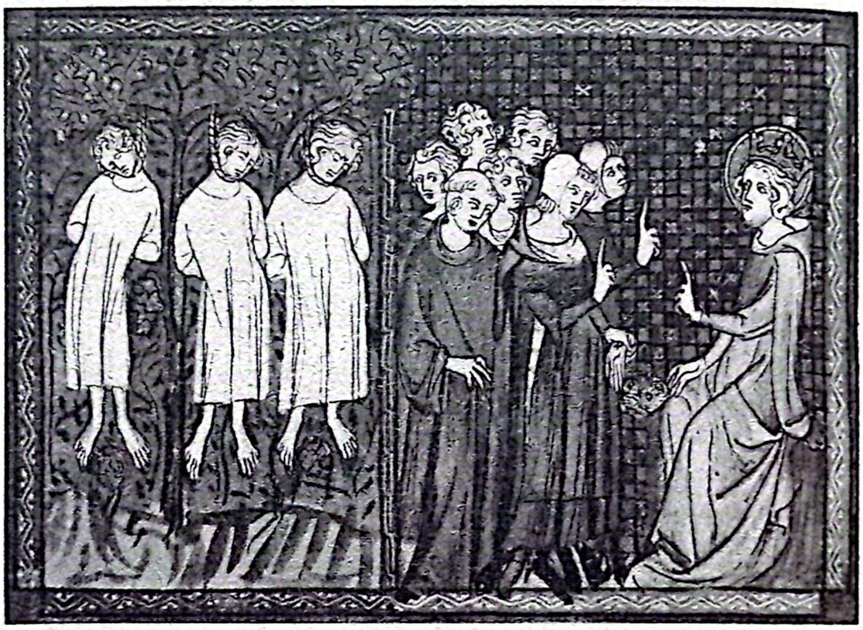
Carta de Fundação da Sainte-Chapelle, com o selo de São Luís.

Primeiro Evangeliário da Sainte-Chapelle.

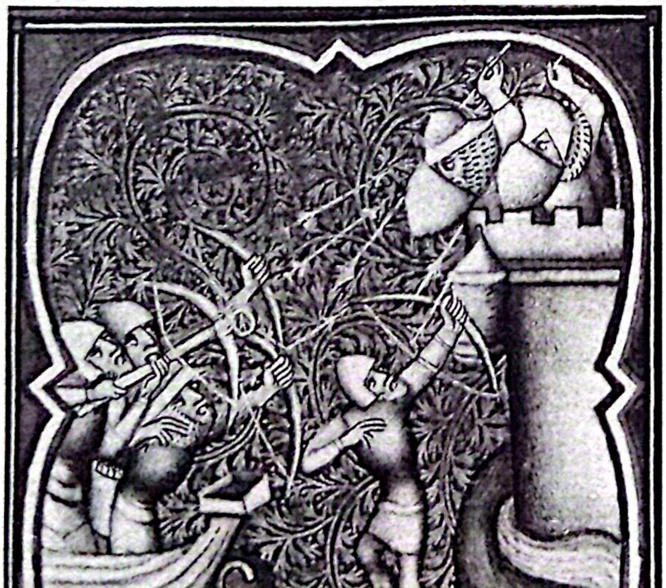
Imagem da Virgem com o Menino. Ficava na Sainte-Chapelle nos dias de São Luís.

Digitalizado com CamScanner

Escudo de ouro do tempo de São Luís. Emitido em 1270.



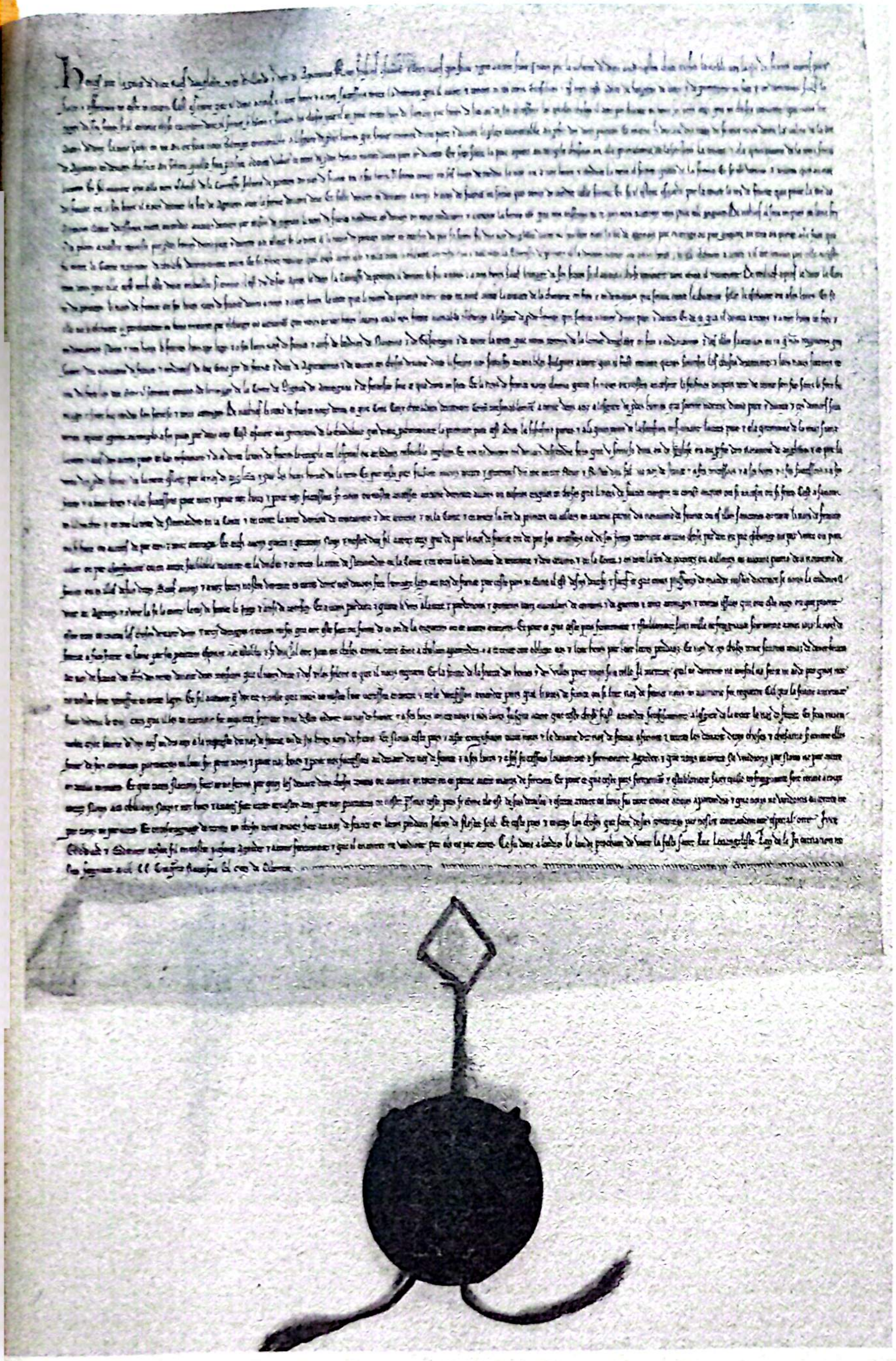
São Luís punindo Enguerrand de Coucy pelo enforcamento dos três jovens. Iluminura na mesma obra que a anterior.



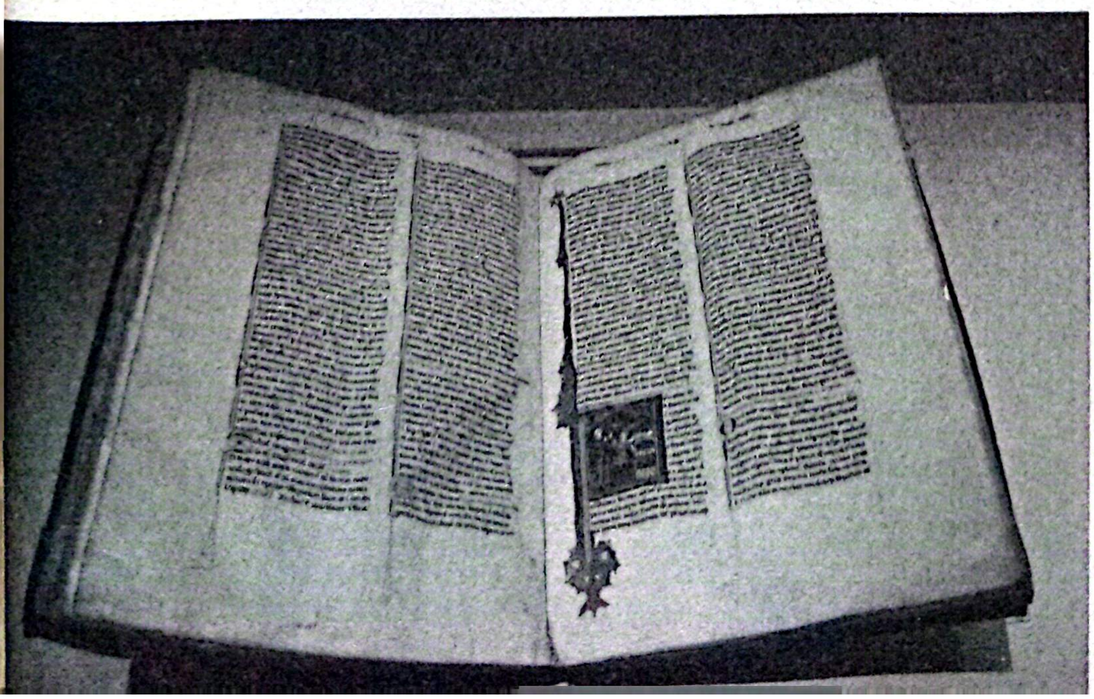
6 de junho de 1249. O cerco de Damieta. Iluminura do século XIV.

Digitalizado com CamScanner

Primeiro selo de Luís IX.

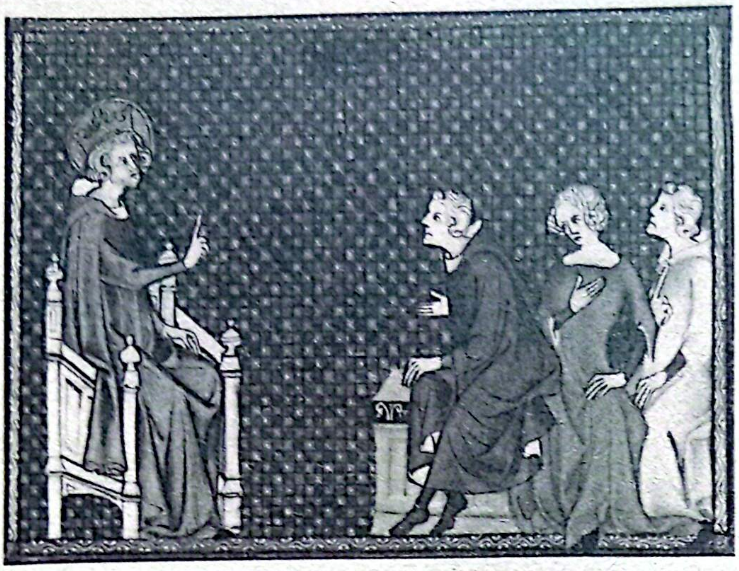


Documento original do Tratado de Paris de 1259, assinado por São Luís e por Henrique III da Inglaterra.



Exemplar original do "*Speculum naturale*", de Vincent de Beauvais.

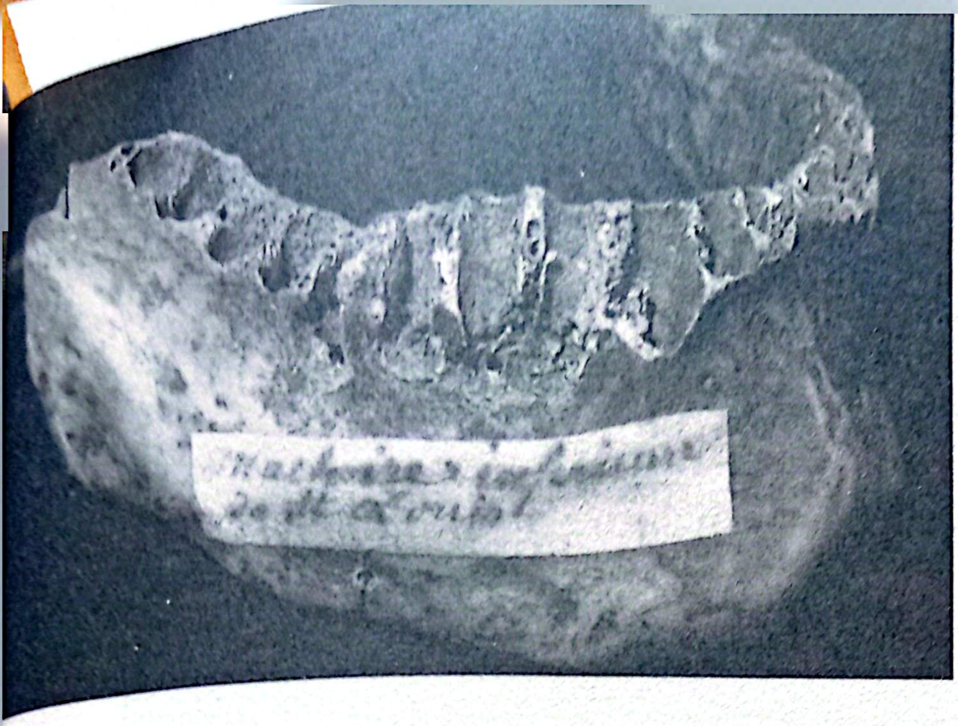
Digitalizado com CamScanner



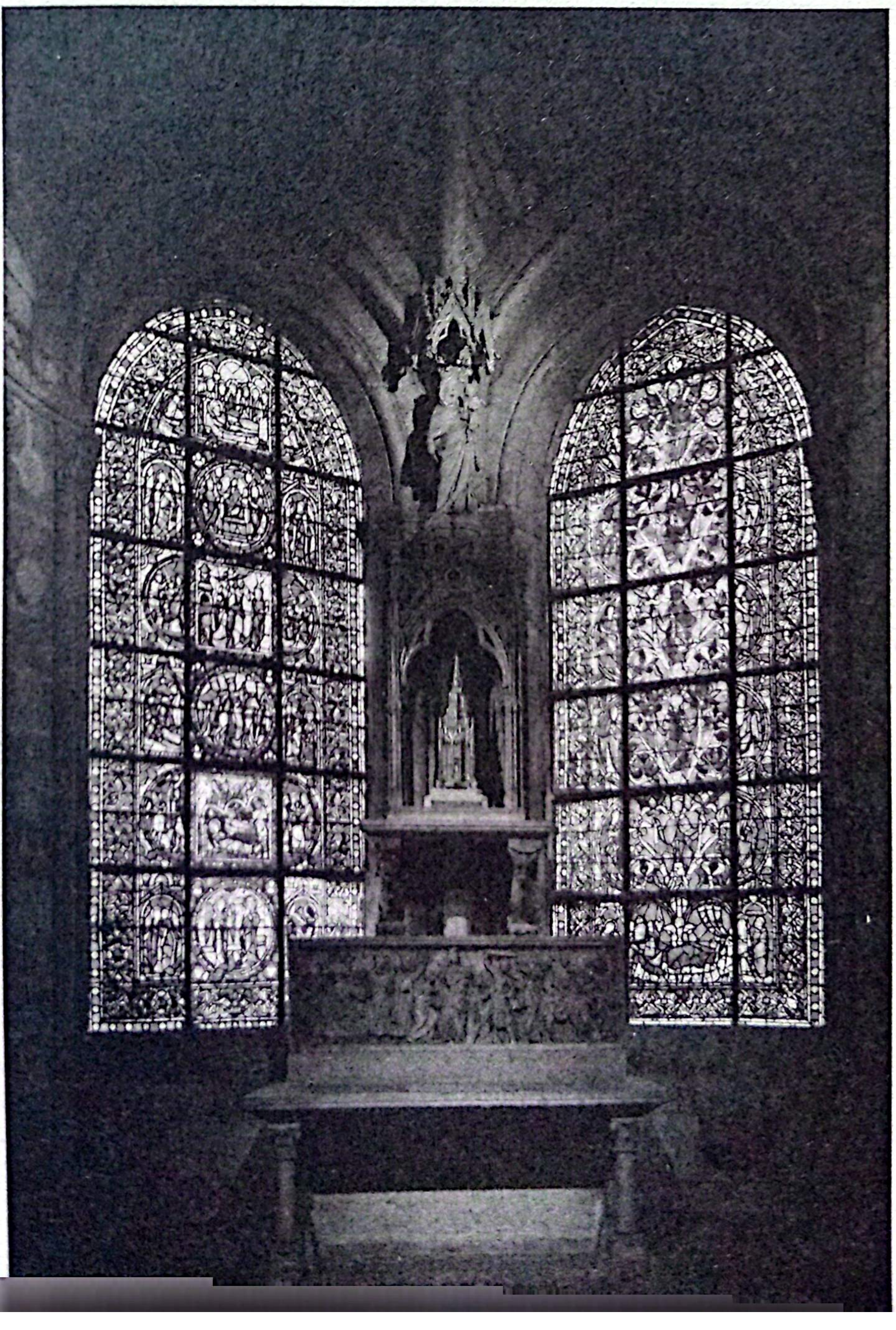
São Luís instruindo seus filhos. Iluminura de um manuscrito da crônica "*Vie et miracles de saint Louis*", de Saint-Pathus. Século XIV.

Estátua representando Isabella da França, rainha de Navarra, filha de São Luís, esculpida em ca. de 1300.

Túmulo do príncipe Luís da França, primogênito de São Luís. Esculpido a mando do santo. Originariamente na Abadia de Royaumont, atualmente na Basílica de Saint-Denis.



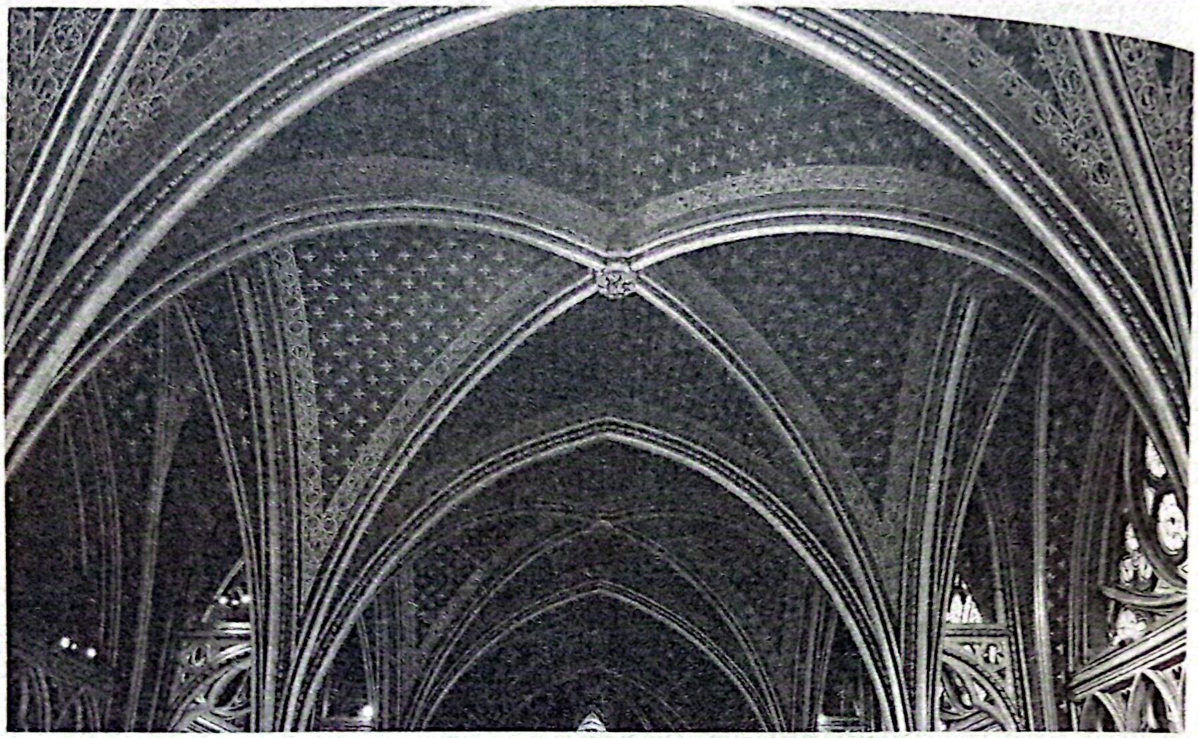
Mandíbula de São Luís.
Tesouro da Catedral de
Notre-Dame.



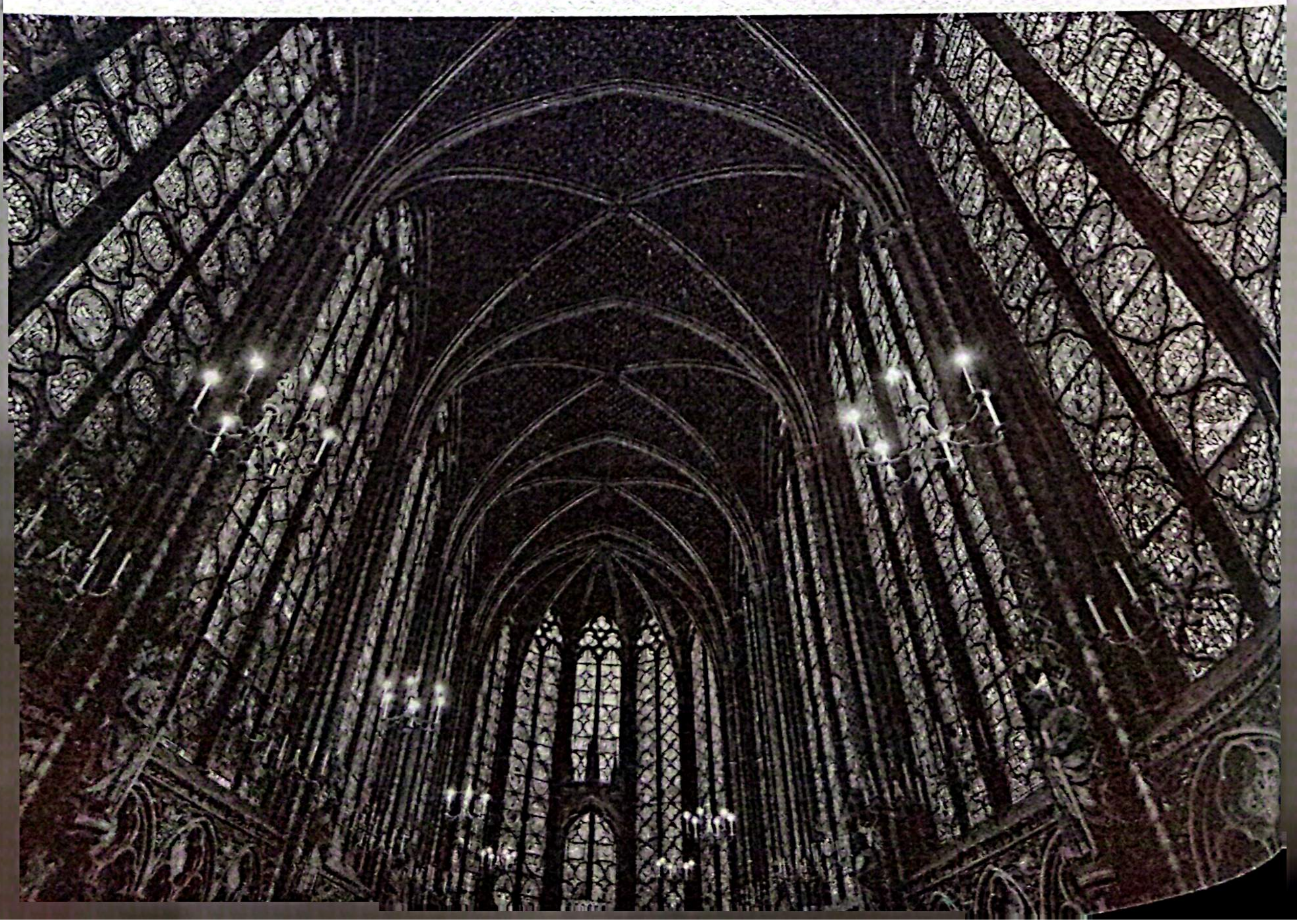
Capela da Virgem,
no deambulatório da
Basílica de Saint-Denis.
No relicário central,
encontra-se o osso
do punho direito de
São Luís.

Digitalizado com CamScanner

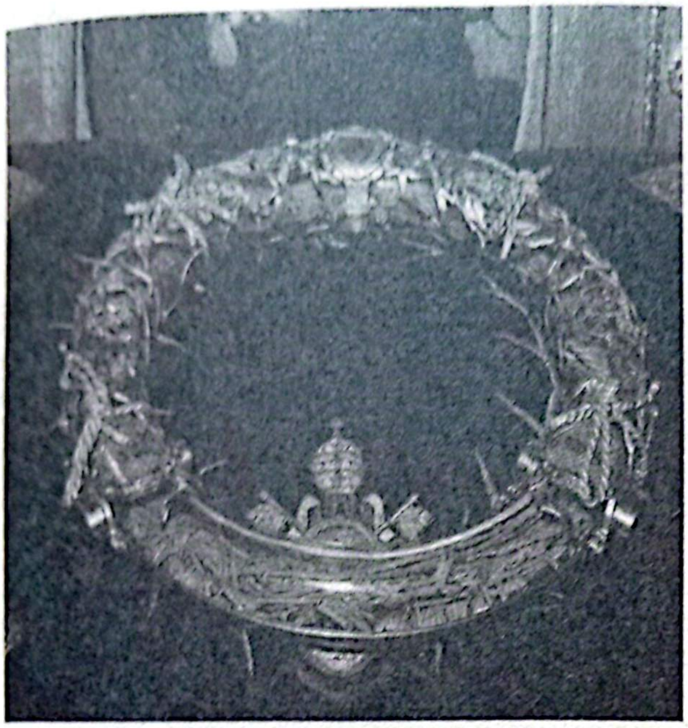
Teto salpicado de flores-de-lis da capela baixa da Sainte-Chapelle.



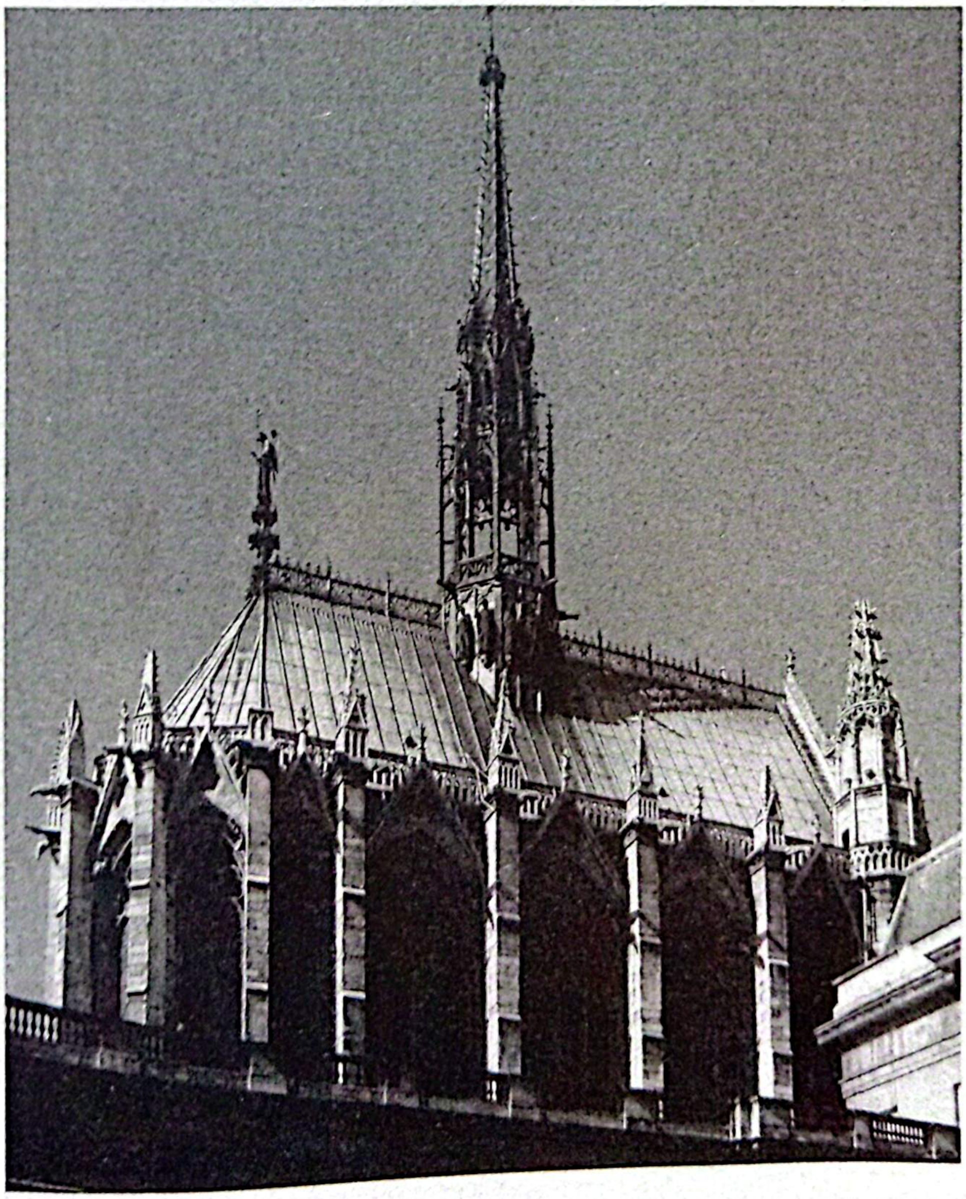
Vitrais e teto da capela alta da Sainte-Chapelle.



Digitalizado com CamScanner



A Coroa de Espinhos.
Esteve abrigada na Sainte-Chapelle desde o século XIII até o final do século XVIII. A partir do século XIX, ficava na Catedral de Notre-Dame, tendo sido salva do incêndio de 2019.



Exterior da Sainte-Chapelle.

Digitalizado com CamScanner

"São Luís e seu genro, o rei de Navarra, carregam um enfermo para o Hôtel-Dieu de Compiègne", vitral na Igreja de Saint-Jacques, em Compiègne.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO 6

NO CAMINHO DE SÃO FRANCISCO

Em 8 de novembro de 1226, São Luís tornou-se rei da França por ocasião da morte de seu pai, Luís VIII, pouco mais de um mês depois de, numa cidade no centro da Itália, o *poverello* de Assis, o "pobrezinho" frei Francisco, entregar a alma a Deus.

A unidade espiritual entre São Luís e São Francisco, ou antes, a filiação do primeiro ao segundo, fez com que a posteridade tomasse o santo rei por "São Francisco leigo". No presente capítulo estudar-se-á como o espírito que animava Francisco de Assis conquistou o coração do rei santo da França, tornando-o não apenas um autêntico filho espiritual do fundador da Ordem Franciscana, mas um dos seus maiores imitadores e, logo, um dos maiores imitadores de Jesus Cristo.

1. O ESPÍRITO FRANCISCANO

Nascido em 5 de julho de 1182, filho de ricos comerciantes de Assis, o jovem Francisco di Bernardone dissipou na boemia seus primeiros vinte e dois anos. Ansiava tornar-se cavaleiro e alistou-se no exército papal em 1204, mas quando estava a caminho do acampamento militar, caiu gravemente doente. Enquanto dormia, uma voz perguntou-lhe em sonho: "Aonde vais, Francisco?" e o instruiu a voltar a Assis. Certo de que Deus lhe falara, retornou e mudou de vida: passou a vestir roupas velhas e remendadas, a dormir em uma gruta, a comer sopas insossas e a buscar a solidão e o desprezo do mundo. Rompeu com todos os seus antigos hábitos, e sentia tal fascinação pela pobreza que muitos tomavam-no por louco.

Digitalizado com CamScanner

Deu-se, então, na vida do jovem Francisco a sucessão de eventos que definiriam seu chamado. Por primeiro, o episódio em que, superando a repugnância natural, ousou beijar as feridas de um leproso. Em seguida, a dedicação de Francisco aos doentes dos quais ninguém ousava cuidar. Então o chamado de Deus "para reconstruir sua casa", que Francisco interpretou como ordem para reerguer a igreja de São Damião em Assis, mas cujo significado era bem mais exigente. A seguir, a primeira visão do crucificado, cuja imagem fixou-se permanentemente em sua alma. E, por fim, ao ser citado judicialmente pelo pai, o abandono de tudo, desnudando-se em praça pública como ato de renúncia a quaisquer posses mundanas.

A entrega de São Francisco a Jesus Cristo atraiu almas ávidas pela total renúncia evangélica. Admitiu alguns companheiros, com os quais vivia em oração, pobreza e penitência em uma choupana na Porciúncula, na entrada de Assis. Sua vida austera, sacrificada e dedicada à Igreja fez dissiparem-se as suposições de que Francisco fosse um lunático, e passou-se a crer que ele fora de fato chamado a "lutar no exército de Cristo", como ele dizia. Quanto ao santo, percebendo que Deus lhe instava e aos seus companheiros para coisas maiores, foi a Roma submeter ao papa sua regra de vida. A entrevista com o pontífice deu-se no verão de 1209, e o Papa Inocêncio III, avisado em sonho, recebeu os pobrezinhos de Assis com alegria, aprovou-lhes a regra e enviou-os para evangelizar em nome de Jesus Cristo.

Começava a história da Ordem dos Frades Menores, congregação não monástica, mas "mendicante", dedicada ao apostolado junto ao povo conforme São Francisco sabia ser seu destino: sentia, diz São Boaventura, "que era enviado por Deus para conquistar para Cristo as almas que o demônio estava tentando roubar".[1] Enquanto o santo fundador progredia na santidade, muitos homens a ele se uniam, inflamados pela chama viva do amor de Deus, para viverem conforme a regra franciscana. A ordem dos "menores" crescia, multiplicavam-se os conventos, multidões afluíam ao

---

1 S. Boaventura, *Leg. mai.*, cap. IV, p. 36.

Digitalizado com CamScanner

seu rastro. A todos os seus filhos, Francisco recomendava a oração e o recolhimento, além do cumprimento da regra, que exigia pobreza completa e abnegação a Cristo. Pregando de cidade em cidade, quando falava, diz Boaventura, "parecia um homem de outro mundo, conservando a alma e o semblante continuamente voltados para o alto e procurando erguer da terra todos os corações".[2] Em 1219 enviou seus primeiros missionários para o Marrocos e foi ele mesmo para o Egito, onde os cruzados sitiavam a cidade de Damieta (que trinta anos depois seria tomada por São Luís). Francisco buscava o martírio, e por isso foi até o sultão egípcio, mas dele obteve simpatia e permissão para pregar o Evangelho no Oriente. Partiu em peregrinação para a Terra Santa e, "vendo frustradas suas ânsias de martírio e conhecendo que nada adiantava seu empenho na conversão daquele povo", retornou à Itália.[3]

Em 1221 redigiu sua regra definitiva e, no verão de 1224, retirou-se ao Monte Alverne para meditar sobre a Paixão. Naquele retiro consumou-se sua união com Cristo:

> Assim transportado em Deus pelo desejo de seráfico ardor e transformado, por compaixão, naquele que, em seu excesso de amor, quis ser crucificado, rezava um dia num lado do monte, estando próxima a festa da Exaltação da Santa Cruz, e eis que ele viu descer do alto do céu um serafim de seis asas brilhantes como fogo. Num rápido voo, chegou ele ao lugar onde estava o homem de Deus, e apareceu então um personagem entre as asas: era um homem crucificado, com as mãos e os pés estendidos e presos a uma cruz. [...] Veio então a conhecer por revelação divina que essa visão lhe havia sido providencialmente apresentada para que, como amante de Cristo, compreendesse que devia transformar-se totalmente nele, não tanto pelo martírio corporal quanto pelas chamas de amor de seu espírito. Ao desaparecer aquela visão, deixou no coração de Francisco um ardor admirável e imprimiu em seu corpo

---

2 *Ibid.*, *Leg. mai.*, cap. IV, p. 38.

3 *Ibid.*, *Leg. mai.*, cap. IX, p. 104.

Digitalizado com CamScanner

> uma imagem menos maravilhosa, pois no mesmo instante começaram a aparecer em suas mãos e pés os sinais dos cravos, iguais em tudo ao que antes havia visto na imagem do serafim crucificado.[4]

O estigmatizado percebeu seu fim se aproximar, e acolheu a morte com alegria. Pediu que o levassem de volta à Porciúncula, onde sua ordem começara, e lá ditou seu testamento espiritual. Reuniu todos os seus frades e os abençoou. Em 3 de outubro de 1226, passou a cantar com insólito vigor um salmo de Davi: "Retira-me da prisão, para que eu celebre teu nome; os justos vão me rodear quando me mostrares tua bondade" (Sl 142,8). Enquanto o sol se punha, sua voz se calou e São Francisco entrou na eternidade. Foi canonizado dois anos depois, em 6 de julho de 1228, ao mesmo tempo em que sua ordem obtinha um êxito e uma expansão maravilhosos, alcançando toda a Cristandade.[5] Com efeito, sua vida dedicada a Deus e à Igreja, sua pobreza, humildade, compaixão e abnegação absolutas, os relatos dos inumeráveis milagres que operou e das conversões das quais foi canal comoveram todas as nações católicas e todos os estamentos sociais. A penetração de franciscanos nas mais altas posições

---

4 *Ibid.*, *Leg. mai.*, cap. XIII, p. 140-141.

5 Foi canonizado pelo Papa Gregório IX, que havia sido o Cardeal Ugolino, seu principal apoiador na corte de Roma. Os franciscanos se espalhariam com uma velocidade prodigiosa: em 1250, contavam com 1.100 casas e 25.000 religiosos. Mendicantes que eram, viviam, diferentemente dos monges, entre os homens nas cidades, misturavam-se estreitamente aos leigos e eram os grandes difusores da prática religiosa, vivendo a pobreza, a humildade e a caridade. E, apesar das reticências de São Francisco, julgaram que o apostolado deveria ser alimentado pelo saber: foram fundadas escolas franciscanas de ensino secundário e superior, seus membros passaram a frequentar as universidades e a integrar a nata intelectual da época (Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VII, p. 661-662). Indissociável da família franciscana será a sua ordem-irmã, a Ordem dos Pregadores, fundada por São Domingos de Gusmão na mesma época que a de Francisco. Os dois santos se conheceram em Roma em 1217 e prontamente se entenderam. Com efeito, apesar da forma diferente de apostolado, ambos tinham o mesmo objetivo, e seriam essas duas ordens — a dos Menores e a dos Pregadores — as grandes responsáveis pelo soerguimento espiritual e intelectual da Igreja Católica no século XIII, saindo de suas fileiras os dois maiores doutores cristãos daquele tempo: Santo Tomás de Aquino, dominicano, e São Boaventura, franciscano.

Digitalizado com CamScanner

acadêmicas, a difusão de seus conventos, a importância que assumiram no cotidiano do povo, sua ascensão a cargos importantes da Igreja sem a perda de sua integridade de vida, de sua sabedoria, de seu desapego... tudo conspirou para que todos, mesmo os senhores da Cristandade, desejassem ver-se cercados pelos filhos de São Francisco.

Parece haver algo de profético no fato de que São Francisco enviou seus primeiros discípulos, respectivamente, à França e à Hungria, de cujas mais elevadas fileiras — suas famílias reais — sairiam dois santos leigos a encarnar como poucos o espírito franciscano. Recorde-se a jovem princesa húngara e condessa viúva da Turíngia, *Santa Isabel da Hungria* (1207-1231), que, renunciando ao mundo, cogitou tornar-se religiosa, mas, por orientação de seu confessor, limitou-se a professar como terceira franciscana. Vivia em uma choupana abandonada em meio a grandes privações, vestindo uma única túnica e o cordão distintivo da Ordem Franciscana, andando sempre descalça, e se entregando ao cuidado dos pobres, doentes e necessitados.[6] Santa Isabel morreu em 1231, aos vinte e quatro anos, e foi canonizada em maio de 1235 pelo Papa Gregório IX, antigo cardeal Ugolino, amigo e colaborador de São Francisco. E da França saiu São Luís, que seria, com Santa Isabel, copadroeiro da Ordem Terceira Franciscana.[7] Ambos os santos príncipes se destacaram por im-

---

6 Magalhães, p.73-76.

7 Em 1221, São Francisco se deparara com um problema cuja resolução seria capital para São Luís: seu chamado era de abnegação e renúncia, um convite para deixar tudo para trás. Porém, especialmente àqueles que tinham família, não era possível abandonar a vida e o trabalho, tampouco afastar-se inteiramente do mundo. Ora, São Francisco não condenava a família e as riquezas terrenas se usadas para o bem: "Acolhendo a oração dos muitos que lhe vinham pedir conselhos e suplicar que os conduzisse a Deus", diz Pasquale (cap. XIX, p. 82-86), "ele fundou uma fraternidade de leigos e formulou uma regra que uniformizasse a vida deles à dos Frades Menores, ao menos nos objetivos e em linhas gerais. Surgiram assim os Terciários Franciscanos, ou seja, uma Terceira Ordem depois dos Frades Menores e das Irmãs Clarissas [...] Os primeiros terciários franciscanos se revestiram da mesma túnica cinza dos Frades Menores. Aquela era, afinal, a roupa usada por quase todos os pobres e camponeses daquele tempo. A regra de vida que se impuseram era muito

primir em sua vida, em grau indescritível, os princípios fundantes da espiritualidade do pobrezinho de Assis.

Apesar de Luís e Isabel não se haverem conhecido, a vida deles tocou-se ao menos duas vezes: em 1241, como se aludiu no capítulo 3, São Luís foi visitado pelo filho de Santa Isabel, o conde Hermann da Turíngia;[8] e, em 1262, o filho e sucessor de São Luís, Filipe III, desposou Isabel de Aragão, sobrinha-neta de Santa Isabel da Hungria.[9]

São Luís cresceu e viveu em um ambiente paulatinamente penetrado pela espiritualidade franciscana. Lecionavam freis franciscanos em Paris, e casas dessa ordem fundavam-se aqui e acolá. Os pregadores franciscanos percorriam todos os cantos pregando o Evangelho e chamando as massas à santidade a partir do testemunho de seu santo fundador.

Igualmente apaixonado pela Ordem Dominicana, São Luís chegara mesmo a dizer que não saberia escolher entre ela e a Ordem Franciscana,[10] e sua vida espiritual seria marcada desde cedo pela influência dos dois maiores santos da virada do século XII para o XIII:

> Sua piedosa mãe e o seu valente pai rodearam-no, logo que nasceu, desses religiosos cordeleiros que chamamos Franciscanos, do nome do seu humilde e terno patrono S. Francisco, o apóstolo do amor e da luz. Confiaram-no também a estes frades pregadores, filhos de S. Domingos, que vão pelo mundo remexer os corações com as suas fulgurantes apóstrofes. Com uns, desenvolveu a eloquência natural e cativante. Com outros, aperfeiçoou uma humildade fraternal, o amor dos humildes, o gosto dos simples [...] Com todos, aprendera a deixar-se guiar pela

---

simples; as condições essenciais eram: pertencer à fé católica, renunciar a toda inimizade e restituir as coisas mal adquiridas."

8 Joinville, parte II, §96.

9 Esse fato é notado por Richard (parte III, cap. IV, p. 440-441). Com efeito, Isabel de Aragão era filha de Iolanda da Hungria, rainha consorte de Aragão, por sua vez meia-irmã de Santa Isabel, ambas filhas do rei André II da Hungria.

10 Beaulieu, cap. 12, §1.

Digitalizado com CamScanner

generosidade da sua alma, socorrendo todos os dias os corpos miseráveis, os corações fatigados. [11]

De todas, no entanto, foi a espiritualidade franciscana a que penetrou decisivamente no coração do santo rei, que a viveria de tal forma a ser chamado de "o São Francisco leigo", assentando sua vida, no *Palais de la Cité* de Paris, nos alicerces espirituais que Cristo inspirara ao pobrezinho na Porciúncula de Assis.

E qual esse alicerce senão o amor e a união à Cruz e ao Divino Crucificado? Escreveu São Boaventura que São Francisco foi constituído "ministro e embaixador da cruz" e que "a recordação da paixão de Cristo gravou-se tão profundamente em seu coração, que dificilmente podia conter o pranto e deixar de suspirar quando pensava no crucificado". Certa vez, encontrando um pedaço de giz, Francisco traçou uma cruz sobre o manto "e adotou essa cruz como emblema, a fim de confiar sua alma ao madeiro que nos salvou." Em suas muitas viagens, "pregava por toda parte as glórias da cruz" e, não dispondo seus filhos de livros para recitar as horas canônicas, "revolviam dia e noite o livro da cruz de Cristo, que sempre tinham à vista, incitados pelo exemplo e pela palavra do amantíssimo Pai, que frequentemente lhes pregava com inefável doçura as glórias da cruz de Cristo". Pela mortificação, acrescenta o biógrafo, São Francisco "cuidava de trazer em seu corpo a cruz de Cristo que já levava em seu coração" e era para "levar no próprio corpo a armadura da cruz" que refreava "os sentidos com uma disciplina tão rigorosa, que a muito custo admitia o necessário para seu sustento". Certo homem tivera, ademais, uma visão de Francisco "pregado da cruz de Cristo, atravessado por duas espadas brilhantes postas em forma de cruz". E não se consumou essa visão naquele momento decisivo em que o santo foi estigmatizado, marcado "nas mãos e nos pés com os sinais

---

11 Bénouville, cap. I, p. 33.

Digitalizado com CamScanner

dos cravos, iguais em tudo ao que antes havia visto na imagem do serafim crucificado?"[12]

Enfatizou-se amiúde no capítulo precedente que a via de perfeição de São Luís esteve toda orientada pela Cruz e pelo amor ao Divino Crucificado.[13] Beaulieu, confessor do santo rei, chama-o de "verdadeiro adorador da cruz", dizendo que ele demonstrava tanta reverência pelo sinal da Santa Cruz que, passando pelo claustro de uma ordem religiosa repleto de cruzes marcando o túmulo dos monges e frades falecidos, fazia o possível para não pisar nelas, e ordenou que cruzes deste tipo fossem removidas para que ninguém lhes pisasse.[14] São Luís não recebeu as chagas corporais como São Francisco, mas teria a alma perfurada pelos espinhos, penetrada pelos cravos e atravessada pela lança que venerava na Sainte-Chapelle. É na cruz, escola de santidade de ambos, que se encontram Francisco e Luís. Ao Divino Crucificado era dedicado o afeto que brotava de seus amorosos e ardentes corações.

A união de São Francisco ao Cristo Crucificado fê-lo crescer em amor por aqueles em favor dos quais o Cristo se fizera crucificar. Procurava "a salvação das almas com todo ardor e com todo o zelo", diz São Boaventura, acrescentando que, "embora atraído por todas as criaturas, seu coração o levava especialmente às almas resgatadas pelo sangue precioso de Cristo Jesus, e quando nelas percebia qualquer mancha de pecado, chorava sua desgraça com uma sensibilidade tão comovente que as gerava todo dia, como uma mãe, em Cristo." São Francisco se compadecia "de todos os que se encontravam aflitos por causa de alguma enfermidade corporal", e quando notava em alguém indigência ou necessidade, na suave piedade do coração, considerava-as como sofrimento do próprio Cristo." Em todos os pobres, diz São Boaventura, "ele via

---

12 S. Boaventura, *Leg. mai.*, cap. IV, p. 44; cap. I, p. 15; cap. II, p. 20; cap. III, p. 29; cap. IV, p. 36; cap. I, p. 16; cap. V, p. 47; cap. IV, p. 42; cap. XIII, p. 141.

13 Ver capítulo 4.7 – "*A coroa de espinhos*" e 4.12 – "*Sainte-Chapelle: alma de São Luís*".

14 Beaulieu, cap. 36, §§1-2.

Digitalizado com CamScanner

a imagem de Cristo."[15] Encontrar Deus no próximo, eis outro princípio franciscano que animaria São Luís e que o lançaria a alimentar os pobres, cuidar dos leprosos, confortar os sofredores e, sobretudo, buscar a salvação de todos eles, tal como São Francisco, que gritara a certa multidão que o ouvia pregar: "Quero enviar todos vós ao Paraíso!"[16] Não sem razão, São Francisco ensinava seus discípulos "a louvar a Deus em todas as suas criaturas, a venerar com especial respeito os sacerdotes, a crer firmemente e confessar com simplicidade os dogmas de fé conforme crê e ensina a Santa Igreja Romana".[17]

Ao lado da cruz, "a pobreza era a pedra fundamental" da Ordem Franciscana. Escreve São Boaventura que "entre outros dons e carismas que o Doador de todos os bens concedeu a Francisco, houve um privilégio singular: o de crescer nas riquezas da simplicidade através do amor pela altíssima pobreza." Santo que alcançou os cumes da humildade, São Francisco ensinava que nunca alguém deve gloriar-se, a não ser "rendendo a Deus a glória que lhe é devida, servindo-o com fidelidade e atribuindo-lhe tudo o que lhe pertence".[18] Com efeito, no dia em que recebeu os estigmas, foram mostradas a Francisco duas chamas: "em uma delas reconheci o meu Criador, na outra, eu mesmo. Vi a abissal bondade de Deus e a profundidade de minha miséria e covardia".[19] Francisco deu aos seus o nome de "*menores*", pois desejava para si e para seus filhos os últimos e ínfimos lugares. E compreendendo-se pobre e miserável, Francisco entendeu que a perfeita alegria, a verdadeira felicidade independem de riquezas terrenas, de aplausos do mundo, de confortos passageiros. Sua vida espiritual consistia em não desejar riquezas, honras ou prazeres, mas a pureza de coração e a santa pobreza de espírito. E São Luís, do alto da

15 S. Boaventura, *Leg. mai.*, cap. VIII, p. 84, 86, 86-87.

16 Pasquale, cap. XXII, p. 96.

17 S. Boaventura, *Leg. mai.;* cap. IV, p. 37

18 *Ibid.*, *Leg. mai.*, cap. VII, p. 73 e 71; cap. VI, p. 61.

19 Pasquale, cap. XXVII, p. 118.

Digitalizado com CamScanner

realeza, viverá essa humildade e essa pobreza interior — por um dom especialíssimo de Deus — de uma forma verdadeiramente espantosa.

Certa vez, em uma festa em honra de um jovem escudeiro que devia receber as armas de cavaleiro, São Francisco foi convidado a proferir um discurso. Falou inicialmente dos sofrimentos aos quais deve estar um cavaleiro pronto a suportar, mas em seguida lembrou que "há outra e bem mais nobre cavalaria, à qual são chamados todos os homens! A cavalaria que luta no combate para agradar a Deus e para alcançar a felicidade eterna!"[20] Não aprendeu São Luís a necessidade de lutar contra as potências infernais, tal como ensinava Francisco?

Luís IX exercerá seu real ofício com o mesmo espírito que animava São Francisco enquanto este caminhava pelos campos de Assis entoando o *Cântico das Criaturas*. Com efeito, fortalecido pela graça, alimentado pelos sacramentos, mortificados os sentidos, São Luís poderá viver com a chama da humildade e do sacrifício que incendiara São Francisco e, assim, realizar atos verdadeiramente heroicos de caridade, que só se poderiam esperar de alguém inflamado, como o santo de Assis, de amor pelo Divino Crucificado.

2. Um rei franciscano?

Não será "rei franciscano" uma expressão que beira o oximoro, composta por palavras mutuamente excludentes? Afinal, "rei" não remete a majestade, poder, riqueza, proeminência, enquanto "franciscano" não recorda pobreza, humildade, despojamento e submissão? Como Luís IX seria um rei franciscano? Tomando como modelo o Cristo que se apresenta, ao mesmo tempo, como "rei" (Jo 18,37) e como "humilde de coração" (Mt 11,29). São Luís escolheu seguir o exemplo do rei que nasceu no estábulo, morreu no humilhante lenho da cruz e foi sepultado em túmulo alheio; do rei que "não veio para ser servido, mas para servir e para dar a vida"

20 *Ibid.*, cap. XXI, p. 91.

Digitalizado com CamScanner

(Mt 20,28). A santidade de São Luís, na verdade, não excluirá a realeza cristã, mas consistirá em realizar esses seus dois princípios: servir (humildade) e dar a vida (caridade).

São Luís, ele próprio um rei feudal, não negava as diferenças entre os homens e a sã hierarquia social, tal como a Idade Média a concebeu.[21] Respeitava a ordem da qual fazia parte, e não deixava de compreender que todos os homens possuem valor diante de Deus; via em cada um dos batizados, quaisquer que fossem suas classes ou condições, a imagem de Cristo; e enxergava que eram merecedores do seu próprio amor, pois Cristo os amara primeiro. É por enxergar neles o Redentor que tanto amará os pobres, os sofredores, os desfavorecidos, os injustiçados.

Noutro giro, São Luís encontrou na vida de São Francisco e na espiritualidade franciscana, a qual implicitamente abraçara, uma forma de combater a tentação da soberba, que sua elevada condição lhe ocasionava. Tomando-se por criatura miserável de Deus, igual a todos os homens perante Sua justiça, e percebendo o risco espiritual das pompas, poderes e riquezas, ele irá, sem abdicar da função que lhe fora confiada por nascimento, praticar atos de profunda humildade no comer, no vestir, no comportar-se...

Convido o leitor a acompanhá-lo em sua vida de humildade e amor ao próximo, observando-o em sua dedicação aos pobres, na sua generosidade para com os que necessitavam, em seu socorro aos doentes, em sua disposição em consolar os aflitos e em seu amor aos inimigos. Não nos esqueçamos, no entanto, de que se trata de um rei, de um poderoso rei. Olvidar-se disso certamente ofuscará o mérito de ele ter estado em uma condição tão alta e, ainda assim, ter descido tão baixo para se unir ao humilde, para deixar-se ser tocado por seus súditos, para amá-los como a verdadeiros irmãos.

---

21 Ver Capítulo 1.5.d "*A sociedade medieval*".

3. A humildade de São Luís e seu desprezo pelas coisas mundanas

Escreveu São Boaventura na *Legenda Maior* que muitos homens "não só por devoção, mas também inflamados do desejo da perfeição de Cristo, *abandonavam toda vaidade mundana* e seguiam a Francisco".[22]

O abandono de todo traço de vaidade e o brilho da mais pura humildade percebem-se em São Luís desde que decidiu cruzar-se: "a mais bela das virtudes, a humildade, serviu como uma espécie de moldura para todos os atos do piedoso rei Luís. Apesar de sua posição neste mundo ser alta, mais alta era sua humildade em tudo". Àqueles que o cercavam, acrescenta Saint-Pathus, ele fazia o possível para que "se esquecessem, pela simplicidade de suas maneiras, de sua elevada posição e dos privilégios de seu caráter real".[23]

Se na juventude apreciava, ou ao menos aceitava os grandes eventos festivos nos quais as cidades despediam grandes valores para recebê-lo ou festejá-lo, assim que retornou à França, mostrou que sua postura mudara:

> Esse verdadeiro amante da humildade recusou todas essas coisas o máximo que pôde. Assim, quando foi recebido com esses rituais honoríficos no dia em que entrou em Paris, ficou descontente com as muitas honras e imensas e supérfluas despesas que viu. E, por esta razão, a fim de fugir e diminuir as loucuras de danças e esplendores suntuosos e vaidades desse gênero que sabia que estavam sendo preparados para aquela noite pelas ruas de Paris, para a surpresa de muitos, depois que jantou, ele deixou a cidade e passou a noite em seu palácio em Vincennes.[24]

Passou a recusar as roupas excessivamente suntuosas, que eram próprias da realeza, e nunca mais se vestiu com pele de esquilo ou muitas peles diferentes, nem com tecidos escarlates, verdes ou marrons.

---

22 S. Boaventura, *Leg. mai.*, cap. IV, p. 39.

23 Saint-Pathus, cap. 11, §1; cap. 13.

24 Beaulieu, cap. 30b.

Costumava vestir apenas roupas mais escuras, ou de tom azul suave ou *camelin* (cor semelhante ao do camelo), apenas peles de lebre ou cordeiro e, frequentemente, camurça. Quando cavalgava, não usava ornamentos coloridos enfeitando os cavalos, nem estribos e esporas douradas, apenas esporas de ferro e selas brancas simples desprovidas de decoração.[25] Não se vestia, é bom deixar claro, como maltrapilho ou de modo indigno de sua posição: simplesmente adotava roupas mais simples e austeras. Tanto é que, registrou Joinville, assim como recomendava às pessoas próximas que não fizessem despesas excessivas com as roupas, também as instava a não se vestirem mal.[26]

Como os funerais reais eram ocasião de grandes despesas, São Luís registrou em testamento que não queria gastos desnecessários por ocasião de seu sepultamento, exigindo até mesmo que nenhuma escultura ou ornamento fossem postos em sua tumba. Desejava, destarte, dar na morte exemplo de simplicidade como buscava dar em vida.[27] Naturalmente, essa disposição testamentária não foi seguida...

Além de rejeitar as pompas e honras mundanas, São Luís procurava, a exemplo de São Francisco, realizar atos concretos que o ajudassem a vencer o orgulho. Indo certa vez o rei ouvir um sermão na abadia cisterciense de Écharlis, os monges, quando o viram entrar na igreja, imediatamente se levantaram, implorando que o monarca se sentasse no local mais elevado. Ele, porém, recusou-se e, colocando-se no meio deles, sentou-se no chão diante do púlpito e ali permaneceu enquanto durou o sermão. Os monges queriam fazer como ele e sentar-se no chão, mas São Luís os proibiu e exigiu que ficassem em seus lugares. Nos sermões em Royaumont, sentava-se ao pé de um pilar sobre palha e, apesar dos protestos dos monges, não se sentava num lugar mais apropriado à sua posição, nem permitia que os religiosos mudassem de assento por sua causa. O mesmo se dava quando

---

25 Beaulieu, cap. 8, §1. Saint-Pathus, cap. 11, §19.

26 Joinville, parte I, §25, 38. Bénouville, cap. II, p. 71.

27 Beaulieu, cap. 10, §1 Saint-Pathus, cap. 11, §10.

assistia ao capítulo de uma ordem religiosa: ficava no chão frio ouvindo os monges sentados nas cadeiras, recusando um lugar mais elevado.[28]

Saint-Pathus conta que, dado dia, São Luís estava comendo no refeitório com os monges de Écharlis e percebeu que lhe serviram uma carne melhor do que tinham servido aos religiosos. O que fez foi comovente: entregou o prato com sua rica porção a um pobre monge velhinho, enquanto comeu na tigela do velho monge a refeição menos agradável. Em outra ocasião, quis lavar os pés dos monges de Royaumont; porém, como estava acompanhado de emissários estrangeiros que não o conheciam bem e poderiam interpretar mal esse gesto, foi dissuadido pelo abade.[29]

Variadas vezes São Luís chegava a Royaumont durante a refeição e se juntava aos monges encarregados de servir os demais. Ia à janela de comunicação do refeitório com a cozinha, apanhava as travessas com os alimentos, carregava-as e punha diante dos monges sentados à mesa. Quando as travessas estavam muito quentes, o rei as carregava com as mãos envoltas em sua própria capa, que acabava suja. O abade lhe dizia que a capa estava suja, mas São Luís respondia: "Não tem importância, eu tenho outras". O próprio rei ia entre as mesas e enchia os copos dos monges de vinho; quando o vinho era bom o elogiava, e quando tinha um gosto acre mandava que trouxessem um vinho melhor das adegas reais. Fazia o mesmo no convento dominicano de Compiègne.[30]

Ainda no Oriente seu despojamento chamava atenção. Viu-se como, após o massacre dos trabalhadores de Sidônia em 1253, São Luís humildemente recolheu os restos dos três mil corpos em decomposição

---

28 Saint-Pathus, cap. 11, §§4-5; cap. 4, §§14-16.

29 Beaulieu, cap. 9, §1. Saint-Pathus, cap. 11, §§6-7.

30 Saint-Pathus, cap. 11, §§11-12. Não que servir na Idade Média fosse uma humilhação, diz Lévis-Mirepoix (cap. I, p. 39). Esse aspecto degradante é, diz o historiador, próprio da modernidade, e os medievais não eram soberbos como os modernos. Naquele tempo servir, não somente nas altas circunstâncias, mas mesmo nas mais familiares era algo com o qual as pessoas estavam geralmente habituadas. No entanto, São Luís viveu isso de maneira excepcional, caso contrário os cronistas não se dariam ao trabalho de registrá-lo.

Digitalizado com CamScanner

como um simples coveiro.[31] Antes disso, na campanha do Egito, o santo rei trabalhou com seus soldados carregando cestos de terra enquanto se construía uma passagem para que o exército cruzado atravessasse o Nilo. Fez o mesmo na Terra Santa, carregando pedras para a reconstrução das fortificações de Cesareia, Jafa, Sidônia — tudo com piedosa intenção de receber as indulgências concedidas a essas obras[32] —, assim como São Francisco, "fraco e extenuado pelos jejuns, carregava nas costas pesados fardos de pedras" para reconstruir a igreja de São Damião.[33]

São Luís procurava sobremaneira exercitar a humildade para com seus confessores. Viu-se no capítulo anterior como ele os obedecia em tudo o que se referisse à sua vida espiritual, mas Beaulieu anota que, mesmo no trato pessoal com eles, o rei procurava demonstrar respeito e submissão. Quando São Luís sentava-se diante do confessor e necessitava que uma porta ou uma janela fossem fechadas ou abertas, apressadamente se levantava para fechá-las ou abri-las, a fim de o confessor não ter de fazê-lo. Quando Beaulieu opôs-se a esse gesto, o santo humildemente respondeu: "Querido amigo, vós sois o pai, eu sou o filho".[34]

O homem tem aversão natural pela repreensão, e os monarcas, em regra, se incomodam quando são criticados por seus súditos. São Luís, no entanto, costumava escolher uma ou mais pessoas da sua proximidade e pedia que não o poupassem se observassem ou ouvissem de outrem algo a seu respeito que fosse digno de reprovação. E quando vinham as repreensões e correções, recebia-as com gentileza e paciência, procurando mudar de atitude se as julgasse razoáveis.[35]

São Luís desprezava os elogios humanos. Conta Beaulieu que, após certa decisão impopular referente à punição de um blasfemador, o rei

---

31 Ver Capítulo 4.12 "*São Luís enterra os mortos em Sidônia e retorna para a França*".

32 Saint-Pathus, cap. 11, §8.

33 S. Boaventura, *Leg. mai.*, cap. II, p. 22.

34 Beaulieu, cap. 10, §1.

35 *Ibid.*, cap. 10, §1.

fora "maldito" pelo povo. Posteriormente, ao fazer um benefício aos parisienses, recebeu muitos elogios. Ao saber disso, disse acreditar que mais louvores obteve de Nosso Senhor pelas maldições suportadas por causa do blasfemador do que pelo bem que o fizera merecer aplausos dos homens.[36]

É certo que sua atitude abnegada e sua inusitada humildade chegavam a perturbar as pessoas que o cercavam, as quais se sentiam quase oprimidas pela sua austeridade. Conta Guilherme de Chartres que, "pela reverência respeitosa por sua majestade ou honestidade, todos, grandes e pequenos, tinham medo de se colocar em sua presença ou de se aproximar dele vestidos de modo grandioso, temendo se envergonharem ao invés de se honrarem, parecendo arrogantes ante tão honorável e humilde rei".[37]

São Luís tinha um são desprezo pela beleza passageira e buscava recordar os outros da verdadeira beleza, a espiritual, a que deve de fato ser amada e buscada. Era amante da justiça, que, por sua vez, é inimiga da falsidade. Enxergava o luxo exagerado com que certas pessoas se adornavam como dissimulação, como uma "falsidade de aparências", na expressão de Bénouville.[38] Sendo um homem que buscava colocar as coisas no devido lugar — e o que é a humildade, além disso? — desprezava a ostentação, principalmente as mais frívolas. Chartres conta uma anedota um tanto cômica a esse respeito, de quando certa dama, adornada com não pouco cuidado, requereu uma audiência com o rei, e este notou que a dita senhora devia ter sido bastante atraente no passado, e que se esforçava para manter viva aquela beleza desvanecida:

---

36 *Ibid.*, cap. 33, §1. Não haverá aqui imenso paralelo com São Francisco? Diz São Boaventura (*Leg. mai.*, cap. VI, p. 60) que ele "se alegrava particularmente com as ofensas que recebia e se entristecia quando alguém o louvava, pois preferia ouvir a seu respeito vitupérios e não louvores, sabendo que aqueles contribuíam eficazmente para sua própria emenda, enquanto os louvores poderiam causar-lhe algum dano à alma".

37 Chartres, cap. 13.

38 Bénouville, cap. II, p. 73.

> Nosso rei, totalmente entregue a Deus, decidindo que falaria pessoalmente com ela sobre sua salvação, chamou o irmão Geoffroy [de Beaulieu] e disse-lhe: "Quero que fique aqui e ouça o que pretendo dizer a uma senhora que aqui está e deseja falar comigo". Depois que ele explicou o que pretendia dizer, e assim que ela esteve só com o rei e o frei, o rei disse: "Minha senhora, quero que vos lembreis de vossa salvação. Dizem que já fostes uma bela dama, mas o que foi um dia, agora é passado, como estais bem ciente. Podeis, portanto, perceber que tal beleza é vã e inútil, não persiste, como uma flor murcha rapidamente. E, mesmo com todo o cuidado e esforço, não podeis trazê-la de volta. Agora, precisais prestar atenção para outra beleza, não do corpo, mas da alma, com a qual podeis agradar nosso Criador e expiar essas coisas feitas sem pensar no tempo da elegância passada."[39]

O cronista diz que a referida dama ouviu pacientemente o rei e que, depois da repreensão, mudou de comportamento, esforçando-se para "agir com humildade e honestidade". O mesmo Chartres conta que, certa vez, São Luís mandou trazer um pobre à sua presença e

> ajoelhando-se, de maneira usual, começou a lavar seus pés. O pobre não sabia que era o rei, e por isso pediu-lhe, com simplicidade, que lavasse e limpasse entre os dedos, onde a sujeira estava escondida. Os espectadores estavam, é claro, maravilhados, e recriminaram o indigente por se atrever a pedir tal coisa ao rei. Mas então, nosso piedoso rei gentilmente acatou seu pedido e cumpriu benignamente esse dever de caridade, lavando e secando com seus próprios dedos entre os dedos daquele pobre homem e, finalmente, curvou-se para dar um beijo de caridade.[40]

A humildade de São Luís manifestava-se ainda na prática de uma antiga função real: o toque das escrófulas. Conforme renomado estudo de Marc Bloch, as chamadas escrófulas eram o que hoje a medicina designa

---

39 Chartres, cap. 14.

40 *Ibid.*, cap. 31.

Digitalizado com CamScanner

como "adenite tuberculosa", inflamações nos gânglios linfáticos causadas por bacilos de tuberculose, que atingem principalmente o pescoço e a face. Eram endêmicas em alguns lugares da Europa feudal, e provocavam enorme repulsa pela deformação que causam na face e por seu mau odor. Na França, as escrófulas eram chamadas *mal le roi*, pois desde tempos muito antigos se acreditava que os reis da França — e depois os da Inglaterra — tinham o poder de curá-las com o toque de suas mãos. Segundo Bloch, tal prática remontava ao tempo dos carolíngios, sendo retomada já nos primeiros tempos da Dinastia Capetiana, em especial no reinado de Luís VI (r. 1108-1137), trisavô de São Luís.[41] Nosso santo deu continuidade à tradição do toque como modo de aproximar-se do sofredor, de consolá-lo com a esperança da cura e de ser canal da graça divina capaz de sanar qualquer moléstia. No entanto, diz Beaulieu, ao contrário dos reis seus antecessores, que somente tocavam o lugar afetado pela doença e pronunciavam as palavras habituais, São Luís acrescentava o sinal da cruz, "de modo que a cura resultante seria atribuída ao poder da cruz e não à majestade do rei".[42] Reconhecer-se pequeno diante de Deus, impotente sem seu auxílio, fraco sem sua destra: eis a humildade de São Luís, que sabia não ter poder nenhum por si mesmo.

Em dada Sexta-Feira Santa, enquanto visitava descalço as igrejas de Compiègne, onde estava hospedado, São Luís encontrou um leproso sentado na calçada. Assim que o viu, atravessou a rua, enfiando o pé na água fria e lamacenta, e pôs-se diante do doente, a quem deu uma esmola, depois se curvou e beijou sua mão. A multidão, escandalizada, entreolhou-se fazendo o sinal da cruz, e todos disseram uns aos outros: "Veja o que o rei fez: beijou a mão do leproso!"[43] Como não se recordar do jovem Francisco, que, vendo um leproso, desceu do seu cavalo, "foi até o homem e deu-lhe

---

41 Bloch, 2020, livro I, cap. I, p. 35-40.

42 Beaulieu, cap. 35, §1.

43 Saint-Pathus, cap. 11, §2.

Digitalizado com CamScanner

dinheiro e um beijo"?[44] Não terá São Luís ouvido essa história do seu amigo São Boaventura, que foi quem justamente a registrou, aproveitando a primeira oportunidade para emular esse santo gesto?

Assim resume Saint-Pathus a humildade de São Luís:

> Quando ouvia os sermões e lições de teologia, sentava-se no chão enquanto os monges permaneciam em seus lugares. Ele próprio trabalhava com os monges e com seus soldados, carregando pedras e terra. Visitava os doentes, dava-lhes comida de joelhos e limpava suas feridas. Enterrou com as próprias mãos os cadáveres esquartejados dos soldados mortos em Sidônia. Não são essas ações que denotam em um rei o maior espírito de humildade? Pois sua vida é uma longa sucessão de fatos desse tipo.[45]

Esses gestos, que talvez excedam o apropriado para a dignidade de um rei, porventura não seriam dignos de um rei franciscano, ou antes, de um rei cristão? São Luís era um rei, mas era um rei santo. Aprendeu com São Francisco que as dignidades mundanas são "uma ocasião de queda",[46] e tinha como modelo não os reis pomposos do mundo, mas o Rei do Céu e da Terra, aquele que, ensinava o santo de Assis, "desceu das alturas do céu até nossa miséria para nos ensinar a humildade", aquele que se fez o menor entre os menores, aquele que veio para servir, e não para ser servido.[47]

4. O cuidado com os pobres e indigentes

São numerosíssimos os relatos do cuidado de São Luís para com aqueles que o cercavam, sobretudo os sofredores. Os episódios, muito detalhados, revelam sua compaixão ímpar pela dor alheia. Poder-se-ia simplesmente repetir, com Bénouville, que ele "olhava para estas presenças miseráveis, adivinhava na sua atroz adversidade a imagem indelével do

---

44 S. Boaventura, *Leg. mai.*, cap. I, p. 14.

45 Saint-Pathus, cap. 11, §2.

46 S. Boaventura, *Leg. mai.*, cap. VI, p. 63.

47 *Ibid.*, *Leg. mai.*, cap. VI, p. 59.

Digitalizado com CamScanner

Deus do Sofrimento que o seu coração adorava".[48] Como São Boaventura narra a respeito de São Francisco, Luís "agia com austeridade consigo mesmo, mas suave e caridosamente com o próximo".[49] Sua vida foi uma imitação constante do sacrifício do Rei do Céu, que desceu do seu trono celestial para ser tocado por suas miseráveis criaturas, fazendo-se pobre entre os pobres.

Suas obras de misericórdia corporais eram um misto de humildade e de caridade, pois ele tanto doava esmolas, quanto se encarregava pessoalmente de cuidar dos pobres.

Era costume do rei, nas quartas-feiras, sextas-feiras e sábados do Advento e da Quaresma, alimentar treze pobres no palácio real. Servia-lhes sopa e dois pratos com peixe ou outro alimento, e partia dois pães para cada um. Entregava-lhes mais dois pães para que levassem consigo, além de doze *deniers*, ou até mesmo mais quando parecessem mais necessitados ou quando se tratava de uma mulher com filhos pequenos. Caso um destes pobres fosse cego, São Luís partia para ele o pão e punha em suas mãos — ou levava diretamente à sua boca —, removia os espinhos do peixe, mergulhava os pedaços de peixe no molho e os colocava na boca do cego.[50] Em todos os sábados do ano, São Luís trazia ao seu quarto três dos mendigos mais deploráveis que se pudessem encontrar (de preferência cegos), lavava suas mãos e pés, secava-os e beijava-os, "apesar de toda a repulsa que tal tarefa devesse inspirar", diz o cronista. Ele dava quarenta *deniers* a cada um, e caso não pudesse realizar esses "devotos deveres" devido à saúde, pedia que seu confessor o fizesse da mesma maneira em seu nome.[51]

São Luís frequentemente proporcionava grandes refeições para os miseráveis, seguindo o preceito evangélico de convidar para os banquetes

48 Bénouville, cap. II, p. 69.

49 S. Boaventura, *Leg. mai.*, cap. V, p. 48.

50 Saint-Pathus, cap. 10, §2.

51 Beaulieu, cap. 9, §1. Joinville, parte II, §690.

Digitalizado com CamScanner

"os pobres, os estropiados, os coxos e os cegos" (Lc 14,13). Certa vez, quando viajava para as regiões de Berry e da Normandia, ordenou que fosse feito um grande banquete para trezentos pobres, servindo-os com a ajuda de seus escudeiros e camareiros, e deu doze *deniers* para cada "convidado." Na viagem de volta da cruzada, do Mediterrâneo a Paris, mandou servir uma refeição a duzentos pobres a cada parada do percurso. O rei dava de próprio punho doze *deniers* para cada um e se, ao examiná-los, visse que alguns "eram mais infelizes", dava-lhes mais dinheiro. Conta Saint-Pathus que, não poucas vezes, milhares de pessoas compareciam a essas grandes refeições coletivas promovidas pelo santo rei.[52]

Onde quer que estivesse, o rei alimentava com pão, vinho, carne ou peixe cento e vinte pobres (na Quaresma e no Advento o número aumentava). Muitas vezes, era o próprio São Luís que os servia e entregava os pratos, cortando o pão e distribuindo dinheiro. Especialmente em certos dias de jejum e vigília solene, antes que ele mesmo se sentasse para comer, servia todo o alimento a não menos que duzentos pobres.[53]

Os velhos, frequentemente abandonados e negligenciados, também recebiam atenção de São Luís. Ele costumava levar homens idosos pobres para almoçar e jantar consigo e os servia com a mesma quantidade de comida que ele próprio comia, dando-lhes, por fim, certo valor em prata.[54]

Tal qual São Francisco que, segundo São Boaventura, "não podia recusar o que quer que lhe pedissem por amor de Deus,"[55] São Luís era um empenhado esmoler. Na juventude, era seu hábito disfarçar-se de escudeiro para não ser reconhecido ao dar esmolas.[56] Já na maturidade, quando de seu retorno do Oriente, foi visto distribuindo dinheiro pelo caminho em uma quantidade que surpreendeu quem o acompanhava. Na

52 Saint-Pathus, cap. 10, §§3, 24.

53 Beaulieu, cap. 19, §1. Joinville, parte II, §§720-721.

54 Beaulieu, cap. 19, §1. Joinville, parte II, §721.

55 S. Boaventura, *Leg. mai.*, cap. I, p. 14.

56 O'Connell, cap. I, p. 75.

Digitalizado com CamScanner

cidade onde estivesse por ocasião da Quinta-Feira Santa, ele carregava, em suas visitas às igrejas, cem *livres* em uma bolsa pendurada em seu cinto sob o manto e distribuía aos pobres na rua, "querendo", diz Saint-Pathus, "que todos tivessem livre acesso a ele". Ademais, sustentava com seus próprios recursos cem garotos pobres, doando a cada um deles vinte e quatro *deniers* para suas despesas pessoais. São Luís tinha especial cuidado pelos que o haviam seguido na Sétima Cruzada e por suas famílias, muitas das quais haviam caído na miséria após a guerra santa. Ele as sustentava, doando-lhes somas de dez a sessenta *livres*, de acordo com as necessidades de cada um dos seus membros. Às moças dessas famílias dava um dote de cem *livres* para casarem-se.[57]

Desde muito jovem, era seu costume doar o mesmo valor de cada roupa que recebesse, para que se comprassem roupas para os pobres. No entanto, como começou a vestir-se com roupas bem menos valiosas após a cruzada, e percebendo que os pobres seriam prejudicados por este gesto de humildade, garantiu que fossem distribuídos anualmente sessenta *livres parisis* em seu nome para compensar a diminuição das esmolas referentes às vestes.[58]

Também doava víveres e outros bens. Anualmente, comprava sessenta mil arenques e trinta porcos salgados para as freiras e religiosas de variadas ordens ou para os leprosos. Quando visitava a Abadia de Royaumont, levava consigo grande quantidade de pão, vinho e peixes para os monges. Ademais, distribuía aos necessitados frutas, ervilhas, legumes, além de móveis e objetos de madeira, roupas, calças e sapatos.[59]

Caso não pudesse distribuir pessoalmente as esmolas, pedia aos seus confessores que o fizessem em seu nome — algo muito relevante se considerarmos que essa atribuição era vedada aos funcionários reais. Não se tratava, com efeito, do assistencialismo de um governo impessoal,

57 Saint-Pathus, cap. 19, §§4; 15; 22-23.

58 Beaulieu, cap. 8, §1.

59 Saint-Pathus, cap. 19, §§8-10.

Digitalizado com CamScanner

mas da caridade de um cristão, de "Luís de Poissy", que, nas palavras de seu capelão, enfrentava as dificuldades, necessidades e problemas dos miseráveis "com um carinho terno e único", como um "pai dos pobres".[60] Contabilizou-se que somente em esmolas anuais em dinheiro São Luís gastava a verdadeira fortuna de sete mil *livres parisis*.[61]

Mas ele imprimia esse espírito caritativo no funcionamento do governo, sobretudo nos momentos de fome em certas regiões do reino, destinando grandes quantias para os locais afetados, e ordenando que se distribuísse mais dinheiro e víveres justamente onde a arrecadação de impostos fosse maior, como uma forma de devolver, por meio de doações, os tributos ao povo quando este necessitasse dos recursos. Certa vez, quando a Normandia foi assolada por uma grande carestia, São Luís designou uma imensa doação em dinheiro para os pobres daquela região, de modo que, da mesma forma que chegavam a Paris carroças carregando verdadeiros tesouros recolhidos em impostos dos normandos, igualmente saíam de Paris caixas e mais caixas com donativos para os pobres da Normandia.[62]

Guilherme de Nangis relata que, após oscilações climáticas muito intensas entre 1256 e 1257, as lavouras foram duramente afetadas e os principais alimentos (o pão, o vinho e a carne) subiram a preços altíssimos. "As pessoas teriam morrido de fome," diz o cronista, "sem a intervenção do rei, que entregou tudo o que pôde para o alívio dos pobres", sendo nisso imitado pelos nobres e bispos.[63]

São Luís queria que os indigentes tivessem livre acesso a ele, que o tocassem, abraçassem e recebessem dele o cuidado que não recebiam de ninguém. Via em cada um deles, diz Saint-Pathus, "a imagem de

---

60 Chartres, cap. 17.

61 Saint-Pathus, cap. 19, §10.

62 Chartres, cap. 34.

63 Nangis, cap. 44, §19.

Nosso Senhor".[64] Na miséria dessa gente, enxergava a miséria do Cristo no estábulo de Belém, no seu exílio no Egito, na sua vida humilde em Nazaré.

Jamais houve, conclui Chartres, "nenhum tipo de indigente que, chamando sua atenção, não sentiu o benefício de sua generosidade ou recebeu ajuda de qualquer espécie"[65]. A generosidade do rei estendia-se, inclusive, aos necessitados espirituais — as almas do Purgatório — pelas quais rezava e mandava celebrar missas todos os dias, recitando cotidianamente por eles o Ofício dos Mortos.[66]

Santo emulador de Cristo, São Luís lavava os pés dos pobres na Quinta-Feira Santa, e certa vez perguntou a Joinville se ele fazia o mesmo. Como o cavaleiro respondeu que não era capaz de fazê-lo, o santo rei rogou "por amor a Deus e por amor a mim, que adquirais o hábito de lavá-los, pois não deveis desprezar o que Deus fez para nosso aprendizado".[67]

São Luís vivia, em suma, a plena imitação de Jesus Cristo.

5. As fundações religiosas e caritativas e as grandes doações

São Luís sabia ser o maior mandamento amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo (Mt 22,34-40). Por isso, ao longo de todo o seu governo, mas sobretudo nos seus últimos dezesseis anos, aplicou-se em promover a construção em seu reino de casas dedicadas ao culto de Deus, ao cuidado do próximo, ou a ambos. Despendeu somas incalculáveis construindo abadias e mosteiros, conventos e priorados, hospitais e casas de caridade. Seria inútil e cansativo listar todas as suas fundações, mas buscaremos recordar algumas para que o leitor tenha uma pequena impressão de sua monumental obra.

---

64 Saint-Pathus, cap. 11, §1.

65 Chartres, cap. 34.

66 Saint-Pathus, cap. 10, §41.

67 Joinville, parte I, §29.

Digitalizado com CamScanner

Escreve Bordonove que o século XIII assistiu, em toda a Cristandade, à mais impressionante floração de conventos de toda natureza e que, a São Luís, quaisquer dessas iniciativas católicas pareciam boas, uma vez que contribuiriam para cristianizar ainda mais a sociedade.[68] Com efeito, praticamente não houve ordem religiosa — masculina ou feminina — que não tivesse sido beneficiada por ele com novas igrejas, mosteiros ou conventos. Aos *cistercienses* construiu a Abadia de Royaumont, dotando-a de uma renda abundante, e concluiu a construção da Abadia de Santo Antão, além de ter incentivado e auxiliado sua mãe, Branca de Castela, na fundação das abadias cistercienses de Liz, Melun-sur-Seine e Pontoise. Construiu uma casa para os *cartuxos* em Vauvert. Sustentou os *agostinianos*, construindo para eles uma igreja em Paris, fora do portão de Montmartre, e os *crúzios*,[69] que vieram a São Luís implorando sua ajuda, receberam dele uma casa na rua que seria chamada "rua de Santa Cruz". Para as *clarissas*, construiu a Abadia de Longchamp. Para os *servitas*, São Luís comprou uma casa e edifícios ao redor do antigo portão do Templo. Apoiou financeiramente as *beguinas*, além de dar-lhes, primeiramente, uma grande casa em Paris, onde habitavam quatrocentas delas, e depois outras tantas casas em várias cidades do reino, fornecendo-lhes alimento e sustento, e fixando por escrito uma doação anual a essas virtuosas senhoras, doação que deveria continuar mesmo depois de sua morte.[70] Joinville menciona especialmente o cuidado que teve com os *carmelitas*: "comprou-lhes um lugar no Sena em direção a Charenton, construiu uma casa para eles e comprou-lhes roupas, cálices e todos os artigos necessários para o serviço de Nosso Senhor".[71]

---

68 Bordonove, parte V, cap. 5, p. 268.

69 Não se trata dos membros da Ordem dos Cônegos Regulares da Santa Cruz de Coimbra, fundada por São Teotônio em 1131, também chamados "crúzios", mas da Ordem da Santa Cruz fundada na Bélgica em 1210 por Teodoro de Celles.

70 Beaulieu, cap. 19, §3. Saint-Pathus, cap. 10, §19. Joinville, parte II, §§691, 723, 727-729.

71 Joinville, parte II, §727.

Digitalizado com CamScanner

Sua maior dedicação, no entanto, era para com os *franciscanos* e *dominicanos*, em favor de cujas ordens edificou numerosos conventos e completou os que não haviam sido terminados. Adquiriu o Mosteiro de São Mateus, perto de Rouen, e o entregou para cinquenta irmãs dominicanas, dotando-as de uma renda adequada. Incentivou sua irmã, a princesa Isabella, a fundar o convento franciscano de St. Cloud.[72] Amava especialmente o convento dominicano de São Tiago em Paris, escolhendo-o como local do batismo de seu décimo filho, o príncipe Roberto, em 1256.[73] Cinco anos após a morte de São Luís, em 1275, havia mais de trezentos conventos dominicanos e franciscanos na França, de modo que, diz Duby, "para os filhos de Domingos, Paris era uma capital, e a Île-de-France, assim como a Úmbria,[74] o lugar privilegiado da espiritualidade franciscana".[75]

Regularmente, São Luís doava aos monges ou frades que apadrinhava uma soma de cem a trezentas *livres* para o pagamento de dívidas de seu convento. Saint-Pathus diz mesmo que o sustento da Ordem Franciscana e da Ordem Dominicana em Paris e arredores era assumido inteiramente pelo rei. Era seu hábito, ademais, servir uma grande refeição composta de pão, vinho e mais dois outros pratos a todos os franciscanos e dominicanos da cidade para onde fosse, quando chegasse ou partisse (mesmo em viagens de pequeno deslocamento como a Vincennes ou a Saint-Denis). Além disso, determinou expressamente que todos os frades mendicantes que fossem à corte pedindo comida — em qualquer horário — fossem atendidos.[76]

São Luís fundou em Paris uma casa imensa para acolher todos os membros de qualquer ordem religiosa pobre e reconhecida pela Santa Sé, providenciando acomodação e conforto aos religiosos que lá chegassem.[77]

---

72 Joinville, parte II, §691.

73 Rohrbacher, t. XVII, L. 72, p. 499-500.

74 Região da Itália onde está localizada Assis.

75 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 178.

76 Saint-Pathus, cap. 10, §§1, 5.

77 Beaulieu, cap. 19, §4.

Ademais, mandava amiúde que imensas quantidades de madeira fossem extraídas dos bosques do entorno de Paris e distribuídas entre os conventos e entre os pobres, para que usufruíssem segundo sua necessidade.[78]

Enfim, anota Joinville, "o rei amava todas as pessoas que se dedicavam ao serviço de Deus e usavam o hábito religioso, todos os que viessem a ele estavam seguros de seu sustento", acrescentando que São Luís "cercou a cidade de Paris com religiosos".[79]

Mas o santo rei não apenas fundava casas religiosas e fazia doações aos religiosos, como também despendia imensas somas de dinheiro na fundação de casas de caridade e em doações a todos os gêneros de necessitados:

> O rei, todos dias, dava grandes e generosas esmolas aos pobres religiosos, aos pobres asilados, aos pobres doentes e a todos os tipos de pobres, homens, mulheres e moças, às mulheres caídas, às pobres viúvas e às que deram à luz, e aos pobres operários que por idade ou doença não podiam trabalhar ou continuar o seu ofício, que mal se podia dizer o número deles.[80]

Acrescenta que "o rei praticava em tal quantidade a esmola que, por onde fosse em seu reino, fazia doações às igrejas pobres, leprosários, hospitais e aos nobres pobres".[81]

Como a Universidade de Paris crescia, São Luís comprou numerosas casas para receber estudantes demasiado pobres, que não podiam

---

78 Saint-Pathus, cap. 10, §26.

79 Joinville, parte II, §729. São Luís era mais rigoroso na dispensação de recursos financeiros ao clero secular (bispos e padres), enquanto tudo fazia para sustentar o clero regular (monges e frades), pelo qual não escondia sua predileção. Por que essa diferença tão acentuada? Explica Bordonove (parte V, cap. 5, p. 268): "porque os primeiros estavam entre os 'homens ricos' e poderosos. Os segundos, entre os pobres e fracos, aqueles pelos quais seu coração era atraído." Ele via entre os religiosos os maiores servidores de Deus e se sentia, no seu íntimo, irmão deles.

80 Joinville, parte II, §722.

81 *Ibid.*, parte II, §690.

Digitalizado com CamScanner

pagar por alojamento, e alugou outras tantas para, com o valor do aluguel, sustentá-los. O valor de tal despesa era quatro mil *livres parisis.*[82]

O santo rei fundou, ainda, uma casa destinada à recuperação de prostitutas, chamada *Maison des Filles-Dieu* (casa das filhas de Deus), onde as mulheres atiradas à prostituição pela miséria ou que estavam prestes a cair neste gênero de vida por falta de pão, encontravam refúgio material e espiritual. A elas, São Luís proporcionava quatrocentos *francos parisis* por ano, além de roupas para as que permanecessem na casa.[83]

São Luís empenhou-se, sobretudo, na fundação de hospitais, chamados de *Hôtel-Dieu* (hospitais de Deus), abundantes na Idade Média. Os médicos e enfermeiros dessas casas eram homens e mulheres consagrados a Deus, chamados de "irmãos" e "irmãs", e devotavam a vida aos doentes, aos inválidos e anciãos.[84] Luís gastou trinta mil *livres* na instalação do *Hôtel-Dieu* de Vernon, e ampliou consideravelmente os de Paris, Domaine, Pontoise e Compiègne, tomando-os sob sua proteção. Fundou, em Paris, um *Hôtel-Dieu* próprio para os cegos, chamando-o *Quinze-Vingts*, porque podia acolher quinze vezes vinte doentes (i.e., trezentos). Nele, os cegos eram recebidos, tratados e participavam diariamente da récita do Ofício Divino em uma capela própria dedicada a São Remígio.[85] Até hoje, o *Quinze-Vingts* é um importante hospital em Paris e referência europeia no tratamento das doenças da visão.

São Luís não apenas financiava tais obras, mas supervisionava pessoalmente a edificação de cada uma dessas casas. Visitava as construções, dava orientações e ordens aos operários e encarregados, e presidia a distribuição das salas, quartos e cozinhas.[86]

82 Saint-Pathus, cap. 10, §14.

83 Beaulieu, cap. 19, §3. Saint-Pathus, cap. 10, §17. Joinville, parte II, §725. Cassard, parte I, cap. VIII, p. 450.

84 Daniel-Rops, t. 3, p. 286.

85 Beaulieu, cap. 19, §3. Joinville, parte II, §723. Cassard, parte I, cap. VIII, p. 459.

86 Saint-Pathus, cap. 10, §19.

Digitalizado com CamScanner

Conta Guilherme de Chartres que, certa vez, faltara vinho no *Hôtel-Dieu* de Paris e o mestre do hospital viera ao rei pedir recursos. Ao ouvir sobre as provações financeiras do hospital, São Luís chamou seu camareiro e pediu que desse à referida casa mil *livres parisis* para comprar vinho e para serem sanadas as dificuldades imediatas do hospital. "O camareiro", escreveu o cronista, "ficou pasmo, e mal podia acreditar, até que o rei repetiu: 'Entregai mil *livres* aos pobres do *Hôtel-Dieu* de Paris!'" O mestre do hospital acreditava que um benefício dez vezes menor seria suficiente, mas o rei insistiu em que ele levasse o valor oferecido.[87]

A liberalidade do santo rei, que entregava alegremente verdadeiras fortunas em donativos e esmolas, espantava e incomodava os que o cercavam, especialmente seus parentes e membros de sua casa. São Luís, no entanto, respondia às críticas dizendo: "Calai-vos! Deus me deu tudo o que tenho, não há maneira melhor de empregar [o que recebi]". Em outras ocasiões, diz Beaulieu, argumentava com mais paciência que, como rei, era necessário despender muito dinheiro com os gastos de sua casa e com as coisas próprias da dignidade real, mas preferia gastar mais com "esmolas em nome de Deus" do que com as frivolidades mundanas, e esperava que o excesso de doações escusasse e reparasse os excessos frequentemente cometidos com mundanidades.[88] Joinville registrou algo semelhante, dizendo que às reprovações São Luís respondia: "Eu prefiro ser extravagante na esmola, pelo amor de Deus, do que na pompa e nas vaidades deste mundo".[89]

Como certa vez o criticassem pelos gastos exorbitantes em doações e no sustento dos dominicanos e franciscanos de Paris, São Luís, com um semblante alegre e um coração piedoso para com os repreensores, levantou os olhos ao céu e disse:

> Querido Deus, como acredito ser bem empregado esse dinheiro para todos esses frades tão eminentes, que do mundo inteiro confluem aos

---

87 Chartres, cap. 35.

88 Beaulieu, cap. 19, §2,4.

89 Joinville, parte II, §726. Nangis, cap. 20.

> conventos parisienses para estudar a ciência sagrada e que, aí tendo aprendido, voltam ao mundo inteiro para expandi-la pelo amor de Deus e a salvação das almas![90]

Ressalte-se que São Luís, apesar de generoso, não era um perdulário. Nunca se endividou para praticar caridade, e recomendou ao seu genro, o rei Teobaldo de Navarra, que evitasse gastar excessivamente na construção do convento dominicano de Provins, como vinha fazendo, "para que não colocasse o seu espírito em uma situação difícil por causa das grandes somas que gastava com ele".[91]

Enfim, oferecendo tantas esmolas e erigindo tantos edifícios à glória de Deus, São Luís, com seu coração altruísta e verdadeiramente franciscano, conforme Guilherme de Chartres, "esperava e confiava na misericórdia d'Aquele que tem a maior misericórdia, esperando d'Ele uma casa feita não por mãos humanas, mas eterna nos Céus" (2Cor 5,1).[92]

6. Os doentes e leprosos

São Luís deve ter ouvido de São Boaventura que São Francisco, "desejando alcançar o total desprezo de si mesmo", servia aos leprosos "com devoção, humildade e benevolência, pois diz o profeta Isaías que Cristo crucificado foi considerado um homem leproso e desprezado". Ademais, o santo de Assis visitava constantemente as casas dos leprosos, distribuindo "entre eles esmolas generosas, beijando-lhes as mãos e os lábios com profunda compaixão". Francisco "lavava-lhes os pés, tratava-lhes as feridas, retirava-lhes os pedaços de carne podre, fazia parar o pus", chegando mesmo a beijar as chagas mais purulentas.[93]

---

90 Beaulieu, cap. 19, §4.

91 Joinville, parte I, §34.

92 Chartres, cap. 36.

93 S. Boaventura, *Leg. mai.*, cap. I, p. 15; cap. II, p. 21

Digitalizado com CamScanner

O santo rei, seguindo o exemplo de São Francisco, repetiria esses gestos muitas vezes, não só com leprosos, mas com vários tipos de doentes, sobretudo aqueles cujas enfermidades fossem mais repugnantes e cujos estados físicos mais causassem repulsa. O mais empedernido dos corações há de se comover com o modo como Luís se compadecia do sofrimento dos doentes: cuidava deles, dava-lhes de comer, lavava-os e consolava-os, a exemplo do próprio Cristo.

Quando ia à Abadia de Royaumont, levava consigo alguns de seus médicos e visitava a enfermaria. Passava de leito em leito, conversando com cada doente, indagando-lhe sobre o que sentia, e consolava-o. Mandava que seus médicos examinassem na sua presença a urina dos pacientes. O próprio rei sentia os pulsos dos enfermos e tocava suas têmporas, mesmo quando suavam, sempre com muito afeto e sem manifestar nojo.[94]

São Luís frequentemente ia aos hospitais de Paris e dos arredores, trazendo imensas quantidades de comida preparada pelos cozinheiros reais. Cortava vários pães com as próprias mãos e dava os pedaços aos doentes, percorrendo, sem pressa, cada leito daquelas imensas (e malcheirosas) enfermarias com dezenas de pacientes. Servia carne àqueles que julgava mais debilitados. De uma forma comovente e verdadeiramente evangélica, o rei Luís se sentava na cama do enfermo, colocava os pedaços de comida na sua boca e enxugava seus lábios com uma toalha que trazia dependurada no braço. Conta Saint-Pathus que "às vezes, seus guardas particulares eram tão desagradavelmente afetados pelo mau-cheiro dos quartos, ficavam tão enojados com o péssimo odor das doenças, que não podiam ficar com o rei, permanecendo do lado de fora. Quanto ao rei, ele parecia não notar nada".[95]

Antes de entrar em seu palácio em Vernon, São Luís sempre passava no *Hôtel-Dieu* daquela cidade, visitava seus doentes e fornecia a eles tudo

---

94 Saint-Pathus, cap. 10, §29.

95 *Ibid.*, cap. 10, §34.

Digitalizado com CamScanner

o que sua saúde lhes permitisse ingerir. Relata-se, inclusive, o caso de uma doente no hospital de Vernon que certa feita se negava a comer, alegando que só comeria se o rei lhe desse comida. Imediatamente, Luís foi até lá para alimentá-la. Em outra ocasião, passando por Châteauneuf-sur-Loire, uma pobre idosa gritou: "Bom rei, é com o pão de vossa esmola que meu marido doente preserva a vida!" Ouvindo isso, São Luís apeou, foi ter com ela e a acompanhou até sua casa para visitar o idoso enfermo.[96]

O rei costumava fazer essas visitas na companhia de seus filhos, a fim de ensinar-lhes a caridade com seu exemplo. Com efeito, quando foi inaugurado o *Hôtel-Dieu* de Compiègne, o próprio São Luís carregou o primeiro paciente até o leito, no que foi seguido por seu genro Teobaldo, rei de Navarra, a carregar outro doente, e pelos príncipes, cada qual trazendo nos braços outros enfermos.[97]

São Luís tratava com as próprias mãos as feridas dos doentes, estancando sangue e pus com toalhas que trazia do palácio. Conta Saint-Pathus que, certa vez, tendo servido uma refeição a cento e trinta e quatro pobres doentes no *Hôtel-Dieu* de Compiègne, o rei ainda se prestou a descascar uma pera, picá-la e dar os pedaços na boca de um paciente com horríveis feridas no rosto, que sujaram as mãos de São Luís com secreção. Isso não era incomum, e quando acontecia, o rei mandava trazer água de rosas e lavava carinhosamente as feridas do doente.[98]

Quando perscrutamos os relatos sobre os atos de caridade de São Luís, não há como não nos recordarmos do próprio Cristo recebendo com infinita amabilidade os leprosos, esses pobres homens que naquele tempo eram rejeitados como impuros. Por óbvio sua condição melhorara, porquanto os medievais não lhes dirigissem a acusação de impureza, mas o risco de contágio os forçava a manter os leprosos afastados. São Luís, porém, não temia contrair doença alguma, e como o Cristo, tinha especial

---

96 *Ibid.*, cap. 10, §36, 38.

97 *Ibid.*, cap. 10, §37.

98 *Ibid.*, cap. 10, §35.

Digitalizado com CamScanner

cuidado por eles, que estavam, aos olhos do mundo, na mais deplorável das posições. Quando olhava para os seus corpos chagados, as suas peles ensanguentadas e purulentas, as suas úlceras cutâneas malcheirosas, imensa compaixão o santo sentia, e via neles o próprio Jesus açoitado, chagado e ensanguentado, e assim apresentado por Pilatos à multidão: "*Ecce Homo!*" (Jo 19,5).

Os leprosos estavam entre os pobres que o rei levava para comer em seus aposentos no palácio. Quando visitava um mosteiro e lá havia leprosos — cuidadosamente mantidos afastados da comunidade —, o santo rei tratava-os com carinho e amabilidade, conversando com eles, tocando-lhes, dando-lhes de comer. Conta Chartres que, certa vez, São Luís lavou os pés de um leproso em Royaumont, depois os secou e beijou "com humildade e devoção".[99] E fazia atos semelhantes em público, como quando correu até um leproso nas ruas de Compiègne numa Sexta-Feira Santa, deu-lhe uma esmola e beijou-lhe as mãos.[100] Histórias como essas se multiplicam.

Eventualmente estabelecia um laço afetivo com esses doentes, como com o pobre irmão Léger, monge de Royaumont que sofria de lepra e que vivia em uma casa separada dos demais monges: "ele era horripilante de se ver", diz o cronista, "os olhos e o nariz, corroídos pelo cancro, não passavam de buracos vermelhos e hediondos, seus lábios estavam inchados e rachados, todo o seu corpo era apenas uma chaga". Ninguém se aproximava dele, acrescenta, "mas o rei quis visitá-lo". São Luís se ajoelhou diante de sua cama enquanto Léger comia carne de porco, e começou a cortar a carne de seu prato e a colocar os pedaços na boca do monge acamado. O rei então perguntou a ele se desejava comer frango ou perdiz e, ante a resposta positiva, mandou trazer tais alimentos da cozinha do palácio. Fizeram chegar duas galinhas e três perdizes assadas, e São Luís perguntou que tipo de molho Léger desejava. Ele respondeu que queria

99 Chartres, cap. 30.
100 Saint-Pathus, cap. 11, §§2-3.

sal, então o rei cortou uma asa de perdiz, cobriu-a com sal e entregou-a ao paciente em pequenos pedaços. O sal penetrou numa fenda que a lepra abrira nos lábios do pobre Léger, causando-lhe muita dor, e São Luís passou por isso a limpar os pedaços de carne depois de mergulhá-los no sal para dar gosto, removendo os grãos para que o doente não se machucasse ao comer. Em outra ocasião, São Luís lhe preparou uma sopa e salgou-a demais, o que fez os lábios fendidos do leproso voltarem a arder e derramarem nas mãos do rei uma mucosa purulenta. São Luís pediu perdão ao pobre homem, dizendo que havia salgado a sopa como se ela fosse para si. E enquanto lhe dava de comer, São Luís falava a Léger das coisas do Céu, pedindo-lhe que tivesse paciência, pois estava sofrendo seu purgatório neste mundo e era muito melhor sofrer aqui do que na outra vida. O rei ia frequentemente ver o irmão Léger e dizia aos seus cavaleiros: "Vamos ver nosso leproso". Eles, por sua vez, não tinham coragem de entrar com o rei no quarto do doente, e somente o abade o acompanhava.[101]

7. O compassivo coração de São Luís

Esse rei poderoso, prudente na decisão e firme na ação, que sabia, quando a circunstância exigisse, mostrar um caráter de aço, era dotado de um coração manso, humilde e amoroso. Essa é a descrição unânime de quem o conheceu, e é o que se pode depreender de numerosos episódios que a história registrou, os quais evidenciam o quão amável São Luís era no seu trato com o próximo; e mostram seus gestos de carinho e afeição, seu coração sempre pronto a se compadecer do sofrimento alheio e disposto a fazer o possível para diminuir esse sofrimento.

E qual sofrimento humano não penetrava como uma lança o coração de São Luís e não o movia à compaixão? Que desamparado não encontrou nele um abrigo? A que necessitado ele não se mostrou como um pai pronto a socorrer?

---

101 *Ibid.*, cap. 10, §§10-33.

Recordemo-nos do empenho com que se dedicou a libertar os cristãos que caíram prisioneiros dos muçulmanos, e de que não descansou enquanto o último cativo no Egito não foi posto em liberdade.[102] Lembremo-nos de como empregou quatro anos de sua vida, seus recursos e energia para proteger os cristãos da Terra Santa, sem nada pedir em troca, alimentando-os e reconstruindo os castelos para proteger as terras cristãs no Levante de futuros ataques islâmicos.[103]

Aos católicos maronitas que conheceu no Chipre, esses orientais tão fiéis à Igreja, vendo-os tão frágeis e desamparados, São Luís deu-lhes doravante sua proteção "como aos próprios franceses", razão pela qual encontrariam sempre na França um refúgio seguro.[104]

Ainda em 1240, acolheu na França um arcebispo perseguido, Santo Edmundo da Cantuária, que em razão de zelar pelos interesses da Igreja na Inglaterra sofreu forte oposição do rei Henrique III e impôs-se um exílio voluntário. Santo Edmundo foi recebido com extrema dignidade por São Luís, pela família real e por toda a corte em Paris; e o rei lhe deu apoio, reconhecendo suas grandes virtudes e a justiça da sua causa. Esse foi, aliás, o último gesto de generosidade que o santo arcebispo recebeu, pois morreu na França, sob a proteção de São Luís, em 16 de novembro daquele ano.[105]

Ninguém recorria a São Luís e ficava com as mãos vazias de auxílio material ou consolo espiritual. Escreveu Saint-Pathus que "não só nas circunstâncias importantes, mas também nos pequenos detalhes da vida,

---

102 *Ibid.*, cap. 10, §27.

103 Ver Capítulo 4.10 "*Rei dos Estados Cruzados*".

104 Hergenröther, t. III, c. 263, p. 172. Goyau, cap. II, p. 58.

105 As virtudes heroicas do arcebispo Edmundo e a plêiade de milagres que se multiplicavam em seu túmulo conduziram à sua canonização pelo Papa Inocêncio IV em 1247. O rei da Inglaterra, arrependido por ter feito tanta oposição ao arcebispo, pediu a repatriação de suas relíquias. O levantamento do corpo de Santo Edmundo deu-se na presença de São Luís, de sua esposa e de sua mãe, de seus irmãos os príncipes, dos eclesiásticos e nobres do reino, do legado papal e de muitos dos seus apoiadores (Rohrbacher, t. XVIII, L. 73, p. 116-115).

Digitalizado com CamScanner

ele mostrou-se bom e compassivo com seus inferiores".[106] Não houve obra de misericórdia que não tenha praticado: alimentava os pobres e dava de beber aos que tinham sede, dava pousada aos peregrinos, vestia os nus,[107] visitava os enfermos, libertava os cativos, enterrava os mortos.

Quando visitava os doentes, o rei não apenas providenciava a cura por intermédio de seus médicos, mas se inteirava da enfermidade, da dor, da tristeza desses infelizes, tocando-os, conversando com eles. A insistência de São Luís em visitar os enfermos sem esperança de cura, como os leprosos já à beira da morte, refletia esse impulso de seu coração de levar uma palavra de conforto, um gesto de afeto, de fazer companhia quando todos temiam se aproximar, de falar aos doentes das coisas de Deus, de ser como Jesus Consolador junto dessas almas sofridas.

Observe, caro leitor, São Luís fazendo companhia ao irmão Léger: enquanto não há quem se acerque do pobre leproso, vemos o rei demonstrar cuidado e afeto para com este homem arruinado pela doença e desprovido de qualquer bem; vemos o rei fortificar a fé desse homem achagado e lembrar-lhe das verdades eternas: "esse sofrimento passará e, através dele, estareis mais rápido junto de Nosso Senhor na felicidade eterna do Céu". Nisso, diz Saint-Pathus, "ele praticou o verdadeiro espírito da caridade evangélica", visitando os pobres e doentes, aconselhando, consolando e encorajando-os à paciência e ao amor de Deus.[108]

São Luís tinha um carinho especial pelos moribundos, buscando garantir que as almas dos pobres infelizes que estavam à beira da morte entrassem na Vida Eterna. No que dependesse dele, todos teriam assistência espiritual na hora da morte, recebendo os últimos sacramentos e tendo companhia na derradeira hora:

---

106 Saint-Pathus, cap. 9, §6.

107 Seu cozinheiro, Roger de Saisi, que havia caído cativo, voltou do cativeiro e se apresentou diante do rei em trapos. São Luís sentiu pena e ordenou que imediatamente dois pares de roupas fossem feitos para ele (Saint-Pathus, cap. 9, §6).

108 Saint-Pathus, cap. 10, §28.

> O próprio rei era tão cheio de espírito de piedade que, por caridade, ia livremente ver os doentes, mesmo os que estavam na hora da morte. E lhes oferecia palavras de piedosa salvação e consolação, conselhos dos quais necessitavam muito, embora muitas pessoas argumentassem que ele não deveria ir, em razão do perigo envolvido.[109]

Sem receio de contrair as enfermidades dos doentes e moribundos, ele ia... Ele sempre ia! Durante a Sétima Cruzada, quando dos surtos de peste no seu exército, São Luís percorria leito por leito, confortando sobretudo os mais desesperados de cura.

Chartres deixou o relato de um episódio comovente ocorrido naqueles dias. Conta que quando os cruzados estavam acampados nos desertos egípcios na esperança de conquistar Mansurá e a disenteria e o escorbuto se alastraram,[110] um homem de nome Jacques, criado e camareiro do rei, contraiu as doenças e "estava tão perto da morte a ponto de se acreditar que a qualquer momento exalaria seu último suspiro". O capelão do rei fora dar-lhe os últimos sacramentos e, quando estava indo embora, Jacques disse: "Estou esperando que o meu senhor, o sagrado rei me visite, e não partirei deste mundo até que o tenha visto e falado com ele, e então rapidamente partirei". As palavras do pobre homem foram relatadas a São Luís, que foi vê-lo. Conversou amigável e afetuosamente com ele, falando-lhe das coisas de Deus e consolando-o. Quando o rei voltava para sua tenda, foi informado de que Jacques havia morrido.[111]

8. São Luís e os muçulmanos

"Se amais somente os que vos amam, que recompensa haveis de ter? Não fazem os publicanos o mesmo?", disse Cristo no Sermão da

---

109 Chartres, cap. 10.

110 Ver Capítulo 4.6 "*O terrível cerco nos campos de Mansurá e a batalha de Fariskur*".

111 Chartres, cap. 10.

Digitalizado com CamScanner

Montanha. "Amai os vossos inimigos, fazei o bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos perseguem e caluniam" (Mt 5, 44-47).

São Luís tomava por inimigo o mundo islâmico — rival da Cristandade, perseguidor da Cruz, adversário da Igreja. Odiava a "seita maometana", que reconhecia como religião falsa e invenção demoníaca, e considerava o Alcorão como um livro "cheio de imundices".[112] Não hesitava em chamar os muçulmanos de "filhos da perdição."[113] No entanto, o santo rei sabia que também eles eram chamados à salvação, e que eram os inimigos a quem, segundo o preceito evangélico, deveria amar. Como cristão e rei ocidental, via-os como adversários, mas ainda assim os amou. Ansiava pela conversão deles, não a morte. Nisso também emulou São Francisco, que foi ao Egito em 1219 em busca do martírio e conquistou a confiança do sultão, obtendo dele a permissão para pregar o Evangelho em suas terras. E o que comovera o maometano a ponto de fazer tal concessão? O próprio Francisco, que tratou o sultão e os outros infiéis com amor, a despeito da rivalidade entre os dois mundos.[114]

Numa época em que os cristãos não viam muitas razões para tratar com deferência os sarracenos, São Luís demonstrou universalmente sua misericórdia e seu amor para com estes homens. Magnânimo na vitória e na derrota, recusou, após a tomada de Damieta pelos cruzados, aceitar a troca daquela cidade por Jerusalém, proposta do sultão Ayyub, pois não queria, segundo disse, firmar semelhante tratado com um homem vencido e moribundo.[115] No cárcere, após a tragédia em Fariskur, tratou seus carcereiros com imensa amabilidade e caiu nas graças do novo sultão. Na Terra Santa, a forma com lidou com os sarracenos impulsionou muitos deles à conversão à fé verdadeira. Durante o pagamento do valor arbitrado com os muçulmanos egípcios, negou-se a tirar vantagens

---

112 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VIII, p. 699-700.

113 S. Luís, *Carta da Terra Santa aos seus súditos*, §2º.

114 S. Boaventura, *Leg. mai.*, cap. IX, p. 101-105.

115 Maalouf, cap. XIII, p. 270-271.

indevidas e proibiu seus homens de o fazerem. A verdade, a justiça e o amor não eram, para São Luís, atribuíveis a alguns em detrimento de outros; ao contrário, eram destinados a todos, sem distinção.[116]

Sua honestidade e amabilidade para com os infiéis foi ressaltada pelo Papa Bonifácio VIII na bula de canonização como um eminente sinal da santidade deste homem que cumpriu rigorosamente o ensinamento de Cristo de amar o inimigo para "ser perfeito como o vosso Pai celeste é perfeito" (Mt 5,48).

9. Na cruz está a explicação

No início do século XIII, São Francisco de Assis dera provas de que, com o auxílio divino, era possível viver os preceitos do Evangelho. E, no decorrer de tão feliz século, São Luís demonstrou que isso era possível mesmo para um rei. Seu reinado começou um mês após a morte do pobrezinho de Assis. A partida do mestre, pode-se dizer, foi sucedida pela chegada do discípulo, destinado a aplicar, no trono mais importante da Cristandade, o espírito que Francisco aplicou à sua pequena comunidade na Porciúncula.

Com efeito, escreveu Saint-Pathus, "devemos amar os homens porque eles são criados à imagem de Deus, devemos amá-los ou porque são bons ou podem sê-lo", acrescentando que "o piedoso rei estava inflamado com essa caridade cristã" e que "o espírito de caridade ocupava de tal maneira o coração do santo rei que ele parecia viver apenas para exercê-lo, procurando distribuir em todas as partes do reino as provas dessa ardente caridade".[117]

Somente um tolo suporia que o assentimento de São Luís à caridade e à humildade da cruz foram a realização de uma virtude humana, fruto de um esforço natural. Pergunto ao caro leitor, que seja talvez o mais cético dos incrédulos, se poderia sinceramente crer que os atos de

---

116 Ver Capítulo 4.8 – "*O cativeiro de São Luís*"; 4.9 – "*Do Egito à Terra Santa*"; 4.10 – "*Rei dos Estados Cruzados*".

117 Saint-Pathus, cap. 8, §1; cap. 10, §1; cap. 25.

amor contemplados neste capítulo são próprios do comum dos homens? Quanto a nós, não temos dúvidas de que tais atos foram a frutificação da virtude infundida no rei Luís pelo Deus que ele tanto amou, virtude que o penetrou em tal maneira a permitir-lhe fazer ações semelhantes às do próprio Cristo. Seus atos são, portanto, divinos. No amor de São Luís pelo próximo não há filantropia, mas caridade ardente, oriunda do seu amor por Deus. Há em Luís o amor de um santo, de um homem configurado ao Cristo, de alguém que não mais vive, mas em quem Cristo vive (Gl 2,20).

Tal caridade foi a consequência, a continuidade necessária de sua vida espiritual, de sua frequência aos sacramentos, da penitência e, sobretudo, da sua união ao Divino Crucificado. O que foi exposto neste capítulo depende do que foi apresentado no capítulo anterior: não haveria verdadeiro amor ao próximo sem a caridade infundida na alma pela graça de Deus. Crescendo em graça e no amor para com Deus, esse amor divino trasbordou para a imagem de Deus que é o homem. Assim se dera com Francisco, assim se deu com Luís.

O santo rei compreendeu e viveu com tamanha perfeição os princípios de São Francisco que, mesmo não tendo jamais professado como terceiro, foi declarado patrono da Ordem Terceira Franciscana com Santa Isabel da Hungria. A forma como, sendo rei, viveu como se não fosse, sendo rico, desapegou-se, e sendo poderoso, fez-se fraco, tornou Luís um homem de fato humilde diante da majestade de Deus. Sabendo-se pequeno, frágil e impotente, São Luís seguiu o caminho de São Francisco na imitação de cada passo da jornada terrena de Jesus, que é "humilde de coração", até o Calvário. Os caminhos de perfeição de São Luís e de São Francisco se cruzam na cruz: ambos foram movidos pelo mesmo amor ao crucificado.

Compartilhando o imenso amor de Cristo pelo homem, abraçando a humildade abnegada do Homem-Deus, doando-se sem reservas aos sofredores e socorrendo os aflitos, rejeitando as glórias mundanas e os prazeres terrenos, São Luís se tornou um imitador verdadeiro de Jesus

Digitalizado com CamScanner

Cristo, unindo-se a São Francisco no signo da cruz. A vida de São Luís, arremata Bénouville, é

> uma imitação da vida de Nosso Senhor, com tudo o que esta expressão implica, não de vã paródia, mas de humildade total e dom absoluto de si. Para ele, o essencial consiste em conformar o mais possível a sua vida à do Salvador e de nunca se deixar arrastar pelas vaidades de um mundo que lhe cumpre governar e dominar.[118]

Não há como não concluir que a vida de um homem como o rei Luís IX da França é uma prova palpável da origem divina da religião que ele professava e, nas palavras de Daniel-Rops, "do que ela é capaz de fazer do homem quando ele se submete inteiramente às suas exigências".[119]

---

118 Bénouville, cap. II, p. 69.

119 Daniel-Rops, t. III, p. 336.

Digitalizado com CamScanner

"São Luís dá seus últimos conselhos a seu filho Filipe", de Jacques-Antoine Beaufort. Séc. XVIII.

CAPÍTULO 7

SÃO LUÍS EM FAMÍLIA

No tempo de São Luís, a família não se compunha, como as famílias modernas, apenas de pai, mãe e poucos filhos, mas também de muitos parentes e agregados.[1]

Junto ao nosso rei encontravam-se, além da esposa e dos onze filhos (dos quais nove sobreviveram à infância), quatro netos, um genro e duas noras. Tinha consigo alguns irmãos e cunhadas, uma irmã, e dois sobrinhos — deixados pelo falecido irmão, Roberto de Artois — cuja criação assumiu. A seu redor, havia igualmente os que, não sendo necessariamente seus parentes, viviam em sua intimidade e gozavam de sua afeição: eram a *mesnie* ou *entourage*, o círculo próximo, os cavaleiros e religiosos cujo convívio o agradava.

Para todos eles São Luís era um pai espiritual, dedicado a edificá-los na fé e na virtude. "O rei Luís", diz Saint-Pathus, "nunca perdia a oportunidade de trazer almas para Deus através de suas palavras ou de seu exemplo,"[2] sobretudo estas pessoas que lhe eram próximas. Via-os como confiados a ele por Deus e desejava ser para eles, diz Guilherme de Chartres, "espelho de honestidade e modéstia", utilizando da proximidade para evangelizar e educar na virtude. Viveu, acrescenta, em "seu

1 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 147. Não que a família compreendesse, ainda no século XIII, a vasta parentela de tempos mais remotos da primeira idade feudal. Com efeito, entre os séculos XI e o de São Luís, a compreensão desta família estendida era bem mais restrita do que fora antes, mas, ainda sim, maior do que as nossas famílias pequenas de hoje.

2 Saint-Pathus, cap. 8, §8.

Digitalizado com CamScanner

círculo íntimo edificando por suas palavras de salvação e seu exemplo seus filhos, amigos, parentes e a nobreza que com ele estavam".[3]

A esposa, os filhos, os irmãos, os amigos e os companheiros, todos eram como seus filhos espirituais, alimentados por seu exemplo e ensinamentos. São Luís figuravam, assim, como guia de uma grupo numeroso de seguidores, que o tinha como modelo e referência espiritual. Parecia, em suma, um dos antigos patriarcas, conduzindo uma grande parentela e dedicando-se a salvar-lhe as almas.

1. A esposa

Em 27 de maio de 1234, São Luís casou-se com Margarida da Provença, a filha mais velha do conde Raimundo Berengário IV da Provença e de Beatriz de Saboia, casamento que duraria até a morte do rei, trinta e seis anos depois. Margarida esteve a seu lado nos momentos mais relevantes e, mesmo que de presença escassa nos registros históricos, quando se manifesta, suas palavras e ações foram sempre certeiras e decisivas.

Mas quem era Margarida da Provença? Todos os que falam a seu respeito não deixam de mencionar, antes de qualquer outra qualidade, a beleza. Especialmente enfático é o cronista Mateus Paris ao dizer que, assim como sua mãe, Beatriz, "a rainha Margarida era absolutamente bela".[4] Delicada e elegante, de longos cabelos escuros e belos olhos,[5] despertou paixão platônica em muitos nobres e cavaleiros. Segundo teoria de Rita Lejeune, citada por Pernoud, teria sido a princesa "com nome de flor" que inspirara o *Roman de la rose* (Romance da Rosa) de Guilherme de Lorris.[6]

---

3 Chartres, cap. 15.

4 Mateus Paris, t. IV, p. 131.

5 Costain, pp. 125-126.

6 Resumo da poesia cortesã, esse poema celebra o amor e o respeito do poeta pela "Dama nobre", situada no poema num jardim fechado por todos os lados, onde floresce o arbusto que assiste ao desabrochar do botão de rosa pelo qual o poeta se sente invencivelmente atraído (Pernoud, 1990, cap. X, p. 221).

Digitalizado com CamScanner

Margarida conhecera na infância, no castelo de sua família em Aix, todos os charmes das "*cours d'amour*", das cortes do amor. Foi a segunda rainha da França, após Leonor da Aquitânia no século anterior, a levar ao norte cinzento do reino, à austera Paris, a vivacidade própria dessas cortes - a mesma vivacidade do sul, da *Côte d'Azur*, de sua Provença natal,[7] cuja vista tanto a regozijou no retorno da cruzada.[8] Foi sempre de temperamento alegre e vivaz, e, conforme um episódio na Terra Santa narrado por Joinville, capaz de rir de si própria:

> Enviei à senhora rainha quatro peças de chamalote. O cavaleiro que as levava, levava-as embrulhadas em pana branco. Quando a rainha o viu entrar na sala onde estava, ajoelhou-se diante dele. O cavaleiro, por sua vez, ajoelhou-se diante dela. E a rainha o advertiu: "Levantai-vos, senhor cavaleiro; vós não deveis ajoelhar-vos; vós que portais as relíquias". Mas o cavaleiro respondeu: "Senhora, não são relíquias, mas peças de chamalote que meu senhor vos envia". Ao ouvir isso, a rainha e suas donzelas começaram a rir; e a rainha disse ao cavaleiro: "Dizei ao seu mestre que este dia lhe seja amaldiçoado, pois ele me fez ajoelhar diante de suas peças de chamalote."[9]

Nos primeiros anos de casamento sofreu com a tirania da difícil sogra, Branca de Castela, cuja arbitrariedade desafiou apenas uma vez.[10] Mas vimo-la mostrar caráter de aço ao governar Damieta e comandar, do leito de parturiente, o exército cruzado durante o cativeiro do marido, defendendo a cidade das investidas islâmicas e reunindo o dinheiro exigido para o resgate de Luís.[11] Enfrentou perigos na Terra Santa, como a travessia de sete léguas de Acre a Assur, quando os cristãos não estavam em trégua com os muçulmanos do Egito e da Síria, ocasião em que, junto

---

7 Lévis-Mirepoix, cap. II, p. 63.

8 Joinville, parte II, §654.

9 *Ibid.*, parte II, §601.

10 Ver Capítulo 3.2 – "*O casamento e a família*".

11 Ver Capítulo 4.7 – "*A resistência de Margarida da Provença*".

com sua comitiva, teve "que colocar os pés em terra do país dos nosso inimigos para fazer fogo e cozinhar para alimentar e amamentar as crianças".[12] Na viagem de volta a França, ante a possibilidade de morte por naufrágio, Margarida demonstrou a estabilidade e a coragem próprias de homens viris.[13]

A rainha amava o marido com dedicação, e seu amor "nunca feneceu, apesar das contrariedades causadas pela rainha-mãe", acentua Bénouville.[14] Quem há de querer prova maior da sinceridade e da pureza do amor de Margarida por Luís do que a cena comovente narrada por Joinville? Conta o cavaleiro que, em 1253, assim que a notícia da morte de Branca de Castela chegou à Terra Santa, ele a encontrou chorando copiosamente e perguntou-lhe: "Se morreu a mulher que mais odiáveis, por que chorais por ela?" Ao que a rainha respondeu: "Não é por minha sogra que choro, mas pela tristeza do rei em perdê-la".[15]

Ao discutir a razão de São Luís ter decidido levar Margarida consigo à Sétima Cruzada, não deixando-a na França como regente, Bordonove faz algumas reflexões importantes sobre o casal real:

> Por que Luís IX não confiou a regência à rainha Margarida da Provença? Por que ele preferiu, apesar do risco, levá-la para a cruzada? Todas as suposições são permitidas e os autores não se privaram disso, tirando suas deduções das Memórias de Joinville e de outras crônicas. Uns pretendem que Branca de Castela descreditara sua nora e que o rei fora convencido pelo espírito intrigante dela: afinal, não era ela irmã da rainha da Inglaterra; teria ela esquecido sua família? Outros, que Luís queria, ao contrário, subtrair Margarida da tutela de Branca e de suas injustas críticas e repreensões. [...] Quanto à desconfiança de Luís a respeito de Margarida, esta não se baseia em nada, senão sobre uma imprudência da

12 Joinville, parte II, §614.

13 Saint-Pathus, cap. 3, §5.

14 Bénouville, cap. II, p. 64.

15 Joinville, parte II, §605.

> qual falaremos mais tarde. Em realidade, Margarida adotava as opiniões do marido e o apoiava em todos os seus empreendimentos; ela usava de sua terna influência, não para desviá-los de seus objetivos, mas para encorajá-lo a prosseguir. Ela era a mulher que partilhava tanto o melhor quanto o pior, pois ela o estimava, de uma vez por todas, tal como era seu dever de esposa. Luís e Margarida formavam um verdadeiro casal, fortemente e ternamente unido. Pode-se mesmo se arriscar a escrever que Margarida exercia uma atração verdadeiramente sensual em Luís. [...] Tudo leva a crer que Luís IX não podia se separar de sua esposa, nem fazer nada sem ela. Ele tinha então trinta e quatro anos e não era ainda um santo. E a rainha, aos vinte e sete, permanecia belíssima.[16]

Lévis-Mirepoix acrescenta que talvez São Luís fosse mais apaixonado por Margarida do que quisesse admitir até para si mesmo.[17] Sabe-se que sentia forte atração por ela e que passava bastante tempo ao seu lado. Na juventude gostavam de encontrar-se muitas vezes durante o dia. Tinham interesses em comum, passeavam, ouviam música, liam e rezavam juntos. É difícil crer que os onze filhos do casal tenham sido fruto apenas da necessidade de garantir uma descendência, pois o último deles nasceu no 26º ano de casamento, quando Margarida tinha cerca de quarenta anos. Talvez há de te espantar, querido leitor, que São Luís teve os últimos filhos quando fora elevado à contemplação, quando já trilhava os caminhos da oração, penitência e caridade expostos nos dois capítulos anteriores. Enfim, poderá chocar a muitos que alguns dos filhos de Luís IX tenham nascido quando ele já era, sem dúvidas, um santo!

Dos onze filhos do casal, cinco nasceram antes da cruzada — Branca (1240), Isabella (1242), Luís (1243), Filipe (1245) e João (1246). Outros três, durante a cruzada — João Tristão (1250), Pedro (1251) e Branca (1252). Mais três nasceram depois da cruzada — Margarida (1254), Roberto (1256) e Inês (1260).

---

16 Bordonove, parte IV, cap. 1, pp. 174-175.

17 Lévis-Mirepoix, cap. II, p. 64.

Digitalizado com CamScanner

Luís e Margarida não se entregavam às paixões desordenadas, ao contrário, consagravam-se juntos à glória de Deus. Geoffroy de Beaulieu, confessor de São Luís, refere-se a eles como "um santo casal", e a seu matrimônio como "sagrada união conjugal."[18] É este mesmo cronista a relatar que

> com o consentimento de sua esposa, a rainha, o casal se absteve de relações carnais durante todo o Advento e toda a Quaresma, e em certos dias da semana e durante as vigílias e dias de grande festa. Além disso, abstinha-se em dias solenes em que comungasse, em respeito ao santo mistério, e por muitos dias antes e depois. Se, no entanto, por alguma razão ele visitasse sua esposa, a rainha, durante estes dias de abstinência e passasse algum tempo com ela e, devido à proximidade de sua esposa e à fraqueza humana ele sentisse um movimento desordenado da carne, ele se levantava da cama e caminhava pelo cômodo até que seu corpo rebelde se acalmasse.[19]

Também se conta que São Luís, nestes dias de abstinência, ao entrar no quarto de Margarida para encontrar-se com ela e as crianças, sentava-se a seu lado e mantinha os olhos fixos no chão enquanto conversavam. Nessas ocasiões, Margarida, receando que ele estivesse zangado com ela, perguntava-lhe: "Meu senhor, o que há? Não quereis me olhar. Fiz algo que vos desagradou?" "Não, minha senhora". "Por quê, então, não me olhais?", repetia ela. Ele respondia: "Não é bom ao homem olhar aquilo que não pode ter".[20]

Apesar de reinar entre eles uma cumplicidade ímpar, havia algo em São Luís que nem Margarida, sua companheira de quase quatro décadas, conseguia compreender. Joinville diz que a rainha certa vez chamou São Luís de "*mobile*"[21], palavra geralmente traduzida por *estra-*

---

18 Beaulieu, cap. 13, §1.

19 *Ibid.*, cap. 11, §1.

20 Carolus-Barré, cap. VI, p. 301. Lévis-Mirepoix, cap. II, p. 65.

21 Joinville, parte II, §631.

nho, *esquisito* ou *bizarro*. Le Goff prefere traduzir para *diferente, instável, imprevisível*[22] e Bénouville entende como *inconstante*.[23] Não sabemos o que Margarida quis dizer exatamente com essa palavra, mas é lícito supor que, para ela, alguma coisa tornava Luís diferente, inexplicável, misterioso. Na verdade, isso é comum na vida dos santos. Há neles qualquer de insondável e inefável, uma atuação extraordinária do Espírito Santo que torna muitas das suas ações e reações inesperadas, e mesmo incompreensíveis.

Curiosa condição essa, comenta Bordonove, a de ser esposa de um santo:

> Ela demanda uma compreensão, uma abnegação pouco comuns. Nada havia preparado Margarida a sublimar seu amor, e até o último sacrifício. Criada na corte da Provença, ela amava os divertimentos e não esperava ter [em Paris] uma vida menos brilhante. Ora, recém-casados, Luís creu dever renunciar progressivamente aos jogos, às caçadas, ao luxo conveniente à sua posição e mesmo aos hábitos principescos. [...] Ele preferia a oração e as leituras piedosas aos divertimentos. No entanto, ele não esquecia os deveres de seu cargo e, quando necessário, sabia aparecer em trajes cerimoniais, presidir alegremente uma festa, jogar xadrez ou caçar. Mas para a rainha, aqueles eram instantes muito breves.[24]

Não se pense que ela não compartilhasse da vida espiritual do marido. Recorde-se que o jovem casal se absteve de relações conjugais durante as três primeiras noites de casamento, observando as "noites de Tobias", e que mantinham abstinência certos dias como mortificação conjunta. Margarida não é santa canonizada, mas foi cristã exemplar, defensora dos interesses da Igreja e da Cristandade, entusiasta das cruzadas e, conforme enfatizou seu próprio confessor, Guilherme de Saint-Pathus, uma mulher de fé e esperança notáveis:

---

22 Le Goff, 2010, 2ª parte, cap. IX, p. 438.

23 Bénouville, cap. II, p. 64.

24 Bordonove, parte II, cap. 9, p. 96.

Digitalizado com CamScanner

> A piedosa rainha Margarida também tinha um alto grau das virtudes da fé e da esperança. Ela e seus filhos pequenos estavam no navio ameaçado [de naufragar diante do Chipre em 1254]. No momento mais crítico, as amas foram até a rainha e disseram: "Senhora, o que faremos com seus filhos? Devemos acordá-los e levantá-los?" Ao que ela respondeu: "Não os acordem, os deixem ir a Deus em seu sono." Belas palavras anunciando a mais firme esperança na vida futura![25]

"Palavras essas que", comenta Bordonove, "atravessando os séculos, conservam seu poder emocional".[26]

Além disso, registraram-se detalhes singelos da vida íntima de Luís e Margarida, que revelam unidade de espírito e extrema cumplicidade entre eles. Por exemplo, Luís costumava levantar-se nas madrugadas para cantar matinas na Sainte-Chapelle, mas quando dormia com Margarida, quebrava o hábito, permanecendo toda a noite com ela. Nestes dias, embora não fosse à capela, rezava no oratório do aposento, próximo à cama. Mas não raro se esquecia de agasalhar-se, e Margarida, preocupada com sua saúde, cobria-o com um manto enquanto ele rezava.[27]

Uma das críticas de Joinville a São Luís reside no trato do rei com a esposa. Conta o cavaleiro que a rainha, tendo acabado de recuperar-se do parto da princesa Branca (nascida em 1253), foi de navio, de Jafa à Sidônia, encontrar o marido. Joinville, ao saber da chegada de Margarida, deixou São Luís e foi encontrá-la, acompanhando-a até o castelo. De volta, Joinville reencontrou o rei na capela, que lhe perguntou se a rainha e as crianças estavam bem de saúde. Ante a resposta positiva, Luís disse: "Eu imaginei que vos levantastes para ir encontrar-vos com a rainha, então eu os fiz esperar o sermão para vós". Joinville censura São Luís em suas memórias: "E me lembro essas coisas porque eu já estava há cinco anos junto dele e ele ainda não falara da rainha nem dos filhos a mim e nem

---

25 Saint-Pathus, cap. 3, §5.

26 Bordonove, parte III, cap. 8, p. 230.

27 Carolus-Barré, cap. VI, p. 301. Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VI, p. 648.

Digitalizado com CamScanner

a ninguém que eu tenha ouvido; e não era uma boa coisa essa, assim me parece, ser tão reservado sobre sua esposa e filhos".[28]

Supôs o senescal certo descaso do rei pela rainha, manifestado na ausência de comentários a respeito dela e no fato de ele não ir ao seu encontro? Diz Bordonove que Joinville interpretou mal São Luís, "não compreendendo que o rei separava com discrição sua família dos negócios de Estado e que buscava preservava sua intimidade".[29] Também Jean Richard considera injusta a crítica de Joinville, opinando que já era esperado que o santo rei, tão cioso do autocontrole, manteria sua afeição pela esposa sob extrema reserva.[30] Por fim, não estaria certa Régine Pernoud, quando diz que talvez Joinville nutrisse por Margarida uma paixão platônica,[31] que o levava a supervalorizá-la e a menosprezar a dedicação do rei a ela?

Mas o casamento não foi desprovido de embates. Aparentemente, Luís e Margarida desentendiam-se a respeito do vestuário do rei, considerado inadequado pela rainha;[32] e por certo desejo de poder de Margarida, manifestado em duas circunstâncias.[33]

Em primeiro lugar, o conflito pela sucessão da Provença. Ora, por ser a filha mais velha de quatro irmãs, era natural que ela herdasse o condado, porém, o pai legou-o à filha mais nova, Beatriz. Esta era casada com o irmão mais novo de São Luís, Carlos de Anjou, cunhado

---

28 Joinville, parte II, §§593-594.

29 Bordonove, parte III, cap. 8, p. 226.

30 Richard, parte III, cap. IV, p. 438.

31 Pernoud, 1990, cap. X, p. 218. Que isso não espante o leitor. Em épocas de amor cortês, a paixão platônica de um inferior pela superiora inalcançável manifestava-se num sentimento de vassalagem e dedicação extrema, e não na busca da realização amorosa.

32 Há uma anedota, que não encontramos nas fontes primárias, segundo a qual Margarida pedira a São Luís que se vestisse de forma mais condizente com a dignidade real, ao que ele respondeu propondo uma troca: ele se vestiria com o luxo com que ela costumava se vestir, desde que ela aceitasse, por sua vez, vestir-se como ele então se vestia. Naturalmente ela não concordou.

33 Não podemos deixar de anotar que nosso santo não parece ter diagnosticado tal característica em sua venerada mãe.

Digitalizado com CamScanner

detestado por Margarida. A rainha, com efeito, não cessaria de tentar que o testamento do pai fosse anulado para que a Provença integrasse seu próprio patrimônio.

A segunda manifestação de ambição da esposa a desagradar São Luís foi um juramento extraído por Margarida do filho mais velho, o príncipe Filipe, em 1263. Pelo voto, ele comprometia-se, ao assumir o trono, a nada decidir de importante sem consultá-la. São Luís irritou-se muitíssimo ao ter notícia do fato, e solicitou ao Papa Urbano IV a declaração de nulidade do imprudente juramento.[34]

Mas, reforça Richard, seria exagero atribuir ao rei uma desconfiança inata contra a esposa, vez que aconselhou o mesmo Filipe a "amar e honrar vossa mãe e seguir com boa vontade e observar os seus bons ensinamentos, e que estejas inclinado a crer nos seus bons conselhos". Não devemos compreender estas palavras como mera cortesia para com uma esposa devotada, pois foram escritas pouco antes da morte já iminente do rei. E a sabedoria secular ensina que as palavras proferidas próximo à morte, sobretudo as dum santo, revelam incomum sinceridade.[35]

Embora nos pareça exagerada a colocação de Bainville em sua "*Histoire de France*" de que "o santo rei tinha junto de si uma verdadeira santa",[36] é um absurdo que o padre Sáenz escreve a respeito de Margarida da Provença: "era uma jovem fútil e superficial, e de um nível psicológico e espiritual muito inferior ao de seu marido".[37] A história do casal e os dados que nos chegaram sobre a rainha depõe expressamente contra tal juízo. O cronista Robert de Sainceriaux escreveu que Margarida era "gentil, uma boa rainha, plena de grande simplicidade",[38] e o padre Rohrbacher,

34 Margarida desejava, ao que tudo indica, ter sobre o filho, futuro Filipe III, a mesma ascendência que Branca de Castela tivera sobre São Luís (Richard, parte I, cap. IV, p. 127).

35 Richard, parte I, cap. IV, p. 127.

36 Bainville, cap. V, p. 57.

37 Sáenz, 2020, cap. III, pp. 171-172.

38 Robert de Sainceriaux *apud* Chateaubriand, cap. VII, p. 435.

Digitalizado com CamScanner

reunindo os testemunhos a respeito da esposa do santo rei, diz que ela era "bela, de grande espírito e muito piedosa".[39]

Se São Luís não teria sido o que foi sem Branca de Castela, tampouco o seria sem Margarida da Provença, essa mulher corajosa, virtuosa e piedosa, rainha digna do título, uma das maiores a portar a coroa de consorte da França. Deus agraciou São Luís com uma companheira ímpar, que jamais se opôs à sua busca pela perfeição, e que esteve com ele nos instantes mais difíceis de sua vida como fonte de incentivo e fortaleza.

E há uma afirmação quase esquecida de São Luís a respeito de Margarida, dita no cárcere, aos muçulmanos, que talvez demonstre mais do que qualquer outro gesto ou palavra do santo rei o que sua esposa significava para ele, pois foi enunciada no momento mais difícil de sua trajetória neste mundo: "*Elle est ma dame*", "ela é a minha senhora".[40]

2. Os filhos

"Filhos sagrados deveriam nascer de tão sagrada união conjugal e, pela graça de Deus, o santo casal tinha uma abundante prole", escreveu Geoffroy de Beaulieu.[41]

Como o leitor já sabe, São Luís e Margarida da Provença tiveram onze filhos, número surpreendente, considerando-se a abstinência frequente de relações conjugais como forma de mortificação. Assusta sobremaneira o índice relativamente baixo de mortalidade entre as crianças, pois nove sobreviveram à infância, número elevado se comparado ao da geração anterior. Com efeito, das quatorze crianças que Branca de Castela dera à luz, apenas cinco alcançaram a maturidade. Por óbvio a obstetrícia e a pediatria progrediram de uma geração para outra, e a família real dispunha dos melhores médicos para cuidar de seus príncipes.[42]

---

39 Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 158

40 Joinville, parte II, §342.

41 Beaulieu, cap. 13, §1.

42 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VI, p. 650.

Digitalizado com CamScanner

Dos onze, seis eram meninos e cinco eram meninas. Morreram na infância a princesa Branca, primogênita, falecida com pouco mais de dois anos de idade, em 1243, e o príncipe João, falecido um pouco mais novo, em 1248.

Desde Santo Isidoro de Sevilha, grande doutor do século VII, os tratados pedagógicos subdividiam a primeira etapa da vida (que chamaríamos infância) em duas fases: a *infantia* (do nascimento aos sete anos) e a *pueritia* (entre os sete e os quatorze). Na primeira fase, as crianças nobres de ambos os sexos ficavam sob encargo das mães, das senhoras e das donzelas da casa, que as criavam numa ala própria dos palácios e castelos. A instrução propriamente dita começava a partir dos sete anos, quando os meninos eram retirados do ambiente materno e inseridos no convívio dos senhores a fim de receber preparação para a cavalaria. A partir dos quatorze anos já não se falava em crianças: os rapazes se tornavam escudeiros, e as moças estavam prontas para o casamento.[43]

Os filhos homens de São Luís foram formados para serem cavaleiros cristãos de valor, ensinados a, conforme palavras do próprio santo rei, "não pouparem nada, nem mulher, nem filhos, nem mesmo o reino, por Cristo, pela Igreja e pela fé católica".[44]

O santo rei manteve junto de si, de maneira especial, o *príncipe Luís*, seu herdeiro, nascido em 24 de fevereiro de 1244. Diz-se que o jovem tinha qualidades semelhantes às do santo pai, que cuidou com zelo de sua educação e o pôs a par dos assuntos de governo assim que o príncipe teve idade. Falava-se que ele prometia ser um digno sucessor de São Luís. Foi noivo de Berengária de Castela, filha e herdeira do rei Afonso X de Castela, um arranjo matrimonial que visava à futura unificação da França e de Castela mediante o casamento dos dois herdeiros presuntivos. Sua morte prematura, em 13 de janeiro de 1260, quando contava menos de dezesseis anos, frustrou, no entanto, todas as expectativas nele depositadas.

43 Silva, parte I, cap. 1, p. 37.

44 O'Connell, cap. I, pp. 127-128.

A morte do príncipe Luís não ameaçou a sucessão, pois São Luís e Margarida tinham outros quatro filhos homens. Assumiu a condição de herdeiro o *príncipe Filipe*, nascido em 1º de maio de 1245, que seria um dia o rei Filipe III. Tido por menos capaz que o irmão mais velho, e de caráter assaz gentil, submisso e tímido, era, porém, honesto, dedicado e muito piedoso. Filipe compartia das devoções e obras piedosas do rei, como, por exemplo, o translado das relíquias de Vézelay em 1261 e o lava-pés dos monges em Royaumont. E vemo-lo carregar os doentes do *Hotel-Dieu* de Compiègne, por volta de 1259. Tinha forte constituição, boa aparência e, por amar os exercícios vigorosos, como caça aos lobos e javalis, passou à história como "Filipe, o Ousado".[45] E foi sempre leal ao pai, "tanto na vida como na morte", escreveu Beaulieu.[46]

Assim que Filipe se tornou herdeiro, seu pai o introduziu no governo e lhe ensinou o exercício do poder e a fidelidade, como monarca, a Deus. Foi ao príncipe Filipe que São Luís deixou suas conhecidas "instruções" pouco antes de morrer. Nessas instruções cheias de afeição, iniciadas com as palavras "ao meu querido filho primogênito, Filipe, a saudação e o amor de seu pai", e nas quais a expressão "querido filho" é repetida dezessete vezes, São Luís deu ao sucessor conselhos espirituais: o amor a Deus, a guarda a fé, a paciência, a confissão frequente, a obediência à Igreja e ao Papa, a caridade com os pobres e sofredores, a companhia dos homens bons, os sermões; e orientações de governo: fazer a justiça, pacificar as disputas, honrar os religiosos e padres, evitar a guerra, reprimir o pecado da boca, do corpo e dos jogos, perseguir a heresia, ser ponderado em matéria de economia.[47]

---

45 Carolus-Barré, cap. IV, p. 142.

46 Beaulieu, cap. 49, §1.

47 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VI, p. 655. Bordonove (parte VI, cap. 3, pp. 293-294) é severo na descrição do futuro Filipe III, dizendo que ele era bem inferior ao irmão mais velho, que herdara poucas qualidades de São Luís e nenhuma das tradicionais virtudes capetianas, como a prudência, a ambição discreta, a economia, a diplomacia. Acrescenta o historiador que lhe faltava personalidade e clarividência, ao

Digitalizado com CamScanner

São Luís casou Filipe, em 1262, com a infanta Isabel de Aragão, filha do rei Jaime I de Aragão e de Violante da Hungria, em condições diplomáticas que serão conhecidas no capítulo 8.[48]

Os demais filhos de São Luís não herdaram o trono, mas receberam apanágios,[49] e foram casados com herdeiras importantes. O rei parece ter tido um carinho especial pelo quarto filho, o *príncipe João*, dito "Tristão", pois ele nasceu em Damieta, no Egito, em 8 de abril de 1250, enquanto o rei era prisioneiro dos muçulmanos, o momento mais crítico de sua vida. Esse rapaz virtuoso e fiel foi nomeado conde de Valois, e casado com Iolanda da Borgonha em 1264, embora só tenham consumado o casamento em 1266, em razão da idade dos noivos. O matrimônio valeu a João Tristão o condado de Nevers, que Iolanda trouxe como dote.[50]

O quinto filho de São Luís, o *príncipe Pedro*, nascido em Château-Pèlerin, na Terra Santa, em 29 de junho de 1251, recebeu do pai a investidura de conde de Alençon, e casou-se com a condessa Joana de Blois em 1272. O filho mais novo, o *príncipe Roberto*, nascido em 1256, tornou-se conde de Clermont, casando-se em 1272 com Beatriz, senhora de Bourbon. Desse casal originou-se a Casa de Bourbon, ramo capetiano que assumiria o trono francês em 1589.[51]

Das quatro meninas de Luís e Margarida que sobreviveram à infância, São Luís parece ter sido muito próximo da mais velha, a *princesa Isabella*, nascida em 2 de maio de 1242. Acompanhou o pai durante sua última cruzada, e a ela São Luís dirigiu uma belíssima carta de próprio punho, aconselhando-a e manifestando-lhe a afeição paternal. São Luís

---

mesmo tempo em que era pródigo e ávido por divertimentos. Diz que era pouco instruído, e que, apesar dos encorajamentos e das lições do pai, não tinha gosto algum pelo estudo.

48 Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, p. 593. Carolus-Barré, cap. IV, pp. 143-144.

49 Era a concessão de um feudo de um rei ou senhor aos filhos que não herdariam seu título principal.

50 Tillemont, t. IV, cap. CCCLXV, pp. 128-130.

51 Richard, parte III, cap. IV, p. 441.

Digitalizado com CamScanner

principia a carta da seguinte maneira: "*Querida filha, na esperança de que a terna afeição que sempre mostrou a mim preserve em seu coração a minha memória mais do que a de qualquer outra pessoa, escrevo-lhe à mão estes ensinamentos*[...]". No restante da carta, o santo rei instruiu a filha a viver conforme a fé, a confessar-se com frequência, a amar a Deus com toda a alma, a evitar o pecado, a viver devotamente, a não perder tempo com palavras inúteis, a ter a seu serviço somente mulheres honestas, a obedecer ao marido, ao pai e à mãe e a evitar todo luxo nas vestes. Ensinava-lhe, enfim, a desprezar o mundo e amar as coisas de Deus. Como o pai, Isabella era bastante piedosa, disciplinava-se e utilizava uma peça de cilício.[52] Possuía, diz Tillemont, "boas qualidades vindas da natureza e da graça", e foi dada em casamento a Teobaldo II, conde de Champagne e rei de Navarra, em 1255, numa cerimônia em Melun, que Joinville descreveu como "grandiosa e solene". Sabe-se que o marido de Isabella, considerado como filho por São Luís, era tão piedoso quanto a esposa, e que não tiveram filhos porque concordaram em manter um casamento josefino.[53]

As demais filhas eram igualmente três belas moças de elevada virtude. A *princesa Branca*, nascida em 1253, em Jafa, na Terra Santa, casou-se com o infante Fernando de Castela em 1269, filho do rei Afonso X, após São Luís obter a dispensa papal em razão do parentesco entre os noivos. Teria sido rainha de Leão e Castela se a morte não lhe ceifasse prematuramente o marido. A *princesa Margarida*, nascida em 1254, tornou-se duquesa de Brabante ao casar-se com o duque João I em 1270. E a última filha, a *princesa Inês*, nascida em 1260, tornou-se duquesa da Borgonha pelo casamento com o duque Roberto II. Embora contasse apenas dez anos de idade quando morreu São Luís, e tenha vivido cinquenta e cinco anos após a morte do rei, Inês guardou sempre com imenso carinho a

52 Saint-Pathus, cap. 8, §7.

53 Joinville, parte II, §666. Tillemont, t. IV, cap. CCCXLV, p. 59.

lembrança deste pai tão insigne, e até o fim da vida assinou documentos como "Inês, filha de meu senhor São Luís".[54]

Assim como destinara apanágios aos príncipes, a cada uma das princesas São Luís destinou dez mil *livres* como dote.[55]

O santo rei não apenas designou os melhores tutores para instruir os filhos, mas cuidou pessoalmente da educação deles, como Branca de Castela fizera com ele mesmo e os irmãos. Sabia que, pela elevada condição de filhos do rei da França, destinavam-se a grandes coisas, e por isso procurou garantir que fossem bons cavaleiros e damas, mas, antes de tudo, bons cristãos. Narra o confessor de São Luís que "o piedoso pai era muito católico na instrução e no governo dos filhos", e desejava a companhia deles na sua rotina piedosa. Quando cresciam, levava-os aos sermões e queria que ouvissem missa diariamente, assim como matinas e, se possível, todo o Ofício Divino. Queria que adquirissem o hábito de ouvir as Horas Canônicas para continuarem entoando-as quando partissem de Paris. Além disso, ensinava-lhes as Horas de Nossa Senhora.[56]

À noite, após o jantar, toda a família cantava solenemente Completas e, com muita devoção e fervor, um cântico especial à Santíssima Virgem. Terminado o cântico, um sacerdote aspergia água benta na cama e no quarto de São Luís, e o santo reunia os filhos, edificava-os com histórias dos bons reis e imperadores do passado, dizendo-lhes que tomassem como exemplo tais pessoas. Também narrava as vidas dos maus príncipes que perderam os seus reinos por lascívia, rapina e avareza, dizendo: "Eu vos lembro essas coisas para que as eviteis, a fim de que vos guardeis de que Deus se encolerize contra vós".[57]

Ensinou-lhes a não usar adornos na cabeça na Sexta-Feira Santa, seja chapéus, seja coroa de rosas, em respeito à Coroa de Espinhos com a

54 Richard, parte IV, *Conclusion*, p. 578.
55 Nangis, cap. 44, §11.
56 Beaulieu, cap. 13, §1. Joinville, parte II, §689.
57 Beaulieu, cap. 13, §1.Joinville, parte II, §689.

Digitalizado com CamScanner

qual se coroara a cabeça de Cristo, e com a qual o Rei dos Reis presenteara a França.[58] Unia seus filhos às suas obras de misericórdia, trazendo-os consigo para cuidar dos pobres e dos doentes. E deu a cada um deles uma disciplina para mortificação.[59]

São Luís desejava ardentemente o ingresso de alguns de seus filhos na religião. Na Terra Santa, definiu por escrito que religiosos educariam os três filhos nascidos durante a cruzada – João Tristão, Pedro e Branca – para, caso fosse da vontade de Deus, professarem um dia. Estabeleceu que, tão logo atingissem a idade da razão, João Tristão e Pedro seriam educados, respectivamente, pelos dominicanos e pelos franciscanos de Paris, conforme os "sagrados princípios e escritos, e levados a um benéfico amor à vida religiosa". "Com todo o coração", diz Beaulieu "ele desejava que eles – influenciados pela evidência da salvação, inspirados por Deus – entrassem nessas ordens em dado momento e lugar." Quanto à princesa Branca, determinou que recebesse educação das irmãs cistercienses na Abadia de Pontoise para tornar-se uma delas. Mas essa não foi a vontade de Deus, conclui o confessor, "que achou por bem ordenar as coisas de maneira diferente para João, Pedro e Branca – assim, talvez, era melhor para seu bem e para as necessidades práticas da Igreja de Deus que elas buscassem casamento neste mundo, em vez de entrar em uma ordem".[60]

Todos os filhos de São Luís e Margarida da Provença foram homens e mulheres de elevada virtude, católicos piedosos, governantes honestos e pais exemplares. Deram muitos netos ao santo rei, que chegou a conhecer os quatro filhos do príncipe Filipe e de Isabel de Aragão: Luís (nascido em 1264), Filipe (futuro Filipe IV, o Belo, nascido em 1268), Roberto (nascido em 1269) e Carlos (patriarca da Casa dos Valois, nascido em 1270).

Pai carinhoso e amoroso, São Luís obteve de todos os filhos dedicação e afeto, como fica evidente por uma declaração incomum do novo

58 Saint-Pathus, cap. 8, §15. Beaulieu, cap. 13, §1.

59 Beaulieu, cap. 16, §1.

60 *Ibid.*, cap. 14, §1.

rei Filipe III em 1270. Ao comunicar a morte do pai aos novos súditos, exprimiu-se com as seguintes palavras: "É, sem dúvida, uma grande glória ter tido um pai assim, mas é também uma dor irremediável ter perdido a consolação tão grande e tão doce de tal pai, seu diálogo tão delicado, seu conselho tão eficiente, seu socorro tão grande [...]".[61]

São Luís não foi apenas progenitor, mas também pai espiritual daqueles rapazes e moças. Criou-os com a convicção que o animava, isto é, a convicção de que não pertenciam a este mundo, mas ao céu. Concluamos com Geoffroy de Beaulieu, que diz: "mencionamos estes assuntos para que possamos colocar diante de vós a devoção do piedoso rei à fé e o fervor de seu anseio, com o qual aspirava todo cume da perfeição, *tanto para si quanto para seus filhos*[...]"[62]

3. Entre consolos e problemas: os irmãos

No processo de canonização de Luís IX, Carlos de Anjou afirmou que ele e os irmãos haviam recebido uma formação tão zelosa de Branca de Castela, que — sem ousar incluir-se na lista — Luís, Roberto, Afonso e Isabella eram incapazes de cometer pecados mortais. O que pode parecer meros elogios do último remanescente de uma família à memória dos falecidos irmãos, encontra respaldo na biografia de cada um dos quatro, todos eles exemplos por seus valores morais, por sua piedade e por sua honestidade na política.

O irmão favorito de São Luís parece ter sido *Roberto, conde de Artois* (1216-1250). Embora sua impulsividade muitas vezes incomodasse São Luís, eram melhores amigos e verdadeiros companheiros. Sua morte em Mansurá, no Egito, em 8 de fevereiro de 1250, fez o santo sofrer muitíssimo.[63] São Luís tentou, em vão, conseguir que a Igreja o declarasse

---

61 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VI, p. 657.

62 Beaulieu, cap. 14, §1.

63 Ver capítulo 4.5: "*A Batalha de Mansurá.*"

Digitalizado com CamScanner

santo, e no seu íntimo sempre enxergou esse irmão como mártir. Responsabilizou-se pelos dois filhos deixados por ele — Branca e Roberto —, sobrinhos que tratou como os próprios filhos. Casou Branca de Artois (1248-1302) com Henrique de Navarra,[64] e garantiu que o jovem Roberto II de Artois (1250-1302), herdasse o condado do pai.[65]

Dos três irmãos de São Luís, *Afonso, conde de Poitiers* (1220-1271) foi o que recebeu a maior herança. Somando-se o condado de Poitiers, apanágio do pai, ao condado de Toulouse, herdado pelo casamento com Joana de Toulouse, ele era o maior feudatário do reino. Como se depreende das crônicas, o conde Afonso foi homem sério e zeloso de seus deveres, sem jamais inquietar o irmão. Richard enfatiza que desde tenra idade era evidente a compatibilidade de espírito entre o rei e este irmão. Tinham gostos muito semelhantes, e, como governante, Afonso aplicava em suas terras as ordenanças aplicadas por São Luís no Domínio Real, mesmo quando lhe prejudicassem os próprios interesses. Em uma palavra, resume Richard, Afonso comportava-se "como vassalo modelo, e São Luís tinha inteira confiança nele."[66] Apesar de governar seus domínios com muito cuidado e zelo, Afonso não os habitava. Governava-os à distância, de Paris, onde residia na maior parte do tempo junto da família, e onde costumava fazer retiros numa abadia vizinha a sua casa. Bordonove comenta que os filhos de Luís VIII e Branca de Castela formavam pares, unidos pelas características em comum. Assim, Roberto de Artois e Carlos de Anjou, cavaleiros robustos, eram impetuosos e aventureiros; já São Luís e Afonso de Poitiers, tinham a mesma compleição frágil, prudência nos negócios e ponderação.[67]

---

64 Irmão mais novo de Teobaldo II de Navarra, por sua vez casado com a primogênita de São Luís, a princesa Isabella. Henrique sucederia ao irmão como rei de Navarra e conde de Champagne em 1270. A filha de Henrique de Navarra e Branca de Artois, Joana, casar-se-ia com o neto de São Luís, Filipe IV, o Belo.

65 Ele seria um dos nobres mais importantes da corte de seu primo, Filipe III, filho de São Luís.

66 Richard, parte I, cap. IV, p. 138; parte III, cap. IV, p. 442.

67 Bordonove, parte III, cap. 8, p. 156.

Digitalizado com CamScanner

Se não havia ovelha negra, aquela família tinha ao menos um membro incômodo: o caçula, *Carlos, conde de Anjou* (1226-1285), o mais famoso dos irmãos de São Luís. Era o oposto do santo rei em muitos aspectos, pois gostava de guerras, era impulsivo, entretinha-se com jogos e apostas, e gastava grandes quantias com divertimentos. Ao ser enviado a França para auxiliar a mãe no governo do reino durante a permanência de Luís na Terra Santa, Carlos ocupou-se mais dos próprios assuntos que com os da França e precipitou-se ao intervir em crises sucessórias feudais que não eram de sua alçada.[68] De temperamento difícil desde jovem, Carlos de Anjou reclamara que os festejos do seu casamento não foram grandiosos como os do irmão, afirmando: "eu sou filho de rei e rainha, ele não é". Aludia ao fato de que São Luís nascera quando seu pai ainda não havia ascendido ao trono.[69] E ressalte-se que Margarida da Provença detestava esse cunhado, sobretudo por ele ter recebido sua Provença natal, graças ao casamento com sua irmã mais jovem, Beatriz.

Não raro São Luís se irritava com Carlos, mas porque muito o amava. Chegou a queixar-se da pouca atenção recebida do irmão, tal como registrou Joinville. Segundo o relato, na viagem marítima de Damieta a Acre, em maio de 1250, o rei, doente em sua cabine, reclamou mais de uma vez que o conde de Anjou nunca lhe fazia companhia. Certa manhã, pediu notícias de Carlos a Joinville e, ao saber que o conde de Anjou jogava dados, apesar de enfermo e fraco, cambaleou até o encontro do irmão e atirou os dados e os tabuleiros ao mar, repreendendo Carlos por estar tão cedo jogando e apostando.[70]

Mas Carlos não era um homem desprovido de valor. Narra Joinville que, durante a batalha de Mansurá, alguns cavaleiros cercados pelos muçulmanos viram tropas amigas se aproximar e enviaram alguém a pedir socorro. Embora desaconselhado, o conde de Anjou saiu às pressas em

---

68 Richard, parte I, cap. IV, p. 140.

69 Bordonove, parte III, cap. 8, p. 156.

70 Joinville, parte II, §405.

auxílio deles.[71] Além disso, Carlos parecia nutrir verdadeiro carinho por São Luís. Diz Joinville que, ao embarcar de volta da Terra Santa, o conde de Anjou "expressou tanta dor" por deixar o irmão, "que todos ficaram perplexos".[72] Carlos demonstrou a mesma dor ao ver seu santo irmão morto nas praias de Túnis.

São Luís buscou ser paciente com Carlos, mas a certa altura Deus já não lhe exigiu esse sacrifício. Em 1263, o Papa Urbano IV (pp. 1261-1264) ofereceu a Carlos o Reino da Sicília, estado no sul da Itália, vassalo da Santa Sé. Como o rei da Sicília, Manfredo, havia se aliado aos muçulmanos e fazia oposição aberta ao papa, São Luís julgou adequado fornecer um exército a Carlos para que tomasse posse do reino tal como o papa o oferecia. Após uma única batalha, em 1266, o conde de Anjou, agora rei da Sicília, estabeleceu-se em Nápoles, onde residiu até o fim da vida. Em razão da distância, deixou de ser um problema para São Luís.[73]

São Luís amava os irmãos, mas seu maior consolo não estava neles, mas na irmã, *Isabella* (1225-1270), única menina a sobreviver entre as filhas de Luís VIII e Branca de Castela. Desde criança, progredira na oração e na penitência, dedicando a maior parte do tempo à vida de piedade. Os homens mais poderosos da Europa disputavam-na como pretendentes, como o rei Conrado IV da Alemanha, cuja proposta de casamento ela recusou para permanecer virgem. O papa Inocêncio IV escreveu-lhe pedindo que aceitasse o casamento pelo bem da Cristandade, mas ela negou-se tão firmemente que o Pontífice passou a apoiá-la na escolha de dedicar a vida a Deus pela oração e caridade. Tal como o irmão, Isabella dividia sua mesa com os pobres, servindo-lhes, e passava as noites visitando os miseráveis e os doentes. Quando do retorno de São Luís da Sétima Cruzada, em 1254, o ajudou nos projetos de construção de igrejas e conventos, e pediu seu patrocínio para construir um convento de Clarissas

---

71 *Ibid.*, parte II, §227.

72 *Ibid.*, parte II, §442.

73 Cassard, parte I, cap. II, p. 135.

Digitalizado com CamScanner

em Longchamp, concluído em 1259. A seu pedido, São Boaventura escreveu a regra para essa comunidade, nomeada "Convento da Humildade da Abençoada Virgem Maria". Isabella nunca chegou a professar na Ordem de Santa Clara, vivendo no convento em uma sala separada das freiras. Em Longchamp, padeceu de muitas doenças e utilizou todos os seus rendimentos e riquezas de princesa para sustentar a comunidade e socorrer os pobres. A vida de Isabella foi marcada por muitos êxtases e fenômenos místicos notáveis.[74]

São Luís e sua irmã ligavam-se por algo que ultrapassava os laços de sangue e de afeto, isto é, o amor de ambos por Cristo. Ninguém na família compreendia Luís tão bem quanto sua querida irmã Isabella, santa como ele, que o apoiava não apenas com palavras e conselhos, mas com orações e penitências. Mortificava-se e rezava pelo irmão e seu governo. Como novos São Francisco e Santa Clara, São Luís e Isabella, se não eram gêmeos pelo sangue, foram-no pela alma.

Falecida poucos meses antes de São Luís, em 23 de fevereiro de 1270, o culto a Isabella foi autorizado por dois papas.[75]

4. Como era São Luís?

É no seu trato com sua *entourage*, com seu círculo próximo, que conseguimos obter uma imagem mais completa de São Luís.

O santo rei cercava-se de clérigos, cavaleiros e até alguns não nobres com os quais gostava de conversar, de se distrair e de rir honestamente.[76] Da *entourage* de São Luís a posteridade recorda-se de padres, como Robert de Sorbon e Geoffroy de Beaulieu, de cavaleiros, como Pierre de

---

74 Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, pp. 687-688.

75 Após sua morte, o corpo de Isabella foi exumado e não foram encontrados sinais de decomposição. Considerada santa pelos franciscanos, muitos milagres ocorreram junto ao seu túmulo. Em 1521, o Papa Leão X permitiu a celebração de sua festa pelo Convento de Longchamp, com um ofício especial. Em 1696, o Papa Inocêncio XII a permitiu em toda a Ordem Franciscana.

76 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VI, p. 659.

Digitalizado com CamScanner

Laon, Jean de Choisy, Gui Le Bass, Pierre de Chambly; e de membros da família, como o filho Filipe e o genro, Teobaldo II, rei de Navarra, o qual São Luís tratava como filho, desde que ele se casara com a filha Isabella em 1255, descrevendo-o como "filho querido" em documentos e em cartas particulares.[77] Mas o mais memorável de todos é, sem dúvida, Jean de Joinville, o senescal do Champagne, de quem o santo rei se aproximou durante a Sétima Cruzada e no qual encontrou, diz Bordonove, "um amigo fiel e um historiador sem o qual conheceríamos bastante mal o santo rei". Daí por diante, acrescenta, "Joinville viveu na familiaridade do rei e se tornou testemunha de seus menores atos".[78]

São Luís não tinha junto de si pessoas de pouca virtude. Procurava aproximar-se de gente virtuosa e temente a Deus. Tal se deu no caso do próprio Joinville, no qual São Luís encontrou um homem honesto e de notória piedade e devoção.[79] Com efeito, quando se deparava com alguém de virtudes admiráveis, trazia-o para seu convívio e, se tal pessoa fosse capaz, dava-lhe uma função no governo. Assim se deu com o holandês Giles de Brun que, mesmo estrangeiro, recebeu o cargo de condestável na França, em razão "de sua grande reputação de crer e amar a Deus".[80]

É no trato com estes senhores de sua intimidade que vemos outros traços da rica personalidade de São Luís, quais sejam, o gosto pelas conversas despretensiosas, a alegria e as risadas, a vontade de estar junto dos que amava e a proverbial amabilidade. Conta Joinville:

> meu senhor, o rei, chamou meu senhor, Filipe, seu filho, pai do rei atual,[81] e o rei Teobaldo [de Navarra]; sentou-se à entrada de seu oratório, pôs a mão no chão e disse: "Sentai-vos aqui perto de mim para que

---

77 Nangis, cap. 44, §11. Tillemont, t. IV, cap. CCCXLV, p. 59.

78 Bordonove, parte IV, cap. 2, p. 182.

79 A crônica de Joinville sobre a vida de São Luís está repleta de episódios da vida do cronista e de palavras suas que demonstram sua ardente fé católica (parte II, §§298-299, 327-328, 406, 416, 597).

80 Joinville, parte I, §30.

81 "O rei atual" é Filipe IV, o Belo (r. 1285-1314), filho de Filipe III, filho de São Luís.

Digitalizado com CamScanner

> não nos ouçam". "Ah, Senhor! Não ousaríamos nos sentar tão perto de vós". E ele me disse: "Senescal, sentai-vos aqui." Foi o que fiz, tão perto dele que nossas roupas se tocavam."[82]

A crônica de Joinville está repleta de outros episódios que descrevem o afeto de São Luís para com seus próximos, tocando-lhes, sentando-se no chão com eles, reclamando de sua ausência.[83] Gostava de conversas amigáveis e espontâneas, "em que cada um dizia o que queria". Levava, com efeito, os amigos para seus aposentos para conversar e

> quando estávamos lá em particular, ele se sentava ao pé da cama; e quando os dominicanos ou franciscanos que estavam lá citavam algum livro cuja leitura ele ouvia de bom grado, lhes dizia: "Vós não fareis a leitura para mim, pois não há livro tão bom após a refeição quanto um *quolibet*, ou seja, cada um diz o que quer".[84]

À mesa, São Luís preferia assuntos agradáveis e temas alegres a conversas pesarosas e incômodas. Certa vez, diz o cronista, "o mestre Sorbon comia ao meu lado e falávamos baixo entre nós. O rei repreendeu-nos, dizendo: 'Se falais à mesa de algo que deva agradar-nos, exprimi-vos em voz alta, caso contrário, calai-vos'".[85]

Como diz Zeller, "este coração de São Luís, onde havia mais espaço para os pobres do que para os cortesãos, mais espaço para os monges do que para os músicos, não tinha, contudo, a gravidade da vida de convento".[86] Com efeito, São Luís ria de gargalhar. Na crônica de Joinville sobejam episódios de risadas do rei, de sorte que seria cansativo reproduzi-las.[87] Divertia-se com as discussões entre Joinville e o padre Robert de Sorbon, dois amigos próximos que viviam em inocente pé-de-guerra por

---

82 Joinville, parte I, §37.
83 *Ibid.*, parte II, §411.
84 *Ibid.*, parte II, §668.
85 *Ibid.*, parte I, §31.
86 Zeller, cap. IX, p. 452.
87 Joinville, parte II, §§500, 506, 566.

Digitalizado com CamScanner

sua atenção.[88] Conta o primeiro que o rei, ao encontrar-se em Corbeil durante a festa de Pentecostes, conversava no jardim, ao abrigo da capela, com o conde da Bretanha e outros cavaleiros, Robert de Sorbon aproximou-se e

> tomou-me pela borda do meu manto e me conduziu ao rei; todos os demais cavaleiros nos seguiram. Então perguntei ao mestre Robert: "Que quereis comigo?" E ele me disse: "Quero fazer-vos uma pergunta: se o rei estivesse sentado neste jardim e fôsseis sentar-vos em um banco mais alto que ele, não seríeis repreendido por isso com razão?" Respondi-lhe que sim. E ele me disse: "Ora, mereceis mesmo repreensões, quando estais vestido mais luxuosamente do que o rei; pois vós vos vestis com veiro e tecido verde, coisa que o rei não faz". E eu lhe disse: "Mestre Robert, não sou digno de censura, pois esta roupa me legaram meu pai e minha mãe; mas vós é que sois digno de repreensão, pois sois filho de plebeu e plebeia, abandonastes o traje do vosso pai e da vossa mãe e estais vestido com um tecido mais rico que a do rei". Em seguida, peguei a aba de sua sobreveste e a aba da do rei e lhe disse: "Observai se não digo a verdade". Diante disso, o rei começou a falar para defender o mesmo Robert com todas as suas forças.[89]

Quando os ânimos se apaziguaram, São Luís os fez sentar e admitiu sua defesa equivocada de Robert de Sorbon, pois ficara com pena de seu desconcerto ante a resposta de Joinville. Mas pediu que não levassem em conta as coisas que dissera.[90]

Não perdia ocasiões propícias à edificação do próximo, não apenas da esposa, dos filhos e irmãos, mas também dos amigos. Queria a companhia deles nos ofícios religiosos e nas práticas de caridade, e repreendia quem alegasse respeito humano para declinar do convite. Dizia ele que tão frágil virtude era como uma casa derrubada pela primeira

88 *Ibid.*, parte I, §31.

89 *Ibid.*, parte I, §§35-36.

90 Joinville, parte I, §38.

rajada de vento, e que precisava ser fortalecida.[91] Fazia ele próprio o policiamento de sua *entourage*, proibindo toda expressão imprópria ou difamatória.[92] Lembrava os que o cercavam das verdades eternas e os instruía sobre os assuntos da religião. Dentre os conselhos que São Luís dava aos amigos, Joinville relatou os seguintes: o fortalecimento da fé, o procedimento diante das tentações do demônio, o apelo aos santos, a frequência assídua à igreja, o recolhimento na oração. Além disso, falava-lhes do horror do pecado mortal, recomendava-lhes a mortificação dos sentidos e o combate aos vícios, a modéstia no vestir, bem como a amabilidade com as pessoas, a fuga de querelas desnecessárias, a defesa da fé etc. [93]

Em São Luís combinavam-se a aparência amena, o olhar sereno e uma particular alegria, que parecia nascer do fundo da alma e irradiava felicidade e consolo. Não era destes que gostam de exibir olhar grave e feições sombrias, afinal, diz Daniel-Rops, "era um santo, mas sem nada de santarrão, de beato, de hipócrita".[94] E se em tanto se diferenciava dos outros homens, era antes porque correspondia mais do que eles à graça da Trindade que o habitava.

São Luís era um daqueles santos cuja santidade lhes transparece no aspecto e no olhar. Sempre afável e gentil, diz Beaulieu, sua imagem movia os corações a amá-lo.[95] E diz Saint-Pathus: "seus modos eram tão afáveis que já à primeira vista aqueles que se aproximavam dele sentiam afeito e respeito por ele".[96] Não sem razão, Zeller aponta as semelhanças de alma entre São Luís e um outro São Francisco, o de Sales: a mesma

---

91 Saint-Pathus, cap. 8, §§8 e 12.

92 Cassard, parte I, cap. IX, p. 5099.

93 Joinville, parte I, §§24, 37.

94 Daniel-Rops, t. 3, p. 325.

95 Beaulieu, cap. 7, §1.

96 Saint-Pathus, cap. 14, §3.

Digitalizado com CamScanner

doçura, a mesma linguagem simples e indulgente, o mesmo coração cheio de efusão, o mesmo sorriso.[97]

O afeto, a gentileza, a alegria e a eutrapelia coexistiam em São Luís com dignidade ímpar, com certa solenidade natural, por exemplo, nunca chamava ninguém com a familiaridade do "tu", mas com a solenidade do "vós".[98] Embora seu olhar atraísse pelo amor, impunha uma distância reverencial, mesmo aos mais próximos, que não ousavam sentar-se muito perto dele sem que ele próprio os convidasse.[99] Ante São Luís, as pessoas eram tomadas pelo respeito devido a alguém de grandeza exterior e interior incontestáveis.

Em suma, todas essas pessoas de sua convivência, muitas das quais depuseram no processo de canonização, atestavam que "em sua conduta privada e pública, nos mínimos detalhes da sua existência, em suas palavras e atos, em todas as circunstâncias, fatais ou felizes, nunca viram um homem melhor pela igualdade de caráter e pela santidade de vida".[100]

Poucas vezes existiu um homem como São Luís, mas será que existiu um rei como São Luís?

---

97 Zeller, cap. IX, p. 452.

98 Nangis, cap. 1, §3.

99 Lévis-Mirepoix, cap. II, p. 65.

100 Saint-Pathus, cap. 14, §§4-11.

"São Luís administra a justiça", de Alexandre Cabanel. Séc. XIX.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO 8

"O MELHOR REI QUE O MUNDO CONHECEU"

"*Le meilleur roi que fut au monde*"... o melhor rei que já existiu no mundo... o melhor rei que o mundo conheceu... é a forma como Filipe de Beaumanoir (†1296), cavaleiro e bailio real em Clermont-de-l'Oise, refere-se a São Luís.[1]

Essa que bem poderia ser interpretada como expressão de nostalgia romântica de quem experimentava a época menos feliz de Filipe, o Belo, que os contemporâneos opunham aos "bons tempos de São Luís", seu avô, encontram eco nas considerações dos historiadores de todas as épocas, até mesmo das mais recentes. A historiografia que trata do reinado de Luís IX, além de vasta é, em regra, positiva, e quase sempre enaltecedora.

Se não é com espanto que constatamos, *exempli gratia*, um católico como Jacques Bainville, em sua *Histoire de France*, referir-se ao reinado de São Luís como "um fenômeno de uma incomparável beleza, único na história",[2] pode-se admirar não católicos, como um Voltaire, encarniçado inimigo da Igreja e da Monarquia Tradicional, escrever em seu *Essai sur les moeurs* que "a piedade de São Luís, que era a de um anacoreta, não lhe tirou nenhuma virtude de rei", e que ele "soube conciliar uma política profunda e uma virtude exata", acrescentando que ele "talvez seja o único soberano a merecer o louvor de ser prudente e firme no conselho,

---

1 Beaumanoir *Apud* Bordonove, Introdução, p. 13.

2 Bainville, cap. V, p. 57.

Digitalizado com CamScanner

intrépido nos combates, compassivo como se tivesse sido sempre infeliz", concluindo que "não é dado ao homem levar mais longe a virtude".[3]

Talvez resida aqui uma das maiores grandezas de São Luís: a de ser o monarca cujo reinado obriga os que odeiam tudo quanto ele representa a baixarem a cabeça em respeitosa reverência. Cumpre-se com ele aquele preceito evangélico segundo o qual "assim brilhe a vossa luz diante dos homens, para que eles vejam as vossas boas obras, e glorifiquem o vosso Pai, que está nos céus" (Mt 5,16).

Mas não nos parece depor tanto a favor dos méritos de seu reinado o fato de os pósteros o terem louvado, mas o de seus contemporâneos terem-no feito. Ora, São Luís viveu em uma época cujo exercício do governo era onerado por uma plêiade de exigências e balizas, de princípios a serem seguidos, de limites impostos pela Lei Natural, pela Lei Divina e pelas tradições.[4] Sendo rei na época em que se repetia à exaustão o adágio segundo o qual "*rex eris si recte facias, si non facias, non eris*", "rei serás se fores reto; se não fores, não serás",[5] São Luís ter sido reconhecido por alguém que viveu sob sua égide como o melhor governante que já existiu não é algo a ser desprezado.

Para se compreender o reinado de São Luís, um ponto crucial se impõe: não é possível dissociar o santo que se conheceu nos capítulos anteriores do rei que se verá, no presente capítulo, governar. Não se percebe tal separação em sua mente e nos seus atos: na alta posição que ocupava, nas muitas decisões que tomava, ele sempre buscou guiar-se pelos princípios superiores da fé e submeter seus próprios interesses ao bem-estar espiritual de seu povo e da Cristandade. Este não é um santo que, por acaso, fora também rei. Todos os âmbitos de sua vida, inclusive o público, estiveram penetrados e revivificados por essa força conquistadora que é a graça... sua oração continuava quando deixava a Sainte-Chapelle e ia deliberar

---

3 Voltaire *Apud* Le Goff, 2010, p. 17.

4 Ver Capítulo 1.5.c. – "*A autoridade real na Cristandade*".

5 Bouchet, 2021, cap. VI, p. 285.

Digitalizado com CamScanner

sobre assuntos de governo... sua união com Cristo mantinha-se enquanto emitia juízos e tomava decisões... seu apostolado prosseguia enquanto ele decretava normas e viajava pelo reino. Ao retornar da cruzada ele não mudou apenas a si mesmo — como tantas vezes se enfatizou até aqui —, mas igualmente seu modo de governar, movido pela firme convicção de que "seu dever de soberano o obrigava a colocar o povo que lhe fora confiado na vida da perfeição moral e espiritual".[6]

Tampouco se pode ignorar que São Luís é filho de uma tradição. Nele confluíam o passado e o legado de uma grande nação, e o prestígio da grande dinastia da qual era filho. Ele era o herdeiro da grande Casa dos Capeto, dos reis das flores-de-lis, elevada e ungida pela Igreja. Era trineto do grande Luís VI; bisneto de Luís VII, que Riley-Smith enxerga como um prelúdio do próprio santo;[7] neto de Filipe II Augusto, que lhe legou um reino e um tesouro sem o qual seria-o impossível fazer tudo quanto fez.[8] Como se expôs no capítulo 2, ele recebeu uma França já engrandecida.[9] Mas, se não é mérito algum receber uma grande herança, por outro, entregá-la multiplicada é um grande feito. É o que São Luís fará, continuando a tradição e elevando o legado de seus antepassados a um patamar consideravelmente superior. Não sem razão outro São Luís, o de Montfort, se referirá ao santo rei como "a Glória da França".[10]

Seu reinado, assim como sua própria vida, pode ser dividido em três períodos: antes, durante e depois da cruzada. Os vinte e dois anos anteriores à cruzada (1226-1248), que englobam tanto a regência de Branca de Castela quanto os primeiros anos de seu governo pessoal, foram estudados nos capítulos 2 e 3. No tocante aos seis anos de cruzada, abordamos no capítulo 4. Neste capítulo estudar-se-á o reinado de São Luís entre a

---

6 Richard, parte II, cap. IV, p. 271.

7 Riley-Smith, cap. 6, p. 222.

8 Baldwin *in* Le Goff, *Homens e Mulheres da Idade Média*, p. 212.

9 Ver Capítulo 2.1. – "*Filha mais velha da Igreja: a França que São Luís herdou*".

10 S. Luís de Montfort, §98.

Digitalizado com CamScanner

Sétima cruzada e sua morte (1254-1270), período em que ele se dedicou ao objetivo a que se propôs desde que ouviu um decisivo sermão do frei Hugo de Digne em 1254: governar conforme a justiça para que seu povo amasse a Deus.[11]

Com efeito, se antes ele era um bom rei, a partir de 1254, será um rei santo, um monarca que buscará tudo instaurar em Cristo e que se esforçará para imitar seu divino modelo, o Rei Crucificado, sob o seu azul salpicado de flores-de-lis, símbolos dos santos do céu. Se antes era um rei de prata, diz Guilherme de Nangis, agora será um rei de ouro: "Embora a vida do rei Luís tenha sido exemplar desde os primeiros anos de sua infância, sua conduta desde o retorno da Terra Santa diferiu do passado tanto quanto o ouro difere da prata".[12]

Seu mérito não esteve, adiante-se, em ter obtido sucesso em tudo, em ter feito brilhantemente tudo o que se propor a realizar, ou em ter acertado sempre. Seu reinado não foi uma época de paz e prosperidade universais. Sua importância está em ter orientado o que lhe foi confiado para os princípios superiores que a Igreja lhe revelava, por ter feito ressoar em sua política o cântico de suas virtudes teologais. Perante a história — e perante os tempos modernos — o reinado de São Luís é um testemunho de como e com "que soberana grandeza",[13] na expressão de Daniel-Rops, pode um Estado organizar-se e reger-se de modo feliz sem aqueles princípios políticos que a modernidade nos impôs como indissociáveis ao bom governo, mas que não são mais, ao cabo, do que casa fundada sobre a areia.

E perante a alma católica, o grande mérito do rei Luís IX da França reside, conforme as palavras do medievalista Jules Zeller, "em ter sido o rei com o qual a Igreja sonhou".[14]

---

11 Apesar de ter havido uma mudança considerável após a cruzada, o reinado de São Luís forma um todo, de modo que será necessário, em variados momentos, rememorarmos eventos ocorridos antes de 1254.

12 Nangis, cap. 44, §1.

13 Daniel-Rops, t. 3, p. 325.

14 Zeller, cap. IX, p. 426.

Digitalizado com CamScanner

1. A dúvida de São Luís

Considerando o que já se expôs sobre São Luís, talvez o leitor julgue que, ante sua santidade evidente, suas práticas espirituais e ascéticas, sua elevação mística, sua generosidade e humildade, enfim, que diante de suas múltiplas virtudes, todos o amassem, admirassem e aplaudissem. Não era assim. Quase todos os biógrafos mencionam críticas ao santo rei, vindas de seus familiares, de seus íntimos e de seus súditos, alguns dos quais torciam o nariz para sua devoção e enxergavam como inapropriado a um rei o modo como ele vivia a religião.

Viu-se nos capítulos anteriores como seus médicos reduziram seu tempo de oração, como seus confessores amenizaram suas penitências, como seus conselheiros se incomodavam com suas generosas doações e como muitos ficavam escandalizados com os atos de humildade de São Luís para com os pobres e doentes. Mas ia-se além...

Certa vez relataram-lhe que alguns nobres murmuravam contra o tempo que ele despendia ouvindo missas e sermões. A isso ele respondeu ser o senhor de suas próprias ações e queixou-se, dizendo que "ninguém diria nada se eu passasse o dobro do tempo jogando dados ou cavalgando pela floresta caçando!"[15] Beaulieu relata que "algumas pessoas, a partir de uma observação leviana de suas ações, temiam que por causa de sua gentileza natural e habitual, ele se tornasse laxo e negligente na supervisão dos bailios e dos demais funcionários e associados próximos a ele, e que o rei fosse lento ao decidir".[16] Outra ocasião o próprio São Luís relatou:

> Quero vos dizer o que se passa às vezes, quando estou sozinho em meus apartamentos privados. Ouço gritos de "frei Luís" e injúrias contra mim, injúrias que, penso, não deveria ouvir. Então, pergunto a mim mesmo se eu não deveria mandar acabar com os autores desses gritos, mas me dou conta de que é útil para mim ouvi-los.

---

15 Beaulieu, cap. 5, §1. Saint-Pathus, cap. 8, §16.

16 Beaulieu, cap. 5, §1.

Digitalizado com CamScanner

Outra história, relatada por Guilherme de Saint-Pathus, demonstra ainda maior ousadia de tais críticos. Durante uma sessão do Parlamento em Paris, uma mulher chamada Sarrette injuriou o rei ao pé da escada do palácio. Aproximou-se dele — na frente de muitas pessoas — e disse: "Só sois rei dos frades menores, dos pregadores,[17] dos padres e dos clérigos! É uma grande pena que vós sejais o rei, e é surpreendente que não tenhais sido expulso do trono!" Os guardas iam afastar a atrevida, mas São Luís os proibiu de tocá-la. Virou-se para ela e, sorrindo, respondeu: "É verdade, eu não mereço ser rei, e, se tivesse sido a vontade de Deus, outro certamente teria governado melhor em meu lugar". Mandou-a embora, em seguida, com certa quantidade de dinheiro.[18]

Por grandioso que tenha sido o reinado que se descreverá, São Luís tendia inexoravelmente para a vida religiosa. Mas como poderia ser diferente? Na Cristandade, diz Bouchet, "foram os clérigos em geral, e particularmente os monges, os encarregados de oferecer o modelo humano conforme o qual se devia ajustar, na medida do possível, a existência dos seculares".[19] Alguém que queria alcançar a perfeição — e São Luís era o primeiro deles — buscaria tal ajustamento. No entanto, essa atração do santo rei pela solidão do claustro ultrapassou os níveis de uma santa emulação, pois ele cogitou, conforme atestam dois cronistas — Beaulieu e Saint-Pathus — abdicar da coroa e entrar em uma ordem religiosa. Dizem os cronistas que, "muitos anos antes de sua morte, graças à sua vida piedosa e a um alto grau de santidade" e "buscando o auge de toda perfeição", São Luís planejou que, quando seu filho mais velho atingisse a maioridade, com o consentimento de sua esposa, ele desistiria de seu reino e entraria em uma das duas ordens religiosas que mais amava — a Franciscana ou a Dominicana.[20]

---

17 Respectivamente, franciscanos e dominicanos.

18 Saint-Pathus, cap. 12, §7. Diz Lévis-Mirepoix (cap. V, p. 115) que a ira da mulher fora motivada por um juízo emitido por São Luís contra a causa que era do interesse dela.

19 Bouchet, 1998, cap. III, p. 75.

20 Saint-Pathus, cap. 11, §12. Beaulieu, cap. 12, §1.

Digitalizado com CamScanner

Esses momentos de impasse sobre qual caminho seguir para melhor servir a Deus são frequentes nas vidas dos santos. São Filipe Néri planejava tornar-se missionário no Oriente, quando descobrira que Deus o queria na sua própria Itália, em Roma. São João da Cruz pretendia abandonar o Carmelo e tornar-se cartuxo, enquanto Deus o queria entre os carmelitas para que promovesse a reforma da ordem. Também São Luís, ansiando pela perfeição, decidiu: deixaria tudo e seguiria a Cristo como frade.

Quem o dissuadiu e o iluminou sobre o caminho que Deus havia delineado para ele não foi um confessor, um teólogo, um conselheiro ou um sábio. Foi sua esposa, a rainha Margarida da Provença, sua companheira de mais de duas décadas, mulher intrépida e, como se verá, sagaz. Quando Luís lhe revelou o plano de deixar o mundo e se tornar religioso, Margarida, com uma sabedoria e um acerto que levou o santo rei a tomar suas palavras como de Deus, disse: "a Providência Divina vos colocou proveitosamente em vosso estado original para que, *nele*, pudésseis salvaguardar o reino e melhor promover os interesses de toda a Igreja".[21]

Não havia possibilidade de réplica: ele fora ungido rei da França para, neste cargo, ser instrumento de Deus para a promoção da paz e da justiça no reino e para a defesa dos interesses da Igreja. Pois bem, como rei, dar-se-ia todo ao Senhor, referindo tudo quanto possuísse, governasse ou tratasse à maior glória de Deus, lutando pela Igreja, pela salvação das almas e pelo bem-estar temporal e espiritual dos seus povos e de toda a Cristandade.

E assim, após as sábias palavras de sua esposa, São Luís discerniu seu caminho, abandonou aquele projeto e permaneceu onde estava, mas "com menos amor ao mundo" e com "abnegação ainda maior e crescente humildade".[22]

---

21 Beaulieu, cap. 12, §1.

22 Saint-Pathus, cap. 11, §12. Beaulieu, cap. 12, §1.

2. UM SANTO REI: O MISTÉRIO DE SÃO LUÍS

Conta Santo Afonso de Ligório que um poderoso e católico rei da Espanha e de Portugal do século XVII, Filipe III (r. 1598-1621) teria lamentado em seu leito de morte: "Oh! Se nesse tempo tivesse estado num deserto para fazer-me santo! Agora compareceria com mais confiança no tribunal de Jesus Cristo!"[23]

Não era isto que ia na mente de seu santo antepassado ao pensar em fazer-se frade? Via-se rei, vivendo no século, com muitas riquezas e responsabilidades mundanas. Como conciliaria tudo isso com as exigências da perfeição? A vida religiosa não é o caminho próprio da santidade, a resposta positiva a Jesus que pede aos que o seguem que "deixem tudo"? Lê-se, enfim, em Beaulieu que São Luís queria abdicar do trono da França e tornar-se frade com a intenção de alcançar "o auge de toda a perfeição".[24]

Mas eis que ele decide permanecer no mundo, e no mundo permaneceu até o fim, rei até seu último momento. Quedar-se em tal estado não foi um embaraço para as santas ambições de santidade que o impulsionavam a dar-se todo a Deus? Como se viu nos capítulos 5 e 6, não. Bem acerta o apóstata Voltaire ao afirmar que "sua piedade era a de um anacoreta", e que isso "não lhe tirou nenhuma virtude de rei".[25] Mas como foi possível? Como ele poderia ser o patriarca de uma família vasta, reger o mais importante reino da Cristandade, lidar com as autoridades da Igreja, com a nobreza e com o povo, tomar parte de uma miríade de cerimônias cortesãs e feudais, administrar a justiça, legislar, arbitrar conflitos entre seus vassalos e entre os reinos cristãos, fazer a paz com seus vizinhos, supervisionar missões para a Ásia Central, tratar com centenas de pessoas diariamente e viajar daqui para lá com uma frequência fatigante, ver-se cotidianamente emaranhado em um denso cipoal de

---

23 S. Afonso de Ligório, cap. 30, pp. 121-122.

24 Beaulieu, cap. 12, §1.

25 Voltaire *Apud* Le Goff, 2010, p. 17.

Digitalizado com CamScanner

dificuldades... ao mesmo tempo em que passava tantas horas em oração, com "tão profundo recolhimento aos pés do altar", na bela expressão de Rohrbacher, "que bem se poderia tomá-lo por um anjo prosternado diante do Altíssimo?"[26]

Não há aqui um mistério? O mistério de alguém que se encontra em uma posição tão alta perante o mundo, ter sido alçado a uma posição tão alta diante dos céus.

Poucos conseguiram expor "o mistério de São Luís" com mais clareza do que Daniel-Rops, que escreveu que "raras vezes um homem viveu na terra com uma convicção tão firme de em breve pertencer ao céu, mas também raramente um místico esteve tão próximo do real nem se embrenhou tão totalmente na ação."[27]

"Aqueles que compram, devem viver como se nada tivessem. Aqueles que se utilizam das coisas deste mundo, devem viver como se não as usassem", ensinou São Paulo (1 Co 7,30-31). Terá alguém vivido com mais plenitude tais palavras do que São Luís, dotado de um sobrenatural e enigmático desapego que o fazia, diz Bénouville, a preocupar-se apenas com a "única coisa necessária":

> Ele vê que a noite vem durante a qual ninguém pode trabalhar (Jo 9,4) e apressa-se enquanto luz o dia. Mas, singularmente, parece este homem tão próximo da realidade, que este rei cujos olhos contemplam o mundo com um tão profundo sentido do concreto, tenha o seu lugar marcado algures e que no âmago de si mesmo, jamais deixe de pensar nesses algures. Assim, sendo muito bondoso e muito terno por vezes, há no seu comportamento real qualquer coisa que parece indiferença, frigidez até, e na verdade não é mais do que o sinal do desprendimento.[28]

---

26 Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 157.

27 Daniel-Rops, t. 3, p. 325.

28 Bénouville, cap. III, p. 95.

Digitalizado com CamScanner

E ao passo em que se percebia em Luís desprendimento e humildade, diz Jean Richard, constata-se "não sem alguma surpresa, que esta vontade de diminuição pessoal não excluía dele a consciência de uma eminente dignidade da coroa, consciência pela qual talvez nenhum rei da França tenha jamais sido penetrado".[29] Acrescenta o mesmo historiador que, se está fora de questão a sua profunda religiosidade, "Luís IX não era menos consciente de que ele era rei, e rei capetiano." Sua conduta não revela, pergunta-se ainda Richard, que ele tinha dessa dignidade uma ideia da mais alta?[30] Algumas das suas palavras sugerem-no. Recorde-se, por exemplo, quando seu navio quase naufragou no Chipre: São Luís dissera que "um pequeno vento quase naufragou o rei da França".[31] Essa frase indica, por um lado, a ciência de que sua posição era passageira, mas por outro, não demonstra a consciência da grandeza de sua dignidade? Nas instruções ao seu filho, ademais, o santo rei recomendava que Filipe III agisse de forma a honrar a unção pela qual os reis da França são sagrados. E quando seu irmão Carlos de Anjou permitiu-se desconsiderar um recurso interposto contra seu tribunal no Parlamento do rei, São Luís lhe recordou que "há apenas um rei na França".[32]

São Gregório Magno, cujas obras o santo rei lia, ensinava que "a posse do governo perturba a serenidade do juízo" e dizia que, frequentemente

> quando se aceita a responsabilidade de governo, perde-se o hábito de fazer o bem quando se vivia na tranquilidade. Quando o mar é calmo, o piloto, mesmo inexperiente, sabe conduzir bem um barco, mas, quando o mar é agitado por ondas tempestuosas, até mesmo um hábil marinheiro se encontra em dificuldade. Ora, o vértice do poder não é uma tempestade para a alma? Nela, a barca do coração é agitada pela tempestade dos pensamentos e sacudida incessantemente de lá e de cá, de modo

29 Richard, parte III, p. 276.

30 *Ibid.*, parte III, cap. IV, p. 418; pp. 428-429.

31 Joinville, parte I, §§41-42

32 Saint-Pathus, cap. 15, §§20-22.

Digitalizado com CamScanner

que, por repentinos excessos no falar e no agir, se despedaça batendo-se contra as rochas.[33]

A pergunta que se coloca é: como poderá ter coexistido na mesma alma o humilde orante da Sainte-Chapelle, o generoso esmoler que lava os pés dos mendigos, o corajoso guerreiro do deserto egípcio e o altivo rei mais poderoso da Cristandade, tal qual o conheceremos neste capítulo? Como todas essas facetas podem ter composto a mesma pessoa? Como um homem do século, um rei tão grande, pode ter sido tão grande santo?[34]

Muitos procurariam a resposta na chamada "vocação universal à santidade", solução simples para um problema complexo. Com efeito, mesmo que a santidade seja um chamado para todos os cristãos, a santidade nas circunstâncias de São Luís ultrapassa a generalidade desse chamado. Existe algo de grandioso neste santo, de uma enigmática grandiosidade não explicável por uma vocação universal, mas por algo particular.

Como ensina um sábio sacerdote, a Igreja sempre compreendeu que a condição normal de vida perfeita é a vida religiosa, é deixar o mundo e todas as suas riquezas e atrações. Ela é o caminho *próprio* da perfeição, aquele mais seguro às almas que desejam alçar altos voos. A vida religiosa (ao menos no tempo de São Luís, e não no abismo contemporâneo), ao proporcionar àquele que a ela adere um ambiente santo e propício, obriga a vida espiritual a um crescimento orgânico. Enquanto na vida religiosa se recebe todos os meios para a perfeição, no século, deve-se lutar para ter o mínimo dos meios. Enquanto um monge terá, durante

---

33 S. Gregório Magno, *Regula Pastoralis*, parte I, cap. 9.

34 Zeller (cap. IX, p. 455) apresenta uma possível solução, apelando para um certo modo francês de santidade: "São Luís não é somente um santo leigo", diz, "é um santo francês. Sua piedade é sempre dentro da razão e da medida". Isso o diferenciaria, acrescenta, de São Domingos e de seus irmãos, com sua fé fogosa e ardente, e até mesmo de São Francisco de Assis, cuja vida teria sido marcada "por uma contemplação extática" completada com os estigmas de Cristo. "Os santos franceses guardam uma justa razão que interdita neles essas formas extraordinárias de piedade." Razão pela qual, conclui, se a virtude mestre de São Luís é a santidade, o bom senso é a segunda.

Digitalizado com CamScanner

toda a vida, o horário da *lectio divina* e o silêncio do claustro, o leigo deve travar uma luta imensa para manter, *exempli gratia*, a constância da sua meditação em meio a uma série de circunstâncias que fogem de seu controle. Em ambos os caminhos é possível chegar à perfeição (*vide* a plêiade de santos leigos que a Igreja canonizou), mas a vida religiosa, ensinava já São Jerônimo combatendo o jovianismo, é o caminho que proporciona os melhores meios para alcançá-la.

Não obstante, Deus pode conceder a alguém no século, a um pai de família, a um governante, a um cruzado, ou a alguém que foi tudo isso, alcançar um nível de perfeição *maior do que a maioria dos que se encontram nos claustros*. Não é o que se vê em São Luís? Nele, a santidade — que já é *per si* uma graça extraordinária — é sobremaneira extraordinária. Se Deus concede a determinadas pessoas graças especialíssimas que superabundam em relação às que concede a outras, é demonstrável que as concedeu a São Luís. Não espanta, por consequência, que sua vida não seja permeada por milagres: não são necessárias curas milagrosas, levitações ou bilocações na vida de Luís IX, pois nele (com todos os possíveis obstáculos que sua condição poderia opor) a ação do sobrenatural, a intervenção divina são milagrosamente evidentes. Arremata com precisão Daniel-Rops que "ter sempre sabido conciliar os interesses naturais e sobrenaturais foi seu grande milagre".[35]

É, ademais, o que diz São João Crisóstomo ao comentar Mateus 19,23-34,[36] escrevendo que "é necessária *uma grande graça* para que o homem se ordene retamente no uso das riquezas", por isso Cristo acrescenta que "*a Deus tudo é possível*".[37]

O que ocorreu a São Luís não é dado ao comum dos cristãos. O mistério de São Luís é um mistério da graça de Deus, que escolheu, por

---

35 Daniel-Rops, t. 3, pp. 325-327.

36 "Em verdade vos digo que um rico dificilmente entrará no reino dos céus. Digo-vos mais: é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha que entrar um rico no reino dos céus".

37 S. João Crisóstomo, *Homiliae in Matt.*, 63,2.

Digitalizado com CamScanner

designios insondáveis, que aquele homem em especial, naquelas condições, fosse tudo quanto foi.

3. O MODELO DE CAVALEIRO CRISTÃO

Cristo dissera que não veio trazer a paz, mas a espada (Mt 10,34). Trouxera a santa peleja pela justiça, o combate para recolocar no caminho o que foi desviado, para ordenar o que foi desordenado. A alma humana é o primeiro local em que o cristão trava seu combate, fortificado pelas armas elencadas por São Paulo (Ef 6,10-20) contra aquelas forças que pretendem arrastá-la para o abismo. Mas igualmente a cristianização do mundo foi um grande combate, travado por gerações que, desde o sacrifício heroico dos apóstolos e dos mártires, século após século, dedicaram-se a ordenar o mundo à fé e às exigências da própria natureza humana. E se nos sacerdotes e religiosos a Igreja encontrava aqueles que lutavam diretamente pela salvação das almas, ela encontrava em alguns leigos uma tropa de elite encarregada de defender a ela, ao povo cristão e à Cristandade, e de permear a sociedade com a virtude — a *cavalaria*.[38]

Em 1027, o bispo francês Adalberão de Laon escrevera que a Igreja, a Cristandade, "a casa de Deus, que cremos ser uma, está, dividida em três: uns oram, outros combatem, e outros, enfim, trabalham."[39] Na Idade Média, os homens que combatem são os nobres, aqueles que, distantes da decadência cortesã de seus descendentes de Versalhes, compunham uma autêntica aristocracia ornada de certas virtudes militares sobrenaturalizadas pela fé. O modelo, ou antes, o ideal de nobreza naquele tempo era moldado conforme aquela paixão propriamente medieval pelo heroísmo e pelo sacrifício que, conforme lembra Lévis-Mirepoix, fazia, por um lado, o monge, e por outro, o cavaleiro.[40] O cavaleiro era aquele que,

---

38 Bloch, 2019, t. II, livro II, pp. 369-377.

39 Le Goff, 1984, v. II, p. 45.

40 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 39.

acentuava São Bernardo de Claraval, travava as duas guerras, a da carne e a do espírito: "seu espírito está armado pelo capacete da fé, e seu corpo com a couraça de ferro", "fortalecido com estes dois tipos de armas, não teme nem aos demônios e nem aos outros homens."[41]

Parece ter sido o próprio São Bernardo, este monge do século XII, filho de linhagem cavalheiresca — cujo espírito jamais deixou de arder em seu peito —, quem melhor descreveu, em sua notável obra dedicada aos cavaleiros templários, o ofício do cavaleiro, assim como deu as razoáveis justificações para o cristão combater os inimigos da fé com instrumentos de guerra. Ele não se escandalizava, diz Bouchet, que os homens levassem combate uns contra os outros, nem se que se resistisse a um inimigo corporal com as armas próprias do corpo. Assim como há combatentes espirituais em guerra contra as paixões, os vícios e demônios, há aqueles chamados, explicava, a combater ao mesmo tempo em ambas as frentes — a guerra espiritual e a material. Calcado na já multicentenária doutrina agostiniana da guerra justa, o santo de Claraval explica que, se a causa pela qual o cavaleiro luta é justa, seu êxito não é mal, assim como o fim não pode ser bom se é defeituoso seu motivo e distorcida sua intenção.[42]

A cavalaria, cujas raízes estão em tradições germânicas, mas cujo ideal foi gestado sobretudo nos séculos XI e XII é, tal como aparece nos tempos de São Luís, fruto da sacralização do ofício das armas, de uma autêntica transformação espiritual nele operada.[43] Isso se deveu, em boa medida, à resposta positiva do Ocidente às convocações de cruzada, momento em que deixou de ser a prioridade da guerra o bom desempenho bélico e os fins temporais, passando a serem priorizadas as conquistas espirituais. Desde o início das cruzadas, o cavaleiro não mais se considerava um mero "soldado cristão", mas como "um cristão que servia a Deus acima de todas as coisas, mesmo nos combates", um "servidor de Deus pelas

---

41 S. Bernardo de Claraval, *De Laude Novae Militiae Ad Milites Templi*, cap. I.

42 Bouchet, 1998, cap. III, p. 79.

43 Giordani, t. II, cap. II, p. 136.

armas".[44] A cavalaria assumiu, por decorrência disso, o *status* de "milícia de Cristo" (*militia Christi*):[45]

> (O Cavaleiro) era um soldado, um homem a cavalo, um homem de guerra, cuja primeira vocação era o combate. Mas era também um homem a quem se propunham princípios morais que ele se comprometia por juramento a defender, um homem que reconhecia existirem, acima da força, valores a que ele passava a dedicar-se. Desse modo, os mandamentos que regiam a sua vida traziam, indissociavelmente unidas, a marca militar e a marca cristã. Como soldado, devia, acima de tudo, ser corajoso, nunca recuar e enfrentar o inimigo onde quer que os seus chefes dispusessem [...] [devia ter] as mais altas virtudes, tanto as religiosas quanto as humanas e sociais. A fé ocupava o cume, e dava às outras o seu sentido e o alcance. Por ser um homem de fé, o cavaleiro devia venerar a Igreja e defendê-la em todas as ocasiões, e era necessário que tudo aquilo que acometesse na dura tarefa das armas fosse feito por Deus.[46]

Havia para os cavaleiros um verdadeiro código de conduta, uma "ética cavaleiresca", regras de vida que os tornavam dignos do seu ofício: o dever de ser fiel e devotado aos seus chefes e rigoroso no cumprimento dos deveres de vassalo; o de odiar a mentira e olhar de frente a verdade; o de ser generoso, justo e fiel servidor da justiça, caridoso, devotado à proteção dos fracos, dos clérigos, das mulheres e das crianças. Devia defender a Igreja, auxiliar na propagação da fé, proteger os pobres e indefesos e corrigir as injustiças. No ato de ser feito cavaleiro, o rapaz oferecia sua espada ao sacerdote e este rezava, dizendo: "Ouvi, Senhor, as nossas orações e abençoai com a vossa mão majestosa esta espada que o vosso servo deseja cingir para poder defender e proteger as igrejas, as viúvas, os órfãos e todos os servos de Deus contra a crueldade dos pagãos, e para amedrontar os traidores!"[47]

---

44 Daniel-Rops, t. 3, p. 318.

45 Baschet, p. 119.

46 Daniel-Rops, t. 3, p. 315.

47 *Ibid.*, t. 3, p. 315.

Digitalizado com CamScanner

O cavaleiro prestava um juramento a Deus, ao seu rei, ao seu senhor, aos seus pares, aos seus vassalos e a si mesmo. Desde então, em quaisquer ocasiões, por perigosas e arriscadas que fossem, nada o dispensaria de cumprir seu juramento. A essa valentia o cavaleiro deveria acrescentar uma dignidade e uma pureza de sentimentos que a menor fraqueza não poderia nunca manchar.[48] Já no século XV, o castelhano Gutierre Díaz de Games faz uma clara descrição do ofício da cavalaria:

> Cavaleiro não é quem anda a cavalo, nem quem carrega esse nome porque assim quis o capricho do monarca. Cavaleiro é quem cumpre com todos os inconvenientes do exercício da guerra e não quem folga "em boas moradas com suas mulheres e seus filhos, onde, servidos em suas vontades, engordam grandes cervizes e criam grandes barrigas".[49]

O modelo de cavaleiro dos séculos XII e XIII — ou, como era frequentemente chamado, de "*prud'homme*" — era o do homem destemido e corajoso, afável e gentil, caridoso e abnegado, pronto a entregar a vida pela justiça, pela proteção dos mais fracos, pela paz entre os cristãos e, acima de tudo, pela defesa da Igreja, pela reconquista dos locais santos, pela salvação das almas e pelo triunfo da cruz. É verdade, diz Daniel-Rops, que esse ideal raramente foi atingido, mas ressalta que "já é muito que uma sociedade inteira o tenha considerado válido e que os seus melhores membros tenham procurado difundi-lo por toda a parte".[50]

A partir do ideal cavalheiresco erigiram-se modelos aos quais os cavaleiros cristãos deviam imitar, alguns lendários como o Rei Artur e os cavaleiros da Távola Redonda; alguns semilendários como Rolando; e outros

---

48 Lévis-Mirepoix, cap. I, pp. 46-47.

49 Bouchet, 2021, cap. VII, p. 299.

50 Daniel-Rops, t. 3, p. 316. O mito da cavalaria foi um dos que mais duraram na mentalidade ocidental. Até no distante século XVIII, haveria quem lamentasse a decadência ou desaparecimento da cultura cavalheiresca, como Edmund Burke (pp. 95-96) que, em suas *Reflexões sobre a Revolução na França*, escreveu que "a idade da cavalaria passou, sendo sucedida pela dos sofistas, economistas e calculadores" e que, por isso, "a glória da Europa está extinta para sempre.

Digitalizado com CamScanner

históricos, como Carlos Magno, El Cid e Godofredo de Bulhão. No século XII, surgiram as ordens monásticas militares — templários, hospitalários, teutônicos — formadas por monges cavaleiros, disseminou-se a devoção aos santos guerreiros — São Miguel Arcanjo, São Jorge, São Maurício, São Demétrio, Santiago *Matamoros* — e passou-se a enxergar na cavalaria um meio para a "busca de uma paz universal, baseada na concórdia dos reis, na conquista de Jerusalém e na expulsão dos turcos".[51]

Essa "fraternidade dos soldados de Deus", na expressão de De Clinchamps, não era hereditária. Poderia merecê-la qualquer homem de boa vontade, sem distinção de origem. Embora fosse ligada à classe militar, razão pela qual estava indissociavelmente unida à nobreza, um simples camponês, cujo valor fosse mostrado em combate, poderia aceder à cavalaria tanto quanto o filho de um rei.[52] A honra da cavalaria não era reservada apenas aos homens nascidos nobres, resume Bénouville, se destinava apenas aos mais dignos.[53]

Não se compreende São Luís, sobretudo enquanto rei, se se esquece essa instância essencial da sua personalidade nele incutida desde a mais tenra idade, e que o fará encarnar esse heroísmo e sacrifício próprios da Idade Média não apenas com o espírito de um monge, mas sobretudo com o espírito de um cavaleiro. Destarte, ele era um soldado, feito cavaleiro aos doze anos, chefe militar por volta dos quinze, vitorioso antes dos vinte, imerso desde cedo no que era próprio do ideal cristão de cavalaria. Consciente de que a expansão da fé nas almas e nas nações é uma luta constante contra as potências infernais, São Luís aplicará o seu espírito cavaleiresco tanto em sua vida espiritual quanto em sua luta, como rei guerreiro, pela defesa da Igreja, pela salvação das almas e pela glória de Deus, mesmo nas instâncias mais terrenas de sua régia missão. Ápice desse ideal virtuosamente portentoso que a civilização cristã medieval soube produzir, São Luís, enquanto

---

51 Huizinga, p. 97.

52 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 45.

53 Bénouville, cap. I, p. 25.

Digitalizado com CamScanner

homem e enquanto rei, era um guerreiro que olhava a passagem por esta terra como um combate que importava ganhar.[54]

O santo rei permeava sua augusta função real com a seiva do espírito cavalheiresco, enxergando-se como um comandante militar que liderava um povo pela conquista do céu. Promotor da justiça, protetor dos fracos, moralizador da sociedade, pacificador dos reinos, pronto para tudo instaurar em Cristo, Luís IX é, ainda, um soldado a serviço da Igreja, a postos para auxiliá-la na salvação de seus próprios súditos e na conversão dos povos pagãos, enviando missionários para a evangelização dos mongóis e procurando trazer os muçulmanos ao redil de Cristo. Como cruzado, lutava pela reconquista de Jerusalém e pela defesa da Civilização Cristã. Como defensor da fé, servia de braço secular da Igreja contra a heresia.

Como diz Bouchet, "os méritos de um caudilho militar são compatíveis com os de um santo, mas não necessariamente. São ordens diferentes, nas quais se faz necessário um critério de excelência duplo".[55] São Luís atendeu a esta dupla excelência, sendo um santo guerreiro e militar, não apenas pelas suas participações em guerras seculares, mas por ter assumido como poucos a função de paladino da justiça e da luta pela salvação das almas, pelo reinado de Cristo sobre as nações e pela expansão da fé cristã.

São Luís foi, arremata Régine Pernoud, "a encarnação do perfeito cavaleiro".[56]

4. Como São Luís governava?

Com acerto escreve Jules Zeller que é depois da Sétima Cruzada, que em São Luís, o "verdadeiro rei da Idade Média, o rei conforme o coração da Igreja, começa de fato".[57]

---

54 *Ibid.*, cap. III, p. 99.

55 Bouchet, 2021, cap. VII, p. 293.

56 Pernoud, 1981, cap. VI, p. 82.

57 Zeller, cap. IX, p. 448.

A santidade que vimo-lo alcançar nos capítulos anteriores esteve intrinsecamente unida a todos os demais aspectos de sua vida, incluindo seu governo. "Se, desde o início de seu reinado", diz Bordonove, "ele desejava assegurar o bem comum do seu povo, instaurar mais justiça, melhor controlar os agentes reais,"[58] a cruzada e o retorno, em 1254, foram ocasião para que Luís revisitasse não apenas sua vida interior e transformá-la, mas de reordenar o próprio exercício da dignidade régia.

Houve um episódio, relatado por Joinville, que parece ter sido decisivo para a mudança: o encontro de São Luís com frei Hugo de Digne (ca.1205-1256), um franciscano de grande reputação, de ascética rigorosíssima, dotado de uma retórica assombrosa e do qual diziam fazer milagres aqui e acolá — mas de doutrina não acima de suspeitas.[59] Era um destes grandes pregadores que a Idade Média foi tão prolífica em produzir.[60]

Quando São Luís, retornando da cruzada, desembarcou em Hyères, na Provença, soube que frei Hugo estava na região e mandou buscá-lo. Quando ele chegou, o rei pediu-lhe que pregasse imediatamente:

> Ele ensinou ao rei em seu sermão como este devia se guiar de acordo com a felicidade de seu povo; e no fim do sermão, o frei disse que tinha lido a Bíblia e vários livros que a acompanham, mas em nenhum livro, nem no livro dos crentes nem no livro dos infiéis, consta que um reino ou senhorio se tivesse perdido alguma vez, ou passado de um senhor ao outro, ou de um rei ao outro, a não ser por falta da justiça. "Por isso", disse o frei, "que atente o rei, uma vez que está voltando para a França, a fazer tanta justiça ao seu povo a fim de que este assim conserve o amor de Deus, de tal maneira que Deus não lhe arranque em vida o reino da França".[61]

---

58 Bordonove, parte III, cap. 1, p. 103.

59 Alguns julgaram que ele tivesse tendências joaquimistas, mas sua doutrina nunca foi condenada pela Igreja. Sabe-se que o Papa Inocêncio IV gostava de ouvir seus sermões e queria tê-lo na corte papal.

60 Cassard, parte I, cap. IV, p. 239.

61 Joinville, parte II, §659. Hugo de Digne não perdeu ainda a oportunidade para criticar os clérigos que superabundavam na corte real: "Vejo muitos religiosos

Digitalizado com CamScanner

A mensagem do ousado pregador era clara: que Luís IX reinasse conforme Deus desejava: justa e caridosamente. Sua autoridade deveria ter como principal divisa a justiça e o amor a Deus, seu reinado deveria se conformar ao Evangelho, e ele deveria utilizar seu poder para servir a Cristo e para a salvação de seu povo. Hugo de Digne permaneceu um só dia com o rei, negando-se, apesar de sua insistência, a permanecer mais tempo com ele.[62] Mas bastou um sermão para operar-se outra transformação em São Luís: com ainda mais convicção, dedicaria seu cetro a Deus, à Igreja e à salvação das almas.

Não que tudo isso fosse novidade para Luís IX. No capítulo 1 enfatizou-se que desde os tempos carolíngios a realeza medieval estava alicerçada nestas premissas. Mas a partir do sermão de frei Hugo, essas verdades parecem ter penetrado mais fundo em sua alma, que percebeu com mais nitidez que sua própria salvação dependia do modo como governava. Desde então, diz Bordonove, seria sua fé a inspirar todos os seus atos políticos, e "sua busca por Deus marcharia em par com sua determinação de assegurar justiça e prosperidade ao seu povo".[63]

Seu modelo real seria o Rei da Coroa de Espinhos, Aquele que se sacrificara pelos que lhe foram confiados. Viveu, como Cristo, segundo aquele espírito que Saint-Pathus registrou: "Sempre se notou no rei Luís a resolução de se sacrificar pelo seu povo".[64] Seguirá o modelo do Rei-Cristo, que governa desde a Cruz, que não veio ser servido, mas

---

na corte real. E eu digo que [assim] não estão em condição de se salvarem, ou as Sagradas Escrituras mentem para nós, o que não pode ser. Porque as Sagradas Escrituras nos dizem que o monge não pode viver fora de seu claustro sem pecado mortal, tanto quanto o peixe não pode viver fora d'água" (Joinville, parte II, §657-658). No que se refere às palavras de Hugo de Digne a São Luís, em outra parte de seu relato, Joinville (parte I, §55) apresenta uma versão mais sucinta: "Que o rei que se dirige à França cuide de fazer boa e rápida justiça ao seu povo, a fim de que Nosso Senhor lhe permita conservar em paz o seu reino ao longo de sua vida".

62 Joinville, parte II, §660.

63 Bordonove, parte V, cap. 1, p. 240.

64 Saint-Pathus, cap. 9, §5.

Digitalizado com CamScanner

servir e dar a vida (Mt 20,28). E se este era, repita-se, o modelo da realeza medieval e as exigências a ela impostas pelos pensadores e teólogos desde o alvorecer da Idade Média. Se é possível encontrar na história monarcas que abraçaram com galhardia essa missão, não se questiona que São Luís elevou todos esses princípios a outro patamar: ao da santificação pessoal, que se refletia em um apostolado autêntico, na promoção da paz na Cristandade e na realização da justiça para que, nas palavras de Hugo de Digne, o povo conservasse o amor de Deus. Governará, conforme as palavras de Margarida da Provença, para "salvaguardar o reino e melhor promover os interesses de toda a Igreja",[65] referindo todas as coisas, materiais e espirituais, ao Altíssimo.

Esforçar-se-á para fazer de seu Reino da França o mais justo e pacífico, o mais próspero material e espiritualmente, o dotado do povo mais feliz, mas virtuoso e mais devoto. Tudo quanto fizer visará cumprir tais princípios para, ao final da vida, deixar ao seu sucessor um reino florescente e fiel a Deus. Sem descuidar das necessidades corporais de seus súditos, escreveu seu capelão Guilherme de Chartres, sua precípua preocupação enquanto rei da França será encaminhá-los para a salvação:

> Ele não estava preocupado apenas com a salvaguarda das questões corporais ou temporais no governo do reino, na medida em que isso concernia ao ofício real, vigiando dia e noite a fim de preservar a todos como a menina de seus olhos (Dt 32,10); mas ele também foi movido, mais do que eu acreditaria ser possível, por uma espécie de "usurpação piedosa" ao se preocupar ele próprio com a salvação das almas, assunto sobre o qual estava tão preocupado, que parecia exercer igualmente uma "regra sacerdotal" ou um "sacerdócio real".[66]

São Luís tinha plena compreensão da sua dignidade régia como sagrada, dizendo mesmo que, apesar de menos digno que outros, Deus o

---

65 Beaulieu, cap. 12, §1.

66 Chartres, cap. 12.

escolhera para reinar.[67] E como poderia ser diferente se o ato que constituía um rei era uma "sagração"?[68] Jean Cassard, em sua *L'âge d'or capétien, 1180-1328*, enxerga tal concepção como impressa na Sainte-Chapelle. Diz o historiador que, no seu grandioso ciclo de dezesseis vitrais, contando 1113 painéis, está estampada a continuidade da realeza, desde os reis do Antigo Testamento, ancestrais de Cristo, até os Capetianos, representantes terrestres de Cristo junto ao povo francês. Acrescenta que, "possuidor das relíquias da Paixão, o rei da França se insere na história da salvação, que conduz do Gênesis ao Apocalipse". Cassard diz ainda que a Sainte-Chapelle ter sido construída junto à sala de audiências de São Luís, onde as decisões reais eram postas por escrito, tomando força executória, e junto da torre destinada a receber os arquivos da monarquia, demonstraria o desejo do rei de "relacionar intimamente a ação do poder monárquico e a vontade de Cristo".[69] Tomando por prisma tais absurdas constatações, percebe-se que mesmo os mais doutos pesquisadores podem equivocar-se na interpretação dos dados que levantam. Afinal, Cassard parece falar não de um rei do século XIII, mas a um do século XVII ao apontar uma busca por "legitimação religiosa" de sua autoridade, busca de que São Luís não necessitava: a origem divina do poder era um dado incontestável na mentalidade medieval. Ora, se a Sainte-Chapelle se localizava nas proximidades das salas de deliberação do palácio, isso demonstra antes um desejo do santo rei de encontrar em Cristo a luz para bem governar e menos para simbolizar que seu poder vinha de Cristo.[70]

---

67 Saint-Pathus, cap. 12, §7.

68 A respeito do caráter sagrado da realeza medieval, ver Capítulo 1.5.c. – "*A autoridade real na Cristandade*".

69 Cassard, parte I, cap. IX, pp. 535-536.

70 E, se se quiser aplicar a "*navalha de Ockham*", postulando-se uma explicação mais simples, não estaria a Sainte-Chapelle ali localizada para facilitar o trânsito do rei em meio às muitas orações das quais tomava parte entre uma e outra decisão de governo?

Digitalizado com CamScanner

Seja como for, o modo como São Luís compreendia a dignidade que exercia era em tudo conforme os moldes medievais. Nele não se identifica pretensões do gênero "*L'état c'est moi*". Vemo-lo, ao contrário, dizer no litoral de Damieta em 6 de julho de 1249: "Não sou eu quem sou o rei da França, sois vós, unidos, que sois o rei!"[71] O rei para o reino e não o reino para o rei, tal foi a primeira de suas máximas, diz Zeller.[72]

São Luís conseguiu "conciliar o realismo político e a mística", explica Bordonove, porque longe de atrapalhar sua ação, "a fé que o animava era, ao contrário, um recurso secreto."[73] Diz o mesmo autor, ele soube "agir simultaneamente sobre os dois planos: o material e o espiritual. Nos momentos mesmos nos quais a mística parecia ocultar nele qualquer outra preocupação, o rei consciente de sua autoridade e dos interesses de seu povo montava guarda".[74] O "recurso secreto" a que se refere Bordonove, bem pode ser aquele que São Bernardo de Claraval identificou no século anterior — mais do que os outros homens, o santo é capaz de ver as coisas tal qual são:

> a santidade é uma altura árdua de se alcançar, mas logo que alcançada permite uma observação do mundo de um ângulo mais adequado. Isso explica a serena seguridade do místico na exatidão de seu ponto de vista e aquele excelso desdém com que considera as apreciações meramente humanas da ordem real.[75]

A partir não apenas da luz natural da razão, mas da luz sobrenatural da fé — da fé de um santo — São Luís conseguia enxergar a realidade com mais exatidão do que os que o cercavam. E sabia imprimir todas as suas

---

71 Michaud, t. IV, L. XIV, p. 386.

72 Zeller, cap. IX, p. 456. Bem comenta Pernoud (1978, cap. IV, p. 67) que "pouco importa que tenha havido continuidade hereditária, se se considerar a realeza quanto ao seu papel político, militar, administrativo, como ver em Luís XIV o continuador de São Luís?"

73 Bordonove, Introdução, p. 12.

74 *Ibid.*, parte III, cap. 9, p. 159.

75 Bouchet, 1998, cap. III, p. 78.

Digitalizado com CamScanner

virtudes pessoais — caridade, justiça, paz, prudência — no seu modo de governar. Dizia, com efeito, Beaulieu que "quem o visse governar veria que poucos governariam tão bem quanto ele."[76]

São Luís destacava-se por sua proximidade com o povo. Essa era, em verdade, uma tradição familiar, diz Pernoud:

> Enquanto o imperador e a maior parte dos grandes vassalos se comprazem em manifestar o seu fausto, a linhagem capetiana faz-se notar pela frugalidade do seu modo de vida. Luís VII (r. 1137-1180) adormece na orla de uma floresta, e quando os familiares o despertam, faz-lhes observar que pode bem dormir assim, sozinho e sem armas, já que ninguém lhe quer mal. Filipe Augusto (r. 1180-1223), algumas horas antes de Bouvines, senta-se ao pé de uma árvore e recupera as forças com um pouco de pão molhado no vinho. [...] Essa simplicidade não foi imitada pelos Valois, e menos ainda pelos seus sucessores do Renascimento, mas se com isso ganharam uma corte brilhante, perderam esse contato familiar com o povo, elemento precioso do prestígio de um príncipe.[77]

Desde as primeiras horas de seu reinado, escreve Bénouville, São Luís sempre encontrou um apoio natural em seu povo,[78] pelo qual "tinha a resolução", registrou Saint-Pathus, "de se sacrificar".[79] Doava-se generosamente aos seus súditos, desde os grandes até os pequenos, desde os senhores até os camponeses, buscando suscitar não o medo, mas amor. Muitos não entendiam, diz Guilherme de Chartres

> como um homem, tão humilde, tão manso, não forte de corpo ou severo na abordagem, era capaz de governar pacificamente um reino sobre tantos príncipes e poderosos senhores. Isso deve ser atribuído não ao poder temporal, mas à virtude divina; não à tirania cruel, mas à clemência real; ao amor e à fé de um povo devoto que é conhecido por ter certa afeição

---

76 Beaulieu, cap. 5, §1.

77 Pernoud, 1981, cap. V, p. 72.

78 Bénouville, cap. I, p. 43.

79 Saint-Pathus, cap. 9, §5.

Digitalizado com CamScanner

especial por seu senhor natural, e que não é governado de um medo repressivo, mas por um amor dominador.[80]

Seu amor por seu povo, dizia Joinville, revelou-se nas palavras que ele dirigiu a Luís, seu filho primogênito, ao ver-se gravemente doente em Fontainebleau e receando morrer: "Querido filho, conquista o amor do povo do teu reino. Em verdade, eu preferiria que um escocês viesse da Escócia e governasse bem e justamente o povo do reino a que tu o governasses mal."[81]

E, sobre este ponto, conclui Bordonove:

> Luís era para os humildes uma espécie de Providência encarnada, não somente o rei, mas o pai dos pobres. Era com um coração ardente que ele associava suas orações às dele [...]. O amor do povo, quando dedicado com sabedoria, é sem dúvida um dos sentimentos mais nobres que existem, definitivamente o mais comovente. A propósito, tinha Luís o desejo de ser demagogo? Ele estava em perfeita simbiose com o mundo que o cercava, e nele, a majestade crescia em autêntica fraternidade. Para nós, que pertencemos ao século XX, é difícil admitir esta ligação misteriosa entre um rei e seus súditos. Um abismo parecia separá-los; um instante de fervor comum abolia esse abismo.[82]

"Amando a Deus como Davi, como Davi, também Luís amava seu povo", arremata o padre Rohrbacher.[83]

Mas esse homem afável e gentil, cuidadoso com os doentes e com os pobres, humilde no vestir, alegre no conversar, "sabia, quando necessário, mostrar-se de uma firmeza de aço".[84] Dizia continuamente a Joinville que "ninguém podia ser um bom governante se não soubesse recusar de forma tão corajosa e dura como sabia dar". E se sabia ser doce

---

80 Chartres, cap. 27.

81 Joinville, parte I, §21.

82 Bordonove, parte IV, cap. 2, pp. 177-178.

83 Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 161.

84 Daniel-Rops, t. 3, p. 325.

Digitalizado com CamScanner

e paciente para com os que o serviam, quando as circunstâncias exigiam, São Luís era sumamente rigoroso. Conta o cronista que logo após desembarcar de sua cruzada em Hyères, ao se dirigir a Saint-Baume, São Luís teve, por distração de um velho escudeiro, de esperar um pouco mais do que o necessário que se terminasse de se preparar seu cavalo. Parecendo desconsiderar a idade do dito escudeiro, o rei o corrigiu com extrema rigidez. Joinville, então, interveio: "Senhor, deveis muito a Ponce, o escudeiro, pois ele serviu vosso avô, vosso pai e vós". Ao que Luís respondeu: "Senescal, ele não nos serviu; somos nós que o servimos quando sofremos com as más qualidades dele. Pois o rei Filipe, meu avô, me disse que se deve recompensar nossa gente, uns mais, outros menos, de acordo com o modo como nos servem".[85]

Ademais, destacava-se o contraste de sua austeridade, de sua frugalidade, de sua modéstia no vestir, e o luxo que exibia nas grandes festas, nas reuniões dos parlamentos, nas assembleias dos seus barões, nos grandes banquetes. Narra Joinville que

> Apesar dos grandes gastos que fazia em esmolas, ele não deixava de incorrer em grandes despesas em seu palácio todos os dias. O rei conduzia-se ampla e liberalmente nos parlamentos e assembleias de barões e cavaleiros; e ele fez com que o serviço de sua corte fosse executado com muita cortesia e liberalidade e de maneira muito respeitosa, e mais do que havia sido feito por muito tempo na corte de seus antecessores.[86]

Assim, se era austero para consigo, "se o rei da França é um asceta que aspira secretamente ao claustro", diz Richard, "ele é também aquele a quem cabe fazer brilhar com todo o seu esplendor a corte da França para impor o respeito à realeza tanto ao interior quanto ao exterior do reino".[87] "São Luís permaneceu consciente de que a dignidade real não po-

---

85 Joinville, parte II, §626.

86 *Ibid.*, parte II, §726.

87 Richard, parte III, cap. IV, pp. 435-436.

deria passar sem certo aparato".[88] Nas suas trinta residências espalhadas por vários cantos do Domínio Real, escreveram os cronistas, a corte de São Luís funcionava com a dignidade e com o brilho condizentes com a grandeza da coroa.[89] A frugalidade do rei dizia respeito somente a si, não à França: nas ocasiões solenes, sabia ocultar o vinho dissolvido em água em cálices de prata, suas sopas insossas em baixelas de ouro e seu incômodo cilício sob o manto de veludo repleto de douradas flores-de-lis. Não se imagine, portanto, a corte de São Luís como austera, mas como uma corte vibrante, alegre e rica, digna do mais importante reino da Cristandade. Mas era, ainda assim, uma corte composta por gente exemplar, repleta de conselheiros piedosos e sábios, uma corte onde não se admitia impiedade, atos contrários à virtude ou desvios morais.

Clarividente no analisar, sábio ao discernir, perspicaz no decidir, firme ao se impor, São Luís parece ter sido dotado de todas as virtudes necessárias ao bom governo. Havia nele o desejo de reinar conforme a justiça, mesmo quando seus interesses restassem prejudicados. Não tinha compromisso com o erro, ordenando que todos os atos injustos de seus subordinados fossem corrigidos, mesmo quando isso acarretasse desvantagem para a coroa. Quando aplicava o direito, a todos punia de acordo com o direito, indistintamente, mesmo os de sua proximidade.[90] Imprimia uma orientação cristã nas relações econômicas, guiava seus súditos para a prática das virtudes, buscava coibir os vícios e moralizar a sociedade. Respeitava as tradições locais e as decisões de seus antepassados. Incentivou o desabrochar intelectual, arquitetônico e artístico de seu ardente século XIII. Procurou garantir a prosperidade da França e a paz entre os cristãos de todas as nações. Buscou, em suma, ordenar tudo o que a ele estava confiado ao Bem Supremo, a Deus.

---

88 *Ibid.*, parte I, cap. IV, 154.

89 Beaulieu, cap. 19, §4.

90 Beaulieu, cap. 6, §1.

O que São Luís construiu, diz Chartres, "não pode ser atribuído ao poder temporal, mas à virtude divina".[91] De fato, o santo rei reconhecia que tampouco nos assuntos temporais poderia subtrair-se da máxima enunciada por Cristo: "Sem mim nada podeis fazer" (Jo 15,5). Estava cônscio de que, se pretendia governar bem, devia estar continuamente sob o olhar de Deus, e, por isso consagrava seu reinado ao Altíssimo pela oração e pela penitência, buscando oferecer reparações pelos pecados de seu povo e procurando encontrar no Espírito Santo iluminação para tomar decisões corretas. Somente despachava os negócios do reino após rezar e, caso tivesse algo importante a tratar com o Conselho Real, enviava mensageiros aos conventos e mosteiros para pedir orações a fim de que Deus o inspirasse verdadeiro espírito de justiça para que decidisse conforme a melhor maneira de honrar a Divina Providência.[92] Ademais, quando visitava um mosteiro, convento, abadia ou igreja, São Luís suplicava aos padres e religiosos que intercedessem por ele e pelos seus. Frequentemente era visto ajoelhado diante de um religioso pedindo orações, e escrevia todos os anos para o Capítulo Geral de Cister, suplicando as orações dos monges.[93] Conta-nos Beaulieu que ele visitava abadias e conventos e, ajoelhado, pedia aos religiosos que celebrassem missa e rezassem para si e para sua família, "fazendo isso com tanta humildade que os monges muitas vezes iam às lágrimas".[94] São Luís governava a França, em suma, amparado por uma multidão de mãos postas que, dia e noite, intercediam para que Deus o guiasse e inspirasse.

E, se por um lado, era o continuador de uma dinastia e herdeiro de uma tradição política, sobretudo a de seus antecessores capetianos imediatos — seu pai Luís VIII, seu avô Filipe II, seu bisavô Luís VII e seu trisavô Luís VI —, por outro, diz Bainville, ele dá continuidade à obra deles

---

91 Chartres, cap. 27.

92 Saint-Pathus, cap. 7, §9.

93 *Ibid.*, cap. 7, §6.

94 Beaulieu, cap. 21, §1.

fazendo desenvolver nela um elemento que eles pouco haviam trazido à tona: a grandeza espiritual. Com efeito, se a realeza francesa até então fora composta por homens muito retos e capazes, mas na expressão do mesmo autor, um pouco "*terre à terre*", "pé no chão", São Luís, rei dotado de todas as qualidades dos que o antecederam, elevá-las-ia até mais do que a virtude, até a santidade: "por meio dele", arremata o historiador, "a realeza francesa assumirá um caráter de grandeza espiritual cujo reflexo manteria para sempre".[95]

Simultaneamente um místico, um contemplativo, um asceta, um santo unido ao Crucificado, Luís IX será um grande rei, respeitado e reverenciado em toda a Europa — e até nos distantes mundos islâmico e mongol —, e árbitro da Cristandade. Uniu como poucos contemplação e ação, vida mística e vida ativa, sendo a realização mais plena daquilo que Santa Teresa de Ávila, séculos mais tarde, apresentaria como um ideal de rei cristão:

> Bem-aventurada a alma que o Senhor eleva ao conhecimento da verdade. Que ótimo estado para os reis! Como lhes valeria muito mais procurá-lo do que ter um grande império! Que retidão haveria no reino! Que multidão de males se evitariam no presente e se teriam evitado nos tempos idos! Não temeria perder a vida nem a honra por amor de Deus! Belo estado para os soberanos, aos quais todos hão de seguir! Mais do que ninguém, estão obrigados a zelar a honra do Senhor! Para dilatar um pouco a fé e esclarecer os hereges, perderiam mil reinos e, com razão, pois se trata de maior lucro: ganhariam um reino infindo.[96]

São Luís será um santo "de natureza particular", arremata Zeller, "um santo rei", que encontrará na sua fé católica e no seu amor a Cristo o terreno sólido sobre o qual sustentar suas vastas empresas enquanto rei da França.[97]

---

95 Bainville, cap. V, p. 58.

96 S. Teresa de Ávila, *Livro da Vida*, cap. 21, §1º.

97 Zeller, cap. IX, pp. 427-428.

Digitalizado com CamScanner

5. O modelo oposto: Frederico II

Antes de se conhecer o reinado de São Luís após a Sétima Cruzada, é útil pousar o olhar sobre outro monarca de seu tempo, talvez o mais importante rei europeu do século XIII após o santo rei: Frederico II de Hohenstaufen, rei da Sicília, da Alemanha, da Itália, de Jerusalém e Sacro Imperador Romano.[98] Nascido em 1194, esse homem que parece o prelúdio medieval dos inescrupulosos governantes modernos, destoava de São Luís em todos os aspectos cogitáveis. Bem poderia ser chamado "Anti-Luís", mas o Papa Gregório IX preferia chamar-lhe "herege confesso", "besta blasfema do Apocalipse", "besta que sobe do mar, com a boca cheia de blasfêmias, garras de urso, corpo de leopardo e fúria de leão!", "Anticristo". Seu reinado foi contemporâneo à primeira parte do de São Luís.[99]

Por causar admiração e escândalo, Frederico II foi qualificado em vida como "*stupor mundi*". Diz Daniel-Rops que "era um gênio, mas um gênio desequilibrado".[100] Era um homem sagaz, engenhoso, inteligente, mas desleal e traiçoeiro, inescrupuloso e calculista, além de indulgente moral (teve filhos com ao menos oito amantes). Mas o que nele mais causava surpresa nos contemporâneos era a sua atitude religiosa: Frederico II é um dos raríssimos homens da Idade Média em que se nota ceticismo, e até ateísmo! Para ele, todas as religiões eram equivalentes e não valiam grande coisa: teria dito que Moisés, Cristo e Maomé eram "três grandes impostores". Mas chamar Maomé de impostor não impediu que Frederico, este homem batizado e coroado pela Igreja Católica, fosse um islamófilo fanático, que se cercava de sábios árabes que o iniciaram em pesquisas químicas, a partir das quais concluiu a insanidade dos dogmas

---

98 Era rei da Sicília por herança da mãe a partir de 1198, rei da Alemanha por herança do pai a partir de 1212, rei da Itália e Sacro Imperador Romano por eleição a partir de 1220, e rei de Jerusalém por casamento a partir de 1225.

99 A ele fizemos alusão no capítulo 3.5. – "*A preparação da Cruzada*".

100 Daniel-Rops, t. 3, p. 225.

Digitalizado com CamScanner

cristãos. Mesmo seus camaradas muçulmanos diziam que ele era "com certeza ateu".[101] Conspirou contra a cruzada de São Luís, informando os egípcios dos seus andamentos.[102] Frei Salimbene de Parma escreveu que "ele não tinha fé em Deus" e que "se ele tivesse sido um bom católico e amado a Deus, Sua Igreja e sua própria alma, poucos entre os imperadores do mundo ter-se-iam igualado a ele". Zombava da Eucaristia e do nascimento virginal de Jesus[103] e vivia na Sicília como um príncipe oriental, com um harém e cercado de guardas muçulmanos.[104]

Parece ter sido movido por uma visão enlouquecida de si mesmo e por uma busca por glória mundana que o fazia desvencilhar-se de quaisquer amarras morais. Aspirava por restaurar o Império Romano tal qual em seu momento de apogeu, concentrando em si todas as prerrogativas que outrora possuíam os césares: poder temporal e espiritual, realeza humana e divina. Gostava, com efeito, de dizer: "A terra inteira aspira com felicidade ao domínio imperial... o imperador é a lei viva!" Seu chanceler o chamava "César, luz admirável do mundo".[105]

Apesar de criado pelo Papa Inocêncio III (pp. 1198-1216), atraiçoou a Igreja várias vezes. Seu reinado foi uma longa sucessão de conflitos com o Papado e o ponto de maior desequilíbrio entre Sacerdócio e Império, Altar e Trono, na Cristandade. Foi excomungado quatro vezes, sobretudo em razão de seus perjúrios. Ludibriou o Papa Honório III (pp. 1216-1227) que, convencido das suas boas intenções, dentre elas o de cruzar-se, coroou-o imperador, em 1220. Frederico não cumpriu o que prometera a Honório e o papa seguinte, Gregório IX (pp. 1227-1241), antigo Cardeal

---

101 Daniel-Rops, t. 3, p. 226. Conta-se que certa vez mandou encerrar um homem num barril para provar que, depois de o infeliz ter morrido por asfixia, nenhuma alma voaria para o céu quando se abrisse o barril.

102 Maalouf, cap. XIII, p. 269.

103 Read, parte II, p. 216.

104 Giordani, t. I, parte II, cap. III, p. 298.

105 Daniel-Rops, t. 3, p. 226.

Ugolino, amigo de São Francisco, octogenário enérgico e intransigente, após uma série de novos perjúrios de Frederico, excomungou-o em 1227.[106]

Todo o pontificado de Gregório IX foi uma luta incessante contra este imperador traiçoeiro, que chegou a invadir os Estados Pontifícios com tropas muçulmanas. Gregório IX, com quase cem anos de idade, declarou Frederico deposto e convocou um concílio em Gênova para tentar abater o adversário com um julgamento de toda a Igreja. Os prelados que deveriam comparecer embarcaram para Gênova, mas a armada imperial interceptou os barcos antes que lá chegassem os Padres Conciliares que, ao invés de julgar Frederico, foram postos a ferro por ele.[107] Foi nessas circunstâncias que, em 1241, Gregório IX morreu:

> Durante dois anos, Frederico II foi o senhor do Ocidente. O sucessor de Gregório IX, Celestino IV, reinou apenas quinze dias; depois da sua morte, o Sacro Colégio, minado pela peste e trabalhado pelas intrigas imperiais, demorou dois anos em dar-lhe um sucessor. Assumindo verdadeiramente a responsabilidade pela Europa, o imperador fortaleceu o seu poder sobre os seus domínios [...] O seu ódio à Igreja tornava-se uma mania. Perseguia as Ordens Mendicantes e maltratava os teutônicos. Diante do embaixador do Egito, elogiava a instituição do califado, ligada diretamente ao Profeta, "bem superior a esse costume estúpido, entre os cristãos, de eleger quem quer que seja como chefe".[108]

O único capaz de impedir que tal homem comandasse a Cristandade era nosso jovem Luís IX, único príncipe que poderia criar reais problemas a Frederico. O imperador tentara dar-lhe ordens quando Gregório IX convocou o concílio em 1241, proibindo que deixasse que os bispos de seu reino atendessem à convocação pontifícia. Como Luís se negou a obedecer, os prelados franceses foram presos com os demais e levados a Nápoles a mando de Frederico II, que enviou uma insolente carta a

---

106 Mondin, pp. 262-265.

107 *Ibid.*, pp. 265-267.

108 Daniel-Rops, t. 3, pp. 228-229.

Digitalizado com CamScanner

Luís IX, dizendo: "Que vossa real majestade não se espante se César retém com rigor e angustiados aqueles que vinham para angustiar a César".[109]

Como seus antecessores capetianos, São Luís nunca reconheceu a prominência imperial sobre a França, onde ele era, como diria mais tarde o rei Carlos V, "imperador em seu reino".[110] Respondeu a Frederico com duras palavras:

> Detivestes nossos prelados que iam à sé de Roma por fé e por obediência, não podendo recusar a ordem do papa, e vós os prendestes no mar, o que suportamos com pesar e dor. [...] Então, como nada fizeram em vosso prejuízo, cabe a vossa majestade devolvê-los e libertá-los. Refleti e ponde na balança de um reto julgamento nossa mensagem e não retenhais os prelados pela força.[111]

São Luís concluiu a carta com um aviso ao imperador desleal: "Porque o Reino da França ainda não está tão fraco a ponto de se deixar conduzir por vossas esporas".

Quando Gregório IX, e depois o efêmero Celestino IV, morreram, Luís intimou o Colégio de Cardeais a proceder sem demora à eleição de um papa e, em 1243, foi eleito o Papa Inocêncio IV (pp. 1243-1254), homem de firmeza sem brechas, decidido a frear o "anticristo" e a empreender uma luta de morte contra o déspota imperial.

Refugiado em Gênova, Inocêncio IV solicitou a Luís IX asilo na França. O rei estava tentado a recebê-lo e respondeu com muita deferência, mas seus barões o aconselharam a não permitir que Inocêncio ficasse na França, caso contrário atrairia a fúria de Frederico II sobre seu reino que, saído de um recente conflito interno,[112] estava enfraquecido e incapaz de se defender. O papa, então, refugiou-se em Lyon em dezembro

---

109 Nangis, cap. 17, §1.

110 Lévis-Mirepoix, cap. II, p. 86.

111 Nangis, cap. 17, §2.

112 A chamada Guerra de Saintonge, ver Capítulo 3.3.

de 1244 que, apesar de terra do Império, era quase independente e fazia fronteira com os domínios de São Luís, que lhe garantia proteção.[113]

Inocêncio IV convocou um concílio para julgar o imperador e, em 1245, os 250 prelados que compareceram declararam Frederico II "perjuro, sacrílego, herege", excomungaram-no novamente e o declararam deposto de todos os seus tronos. A sentença repercutiu como nenhuma outra das admoestações que Frederico já recebera. Tudo o que fez para tentar conter o avanço da história contra si fracassou. Implorou a São Luís que intercedesse por ele junto ao papa e o santo rei, sempre tentado à paz e buscando a conciliação interna na Cristandade em prol da cruzada que estava por realizar, fez nova mediação junto ao papa em 1246, sem sucesso. É verdade que Luís conhecia a índole do terrível Frederico II, sabia que a causa do pontífice era justa e nada lhe repugnaria mais alinhar-se contra o Santo Padre, no entanto, sabia que não podia se declarar abertamente contra o imperador, caso contrário, jogá-lo-ia nos braços do rei da Inglaterra, com o qual estava em trégua.[114]

Mas quando, em junho de 1247, dois cardeais vieram relatar a Luís IX, então na abadia de Pontigny, que Frederico II reunira um considerável exército para atacar Lyon e prender o papa, o rei saiu da neutralidade, afinal, escreve Bordonove, "não poderia tolerar essa empreitada do imperador sem perder a honra".[115] Se São Luís não estava disposto a romper com Frederico negando-lhe o título imperial, dizem Villoslada e Llorca, "não podia, no entanto, tolerar que o Vigário de Cristo sofresse violência" e enviou uma carta ao papa, assegurando-lhe auxílio contra qualquer ataque de Frederico.[116] Isso fez o imperador recuar de volta para a Itália.[117]

113 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 153. Llorca *et al.*, 5ª ed., t. II, parte II, p. 606.

114 Bénouville, cap. IV, p. 131.

115 Bordonove, parte III, cap. 8, p. 156.

116 Llorca *et al.*, 5ª ed., t. II, parte II, pp. 608-609.

117 Nangis, caps. 22-24.

Digitalizado com CamScanner

Na Itália as coisas também não iam bem para o imperador apóstata, pois muitas cidades italianas[118] se levantaram contra seu domínio sob a justificativa de que um rei excomungado não era mais rei. No começo de 1250, uma jovem aldeã italiana de dezenove anos, Santa Rosa de Viterbo, mística que desde os treze anos pregava pelas ruas de sua cidade em defesa do papa contra o imperador, profetizou a morte de Frederico. A profecia se realizou: tentando reconquistar Parma, em 13 de dezembro de 1250, Frederico II morreu, aniquilado. Seus descendentes foram, um a um, depostos dos tronos que alegavam herdar.[119]

A pena ultramontana do bom padre Rohrbacher não deixa de comparar São Luís a este imperador, do qual diz que "a única coisa que se pode dizer a seu favor é que não se pode ter certeza se foi o mais desleal dos príncipes, o mais infiel dos cristãos, o mais perversos dos homens", enquanto o santo rei Luís da França, era "tão piedoso, tão bom, tão casto, tão bravo, tão amável, que não aspirava senão à glória de Deus e à salvação das almas".[120] Em outra parte, contrasta a imensa diferença de modos entre Frederico e São Luís:

> Eis o que diz de Frederico um autor contemporâneo: Quando seus repetidos abusos tinham consumido os bens das famílias, ele aprisionava os pais e os filhos. Aquilo não era suficiente para saciar a ganância do exator? O carrasco castiga as mulheres a fim de lhes arrancar pelos tormentos aquilo que eles creem estar escondido nas entranhas da terra. As virgens enlutadas, ainda cobertas pelo sangue de seus pais massacrados, este "piedoso" rei as prostitui à sua insaciável luxúria, não poupando nem as esposas, sempre precedido e seguido de um imenso rebanho de mulheres. [...] Pirata cruel, ele trafica com o sultão virgens cristãs, e as entrega à brutalidade dos sarracenos. Eis o que diz de Frederico II o biógrafo contemporâneo de Gregório IX. Ao lado deste quadro horrível, se

---

118 Parma, Florença, Milão, Ferrara e Mântua.

119 Daniel-Rops, t. 3, p. 229.

120 Rohrbacher, t. XVIII, L. 73, p. 420.

> nos apresenta São Luís, vivendo santamente no matrimônio após uma juventude virginal, guardando a continência com sua esposa nos dias aconselhados pela Igreja, se levantando ele mesmo, muitas vezes, a cada noite, para oferecer a Deus suas orações e assistir ao ofício divino na sua capela, disciplinando-se, criando seus numerosos filhos no temor e no amor a Deus, visitando e servindo os pobres, amando seu povo como um pai, fazendo-lhe justiça sob o carvalho de Vincennes, e indo se desembaraçar das fadigas da realeza junto de sua única irmã Santa Isabella, fundadora da abadia de Longchamp.[121]

"Não se pode imaginar duas naturezas mais contrastantes que a de Luís IX e a de Frederico de Hohenstaufen", arremata Lévis-Mirepoix.[122] Mas os dois homens eram "antitéticos", na expressão de Villoslada e Llorca,[123] não apenas no que se referia à religião, à moral ou à sua vida privada, mas no modo como enxergavam e exerciam suas régias funções. Luís IX é, com efeito, o típico rei medieval, que se vê limitado por balizas espirituais e morais, respeitando-as de bom grado, pois as vislumbra como necessárias à ordem cosmológica da qual ele próprio e seu reino são parte. Via seu *regno* como um meio para a realização de certos fins temporais, mas também como instrumento de Deus para a salvação das almas. Já Frederico parece não identificar quaisquer limites morais no exercício de sua autoridade. Considerava o poder como um fim em si, ou antes como meio para sua glorificação pessoal. O exercício do seu *imperium* encontrava razões explicáveis somente a partir dele próprio, e era desvencilhado de quaisquer amarras, razão pela qual podia cometer as maiores deslealdades e injustiças. O seu Estado é quase um Estado sem Deus, acima da Igreja e da moral, um presságio amedrontador e um mau agouro do que seriam os Estados que emergiriam na modernidade.

---

121 *Ibid.*, t. XVIII, L. 73, pp. 282-283.

122 Lévis-Mirepoix, cap. III, p. 84.

123 Llorca *et al.*, 5ª ed., t. II, Preliminares, p. XI.

Digitalizado com CamScanner

"Parece mentira", arrematam Villoslada e Llorca, "que Frederico II seja contemporâneo de Luís IX. Por sua mentalidade e conduta, o rei francês representa a Idade Média; o imperador, a Idade Moderna".[124]

PARTE I
SÃO LUÍS E A JUSTIÇA

Após séculos de aprendizado político extraído da realidade das coisas e da experiência histórica, os medievais compreendiam a autoridade como dotada da função precípua de fazer e manter a justiça, de dar a cada um o que lhe é devido. Como canta um famoso poema francês do século XII, "*Le couronnement de Louis*", Deus não dá ao rei poder para satisfazer seu afã de lucro, para cometer pecados ou para julgar segundo uma falsa lei, mas para fazer justiça. Quando assumia suas funções, o rei jurava por todos os santos manter as liberdades concedidas por seus antecessores, os bons usos e costumes do reino, guardar os direitos dos pobres e ricos, pequenos e grandes contra agressões injustas.[125] Assim, resume Bouchet, "convinha que o rei levasse uma vida reta na presença de Deus e soubesse discernir o bem do mal" e, "uma vez discernida a justiça, deveria fazê-la e defendê-la; sua preocupação principal era procurar, para seus súditos, o gozo de uma vida honesta e em harmonia uns com os outros."[126] Diz ainda o mesmo autor:

---

124 Llorca *et al.*, 5ª ed., t. II, parte II, p. 612. A memória de Frederico II nunca despertou um vivo interesse até o século XIX quando, enxergando-o como exemplo de nacionalismo germânico medieval, historiadores alemães ressuscitaram sua memória como forma de fortalecer a *Kulturkampf* (guerra cultural) bismarckiana contra a influência católica e romana na Alemanha, ignorando que Frederico sentia-se muito mais siciliano do que alemão, e que relegava suas posses germânicas a um triste esquecimento se comparado à atenção que dedicava a Nápoles e Sicília, verdadeiros redutos de seu poder.

125 Bouchet, 1998, cap. VIII, p. 175.

126 *Ibid.*, 1998, cap. VIII, p. 177.

Digitalizado com CamScanner

> Abão, o abade de Fleury (ca. 945-1004), diz em seu *De duodecim abusivis saeculi* que a justiça do rei tem por fim defender os direitos dos fracos ameaçados pelos opressores injustos, proteger a viúva e o órfão, proibir os roubos, castigar os adultérios, não exaltar os iníquos, nem manter os impudicos e histriões [...] O papel do governante é orientar as vontades para o bem, mediante a vigilância e a sanção. Corrigir os abusos e fazer a justiça para que os bons vivam em paz e os maus não abusem de suas forças.[127]

A ascensão ao trono da França da dinastia de São Luís em 987, quando da eleição de Hugo Capeto, seu heptavô, foi marcada por uma espécie de compromisso social por parte daquele monarca que obrigaria toda a sua descendência: a de cumprir a lei e "fazer justiça, segundo seus direitos, ao povo que me foi dado".[128] Para os medievais, em suma,

> a sociedade política, mais que uma ordem legal, no sentido constitucionalista do termo, é uma ordem de justiça. Recordamos que a justiça é uma virtude e não uma norma abstrata. Dar a cada um segundo seu direito não significa respeitar somente as leis em vigência, mas descobrir numa situação determinada o que convém a cada um segundo seus merecimentos.[129]

E foi a fazer justiça que, em 1254, o frei Hugo de Digne exortara São Luís: "que atente o rei, uma vez que está voltando para a França, a fazer tanta justiça ao seu povo a fim de que este assim conserve o amor de Deus; de tal maneira que Deus não lhe arranque em vida o reino da França."[130] Doravante, diz Bordonove, "toda a política de Luís IX, interior ou exterior, se explicará por uma obsessão pela justiça".[131]

---

127 *Ibid.*, 2021, cap. VII, p. 310.

128 *Ibid.*, 1998, cap. VIII, pp. 178-179.

129 *Ibid.*, 2021, cap. VII, p. 302.

130 Joinville, parte II, §659.

131 Bordonove, parte V, cap. 2, p. 246.

Digitalizado com CamScanner

Em verdade, nas palavras de Duby, São Luís irá impor ao seu reino um tríplice ideal: o de justiça, o de ordem cristã e o de paz.[132]

1. A reforma da administração real

A era de São Luís não se tornou para a posteridade um tempo de justiça somente porque o rei revisava decisões injustas e julgava com imparcialidade e sabedoria as querelas a ele levadas. Ele procurou tudo corrigir desde a raiz, a saber, reformando a administração da qual ele próprio era titular e desfazendo os erros cometidos em seu nome pelos agentes reais.

Desde seu retorno à França, pôs em marcha um projeto que Jean Richard diz poder chamar-se "reforma das instituições", sobretudo do espírito que as animava, imprimindo-lhes um sentido de equidade e da justiça, e atentando-se para evitar guardar para si aquilo que fora injustamente tirado de outros. Para tal, promulgará normas que irão impor, doravante, limites a todos aqueles que exercessem autoridade em seu nome,[133] e devolverá tudo o que for tomado indevidamente, "considerando que todo o lucro que fosse fruto de injustiça ou de dano ao povo não era verdadeiro lucro e sim rapinagem a ser corrigida."[134]

Uma complexa rede administrativa fora construída, sobretudo ao longo de três gerações, desde Filipe Augusto (r. 1180-1223), passando pelo efêmero Luís VIII (r. 1223-1226), até São Luís (r. 1226-1270), para o melhor governo dos domínios reais. Em meados do século XIII, a saber, no tempo de São Luís, ao cabo de uma sucessão de acontecimentos que fortaleceu a coroa, o rei tornou-se um personagem particularmente rico e seus domínios, mais vastos, evolução que foi acompanhada pela conversão da administração real em um instrumento particularmente eficaz.[135] A coroa

132 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 177.

133 Richard, parte III, cap. I, p. 277.

134 Chartres, cap. 20.

135 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 176.

exercia seu domínio através de uma vasta hierarquia de autoridades, das quais os mais importantes eram os bailios — inspetores delegados pelo rei, encarregados de fiscalizar o cumprimento das leis e da justiça — e os prebostes — que eram dotados de um poder propriamente administrativo das terras do Domínio Real. Havia, ademais, outros cargos de importância decrescente, como os senescais e inquiridores.[136]

Esses funcionários eram a ponte entre o rei e os súditos, os encarregados de aplicar as decisões reais e administrar a justiça. Mas sabendo

---

136 Os bailios foram criados por Filipe Augusto, no final do século XII. Até então o Domínio Real era explorado e governado pelos prebostes. O preboste do rei explorava as terras reais, recebia as rendas, prendia e julgava os delinquentes, administrava a justiça em nome do rei e cuidava das estradas e das florestas. Eram originariamente escolhidos mediante leilão (o nobre que oferecesse maior quantia recebia um prebostado, razão pela qual tratavam seu cargo como um feudo e se esforçavam para torná-lo hereditário). Filipe Augusto, para corrigir desvios, multiplicou as inspeções aos prebostados, tornou-os de livre nomeação do soberano e instituiu os bailios ("*baillir*" significava "administrar" no francês arcaico) que, trabalhando ao lado dos prebostes, adquiririam uma força que originariamente não possuíam, tornando-se, em verdade, mais importantes no quadro administrativo real do que aqueles. Sob São Luís, o cargo de bailio, que antes era exercido por mais de um indivíduo em cada local, tornou-se exercido por uma única pessoa, que recebia plena delegação da autoridade real, e cuja jurisdição se estendia a partir de uma cidade. Com efeito, desde 1240 surgiram verdadeiras circunscrições oficiais para o exercício dos bailios, e o Domínio Real foi progressivamente dividido em territórios bem delimitados de administração. A instituição dos bailios foi, ademais, progressivamente expandida para as províncias do norte e do oeste anexadas por Filipe Augusto: primeiro para a Normandia e depois para Anjou. Ao lado dos bailios havia os senescais, funcionários nomeados pelo rei com uma delegação geral de poderes. Senescais e bailios, frequentemente mudados de jurisdição, deviam regularmente prestar contas de sua administração ao rei. Anote-se que nos territórios arrebatados por Filipe Augusto aos Plantagenetas e aos barões cátaros do sul do reino, o título de senescal era mais utilizado do que o de bailio, mas isso começou a mudar no tempo de São Luís. E os inquiridores, por fim, eram os responsáveis por fiscalizar a atuação de todos os outros e remeter relatórios sobre sua administração a Paris. Havia, ainda, os responsáveis pela casa real, pelos serviços domésticos do soberano. Durante muito tempo esses servidores foram confundidos com a própria corte, mas foram progressivamente se destacando para constituir o "*hôtel*", a casa do rei, com seus próprios oficiais (Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 176. Giordani, t. I, p. II, cap. I, p. 149. Giordani, t. II, cap. I, pp. 58-59. Cassard, parte I, cap. III, pp. 185-188. Richard, parte I, cap. II, p. 60).

Digitalizado com CamScanner

que, por vezes, eles praticavam desonestidades em proveito próprio ou de terceiros, São Luís, ainda em 1247, antes de partir para a cruzada, despachou inquiridores por todos os seus domínios para aferirem a qualidade da sua administração. Não o fez somente para tranquilizar sua consciência, como diz Le Goff,[137] mas também, no dizer de Bordonove, para obter uma visão ampla de seu reino.[138]

Estes inquéritos produziram uma massa enorme de informações das mais diversas. Não concerniam somente ao reinado de Luís IX, mas levantavam tudo o que havia sido feito pelas autoridades da coroa desde o reinado de seu avô Filipe Augusto, ou seja, desde 1180. "Era toda a história capetiana que Luís IX pretendia assumir," diz Bordonove. O resultado dos inquéritos acusava a discrepância entre as intenções do rei e o cumprimento do que ele mandava, entre a ordem aparente e o caos oculto, entre a riqueza de certos condados e a pobreza de outros, entre a opulência da burguesia citadina e a pobreza do mundo rural, incluindo a de pequenos e numerosos nobres que viviam na miséria.[139]

O amontoado de relatórios dos inquiridores se categorizava em dois grupos: o de crimes de guerra e o de malfeitos dos agentes reais. Neste último se inseriam as notificações de confiscos abusivos cometidos contra bons católicos que simplesmente eram descendentes de hereges, sob alegação de combate ao catarismo; comportamentos tirânicos por parte dos bailios reais, que utilizavam sua função para extorquir o povo e enriquecer; prebostes que prosperaram como que por milagre no exercício do cargo, mas que em verdade espoliaram terras e construíram suntuosas casas com materiais roubados; apreensões indevidas de cavalos, rebanhos, de víveres de primeira necessidade e de todo tipo de mercadoria sob pretextos fúteis ou de mentiras; pequenos nobres espoliados pelos

---

137 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, pp. 163-164

138 Bordonove, parte III, cap. 9, p. 162.

139 *Ibid.*, parte III, cap. 9, p. 162.

representantes reais e vivendo na pobreza; roubo da herança de viúvas e de órfãos... nada parecia frear a cupidez de muitos representantes reais.[140]

Ao receber tais relatórios, São Luís empreendeu um trabalho hercúleo e incessante para corrigir e reparar as injustiças, não apenas em seus domínios diretos, mas em toda a França: "aquilo que os primeiros reis tinham feito principalmente pela Île-de-France e por Paris, Luís IX estendeu à França inteira".[141]

A sua grande obra nesse âmbito deu-se após a Sétima Cruzada. Em julho de 1254, ao pisar no reino, São Luís já idealizava uma vasta reforma a ser promovida. Em dezembro daquele ano, decretou, então, uma "Grande Ordenança", que reorganizava a administração real, impunha sérias regras morais aos agentes do rei e operadores da justiça, proibia certas práticas sociais imorais e trazia novas normas para todo o sistema judiciário.

O conjunto desta ordenança, diz Le Goff, "é tão imponente que constitui, por sua amplitude, uma novidade, a tal ponto que essa foi considerada a 'primeira ordenação real' e 'a carta das liberdades francesas'." [142] Seria chamada de "Estatuto Geral" (*statutum generale*) ou "Estatutos de São Luís" (*statuta sancti Ludovici*) e é um dos documentos mais importantes não apenas da história da França, mas da história política da Idade Média. Continha em seus artigos princípios jurídicos que muitos tomariam por "modernos", e que chamaríamos presunção de inocência, de igualdade perante a lei, de combate à corrupção, de moralidade administrativa. Serviria, ademais, de base para todo o direito francês posterior. Em 1256, a Grande Ordenança seria completada por uma segunda, que sistematizou matérias não tratadas na primeira e, ao contrário desta, assumiu o caráter de decreto legislativo real

---

140 *Ibid.*, parte III, cap. 9, pp. 159-161.

141 *Ibid.*, parte III, cap. 9, p. 165.

142 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 197.

Digitalizado com CamScanner

aplicável a todo o reino da França, mesmo naquelas regiões que não fossem governadas diretamente pelo rei.[143]

Clara, prudente, enérgica, reformadora (mas cônscia do que de melhor havia nas tradições), a Grande Ordenação de São Luís, de 1254-56, foi a materialização legal e jurídica do espírito que animava uma alma santa que aspirava servir à Justiça Divina no governo de seu reino. O santo rei quis, com ela, impedir o cometimento de injustiças em seu nome e garantir que a administração que dele emanava fosse assentada na moral e no direito, colocando fim aos abusos promovidos por seus agentes. Seu grande objetivo, em suma, era purificar o reino da França dos vícios que contaminavam o exercício da autoridade.[144] Como grande legado de São Luís a ser reconhecido e respeitado, fruto de muita reflexão, ponderação e oração, ela deve ser estudada com cuidado e veneração.

O artigo 1.º da Grande Ordenação de 1254, impunha um importante juramento aos funcionários reais e penalidades aos que o descumprissem:

> Nós, Luís, pela graça de Deus Rei da França, ordenamos que todos os nossos bailios, prebostes, prefeitos e todos os outros, seja em que assunto for, jurem que, enquanto estiverem em seu ofício, farão justiça a todos, sem exceção de ninguém, tanto aos pobres quanto aos ricos, a estranhos e amigos, e manterão os usos e costumes que são bons e provados. Se ocorrer, em qualquer questão, que os bailios ou outros, sargentos ou guardas florestais, agirem de forma contrária aos seus juramentos e

---

143 Giordani, t. II, cap. IV, p. 262. A Grande Ordenança foi a primeira das muitas ordenanças reformadoras que deveriam se suceder, século após século, por iniciativa de todos os reis franceses. Se antes o direito era essencialmente costumeiro, diz Bloch (2019, t. I, livro II, pp. 131-132), "o reagrupamento dos elementos sociais em grandes Estados ou em grandes principados favorecia não apenas o renascimento da legislação, mas também, em vastos territórios, a extensão de uma jurisprudência unificadora". Ressalte-se, no entanto, que São Luís não foi o primeiro a fazê-lo na França: seu avô Filipe Augusto e seu bisavô Luís VII regulamentaram por meio de ordenações diversas matérias feudais (Duby, 1970, parte I, cap. X, pp. 154-156).

144 Richard, parte III, cap. I, pp. 278-279.

> estivermos convencidos disso, é nossa vontade que sejam punidos em seus bens e em suas pessoas, conforme a ofensa demandar — sendo que os bailios deverão ser punidos por nós, e os demais pelos bailios.

Como, com frequência, os agentes reais prevaricavam em fazer valer os interesses do rei onde era de direito, o artigo 2.º ordenava que eles jurassem manter as rendas e direitos da coroa. Os artigos 3.º a 6.º traziam uma série de regras com a intenção de, como se chamaria hoje, combater a corrupção. O artigo 3.º proibia o recebimento de suborno, direto ou indireto, por parte dos agentes reais, devendo eles jurarem

> não aceitar qualquer presente, seja para suas esposas, filhos, irmãos ou irmãs ou qualquer pessoa que, de alguma forma, esteja ligada a eles; e assim que souberem que tais presentes foram recebidos, eles os devolverão assim que puderem. E com isso jurarão que não receberão nenhum presente de qualquer pessoa sob sua autoridade, ou de outros que tenham negócio ou pleiteiem diante deles.

O artigo 4.º, a seu turno, vedava aos próprios oficiais oferecerem suborno:

> De agora em diante eles jurarão não dar nem enviar qualquer presente a membro de nosso conselho, nem à sua esposa nem aos seus filhos, nem a ninguém que seja de sua parentela [...], nem para aqueles que devem auditar suas contas em nosso nome, nem a qualquer inquiridor que possamos enviar ao seu bailiado ou prebostado para investigar seus atos.

No artigo 5.º, São Luís exigia dos seus agentes que, caso soubessem que qualquer funcionário a eles submetido praticara atos desonestos ou imorais, os julgariam e os puniriam. Ademais, todos os agentes e funcionários reais deveriam "jurar não dar presentes aos seus superiores, nem às suas esposas e filhos". E o artigo 6.º estabelecia a publicidade dos juramentos exigidos nos artigos anteriores.

Os artigos 7.º e 8.º apresentavam regras de conduta para os oficiais reais. O artigo 7.º os proibia de

Digitalizado com CamScanner

> praguejar com palavras que se voltem para o desprezo de Deus, de Nossa Senhora e de todos os santos; de praticar o jogo de dados e de frequentar as tabernas.

O artigo8.º, por sua vez, vedava a todos os funcionários reais adquirirem bens em sua própria jurisdição, lucrar com as tutelas de menores e estabelecerem laços pessoais fora dos interesses do rei, ou seja, que se casassem ou aos seus filhos com pessoas de sua jurisdição, com a ressalva de que essa última regra não se aplicaria aos prebostes e prefeitos, nem aos ocupantes de cargos menores na administração real.

O artigo 9.º apresentava uma curiosa regra referente ao número de funcionários reais:

> Ordenamos aos bailios, prebostes e outros que não mantenham sargentos ou bedéis em abundância, para não sobrecarregar a população.

O artigo 10 visava proteger os súditos do reino de eventuais abusos que os funcionários reais poderiam cometer em matéria econômica:

> Ordenamos que nem o bailio nem o preboste que esteja em nosso serviço imponham às pessoas boas de sua jurisdição qualquer ônus além do que é lícito, e que nenhum dos nossos súditos seja preso por dívida, senão somente pela nossa.

Ademais, proibia todos os bailios de cobrarem multa por qualquer dívida dos súditos do reino e vedava a cobrança de multa por qualquer crime, exceto no caso de ter sido estipulada por sentença condenatória. O rei permitiu, porém, a possibilidade de que se alguém acusado por um crime não estivesse disposto a aguardar o processo ser concluído, pagasse de livre vontade uma multa ao tribunal, que avaliaria se a quantia oferecida era razoável e adequada. E, no final do artigo 10, São Luís repetia enfaticamente a proibição dos oficiais de cobrarem multas:

> Proibimos que bailios, prefeitos ou prebostes constranjam nossos súditos pelo medo, por ameaça ou qualquer artifício a pagar uma multa secreta ou à vista de todos, e acusá-los sem justa causa.

O artigo 11 trazia uma importante disposição: a de que os cargos no governo não pertenciam aos seus ocupantes, não podendo, portanto, serem permutados, compartilhados ou usados para fins particulares.

O artigo 12 impunha outras regras de proteção ao povo, facilitando o acesso à justiça e proibindo violações aos direitos dos súditos do reino:

> Proibimos que os bailios e prebostes assediem nossos súditos nas causas que invocarem diante deles, mudando-se de um lugar para outro, mas eles devem ouvir os assuntos que lhes são evocados no lugar onde estão acostumados a ouvi-los, para que os interessados não abandonem a busca de seus direitos por dificuldade ou despesa. Ademais, ordenamos que não removam de ninguém o caso que detém sem conhecimento dos fatos, ou sem nossa ordem expressa, e imponham ao nosso povo novas taxas de talhas e novas imposições; e que não os convoquem para uma inspeção montada para receber o seu dinheiro, pois não queremos que ninguém que tenha que cavalgar seja convocado para um serviço militar sem motivo necessário [...].

A conclusão do artigo 12 surpreende pela dedicação de São Luís em fazer justiça e de garantir que seus funcionários fossem alcançados pela mesma quando cometessem atos ilegais:

> É nossa vontade que todos os antigos bailios, prebostes e prefeitos, depois de terem deixado o cargo, continuem pelo espaço de quarenta dias no local em que ocuparam o cargo, pessoalmente ou mediante procurador, para que qualquer pessoa que tenha sido prejudicada possa apresentar queixa contra eles aos novos bailios.

Em razão dessa Ordenança de outros documentos seus, Bordonove diz que São Luís

> merece, mais do que todos os nossos outros reis, o título de Legislador. Sempre fiel aos seus princípios, ele não fez nunca tábula rasa do passado. Ele o adaptava às necessidades presentes, ele atualizava e, por isso

modelava o futuro. E sempre se esforçava para moralizar a matéria tratada, porque ele se via também como o Rei Cristianíssimo.[145]

Decisões posteriores de São Luís aboliam todos os costumes injustos e equivocados — fossem novos ou velhos — mesmo que isso implicasse em alguma perda de dinheiro ou renda para a coroa.[146]

"Por essa ordenança", arremata Joinville "a situação do reino foi muito melhorada."[147]

2. O GOVERNO DOS MELHORES

Belas normas seriam ineficazes sem homens dedicados a aplicar o espírito de justiça que era, ao cabo, a vontade que enformava cada ato emanado do trono de São Luís. Em uma época não contaminada pelo nefasto positivismo e que não esquecera as lições dos antigos a respeito do bom governo, o santo rei sabia dever estar cercado, aconselhado e representado por homens prudentes, sábios e, sobretudo, justos.

Também quando retornou da cruzada, em 1254, São Luís renovou, ou ao menos completou, os quadros do Conselho Real[148] e da administração real, buscando sistematicamente conselheiros e administradores eminentes. Queria inteligências lúcidas capazes de apreender os problemas cruciais que se colocavam e de ajudá-lo a promover as reformas necessárias, desejando que os agentes reais — bailios, senescais etc. — não fossem apenas homens de espada, mas homens sábios e cultos. Selecionava, portanto, letrados, saídos das escolas episcopais, dos colégios reais e das universidades.[149] O mesmo se aplicava ao Conselho Real: de retorno à

---

145 Bordonove, parte V, cap. 3, p. 257.

146 Chartres, cap. 20.

147 Joinville, parte II, §714.

148 Não se deve confundir com o conselho de barões que, pelas tradições feudais, deveria auxiliar o rei na administração da justiça e na execução de sentenças (Richard, parte I, cap. II, p. 72).

149 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 176.

cruzada vemo-lo, passando pelo Languedoc, recrutar para sua equipe o renomado jurisconsulto Guy Foulques. Em seguida, trouxe o cavaleiro Pierre de Fontaines, homem habilidoso na administração da justiça[150] e bom conhecedor de finanças. Convocou ainda Eudes de Lorris, excelente diplomata. Continuaria, até o fim da vida, procurando os melhores e mais valorosos homens e os associando ao governo, buscando não apenas funcionários talentosos, mas de vida ilibada. Em 1258, seguindo as disposições da Igreja, São Luís fechou as carreiras administrativas e judiciárias aos descendentes de hereges, nomeando para os quadros reais apenas católicos e filhos de católicos de fé provada.[151] Manteve, ademais, aqueles velhos servidores do reino, que tão bem serviram a ele e aos seus antecessores, e que se mantinham como valiosos conselheiros, como os membros das casas de Beaumont, de Chambley, de Villebon, que continuaram em suas funções. Assim, São Luís nada cortava, explica Bordonove, mas acrescentava, inoculando em um grupo experiente e sábio sangue novo de acordo com as novas necessidades.[152] Ele unia as jovens e as antigas gerações, extraindo daquelas a percepção necessária dos novos problemas e possíveis soluções, e destas, a experiência e prudência para, nas eventuais mudanças, se respeitar a tradição consolidada do reino sem inovações desmedidas. Destarte, constituiu em torno de si uma autêntica aristocracia, um governo dos melhores.

Os membros do seu Conselho Real se confundiam com aqueles que o rei gostava de ter perto nas horas de recreio.[153] Sua *entourage* e seus conselheiros nos assuntos governativos eram por vezes os mesmos

150 É clássica sua obra *Le conseil de Pierre de Fontaines*, escrito em meados do século XIII para recordar os costumes do condado de Vermandois e a jurisprudência assentada pelas cortes locais. Diz Bouchet (998, cap. VIII, p. 193) que esta obra, "citando com abundância o código de Justiniano, foi considerado um tipo de suma jurídica da época de São Luís".

151 Bordonove, parte V, cap. 10, p. 243.

152 *Ibid.*, parte V, cap. 1, p. 241.

153 Ver Capítulo 7.4. – "*Como era São Luís?*".

Digitalizado com CamScanner

homens: havia nobres e cavaleiros como Joinville, Simon de Nesle, e seu genro Teobaldo de Navarra, clérigos como Raoul de Grosparmy, Robert de Sorbon e Mathieu de Vendôme. Desses, o advogado Guy Foulques, seria feito cardeal em 1261 e eleito papa em 1265 sob o nome de Clemente IV (pp. 1265-1268). Também o franciscano Simon de Brie, nomeado pelo rei chanceler da França em 1260, seria eleito papa em 1281, como Martinho IV (pp. 1281-1284). Eis dois pontífices saídos do Conselho Real de São Luís! Ressalte-se, ademais, a presença mendicante no Conselho Real: além de Simon de Brie, havia o franciscano Eudes Rigaud, e o dominicano Geoffroy de Beaulieu, confessor do rei.[154] Havia, por fim, Giles de Brun, holandês elevado à dignidade de contestável da França porque o santo rei conhecia sua reputação de temor a Deus.[155]

São Luís era muito atento à nomeação dos funcionários reais — bailios, prebostes, senescais, inquiridores — escolhendo apenas homens de bom comportamento e de boa reputação. Quando algum dos seus agentes recebesse propina ou abusasse dos pobres, afastava-o imediatamente, "evitando-o como a uma praga".[156] Ademais, para evitar a tentação da corrupção ou simples favorecimento nascido de uma longa convivência com os que estavam sob sua jurisdição, o rei promovia frequentemente trocas e substituições de funcionários, em especial em dois períodos: 1254-1256 e 1264-1266.[157] Essa atenção constante à atuação dos agentes reais foi uma das principais recomendações que São Luís deu ao seu filho: "Sê diligente em ter bons e fiéis bailios e prebostes e questiona com frequência sobre eles".[158]

Vemos na Grande Ordenação de 1254-56 e na sua diligência em remover maus e nomear bons agentes, sua intenção de transformar a administração real em um meio eficiente de se fazer justiça, excluindo dela

---

154 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, pp. 200-201.

155 Joinville, parte I, §30.

156 Chartres, cap. 26.

157 Le Goff, 2010, 1.ª parte, cap. IV, p. 202.

158 S. Luís, *Instruções ao seu filho Filipe*, §24.

Digitalizado com CamScanner

qualquer um que caísse na rapinagem e na imoralidade. Tudo isso demonstrava, escreveu Nangis, o "profundo desejo de São Luís de governar bem seus súditos".[159]

Também ao voltar da cruzada, o rei fez uma autêntica varredura nos nomes que compunham o *Parlamento Real*, órgão que não era uma casa legislativa como os modernos "parlamentos", mas uma corte judicial. São Luís quis dar ao Parlamento juízes qualificados e conhecedores do direito civil, nomeando para a corte os chamados "legistas,"[160] os mestres saídos das universidades.[161] Já muito bem instruídos nas escolas e universidades, todos esses servidores reais cultos colocavam a serviço do monarca seus conhecimentos e seu rigor de análise hauridos dos estudos jurídicos orientados pelos rigorosos métodos da Escolástica.[162]

Com uma nova organização administrativa e uma renovada nata de agentes, reorganizou a administração real, tornando-a menos abusiva, mais eficiente, justa e célere. Doravante, os atos emanados dos órgãos da coroa contar-se-iam em milhares: decretos numerosos, direitos concedidos em cartas, estatísticas feudais, registros de serviços e taxas, descrição dos costumes e tradições locais, sentenças do parlamento parisiense.[163] Do reinado de São Luís, do qual tomaram parte essa multidão de sábios que ele convocou para auxiliá-lo, foram conservados, diz Cassard, mil e novecentas peças originais de decisões reais e vinte e cinco ordenanças

---

159 Nangis, cap. 44, §7.

160 Isso impregnou o Parlamento e o Direito Francês do recém-redescoberto Direito Romano, que frequentemente se chocava com o Direito Costumeiro (Consuetudinário) das regiões mais germanizadas do norte da França. Os legistas tentavam, na medida do possível, conciliar os dois direitos, em especial, Pierre de Fontaines, nomeado por São Luís para o Parlamento de Paris. Com o tempo os reis da França veriam com cada vez mais desconfiança a penetração do direito romano em razão da remissão que constantemente fazia ao Imperador. Eles encaravam isso como um perigo à sua própria soberania em favor do Sacro Imperador Romano (Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 131. Giordani, t. II, cap. IV, pp. 252-253).

161 Bordonove, parte V, cap. 2, p. 250.

162 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 176.

163 *Ibid.*, 1970, parte I, cap. XI, p. 176.

Digitalizado com CamScanner

legislativas,[164] um número tão elevado e ainda tão pouco analisado que Régine Pernoud não hesitava em dizer, na década de 1970, que o reinado de São Luís é o "menos conhecido dos reis da França", haja vista a plêiade de documentos seus disponíveis nos arquivos históricos franceses, mas, em sua maioria, ainda não examinados, estudados e sistematizados.[165]

3. A reforma do Direito e a questão feudal

São Luís buscava seguir aquele princípio enunciado séculos antes, ainda nos tempos carolíngios, pelo grande arcebispo Hincmar de Reims (806-872), segundo o qual "o rei jamais julgará segundo o costume, se este se revelar mais cruel do que a retidão cristã".[166] Destarte, não se apegava às tradições quando estas envolvessem os chamados "maus usos" na aplicação da justiça, como ordálios e julgamentos por combate. Esses costumes estavam tão profundamente arraigados nas tradições feudais que nem a condenação incisiva dos papas desde o século IX conseguiu extirpá-los do direito consuetudinário europeu: a Igreja lutou, século após século, para os extinguir, mas sem sucesso completo.[167]

---

164 Cassard, parte I, cap. III, p. 173.

165 Pernoud, 1978, cap. VIII, pp. 134-135.

166 Bloch, 2019, t. I, livro II, p. 127.

167 O ordálio era uma espécie de "prova de fogo", na qual se o acusado saísse vivo de uma fogueira ou de um afogamento, Deus estava a declará-lo inocente. No caso dos julgamentos por combate, os dois litigantes duelavam e quem vencesse era considerado a parte detentora do direito disputado. Apesar de serem oficialmente condenados pela Igreja desde o pontificado do Papa Nicolau I (858-867), no século XIII — provavelmente pelo contato das autoridades eclesiásticas como o redescoberto e mais racional direito romano — a condenação desses métodos por parte da Igreja tomou uma proporção mais grave: o Quarto Concílio de Latrão, de 1215, proibiu absolutamente os ordálios, ordenando que fossem substituídas por sistemas racionais de persecução jurídica baseados em provas e alegações. O advento da Inquisição Papal, em 1231, proibiu que os acusados de heresia fossem submetidos às provas de fogo, instituindo um processo investigativo racional para se apurar a prática de delitos.

Digitalizado com CamScanner

São Luís, homem pacífico e avesso às violências, sempre encarou com desconfiança esses métodos bárbaros de se fazer justiça. Respeitou as proibições da Igreja no tocante aos ordálios e consultou jurisconsultos de todo o reino para avaliar a admissão de julgamentos por duelo. Após o exame, concluiu que "um processo como esse não poderia ser realizado sem pecado mortal", haja vista que não se fazia justiça, mas se tentava a Deus. Declarando que "batalha não é via de direito,"[168] publicou em 1260 uma ordenança proibindo em seus domínios esses tipos de julgamento, negando aos duelos a qualidade de prova jurídica e substituindo esses métodos bárbaros por um "modo alternativo de proceder e provar, de acordo com a lei", resguardada a legalidade do processo e sempre por escrito.[169] A partir de São Luís, em suma, o direito prima sobre a força.[170]

Dedicando-se a reformar os métodos judiciais, estabeleceu em Paris uma espécie de "corte de apelações" com atribuições bem claras, organizou os tribunais e seus procedimentos próprios e colocou o Parlamento de Paris acima das outras jurisdições.[171] Permitindo que todos os súditos do reino tivessem livre acesso à justiça real,[172] emanando ordenações gerais, revisões legais e jurídicas e leis que se aplicariam a todas as regiões

---

168 Bainville, cap. V, p. 60. Bénouville, cap. VI, p. 192.

169 Chartres, cap. 24. Cassard, parte I, cap. VI, p. 342. Bordonove, parte V, cap. 2, pp. 246-247. Richard, parte III, cap. I, p. 309.

170 Diz Bordonove (parte V, cap. 2, p. 247) que essas decisões se aplicavam somente ao Domínio Real, mas "previam que todos poderiam apelar à justiça do rei, algo que era uma brecha aberta na autoridade dos grandes feudatários. Não restava a estes últimos alternativa a não ser aplicar o procedimento da corte, sob pena de ver seus próprios julgamentos cassados pelo rei".

171 Bainville, cap. V, p. 60. Escreve Richard (parte IV, cap. I, p. 307) que no escalão superior a corte do rei tinha, desde há muito tempo, o direito de julgar os processos, sobretudo aqueles que opunham os grandes senhores e os prelados uns contra os outros. Desde os primeiros anos do reinado, essa corte se reunia "em parlamento" para tratar dos litígios.

172 Seria um equívoco imaginar que São Luís fez de si a única autoridade jurídica do reino. Isso seria impossível, mesmo em termos práticos: ele não teria condições de decidir todas as querelas. No entanto, ele se afirmava como o juiz supremo, aquele

Digitalizado com CamScanner

do reino, mesmo naquelas em que o rei não exercia domínio direito, o reinado de São Luís correspondeu a uma época de inequívoca centralização legislativa e judiciária no poder real.[173]

Essa centralização não o afastaria do modo de organização político-jurídico feudal? É na questão concernente às jurisdições — e à ênfase de São Luís em fazer a sua despontar como a jurisdição máxima — que se encerra a seguinte questão: ele era um autêntico rei feudal ou, em termos de aspirações centralizadoras, já era um prelúdio dos reis modernos? Essa indagação colocada por Jacques Le Goff em sua biografia do santo rei, detalhadamente estudada por Jean Richard e tratada por Bordonove, Cassard e Duby,[174] é dotada de uma complexidade que nos levaria a ocupar ao menos um capítulo inteiro. A concisão nos impede de examinarmos aqui a questão, mas, em face do que levantamos em nossas pesquisas, está correta a maioria dos autores, os quais concluem que São Luís era um rei rigorosamente feudal, que evocava casos importantes para seus tribunais menos por aspirações centralizadoras do que por mais confiar em sua própria justiça, e que ele buscou, a todo tempo, o equilíbrio político.[175] Ele respeitou a França feudal, diz Zeller,[176] e sempre mostrou muito respeito pelas tradições senhoriais, arremata Duby, mas jamais tolerando que seus detentores abusassem delas.[177]

O cronista Saint-Pathus faz questão de enfatizar quão cioso São Luís era das tradições feudais, e sua "extrema reserva" no respeito aos costumes locais e às legislações particulares e sua não intromissão

---

do qual emana toda a justiça, apesar de delegada ao exercício de seus agentes, delegação que ele podia, é verdade, avocar a todo momento.

173 Duby *et al.*, 1958, cap. IV, pp. 158-162.

174 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. V. Richard, pp. 52-55, 306-315, 371-383. Bordonove, pp. 103-107, 161, 239-340, 347-250. Cassard, pp. 536-543. Duby, 1970, parte I, cap. XI, pp. 176-177.

175 Richard, pp. 375-376, 382-383. Lévis-Mirepoix, pp. 30, 114-116.

176 Zeller, cap. IX, pp. 460, 463.

177 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 177.

Digitalizado com CamScanner

na jurisdição alheia. Não passava por cima da competência de outrem para aplicar a justiça, a ponto de o cronista dizer que para ele "questões de jurisdição pareciam tão importantes quanto o próprio exercício da justiça". Isso se manifestava até mesmo nos assuntos mais simples: estando, certa vez, na cidade de Vitry escutando um sermão, muito ruído emanava de uma taberna próxima. Antes de intervir, o rei perguntou "de quem era a justiça ali". Só fez cessar o barulho quando seus conselheiros responderam que era sua.[178]

4. Sob o carvalho de Vincennes

São Luís sabia que as justas desigualdades deste mundo poderiam degenerar em desigualdades injustas. Conhecia a natureza humana e sua tendência de favorecer o forte e o rico em detrimento do fraco e do pobre. Por isso, no artigo 1.º da Grande Ordenança de 1254, decretou que seus agentes fizessem justiça a todos os homens sem acepção de pessoas, e ensinou ao seu filho, futuro Filipe III, algo que ele próprio fazia: "Sê justo com teus súditos, mantém a linha da justiça, sem virar nem para a direita nem para a esquerda, mas sempre para o Direito. Sempre dá o benefício da dúvida ao pobre sobre o rico, até que estejas certo da verdade."[179]

Ciente de que seus agentes e seus juízes, mesmo os seletivamente escolhidos por ele, podiam padecer de má vontade para a com a gente humilde, e não querendo permitir que os mais fracos fossem vítimas de injustiças, o próprio santo rei ficava disponível para que todos, de quaisquer classes e condições, levassem até ele suas querelas. Com efeito, talvez não haja cena da vida de São Luís mais explorada pela iconografia — e que mais penetrou no imaginário de sua nação — do que aquela descrita por Joinville: conta o senescal que, quando São Luís estava no Castelo de

178 Saint-Pathus, cap. 15, §32; 27. Lévis-Mirepoix, cap. V, p. 114.

179 S. Luís, *Instruções ao seu filho Filipe*, §15.

Digitalizado com CamScanner

Vincennes, nas cercanias de Paris, no verão, após a missa matinal ele se deslocava para o bosque dos arredores,

> se encostava em um carvalho e nos fazia sentar à sua volta. E todos aqueles que tinham alguma questão vinham falar com ele, sem serem incomodados por oficiais ou por outras pessoas. Então ele lhes perguntava com sua própria boca: "Há aqui alguém que tenha uma queixa?" E os que tinham se levantavam e ele lhes dizia: "Calai-vos todos e se resolverão as vossas questões uma após a outra". Então chamava meu senhor Pierre de Fontaine e meu senhor Godofredo de Villette e dizia a um deles: "Resolvei para mim esta questão". E quando percebia algo que corrigir no discurso que falavam por ele ou daqueles que falavam por terceiros, ele próprio os corrigia com a sua própria boca.[180]

"Quão primitivo esse modo de dizer o direito", dirão os juristas modernos. Mas era assim a justiça medieval, diz Bouchet, "clara e direta", carecia "das engenhocas de um sistema jurídico racionalizador", mas "era contundente, imediata e concreta". "Não se fundava", em suma, "em princípios abstratos, senão em vínculos pessoais claramente determinados pelos interessados e defendidos por eles mesmos..."[181]

Essa famosíssima imagem de São Luís que atravessou as gerações e os séculos, sentado entre seus familiares sob o carvalho de Vincennes, fazendo justiça às queixas de seus súditos tem, na expressão de Georges Duby, o valor de exemplo.[182]

Costumava fazer o mesmo em Paris, diz Joinville, deslocando-se para os jardins do palácio real, estendendo um tapete debaixo de uma árvore e permitindo que qualquer um que quisesse lhe falar se aproximasse e apresentasse seus pedidos, aos quais ele prontamente atendia se os julgasse adequados.[183] Saint-Pathus diz ainda que, em certos mo-

---

180 Joinville, parte I, §§59-60.

181 Bouchet, 1998, cap. VIII, p. 190.

182 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 177.

183 Joinville, parte I, §60.

mentos do dia, o rei admitia em sua presença todos os que queriam lhe falar e, caso algum negócio urgente o impedisse de tratar com o povo, escolhia alguém para substitui-lo nisso, querendo que depois o substituto prestasse contas de suas decisões nos mínimos detalhes.[184] Joinville acrescenta que, após seus conselheiros ouvirem as petições que chegavam ao palácio, São Luís, ao voltar da igreja, chamava-os e se sentava junto ao pé de sua cama, fazia-os sentar perto dele e perguntava se havia pessoas cujo caso não pôde ser resolvido sem ele. Quando essas pessoas eram trazidas até sua presença, o rei perguntava por que não aceitaram o que seus homens lhe ofereceram e, assim, "se dava ao trabalho, tanto quanto podia, de levá-las a uma solução justa e razoável".[185]

Eis Luís IX, um rei disponível ao seu povo, com o coração disposto a ouvir a todos os seus súditos, atendê-los em suas necessidades, socorrê-los em suas angústias e dar-lhes o que lhes competia, sobretudo aos mais pobres e fracos. Buscou incessantemente que tivessem acesso à justiça, decretando na Ordenação de 1254 que os juízes permanecessem sempre no mesmo lugar para que longas viagens não obstassem os pobres de os procurarem, e definindo um prazo para que os agentes reais quedassem fisicamente ou por procuração na sua jurisdição anterior, a fim de que todos os que porventura tivessem sido lesados por eles pudessem fazer alguma reclamação. E para garantir que essas novas regras fossem cumpridas, nomeava inquiridores reais para fiscalizarem a atuação de seus representantes.[186]

A São Luís perturbava sumamente a conduta de alguns senhores nobres que se aproveitavam de sua posição de força para abusarem de seus súditos. Desde o século XI os reis capetianos estiveram na vanguarda do combate aos barões espoliadores, apoiando a Igreja no movimento da "Paz

---

184 Saint-Pathus, cap. 15, §24.

185 Joinville, parte I, §57.

186 Saint-Pathus, cap. 15, §35.

de Deus"[187] e, no século XII, o trisavô de São Luís, o rei Luís VI (r. 1108-1137) destacara-se no combate aos castelãos criminosos. O santo rei, no entanto, foi o mais enérgico, não apenas freando os barões salteadores, mas obrigando-os a corrigirem suas injustiças e os punindo severamente.[188]

A severidade do rei para com tais injustiças baroniais tornou-se notória em um caso melindroso de 1259. Naquele ano, três jovens estudantes flamengos foram viver na abadia de Saint-Nicolas, perto de Laon. Gostavam de brincar no bosque da abadia e de caçar coelhos com arco e flecha. Certo dia, seguindo uma presa, entraram desavisados no bosque pertencente ao violento e grosseiro Enguerrand IV, senhor de Coucy. Foram apanhados e detidos pelos guardas florestais do nobre que, ao saber que os três jovens estavam caçando em suas terras, enforcou-os. O abade de Saint-Nicolas, que os protegia, procurou o rei Luís, pedindo-lhe que fizesse justiça contra o senhor de Coucy. São Luís convocou Enguerrand, prendeu-o no Palácio do Louvre assim que ele chegou em Paris, chamando, em seguida, os mais importantes nobres do reino para ajudarem-no a julgar o caso. No dia determinado, os barões foram ao palácio do rei e alegaram vários impedimentos ao julgamento, dizendo mesmo que São Luís não tinha o direito de sentenciar Enguerrand. O abade de Saint-Nicolas e algumas senhoras das famílias dos rapazes mortos, porém, estavam presentes e exigiam justiça. O santo rei manteve-se firme, dizendo aos barões que a jurisdição cabível era sim a sua, e informando que aplicaria a pena de morte caso Enguerrand fosse declarado culpado, pois era a punição cabível para uma barbaridade como aquela. Ocorreu o julgamento e constatou-se a culpa do senhor de Coucy, e, percebendo a irredutibilidade do rei quanto à questão da jurisdição, os barões passaram a implorar que São Luís tivesse misericórdia de Enguerrand. Só então o santo rei concordou em não mandar enforcá-lo, mas a aplicar-lhe uma pesada multa e a ordenar que construísse duas capelas reparatórias

---

187 Ver Capítulo 1.3. – "*A formação da Cristandade*".

188 Chartres, cap. 12.

no local em que os jovens foram executados. Além disso, Enguerrand doaria à abadia de Saint-Nicolas a madeira na qual eles foram enforcados e prometeria passar três anos na Terra Santa auxiliando os cristãos do Levante. São Luís não usou o valor da multa em proveito próprio, mas entregou-o para a reconstrução do *Hôtel-Dieu* de Pontoise e para outras obras de caridade e de religião.[189]

Demonstrava-se que passara a época em que atos como a execução dos três jovens poderiam ocorrer impunimente: as mais poderosas figuras da hierarquia feudal responderiam por seus atos perante o rei. Isso foi, ademais, o que insinuou o próprio São Luís após ouvir Jean de Thourotte, senhor de Beaufort, exclamar, quando da condenação de Enguerrand, que "o rei agora nos enforcará a todos". O rei chamou-o, com efeito, e disse: "Como, Jean? Dissestes que enforcarei meus barões? Certamente não o farei, mas os castigarei se fizerem algo de errado".[190]

Casos em que São Luís ignorou poderosos interesses para fazer justiça foram muitos. Em certa ocasião, encarcerou o conde de Joigny no *Grand Châtelet* de Paris,[191] por ele ter prendido um cidadão que não estava sob jurisdição e que viera a morrer preso e sem julgamento.[192] Mandou derrubar a fortaleza de um nobre da Aquitânia que a havia edificado sem a permissão do abade que era seu suserano, e que não interrompera a construção mesmo após três advertências do rei.[193] Fez o mesmo com certo Rogério, cujo castelo de La Roche-de-Glun foi derrubado por São Luís porque ele roubava peregrinos e mercadores.[194]

---

189 Saint-Pathus, cap. 15, §§2-19.

190 Bordonove, parte V, cap. 2, p. 248.

191 Era uma fortificação no centro da cidade, usada desde o tempo de Filipe Augusto como sede do prebostado de Paris, órgão encarregado de justiça criminal, e reconstruído no tempo de São Luís pelo preboste Étienne Boileau.

192 Saint-Pathus, cap. 15, §32.

193 *Ibid.*, cap. 15, §30.

194 Joinville, parte II, §124.

Digitalizado com CamScanner

Ao saber que Anseric, senhor de Montreal, estava a cometer barbaridades contra seus súditos (acusavam-no até de matar um padre), São Luís o convocou a Paris para dar explicações. Como o nobre não oferecia qualquer forma de reparação ou garantia de que mudaria de conduta, e não querendo deixar seus crimes impunes, São Luís escreveu ao duque Hugo IV da Borgonha, suserano de Anseric, ordenando-lhe que confiscasse todas as suas posses. Hugo obedeceu, e aquele senhor foi desprovido de todos os seus castelos. Em casos como este, diz o cronista, "a justiça e a autoridade do rei sobre os senhores foram salvaguardadas."[195]

São Luís não era severo com seus nobres porque os desprezasse, e sim em razão da elevada concepção que tinha da própria função de governante, que eles também exerciam. O santo rei não tolerava que eles se comportassem de forma avessa à qual juraram proceder quando da sua investidura cavalheiresca. Conforme prometeram, deviam defender os pobres e os fracos, proteger a Igreja, governar conforme a justiça. Se não agissem assim, deveriam ser corrigidos e punidos, pois, como dissera o próprio Salvador: "A quem muito foi dado, muito será cobrado" (Lc 12,48).

Reprimindo duramente os maus senhores e fazendo justiça aos humildes, São Luís despontou aos olhos de seu povo como seu verdadeiro defensor, como um rei preocupado com os interesses dos mais frágeis e pronto para fazer-lhes justiça. Ano após ano, julgamento após julgamento, o amor do povo francês por seu santo rei apenas cresceu.

5. Imparcialidade de São Luís

A imparcialidade sempre orientou seus juízos, mesmo quando estava em causa seus próprios interesses. Escreveu Saint-Pathus que quando se discutia alguma propriedade da coroa, o rei ficava sempre ao lado de

---

195 Nangis, cap. 44, §§12-16.

quem estava em dívida com ele próprio.[196] O mesmo cronista relata que, nas ocasiões de disputa judicial entre o rei e os seus nobres, "sempre se notou na alma de Luís uma imparcialidade, uma justiça a qualquer prova". O frade nos lembra, ademais, duas ocasiões em que São Luís decidiu contrariamente aos interesses de seu próprio irmão, Carlos, conde de Anjou e depois rei da Sicília.[197]

Carlos, certa vez, reivindicara o castelo de certo cavaleiro. A posse da fortaleza foi debatida na sua corte, e seus juízes concluíram que o castelo de fato pertencia a ele. O cavaleiro prejudicado apelou ao rei e, indignado por ele ter recorrido ao seu irmão, Carlos mandou prendê-lo. Quando São Luís foi informado da conduta do caçula, convocou-o imediatamente e o repreendeu com energia: "Deve haver apenas um rei na França e, embora sejais meu irmão, não acrediteis que farei uma injustiça para vos favorecer no que quer que seja. Ordeno que me entregueis o prisioneiro para que ele possa continuar sua apelação." Libertado, o cavaleiro foi à corte de Paris. Também Carlos compareceu ao tribunal do rei, mas acompanhado de tantos conselheiros e advogados experientes e habilidosos que o dito cavaleiro optou por desistir da causa, dizendo a São Luís que não entendia de leis e que não tinha quem o defendesse. E eis que o santo rei mostra novamente tanto seu espírito de equidade quanto sua compaixão: providenciou que os maiores jurisconsultos do reino e os melhores juristas e advogados da corte real defendessem a causa do humilde cavaleiro. Após ouvir ambos os lados, São Luís anulou a sentença dos juízes de Carlos e decidiu contra o irmão, devolvendo ao cavaleiro seu castelo.[198]

Em outra ocasião, o mesmo conde de Anjou não queria pagar certa dívida a alguns mercadores. Estes recorreram ao rei, e São Luís ordenou que o irmão a pagasse, sob pena de ver seus feudos confiscados pela coroa.[199]

---

196 Saint-Pathus, cap. 15, §29.

197 Ver Capítulo 7.3. – "*Entre consolos e problemas: os irmãos.*"

198 Saint-Pathus, cap. 15, §§20-22.

199 *Ibid.*, cap. 15, §§20-23.

Digitalizado com CamScanner

São Luís não voltava atrás de suas promessas mesmo quando as circunstâncias lhe permitissem não as cumprir. Isso se percebe em 1259, quando da morte de Matilde II, condessa de Bolonha. Dentre os feudos que a falecida senhora possuía, estava o condado de Dammartin, reclamado por Mateus, senhor de Trie,[200] que alegava que o próprio rei o havia concedido há mais de dez anos. No entanto, a única prova que podia apresentar dessa doação — da qual São Luís não se recordava — era uma suposta carta e um pequeno pedaço do selo do rei. Este, então, recorreu ao seu conselho para ajudá-lo a decidir o que fazer. "Todos dissemos", diz Joinville, "sem nenhum parecer contrário, que ele não estava de modo algum obrigado a colocar a missiva em execução". Não satisfeito, São Luís mandou que seu camareiro, Jean Sarrasin (que já conhecemos o servindo na cruzada) trouxesse algum documento que apresentasse intacto seu selo anterior à cruzada (época em que o senhor de Trie alegava ter havido a doação). Mostrou aos seus conselheiros que os pedaços do selo quebrado eram idênticos ao selo intacto de anos atrás. "Por isso", disse o rei, "eu não ousaria, em boa consciência, manter o condado". E assim, chamou o senhor de Trie e lhe entregou Dammartin.[201] Ninguém mais além dele teria provas da autenticidade da doação, ninguém poderia alegar que ele descumpriu uma promessa ou que cometera uma injustiça, no entanto, ele fez o que era de direito, não para agradar aos homens, mas a Deus e à sua consciência. Enfim, como constata O'Connell, São Luís não tinha obrigação alguma — segundo a letra da lei — a cumprir o que o senhor de Trie lhe pedia, afinal o selo estava quebrado. No entanto, sua preocupação não era com o que a lei o obrigava a fazer, e sim com os imperativos da justiça.[202]

---

200 Em sua crônica Joinville se equivoca, não se tratava de Reinaldo, como ele diz, mas de seu filho, Mateus de Trie.

201 Joinville, parte I, §§66-67.

202 O'Connell, cap. I, p. 153.

Digitalizado com CamScanner

6. Justiça e misericórdia

A sede por justiça é uma bem-aventurança, mas Deus é misericordioso: "Sede misericordiosos como vosso pai é misericordioso" (Lc 6,36). Ademais, diz o Provérbio, "Benignidade e Verdade preservem o rei, e com benignidade ele sustenta seu trono" (Pv 20,28).

São Luís amava a justiça, mas discernia os casos em que caberia misericórdia. Estes eram os dois faróis que orientavam as suas decisões. Iluminado pela virtude da prudência e por uma "imparcialidade inflexível"[203], severo em um momento, bondoso em outro,[204] São Luís temperava a letra da lei com a brandura da misericórdia em algumas ocasiões, mas não manifestava nenhuma indulgência ou clemência quando as circunstâncias não o exigissem. Se o ofensor era alguém de sua família ou proximidade, ele corrigia o erro ou transgressão mais severamente do que se fosse um estranho.[205] Ao analisar o caso levado diante de si, ele identificava a justa medida, para depois moderá-la com indulgência de acordo com as circunstâncias. Ele sabia, em suma, ser misericordioso, dosar as penas, esquecer o direito escrito para escutar seu coração e sua consciência, considerando a natureza humana e sua fragilidade. Na expressão de Bordonove, "ele pesava as faltas com a cautela de um ourives".[206]

Ainda em 1242, quando da rebelião do conde de La Marche contra a autoridade real, o filho deste conde caiu nas mãos do rei. O conselho real pediu que Luís o executasse para se vingar e servir de exemplo aos outros rebeldes. No entanto, diz Mateus Paris, o rei, "portando-se como advogado do filho deste conde infiel", disse-lhes: "Ele não pode merecer a morte por ter obedecido até a morte às ordens de seu pai, nem seus cúmplices

203 Saint-Pathus, cap. 15, §1.
204 Nangis, cap. 44, §17.
205 Chartres, caps. 23, 25.
206 Bordonove, parte V, cap. 2, p. 248.

por terem obedecido e servido fielmente seu senhor. Que sejam conduzidos a Paris para lá serem encarcerados".[207]

Chartres diz que São Luís frequentemente manifestava clemência em seus juízos, mas havia casos tão escandalosos que julgá-los com misericórdia seria uma clara "ofensa a Deus". Ele era especialmente inflexível na punição de crimes contra a vida. Com efeito, foi rumoroso o caso de uma mulher de uma rica família de Pontoise que assassinou o marido e jogou seu corpo numa vala. Presa, confessou o crime. A lei dispunha que ela fosse queimada numa estaca, mas muitas senhoras do reino, incluindo a rainha Margarida, tentaram convencer o rei a não aplicar a pena capital. O rei perguntou aos seus conselheiros qual seria a melhor maneira de decidir aquela questão, e um deles, Simon de Nesle, convenceu-o de que não haveria justiça nesse caso se ele se mostrasse clemente: deveria haver satisfação pública pelo homicídio. O rei emitiu a sentença de morte, e a assassina foi queimada em Pontoise diante do povo.[208]

"Apaixonado pela inflexibilidade da justiça e pela repressão de falhas", São Luís aumentou as penas dos crimes: um sapateiro de Paris que ferira até a morte um burguês em uma briga, recebeu a pena de treze anos de exílio, três a mais do que era comumente aplicável.[209] Mas São Luís não admitia nenhuma forma de castigo sem o justo e público julgamento: certa vez, alguns nobres pediram permissão para matar secretamente um parente criminoso cuja punição pública envergonharia a família. São Luís os proibiu, pois, disse ele, a "justiça deve ser aplicada em plena luz do dia, diante do povo, não em segredo".[210]

Para garantir que os agentes reais — bailios e prebostes — estivessem realmente aplicando a justiça em seu nome, São Luís enviava inquiridores leigos e religiosos com a ordem de visitar as jurisdições uma ou

207 Mateus Paris, t. V, pp. 279-280.

208 Saint-Pathus, cap. 15, §25.

209 *Ibid.*, cap. 15, §31.

210 *Ibid.*, cap. 15, §26.

Digitalizado com CamScanner

várias vezes por ano. Se fosse descoberta qualquer apreensão indevida de bens, qualquer abuso de poder ou sentença injusta, o inquiridor deveria restaurar as coisas de acordo com a justiça e, se fosse o caso, exonerar o agente que praticou o ato ilegal ou injusto. Isso aconteceu numerosas vezes, tendo-se destacado o caso de um bailio de Amiens que agiu tão desonestamente que, após a investigação, foi preso e seus bens leiloados para se devolver ao povo o que ele tinha desviado. Antes rico, saiu da prisão miserável.[211]

Enfim, um dos traços mais característicos do caráter de São Luís era sua justiça plena, ponderada, prudente, capaz de atos de misericórdia e indulgência, mas impiedosa e firme quando necessário. E arremata Saint-Pathus ressaltando que, nos seus juízos rigorosos ou clementes, assim como em tudo quanto fez, "o objetivo supremo do rei Luís, a aspiração de seu coração abrasado no amor de Deus era, sobretudo, salvar sua alma e conquistar para o Senhor as almas de seus semelhantes".[212]

PARTE II
SÃO LUÍS E A ORDEM CRISTÃ

Das exigências da justiça que São Luís quis atender em seu reino, decorriam as da ordem cristã.

São Luís foi educado, acentua Jean Richard, segundo a teoria política de Santo Agostinho expressa na Cidade de Deus, "teoria política fundada sobre a correspondência da ordem do mundo com a vontade divina".[213] Ele transferiu, diz Bordonove, "para o mundo político sua busca por um universo harmonioso",[214] dedicando-se, complementa Bénouville,

---

211 *Ibid.*, cap. 15, §35.

212 *Ibid.*, cap. 15, §36.

213 Richard, parte I, cap. I, 32.

214 Bordonove, parte III, cap. 9, p. 162.

a "introduzir nesta terra acanhada a harmonia do mundo superior ao qual aspirava e se votava".[215]

Compreendendo que a tarefa do cristão sobre a terra é a santificação do mundo,[216] ordenando a Deus todas as coisas que o pecado original desordenara, São Luís faria com que a ordem interior de sua alma de santo se refletisse no âmbito político. Como na Catedral, grande símbolo cultural e civilizacional da Cristandade Medieval, São Luís colocará tudo o que lhe estava confiado em acordo com a ordem natural das coisas e com a finalidade sobrenatural do homem. Destarte, subordinando todas as suas ações ao bem,[217] extirpando de seu reino tudo o que ofendesse a majestade divina,[218] colocando seus súditos no bom caminho da salvação, São Luís fará tudo apontar para cima, para Aquele que é o fim, o meio e juiz de tudo quanto existe.

1. Estado e Igreja no reinado de São Luís

Pouco há de mais próprio da ordem medieval do que a ordenação do poder temporal ao espiritual,[219] aquela adequada diferenciação de funções pela qual o gládio espiritual é exercido pela Igreja, pelo Sacerdócio, enquanto o gládio temporal a serviço da Igreja, pelos Príncipes, que devem, por decorrência, defendê-la e auxiliá-la no exercício de sua missão apostólica. No que se refere a São Luís, escreveu seu capelão Guilherme de Chartres:

> Aqueles que estavam junto dele em seu círculo íntimo certamente sabem quão reverente e humildemente ele sempre se comportou em relação à Santa Igreja Romana, como devota e obedientemente ele recebia

---

215 Bénouville, cap. I, p. 19.

216 Bouchet, 1998, cap. II, p. 77.

217 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. V, p. 608

218 Richard, parte III, p. 277.

219 Ver Capítulo 1.4.b. – "*A ordenação do temporal ao espiritual*".

Digitalizado com CamScanner

> as ordens e decretos apostólicos, e o quão obediente e efetivamente ele os cumpriu. [...] Considerando os negócios da Madre Igreja mais importantes do que os seus, dedicou todo o seu esforço para realizá-los.[220]

São Luís queria, como se verá nos subcapítulos seguintes, tomar parte do múnus apostólico que a Igreja recebeu de Cristo. E uma das razões que o fizeram não se tornar frade foi a intenção de, como monarca, "melhor promover os interesses de toda a Igreja."[221]

Dentre os ensinamentos que legou ao seu filho, futuro rei Filipe III, interessa considerar a referência que fez a algo dito por seu avô, Filipe II Augusto, e que lhe fora relatado por um dos conselheiros do finado rei. Com efeito, contava-se que, estando certa vez Filipe II reunido com seu conselho, um dos presentes disse que os clérigos estavam causando-lhe prejuízos diminuindo seus "direitos de justiça", ou seja, competências jurisdicionais, e dizia espantar-se com o modo como o rei o suportava. Filipe Augusto, no entanto, respondeu que quando pensava nas graças que Nosso Senhor o concedera, preferia sofrer esse pequeno dano a colocar-se em conflito com a Santa Igreja. São Luís dizia a seu filho que também agisse assim, recomendando que não estivesse "disposto a crer naquilo que disserem contra as pessoas da Santa Igreja" e a "as honrar e as proteger para que pudessem cumprir em paz o serviço de Nosso Senhor."[222] E nas instruções ao mesmo Filipe III, São Luís deixou este último conselho: "Sê dedicado e obediente à nossa mãe, a Igreja Romana, e ao Sumo Pontífice, como teu pai espiritual".[223]

Não obstante, os historiadores franceses, sobretudo os do último século, costumam repetir com insistência curiosa que, apesar de toda a sua deferência para com o clero, o piedoso São Luís não se deixava controlar por ele. Bainville, por exemplo, faz questão de enfatizar que

---

220 Chartres, cap. 12.

221 Beaulieu, cap. 12, §1.

222 Richard, parte III, cap. III, pp. 385-386.

223 S. Luís, *Instruções ao seu filho Filipe*, §25.

Digitalizado com CamScanner

a sua monarquia não era uma teocracia, e Le Goff compara sua querela com o bispo de Beauvais com a que oporia Filipe, o Belo e o Papa Bonifácio VIII.[224] É, com efeito, bastante tentador a um moderno realçar uma postura autonomista de Luís IX em relação à Igreja a fim de justificar ou buscar prelúdios para futuros rompimentos...

Por um lado, vemos São Luís recomendar a seu filho que não entrasse em contendas com os homens da Igreja, mas por outro vemos ele próprio disputar algumas vezes com o clero. O que explica essa aparente contradição? Ora, as relações entre as autoridades espiritual e temporal não podiam ser amistosas em tudo e a todo tempo. Mesmo quando não houvesse em cena um rei, como o imperador Frederico II, dedicado a controlar a Igreja em seus domínios, ou seja, ainda que os responsáveis fossem bem-intencionados, as jurisdições naturalmente esbarrariam, demandando esforços para a acomodação e para o equilíbrio.

Uma razão comum de conflito era o estatuto social do bispo que, naquele tempo, diz Bouchet, aproximava-o das mais altas dignidades do século.[225] Existiam, com efeito, pares eclesiásticos, a saber, bispos e abades com *status* feudal correspondente ao de nobres, dotados de poderes próprios de condes e senhores de muitos vassalos. Se isso não era intrinsecamente mau — ao contrário, auxiliava a independência da Igreja em face dos poderes deste mundo —, por vezes levava os prelados a confundirem a natureza da autoridade temporal que exerciam sobre dado território com a de sua autoridade espiritual. Os bispos frequentemente excomungavam indivíduos ou interditavam territórios por disputas de terra, por conflitos jurisdicionais ou por querelas de atribuição que nada tinham a ver com questões espirituais, morais ou doutrinárias.[226] Esse uso indiscriminado da excomunhão levava a se baratear essa pena canônica, e muitos a ignorarem-na. Em dado momento, não poucos passaram a ver

---

224 Bainville, cap. V, p. 60. Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. I, p. 112.

225 Bouchet, 1998, cap. III, pp. 73-74.

226 Richard, parte I, cap. II, pp. 74-78.

Digitalizado com CamScanner

a excomunhão como um protesto raivoso de um bispo indignado e não como a exclusão de um indivíduo do corpo da Igreja em razão de uma falta grave. Conta Joinville que São Luís conhecia esse estado de coisas e que foi rigoroso com os bispos quando eles foram até ele se queixarem:

> Ouvi dizer que ele respondeu a todos os prelados do reino da França a um pedido que fizeram, que era o seguinte: o bispo Gui de Auxerre disse-lhe por todos eles: "Senhor, estes arcebispos e estes bispos que aqui estão me encarregaram de vos dizer que a autoridade religiosa está caindo e se perdendo em suas mãos, e decairá ainda mais se vossa majestade não a escutar, porque hoje ninguém teme a excomunhão. E vos pedimos, senhor, que ordene a vossos bailios e a vossos sargentos que obriguem os excomungados que tiverem estado sob o golpe da sentença por um ano e um dia a dar satisfação à Igreja". E o rei respondeu-lhes, sem consultar a ninguém, que ordenaria de bom grado aos seus bailios e sargentos que obrigassem os excomungados como pediam, com a condição de que o informassem se a sentença era justa ou não. E consultaram-se e responderam ao rei que, do que pertencia à autoridade eclesiástica, não lhe dariam conhecimento. E o rei também lhes respondeu que do que lhe pertencia certamente não lhes daria conhecimento, e que certamente não ordenaria a seus sargentos que obrigassem os excomungados a serem absolvidos, com ou sem razão, "ora, se eu o fizesse, eu agiria contra Deus e o direito. E vou dar-vos um exemplo que é o seguinte: os bispos da Bretanha mantiveram o conde da Bretanha por ao menos sete anos sob o golpe da excomunhão, e depois ele teve a absolvição da corte de Roma; e, se eu o tivesse forçado no primeiro ano, eu o teria forçado erroneamente".[227]

Em outras palavras, São Luís sabia que os bispos da França eram pouco criteriosos em excomungar, e que, se ele se colocasse a seu serviço para forçar todo excomungado a se submeter, cometeria injustiças. O próprio Joinville esteve certa vez implicado em uma situação assim:

227 Joinville, parte II, §§669-671.

> Aconteceu, quando voltamos de *outre'mer*, que os monges de Saint-Urbain elegeram dois abades. Mas o bispo Pedro de Châlons, que Deus o tenha, expulsou os dois e abençoou como abade o monsenhor João de Mymeri, e deu-lhe o báculo. Eu não quis recebê-lo como abade, porque ele havia agido injustamente contra o abade Godofredo, que havia apelado contra ele indo a Roma. Eu mantive a abadia por tanto tempo que o dito Godofredo obteve o báculo, e aquele a quem o bispo o havia dado o perdeu; e, enquanto durou a disputa, o bispo me excomungou. Em seguida houve, num parlamento em Paris, uma grande altercação entre mim e o bispo de Châlons e a condessa Margarida do Flandres e o arcebispo de Reims, a quem ela refutou.[228]

Quando o bispo de Châlons pediu que o rei fizesse algo contra Joinville, excomungado pela querela da abadia de Saint-Urbain, São Luís respondeu: "Senhor bispo, vós estabelecestes entre vós que nenhuma pessoa excomungada deve ser ouvida na corte leiga; e vi uma carta selada com trinta e dois selos, informando que vós estais excomungado; por conseguinte, não vos ouvireis até que sejais absolvido".[229] Dizendo ao bispo de Châlons que ele próprio estava excomungado e que por isso não o ouviria, Luís evidenciava aos prelados como eles estavam recorrendo mal a essa pena canônica, e que não utilizaria sua autoridade em seus litígios.[230]

A própria mãe de São Luís, Branca de Castela, entrou em conflito com o arcebispo de Rouen, na Normandia, enquanto regente durante a menoridade. Disputava-se a posse da madeira de dada floresta que o arcebispo utilizara para construir a casa arquiepiscopal. Durante a contenda, o arcebispo lançou um interdito sobre os domínios reais situados em sua diocese, suspendendo o culto divino em todas as igrejas e capelas. Foi necessária a intervenção do legado papal, o cardeal Frangipani, para que o interdito fosse levantado. Outro conflito com o mesmo arcebispo

---

228 *Ibid.*, parte II, §672.

229 *Ibid.*, parte II, §675.

230 O'Connell, cap. I, p. 109.

deu-se em 1232, seguido de um novo interdito, e solucionado somente com a intervenção do Papa Gregório IX em 1234.[231] Ademais, quando este papa pediu que a regente devolvesse ao rei da Inglaterra todos os feudos ingleses na França anexados por Filipe II e Luís VIII, Branca recusou-se, dizendo que o rei inglês se aproveitara do fato de seu filho ser uma criança e um órfão para urdir um complô com os nobres e ameaçar a integridade do reino. Muito certamente a resistência da mãe às injunções do papa, diz Bordonove, não obstante sua extrema piedade e seu respeito pela hierarquia, foi para Luís IX uma lição frutuosa.[232]

Já maior de idade, Luís IX travou um embate grave com o bispo de Beauvais, tal como narrado no capítulo 2,[233] e com o bispo de Chartres pela posse de determinado bem. Este foi até o rei e exigiu que ele "devolvesse aquilo que ele retinha do que era dele", ao que São Luís respondeu que o faria, desde que o bispo lhe pagasse o que lhe era devido. Ademais, o rei repreendeu o bispo por, apesar de ser "seu homem" (ou seja, seu vassalo), não se comportar "nem bem, nem lealmente com ele".[234]

Tudo isso fazia parte do jogo feudal. Em nenhuma dessas querelas São Luís via-se em conflito *com a Igreja*, da qual era filho obediente e fiel, e a qual amava e à qual servia como a mais preciosa das mães,[235] aquela que o conduzia para seu destino eterno, e a quem desejava honrar, tal como proclamou em uma de suas ordenanças.[236] Ao contrário, corrigindo esses clérigos quando agiam de um modo que (de acordo com seu juízo) ia além do que era devido, São Luís julgava estar antes auxiliando a Igreja a expurgar de seu seio atos injustos.

---

231 Richard, parte I, cap. II, p. 78.

232 Bordonove, parte II, cap. 4, p. 62.

233 Ver Capítulo 2.8. – "*O temperamento irascível: o caso do bispo de Beauvais*".

234 Joinville, parte II, §674.

235 *Ibid.*, parte I, §45.

236 Richard, parte III, cap. III, p. 386.

Digitalizado com CamScanner

Isso é o que se constata quando se vê como São Luís era um fervoroso defensor dos bispos e do clero. Proibiu que os nobres desafiassem militarmente os bispos do Domínio Real e, como certa vez um nobre chamado Guilherme de Bièvre desafiou o bispo de Paris, o rei baniu-o do reino, fazendo o mesmo com outro senhor que desafiou o bispo de Chartres. Registrou-se, ademais, que em 1254, um cônego desta cidade foi assassinado por um burguês, dando início a graves distúrbios. Para restabelecer a ordem e o respeito à Igreja, São Luís prendeu vinte habitantes de Chartres, sendo necessário que outros duzentos pedissem expressamente perdão ao capítulo da catedral para que o santo rei os soltasse. Poder-se-ia, enfim, multiplicar os exemplos de intervenções de São Luís para proteger a Igreja.[237]

Enfim, ele colocou seu reinado a serviço da Igreja, mas nunca dos interesses temporais dos prelados. E se nenhum monarca na história foi mais santo ou filho mais fiel da Igreja Católica do que São Luís, nem procurou colaborar com sua missão apostólica como ele procurou, ele não se deixou controlar pelos clérigos além do que era cabível.

Perante os papas, sua política foi extremamente hábil, agindo sempre com a docilidade devida ao Vigário de Cristo, mas oferecendo respeitosas negativas quando se pedia dele algo que ultrapassava os limites da obediência.

O pontífice do início de seu reinado foi o grande Papa Gregório IX (pp. 1227-1241). À exceção de duas questões,[238] a atitude do jovem rei para com ele foi de estrita colaboração: assumiu com rigor a defesa da fé católica contra a heresia albigense, recebendo na França, como se verá, o Santo Ofício, instituído por aquele pontífice, e interditando, a pedido de Gregório IX, os Talmudes judaicos no reino.

---

237 *Ibid.*, parte III, cap. III, pp. 392-393.

238 A já mencionada negativa de Branca de Castela e o conflito com o bispo de Beauvais, apoiado pelo papa.

Digitalizado com CamScanner

A Gregório IX sucedeu Celestino IV (pp. 1241), que reinou por apenas dezesseis dias. Foi, então, eleito o Papa Inocêncio IV (pp. 1241-1254), o pontífice italiano com o qual São Luís teve o maior contato pessoal, entrevistando-se com ele em Cluny e em Lyon. O rei negou-se a pegar em armas contra o imperador Frederico II como Inocêncio solicitava, julgando que o papa se equivocava em dedicar-se a combater a Frederico enquanto seria mais conveniente unir a Cristandade contra os infiéis. Mas quando viu o pontífice pessoalmente ameaçado pelas tropas de Frederico, São Luís preparou um exército para defendê-lo.[239] Ademais, atendeu ao pedido de Inocêncio IV para renovar a queima de Talmudes em 1244.

Seu sucessor, o Papa Alexandre IV (pp. 1255-1261), diz Richard, apressou-se em reforçar seus laços com a coroa da França, concedendo a São Luís, desde o início, tudo o que ele pedia. Em 1260, por exemplo, cedeu ao santo rei o direito de prender os clérigos culpados de homicídio e de outros crimes graves, de julgar as causas dos cruzados leigos (mesmo estando estes, em princípio, sob proteção da Igreja) e outras competências jurisdicionais. Supõe-se que, assim, o papa esperava convencer o rei da França a conquistar para um príncipe capetiano o reino da Sicília, espólio do falecido Frederico. E apesar de São Luís não ter aceitado tomar parte desta empreitada, o papa não demonstrou frieza para com este rei que toda a Cristandade já admirava como um santo.[240]

Ressalta Bordonove que "essas recusas, essas resistências não impediram boas relações entre a corte romana e a corte francesa". Afinal, acrescenta, a influência de Luís IX em Roma devia ser bastante forte para que, após a morte de Alexandre IV, um francês, Jacques de Courpelay, fosse eleito papa, sob o nome de Urbano IV (pp. 1261-1264). Um dos primeiros atos deste pontífice foi elevar três conselheiros de São Luís ao cardinalato: Guy Foulques, Raoul de Grosparmy e Simon de Brie. Um

---

239 Ver capítulo 3.5. – "*A preparação da Cruzada*" e, no presente capítulo, "*O modelo oposto: Frederico II*".

240 Richard, parte III, cap. III, pp. 384, 388.

segundo consistório, em 1262, conferiu a púrpura a outros três franceses que, somados aos cinco já existentes, abriu o Sacro Colégio aos prelados do reino, sobretudo aqueles ligados a São Luís.[241] Ressalte-se que, sob Urbano IV, São Luís finalmente cedeu às insistências do papado para tomar posse do reino da Sicília, auxiliando seu irmão Carlos de Anjou a tornar-se rei daquele país.[242]

E após Urbano IV, eis que um dos conselheiros de São Luís, Guy Foulques, foi eleito para sucedê-lo como Papa Clemente IV (pp. 1265-1268). Dotado de forte personalidade, este papa não se colocou a serviço da política francesa, mas as relações entre a Santa Sé e o Reino da França foram excelentes durante seu pontificado. Ele apoiou, ressalte-se, a luta de São Luís contra a blasfêmia e os preparativos de sua última cruzada.

Venerava e amava o Sumo Pontífice, mas não deixava de reprovar nele a ausência das virtudes necessárias à sua excelsa dignidade. Não pôde, com efeito, ocultar sua decepção após o encontro com Inocêncio IV em Cluny em 1246, constatando a "altivez e arrogância" do papa, ficando deveras triste ao "não achar o menor sinal de humildade naquele que se intitulava Servo dos Servos de Deus".[243] Como São Bernardo antes dele, tinha imenso amor pelos eclesiásticos que se comportavam virtuosamente e que não confundiam sua autoridade espiritual com suas prebendas temporais, e criticava aqueles que se mostravam ávidos por poder. Não se imiscuía nos assuntos internos da Igreja, mas como bom cristão, aconselhava o papa a escolher bons cardeais e prelados verdadeiramente religiosos.[244]

Que governante, perguntemos, realizou melhor a doutrina dos dois gládios exposta por um Gelásio I, por um Gregório VII, um Inocêncio III e, depois, por um Bonifácio VIII? Não foi este último, afinal, o pontífice autor da notável Bula *Unam Sanctam*, referente à submissão do poder

241 Bordonove, parte V, cap. 5, pp. 265-266. Richard, parte III, cap. III, pp. 384-385.

242 Mondin, p. 278. Cassard, parte I, cap. II, p. 135.

243 Mateus Paris, t. VI, p. 202.

244 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VIII, p. 695.

temporal ao espiritual, que canonizaria São Luís? E que não venham historiadores liberais alegar que na bula de canonização e nos dois sermões do papa sobre o santo rei sobejam referências às virtudes privadas de Luís IX, mas não às de governo, como se o pontífice estivesse a canonizar o homem, mas não o rei. Nem em Bonifácio VIII se poderia supor um caráter fraco ao grau de elevar aos altares um rei que ele não visse como modelo aos demais, nem em sua época se identificaria essa separação modernosa entre o homem público e o privado.

São Luís, fiel à sua concepção de justiça e de ordem, buscou um justo meio, uma justa medida, jamais encorajando as invasões de suas funções pelos homens da Igreja e tampouco interferindo no que era próprio dela. Foi este um equilíbrio difícil, arremata Jean Richard, mas ele conseguiu realizá-lo.[245] Seu mérito é ter dedicado a vida para fazer de seu governo auxílio para a Igreja na salvação das almas, e o fez da melhor maneira que pôde, sempre humilde, mas firme e decidido a corrigir os erros — seus e dos outros — quando a ordem das coisas e o equilíbrio entre os "dois gládios" se viam ameaçados.

Se se quiser compreender a postura de Luís IX perante a Igreja Católica enquanto rei, que se tome como pressuposto o preâmbulo que inseriu em uma de suas ordenações: "Temos querido, desde nossa ascensão, servir Àquele do qual recebemos tudo o que somos. Queremos, em honra d'Aquele que nos conferiu a mais alta dignidade, que seja honrada a Santa Igreja de Deus [...]."[246]

2. Evangelizando os batizados

São Luís disse certa vez que "se todo este mundo visível fosse meu, eu o daria inteirinho em troca da salvação das almas".[247]

---

245 Richard, parte III, cap. III, p. 394.

246 *Ibid.*, parte III, cap. III, p. 386.

247 Mateus Paris, t. V, p. 310.

Digitalizado com CamScanner

Desde Santo Ambrósio e Santo Agostinho, os reis cristãos sabiam-se auxiliadores da Igreja em sua missão redentora. O Império de Carlos Magno fora edificado sobre tal convicção, e os reinos que dele advieram a mantiveram, orientados por gerações de teólogos que, dos séculos IX ao XIII, relembraram aos reis dos seus deveres para com a salvação de seus súditos. De um rei como Luís IX, cuja vida tinha a fé por pedra angular, na expressão de O'Connell,[248] não era menos esperado que abraçasse com todo fervor essa santa obrigação.

São Luís era um apóstolo, um homem dedicado a fortalecer os justos, a corrigir os caídos e a levar a fé aos incrédulos. Alicerçado em uma vida contemplativa elevada, tal qual visto no capítulo 5, tomou de assalto a missão de transmitir a voz de Cristo, que falava no íntimo de seu coração, aos outros, à sua família, ao seu círculo íntimo, aos seus súditos, a quaisquer homens que Deus pusesse em seu caminho.

Fazia-o, primeiramente, através do seu generoso patrocínio às ordens religiosas, tanto às puramente contemplativas, quanto as que se dedicavam à pregação. Seu amor pelos dominicanos e franciscanos, frades encarregados do apostolado junto às massas cristãs, relacionava-se a esse profundo sentido de Igreja que São Luís compartilhava: cada membro do Corpo de Cristo deve contribuir para seu crescimento, para sua expansão, tanto entre os povos quanto nas almas. E sendo os padres e religiosos os responsáveis pelo apostolado, Luís fez o possível para facilitar-lhes o caminho: construía conventos e mosteiros, financiava o ingresso de novos religiosos e jovens estudantes que, nutridos na verdade, a divulgassem entre o povo, dispendia grandes somas de dinheiro com doações aos religiosos e às casas piedosas... tudo aspirando pelos frutos espirituais que isso traria às almas.[249]

Mas, tomado pelo que Guilherme de Chartres chama de "usurpação piedosa", ardentemente inflamado pelo desejo de colaborar para

---

248 O'Connell, cap. I, p. 128.

249 Ver Capítulo 6.5. – "*As fundações religiosas e caritativas e as grandes doações.*"

Digitalizado com CamScanner

a edificação da Igreja e para a salvação das almas,[250] São Luís queria participar diretamente do apostolado. Destarte, caso soubesse que estava marcado um sermão para dada localidade, ia até lá a pé, caminhando longas distâncias, ciente de que sua presença, tanto ao longo do caminho quanto no destino, atrairia muitas pessoas à oitiva da Palavra de Deus.[251] Caso estivesse doente, não permitia que se cancelassem sermões por causa de sua ausência, ordenando que fossem pregados ao povo.[252]

Escreve Saint-Pathus que São Luís "trabalhou de mil maneiras para dar às pessoas a oportunidade de ouvirem a Palavra de Deus". Com efeito, para que os membros de sua guarda pessoal ouvissem os sermões, deu-lhes ajuda de custo para as refeições desde que comessem no refeitório do palácio, onde havia sempre alguém pregando. E se nas pregações ao ar livre alguém começasse a fazer barulho, São Luís imediatamente fazia tudo voltar à ordem para que todos aproveitassem com atenção.[253]

Esforçava-se para salvar almas em todas as ocasiões disponíveis. Na sua viagem de volta da Terra Santa, em 1254, ordenou que fossem pregados três sermões por semana em seu navio para que os marinheiros pudessem ouvir a sã doutrina. Consciente de que esses pobres cristãos tinham pouca ou nenhuma oportunidade de receber a Palavra de Deus, quando o mar estivesse calmo e não exigisse o trabalho dos marinheiros, São Luís os chamava para que ouvissem as verdades fundamentais de sua fé, sobre a moral e sobre os pecados. E não só isso: fazia pessoalmente apostolado junto daqueles homens, conversando com eles sobre coisas piedosas e lembrando-lhes que seu ofício os punha em risco de morte a todo tempo, sendo conveniente que eles aproveitassem a oportunidade para se confessarem. Como muitos marinheiros diziam ao santo rei que havia anos que não se confessavam,

---

250 Chartres, cap. 12.

251 Saint-Pathus, cap. 4, §17.

252 *Ibid.*, cap. 8, §9.

253 *Ibid.*, cap. 4, §§17-18.

Digitalizado com CamScanner

São Luís deixava padres à inteira disposição dos marujos para que, se quisessem, pudessem fazê-lo. No entanto, como alguém objetara ao rei que, se um marinheiro desejoso de se confessar deixasse seu posto o curso do navio poderia ser prejudicado, São Luís elevou a voz e disse a todos: "Se alguém quiser se confessar e não puder deixar seu posto, chama-me, que eu ficarei feliz em ficar em seu lugar segurando uma corda ou fazendo o que for necessário!"[254]

Através de sua conduta, de seu exemplo, de seu cotidiano piedoso, São Luís atraía almas a Deus. Afinal, que objetivo tinham seus gestos públicos de devoção, de caridade e de humildade a não ser servir de exemplo às multidões que o olhavam e o seguiam para onde ia? Quando atravessou a rua lodosa em dada Sexta-Feira Santa para beijar a mão de um leproso e dar-lhe uma esmola, não houve apenas escandalizados: quantos, vendo aquela e tantas outras cenas, contemplando seu rei se comportar de tão santo modo, não olharam com sinceridade para sua própria miséria e se desapegaram das coisas mundanas? Quantos cristãos mornos Deus não terá convertido e salvado pelo patrocínio, pelas palavras e pelos exemplos de São Luís?

3. A expansão da fé: a evangelização de mongóis e muçulmanos

A propagação da fé entre os pagãos continuava no tempo de São Luís. Se aquela época não foi equiparável aos grandes séculos missionários (como os VI-VIII, XVI e XIX), nos quais a Igreja cresceu muito em relativamente pouco tempo, na Cristandade não se deixou de fermentar nos corações o desejo de levar a religião católica aos infiéis como Cristo ordenara (Mt 28,16-20). E as missões fizeram avanços: o Evangelho era naqueles dias levado aos povos bálticos, penetrava na Finlândia, e os

254 Saint-Pathus, cap. 8, §§17-18.

Digitalizado com CamScanner

franciscanos dedicavam-se heroicamente à conversão dos muçulmanos no norte da África.

São Luís sofria ao saber que povos inteiros viviam apartados de Cristo, percepção ainda maior naquele século XIII, quando caiu sobre a Europa um numeroso povo até então ignorado: os mongóis, também chamados "tártaros", guerreiros formidáveis que, liderados pelo temível Gengis Khan (1162-1227) lançaram-se em um empreendimento audacioso de conquista do mundo. Sob os sucessores dele, em 1237, haviam construído um vasto império que se estendia desde a atual Turquia, passando pelo Mar Cáspio, pelo centro da Ásia, ocupando quase toda a China até a Coreia. Apoderaram-se de todos os principados russos, penetraram na Europa e atacavam a Romênia e a Hungria. Do Oceano Pacífico à Ucrânia, os mongóis construíram o mais vasto império da história até então.[255]

Além do natural terror, diz Giordani,[256] que a expansão mongólica causou na Cristandade, deve ser registrada a surpresa com que o Ocidente tomou conhecimento da existência do distante mundo asiático que agora transbordava sobre ele. Ouçamos Joinville: "os tártaros vieram e eram originários de uma grande planície de areia onde nada nascia, essa planície começava em rochas enormes e extraordinárias, que estão no fim do mundo na direção do Oriente, rochas que nenhum homem nunca ultrapassou..."[257]

Mas esses guerreiros amarelos furiosos não eram também homens a serem evangelizados? O horizonte parecia auspicioso, pois entre os mongóis havia nestorianos,[258] cristãos heréticos que bem poderiam servir de

---

255 Giordani, t. I, parte I, cap. IV, pp. 102-107. Em extensão, o Império Mongol só seria superado pelo Britânico, no século XIX, mas jamais ultrapassado em área contígua.

256 Giordani, t. I, parte I, cap. IV, p. 107.

257 Joinville, parte II, §473.

258 Doutrina nascida no século V dos ensinamentos do patriarca Nestório de Constantinopla, a qual distinguia em Cristo a existência de duas pessoas, uma humana e outra divina. Essa doutrina foi condenada pelo Concílio de Éfeso em 431, mas muitos se recusaram a aceitar a condenação e romperam com a comunhão da Igreja.

intermediários entre os católicos e o khan. O Papa Inocêncio IV tomou a dianteira, enviando, em 1244, emissários franciscanos ao Khan Güyük, neto de Gengis Khan. Apesar da boa recepção, a embaixada papal não obteve resultados em razão da exigência de Güyük de que o papa o reconhecesse "senhor por direito divino de toda a terra". Outra missão, também franciscana, foi enviada logo depois, mas sem maiores sucessos.[259]

O primeiro contato de São Luís com os mongóis parece ter sido o encontro no Chipre, em dezembro de 1248,[260] com os emissários de Erchaltai, governador mongol vassalo de Güyük. Os emissários eram dois cristãos nestorianos, Davi e Marco, o primeiro dos quais foi reconhecido pelo frei André de Longjumeau, que havia sido um dos enviados do Papa Inocêncio IV ao Império Mongol em 1244.[261] Já conhecendo algo do Cristianismo graças aos nestorianos, Erchaltai escreveu a São Luís uma carta em termos cristãos, talvez para comovê-lo e induzi-lo a concordar com uma aliança entre cruzados e mongóis.[262]

Os mongóis, propunham, com efeito, uma aliança militar contra o Islã, dispondo-se a ajudar os cruzados a reconquistar Jerusalém das mãos dos sarracenos. São Luís, mais apóstolo do que guerreiro, viu aquela como uma oportunidade de levar a fé para essas massas humanas gigantescas que não conheciam a verdadeira religião. Outrossim, além de concordar com a referida aliança, o santo rei quis que os emissários de Erchaltai comparecessem às festividades de Natal, ouvissem missa e ceassem em sua companhia. Além disso, diz Joinville:

---

259 Daniel-Rops, t. 3, p. 560.

260 Ver Capítulo 4.3. – "*Da França ao Egito*".

261 Nangis, cap. 27, §1.

262 Segundo Sarrasin (cap. 1), camareiro de São Luís, o mongol escreveu palavras cristãmente agradáveis a São Luís, dizendo estar disposto a vir "em socorro do rei da França e da Cristandade contra o califado de Bagdá e contra os sarracenos, pois pretendia vingar os grandes ultrajes que os sarracenos perpetraram contra Nosso Senhor Jesus Cristo e contra a Cristandade".

Digitalizado com CamScanner

> o rei enviou ao rei dos tártaros — através dos mensageiros — uma tenda feita ao estilo de uma capela, muito preciosa, feita de bom tecido escarlate. E, para atraí-los, se possível, para a nossa fé, o rei fez com que incrustassem quadros na referida capela, mostrando a Anunciação de Nossa Senhora e todos os outros pontos do Credo. Essas coisas ele enviou a eles por dois Frades Pregadores, que conheciam o árabe, para mostrar-lhes e ensinar-lhes em que deviam acreditar.[263]

São Luís enviou ainda uma relíquia da Verdadeira Cruz, assim como uma carta do legado pontifício na cruzada, o cardeal Eudes de Châteauroux que, em nome do papa, declarava-se disposto a admitir os mongóis na família católica.[264]

A desanimadora resposta veio três anos depois, em 1251. São Luís estava em Cesareia, na Terra Santa, quando retornou André de Longjumeau — um dos seus enviados — com alguns mensageiros mongóis trazendo uma atrevida mensagem do novo khan: ele informava que se o rei da França quisesse aliança, deveria se submeter aos mongóis, enviando anualmente uma grande quantia em ouro e prata, caso contrário, destruiria seu reino. Diz Joinville que, ao receber tal mensagem, São Luís se arrependeu de ter-lhes enviados mensageiros.[265]

No entanto, o santo rei não desistiu, pois André de Longjumeau trazia a notícia de que a mãe do novo khan, Sartaq,[266] se convertera ao nestorianismo e de que se fizera batizar. São Luís encheu-se de esperança e decidiu mudar de método: não enviaria mais embaixadores, mas verdadeiros missionários, sem mandados oficiais, e sim munidos de cartas de apresentação e novos presentes, como vestimentas, vasos, livros, e um saltério decorado com ouro, que pertencia à rainha Margarida, para instruir os

---

263 Joinville, parte II, §134.

264 Nangis, cap. 30, §2.

265 Joinville, parte II, §491.

266 Sartaq era khan do Canato da Horda Azul, um dos reinos mongólicos formados após a dissolução do império original.

mongóis. Assim se decidiu, na expressão de Daniel-Rops, a "viagem missionária mais espantosa do século XIII", chefiada por Guilherme de Rubruck, franciscano belga, e por Bartolomeu de Cremona, um frade italiano. Sob o patrocínio de São Luís, os dois homens partiram de Constantinopla, em 1253, e penetraram a assustadora e desconhecida Ásia, tudo estranhando nesses povos que receberam a missão de tornar cristãos.[267]

Os missionários de São Luís atravessaram o Mar Negro, desembarcaram na Crimeia e prosseguiram até o Baixo Volga, sul da atual Rússia, quase às margens do Mar Cáspio, encontrando-se em Sarai com o khan Sartaq que, além de recebê-los adequadamente, espantou-os com seu conhecimento sobre os assuntos do Ocidente. Sartaq os conduziu até o maior dos khans, Möngke. A viagem foi longa: os missionários atravessaram o Cazaquistão, o norte da China e chegaram ao centro da atual Mongólia, na cidade de Caracórum, capital dos mongóis. Os ocidentais se surpreenderam ao encontrar na "corte" do senhor das estepes uma lorena de Metz casada com um arquiteto russo, e um ourives de Paris. O acolhimento do khan foi cortês, bem como dos nestorianos, que pediram aos franciscanos que celebrassem a missa de Páscoa "ao modo ocidental" diante de uma imagem da Virgem Maria que o ourives parisiense fizera.[268]

O khan Möngke organizou discussões públicas nas quais os dois frades foram convidados a expor sua doutrina perante sábios muçulmanos, padres nestorianos e filósofos budistas. Mas uma série de intrigas contra os frades e a má reputação dos nestorianos entre os mongóis fizeram com que o khan considerasse que todos os cristãos fossem, como os nestorianos, incapazes de colocar em prática os preceitos de sua própria fé. A discussão foi curta, e os missionários decidiram partir de volta para a Europa no verão de 1254, sendo amigavelmente despedidos por Möngke,

---

267 Daniel-Rops, t. 3, p. 561.

268 *Ibid.*, t. 3, pp. 561-562.

Digitalizado com CamScanner

que disse que eles poderiam retornar quando quisessem, e entregou-lhes uma carta endereçada a São Luís.[269]

Mesmo tendo fracasso em converter os mongóis, os esforços de São Luís demonstram, ao menos, seu fervor missionário e sua vontade de conquistar almas para Cristo: "seu zelo pela conversão dos infiéis não tinha limites", diz o cronista.[270] Na Terra Santa, por exemplo, foi o responsável pela conversão de muitos muçulmanos, tal como atestam Beaulieu[271] e Mateus Paris, muçulmanos estes, explica este último, movidos pelo exemplo de vida do santo:

> Eles tinham visto a admirável paciência do rei na adversidade, sua firmeza inflexível nas resoluções; pois, depois de ser libertado [do cativeiro], ele permaneceu na Terra Santa, fortificando castelos, colocando as cidades ao abrigo dos inimigos de seu Deus; eles tinham visto, ademais, a constância de sua fé quando, entre tantas adversidades, ele não pecou com os lábios mais do que Jó. Eles consideravam, por outro lado, que por amor de seu Senhor e Deus Jesus Cristo, ele tinha abandonado seu doce reino da França, se exposto ao perigo do mar, dos ventos e da guerra em países estrangeiros e longínquos, contra guerreiros desconhecidos, a fim de consagrar toda a sua dedicação a ganhar as almas dos infiéis, e que nada disso poderia ter se dado sem o poder supremo e sem o consolo da majestade divina. Ademais, eles aprenderam, pela instrução dos Dominicanos e dos Franciscanos, que a Lei de Maomé, a mais imunda de todas, nada mais faz que envenenar as almas.[272]

São Luís recebeu estes conversos como seus protegidos, levou-os para a França, deu-lhes terras e os sustentava com seus próprios recursos,

---

269 *Ibid.*, t. 3, p. 562.

270 Saint-Pathus, cap. 2, §1.

271 Beaulieu, cap. 27, §1.

272 Mateus Paris, t. VIII, p. 7.

designando pensões para eles, para suas esposas e filhos, além de ter facilitado o casamento de alguns deles com mulheres cristãs.[273]

Junto aos mongóis as tentativas falharam, é verdade, mas ainda não chegara ainda a hora em que a Cruz poderia ser implantada no continente amarelo. Esse mérito estaria reservado aos missionários de épocas posteriores, mas, antes de todos, São Luís o desejou.

4. A defesa da fé: os hereges e a Inquisição

A unidade religiosa da Cristandade era eventualmente ameaçada por movimentos heréticos que surgiam aqui e acolá. A maior dessas ameaças foi o catarismo, doutrina que combinava elementos cristãos com o dualismo gnóstico, como outrora o gnosticismo e o maniqueísmo nos primeiros séculos. Compreendendo o Deus dos católicos como uma força do mal e a própria Igreja Católica como criação de Satanás, o catarismo, explica Pernoud

> se assentava num dualismo absoluto: o universo material é obra dum deus mau, só as almas foram criadas por um deus bom; donde resulta que tudo o que tende à procriação é condenável, em especial o casamento; os mais puros adeptos da doutrina veem no suicídio a perfeição suprema. [...] Tal como se espalhou na Lombardia e nas regiões provençais e occitanas, o catarismo é uma religião de dois níveis: há os perfeitos, que observam a doutrina com todo rigor: continência absoluta, interdição de fazer a guerra e prestar juramento, abstinência severa; enquanto os outros, os simples crentes, se conduzem mais ou menos à sua vontade; sendo condição para sua salvação a absolvição, o *consolamentum*, que eles deviam receber dum perfeito antes da sua morte.[274]

No século XII, o catarismo se difundiu no norte da Itália e no sul da França, onde ganhou a proteção de um importante senhor,

---

273 Beaulieu, cap. 27, §1. Mateus Paris, t. VIII, p. 7. Saint-Pathus, cap. 2, §2.

274 Pernoud, 1978, cap. VII, p. 110.

Raimundo VI, conde de Toulouse (1156-1222) e da maioria das famílias nobres do Languedoc. Apesar de continuarem dizendo-se católicos, estes nobres mantinham os "perfeitos" sob sua proteção e, sob o incentivo deles, puseram-se a saquear e se apropriar dos bens da Igreja. Paulatinamente, todo o sul da França impregnou-se de catarismo, com exceção de Montpellier, Narbonne e Nîmes, onde os católicos eram maioria.[275]

Ao ser eleito papa em 1198, Inocêncio III enviou legados para penetrar as cidades cátaras e chamar os nobres à razão. Como fracassou, enviou São Domingos de Gusmão e seus filhos para pregar contra a heresia, que lograram converter multidões. No entanto, os cátaros continuaram em uma posição privilegiada em razão da proteção dos grandes senhores do sul, em especial do maior deles, o conde de Toulouse. A querela religiosa converteu-se em política: após o assassinato a sangue frio do legado papal por Raimundo VI em 1208, a Cristandade inteira levantou-se contra o assassino, e Inocêncio III convocou uma cruzada contra os hereges.

A chamada "Cruzada Albigense" durou vinte anos (1208-1229).[276] Na sua primeira fase, o exército católico foi comandado pelo nobre franco-normando Simão de Montfort (1175-1218), que seria responsável pela conquista de vastos territórios cátaros. Em 1225, a guerra foi reiniciada em razão do apoio que o novo conde de Toulouse, Raimundo VII, dava aos hereges. O pai de São Luís, o rei Luís VIII, liderando o exército cruzado, tomou vastas regiões dos domínios de Raimundo, mas morreu quando voltava a Paris.[277] Sua morte retardou o avanço das forças católicas, mas Branca de Castela, então regente do jovem Luís IX, obteve de Raimundo VII um importante acordo de submissão em 12 de abril de 1229. Após algumas relutâncias e pequenas revoltas, o sul do reino voltou oficialmente ao seio da Igreja, o Languedoc foi incorporado ao Domínio da Coroa e o condado de Toulouse foi herdado em 1249 pelo irmão de

---

275 Daniel-Rops, t. 3, pp. 596-597.

276 Daniel-Rops, t. 3, pp. 598-604. A cidade de Albi era uma das fortalezas cátaras.

277 Ver Capítulo 2.3. – "O *reinado do pai*".

São Luís, Afonso de Poitiers, por seu casamento com Joana, filha única de Raimundo VII.[278]

A Cruzada Albigense e o tratado de 1229 colocaram fim ao catarismo enquanto movimento político, mas seus erros perseveraram nas almas, e os hereges continuavam disseminando suas doutrinas. Até então, explica Pernoud, era a justiça laica — ou mesmo os arrebatamentos populares — os responsáveis por lidar com os hereges, infligindo-lhes frequentemente as piores penas. Variadas vezes os bispos intervieram para subtrair às violências da multidão aqueles que ela considerava hereges. Coisas como essas se multiplicavam em toda parte: mulheres suspeitas de bruxaria eram linchadas, pessoas acusadas de heresia eram brutalmente executadas sem julgamento e o poder leigo (que nada entendia de teologia) parecia arrogar-se o direito de julgar o que era ortodoxo e o que não era e, com base nesses critérios, mandar pessoas — por vezes inocentes — à fogueira ou à forca. Em suma, autoridades civis, impelidas por multidões fanatizadas, realizavam verdadeiras carnificinas em nome da ortodoxia católica.[279]

Até o início do século XIII, a Igreja se restringira a reprovar essas loucuras: foram muitos os papas, bispos e santos que se levantavam contra esse tipo de política religiosa, e concílios que, se por um lado condenavam as heresias, por outro proibiam que se usassem a pena de morte contra os hereges. Porém, na década de 1220, momento em que triunfava a cruzada contra os albigenses, o incrédulo Imperador Frederico II, que de católico só tinha o batismo, encobriu a própria heterodoxia com uma terrífica perseguição aos hereges e com uma legislação anti-herética assustadoramente cruel. Em 1224, tornou a heresia punível por incineração, tomando para si próprio a autoridade em matéria religiosa em suas terras.[280]

---

278 Isso foi tratado com detalhes nos capítulos 2 e 3.

279 Pernoud, 1978, cap. VII, p. 117. Daniel-Rops, t. 3, pp. 605-606.

280 Dawson, 2014, p. 325.

Digitalizado com CamScanner

Àquela altura tornou-se papa o célebre Gregório IX (pp. 1227-1241), o apoiador de São Francisco, homem de dedicação absoluta a Deus e à Igreja, e dotado de um caráter e de uma conduta incriticáveis. Ele não queria que a regra da fé caísse nas mãos das autoridades civis (muito menos de Frederico II, homem de fé duvidosa), e que em nome da religião fossem realizados os excessos e morticínios fanatizados tão numerosos até então. Destarte, em 1231 o Pontífice instituiu o Tribunal do Santo Ofício, a Inquisição Pontifícia, tribunal eclesiástico destinado à detenção e julgamento dos acusados de heresia, prolatando sentenças de condenação ou absolvição. Retirou-se, assim, do poder laico a autoridade para investigar e julgar os hereges, deixando aos civis apenas o poder de executar a sentença.[281] Ademais, só poderiam ser entregues ao "braço secular" os "relapsos", ou seja, os heréticos reincidentes, aqueles que, tendo abjurado uma primeira vez, voltaram a cair no seu erro. A instituição da Inquisição, diz Pernoud, teve o lado positivo de "substituir o processo de investigação pelo de acusação, introduzindo uma justiça regular". Ela deve ser compreendida, explica a mesma autora, como "a reação de defesa de uma sociedade para a qual, com razão ou sem ela, a preservação da fé parecia tão importante como nos nossos dias a saúde física".[282]

São Luís era o rei da França quando da instituição da Inquisição e foi, ademais, o monarca sob o qual se encerrou a Cruzada Albigense, quando das últimas vitórias militares da coroa contra os cátaros graças ao cavaleiro Jean de Beaumont.[283] O santo rei via os hereges de forma distinta da que enxergava os mongóis, muçulmanos ou até os maus cristãos. O pagão nunca ouvira falar de Cristo, logo, deveria ser evangelizado. O mau cristão só precisava ser orientado para o bom caminho e relembrado das verdades da fé. O herege, porém, era diferente: era alguém que, conhecendo a verdade, recusou-a, e levava outras pessoas — em sua maioria

281 Daniel-Rops, t. 3, pp. 607-613.

282 Pernoud, 1978, cap. VII, pp. 117, 108.

283 Nangis, cap. 14, §§1-4.

incultas — para o erro. Era um apóstata, um traidor de Deus. Sob o prisma social, os hereges eram divisores, promotores do caos e, quando apoiados por homens importantes, eram um risco grave ao bem público. Os propagadores de heresia, entendiam, em suma, São Luís e seus contemporâneos, deviam ser combatidos e freados antes que contaminassem as almas e perturbassem a paz.

Em seus princípios, a Inquisição foi especialmente atuante no sul do reino, sobretudo no Languedoc. São Luís tomou sob sua proteção os inquisidores daquela região e, a seu pedido (ainda na primeira fase do seu reinado), o famoso inquisidor Robert le Bougre expandiu suas investigações para o norte do reino, onde atuou até 1241, especialmente em Champagne.[284]

São Luís assumiu, desde muito cedo, o múnus de defensor da fé. Joinville ouviu, mesmo no Egito, os sarracenos se referirem a ele como "o mais vigoroso inimigo que a lei islâmica possui".[285] Na França, chamou para si a tarefa de trabalhar conjuntamente à Igreja no combate à heresia. Considerava os chamados *negotium fidei* (assuntos de fé), como se designavam na burocracia real as decisões inquisitoriais, como os primeiros assuntos a serem despachados quando ia decidir coisas do reino.[286] Ademais, escreve Chartres:

---

284 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 178. Robert le Bougre, explica Pernoud (1978, cap. VII, pp. 112-113), era assim chamado porque era um herege convertido. "Bougre" era uma corruptela de "búlgaro", de cujo país se acreditava vir a heresia cátara. Ingressando entre os dominicanos depois da sua conversão, foi promovido ao cargo de inquisidor em 1233 e, imediatamente, em Charité-sur-Loire, ordenou execuções que levantaram protestos de ao menos três arcebispos — os de Reims, de Sens e de Bruges. O papa suspendeu-o de seus poderes em 1234, mas os restituiu no ano seguinte. Retornou imediatamente à sua tarefa, avaliando-se em cinquenta os hereges que ele mandou queimar em Châlons-sur-Marne, Cambrai, Péronne, Douai, Lille. Depois, em 1239, em Mont-Aimé, no Champagne, cento e oitenta e três hereges foram queimados por ele.

285 Joinville, parte II, §373.

286 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VIII, p. 697.

Digitalizado com CamScanner

incultas — para o erro. Era um apóstata, um traidor de Deus. Sob o prisma social, os hereges eram divisores, promotores do caos e, quando apoiados por homens importantes, eram um risco grave ao bem público. Os propagadores de heresia, entendiam, em suma, São Luís e seus contemporâneos, deviam ser combatidos e freados antes que contaminassem as almas e perturbassem a paz.

Em seus princípios, a Inquisição foi especialmente atuante no sul do reino, sobretudo no Languedoc. São Luís tomou sob sua proteção os inquisidores daquela região e, a seu pedido (ainda na primeira fase do seu reinado), o famoso inquisidor Robert le Bougre expandiu suas investigações para o norte do reino, onde atuou até 1241, especialmente em Champagne.[284]

São Luís assumiu, desde muito cedo, o múnus de defensor da fé. Joinville ouviu, mesmo no Egito, os sarracenos se referirem a ele como "o mais vigoroso inimigo que a lei islâmica possui".[285] Na França, chamou para si a tarefa de trabalhar conjuntamente à Igreja no combate à heresia. Considerava os chamados *negotium fidei* (assuntos de fé), como se designavam na burocracia real as decisões inquisitoriais, como os primeiros assuntos a serem despachados quando ia decidir coisas do reino.[286] Ademais, escreve Chartres:

---

284 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 178. Robert le Bougre, explica Pernoud (1978, cap. VII, pp. 112-113), era assim chamado porque era um herege convertido. "Bougre" era uma corruptela de "búlgaro", de cujo país se acreditava vir a heresia cátara. Ingressando entre os dominicanos depois da sua conversão, foi promovido ao cargo de inquisidor em 1233 e, imediatamente, em Charité-sur-Loire, ordenou execuções que levantaram protestos de ao menos três arcebispos — os de Reims, de Sens e de Bruges. O papa suspendeu-o de seus poderes em 1234, mas os restituiu no ano seguinte. Retornou imediatamente à sua tarefa, avaliando-se em cinquenta os hereges que ele mandou queimar em Châlons-sur-Marne, Cambrai, Péronne, Douai, Lille. Depois, em 1239, em Mont-Aimé, no Champagne, cento e oitenta e três hereges foram queimados por ele.

285 Joinville, parte II, §373.

286 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VIII, p. 697.

Digitalizado com CamScanner

> ele também acolheu com generosa indulgência os inquisidores dos hereges, que trabalhavam em favor da fé e da Igreja. Sempre que procuravam ajuda, ele deixava todos os outros assuntos, por mais graves que fossem, dando-lhes ouvidos atentos, ajudando-os com todo o apoio e insistindo que o trabalho da fé deveria ser colocado à frente de tudo mais.[287]

O conselho que deu ao seu filho ("Persegue os hereges e as pessoas ruins de tua terra tanto quanto possas, pedindo, como é necessário, o sábio conselho das pessoas boas a fim de purgar assim a tua terra") revela quão importante considerava — ele e sua época — o combate à heresia. Afinal se, como diz O'Connell, a fé é a pedra angular da vida de Luís IX,[288] o combate aos que a maculam deveria ser, naturalmente, sua preocupação primordial.

5. A Moralização da sociedade

Ensinava Santo Abão, abade de Fleury, no limiar do século XI, que "o papel dos governantes é orientar as vontades para o bem, mediante a vigilância e sanção".[289] A Grande Ordenança de 1254-56 e alguns decretos posteriores traziam em seu bojo a realização desse desígnio. São Luís fez o que esteve a seu alcance para coibir vícios como a prostituição, os jogos de azar, a embriaguez, a usura e a blasfêmia. Entendia que, se o povo que governava era cristão, devia viver conforme as exigências da sua fé, não medindo esforços, diz Beaulieu, para orientá-lo à prática da virtude.[290]

As sensibilidades modernas ficariam atordoadas ante o zelo de São Luís contra a blasfêmia e ante as penas rigorosíssimas que aplicava aos blasfemadores. Conta Joinville que quando o rei estava em Cesareia, durante sua estadia na Terra Santa, um ourives que havia blasfemado foi

287 Chartres, cap. 19.

288 O'Connell, cap. I, p. 128.

289 Bouchet, 2021, cap. VII, p. 310.

290 Beaulieu, cap. 32, §1.

posto no alto de uma escada em roupas íntimas e com os intestinos de um porco pendurados em torno do pescoço.[291] Alguns anos depois, em 1262, ansioso para destruir essa "praga generalizada que, de tempos em tempos, afligia seu reino, isto é, o vício dos palavrões e das blasfêmias contra Deus e seus santos", e sob a orientação de seu conselheiro e legado papal, o cardeal Simon de Brie, São Luís reuniu em Paris os grandes do reino — nobres e prelados — para que debatessem um modo eficaz de conter ou extinguir "esse vício desprezível". Simon de Brie proferiu diante da assembleia um sermão solene sobre a gravidade do assunto, deixando todos comovidos e dispostos a combater a blasfêmia. Então o próprio São Luís tomou a palavra e fez um discurso devoto e arrebatado, conclamando todos a auxiliarem-no a combater as palavras injuriosas a Deus e aos santos. E, com o consentimento da assembleia, o rei promulgou um decreto geral a ser publicado em todo o reino proibindo e punindo duramente a blasfêmia.[292] As penas iam desde multas a castigos corporais.[293]

Contam os cronistas que houve um cidadão de Paris que blasfemara e que, como lembrança perpétua de seu pecado e para servir de exemplo, São Luís ordenou que ele fosse marcado nos lábios com ferro em brasa. E como muitos o criticassem pela dura sentença, incluindo homens sábios, o rei respondeu de um modo que a todos impressionou: "Eu desejaria que uma marca similar fosse feita em meus próprios lábios e desejaria carregar essa infâmia por toda a vida, se desse modo esse vício pernicioso fosse completamente banido de meu reino".[294]

Em 1269, no entanto, a pedido de seu antigo conselheiro Guy Foulques, agora Papa Clemente IV, São Luís flexibilizou essas punições: reunido com o Parlamento de Paris, fez um novo discurso destacando a enormidade e a gravidade da blasfêmia, mas, ato contínuo, publicou nova

291 Joinville, parte II, §665.

292 Beaulieu, cap. 32, §1.

293 Nangis, cap. 44, §18.

294 Saint-Pathus, cap. 15, §33. Beaulieu, cap. 33, §1. Joinville, parte II, §685.

lei, segundo a qual os blasfemadores seriam doravante punidos com penas pecuniárias ou com a prisão, não mais com castigos físicos.[295]

Era esperado, ademais, que um rei tão santo se dedicasse a combater os pecados da carne. Não admitia nenhuma imoralidade sexual em seu palácio e, se tivesse notícia de alguma, despedia o envolvido. Durante a Sétima Cruzada procedeu com dureza com os cruzados luxuriosos: durante a campanha do Egito, mandou de volta para a França uma imensa quantidade de soldados ao descobrir que praticaram orgias com "mulheres lascivas" (prostitutas) a poucos metros do seu próprio pavilhão, e justamente quando o exército se encontrava fragilizado e necessitado de auxílio divino.[296]

Quando da Grande Ordenação de 1254, São Luís impôs sérias restrições à prostituição. Até seu tempo, os prostíbulos localizavam-se nos centros da cidade, inclusive no de Paris, nas cercanias do Palácio Real. Supõe Le Goff que São Luís devia ficar profundamente escandalizado e indignado quando, diariamente, ia ouvir missa em Notre-Dame e se deparava com as meretrizes oferecendo seus serviços nas ruas.[297] Destarte, o artigo 7.º da dita ordenação decretou que as prostitutas fossem expulsas dos bordéis, e definiu que quem lhes alugasse casas teria o aluguel correspondente a um ano confiscado pelos agente reais. Posteriormente, em 1256, temperou essas medidas, tolerando que as prostitutas ficassem em locais afastados, de preferência fora dos muros das cidades, jamais no centro ou nas proximidades de locais sagrados.[298] Preocupado com essas mulheres, ademais, São Luís fundou em Paris uma casa de recuperação

295 Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 162.

296 Joinville, parte II, §171.

297 Le Goff, 2008, p. 211.

298 Cassard, parte I, cap. VIII, pp. 451-452. Há uma norma curiosa emitida por São Luís, pela qual ele proibia às prostitutas o uso de cintas douradas, então em moda. Anota Bénouville (cap. II, p. 68), no entanto, que "estas damas não foram prontas na obediência ao édito, continuando a usar as suas belas cintas, e da sua obstinação em não quererem distinguir-se das elegantes de bons costumes, veio o provérbio: mais vale o bom nome que a cinta dourada".

para prostitutas que desejassem recomeçar a vida, a *Maison des Filles-Dieu*, de modo que, além de coibir a prostituição, esforçava-se por reabilitar as caídas neste triste destino.[299]

Quando tomava consciência de que havia nobres, mesmo poderosos, que mantinham concubinas, São Luís os advertia mediante um aviso real oficial, aconselhando-os energicamente a repudiá-las. Tal política exortativa surtiu efeitos e, em razão da orientação do rei, a maior parte dos nobres que viviam em pecado deixaram as concubinas ou mais tarde se casaram com essas senhoras de "menor importância" (de classes mais baixas), na expressão de Chartres, que antes mantinham como amantes.[300]

São Luís detestava os jogos de azar, como o gamão, que enxergava como vícios e ocasião de perda de dignidade e de dinheiro. O artigo 7.º da Grande Ordenação não apenas proibia que os agentes reais os jogassem, como proibia a fabricação de dados na França.

E para evitar a embriaguez, o mesmo artigo 7.º vedou que os agentes reais visitassem as tabernas. Posteriormente, São Luís definiu que somente viajantes poderiam frequentar tabernas, proibindo que os moradores de dada localidade visitassem esses estabelecimentos.

6. São Luís e os judeus

Os judeus eram numerosos na França. Estima-se que em 1250, com uma população de 15 milhões de habitantes, vivessem no reino de São Luís entre 50 a 100 mil judeus, espalhados principalmente nas grandes cidades. Em Paris, por exemplo, cidade habitada por cerca de 150 mil pessoas, havia de três a cinco por cento de judeus (4.500 a 7 mil pessoas), fortemente concentrados na *Île de la Cité*, nos quarteirões vizinhos ao Palácio Real.[301]

---

299 Saint-Pathus, cap. 10, §17. Beaulieu, cap. 19, §3.

300 Chartres, cap. 12.

301 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VIII, p. 721.

Digitalizado com CamScanner

Guilherme de Chartres, capelão de São Luís, é muito enfático a respeito do seu sentimento para com os judeus: "ele abominava os judeus, odiosos aos homens e a Deus".[302] Explica O'Connell que, para São Luís, o judeu era tanto um tipo de herege, que se recusa a aceitar a verdade, quanto um usurário, que não se sustenta com o trabalho de suas mãos.[303] Certa vez, após narrar um debate ocorrido entre cristãos e judeus em Cluny, São Luís disse: "Ninguém deve discutir com os judeus, a menos que seja muito sábio: quanto aos leigos, se os ouvirem maldizer a lei cristã, não a devem defender senão enterrando-lhes a espada nas entranhas até onde puder ser penetrada".[304]

No entanto, ressaltam os medievalistas Le Goff e Cassard, a aversão de São Luís e dos católicos medievais para com os judeus em nada se relacionava ao antissemitismo moderno. Não havendo "racismo" envolvido (não havia o moderno conceito de "raça" na Idade Média), é reprovável anacronismo atribuir a São Luís a marca de "antissemita", diz Cassard. Sua repugnância era, antes, em razão da religião e das práticas judaicas, sobretudo a usura.[305]

Uma das mais notáveis políticas de São Luís contra o judaísmo diz respeito ao Talmude. Em 1239, o Papa Gregório IX tomara conhecimento, através de um judeu convertido à fé cristã, que o Talmude continha ataques e blasfêmias contra Cristo e a Virgem, razão pela qual ordenou que todos os reis da Cristandade embargassem, em seus respectivos reinos, os exemplares deste livro. Na França, após uma grande *disputatio* ao estilo universitário a respeito do Talmude entre mestres cristãos e rabinos, na presença do rei e dos teólogos parisienses, São Luís ordenou, em 24 de junho de 1240, que todos os Talmudes fossem buscados e queimados. Após dois anos confiscando os exemplares, em junho de 1242, vinte charretes

---

302 Chartres, cap. 21.

303 O'Connell, cap. I, p. 149.

304 Joinville, parte I, p. 53. Bénouville, cap. I, pp. 36-37.

305 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VIII, p. 721. Cassard, parte II, cap. IV, p. 791.

Digitalizado com CamScanner

carregadas de manuscritos foram trazidas, e os textos queimados em praça pública, em Paris, naquele que Cassard chama de "o primeiro auto de fé da história".[306] Após nova ordem do papa, desta vez Inocêncio IV, em 1244, outra fogueira foi acessa para os Talmudes em Paris e, na Ordenação de 1254, o rei renovou o apelo à destruição daquele livro.[307]

Mais enérgicas foram suas medidas no combate à usura, prática intrinsecamente ligada aos judeus (pois vedada aos cristãos) e através da qual eles conseguiam jogar multidões na penúria e enriquecer com uma facilidade assombrosa.[308] A luta contra a usura na França começara no tempo do avô de São Luís, Filipe Augusto, e foi continuada por seu pai, Luís VIII, ambos reis muito severos para com os judeus.[309] Durante a menoridade, Branca de Castela deu continuidade à política do sogro e do marido, editando duas ordenações reprimindo a usura, em 1230 e em 1234, política prosseguida por seu filho quando assumiu o poder *de facto*.[310]

Se antes da Sétima Cruzada, São Luís já impusera pesada legislação antijudaica e antiusurária, a Grande Ordenação de 1254 trouxe novas e mais duras normas, embasadas no princípio de que os judeus deveriam parar de lucrar com a exploração alheia e passar a viver "dos labores de suas mãos". Mas, enquanto as ordenações de Branca de Castela proibiam apenas algumas operações financeiras judaicas (o que acabou por encorajar o grande crédito com fundamento em bens imobiliários, pois não era vedado aos judeus continuarem suas atividades bancárias no que se referia a empréstimo sobre penhores), a nova política real pós-1254 declarou ilegal *todo* o crédito judeu. Analisando o balanço dessa política contra a usura, William Jordan conclui que foi extremamente bem-sucedida em

---

306 Cassard, parte II, cap. IV, p. 789.

307 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VIII, pp. 712-715. Richard, parte I, cap. IV, pp. 145-146.

308 Bordonove, parte V, cap. 2, p. 249.

309 Richard, parte III, cap. I, p. 288.

310 Cassard, parte II, cap. IV, p. 790.

Digitalizado com CamScanner

todo o norte da França, em especial na Picardia, não havendo dados suficientes sobre sua aplicação no sul do reino.[311]

Como seus conselheiros afirmavam que a economia do reino seria prejudicada sem os empréstimos dos judeus e que era melhor que eles praticassem a usura do que os cristãos, São Luís respondeu:

> Quanto aos cristãos praticando o empréstimo e suas usuras, parece que isso diz respeito aos prelados e às suas igrejas. Ao contrário, quanto aos judeus, isso me diz respeito [...] não é preciso que oprimam os cristãos com usuras e que à sombra de minha proteção seja-lhes permitido tomar e infectar minha terra com seu veneno. Que os prelados, portanto, vigiem a conduta dos cristãos, quanto a mim, regularei a conduta dos judeus. Ou bem abandonem as usuras ou bem saiam totalmente de minha terra para que ela não seja mais manchada por suas sórdidas práticas.[312]

Ao contrário dos seus antecessores, que uniam ao tesouro real os bens confiscados dos judeus adquiridos mediante usura,[313] São Luís, ao se apropriar de tais propriedades, as devolvia aos legítimos possuidores e, caso estes não pudessem ser identificados, as doava, dizendo que "não desejava reter nada do seu veneno, nem lhes permitir praticar usuras."[314]

Sua política para com os judeus não era, ressalte-se, fruto de arbitrariedade e de espírito persecutório, mas de um senso de necessidade. Com efeito, puniu em 1236, cristãos envolvidos em matanças de judeus; proibiu a usura não apenas para eles, mas também para os lombardos usurários, estes sim católicos, quando eles se instalaram em seu reino; e amenizou, em 1257, as medidas antijudaicas ao perceber que deviam ser abrandadas.

A respeito da política antijudaica de São Luís, acentua Cassard:

---

311 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. VIII, pp. 704 e 712. Bordonove, parte V, cap. 2, p. 249. Richard, parte III, cap. I, p. 289.

312 Chartres, cap. 21.

313 Richard, parte III, cap. 288.

314 Chartres, cap. 21.

> A queima dos livros do Talmude não conduziu a nenhuma perseguição contra os rabinos implicados na primeira controvérsia [de 1240], que permaneceram livres para ensinar no interior da sua comunidade. Nenhuma expulsão em massa e nenhuma conversão forçada mancham seu reinado — por outro lado, o rei jamais recusou se tornar padrinho de um judeu desejoso de receber o batismo, a quem ajudava e protegia. Desponta claramente que, a nível pessoal, e por sua educação, Luís não gosta dos judeus, e que ele ajudará com seus meios sua conversão à verdadeira fé, mas uma conversão voluntária, fora de toda pressão. Agindo assim, o rei permanece nos limites que são assinalados aos príncipes cristãos pela Igreja, da qual ele se vê como filho obedientíssimo. [...] Luís IX aplica aos filhos de Israel sanções contra um povo deicida, contra os descendentes daqueles que se tornaram coletivamente culpáveis de ter obrigado Pôncio Pilatos a matar Cristo na cruz.[315]

Àquele que vive no século XXI soará estranho a aparente duplicidade do homem que, por um lado, amava os pobres, cuidava dos leprosos e consolava os moribundos, que demonstrava tamanha amabilidade para com os que o cercavam, parecendo a própria encarnação dos princípios evangélicos e que, por outro lado, era o rigoroso governante que impunha penas corporais aos blasfemadores, perseguia hereges e queimava livros judaicos. Mas há aqui contradição só aos olhos dos modernos, que confundem bem e liberdade, verdade e subjetividade, amor e condescendência, confusões próprias da mentalidade iluminista alheia a tudo quanto São Luís creu, foi e representou.

Enquanto rei católico, Luís IX buscava guiar-se se pela Verdade (revelada por Deus e custodiada pela Igreja) e pelo Bem (que é o próprio Deus). Procurava o bem-estar do seu reino e a salvação dos seus súditos, razão pela qual não podia aceitar nem a blasfêmia e nem a heresia. Ademais, se tolerava que os judeus praticassem privadamente seu culto, não era por reconhecer-lhes tal direito, mas porque o bem comum exigia.

---

315 Cassard., parte II, cap. IV, pp. 790-791.

Digitalizado com CamScanner

Se era por vezes tão rigoroso, era para atender à já citada exigência explicitada por Santo Abão: orientar as vontades para o bem. Agia, com efeito, como o pai que pune o filho rebelde e bruto para recolocá-lo no caminho correto.

Têm-se dito que São Luís foi "o rei da Coroa de Espinhos", semelhante a um outro rei, que se apresenta como "manso e humilde de coração" (Mt 11,29), declara "bem-aventurados os mansos" (Mt 5,2) mas, quando necessário, faz um chicote de cordas, derruba mesas e expulsa homens maus aos berros e insultos (Jo 2,15-16).

Deste rei também diremos que não cumpre os preceitos evangélicos?

7. A política econômica e monetária de São Luís

São Luís desejava a prosperidade de seu reino, mas também que a economia estivesse cristãmente ordenada, ou seja, que o bem-estar material da França não fugisse da regra cristã. Cercou-se de burgueses, que o aconselhavam sobre as medidas econômicas mais eficientes em face do crescimento das cidades e do comércio; de cavaleiros e senhores da terra, acostumados com a produção agrária; e de canonistas e frades mendicantes, que orientariam suas políticas econômicas conforme a moral e a justiça.

Uma das prioridades do santo rei era o que hoje se chamaria de justa "política fiscal". Ressalte-se que, naquela época, o imposto não era algo cobrado regularmente: a autoridade real só recorria à tributação quando o rendimento dos bens da coroa fosse insuficiente.[316] São Luís entendia que, enquanto rei, tinha o direito de cobrar impostos, mas sempre o fez de maneira justa e moderada. Antes da cruzada, em 1247, ordenou que as tributações ilegítimas e os impostos abusivos fossem restituídos, e que os agentes reais responsáveis pelos excessos na arrecadação fossem punidos. Depois da cruzada, evitando gastos supérfluos e ordenando que seus

316 Bénouville, cap. VI, p. 193.

agentes não contratassem numerosos funcionários, evitou o aumento do recolhimento de impostos (quando a tributação se fez necessária), chegando, em alguns casos, a diminuí-los.[317]

São Luís restringiu seu próprio direito de hospedagem,[318] fixando um valor máximo de gastos com suas viagens. Seu sustento e de sua corte não eram pagos com impostos, mas com os rendimentos das terras produtivas do rei. Como atesta O'Connell, conservou-se com detalhes as despesas da casa real durante todo o reinado de São Luís e, graças a estes registros, sabe-se que o orçamento nunca esteve em déficit, salvo durante os anos de cruzada, altura em que o rei fez empréstimos consideráveis.[319] Considerando as muitas obras que realizou, as doações volumosas, os gastos com esmolas, o sustento de contingentes militares na Terra Santa (aos quais nunca deixou de manter) e suas duas cruzadas, evidencia-se tanto uma sábia política econômica, quanto como São Luís era rico — talvez o mais rico monarca europeu de seu tempo.

Ele procurou facilitar o intercâmbio comercial, proibindo, no artigo 12 da Grande Ordenação, que seus funcionários vedassem exportações de milho, vinho e outras mercadorias sem a devida causa.[320] Para a adoção de medidas que hoje se diriam protecionistas, era necessária a decisão de um conselho composto por homens honestos e entendidos. Ademais, para impedir fraudes e dar mais segurança às relações comerciais, São Luís decretou que os comerciantes de Paris deveriam pagar em dinheiro as mercadorias compradas no instante em que as recebessem, não podendo protelar o pagamento.[321] Simultaneamente, para encorajar o comércio, permitir um maior fluxo de mercadores e encorajar a burguesia mercante a permanecer em Paris, Luís IX nomeou um preboste para

---

317 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. IV, pp. 584-585.

318 Nangis, cap. 44, §17. Quando o rei viajava para dada localidade tinha a sua hospedagem e a de sua comitiva livres de encargos.

319 O'Connell, cap. I, p. 75.

320 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. IV, p. 594.

321 Nangis, cap. 44, §3.

a cidade, que trataria especificamente da matéria comercial. Retomou, assim, a política de seu avô Filipe Augusto, concedendo importantes responsabilidades — inclusive institucionais — à burguesia parisiense.[322]

São Luís participou ativamente da reintrodução do bimetalismo no Ocidente, abandonado desde os tempos carolíngios: na Quaresma de 1263, voltou a cunhar moedas de ouro, a saber, uma moeda que adquiriria imenso prestígio em toda a Cristandade — o "escudo de ouro" —, que, como o próprio nome indica, era ornada com o escudo dos reis da França, as três flores-de-lis. Ela foi a primeira moeda de ouro cunhada pelos reis capetianos.[323]

Na era feudal, a moeda representava as duas autoridades, diz Lévis-Mirepoix, a real e a senhorial: havia a moeda do rei e a moeda de cada senhor.[324] Buscando mais uniformidade monetária, São Luís, através de uma série de ordenanças a partir de 1262, decretou que as duas moedas fabricadas nas oficinas reais[325] deveriam (a) ser as únicas a circular no Domínio Real; e (b) poderiam circular em todo o restante do reino, nos domínios senhoriais, sendo vedado aos senhores proibi-las.[326] Assim, ape-

---

322 Bordonove, parte V, cap. 3, pp. 252-253.

323 Cassard, parte I, cap. III, p. 162. O Ocidente Medieval optara, desde o século VIII, pelo monometalismo de prata, enquanto o Império Bizantino e os países muçulmanos continuaram cunhando moedas de ouro. São Luís, enquanto governava os Estados Latinos na Terra Santa, teve contato com essas moedas árabes e pôs-se a imitá-las. Quando retornou à França, reintroduziu o bimetalismo (Richard, parte III, cap. I, pp. 320-322).

324 Lévis-Mirepoix, cap. V, p. 119. Acentua Richard (parte III, cap. I, p. 315) que, se existe um domínio em que a fragmentação feudal se fazia sentir na França Medieval, era o da circulação de moedas: essa fragmentação se explica pelo fato de essas moedas terem nascido em uma época em que a economia era assegurada em grande medida pelas livres trocas, que aconteciam em áreas geográficas muito limitadas. No século de São Luís, no entanto, o renascimento comercial fizera que o comércio por meio de moedas se tornasse preponderante, tornando anacrônicas as moedas feudais.

325 A "tournoise", fabricada em Tours, e a "parisis", fabricada em Paris. Quatro unidades desta última valiam cinco da primeira (Richard, parte III, cap. I, p. 317).

326 Os juristas bolonheses do século XII, em particular aqueles que trabalhavam para o imperador Frederico Barba-Roxa, ao listarem os direitos que julgavam pertencer ao rei, na linha do recém-descoberto direito romano, listavam a moeda. Os legistas da escola de Orleans que cercavam Luís IX, não poderiam ter sobre este assunto

sar de não proibir as moedas feudais nos domínios dos senhores, decretava que estas só poderiam circular dentro de cada feudo, enquanto a moeda real teria o monopólio de circulação em toda a França. Ademais, interditou a circulação de moeda inglesa no reino e tornou as suas duas moedas escalas de referência para a conversão de uma medida para outra. Doravante, sua autoridade soberana conferia à moeda seu poder liberatório, garantindo seu valor e seu caráter de instrumento de pagamento. Este começo de unificação, diz Cassard, ajudou bastante o comércio.[327] No entanto, isso gerou resistências, e sabemos que o rei julgou necessário tomar juramento aos habitantes do reino de que observariam esta ordenança.[328]

A política monetária de São Luís tinha, por óbvio, propósitos econômicos, em especial, facilitar o intercâmbio comercial no reino (cada vez menos baseado em trocas), mediante a unificação monetária e consequente superação das barreiras que um número grande de moedas feudais impunha às rotas de comércio. O resultado foi positivo: o intercâmbio comercial foi acelerado, a inflação foi mantida sob controle, e o reino gozou de inolvidável prosperidade.

Mas, como em tudo o mais no reinado de São Luís, sua política monetária revelava preocupações religiosas e morais: unificando a moeda e dando à monarquia senão o monopólio, ao menos a superioridade monetária, São Luís queria cunhar uma "boa moeda", que, por um lado, dificultaria as falsificações, os dinheiros falsos e as fraudes e, por outro, garantiria a justiça dos preços (facilmente violada quando o intercâmbio comercial se dava em um ambiente de muitas moedas em circulação). Assim, a reforma monetária de São Luís foi, diz Le Goff, "obra pia, de certa forma sagrada", pela qual o santo rei imprimiu uma concepção moral — tão enfatizada

---

opinião diferente, e comenta Richard (parte III, cap. I, pp. 317-318), que muito provavelmente influenciaram a ordenança de 1263.

327 Cassard, parte I, cap. X, p. 566.

328 Richard, parte III, cap. II, p. 318.

pelos canonistas de seu tempo — na vida econômica.[329] Ele queria, em suma, que a economia de seu reino estivesse assentada na moral e na justiça, sem fraudes, falsificações e vilipêndios aos direitos de cada um. Assim, conclui Richard, em razão das suas medidas monetárias, São Luís deve ter permanecido na memória dos povos como "tipo de soberano dedicado a manter uma boa moeda".[330]

Enfim, nenhum campo — nem o mais profano deles, como o monetário — escapou de sua visão inteiramente cristã. E no verso das moedas de ouro que mandou cunhar, São Luís quis que se inscrevesse o seguinte lema: "*Christus vincit, Christus regnat, Christus imperat*" — "Cristo vence, Cristo reina, Cristo impera."[331] De tudo, em suma, deveria ser Ele o Senhor.

8. A gestão das cidades e do trabalho

Como as cidades estavam em franco florescimento, para garantir que o crescimento se desse ordenadamente, São Luís estabeleceu para Paris e para as grandes cidades do reino estatutos legais e uma polícia. Durante seu reinado as cidades prosperaram, passando a contribuir para o fisco consoante seu desenvolvimento econômico e o grau de riqueza de seus abastados.[332]

Até a época de São Luís, a administração de Paris era dividida em dois prebostados (entregues, em regra, aos que podiam pagar mais). Um dos prebostes tinha as atribuições judiciárias próprias de um bailio, enquanto o outro era responsável pela tributação. No entanto, a dois passos do Palácio Real, os dois prebostes se comportavam como dois feudatários abusivos, prejudicando, por vezes, os pequenos e facilitando a vida dos

329 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, pp. 221-222.

330 Richard, parte III, cap. I, p. 324.

331 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 224.

332 *Ibid.*, 2010, 3ª parte, cap. IV, p. 587.

Digitalizado com CamScanner

mais ricos.[333] Naturalmente, o santo rei não poderia tolerar este estado de coisas na cidade que, ele entendia, devia ser o modelo para todo o reino, e pôs-se a empreender reformas.

Em 1256, com efeito, fundou em Paris uma patrulha, um corpo policial composto por vinte agentes a cavalo e quarenta a pé, responsável por garantir a ordem nas ruas da capital e gerir a organização das corporações de ofício.[334]

Diz Joinville que, para melhorar a administração de Paris e abolir os maus costumes com os quais o povo frequentemente era oprimido, São Luís fundiu as atribuições dos dois prebostes em um único cargo, demitiu os então ocupantes e pôs-se a procurar "por todo o reino e por toda a terra onde pudesse encontrar um homem que fizesse o bem e a justiça, que fosse rígido, e que não poupasse mais os ricos do que os pobres".[335] A escolha recaiu sobre Étienne Boileau, um dos mais notáveis funcionários de São Luís, homem de origem humilde, dotado de múltiplas virtudes, que contava com a mais sincera e devida admiração do rei.[336] No cargo de "grande preboste" de Paris, no qual foi investido em 1261, Boileau pôs-se a reconstruir o Châtelet — ou o "grande Châtelet de Paris" — na entrada da Grande Ponte, a fim de fiscalizar o fluxo de pessoas, e reorganizou a justiça na cidade, tornando-a mais equânime. [337] Ao ser investido preboste de Paris, Boileau recebeu de São Luís a ordem de que "nenhum malfeitor, ladrão ou assassino permanecesse em Paris". Boileau realizou com dedicação essa incumbência, prendendo e julgando os culpados, expondo-os no pelourinho da cidade e os castigando com tanta diligência e

---

333 Narra detalhadamente Joinville (parte II, §§715-716) a situação de corrupção tirânica que reinava no prebostado de Paris antes das mudanças de São Luís.

334 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 214.

335 Joinville, parte II, §717.

336 Cassard, parte I, cap. III, p. 175. Richard, parte III, cap. I, pp. 298-299.

337 Bordonove, parte V, cap. 3, p. 252.

rigor que, conclui Joinville, de fato, "nenhum malfeitor, ladrão, assassino ousou permanecer em Paris".[338]

A respeito da política do rei para com as outras cidades do reino, escreve Bordonove:

> O crescimento da população e da riqueza era perceptível desde os tempos de Filipe Augusto. Isso preocupava os legistas do rei, que ainda não sabiam por quais meios legais se poderia as inserir no sistema governamental. Seu poder [das cidades do reino], o espírito particularista que as animava, embaraçava Luís IX. Ele procurava, como era justo, encorajar seu desenvolvimento, mas ao mesmo tempo controlá-las mais diretamente e tirar delas recursos proporcionais aos seus rendimentos. Ele julgava que essas cidades que extraiam seus rendimentos da produção dos campos que as cercavam e aproveitavam da paz interior e exterior do reino, deveriam ter uma verdadeira participação na vida comum. Ele as sabia, também, pelos inquéritos, mal administradas, submetidas às duras oligarquias burguesas. [...] Ele queria dar um remédio a esses desvios e aumentar seu tesouro. Fiel aos métodos de seus avós, ele não apressou as coisas e confirmou de bom grado os privilégios e exceções que seus predecessores concederam. No entanto, em 1262, ele promulgou duas ordenanças, uma concernente às cidades normandas, outra, às cidades da Île-de-France. O rei estipulava que a renovação dos prefeitos seria anual, em todo 29 de outubro, dia de São Miguel. Estes prefeitos seriam livremente eleitos. Mas os *échevinages*[339] normandos deveriam apresentar uma lista tríplice para que o rei escolhesse um dos listados.[340]

O esforço de São Luís também se enquadra, diz Lévis-Mirepoix, "em dar ao mundo do trabalho as armas das quais a Revolução o despojaria".[341]

---

338 Joinville, parte II, §717. Cassard, parte I, cap. VIII, p. 424.

339 Representantes municipais.

340 Bordonove, parte V, cap. 3, pp. 255-256.

341 Lévis-Mirepoix, cap. V, p. 120. Os trabalhadores na Idade Média eram agrupados em fortes sociedades protetoras, as corporações de ofício, que um dia a Revolução Francesa poria no chão.

Digitalizado com CamScanner

Outrossim, preocupado com a massa trabalhadora que abundava na capital em constante crescimento, São Luís mandou que Étienne Boileau redigisse um livro extraordinário, o *Livre des métiers, o Livro dos Ofícios*, cujo objetivo era a organização corporativa das profissões para, na expressão de Bénouville, "preservar o homem para que nunca fosse dominado nem pela matéria que sujeita à sua vontade, tirando dela o que lhe é necessário, nem pela lei da produção, cujas linhas essenciais se esboçavam e pareciam querer limitar o horizonte humano". Acrescenta o mesmo autor que:

> Tudo é previsto nesta obra meditada que foi e continua a ser a carta do trabalho francês: a qualidade dos produtos, a honestidade do fabrico, a facilidade das transações comerciais, o modo de formar companheiros e mestres e de permitir que os primeiros sucedam aos segundos. As horas de trabalho estão desde então limitadas por uma regulamentação firme e hábil [...]. O trabalhador era assim integrado no sistema medieval, onde era considerado como colaborador, como o companheiro do patrão cujo labor partilhava. O sentido sacral do trabalho, que tem por fim não somente alimentar o homem, mas também, vinculando-o a um dever comum, de o levar a enfrentar a provação momentânea com um espírito fraternal e de lhe dar através dele o sentido perdido da comunhão espiritual, estava antes de tudo o mais.[342]

A regulamentação das horas de trabalho, algo inédito na história, foi fruto da preocupação sincera de São Luís para com a classe trabalhadora. Seria a Revolução Francesa — que extinguiu as corporações — a revogar tal gênero de regulamentação.

Mas e quanto aos camponeses, essas massas humanas imensas que compunham a maioria de seus súditos? Escreve Daniel-Rops que devem ter calado fundo no espírito do santo rei as palavras que ouvira um dia o cardeal o cardeal Jacques de Vitry (ca.1165-1240) pronunciar do alto de um púlpito: "A verdadeira nobreza é a da alma; nós não nascemos, uns de

---

342 Bénouville, cap. VI, pp. 195-197.

pais de ouro ou de prata, outros de pais de barro; não viemos uns da cabeça, outros do calcanhar; descendemos todos do mesmo homem e todos saímos de suas entranhas!"[343] Também os camponeses, destarte, mereciam sua atenção.

Le Goff admite que o reinado de São Luís deve ser considerado um período de melhoria da condição camponesa na França.[344] Foi ainda uma época de progressiva emancipação dos servos, sobretudo a partir de 1246. Com efeito, praticamente todos os domínios do rei tiveram servos emancipados entre 1246 e 1263. O exemplo foi seguido por senhores de todo o reino. Para encorajar os que hesitavam, São Luís ofereceu ajuda econômica para que todos os servos da França fossem desobrigados em relação aos seus senhores e pudessem se locomover para onde quisessem dentro do reino. Isso, somado ao apoio que dava aos pobres, à proteção que proporcionava aos camponeses em relação aos maus senhores, às injustiças que corrigia diretamente ou mediante seus encarregados, à sua abertura pessoal aos que precisavam de seu socorro, e à prosperidade material que o reino alcançou em sua época, fizeram de São Luís o "melhor amigo da classe trabalhadora".[345]

9. A CULTURA E O PENSAMENTO

Em uma carta a Carlos Magno, em 798, Alcuíno de York dissera que a França poderia um dia se converter em uma "nova Atenas", muito superior, graças à doutrina cristã, à grande cidade grega. Conclui Duby, com efeito, que Paris finalmente se tornara para o mundo medieval, desde o final do século XII e durante o reinado de São Luís, "uma nova Atenas".[346]

Escreve Lévis-Mirepoix que, em três épocas de sua trajetória a França exerceu influência preponderante no pensamento e na cultura

343 Daniel-Rops, t. 3, p. 330.

344 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. IV, p. 584.

345 Daniel-Rops, t. 3, p. 330.

346 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 178.

Digitalizado com CamScanner

europeias: "A época de São Luís, a época de Luís XIV e a época da Revolução. Quer amemos ou não qualquer uma dessas épocas, é fato que todo o pensamento da Europa esteve, em cada um destes três períodos, voltado para França."[347]

O "século de São Luís" foi uma era de renovação cultural, intelectual e artística, um destes momentos decisivos da história em que, a partir de um admirável desabrochar criativo, todo o legado de uma civilização se cristaliza e é ordenado:

> É a ocasião em que Robert de Sorbon, capelão do rei, cria o colégio que se tornará célebre até hoje — a *Sorbonne*. É a ocasião em que todo o reino da França — e sobretudo, em Paris, toda a colina de Santa Genoveva — se cobre de institutos, colégios e casas de estudantes. É a ocasião em que se erguem as torres de Notre-Dame de Paris e as suas capelas laterais, em que Chartres reconstrói sua catedral, destruída pelo incêndio de 1194, e em que os canteiros de obras de Reims, Bourges, Amiens, Beauvais e Rouen trabalham incansavelmente. É finalmente o tempo em que, como símbolo deste reino, e dirigindo-se como ele para o céu, se ergue, para abrigar a mais santa relíquia, a Coroa de espinhos, essa aérea audácia de pedra cinzelada e de misteriosos vitrais que se chama Sainte-Chapelle.[348]

Paris era dotada de uma primazia intelectual universalmente admitida. Nos múltiplos centros de estudo da cidade, desde as escolas monásticas até o que seria mais tarde a Universidade, sentavam-se juntos estudantes de diversas origens (filhos de nobres e de camponeses), de todas as regiões da Cristandade (escandinavos, alemães, ingleses, italianos, ibéricos, franceses e até bizantinos e levantinos) e de idade (havia alunos de desde treze a trinta e cinco anos).[349]

---

347 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 32.

348 Daniel-Rops, t. 3, p. 32.

349 Duby, 1970, parte I, cap. XI, pp. 178-179.

Digitalizado com CamScanner

São Luís, homem apaixonado pelo saber, deu impulsionamento à renovação intelectual que era a marca de seu tempo. Gastava valores exorbitantes com o sustento de franciscanos e dominicanos em Paris, assim como de muitos estudantes pobres para que, se formando nas ciências sacras, se dirigissem "ao mundo inteiro para expandi-las pelo amor de Deus e a salvação das almas", conforme suas próprias palavras.[350]

O santo rei foi um grande patrono daquela que mais tarde seria chamada Universidade de Paris.[351] Em 1229, ainda no início do seu reinado, após um problemático conflito nas escolas da universidade que ameaçava fechar as faculdades de letras e filosofia, o futuro santo rei, "temendo que tão grandes e tão ricos tesouros se afastassem do reino", reconciliou os conflitantes e reorganizou os estudos na universidade.[352] Mais tarde, foi mecenas do padre Robert de Sorbon, seu conselheiro, na fundação daquela que ficaria conhecida como "Sorbonne". Sob o patrocínio de São Luís, na década de 1260, avançaram, na dita instituição, os estudos em direito, teologia, filosofia e artes liberais.[353] Acentue-se, ademais, que o santo rei desejava ardentemente que os frades mendicantes — dominicanos e franciscanos — estivessem nas cátedras universitárias e que foi por seu intermédio que Roma concordou em mantê-los nessas posições.[354]

No tempo de São Luís lecionavam em Paris os maiores intelectuais da época, como Santo Tomás de Aquino, São Boaventura e o menos conhecido inglês Alexandre de Hales, franciscano discípulo de Boaventura,

---

350 Beaulieu, cap. 19, §4.

351 As origens da Universidade de Paris remontam ao século XII. Ela surgiu da união de várias escolas monásticas da cidade. Sob o Papa Urbano III (pp. 1185-1187), a Santa Sé já a reconhecia. Recebeu direitos dos papas em 1210 e 1248 (Hergenröther, t. III, c. 311, p. 254). O avô de São Luís, Filipe Augusto, teria pressentido, diz Le Goff (2010, 1ª parte, cap. I, p. 105), a importância de ter em Paris um centro de estudos superiores que pudessem "trazer glória, saber e 'altos funcionários' clérigos e leigos para a realeza", razão pela qual apoiou a universidade desde sua gênese.

352 Nangis, cap. 46.

353 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 179.

354 Bordonove, parte V, cap. 5, pp. 269-270.

Digitalizado com CamScanner

que escreveu uma Suma Teológica na qual aplicou a filosofia de Aristóteles a um contexto agostiniano quiçá neoplatônico.[355] Tudo isso trazia tamanha glória à capital real que se dizia que "a Itália tem o papa, a Alemanha o imperador, mas a França tem a universidade". Roma era a capital religiosa da Cristandade, mas sob São Luís, Paris era a capital intelectual.[356]

Desde o século XII, Paris era o palco das grandes *disputationes*,[357] e desde a aurora do século XIII foi o local em que se forjaram as grandes, exaustivas e sistemáticas "sumas" da teologia escolástica, como que catedrais do conhecimento apoiadas na autoridade magisterial da Igreja e dos Santos Padres, dedicadas a conciliar e clarificar o pensamento das grandes autoridades doutrinárias com rigor linguístico, lógico e dialético, sempre de modo ordenado e metodicamente dividido. Terá o leitor consciência de que grande parte da *Suma Teológica* de Santo Tomás foi escrita a alguns quarteirões do palácio de São Luís?

O clima intelectual daquele tempo não era, ao contrário do que se pode cogitar, abstrato e subtraído da realidade. Com efeito, a mente ocidental não fora ainda penetrada pelos parasitas intelectuais do nominalismo de Ockham, do racionalismo de Descartes e do idealismo de Kant. Na escola e nas estradas, os grandes pensadores, os grandes filósofos e teólogos observavam com atenção a natureza e viam-na sempre submissa

---

355 Bouchet, 1998, cap. II, p. 41.

356 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. I, p. 105.

357 Naquele tempo, o ensino era ministrado sobretudo na forma de comentários de textos (*lectiones*), na crítica dialética em busca de uma solução para um problema (*determinatio*), mas também pelas discussões que, conduzidas pelo mestre, opunham uma autoridade à outra (*quaestiones*). No entanto, o que mais atraía as atenções, sobretudo de curiosos, era a *disputatio* —gênero de discussão que ultrapassava o âmbito acadêmico —, na qual um mestre colocava em xeque sua própria reputação para resolver não importa que matéria fosse levada a ele. Esse exercício poderia ser estéril e cair no simples silogismo, diz Duby (1970, parte I, cap. XI, p. 179), no entanto, ao levar os métodos de investigação acadêmica para a praça pública, ou seja, possibilitando que o povo comum tivesse acesso aos métodos escolásticos, as *disputationes* "disseminavam hábitos mentais, padrões intelectuais que ajudavam as pessoas comuns a resolverem, conscientemente ou não, muitos problemas particulares".

Digitalizado com CamScanner

às leis e ordenada conforme princípios instituídos pelo Criador... os professores universitários, os alunos das escolas monacais e episcopais, os intelectuais de toda parte sempre se lembravam — sobretudo após as lições dos mestres da Abadia de São Vítor — de contemplar no céu e na terra a ordem que testemunhava o esplendor divino, e com o redescoberto Aristóteles buscavam compreender as leis que regiam o mundo sensível, mas sem tirar o coração das realidades invisíveis e imutáveis:

> Bispos e teólogos insistiram sobre a qualidade de uma criação que os hereges cátaros condenavam. Quando os franciscanos chegaram a Paris, os fizeram perceber a harmonia e a fraternidade dos pássaros, das flores e das estrelas. Professores seculares e dominicanos propunham um universo de claridade, de realidades inteligíveis [...] Eis porque o reinado de São Luís foi o tempo dos astrônomos, dos naturalistas e dos geômetras, das "sumas", dos "espelhos", das enciclopédias e dos inventários. [...] Alberto Magno, inventariando o conhecimento de seu tempo, descrevia metodicamente a flora dos países renanos e corrigia Aristóteles. O picardo Pierre de Maricour publicava um tratado sobre o ímã; Villard de Honnecourt esboçava máquinas em seus cadernos [...].[358]

São Luís trouxe para junto de si o grande sábio dominicano, uma dessas grandes inteligências enciclopédicas do século XIII, frei Vincent de Beauvais (1184-1264), e o encarregou de coordenar a elaboração de grandes obras pedagógicas e científicas. Sob seu patrocínio, Beauvais produziu a coleção educacional e enciclopédica mais vasta do século XIII, expressa em três obras. A primeira foi o *De eruditione filiorum nobilium*, livro oferecido à rainha Margarida para orientar os tutores das crianças da família real. Foi terminado entre 1246 e 1249 e era a compilação de trechos seletos sobre a formação intelectual e moral dos meninos, sobre a seleção dos mestres, sobre métodos de disciplina, sobre a educação das meninas, sobre a conduta social dos adultos, sobre os estados de viuvez

---

358 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 180.

Digitalizado com CamScanner

e da virgindade. Para São Luís, Beauvais escreveu o *De morali principis institutione*, uma longa obra sobre a natureza do poder secular e sobre o príncipe ideal. Mas foi a terceira obra a que o santo rei impulsionou com mais fervor, obra essa que impressiona por ser expressivamente maior do que a *Suma Teológica* de Santo Tomás e pela amplitude de temas que explora: o *Speculum maius*, o "Grande Espelho".[359]

O *Speculum maius*, a maior e principal obra enciclopédica da Idade Média, foi escrita a partir de 1256 por Vincent de Beauvais com o auxílio de duas equipes — uma de cistercienses e outra de dominicanos — e do próprio São Luís, que reuniu para ele uma imensa biblioteca com vastas fontes. O rei forneceu os meios pecuniários para sua elaboração e deu a Beauvais acesso às bibliotecas monásticas onde estavam conservados os manuscritos mais raros. Também Margarida da Provença e o genro do rei, Teobaldo de Navarra, encorajaram frei Vincent de Beauvais. O *Speculum maius* foi concluído em 1259 e se subdivide em quatro partes: (a) o *Speculum historiale*, com 3.794 capítulos em 31 livros, contando cronologicamente a história da humanidade desde Adão e Eva até 1250; (b) o *Speculum naturale*, com 3.736 capítulos em 32 livros, versa sobre astronomia, geologia, botânica, zoologia, higiene etc.; (c) o *Speculum doctrinale*, com 2.354 capítulos em 17 livros, uma suma dos conhecimentos escolásticos e mecânicos da época, abordando gramática, lógica, economia, política, direito, medicina, física, teologia, tecelagem, agricultura, arquitetura, alvenaria, artes marciais, comércio, culinária, ferraria, metalurgia etc.; (d) e, por fim, o *Speculum morale*, dedicado à moral.[360]

O santo rei teve papel indireto na difusão do livro e na evolução da iluminura. Ele manteve um ateliê de iluminuras, cuja produção sobrevivente manifesta, diz Cassard, uma qualidade extraordinária.[361] Nos seus princípios carolíngios, a arte da iluminura se inspirava na arquitetura e, desde o alvorecer do segundo milênio, no vitral. Seus personagens

---

359 Nunes, cap. IX, p. 292.

360 Nunes, cap. IX, pp. 292-293. Richard, parte III, cap. IV, p. 433.

361 Cassard, parte I, cap. VI, p. 336.

Digitalizado com CamScanner

permaneciam convencionais nos gestos, atitudes e vestimentas. Pouco a pouco, a riqueza da decoração gótica, vegetal ou floral, envolveu as iluminuras, espalhando-se pelas margens das páginas como uma grande trepadeira florida. Isso é o que se percebe, outrossim, do que se produziu no ateliê financiado por São Luís. A arquitetura mesma, agora preenchida de rosáceas, de gárgulas, de pináculos, refletia suas mudanças nas iluminuras. Os personagens eram agora mais variados, mais expressivos, mais próximos da realidade, diríamos, mais animados, e até adaptados aos hábitos e às vestes da época. Doravante, os soldados e príncipes da Bíblia eram representados como cavaleiros medievais, com seus brasões e estandartes; e o colorido próprio da vida medieval refletia-se na profusão de cores brilhantes que os artistas imprimiam nos seus delicados desenhos.[362]

No reinado de São Luís outras universidades foram fundadas, as escolas se multiplicavam, e o francês tornava-se a língua oficial em todas as cortes e escolas da Europa. Pode-se dizer, com o cardeal Eudes de Châteauroux, grande amigo de São Luís, que "a França era o forno onde se assava o pão intelectual do mundo inteiro".[363]

"Jamais," arremata Bordonove, "a França brilhou mais perante o mundo do que quando era governada por São Luís".[364]

10. São Luís e a Catedral

Escreve Bordonove que São Luís foi, ainda, construtor, "verdadeiro mestre de obras, conhecedor tanto de arquitetura religiosa quanto de arquitetura militar, ao mesmo tempo místico e realista".[365] Assim como o escritor preenche seu livro com iluminuras douradas e azuis, São Luís iluminou seu reino com belas abadias e catedrais.

---

362 Bordonove, parte VI, cap. 2, p. 289.

363 *Apud* Bordonove, parte V, cap. 5, pp. 270-271.

364 Bordonove, parte V, cap. 5, p. 271.

365 *Ibid.*, parte VI, cap. 2, p. 288.

Remonta ao tempo dele, diz o mesmo autor, "este extraordinário movimento de fervor coletivo, de entusiasmo irresistível, do qual não se pode não pensar que foi São Luís o inspirador e o animador". Essas flechas, esses pináculos, estas fachadas povoadas de santos, estas rosáceas brilhantes, essas "florestas de pilares semelhantes a árvores unidas no topo nas veias de seus galhos,"[366]ali estão incrustrados as aspirações dos homens daquele tempo, os impulsos que os arremetiam ao alto, a esperança que alimentava suas vidas e que se manifestava em cada pedra posta naqueles imensos edifícios erguidos à glória de Deus.

Nos dias de São Luís, Jean de Chelles transformava e concluía soberbamente Notre-Dame de Paris, inserindo a fachada gótica com sua imensa rosácea. Reconstruíam-se as catedrais incendiadas de Rouen, Reims, Coutances, Amiens, Beauvais, Châlons-sur-Marne. A catedral de Auxerre era totalmente refeita. Construía-se a de Clermont. Concluíam-se as de Bourges, Lyon, Troyes, Tours e Senlis. Trabalhava-se nas de Sens, de Meaux, de Soissons, de Laon, de Lisieux, de Bayeux, de Évreux, de Cambrai, de Arras, de Bolonha, de Metz, de Estrasburgo, de Toul, de Bayonne. Elevavam-se o admirável claustro do Monte Saint-Michel, a igreja colegial de Saint-Quentin, as capelas de Saint-Germain-en-Laye, os coros de Saint-Germain-l'Auxerrois, em Paris, e de Saint-Urban de Troyes. Em muitas dessas igrejas com colaboração direta do santo rei, em especial nas catedrais de Paris, de Reims, de Bourges e de Amiens e, é claro, da Sainte-Chapelle, essa "joia do gótico", pensada por São Luís em cada um de seus detalhes.[367]

Quando sobre a França reinava São Luís, os cristãos de toda parte, impressionados com aquele novo estilo francês que remontava ao século anterior — o gótico — e como que descobrindo nele os desejos de seus próprios corações, importaram-no. Por toda a Cristandade, os bispos formados na Universidade de Paris chamavam os artistas parisienses

366 *Ibid.*, parte VI, cap. 2, p. 286.
367 *Ibid.*, parte VI, cap. 2, p. 286.

para ornar suas igrejas, e os arquitetos picardos ou de Champagne para reconstruir suas catedrais. Eis, então, que arquitetos franceses são convocados para Alemanha, Itália, Escandinávia, Espanha, Inglaterra, e para lá deslocam-se com seu grupo de aprendizes e de escultores. Um destes arquitetos, Villard de Honnecourt, participa da reconstrução da catedral de Cambrai, e depois na de Magdeburgo, na Alemanha, direciona-se, por fim, para a Hungria, onde edifica as catedrais de Cassóvia e de Esztergom. Um de seus confrades, Martin Ravegy, constrói a igreja de Calocza, também na Hungria. Na Alemanha, as torres de Bamberg reproduzem as de Laon, e homens vindos de Amiens e de Reims dirigem os canteiros de obras de Tréveris e de Colônia. No reino de Castela, as catedrais de Leão, Burgos e de Toledo reproduzem as de Le Mans, de Chartres e de Bourges. Outros artistas franceses vão para a Inglaterra, reconstroem, em Londres, a Abadia de Westminster (cujo coro é uma nítida reprodução das maneiras da Île-de-France), e edificam as catedrais de Lincoln, Salisbury, York e Wells. Outros vão para a Noruega e outros, ainda, para Suécia, onde constroem as catedrais de Bergen, de Trondhjem e de Uppsala. Esses obreiros são vistos mesmo na Itália, para onde papas franceses os convocam. Vê-se a extensão da influência francesa na Toscana, no Piemonte, em Nápoles.[368]

As catedrais, estes atos de fé em pedra, revelavam aquela harmonia através da qual o homem medieval, do qual São Luís é a maior expressão, enxergava o cosmos. Nos seus pórticos e nos frisos, diz Duby, os pássaros cantavam a harmonia da criação... no centro do universo, e em paz com ele, Deus encarnado está entre suas criaturas, todas elas, grandes e pequenas, ordenadas a Ele. E o cristão também está ali, com proporções harmoniosas, atitudes verossímeis e expressões exatas, dotado de um olhar iluminado pela proximidade da Virgem e dos santos e pela certeza da redenção:[369]

---

368 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 183. Bordonove, parte VI, cap. 2, pp. 287-288. Bénouville, cap. VI, pp. 198-199.

369 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 180.

> Pois o ensinamento que a catedral oferece aos fiéis é essa imensa "pregação muda" das suas fachadas. Sob os pórticos solenes e portais profundos, profetas e patriarcas, apóstolos, papas, bispos e doutores, santos combatentes e monges, testemunham a criação do mundo e a missão confiada à Igreja. No centro do pórtico, Deus encarnado recebe os fiéis e ordena os padres em torno de sua soberana majestade, como o bispo em sua catedral. No tímpano, o Cristo, triunfante sobre a morte, coroa sua Mãe, soberana da Igreja, corredentora[370] e triunfante, em Senlis, em Chartres, e mais ainda em Reims... um hino mariano. Hino polifônico no qual, num total domínio da pedra, se harmonizam a plenitude de Chartres, a calma grandiosa de Paris, a humanidade sobrenatural de Amiens e a elegância audaciosa dos anjos que sorriem...[371]

Os muros, diz Bouchet, "tão logo abandonavam o solo, se esvaziavam de toda matéria, estiravam-se e aligeiravam-se até se tornarem transparentes nos jogos de luzes de vitrais", e, em seguida, "se ramificavam nas ogivas dos tetos e pareciam perder-se no céu", enquanto "o entrecruzamento das abóbadas abraça as imensas naves e as sustém em seu equilíbrio."[372] Bouchet afirma, adequadamente, que é tudo isso uma visão da existência cristã. Mas não é, sobremaneira, uma visão da existência de São Luís, que vislumbra mais do que todos um reino, uma Cristandade, um universo em que cada parte é essencial ao todo, e em que a menor das manifestações da existência encontra seu ponto de apoio e sua finalidade em Deus?

Diz com maestria Bordonove que, se os homens que construíram as catedrais tiveram um rei à sua imagem, São Luís foi este rei. Ele foi, com efeito, um rei de catedral: "a chama que ardia em seu coração, este ideal de

---

370 O autor usa a palavra "*salvatrice*", expressão francesa para "salvadora", palavra que não designa na tradição católica o papel desempenhado pela Virgem Maria.

371 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 182.

372 Bouchet, 2021, cap. III, pp. 188-190.

beleza e de ascensão espiritual que era sua regra de ouro" era a razão de ser da catedral medieval.[373]

A par da Sainte-Chapelle, é na Basílica de Saint-Denis, célebre igreja anexa ao mosteiro beneditino do mesmo nome, que permanece a marca definitiva de São Luís.

Aquela igreja tão cheia de sentido, além de local de sepultamento do mártir São Dionísio, santo padroeiro de Luís IX e da França, é a necrópole real francesa, o mausoléu dos reis e rainhas da dinastia do santo rei e das duas anteriores. Tal qual todo medieval, São Luís era apegado às coisas de linhagem e de genealogia,[374] mas também valorizava sobejamente a tradição real da qual era herdeiro. Tinha, em razão disso, grande apreço por Saint-Denis, lugar tanto de descanso de sua família, quanto símbolo de continuidade dinástica ao abrigar os ossos de membros das três dinastias: Merovíngia, Carolíngia e Capetiana.[375]

---

373 Bordonove, parte VI, cap. 2, p. 286.

374 Bloch, 2019, t. I, livro II, pp. 136-138.

375 O primeiro dentre os **Merovíngios** sepultados em Saint-Denis foi a rainha *Aregunda* (†ca. 570), esposa de Clotário I. Após a reconstrução da igreja no século VI, foram transladados para lá os corpos do rei *Clóvis I* (†511), do rei *Childeberto I* (†558), da rainha *Fredegunda* (†597), esposa do rei Chilperico I. Foram lá sepultados ainda o rei *Dagoberto I* (†639), sua esposa a rainha *Nantilde* (†642) e seu filho o rei *Clóvis II* (†657). Com os **Carolíngios** os enterros em Saint-Denis aumentaram: *Carlos Martel* (†741), fundador da dinastia; seu filho o rei *Pepino, o Breve* (†768) e a esposa deste, a rainha *Berta de Laon* (†783) foram inumados lá. O rei *Carlomano I* (†771) também foi sepultado em Saint-Denis. Mais tarde, o rei *Carlos II* (†869) escolheu a abadia como seu local de sepultamento, assim como de sua esposa a rainha *Ermentrude de Orleans* (†884). Os últimos carolíngios a serem sepultados lá foram os reis *Luís III* (†882) e *Carlomano II* (†884). Com os **Capetianos**, Saint-Denis tornou-se de fato o mausoléu da família real: o rei *Odo* (†898) foi enterrado em seu interior, assim como seu sobrinho *Hugo, o Grande,* duque dos francos (†956). Posteriormente o filho deste último, rei *Hugo Capeto* (†996) foi inumado em Saint-Denis, seguido de sua esposa, a rainha *Adelaide da Aquitânia* (†1004). Foram em seguida sepultados na abadia o rei *Roberto II* (†1031) e sua terceira esposa a rainha *Constança de Arles* (†1032), o rei *Henrique I* (†1060) e sua primeira esposa a rainha *Matilde da Frísia* (†1044), o príncipe *Filipe* (†1131) e seu pai o rei *Luís VI* (†1137). Também foram enterradas lá duas das esposas de Luís VII: a rainha *Constança de Castela* (†1160) e a rainha *Adélia de Champagne* (†1206). Os reis *Filipe II* (†1223) e *Luís VIII* (†1226), pai e avô de São Luís,

Digitalizado com CamScanner

Aquela igreja estava a ponto de colapsar no início do seu reinado e, para impedi-lo, realizou uma decisiva reforma que a manteve de pé.[376] Entretanto, foi nos últimos anos de sua vida, entre 1263 e 1264, que ele empreendeu a sua mais notável interferência no edifício, executando o que Le Goff chama de "o maior programa funerário da Idade Média", pelo qual organizou, restaurou e esculpiu dezesseis túmulos para os reis e rainhas da França mortos entre o século VI e XIII.[377] Reorganizando os túmulos de Saint-Denis, diz Cassard, São Luís melhor sublinhou "a continuidade do sangue real desde que Clóvis recebera o batismo das mãos de São Remígio em Reims, tornando-se, assim, o primeiro rei católico do Ocidente, e erigindo os francos em novo povo eleito de Deus".[378] Os Capetianos, do qual São Luís foi o maior, desejavam enfatizar serem os herdeiros desta longínqua epopeia, renovada por Carlos Magno em seu tempo, e continuada por eles. Assim, o santo rei, ao reorganizar os túmulos, partilhou a igreja entre as três casas reais: o deambulatório foi reservado aos merovíngios, de Clóvis; o transepto direito aos carolíngios, de Carlos Magno; e o transepto esquerdo aos capetos, sua dinastia. No centro, manteve os túmulos de seu avô, Filipe Augusto, e de seu pai, Luís VIII, como que unindo na monarquia de seu tempo as três linhagens.[379]

Definindo, ademais, que em Saint-Denis seriam sepultados somente reis e rainhas, não príncipes, para cujo repouso destinou Royaumont,[380] opina Richard "que não é uma necrópole familiar que São Luís quis estabelecer em Saint-Denis, mas uma necrópole real".[381]

---

foram os últimos a serem sepultados em Saint-Denis antes da reforma promovida pelo santo rei.

376 Nangis, cap. 7, §§1-2.

377 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, pp. 258-259.

378 Cassard, parte I, cap. III, p. 139.

379 *Ibid.*, parte I, cap. III, p. 154. O próprio São Luís seria sepultado ali, entre o pai e o avô.

380 Condet, *Epístola* II.

381 Richard, parte III, cap. IV, p. 435.

Há um significado político nessa obra funerária de São Luís, mas "político" no melhor sentido do termo: a preservação, a valorização e até a exaltação do que de mais valioso as gerações anteriores legaram às presentes nas pessoas de seus reis. Existe naquele vasto complexo tumular organizado por ele aquele sentimento de continuidade e harmonia intergeracional tão caro aos medievais e sem o qual não se entende a existência de um povo enquanto tal. Quando São Luís se dedicou a conferir novos túmulos a reis mortos há tantos séculos, dando um novo impulso a uma tradição que se firmaria inarredavelmente (depois dele, todos os reis até o século XIX, à exceção de três,[382] seriam sepultados em Saint-Denis), ele reconhecia existir um elo entre o presente e o passado, lembrando os vivos de atentarem-se às lições dos que se foram e procurando, ademais, legar aos pósteros o que de melhor foi construído até então. O sentido político ali impresso é, em suma, o de continuidade e de tradição, de perenidade e de perpetuidade. Não sem razão, Saint-Denis tornou-se símbolo não apenas da monarquia, mas da história da nação francesa, do legado das quarenta gerações que fizeram a França.[383]

---

382 O rei Luís XI (r. 1461-1483), enterrado na Basílica de Notre-Dame de Cléry; o rei Carlos X (r. 1824-1830), morto no exílio e único rei francês sepultado fora da França, no Mosteiro de Kostanjevica, na Eslovênia; e o rei Luís Filipe (r. 1830-1848), sepultado no Capela Real de Dreux.

383 É por isso que os revolucionários de 1789, preocupados em demolir tudo quanto havia sido construído até então, empreenderam um vasto programa de profanação dos restos mortais e destruição das sepulturas de 170 reis, rainhas, príncipes e princesas sepultados em Saint-Denis. Em 1793, eles recolheram os ossos dos monarcas falecidos e de suas famílias, atiraram-nos em valas comuns e destruíram muitos dos belíssimos túmulos. No século XIX, no entanto, foi levada a cabo uma vasta obra de restauração do que o barbarismo havia destruído: os ossos foram colocados em doze grandes caixas nas quais foram inscritos os nomes dos falecidos; e alguns túmulos da basílica, com as estátuas que São Luís mandou esculpir, foram restaurados e reorganizados. Quem hoje visitar Saint-Denis poderá contemplar restaurado o trabalho do santo rei, com as estátuas jacentes de seus familiares do jeito que ele desejou. Está alterada, no entanto, a organização dos túmulos: com efeito, se no deambulatório ainda estão os sepulcros dos merovíngios, e se no transepto direito ainda estão os carolíngios, os Capetos (muito mais numerosos) estão espalhados em toda parte: os Capetos diretos e os Valois estão tanto no transepto direito

Digitalizado com CamScanner

No tempo de São Luís, ressalte-se, houve outras iniciativas dedicadas à preservação dessa tradição histórica francesa. Nos dias dele se vê, outrossim, a composição das primeiras obras históricas que apresentam a "história do reino da França" e da linhagem real em toda a sucessão dos tempos. É no século XIII que surge a famosa lenda que ligava a casa real francesa à família real troiana, e é no tempo de São Luís que o abade de Saint-Denis — Mathieu de Vêndome — que era, ademais, um dos conselheiros do rei, encarregava um de seus monges de compilar em um manuscrito único uma série de obras que formariam as "*Grandes Chroniques de France*".[384] Ademais, a parte histórica do *Speculum maius* de Vincent de Beauvais é, em grande medida, dedicada à história francesa e aos reis franceses.[385]

Mas há um significado mais profundo na reorganização dos sepulcros reais de Saint-Denis: um sentido eminentemente religioso. Com efeito, além de exumar os restos mortais e rearrumar os túmulos, São Luís encomendou dezesseis magníficas estátuas jacentes que representam cada um dos monarcas falecidos. Cada uma destas belas estátuas — muitas das quais foram preservadas dos vandalismos da Revolução — ostenta o falecido rei ou rainha deitado em posição majestática, mas com os olhos abertos, observando o céu e a eternidade. Aquelas não são estátuas de mortos, mas de cristãos que repousam aguardando a ressurreição:[386]

> A reunião simultânea de todos esses reis e rainhas cuja vida se encadeou por seis séculos, cada um dos quais não terá conhecido a maior parte

---

quanto no esquerdo, há túmulos de Capetos diretos no deambulatório, enquanto os Bourbons ocupam a cripta.

384 Richard, parte III, cap. IV, pp. 431-322. As *Grandes Chroniques* incluem a "*História dos francos*", de Aimoin; as "*Gestas de Dagoberto*"; os "*Anais Carolíngios*"; a "*Vida de Luís o Piedoso*"; a "*História dos duques da Normandia*", de Guilherme de Jumièges; as "*Vidas de Luís VI e Luís VII*", de Suger; e as biografias de Filipe Augusto, de Rigord e Guilherme, o Bretão.

385 Richard, parte III, cap. IV, p. 433.

386 Duby, 1984, cap. 8, p. 126.

> dos outros, faz com que de agora em diante se encontrem juntos num eterno presente. A posição estirada, horizontal, de repouso, dessas estátuas jacentes, seus olhos abertos que falam da expectativa e da esperança da ressurreição os unem no futuro e no porvir. Um futuro tranquilo, o futuro do tempo que se ecoará entre sua morte e o Juízo Final, cada vez mais próximo, o futuro, afinal, da eternidade que buscam conhecer com suas pupilas vazias, mas abertas, esses mortos, mas vivos, prestes a converter sua glória terrestre sempre presente em uma glória celeste.[387]

Se no renascimento surgirá o hábito de se representar o defunto de pé, sentado, ou até mesmo ajoelhado, mas olhando para frente, para o mundo presente, os medievais — dentre eles São Luís — representavam seus mortos olhando para cima, para os reinos do alto.

Enfim, ao se observar as muitas estátuas tumulares de Saint-Denis, com aqueles potentados falecidos fitando o céu, ver-se-á o grande propósito deste rei que foi santo: a eternidade, para a qual ordenou não apenas sua vida, mas o seu reinado, orientando tudo o que lhe estava confiado ao primeiro princípio e ao fim último de tudo, que é Deus.

PARTE III
SÃO LUÍS E A PAZ

"Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus" (Mt 5,8). Além de governar conforme a justiça e buscar a instauração de uma ordem cristã, São Luís é lembrado por ter sido um rei que procurou a paz.[388] Não qualquer paz e com qualquer um, mas a *pax christiana*, aquela própria da *Cristandade*, a união internacional das nações cristãs sob a direção espiritual da Igreja Católica que encontrou, no século de São Luís e no anterior, sua máxima expressão, diz Pernoud:

---

387 Le Goff, 2010, 1.ª parte, cap. IV, pp. 258-259.
388 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 177.

Digitalizado com CamScanner

> Verificamos que nos séculos XII e XIII esta Europa tão dividida, tão perturbada quando de seu nascimento, atravessa uma era de harmonia e de união como ela nunca conhecera e não conhecerá talvez mais no decorrer dos séculos [...] Encontramo-nos perante uma Europa organizada; ela não é um império, não é uma federação; ela é: a Cristandade.[389]

São Luís compreendia que, dos reinos ibéricos aos estados italianos, dos reinos escandinavos aos feudos do Sacro Império, das ilhas britânicas aos países católicos da Europa central, dos estados latinos do Levante à França, todos faziam parte de uma única família e de uma única Igreja, não podendo encarar com naturalidade a guerra entre esses povos. Não que negasse que o conflito armado entre cristãos fosse, em muitos casos, justificável (ele próprio, no início do seu reinado, empreendeu campanhas contra barões revoltosos e contra o rei da Inglaterra), mas tinha ciência de que, se possível, a guerra intestina na Cristandade deveria ser evitada, vendo a rivalidade entre reinos cristãos como uma instigação demoníaca.[390]

Sob o prisma espiritual, via como disparatado o derramamento do sangue de um cristão por outro. Sob o ângulo estratégico, identificava a ilogicidade de lutarem entre si enquanto os inimigos da fé e da Civilização Cristã avançavam contra territórios cristãos. A essas duas razões pode-se acrescentar uma terceira: Luís IX, tanto nas suas campanhas contra os barões rebeldes e contra a invasão inglesa no início de seu reinado, quanto na sua intensa experiência de cruzado, sabia quão baixo a natureza humana podia cair em um ambiente de guerra, que convertia homens em bestas. Por consequência, recomendava ao seu filho e sucessor, o rei Filipe III, a recorrer a todos os meios possíveis para resolver um conflito antes de entrar em uma guerra, em razão dos "pecados que são nela cometidos". Enfim, São Luís considerava a guerra entre cristãos como um mal a evitar, e a paz como um ideal a realizar.[391]

---

389 Pernoud, 1981, cap. VI, p. 75.

390 Mateus Paris, t. IX, p. 29.

391 Richard, parte III, cap. II, pp. 325-326.

O santo rei reconhecia a si próprio e à sua França como pertencentes a uma mesma agremiação de povos, cuja unidade lhe competia defender. Vários episódios demonstram essa convicção. Com efeito, ao escrever ao sultão egípcio, antes de desembarcar em Damieta quando da Sétima Cruzada, São Luís aponta as vitórias dos outros reinos cristãos como suas, alicerçando seus avisos nos sucessos que nos últimos anos os reinos católicos da Espanha obtiveram contra os muçulmanos, com as conquistas de Córdoba (1236), Múrcia (1241), Jaén (1246) e Sevilha (1248) pelo rei Fernando III de Castela, perguntando ao sultão se aquilo não servia de lição aos islâmicos sobre o que a Cristandade era capaz de lhes infligir.[392] Ademais, durante o levantamento do valor do seu resgate após cair cativo no Egito, disse a seguinte frase: "*nós, ocidentais*, não calculamos em ouro como vós, orientais".[393] E ao retornar derrotado à França, lamentava: "Se eu sofresse sozinho o opróbrio e a adversidade, e se meus pecados não caíssem sobre a Igreja Católica, eu suportaria minha dor com firmeza. Mas, para infelicidade minha, *toda a Cristandade* foi coberta de confusão por minhas faltas."[394]

Porém, nada mais equivocado do que apontar São Luís, em razão de sua cosmovisão universalista e de suas iniciativas pacificadoras, como um "europeu" *avant la lettre*, como faz Bordonove.[395] O que o movia não é a convicção de pertencer à Europa, mas à Cristandade.

Como diz Zeller, São Luís retornou da cruzada, em 1254, mais poderoso do que se tivesse derrotado os sarracenos e conquistado seus reinos, graças ao seu cativeiro e às virtudes cristãs das quais dera prova.[396] É o que afirma Richard: "aquela cruzada, que acabara aparentemente em um fracasso, tinha deixado intacto o prestígio do rei, que eclipsava o do

---

392 Maalouf, cap. XIII, p. 270.

393 Mateus Paris, t. VII, p. 97.

394 *Ibid.*, t. VIII, pp. 64-65.

395 Bordonove, parte V, cap. 4, p. 259.

396 Zeller, cap. IX, p. 448.

Digitalizado com CamScanner

imperador até nos confins da Ásia central".[397] Consolidando este prestígio, São Luís se dedicará a evitar a guerra com seus vizinhos e selar acordos de paz; a cessar os conflitos internos na França; e a servir de árbitro entre os demais governantes do mundo cristão. Converter-se-á no mais respeitado rei do Ocidente e senhor moral da Europa, colocando-se, diz Duby, à cabeça dos religiosos que, naquele tempo, pregavam a concórdia entre os príncipes, esforçando-se para lutar contra a violência e para instaurar uma paz sólida no mundo cristão.[398]

1. A PAZ COM OS VIZINHOS

Nos primeiros anos de seu reinado, como visto nos capítulos 2 e 3, São Luís fora chamado à guerra contra outros Estados católicos. Em todas essas ocasiões fora forçado a isso, diz Le Goff, pelas "grandes disputas de longa duração que a história lhe legou", ou seja, por conflitos cuja gênese estava nos reinados de seus ancestrais. A disputa anglo-francesa, por exemplo, enraizava-se nos tempos de Guilherme I da Inglaterra e de Filipe I da França, cinco gerações antes de São Luís. O embate com o reino de Aragão tinha suas origens em Carlos Magno!

Sem demora, o santo rei procurará "eliminar os assuntos de conflito, estabelecer a paz, senão para sempre, pelo menos duradoura".[399]

a) A paz com Aragão

Desde há muito tempo a monarquia francesa via-se envolvida em disputas feudais com o Reino de Aragão, país no leste da Península Ibérica que se estendia dos Pirineus à Valência. Ao tempo de Luís, era governado pelo grande Jaime I, o Conquistador (r. 1213-1276) que, ao lado de seu descendente Fernando, o Católico, pode bem ser considerado o maior dos

397 Richard, parte II, p. 158.

398 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 177.

399 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 226.

monarcas aragoneses.[400] A causa do impasse entre os dois reinos, explicada em nota de rodapé,[401] resumia-se a mútuas reivindicações feudais: o rei da França reclamava suserania sobre certos feudos no reino de Aragão; e o rei de Aragão, sobre certos feudos no reino da França.

Houve conflitos armados inconclusivos entre os dois reinos em 1234 e em 1240-1242, e a tensão perdurou até quase estourar no início da década de 1250. Jaime reclamou direitos na Provença, Toulouse, Millau, Foix, Gévaudan e outros senhorios, enquanto São Luís replicou que toda a Catalunha lhe pertencia como parte do antigo Império de Carlos Magno, do qual a França Ocidental era herdeira. O tom de ambos os lados era tão elevado, diz Luis Suárez Fernández, que se podia crer que a guerra entre a França e Aragão era iminente.[402]

Mas Luís IX e Jaime I não eram monarcas dispostos a pegar em armas contra cristãos. Eram homens piedosos, imbuídos do espírito de

---

400 Jaime I, escrevem Villoslada e Llorca (5ª ed., t. II, parte II, p. 484), é uma figura que "poderia dignamente pôr-se ao lado às de São Fernando de Castela e de São Luís da França, se a paixão e a sensualidade não tivessem diminuído o brilho de seu glorioso e longo reinado. Foi, contudo, um monarca sinceramente piedoso e acérrimo defensor da fé cristã". A ele se deve, ademais, a conquista de Valência e abertura do reino de Aragão aos horizontes mediterrâneos, com a conquista das Baleares.

401 O reino de Aragão se formou no território da antiga "Marca Hispânica", domínio de Carlos Magno herdado pela França. *De jure* o rei da França detinha suserania sobre os condados de Barcelona, de Rossilhão, da Cerdanha, de Besalú, de Ampurdán, de Urgel, de Gerona e de Osona. Explica o duque de Lévis-Mirepoix (cap. III, pp. 90-91) que a transição de dinastia na França, de carolíngios para capetíngios, no final do século X, contribuiu para que este laço de vassalagem ficasse cada vez mais tênue. A ausência do rei da França neste território contribuiu, certamente, para diminuir, de reinado em reinado, o valor histórico da antiga posição da coroa da França sobre esses territórios além dos Pirineus. Mas quando houve a união dinástica entre Aragão e Barcelona sob Afonso II em 1162, ato pelo qual o conde de Barcelona se tornou ao mesmo tempo rei de Aragão, essa suserania em relação ao rei da França — herdeiro de Carlos Magno — deixou de ser reconhecida. A seu turno, a reivindicação do rei de Aragão era a seguinte: no final do século XII os reis de Aragão haviam sido condes da Provença e guardado direitos de herança de alguns feudos no sul da França como Gévaudan e Sarlat, mas principalmente Millau, Carcassonne e Montpellier.

402 Fernández, parte II, cap. XXIII, p. 303.

Digitalizado com CamScanner

Cristandade, e cruzados... Estavam antes interessados em pôr fim às antigas disputas e decidiram selar a paz entre seus reinos. Do lado de São Luís, cogita Richard, talvez a rainha Margarida da Provença tenha podido influenciar nessa aproximação, uma vez que sua dinastia era um ramo cadete da casa reinante em Aragão, sendo ela mesma prima em segundo grau do rei Jaime.[403]

Foram designados, em 1255, dois árbitros eclesiásticos, um francês e um catalão, para decidir a questão, e suas propostas agradaram ambos os reis: Aragão renunciava a todos os domínios além dos Pirineus, exceto Montpellier, Rossilhão e Cerdaña, e a França renunciava à herança carolíngia. Em 11 de maio de 1258 foi assinado um tratado em Corbeil que assim dispunha, colocando fim às antigas disputas.[404] Aquele foi um grande feito de São Luís, comenta Lévis-Mirepoix, pois ele renunciava a um direito de suserania muito longínquo e nominal, enquanto Jaime renunciava a uma reivindicação muito mais próxima e exigível.[405]

Dentre as cláusulas do tratado estava uma união dinástica que resultaria no casamento do futuro rei Filipe III, filho de São Luís, com a infanta Isabel de Aragão, filha de Jaime I.[406]

Não se pense que o afã de São Luís pela paz estivesse acima do que ele sabia ser o melhor para a Igreja e para a Cristandade. Com efeito, em 1262, quando ele próprio estava em viagem com seu filho para casá-lo com a infanta aragonesa em Montferrand, soube que o pai da jovem, o rei Jaime, pretendia casar seu filho Pedro (futuro Pedro III de Aragão) com a filha de Manfredo, rei excomungado da Sicília. Ao sabê-lo, São Luís

403 Richard, parte I, cap. IV, p. 131. Margarida da Provença era filha de Raimundo Berengário IV da Provença, filho de Afonso II da Provença, filho do rei Afonso II de Aragão que foi, ademais, pai de Pedro II de Aragão, pai do então rei Jaime I de Aragão.

404 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, pp. 230-231. Fernández, parte II, cap. XXIII, p. 303.

405 Lévis-Mirepoix, cap. III, p. 93.

406 Fernández, parte II, cap. XXIII, p. 303. Filipe não era ainda o herdeiro, pois seu irmão mais velho, Luís, vivia e estava comprometido com Berengária de Castela.

Digitalizado com CamScanner

parou imediatamente o cortejo, declarando que não se aliaria a alguém que estivesse tão estritamente ligado a um príncipe excomungado pelo papa e inimigo declarado da Igreja. Ao cabo, chegaram a Montferrand, e São Luís discutiu acaloradamente com o rei de Aragão que, por fim, viu-se obrigado a jurar que nunca forneceria nenhum tipo de ajuda a Manfredo da Sicília, e que não pretendia engajar-se contra os interesses da Igreja Romana. Redigiu-se, então, uma ata selada tanto por Jaime quanto por São Luís, com uma declaração confirmada pelo testemunho de muitos bispos e senhores.[407]

Finalmente, em 6 de julho de 1262, foi celebrado o casamento entre o príncipe Filipe e a infanta Isabel de Aragão.

O acordo entre França e Aragão, engendrado por São Luís, vigoraria por dois séculos.[408]

b) A paz com a Inglaterra

A paz com Aragão impressionou a Cristandade, mas não tanto quanto a paz que São Luís selou com o reino da Inglaterra, cuja coroa cultivava rivalidades com a francesa há quase dois séculos, mas sobretudo a partir de 1159.

Viu-se como, no início do reinado do santo rei, o rei Henrique III da Inglaterra tentara recuperar os feudos continentais que seu pai perdera, sendo humilhantemente batido por Luís IX na Batalha de Taillebourg em 1242, no curso da chamada "Guerra de Saintonge".[409]

Mas se um longo século de embates entre seus antecessores os separava, seus espíritos os uniam: assim como São Luís, Henrique III era

---

407 Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, p. 593. Carolus-Barré, cap. IV, pp. 143-144.

408 O conflito reacenderia no século XV, entre o rei Luís XI da França (r. 1461-1483) e o rei João II, de Aragão (r. 1458-1479), pai de Fernando, o Católico.

409 Para a compreensão da rivalidade franco-inglesa, ver capítulo 2.1. – "*Filha mais velha da Igreja: a França que São Luís herdou*", e para o conflito entre Luís IX e Henrique III, ver capítulo 3.3. – "*A Guerra de Saintonge: o conflito com o rei da Inglaterra*".

Digitalizado com CamScanner

um católico devotadíssimo, de elevada virtude e caridade, e amante da paz. Era conhecido por suas práticas piedosas, por ouvir missa diária, por contribuir generosamente com as ordens religiosas, por suas peregrinações e por, como São Luís, ter reunido relíquias da Paixão.[410] Não havia, com efeito, como esses dois homens não se entenderem. E também aqui a rainha Margarida interferiu: ela era irmã da esposa de Henrique III, Leonor da Provença, e a rivalidade entre seus maridos jamais as tinha afastado, pois elas mantiveram ampla correspondência, mesmo após a Guerra de Saintonge.[411]

Após a derrota de Henrique em Taillebourg, em 1242, foi assinada uma trégua de cinco anos entre as coroas francesa e inglesa, trégua renovada no tempo da Sétima Cruzada (1248-1254). A partir de então, os acontecimentos e a boa vontade dos dois soberanos convergiram para o entendimento.

O caminho para a paz começou em 1254, logo após São Luís retornar da Terra Santa, altura em que Henrique III estava em Bordeaux, capital do seu ducado da Aquitânia.[412] Antes de retornar à Inglaterra, solicitou ao santo rei autorização para visitar três santuários em seu território.[413] São Luís não apenas autorizou, como ordenou que os nobres e cidadãos das cidades pelas quais o rei da Inglaterra passaria o recebessem de modo digno, limpando as ruas, retirando pedaços de madeira e tudo o que pudesse obstruir sua passagem, que suspendessem por toda parte tapetes

---

410 São Luís admirava Henrique III da Inglaterra, tal como se depreende de uma conversa que certa vez teve com Joinville (parte II, §688), na qual lhe disse que "o rei da Inglaterra lava os pés dos leprosos e os beija".

411 Richard, parte I, cap. IV, p. 131.

412 O ducado da Aquitânia, importante feudo francês, foi herdado pela Coroa Inglesa pelo casamento do rei Henrique II (1133-1189) com a duquesa Leonor da Aquitânia (1122-1204). O filho do casal, rei João da Inglaterra (1166-1216) herdou da mãe a Aquitânia, que passou então para seu filho, Henrique III.

413 Mateus Paris, t. VIII, p. 66. A Abadia de Fontevrault, onde estavam sepultados os avós e a mãe de Henrique III; a Abadia de Pontigny, local que guardava as relíquias do santo inglês Edmundo de Abingdon; e a Catedral de Chartres, santuário mariano.

Digitalizado com CamScanner

e guirlandas de flores, que ornamentassem as igrejas e as casas, recebendo Henrique III com respeito e alegria, servindo-lhe com toda dedicação. E o próprio São Luís, sabendo da chegada próxima de Henrique III a Chartres, correu até lá antes dele para recebê-lo pessoalmente. Narra Mateus Paris que os dois reis "testemunharam sua amizade por saudações mútuas e trocas de palavras afáveis". Também a rainha Margarida, com sua irmã mais nova, Beatriz da Provença, condessa de Anjou, foi até lá para encontrar sua amada irmã, Leonor da Provença, e Sancha da Provença, condessa da Cornualha. A este encontro acorreu ainda a mãe das quatro senhoras, a condessa viúva Beatriz da Provença.[414]

São Luís convidou, então, a família real inglesa a visitar Paris e ofereceu seu próprio palácio para alojá-la. Henrique III preferiu, no entanto, em razão do tamanho de sua comitiva, acomodar-se na antiga casa dos templários. No dia seguinte à chegada em Paris, São Luís conduziu o rei da Inglaterra à Sainte-Chapelle, onde rezaram juntos ante as relíquias da Paixão. Em seguida, Henrique visitou muitos locais honoráveis da cidade, "rezando devotamente com veneração, e deixando oferendas".[415]

São Luís lhe ofereceu um esplendoroso banquete que, segundo Mateus Paris, não houve igual na história:

> nunca nos tempos passados, se viu na França tão bela festa, nem tão grande ou tão solene reunião do que a daqueles que vieram ao encontro dos recém-chegados. Os estudantes e os cidadãos passaram ali o dia inteiro, e também a noite e os dias seguintes na alegria, percorrendo a cidade maravilhosamente enfeitada; só se via canções, flores, gritos de alegria, enfim toda a pompa deste mundo.[416]

Após oito dias de estadia de Henrique III em Paris, Luís revelou-lhe seu desejo de paz:

---

414 Mateus Paris, t. VIII, pp. 78-79.

415 *Ibid.*, t. VIII, p. 82.

416 *Ibid.*, t. VIII, p. 80.

Digitalizado com CamScanner

> Nós não temos por esposas duas irmãs, e nossos irmãos as outras duas? Nossos filhos, moças e rapazes, serão como irmãs e irmãs. Oh! Se entre pobres homens houvesse tal afinidade ou consanguinidade, como eles se estimariam, quão unidos estariam do fundo de seus corações! Aflijo-me, o senhor o sabe, que nossa afeição recíproca não possa estar perfeitamente de acordo em tudo.[417]

A alegria que as duas rainhas — Margarida e Leonor — demonstraram ao se reencontrem, deve ter comovido os corações dos seus amorosos maridos; mas é ainda mais provável que a intenção comum que movia os dois católicos reis da França e da Inglaterra tenha-nos aproximado, pois uma viva simpatia surgiu entre eles. São Luís acompanhou o concunhado até Bolonha, onde o rei inglês embarcou.[418] Pouco depois o santo rei enviou-lhe de presente um elefante que tinham recebido do sultão do Egito.[419] Diz Guilherme de Nangis que "os príncipes ingleses ficaram muito lisonjeados com a gentil recepção que receberam".[420]

Tudo pareceu retroceder três anos depois, em 1257, quando Henrique III enviou emissários a São Luís exigindo a restituição dos domínios de seu pai, mas o santo os despachou sem nada conceder. [421] Foi renovada a trégua entre os dois reis, e ambos manifestaram a intenção de chegar à paz definitiva, que acabou por ser retardada em razão dos problemas internos da Inglaterra. Mas São Luís estava decidido a cessar o conflito que se estendia desde o tempo de seus bisavôs, Luís VII da França e Henrique II da Inglaterra,[422] e costumava dizer:

---

417 *Ibid.*, t. VIII, pp. 87-88.

418 *Ibid.*, t. VIII, pp. 89-90.

419 *Ibid.*, t. VIII, p. 97.

420 Nangis, cap. 44, §10.

421 Mateus Paris, t. VIII, p. 324.

422 Bisneto de Luís VII da França por parte de pai, São Luís era bisneto de Henrique II, rei da Inglaterra, por parte de mãe.

Digitalizado com CamScanner

> É necessário trabalhar com todas as nossas forças para que uma paz durável seja estabelecida entre meus filhos e os filhos do rei da Inglaterra, que são primos, e que um dia reinarão se Deus permitir, a fim de que no futuro os dois reinos não mais sejam rivais, como têm sido por instigação do inimigo do gênero humano.[423]

Após longas e demoradas negociações, os dois reis chegaram a um acordo. Um tratado foi concluído em Paris, em 28 de maio de 1258, jurado sobre os Evangelhos pelos procuradores do rei da Inglaterra e do rei da França, na presença deste e de seus dois filhos mais velhos, Luís e Filipe.[424] Pelos termos do tratado, o rei da Inglaterra renunciava a todas as terras que seu pai, João Sem-Terra, perdera para o avô de São Luís, Filipe Augusto, no início do século: Normandia, Anjou, Maine, Poitou e Touraine. O rei da França, a seu turno, reconhecia os direitos do rei inglês sobre os territórios que já mantinha na França (o oeste da antiga Aquitânia) e lhe concedia Agenais, Quercy e domínios nas dioceses de Limoges, Cahors e Périgord (menos a cidade de Périgueux).[425]

Uma das mais importantes cláusulas do tratado era a de que todos os feudos mantidos pelo rei inglês no continente — inclusive a Aquitânia — tornavam-se não apenas *de jure*, mas *de facto*, partes integrantes do reino da França. Destarte, São Luís conseguiu não apenas manter as imensas terras que seu avô arrebatara do rei da Inglaterra, mas estendeu os limites do reino da França até os Pirineus. Como consequência, o rei da Inglaterra, enquanto duque da Aquitânia, tornava-se seu vassalo, devendo prestar-lhe homenagem como senhor feudal daquele ducado.[426] E, assim, o ducado da Aquitânia, praticamente independente da França desde

---

423 Mateus Paris, t. IX, p. 29.

424 Nangis, cap. 45, §4.

425 Nangis, cap. 45, §4. Rishanger, *cont.* Mateus Paris, t. IX, pp. 83-84. Cassard, parte I, cap. III, p. 144.

426 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 233. Bénouville, cap. III, pp. 81-82.

Digitalizado com CamScanner

a morte da grande rainha Leonor em 1204, voltava a integrar o baronato vassalo da coroa francesa.[427]

O tratado foi ratificado por Henrique da Inglaterra em 17 de fevereiro de 1259, e no final daquele ano São Luís convidou-o para visitá-lo novamente. Henrique III, a rainha Leonor, seus filhos e numeroso séquito desembarcaram na França em 14 de novembro de 1259, foram recebidos esplendorosamente e hospedados no próprio Palácio Real de Paris.

O grande acontecimento deu-se em 4 de dezembro: nos jardins do palácio, na presença de muitos bispos e nobres de ambos os reinos, o rei da Inglaterra prestou homenagem ao rei da França, ajoelhando-se diante de São Luís com as mãos sobre as suas, renunciando a todas as antigas províncias listadas no tratado e jurando lealdade ao rei francês pelas que mantinha ou recebia.[428] Isso não acontecia há cinquenta anos, ressalta Lévis-Mirepoix, e foi um grande feito de São Luís obtê-lo.[429]

Em termos políticos, diz Bordonove, aquele tratado trouxe para São Luís um duplo ganho: transformar tréguas mais ou menos aleatórias em uma paz definitiva que, de fato, se prolongaria por muitos anos, mas também fazer a Aquitânia retornar para o domínio capetiano, algo que nem Filipe Augusto conseguira obter.[430]

O Tratado de Paris de 1259, como ficou conhecido, pôs fim a cem anos de rivalidade franco-inglesa,[431] entre as dinastias Capetiana e Plantageneta, inaugurando um período de paz entre os dois reinos que duraria quase quatro décadas.

São Luís, é verdade, foi muito criticado por seus barões pelos termos do tratado. Ora, absolutamente nada, nenhuma contingência ou desvantagem, obrigava-o a ceder feudos ao rei inglês — ele era o vencedor de

---

427 Richard, parte III, cap. III, p. 379.

428 Nangis, cap. 45, §§5-6.

429 Lévis-Mirepoix, cap. III, p. 86.

430 Bordonove, parte V, cap. 4, p. 263.

431 Não confundir com a Guerra dos Cem Anos, que durou de 1337 a 1453.

Digitalizado com CamScanner

Taillebourg, batalha na qual humilhara Henrique III dezessete anos antes — e, se quisesse, estaria em condições de tomar os que a Inglaterra ainda mantinha.[432] Os barões alegavam que Luís cedera excessivamente a um rei que estava em notória desvantagem naquele momento (o reino inglês estava em convulsão enquanto a França estava completamente submetida a São Luís). Se ele quisesse, diziam, poderia, a um só golpe, varrer para fora da França o que restava dos domínios ingleses. Acrescentavam que, se ele cria que o que deu ao rei da Inglaterra pertencia de fato a este, fosse devolvido tudo o que os reis da França lhe arrebataram; caso contrário, que fosse retido tudo. São Luís, no entanto, explicou:[433]

> Senhores, estou certo de que os predecessores do rei da Inglaterra perderam sem contestação justamente a conquista que mantenho; e a terra que dou, não a dou como coisa que eu tenha retido para ele ou para seus herdeiros, mas para que haja amor entre meus filhos e os deles, que são primos-irmãos. E parece-me que faço bom uso do que lhe dou, porque ele não era meu homem e agora entra em minha homenagem.[434]

São Luís sabia, interpreta Bénouville, "que a primeira condição no que diz respeito aos tratados, é a compreensão, até o amor", razão pela qual aplicava-se "a ligar-se com a Inglaterra com laços que não têm qualquer interesse por origem."[435] Este é, ademais, o próprio sentido de relações internacionais que a Igreja quis imprimir às nações suas filhas na Cristandade. Ninguém o compreendeu mais do que São Luís, e gestos

---

432 Bordonove, parte V, cap. 4, pp. 261-263. Bainville, cap. V, p. 59.

433 Joinville, parte II, §678.

434 Joinville, parte II, §679. Em outra parte de seu relato, Joinville (parte I, §65) cita palavras ligeiramente diferentes: "Nossas esposas são irmãs, e nossos filhos, primos-irmãos: portanto, é muito necessário que haja paz. Trata-se de uma grande honra que extraio da paz que faço com o rei da Inglaterra, pois agora ele é meu vassalo, algo que não o era antes".

435 Bénouville, cap. III, p. 83.

como estes, arremata Daniel-Rops, "conferiram ao rei toda a sua grandeza e calaram fundo na opinião geral".[436]

c) *As relações com outros reinos cristãos*

São Luís tinha um "segredo político", explica Lévis-Mirepoix — segredo por vezes desdenhado pelos teóricos do Estado —, que sempre o orientou em seu modo de governar: o de fundar todos os seus projetos e todas as suas negociações sobre a *boa-fé*. Tal não significa que ele agisse com ingenuidade, mas que apresentava àqueles com os quais tratava um terreno sólido de negociação sobre o qual ninguém corria o risco de derrapar por possíveis falsidades. Por São Luís agir assim, todos os reis do Ocidente viam nele alguém em quem confiar.[437]

Aspirando ao bom entendimento com seus vizinhos, Luís IX nomeou embaixadores sábios e discretos, dotados de amplas competências para que guardassem a paz,[438] conseguindo estabelecer boas relações não apenas com os reis de Aragão e Inglaterra, mas com todos os monarcas europeus.

Manteve correspondência frequente com o rei Alexandre III da Escócia (r. 1249-1286), que enviou contingentes escoceses para ambas as suas cruzadas; e com o poderoso rei Haakon IV da Noruega (r. 1217-1263), a quem o santo rei ofereceu o comando de sua frota na Sétima Cruzada. Ademais, sabe-se de muitas tratativas dele com o rei Bela IV da Hungria (r. 1235-1270), ao qual enviou, em 1248, uma embaixada oferecendo assistência na luta húngara contra os mongóis. No entanto, a embaixada de Luís IX chegou tarde, uma vez que a ameaça mongol já havia sido repelida pelas forças húngaras e seus aliados.[439]

São Luís foi próximo do rei Dom Afonso III de Portugal (r. 1248-1279), seu primo, cuja mãe, Urraca, era irmã de Branca de Castela. Como

---

436 Daniel-Rops, t. 3, p. 334.

437 Lévis-Mirepoix, cap. I, p. 30.

438 Beaulieu, cap. 20, §2.

439 Mateus Paris, t. VI, pp. 575-576. Lévis-Mirepoix, cap. IV, p. 96.

Digitalizado com CamScanner

segundo filho, Dom Afonso não deveria herdar o trono de Portugal, destinado a seu irmão Sancho. Por isso, viveu na França, onde se casou com Matilde II, condessa de Bolonha, em 1235, tornando-se conde de Bolonha por direito conjugal. Na juventude, durante as revoltas baroniais, Afonso lutou em nome de Luís IX e, posteriormente elevado ao trono português, manteve amistosas relações com o primo.[440]

Manteve estreito contato, ainda, com seu outro primo, São Fernando III de Leão e Castela (r.1217-1252), que rivalizava com São Luís em suas virtudes, no seu espírito cavalheiresco e no seu zelo por dilatar o reino de Deus.[441] Para comemorar a tomada de Sevilha por São Fernando em 1248, São Luís presenteou-o com uma imagem de Nossa Senhora que até hoje é venerada na catedral daquela cidade e levada em procissões: a *Virgen de los Reyes*. Preservou, ademais, laços de amizade com o filho e sucessor de Fernando III, o rei Afonso X (r. 1252-1284).

A política matrimonial de Luís IX parece ter privilegiado a Península Ibérica: ele arranjou o casamento de quatro dos seus filhos com membros de famílias reais da Espanha. Antevia São Luís, por uma inspiração divina, que aos reinos da Hispânia pertencia o futuro da Cristandade? Seja como for, planejou o casamento de dois dos seus filhos, os *príncipes Luís e Branca*, com Berengária e Fernando, filhos do rei Afonso X de Castela; casou o *príncipe Filipe* (futuro Filipe III) com a infanta Isabel de Aragão, e a *princesa Isabella* com Teobaldo II, rei de Navarra.

2. A pacificação do reino

Escreveu Joinville que São Luís "foi o homem secular que mais se dedicou pela paz entre seus súditos".[442] Esforçando-se para pacificar a França, ainda palco de guerras feudais internas, quando tomava ciência

---

440 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. II, p. 122.

441 Llorca *et al.*, 5ª ed., t. II, parte II, p. 482.

442 Joinville, parte II, §680.

de que se desenrolava um conflito armado ou de que se corria o risco de estourar um entre os nobres do reino, imediatamente enviava mensageiros para apaziguá-los.[443] Protegia as igrejas e mosteiros quando havia desentendimentos entre esses senhores, e defendia especialmente os mais pobres, sempre prejudicados com essas guerras.[444]

Retomando a política de seu avô, Filipe Augusto, buscou extinguir as guerras privadas que desolavam os campos e dizimavam famílias nobres (por vezes por causa de futilidades). Instituiu, primeiramente, a "Quarentena do rei", uma trégua imposta aos beligerantes, pausa obrigatória para reflexão e negociação. Uma das tréguas mais longas foi decretada em 1245, antes da Sétima Cruzada, quando Luís IX impôs cinco anos de paz em toda a França. Mas na ordenança de janeiro de 1258 converteu essas "quarentenas" em uma interdição em todo o reino, dessa vez sem prazo, às guerras, aos incêndios e a todo tipo de perturbação aos trabalhos da terra.[445] Através dessa ordenança, diz Le Goff, São Luís proibia qualquer guerra na França, ameaçando os desobedientes com a ação de seus oficiais.[446] Comenta Richard que a ordenança de 1258 recorria a termos empregados há dois séculos nos documentos da "Paz de Deus", levadas a cabo antes pela Igreja, mas agora pela próprio rei.[447] Percebe-se como acerta Zeller ao afirmar que "São Luís é o rei com o qual a Igreja sonhou".[448]

Mas, e se a guerra fosse justa? Se um senhor sofresse uma violência indevida, não poderia responder ou exigir uma reparação? Ora, São Luís não podia privar seus nobres de reprimirem com as armas os malfeitos cometidos em suas terras; caso contrário, chegar-se-ia a absurdos como o acontecido em 1268: um senhor de Limousin, Pedro de

443 Saint-Pathus, cap. 8, §14.

444 Beaulieu, cap. 20, §2. Chartres, caps. 12,16.

445 Duby, 1970, parte I, cap. XI, p. 177.

446 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 238.

447 Richard, parte III, cap. II, pp. 326-327.

448 Zeller, cap. IX, p. 426.

Digitalizado com CamScanner

Pierre-Buffière, destruiu certa propriedade de sua suserana, a viscondessa de Limoges, e esta ripostou fazendo-lhe guerra e o capturando, porém, o representante do rei na região, o senescal de Périgord, interveio para que a viscondessa libertasse o nobre rebelde, com base na Ordenança de 1258, que interditava as guerras. O parlamento de Paris, no entanto, reviu essa decisão, pois a punição do vassalo pelo seu senhor não fora proibida pelo rei.[449]

São Luís buscou que a mediação e a arbitragem fossem preferenciais para se extinguir um conflito ou resolver uma disputa.

Um dos casos mais dramáticos nos quais o santo rei agiu como árbitro foi na querela de sucessão do condado do Flandres, feudo no noroeste do reino. Com efeito, Margarida II, condessa do Flandres e de Hainault, casara-se em 1212 com Bouchard d'Avesnes, do qual teve três filhos. Posteriormente, ela contestou a validade do casamento e recorreu ao papa para que fosse declarado nulo. Como o procedimento demorava, Margarida casou-se com Guilherme de Dampierre, com o qual teve cinco filhos. A questão que se colocava era a de se, quando da morte da condessa, seus territórios seriam herdados por João (filho mais velho de seu primeiro casamento) ou por Guido (filho mais velho de seu segundo casamento). Antes de partir para a Sétima Cruzada, São Luís arbitrara a questão, decidindo que os territórios de Margarida seriam divididos para os dois: João d'Avesnes receberia Hainault, e Guido de Dampierre herdaria o Flandres. No entanto, o primeiro não se submeteu à decisão do rei, reclamou a herança inteira, e a mãe respondeu investindo Guido como senhor dos dois condados. Àquela altura o rei estava na Terra Santa e não pôde intervir, de modo que a guerra estourou. Como João venceu, e como Margarida não queria que seus condados fossem herdados pelos filhos de seu primeiro casamento, ofereceu-os a Carlos de Anjou, irmão do rei. O ambicioso príncipe aceitou e invadiu o Flandres com um exército. Mas São Luís voltou e colocou fim à desordem: dirigiu-se a Gante,

---

449 Richard, parte III, cap. II, pp. 327-328.

Digitalizado com CamScanner

no Flandres, em 1255, obrigou seu interesseiro irmão a renunciar às suas pretensões, afastando-o da querela, e a João d'Avesnes a aceitar sua arbitragem. O santo rei agiu com rigor, mas também com diplomacia, e em 25 de setembro de 1256 dividiu em definitivo Hainault e Flandres para os dois filhos de Margarida: João herdaria o primeiro condado, enquanto seu meio-irmão Guido seria conde do Flandres.[450]

Tal fato demonstra a autoridade de que era dotado Luís IX: o conde do Flandres era vassalo do rei da França, mas o condado de Hainault era terra do Sacro Império, de modo que São Luís decidiu a sucessão de um feudo imperial sem que ninguém contestasse.

O santo rei arbitrou até mesmo questões eclesiásticas, mediando um acordo entre o abade de Saint-Remy, de Reims, e o arcebispo desta cidade, Tomás de Beaumetz; solucionando um litígio entre o bispo de Langres e o conde de Nevers a respeito dos bens da abadia de Pothières em Mussy-sur-Seine, em 1258; arbitrando um conflito entre Joinville e o abade de Saint-Urban, em 1267; e, no Parlamento de Toussaint, extinguiu certas disputas jurisdicionais entre as justiças leiga e eclesiástica.[451]

Do mesmo modo como arranjou o casamento de quatro dos seus filhos com importantes dinastias ibéricas, casou outros quatro com herdeiros de grandes famílias nobres da França: *o príncipe João Tristão* com a condessa de Nevers; *o príncipe Pedro* com a condessa de Blois; *o príncipe Roberto* com a senhora de Bourbon; e a *princesa Inês* com o duque da Borgonha.[452] Casou, ademais, a *princesa Margarida* com o duque de Brabante, nos Países Baixos, a fim de fortalecer a influência da coroa no nordeste do reino, na região do Rio Mosa.

Em razão de sua bem-sucedida empreitada de pacificação do reino, São Luís tornou-se de tal forma venerado que, relata Joinville, "os povos

---

450 Mateus Paris, t. VIII, pp. 16-26. Bordonove, parte V, cap. 4, pp. 259-261. Lévis-Mirepoix, cap. III, pp. 93-95.

451 Richard, parte III, cap. III, pp. 387, 393-394.

452 Inês só se casaria após a morte de São Luís, mas é provável que este casamento tenha sido arranjado por ele.

Digitalizado com CamScanner

da Borgonha e da Lorena, que ele pacificara, lhe amavam e obedeciam de modo que os vi vindo pleitear perante o rei, por causa das disputas que tinham entre si na corte do rei em Reims, Paris e Orleans",[453] preferindo a justiça do rei a de seus próprios senhores.

Conta o mesmo cronista que seus conselheiros lhe diziam para deixar seus vassalos e vizinhos guerrearem à vontade entre si, pois iriam empobrecer a si mesmos e não causar problemas ao rei. Ao que São Luís respondia-lhes que, se fizesse assim, "ganharia o ódio de Deus, que diz: 'Bem-aventurados sejam os que promovem a paz'".[454]

3. O árbitro da Cristandade

O raio de ação de São Luís ultrapassava as fronteiras de seu reino. Ele era, diz Le Goff, o árbitro, o pacificador de toda a Cristandade.[455]

O vácuo no trono imperial após a morte de Frederico II em 1250, possibilitou, em grande medida, que São Luís despontasse como árbitro do mundo cristão. A controvérsia pela sucessão daquele trono durante o "Grande Interregno",[456] período de mais de vinte anos encerrado apenas em 1273 e o decorrente esfacelamento do poder na Alemanha e na Itália, diz Richard, tornava necessária a arbitragem de um soberano estrangeiro. Também os papas, sobretudo Alexandre IV (pp. 1254-1261), que em tudo

---

453 Joinville, parte II, §684.

454 *Ibid.*, parte II, §683.

455 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 226.

456 Durante o Grande Interregno, ao menos três indivíduos disputaram o título de rei dos romanos (o título oficial do rei da Alemanha e da Itália antes de ser sagrado pelo papa, ocasião em que se convertia em Sacro Imperador Romano. Com o tempo, tornou-se o título do herdeiro do trono imperial). Após a morte de um deles, Guilherme da Holanda, passaram a disputar o título Ricardo, conde da Cornualha, irmão do rei da Inglaterra, e o rei Afonso X de Castela. São Luís era muito próximo deste último, e temia, ademais, uma aliança entre o Império e a Inglaterra que cercasse suas fronteiras. No entanto, quando do entendimento entre ele e o rei Henrique em 1259 esse temor passou, e o santo rei pôde gozar de uma plena imparcialidade naquele conflito por um trono que, ao cabo, nenhum dos dois conseguiu de fato tomar posse (Richard, parte III, cap. II, pp. 338-339).

Digitalizado com CamScanner

colaborava com São Luís, e Clemente IV (pp. 1265-1268), que fora conselheiro do santo rei, recomendavam a todo tempo a sua intervenção nos casos difíceis e nas disputas entre os estados cristãos.[457]

Em 1263, foi escolhido como árbitro, senão como juiz, das contendas internas na Inglaterra pelo rei Henrique III e por seus barões, os quais pediram que São Luís decidisse se o primeiro deveria cumprir o juramento de observar as "Provisões de Oxford".[458] O santo rei convocou ambas as partes — o rei e os barões — para Amiens, onde emitiu sua sentença. No início da audiência, ambos os lados juraram aceitar a sentença do rei da França. São Luís, depois de ter ponderado os argumentos de um e outro lado, e de ter ouvido seu conselho e os grandes do seu reino, julgou que as Provisões de Oxford aniquilavam a autoridade real inglesa e privavam a coroa da soberania. Declarou-as nulas e desobrigou o rei de cumpri-las, apesar de manter a Magna Carta e exortar o cunhado a respeitar os "bons costumes" legais e jurídicos do reino da Inglaterra. Essa arbitragem de São Luís passou à história como a "Posição de Amiens".[459]

Vimo-lo regular a sucessão não apenas do Flandres, de onde era suserano, mas também de Hainault, um feudo imperial. Adotou os mesmos

---

457 Richard, parte III, cap. II, p. 340.

458 Uma longa querela opunha os barões ingleses ao seu rei. Aqueles, reunidos e armados, obrigaram o rei, na Assembleia de Oxford, a aceitar os estatutos que não somente confirmavam a Magna Carta de João Sem-Terra, mas acrescentavam efeitos restritivos à autoridade do soberano. Por instigação do conde de Leicester, Simão de Montfort, a Henrique III foi imposta uma espécie de comissão, formada por doze membros nomeados pelo rei e doze nomeados pelo Parlamento. Estes vinte e quatro membros trabalhariam para a reforma do Estado. Todas as fortalezas seriam entregues em suas mãos, e eles nomeariam os principais nomes do governo. Henrique III foi obrigado a aceitar sob ameaça de prisão. Este acordo imposto não durou, pois alguns barões se reaproximaram do rei, e a agitação recomeçou. Os plenipotenciários se reuniram novamente com o rei e, para resolver a querela, ambos os lados decidiram submetê-la à arbitragem de São Luís. Ao cabo, os barões ingleses rebeldes não se submeteram à decisão do santo rei. (Mateus Paris, t. VIII, p. 379; t. IX, pp. 1-7, 18-22; Lévis-Mirepoix, cap. III, p. 88).

459 Rishanger, *cont.* Mateus Paris, t. IX, pp. 96-101. Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 237. Bordonove, parte V, cap. 4, p. 264.

Digitalizado com CamScanner

métodos para colocar fim à guerra entre o rei de Navarra e o conde de Bar a propósito da homenagem devida por certo senhorio; ainda conseguiu solucionar o conflito que opunha o conde de Borgonha[460] e seu filho Hugo, e depois o conflito entre estes dois e o rei de Navarra. São Luís reconciliou, do mesmo modo, o senhor do Delfinato com o conde de Saboia e com Carlos de Anjou, seu irmão.[461] Foi chamado, ainda, a resolver disputas envolvendo a sucessão do reino de Navarra (e o fez em desfavor de seu futuro genro Teobaldo), fez cessar a querela entre o conde de Chalon e o conde da Borgonha,[462] e foi árbitro do triste e sangrento conflito que opôs o conde Teobaldo II de Bar e o conde Henrique V do Luxemburgo, nobres cujas terras não ficavam na França, mas no Sacro Império Romano, impondo uma solução definitiva para ambos os poderosos nobres.

Todo o Ocidente cristão, diz Jean Richard, via o rei da França "como aquele mais apto a restabelecer a concórdia e a conciliar a justiça com moderação".[463]

Assim resume Daniel-Rops:

> Num tempo em que as forças morais tinham na política das nações uma importância que hoje perderam, São Luís era venerado por todos porque era verdadeiramente cristão. Prova disso foi o papel de árbitro internacional, de "*sire* do século", que teve de desempenhar, um papel perfeitamente análogo àquele que, no século precedente e pela mesma razão, fora confiado a São Bernardo, mas infinitamente mais decisivo, em certo sentido, do que o desempenhado por certos papas, como Inocêncio III, visto que não era como detentor de uma autoridade específica, de um poder de condenar e obrigar, que São Luís devia agir,

---

460 O condado da Borgonha, ou Franco-Condado, não deve ser confundido com o Ducado da Borgonha, este último pertencente ao reino da França, enquanto o primeiro era terra imperial.

461 Bordonove, parte V, cap. 4, p. 261.

462 Joinville, parte II, §§680-682.

463 Richard, parte III, cap. II, p. 340.

Digitalizado com CamScanner

> mas unicamente em virtude da sua sabedoria em Deus. E assim, era ele, sempre ele quem interveio, sem que ninguém desconfiasse da retidão de suas intenções.[464]

Primus inter pares e "Árbitro da Cristandade": foi a essa posição que anos de diplomacia honesta, pacífica e cristã elevaram São Luís.

4. São Luís, o senhor do Ocidente

Paris, Reino da França, Natal de 1259

As pessoas apertavam-se para arranjar um bom lugar na Catedral de Notre-Dame. Uma quantidade impressionante de senhoras e senhores, de nobres de todos os rincões da França, e outros vindos ainda da Inglaterra e da Provença, enchia a igreja. Nas laterais e no exterior, o povo comum se aglutinava para a cerimônia. Cavaleiros ornamentados com as cores de suas armas ocupavam a metade direita da nave, enquanto as damas elegantemente vestidas se colocavam à esquerda. Uma plêiade de soldados fazia a guarda, enquanto no coro uma multidão de religiosos se preparava para entoar cânticos. O altar, aquele altar dos séculos no qual o fogo não tocou, estava preparado para o Santo Sacrifício.

Começa a santa liturgia. Grande número de acólitos, diáconos, padres e prelados atravessa a nave em meio ao neblinoso incensar e ao som das sagradas melodias. Ao final da procissão, dois casais: Luís e Margarida, rei e rainha da França; Henrique e Leonor, rei e rainha da Inglaterra, que se deslocam para o lugar a eles reservado à frente de toda a assistência. São Luís tem os olhos fitos no altar, e o coração transbordante de amor pelo Senhor que se faria em alguns momentos presente nas mãos do sacerdote.

Eis chegado o momento áureo. O bispo diz as sagradas palavras: "*Hoc est corpus meum*". Deus desce dos céus. Um dos acólitos toca a campainha

---

464 Daniel-Rops, t. 3, pp. 334-335.

enquanto o Santíssimo Sacramento é elevado. "*Hic est enim sanguis meus*". O sacrifício ocorre. O cálice é elevado. Após o Cânon, São Luís comunga: ele e o nascido em Belém são um só. Todos, por fim, exultam: "Vos nasceu o Salvador, que é o Cristo Senhor!"

A *Salle sur l'Eau*, o salão no Palácio Real de Paris construído para as grandes cerimônias e festas, estava suntuosamente preparada para o banquete natalino. Pode-se ter ideia de como foi tal ceia a partir do relato que faz Mateus Paris de outro jantar oferecido por São Luís ao rei da Inglaterra seis anos antes:

> Todos os cômodos estavam cheios de convivas. Não havia porteiro nem controlador na porta central nem em qualquer entrada, o acesso estava largamente aberto a todos e lhe tinha sido dada uma suntuosa restauração, o único aborrecimento poderia vir da superabundância de comida. [...] Jamais se viu no passado banquete tão nobre, tão brilhante, tão bem frequentado, nem no tempo de Assuero, nem no tempo de Artur, nem no tempo de Carlos Magno. A inesgotável variedade de pratos foi magnífica. A abundância das bebidas, deliciosa. A qualidade do serviço, agradável. A ordenação dos convivas, bem regulada. A largueza dos presentes, superabundante.[465]

Distribuídos nas mesas de honra, São Luís e a rainha Margarida da Provença, seus filhos mais velhos — Isabella (com seu marido Teobaldo, rei de Navarra), Luís, Filipe — e talvez alguns dos mais jovens — João Tristão, Pedro, Branca. Ao lado de São Luís, o rei Henrique III da Inglaterra, com sua mulher, a rainha Leonor da Provença e seus filhos: Beatriz, Edmundo e, é claro, o príncipe herdeiro Eduardo, com sua jovem esposa Leonor de Castela. Estavam lá, ainda, os dois irmãos sobrevivente de São Luís e suas consortes: Afonso de Poitiers e sua mulher, Joana de Toulouse; Carlos de Anjou e sua esposa, Beatriz da Provença. Estava presente igualmente o irmão do rei da Inglaterra, Ricardo, conde

465 Mateus Paris, t. VIII, pp. 84-85. Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. III, p. 564.

Digitalizado com CamScanner

da Cornualha, com sua mulher Sancha da Provença. Eis o admirável quadro das quatro belas irmãs da Provença, casadas com dois reis e com os irmãos deles dois, novamente reunidas, sob o olhar orgulhoso da mãe de todas elas, Beatriz de Saboia, a respeito da qual escreveu Mateus Paris que "podia se gloriar ao considerar suas filhas, pois não há no sexo feminino uma só mãe no mundo que poderia glorificar e se felicitar dos nobres frutos de seu ventre como ela de suas filhas".[466] Comemoravam todos, como uma grande família, o nascimento do Salvador.

Há vinte dias fora selada, em definitivo, a paz entre a Inglaterra e a França. O reino estava em paz internamente e com seus vizinhos. As reformas que São Luís iniciara estavam em rápida implementação; a justiça triunfava; a França alcançava uma prosperidade inaudita; e a cristianização, levada a cabo pelo santo rei em todos os âmbitos, ordenando todas as coisas ao Divino Redentor, ao Cristo coroado de Espinhos, estava em marcha.

Se a Cristandade, nos três séculos da era feudal, diz Régine Pernoud, "foi uma época de inegável prosperidade", [467] a França do tempo de São Luís, acrescenta Daniel-Rops, "foi, aos olhos de toda a Cristandade, a terra mais feliz e abençoada".[468]

Até mesmo o cético Jean-Christophe Cassard não hesita em afirmar que, no reinado de São Luís, a França viveu um tempo feliz:

> A economia prosseguia sua expansão; o domínio real crescia; se desenvolvia intelectual e juridicamente; a autoridade real se afirmava, e o rei, Paris e a França gozavam de um grande prestígio em toda a Cristandade Ocidental. O sorriso dos anjos de Reims exprime a plenitude daqueles tempos.[469]

Acrescenta Bainville que

---

466 Mateus Paris, t. VIII, pp. 79-80.

467 Pernoud, 2023, parte II, p. 93.

468 Daniel-Rops, t. 3, p. 332.

469 Cassard, cap. XI, p. 576.

Digitalizado com CamScanner

> Se a figura de São Luís se tornou tão rapidamente [um] ideal, se ela se tornou uma lenda, não é somente porque este rei era bom, justo e caridoso. É porque, sob seu reino, pela sua "boa justiça", como dizia Joinville, a França tornou-se mais próspera, a vida mais doce, mais segura, mais humana. São Luís legou à monarquia francesa e à França um renome que não desapareceria jamais.[470]

É digno de nota que, naquela época em que a heráldica se firmava, a maioria das casas reais da Cristandade adotava por emblemas animais ferozes e toda sorte de predadores: a casa real da Inglaterra ostentava três leopardos; as dinastias reinantes em Leão e Castela, na Hungria, Dinamarca, Suécia, Noruega e Escócia exibiam furiosos leões; a Polônia, a Sicília e o Sacro Império Romano, portentosas águias. E quanto à França? "A casa de França" diz Bainville, "escolheu três modestas flores". "São Luís era", diz ainda, "a pureza dos lírios".[471]

As flores-de-lis que trazia em seu manto — símbolos dos santos do céu — e a relíquia da Coroa de Espinhos que tinha sob sua guarda, eram sinais da autoridade moral da qual São Luís era dotado, que se impunha e que ninguém ousava contestar. Demonstra-o sua íntima conexão com o papado: Inocêncio IV, que busca refúgio na França; Alexandre IV, que mantem-se próximo do santo rei; a eleição de um papa francês em 1261; a nomeação de muitos cardeais franceses (homens especialmente ligados a São Luís); e, por fim, a eleição de um dos seus amigos e conselheiros, como Papa Clemente IV em 1265.[472] Numa época em que a Igreja se preocupava com a interferência laica nos seus assuntos, dificilmente os cardeais elegeriam papa um conselheiro de um rei. No entanto, não era aquele um rei qualquer, era o rei Luís IX da França. Quem duvidava de sua conduta e da integridade de suas ações? Quem pensaria que ele

---

470 Bainville, cap. V, p. 60.

471 *Ibid.*, cap. V, p. 58.

472 Llorca *et al.*, 5ª ed., t. II, parte II, pp. 620-621. Richard, parte III, cap. III, pp. 384-385.

usaria de sua influência pessoal para manipular a seu favor o novo Sumo Pontífice? Ninguém, escreve Daniel-Rops, nunca sequer desconfiaria de suas intenções.[473]

Há um episódio que, talvez mais do que qualquer outro, evidencia o que São Luís significava para o mundo cristão ainda em vida: após expulsar os latinos e recuperar Constantinopla em 1261, o imperador bizantino Miguel VIII Paleólogo, temendo uma nova cruzada ocidental contra sua capital, entrou, em 1263, em negociações com o Papa Urbano IV, propondo a restauração da comunhão entre Roma e Constantinopla. As tratativas duraram até 1269, quando aquele imperador, apavorado ante ameaças externas, enviou embaixadores a Roma para concluir o assunto. No entanto, a Santa Sé estava vacante há algumas semanas e demoraria para que um novo papa fosse eleito. A quem coube apresentar sua causa aos cardeais eleitores? A São Luís, cuja intercessão foi reclamada por Miguel VIII. Eis, então, o santo rei chamado a ser intermediário em tão alto assunto: o retorno dos gregos à Igreja Católica.[474]

Destarte, faltando um pontífice, quem representaria melhor o Ocidente e a Igreja Católica do que o homem então sentado no trono da França? O imperador bizantino escreveu-lhe prometendo o fim do cisma, alegando que os gregos reconheceriam o papa como seu pai espiritual e primeiro dos bispos, e restabeleceriam a antiga unidade entre Ocidente e Oriente, tal como existira no primeiro milênio. Dizia a São Luís que, apesar de ser seu desejo, de seu clero e de seu povo retornarem à obediência da Igreja Romana,[475] não haviam obtido da Santa Sé nenhuma resposta satisfatória a respeito. Solicitava, outrossim, que o santo rei fosse o árbitro na questão, prometendo respeitar o que ele decidisse. Embora São Luís desejasse ardentemente o retorno dos cismáticos à Igreja, diz Rohrbacher, sabia que não lhe cabia arbitrar esta matéria. Contudo,

473 Daniel-Rops, t. 3, p. 335.

474 Hergenröther, t. III, c. 253, p. 158.

475 Não era verdade que o povo e o clero bizantinos queriam retornar à Igreja Católica.

Digitalizado com CamScanner

respondeu a Miguel que, mesmo não podendo se pronunciar a respeito, solicitaria de boa vontade a conclusão do caso pela Santa Sé. Enviou, então, a Roma dois franciscanos, Eustáquio de Arras e Lamberto de la Coutura, com cartas aos cardeais que governavam a Igreja Romana desde a morte do papa, com o pedido do imperador e a resposta do rei.[476]

O prestígio de São Luís irradiava muito além do Corno de Ouro, alcançado a Ásia Central. Com efeito, em certa conversa entre o frei Guilherme de Rubruck e o khan mongol Sartaq, este perguntou-lhe quem era o maior senhor entre os cristãos. O frei respondeu que era o imperador romano-germânico, ao que o mongol replicou: "Não! É o rei da França".[477] Também o khan Hulegu o considerava o "mais eminente dos reis cristãos do Ocidente".[478]

No mundo árabe, o cronista Djamal al-Din escrevia que este príncipe "de rosto bonito" "tinha sagacidade, firmeza e devoção", e que "suas qualidades lhe atraíram a veneração dos cristãos, que tinham nele uma extrema confiança."[479]

Em razão de seu "comportamento perdoador e gentil não apenas com seus súditos", escreveu Beaulieu, "mas também com seus vizinhos e com os que viviam fora de suas fronteiras,"[480] por sua santidade de vida, seu rigor de caráter e seu amor a Deus, tornou-se o homem mais respeitado da Cristandade e a maior autoridade moral entre os povos cristãos. Desde que retornou da cruzada, diz Bénouville, seu ascendente sobre o mundo era tal que o tornava "o verdadeiro suserano moral dos príncipes do Ocidente".[481]

---

476 Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, pp. 664-665.

477 Richard, parte III, p. 275.

478 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 238.

479 Djamal al-Din *in* Lévis-Mirepoix, p. 256.

480 Beaulieu, cap. 20, §2.

481 Bénouville, cap. VI, p. 190; cap. III, p. 83.

Digitalizado com CamScanner

Não foi por seu poder político ou pujança militar que São Luís alcançou tamanho prestígio ainda em vida, mas por ser quem era, por ser uma imagem viva de Deus no mundo, escreveu seu confessor:

> É crucial compreender este fato que aparece claramente como obra do poder divino e como declaração dos méritos deste santo rei: embora ele não fosse extravagante em dar generosos presentes aos barões e cavaleiros do reino e aparentemente contido em elogios que pudessem impelir seus corações a amá-lo, todas as pessoas grandes e pequenas o mantinham em grande reverência e temor por causa de sua fé, sua santidade e sua justiça. Por conhecê-lo como um homem justo e santo, eles o temiam.[482]

É por isso que, continua o confessor, depois de sua juventude ninguém na França se tenha atrevido a rebelar-se contra São Luís ou tenha seguido um caminho contrário ao seu. Todos sabiam que, quem ousasse revoltar-se, seria debelado, mas antes pelo prestígio moral e espiritual que o rei detinha e que impulsionava multidões, do que por seu poder militar.[483]

Mas se o reinado de São Luís foi o que se acabou de descrever, é por suas ações exteriores terem refletido a ordenação interna de sua alma. Afinal, escrevera São Bernardo, ninguém pode dar o que não tem: a autoridade, a paz e a ordem no exercício do governo nascem de uma alma bem orientada.[484]

Cumpre encerrarmos este capítulo com o questionamento feito por Bordonove: o mundo que cercava São Luís via nele o santo que já era?

> Os parisienses, que viam este homem tão doce, este príncipe com olhos de pomba, modestamente vestido, este rei com olhar angélico, tão alto, um pouco magro, o conheciam de fato? Estes pobres que se agrupavam

---

482 Beaulieu, cap. 20, §2.

483 *Ibid.*, cap. 20, §2.

484 Bouchet, 1998, cap. III, p. 70.

> em torno dele para receber uma moeda ou a cura de suas doenças, estes monges que comiam com ele, estes citadinos que o viam em procissão descalço, com a cabeça baixa, ou administrando a justiça entre seus juristas, os senhores que o cercavam e mesmo o bom Joinville, teriam percebido este segredo ardente, mediam a terrível sede do amor divino que o consumia? Cada um o via por uma faceta de sua pessoa: o rei das solenidades, em majestade; o legislador; o árbitro; o juiz; o amigo dos humildes; o soldado heroico; o irmão dos cistercienses, dominicanos e franciscanos; o pai atento à educação de seus filhos; o terno esposo do qual o único defeito era ser "diferente"; e o cristão zeloso que odiava tudo que pudesse ofender o Criador, tanto o pecado quanto a heresia. Respeitavam-no, reverenciavam-no como o principal rei do Ocidente, se admirava a retidão de seus julgamentos, sua paciência, sua moderação, sua caridade, seu comportamento exemplar, sua simplicidade, sua ciência teológica e jurídica, sua firmeza envolta em cortesia, seu rigor temperado pela sabedoria. Mas quem percebia que a santidade trilhava seu lento caminho nele e, passo a passo, o conduzia ao martírio?[485]

Jean Richard considera que os seus contemporâneos enxergavam nele a manifestação de Deus e que muitos, ainda quando vivia, chamavam-no "o santo rei".[486] Na opinião de Carolus-Barré, o digno rei era considerado, ainda em vida, um santo, "não somente por seus súditos, mas também fora do reino".[487] Diz ainda o duque de Luynes, em suas notas à *Chronica Majora* de Mateus Paris, que aos contemporâneos Luís IX já era aparecia como santo.[488] Ademais, em sua continuação à dita crônica, antes mesmo da canonização, Guillaume de Rishanger não hesita em chamá-lo "São Luís".[489]

---

485 Bordonove, parte VI, cap. 1, pp. 275-276.

486 Richard, conclusão, p. 576.

487 Carolus-Barré, Introduction, p. 13.

488 Luynes *in* Guillaume de Rishanger, *cont.* Mateus Paris, t. IX, p. 159, nota nº 1.

489 Guillaume de Rishanger, *cont.* Mateus Paris, t. IX, p. 159.

Digitalizado com CamScanner

Concluamos com Geoffroy de Beaulieu, segundo o qual:

> Em verdade, seu trono brilhava como o sol ante todos [...], pois assim como o sol derrama seus raios por toda parte, emanando as bênçãos de sua luz e calor para todos os lugares, assim [ele] foi com os brilhantes exemplos de sua vida e com as boas obras nascidas de sua inesgotável caridade e de seu amor.[490]

Enfim, em toda a Cristandade se tinha ciência de que havia um santo sentado no trono da França.

490 Beaulieu, cap. 20, §2.

Digitalizado com CamScanner

"A morte de São Luís", de Jean-Baptiste Auguste Leloir. Séc. XIX.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO 9

DO HORTO AO CALVÁRIO: A PAIXÃO DE SÃO LUÍS

1. A PERDA DO FILHO

Os festejos natalinos de 1259 se encerraram deixando todos os convivas maravilhados com a magnificência das cerimônias e da ceia oferecida por São Luís, da qual tomaram parte o rei Henrique III da Inglaterra e sua família como gesto de reconciliação com a família real francesa. O reinado do santo rei parecia em seu zênite, mas suas experiências pretéritas e os ensinamentos de todos os santos lhe faziam saber que as exigências da santidade não admitem uma vida de apenas sucessos e imune de sofrimento.

Semanas depois, nos primeiros dias de janeiro de 1260, São Luís foi avisado de que seu filho primogênito, o príncipe herdeiro Luís, estava acamado, acometido por dores de estômago lancinantes e por febres altas. Padecia, tudo leva a crer, de apendicite. O príncipe estava há pouco de completar dezesseis anos, mas a infecção avançou e o impediu de ultrapassar os quinze... não resistiu, morrendo em 11 de janeiro de 1260.

A morte do jovem Luís surpreendeu a todos. O rei da Inglaterra, que já estava a caminho do seu reino, retornou imediatamente a Paris para assistir ao funeral do rapaz, que era sobrinho de sua esposa. Foram digníssimas as exéquias preparadas por São Luís para seu filho, cujo corpo foi levado primeiramente a Saint-Denis, sendo velado pelos monges da abadia, os quais passaram a noite entoando salmos pela alma do jovem. De lá foi carregado pelos principais nobres da França e pelo próprio

Digitalizado com CamScanner

rei da Inglaterra à Abadia de Royaumont, onde o príncipe foi sepultado após a celebração de um magnífico funeral.[1]

São Luís e Margarida da Provença já haviam perdido dois filhos pequeninos — a princesa Branca, falecida em 1243, e o príncipe João em 1248 —, mas a dureza da época tornava a morte prematura de crianças um fato tristemente comum. A perda de um filho quase adulto era bem mais dolorosa, sobretudo a de um tão esperado e amado, e no qual se depositava tantas expectativas.[2] Ele era reconhecido por todos como "já radiante de virtudes e de capacidade real, digno filho de seu pai".[3] A sucessão não estava ameaçada, pois o casal enlutado tinha outros quatro filhos homens; mas o jovem Luís parecia dotado de todas as qualidades necessárias para ser um dia um grande rei, encontrava-se noivo de sua prima, a infanta Berengária de Castela,[4] e fora cuidadosamente preparado por São Luís para sucedê-lo.

Àquela altura, em que já ultrapassara há muito os umbrais da santidade, o santo rei já crescera sobremaneira na virtude da esperança, mas isso não o preservou de uma dor crudelíssima, que atravessou seu peito como um dardo pontiagudo. Escreveu o menestrel de Reims que ele "carregava tal luto que ninguém podia consolá-lo [...] assim carregava, o rei, o luto pelo filho que mais amava e era um luto tão triste que ninguém podia

---

1 São Luís reservara a Basílica de Saint-Denis para o sepultamento de reis e rainhas, designando Royaumont como local de enterro de príncipes e princesas que não chegassem a reinar (Condet, *Epístola* II). Mas hoje o corpo do jovem príncipe jaz em Saint-Denis, para onde foi transferido em 1817. O túmulo, esculpido ainda no tempo de São Luís, ostenta uma estátua jacente do príncipe, retratado como um rapaz belo e calmo, de mãos postas em oração aguardando a ressurreição. Abaixo, há pequenas estátuas em alto-relevo de figuras enlutadas que representam os que compareceram ao enterro, como São Luís, o rei da Inglaterra e os barões, carregando o caixão.

2 Bordonove, parte VI, cap. 3, p. 293.

3 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 240.

4 Infanta de Leão e Castela, filha de Afonso X e Iolanda de Aragão, Berengária estava prometida a Luís da França, mas após a morte do noivo, optou por não se casar, tornando-se religiosa no Mosteiro de Las Huelgas em 1284, onde morreu em 1300.

Digitalizado com CamScanner

arrancar-lhe uma palavra". Como a Cristandade amava São Luís, todos se mostraram condoídos com a perda do príncipe: o Papa Alexandre IV escreveu-lhe palavras de consolo, o rei da Inglaterra — como mencionado — viera para o funeral, e de todas as partes ele recebia missivas de condolência. Frei Vincent de Beauvais chegou a escrever para São Luís um belo texto sobre a esperança cristã, uma obra-prima do gênero — a conhecida *Epistola consolatoria ad Ludovicum regem de morte amici* — na tentativa de amenizar sua dor. Mas quem logrou tirá-lo do luto foi seu amigo e conselheiro Eudes Rigaud, arcebispo franciscano de Rouen. Tendo São Luís relatado a ele seu profundo sofrimento, o prelado contou-lhe uma parábola cuja lição era de que não se devia carregar grande luto pelo que não se pode recuperar: "Senhor", concluiu Eudes, "vedes bem que não podeis recuperar vosso filho e deveis crer que ele está no paraíso e vos deveis consolar."[5]

Após tais edificantes palavras, a alma atribulada de São Luís pôde, conforme as belas palavras do padre Royo Marín, "contemplar o Céu através do cristal de suas lágrimas".[6]

Deixou o luto... mas não deixaria a cruz.

2. No Monte das Oliveiras

"*Disse-lhes, então, Jesus: 'A minha alma está numa tristeza mortal; ficai aqui e vigiai comigo'*" (Mt 26,38).

Naquela derradeira noite, ensinam os mestres espirituais, todos os sofrimentos, torturas e humilhações que padeceria passaram à vista do Divino Redentor. Estremeceu, tomado de terror, experimentando profunda amargura, uma angústia e um desgosto indizíveis. Diria à Santa Margarida Maria Alacoque que nunca, em toda a sua vida e paixão, seu Sagrado Coração sofrera tanto quanto no Getsêmani. A ciência não apenas dos suplícios físicos, mas também da ingratidão de muitos daqueles

---

5 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 241 e 2ª parte, cap. IV, p. 343.

6 Royo Marín, parte III, cap. II, p. 195.

pelos quais morreria, torturou sua alma mais do que a consciência de todos os açoites, espinhos e cravos que seus algozes Lhe reservavam.[7] Mas, resignou-se à vontade do Pai (Mt 26,39) e veio do céu um anjo para confortá-Lo (Lc 22,44).

Sobre o que Lhe disse o anjo consolador, cogita o padre Tanquerey:

> O Evangelho se cala sobre esse ponto. Mas podemos imaginar que ele lhe recordou que seus sofrimentos tão dolorosos iriam salvar um grande número de almas; que, ao lado dos ingratos que desprezariam o seu amor, haveria milhões de almas generosas que se compadeceriam de suas angústias e ambicionariam a honra de partilhá-las com ele, oferecendo-se como vítimas voluntárias para consolá-lo e colaborar com ele na salvação das almas, e que, um dia, esses milhões de almas partilhariam de sua glória e de sua felicidade eterna.[8]

Caso a intuição de Tanquerey esteja correta, é de se supor que, se no horto Cristo sofreu ao ver-se levado, no dia seguinte, ao rei Herodes, e ser desprezado e humilhado por tão pérfido monarca, o anjo O consolou lembrando-Lhe de que um dia, doze séculos depois, haveria outro rei que O amaria a ponto de fazer de sua vida continuação e reparação aos seus sofrimentos. E se o anjo Lhe mostrou os rostos das milhões de almas que O amariam e O consolariam, dentre eles deve ter estado o de São Luís que, ao contrário de seus discípulos que então dormiam (Mt 26,40-41), não dormiria no cumprimento de Sua vontade.

O Cristo agonizante no Horto, o Cristo apresentado à multidão coroado de espinhos, o Cristo crucificado, era o soberano modelo para Luís IX. Desde muito cedo, lembra Bénouville, ele soube o significado do sofrimento para a alma cristã, compreendendo que "não são apenas as conquistas que manifestam a glória, mas também, e sobretudo, as provações corajosamente sofridas" e que "as atribulações desta vida, as dores

---

7 Tanquerey, 2014, cap. I, pp. 42-44.

8 *Ibid.*, 2014, cap. I, pp. 44-45.

Digitalizado com CamScanner

elevam-nos sem medida, produzindo em nós um peso eterno de glória".[9] Ansiando pela majestade que só é dada aos que tomam sua cruz, São Luís procurou em tudo unir-se ao seu Divino Redentor, seguindo-O até onde muitos já O haviam abandonado, unindo-se a Ele no seu madeiro de sofrimento, amando-O com o amor com que Ele nos ama. Eram essas as aspirações do coração ardente de Luís, desde o momento em que, à beira da morte em 1244, disse: "Deem-me a cruz".

Doravante, sua vida seria uma sucessão de dores: desde os sofrimentos da cruzada até o cativeiro humilhante sob os infiéis, passando pela derrota no Egito e as angústias padecidas na Terra Santa, a morte dos que mais amava — o irmão, a mãe, o filho —, a desolação espiritual depois de seu retorno com a aparente ausência de Deus, as dificuldades no governo do reino, os pecados de seus súditos, as terríveis doenças que o perseguiam. E a essas dores involuntárias ele acrescentou uma vida penitente, uma ascese rigorosa, um combate ardoroso contra as potências da carne e uma entrega irrestrita a Deus e à Igreja.

Nos momentos de glória e de logro, quando seu reino prosperava, quando toda a Cristandade o admirava e o venerava, estava lá a sombra da cruz. Mas, aquela sombra em nada atrapalhava seus desígnios, e sim orientava seus caminhos: estava ciente de que precisava percorrer, para alcançar a glória dos céus, o caminho de seu Senhor até o Calvário.

Seu próprio nascimento preludiara esse destino. Tendo ele vindo ao mundo no dia de São Marcos Evangelista, 25 de abril, comenta Bénouville:

> Neste abril em que a primavera dá as primeiras mostras de seu canto, era costume em França celebrar procissões ditas das Cruzes Negras. As primeiras flores dos campos e das sebes, as mais belas ramagens, eram oferecidas aos calvários solitários que, nas encruzilhadas de todos os caminhos, proclamam a grandeza da renúncia.[10]

---

9 Bénouville, cap. I, p. 19.
10 *Ibid.*, cap. I, p. 32.

O próprio Joinville interpretava isso como um "presságio para os numerosos peregrinos que morreram na cruzada do Egito e na de Cartago, onde o Santo Rei achou a morte".[11]

Ante um doloroso contratempo em 1251, São Luís dissera: "nem esta adversidade, nem nenhuma outra, qualquer que seja, poderá me separar do amor de Cristo."[12] Ao seu filho, futuro Filipe III, ensinou: "Se o Senhor permitir que te venha alguma tribulação, deves suportá-la com mansidão, de bom grado e com paciência, pensando que tu bem a mereces e sabendo que Deus tudo tornará para o teu próprio bem".[13]

Nos sofrimentos de São Luís não vemos, com efeito, apenas resignação, tampouco mera aceitação, mas verdadeiro amor à cruz, a gratidão por poder sofrer com o Senhor, "um arrebatamento, um fervor, uma constância que somente o amor pode dar"[14] e, ainda mais, uma clara "loucura da cruz", quando o amor atinge "um tal grau de magnanimidade que leva os santos a desejar toda a sorte de sofrimentos interiores e exteriores, para mais se identificarem com o divino Crucificado e para o ajudarem mais eficazmente em sua obra redentora (...)".[15]

Após a morte do príncipe Luís, em 1260 — aquele que talvez tenha sido o maior de seus sofrimentos —, o santo rei só progredirá no amor: será naquela última década que São Luís mais crescerá em sua união com Deus descrita no capítulo 5, em que realizará a maior parte das grandes obras de misericórdia descritas no capítulo 6, e que mais se esforçará para bem governar seu povo, conforme visto no capítulo 8.

E essa década de 1260, que seria a última de sua vida, foi igualmente um período de sofrimento crescente, tanto no corpo quanto na alma, e a

---

11 Joinville, parte II, §69.

12 Mateus Paris, t. VII, p. 205.

13 S. Luís, *Instruções ao seu filho Filipe*, §3.

14 Tanquerey, 2014, cap. III, p. 134.

15 *Ibid.*, 2014, cap. III, p. 147.

Digitalizado com CamScanner

preparação para o derradeiro sacrifício que se consumaria quando de seu último combate.

3. O FLAGELO DAS DOENÇAS

"*Pilatos, então, tomou Jesus e o mandou flagelar*" (Jo 19,1). São Luís, suportando as doenças que o acometiam, buscava unir-se às dores de Cristo que, amarrado à coluna, recebera em nosso nome a punição a nós devida. Tomava amorosamente parte de seu flagelo, atando seu corpo chagado pelas enfermidades ao corpo de Cristo chagado pelas chibatadas.

Nunca teve boa saúde. Era alto, mas de compleição franzina; sua presença era imponente, mas seu corpo era frágil. No entanto, suportava as doenças de forma surpreendentemente heroica: do mesmo modo como enxergava Jesus nos doentes — sobretudo nos leprosos —, via-O também em si mesmo, não com autocomplacência, mas com alegria por poder-se unir a Ele em suas dores: "Deparando-se com uma situação dolorosa", escreveu Saint-Pathus, "ele a encarava calmamente, quase com alegria, pensando nos méritos que obteria aos olhos de Deus".[16]

Em 1244, após a Guerra de Saintonge contra os barões rebeldes e contra o rei da Inglaterra, São Luís foi acometido pela malária (ou, como era chamada essa enfermidade, impaludismo ou febre terçã), ficando tão debilitado em razão dos vômitos, da diarreia, das tonturas, das dores abdominais e de cabeça, que chegaram a julgá-lo morto.[17] Durante a Sétima Cruzada, no acampamento diante de Mansurá, contraiu disenteria e escorbuto, de modo que uniam-se nele as dores de estômago e a desidratação (em razão da evacuação quase ininterrupta própria da disenteria) às dores musculares e ósseas, aos sangramentos e erupções cutâneas do escorbuto. Mas ainda assim não abandonou seus homens, caindo, por isso, cativo dos muçulmanos; estava em estado gravíssimo, e diziam que seu

16 Saint-Pathus, cap. 12, §8.

17 Joinville, parte II, §106.

corpo se tornara apenas pele e osso. Na viagem entre o Egito e a Terra Santa, ficou novamente enfermo, a ponto de mal conseguir sair de sua cama.[18] Já na França, em 1259, enquanto estava no Castelo de Fontainebleau, São Luís apanhou outra séria doença. Pensando que chegara a hora de render a alma a Deus, pediu que viesse o arcebispo Eudes Rigaurd à sua cabeceira para dar-lhe a extrema-unção.[19]

Todas essas enfermidades deixavam consequências físicas permanentes e algumas delas voltavam a atormentá-lo repetidas vezes, como a malária. E havia outro mal que particularmente o perseguia, uma erisipela na perna direita, relatada por Saint-Pathus:

> Ele tinha uma perna que ficava dolorida três ou quatro vezes por ano e, às vezes, o atormentava, ora mais, ora menos. Quando o rei se via tomado pela doença, não percebia e nem ouvia bem as coisas ao seu redor, de tanto que a doença o maltratava, não podendo comer nem dormir. A dita doença permanecia por três dias, às vezes menos, até ele poder deixar o leito por suas próprias forças. E quando esta doença começava a ser menos penosa, sua perna direita entre a panturrilha e o tornozelo ficava vermelha como sangue e inflamada. Essa vermelhidão e inflamação duravam um dia inteiro até a noite. E, pouco a pouco, melhorava, tanto que no terceiro ou quarto dia a perna voltava a ficar como a outra.[20]

Mas não é a gravidade das doenças que surpreende, e sim a forma com que ele as suportava. Diz Saint-Pathus que "apesar de seus sofrimentos físicos, de seus cruéis infortúnios, de suas humilhações, nunca se ouviu um murmúrio, nunca um movimento de raiva ou impaciência apareceram no seu rosto; ele permanecia continuamente em oração".[21] Já Guilherme de Chartres nos revela que São Luís não apenas suportava as doenças, mas crescia espiritualmente com elas: "como homem totalmente

---

18 *Ibid.*, parte II, §§403-404.

19 *Ibid.*, parte I, §21.

20 Saint-Pathus, cap. 12, §9.

21 *Ibid.*, cap. 12, §2.

Digitalizado com CamScanner

ancorado na fé, e inteiramente absorvido pelo espírito, quanto mais estivesse esmagado pelos males da adversidade e da doença, mais fervor mostrava e mais manifestava nele a perfeição da fé".

Saint-Pathus acrescenta ao seu relato da erisipela uma ocasião em que São Luís pôde especialmente mostrar sua paciência no sofrimento. Certa noite, um valete de sua câmara, antigo servente do rei Filipe Augusto, viera ver o estado de sua perna. Acendeu uma vela e segurou-a sobre a perna do rei, deixando que uma gota de cera caísse na parte dolorida. "Eu vos machuquei!", gritou o homem. Ao que São Luís, contorcendo-se de dor, respondeu: "Ah, Jean! Por muito menos meu avô vos teria despedido!" Mas o santo rei não se queixou e nunca mencionou o fato, mantendo o dito valete a seu serviço.[22]

Sujeitando-se com paciência a todas essas enfermidades, São Luís vivia em seu próprio corpo a flagelação de Cristo, consagrando a Ele e divinizando todas essas dores.

4. Os espinhos da coroa

"Os soldados, tecendo uma coroa de espinhos, puseram-na na cabeça (...)" (Jo 19,2). Muitas vezes repetimos que o modelo que São Luís procurou imitar enquanto rei foi o de Cristo coroado de espinhos, padecendo como Ele as dificuldades da verdadeira realeza, e buscando não o engrandecimento e glorificação pessoal, ou governando com o intuito de subjugar tiranicamente seus súditos, mas procurando se sacrificar por Ele, tal como registrou Saint-Pathus.[23]

Um dos traços mais característicos e próprios de São Luís foi não ter vivido para si. Não se nota nele um só sinal de empáfia, arrogância ou egoísmo, mas de integral dedicação ao bem-estar e à salvação dos outros. Ele portou a coroa suportando generosamente os espinhos que a

---

22 *Ibid.*, cap. 12, §9.

23 *Ibid.*, cap. 9, §5.

Digitalizado com CamScanner

monarquia cristã exigia suportar, desde os maiores e mais profundos — que o atormentavam até os recônditos de sua alma — até os pequenos, como as incômodas contrariedades, vividas com tamanha doçura e paciência que nos fazem recordar de Santa Teresinha.

Os espinhos mais dolorosos eram as injustiças eventualmente ocorridas na França, as derrotas cristãs na Terra Santa e, sobretudo, os pecados de seus súditos. Apesar de se manter exteriormente firme ao emitir sentenças rigorosas, seu coração sofria ao fazê-lo, assim como quando tomava ciência de brigas violentas ou de assassinatos ou quando essas situações eram apresentadas para que ele as julgasse. Isso, diz Saint-Pathus, "lhe causava uma grande dor".[24] As blasfêmias e juramentos falsos proferidos por alguns de seus súditos o atormentavam, a ponto de ele dizer que preferia ser marcado com ferro em brasa nos lábios "se desse modo esse vício pernicioso fosse completamente banido de seu reino".[25] Não há, com efeito, estado de espírito mais semelhante ao de Cristo, que recebeu em seu próprio corpo as feridas correspondentes aos pecados de seus súditos.

Para um místico como São Luís, não era deleitoso ver-se cercado por multidões. No entanto, apesar do inconveniente, buscava estar junto de seu povo: ao visitar igrejas, descalço, na Sexta-Feira Santa, proibiu que seus guardas afastassem a massa de pobres que se aglomerava ao seu redor para receber suas esmolas, empurrando-o e apertando. Paciente e sem queixar-se, São Luís dizia que Jesus Cristo sofrera bem mais do que ele naquele dia.[26]

Pequenos espinhos do dia comum eram também fonte para que ele exercitasse sua paciência. Relata Saint-Pathus que

> ele tinha uma paciência angélica tanto nas circunstâncias mais sérias quanto nos pequenos inconvenientes da vida [...]. Não era somente na presença de sua corte ou de seu povo que o piedoso rei demonstrava

---

24 *Ibid.*, cap. 9, §7.

25 Beaulieu, cap. 33, §1.

26 Saint-Pathus, cap. 12, §8.

paciência e humildade ilimitados. As ocupações mais vulgares, os pequenos eventos íntimos, sempre foram ocasião para ele sofrer e superar sua natureza.[27]

Demonstrava uma paciência sem brechas para com os que o rodeavam, surpreendendo a todos pela forma como tratava e perdoava os que lhe serviam. Como diz David O'Connell, "os aspectos domésticos da vida de São Luís se caracterizam pela doçura e pela paciência das quais dá prova diante das faltas dos servidores de boa vontade".[28] O mesmo autor invoca, como prova da liberdade com que os servos do santo rei podiam dirigir-se a ele, aquele episódio já narrado no capítulo 5, quando São Luís foi repreendido pelo que servia sua sopa ao jogar água fria para retirar-lhe o sabor.[29] Quando cometiam algum erro, sua única forma de repreensão era dizer: "Eu vos perdoo, mas que não voltes a fazê-lo".[30]

Certa vez, São Luís viera de Paris para Vincennes, e um dos camareiros colocara sua túnica de refeição em um baú, mas esquecera a chave em Paris. Procurou-se inutilmente a vestimenta nos baús abertos e, constatando-se que ela estava no baú trancado, um dos camareiros quis arrombar a fechadura a fim de que o rei não se apresentasse inapropriadamente à mesa. Contudo, São Luís se opôs, preferindo vestir outro traje e fazendo troça do erro dos camareiros.[31]

Noutra ocasião, São Luís entrou em sua alcova e não encontrou ninguém para servi-lo, embora houvesse seis camareiros a seu dispor. Ele os procurou pelo jardim e por todas as salas do palácio sem encontrá-los. Um cavaleiro ofereceu-se ao rei para fazer o serviço necessário, mas São Luís não permitiu. E quando

---

27 *Ibid.*, cap. 12, §§ 1 e 9.

28 O'Connell, cap. I, p. 158.

29 Saint-Pathus, cap. 13, §2.

30 *Ibid.*, cap. 12, §§2-4.

31 *Ibid.*, cap. 12, §4.

os valetes voltaram e, descobrindo que nenhum deles estivera presente para o serviço ordinário do rei, ficaram tomados de medo. Mas o rei os chamou e lhes disse simplesmente: "Ah! Finalmente vós viestes! Como eu não pude encontrar ninguém a meu serviço quando um só de vós e menor dentre vós me seria suficiente?" Contudo, estes camareiros, que temiam as consequências de sua conduta, recorreram ao frei Pierre da Trindade, capelão preferido do rei, para que ele falasse em seu favor. Luís os faz chamar e lhes disse sorrindo: "Estais tristes, porque os surpreendi em falta; eu vos perdoo, mas sob a condição de que vós não volteis a repeti-lo."[32]

E Saint-Pathus arremata:

Todos admiravam sua paciência suportando tão docemente as faltas de seus servidores e suas inexatidões durante o serviço [...] tal paciência e tal abnegação no coração de um rei no que diz respeito aos seus servos só podia ser fruto das virtudes de um santo, no qual dominava o desejo de sofrer todas as humilhações impostas nesta terra a Nosso Senhor.[33]

Desejando, destarte, passar por todas as humilhações sofridas por Cristo coroado de espinhos, insultado pelos soldados (Mt 27,28) e apresentado como "*Ecce homo*" por Pilatos à multidão (Jo 19,5), perdoava "todo tipo de insulto".[34] Já expusemos a paciência com que respondeu humildemente o xingamento de certa popular chamada Sarrette, a qual lhe falou sem receio que ele deveria ser expulso do trono; e ainda como, ao ser chamado de "frei Luís" e injuriado por cidadãos insatisfeitos, ouvia os gritos sem puni-los. Noutro momento, enquanto São Luís conversava com seus cavaleiros, um camareiro entrou no quarto e ouviu o rei dizendo com autoridade: "Eu afirmo que isso é verdade". O camareiro se virou para ele e disse: "Sois um homem como os outros". Todos se assustaram

---

32 Saint-Pathus, cap. 12, §4.

33 *Ibid.*, cap. 12, §§4 e 6.

34 *Ibid.*, cap. 12, §1.

Digitalizado com CamScanner

com a terrível impertinência, e o chefe dos camareiros, Pierre de Laon, levou o irreverente para um canto e lhe perguntou se havia perdido o juízo para falar assim com o rei; mas ele repetiu as mesmas palavras para que São Luís as ouvisse novamente. Porém, o que mais surpreendeu os presentes não foi a ousadia do camareiro, mas a paciência de São Luís, que "não mostrou raiva, nem por uma palavra de repreensão nem por um gesto de descontentamento, contra aquele que havia se esquecido sua posição".[35]

São Luís vivia em estado de total abnegação e doação àqueles cujas vidas lhe foram confiadas. Agia sempre sem murmurar, sem expressar palavras de irritação ou de impaciência, sorrindo nas adversidades, rezando nas dores e buscando imitar a paciência de Cristo coroado de espinhos. Ele padeceu todas as adversidades e dores, conclui o cronista, "procurando, acima de tudo, o amor de Deus e a salvação eterna".[36]

5. A última cruzada: São Luís toma a cruz pela derradeira vez

Em meados da década de 1260, o prestígio de São Luís, tanto no interior de seu reino, quanto no exterior, estava em seu apogeu. Na França tudo se encontrava em ordem. O Domínio Real, que compreendia àquela altura a Île-de-France, Orléanais, Berry, Valois, Vermandois, a Normandia e o Languedoc Oriental, gozava de inaudita prosperidade. Os apanágios herdados pelos irmãos de São Luís quando da morte de Luís VIII em 1226, estavam umbilicalmente ligados à coroa: o condado de Artois, sob posse do sobrinho do santo rei, o conde Roberto II;[37] os condados de Poitou e Toulouse, sob poder do conde Afonso; e o condado de Anjou, governado por Carlos, também conde da Provença e rei da Sicília. O condado de Champagne pertencia ao genro de São Luís, o rei Teobaldo II de Navarra,

35 *Ibid.*, cap. 12, §§5-7.

36 *Ibid.*, cap. 12, §1.

37 Recorde-se que seu pai e irmão de Luís IX, Roberto I de Artois, morreu em 1250, na batalha de Mansurá, na Sétima Cruzada.

Digitalizado com CamScanner

a quem nosso biografado tinha por filho. Os demais feudos — Flandres, Nevers, Forez, Borgonha — encontravam-se igualmente em paz e submissos à coroa. Diga-se o mesmo do ducado da Aquitânia, do condado de Périgord e do viscondado de Limoges, sob poder de Henrique III da Inglaterra, que se reconhecera, enquanto senhor destes territórios, vassalo de São Luís.

Não apenas a França: a Cristandade inteira, sobretudo após a morte do turbulento imperador Frederico II e após as muitas arbitragens do santo rei, gozava de inolvidável paz.

No entanto, uma sucessão de acontecimentos perturbava a tranquilidade do Ocidente: esta mesma Cristandade via-se ameaçada. Em 1261, o Império Latino de Constantinopla cedeu à pressão grega e desapareceu. Simultaneamente, vinte anos depois das primeiras invasões mongóis na Europa, uma nova ofensiva deste povo amedrontador se avizinhava.[38] Quanto ao Reino Latino do Levante, este caíra na mais profunda anarquia após o retorno de São Luís à França em 1254. Ademais, voltava-se furioso contra ele o sultão mameluco egípcio, Baibars que, após derrotar os mongóis e, qual novo Saladino, unificar a Síria e o Egito, tomou cada uma das últimas cidades cristãs da Palestina: Cesareia e Arsuf (1265), Safad e Jaffa (1266), Beaufort e Antioquia (1268), restando, em poder cristão, apenas Acre.[39]

Os papas Alexandre IV (pp. 1254-1261) e Urbano IV (pp. 1261-1264) falaram em retomar a cruzada, porém, apesar de a investida mameluca na Terra Santa ter deixado a Cristandade desolada, o transcurso de quase duzentos anos de Guerra Santa fez com que o sentimento cruzado arrefecesse. Eram poucos os soberanos católicos tentados a partir para lutar pelos cristãos no Oriente como seus antepassados. Mas havia um último rei cristão disposto a tomar a cruz e partir para o leste como soldado de Deus e, a partir de seu exemplo, levar consigo os demais.[40]

---

38 Richard, parte IV, pp. 451-452.

39 Grousset, cap. II, pp. 64-66.

40 Richard, parte IV, cap. III, pp. 522-530.

A derrota na Sétima Cruzada, apesar de cristãmente aceita por São Luís, ainda o machucava. A perda de Jerusalém em 1244, seguida de seu fracasso em 1250 e, agora, a queda da maioria das últimas posses católicas no Oriente eram "um espinho na carne" (2 Co 12,7) do santo rei. O desejo de recuperar Jerusalém jamais o abandonou e, durante os anos que se seguiram ao seu retorno, sempre se percebeu nele a vontade de retornar o mais cedo possível ao Oriente com a cruz estampada no peito para lutar e talvez morrer pelo Senhor. Não lhe restavam ambições humanas, somente a ânsia de realizar um último grande ato de amor por Deus: "ele ansiava", diz Beaulieu, "pelo fim de seus dias para tentar algum grande trabalho por Deus, e não foi fácil detê-lo".[41]

Apesar de seu coração almejar este último sacrifício, não assumiria um compromisso de cruzado sem discernimento e iluminação divina e, por isso, esperou. Acalentou silenciosamente a ideia de cruzar outra vez o mar e socorrer os cristãos da Terra Santa contra o perigo islâmico, começando desde cedo a economizar dinheiro e a poupar gastos com a corte real.

Quando sua decisão foi tomada? Sabe-se que, em julho de 1266, o fiel camareiro do rei, Pierre de Villebéon, foi a Viterbo tratar de alguns assuntos em seu nome com o Papa Clemente IV. Neste encontro, cruzada alguma foi mencionada. No entanto, em setembro do mesmo

41 Beaulieu, cap. 37, §1. Ressalta Riley-Smith (cap. 8, pp. 335-336) que nos dezesseis anos que separam o retorno de São Luís e sua segunda cruzada, ele nunca deixou de verter dinheiro para defender as posses cristãs no Mediterrâneo Oriental. O historiador não consegue precisar a quantia fornecida pelo rei durante aqueles anos, mas estima que apenas o contingente francês em Acre, mantido a expensas do rei, custava a São Luís uma média de 4 mil libras por ano (ou 1,6% da sua renda anual). Mas isso, provavelmente, não era nada comparado ao total fornecido pelo santo rei. Apenas para se ter uma ideia, em 1272, o Papa Gregório X mencionou que aproximadamente 60 mil libras enviadas por Luís à Terra Santa foram perdidas "por descuido dos oficiais", que Riley-Smith considera ser um eufemismo para a corrupção. Acrescenta o douto historiador que "a doação de fundos para prover forças militares para a defesa da Terra Santa era uma tradição que remontava ao século XII, mas que a provisão de Luís era pouco comum na medida em que era, até onde sabemos, ilimitada".

Digitalizado com CamScanner

ano, o Pontífice foi avisado da intenção do rei de fazer o voto de cruzado, e em 14 de outubro, o arquidiácono de Paris e o cavaleiro Jean de Valenciennes foram à Itália informar-lhe oficialmente. Destarte, conclui Jean Richard, São Luís tomou a decisão entre julho e setembro de 1266, justamente quando chegavam à Europa as notícias das recentes conquistas de Baibars.[42]

O pontífice em questão, Clemente IV, fora outrora Guy Foulques, conselheiro de São Luís. Homem sábio e sensato, antigo servidor do rei, Clemente sabia mais do que ninguém como a presença de São Luís era útil ao seu reino e à Cristandade. Não ignorava que sua saúde era frágil e que aquela viagem significaria um risco funesto. Não hesitando em alertá-lo sobre os perigos de sua ausência para a França e mesmo para a Europa, Clemente tentou afastar o rei de tão perigosa empresa. Mas, consultado de novo, o Pontífice não teve os mesmos escrúpulos, julgando dever encorajar Luís IX em seu desígnio, persuadido, dizia ele, de que esse desejo vinha de Deus. Enviou, então, para a França seu legado, o cardeal de Santa Cecília, Simon de Brie (outro conselheiro do rei) para que discutisse os negócios da cruzada com ele.[43]

Tomada a decisão durante a Quaresma de 1267, São Luís convocou todos os nobres e prelados do reino para uma grande assembleia em Paris, na qual faria um importante comunicado. Joinville, sem saber das pretensões de seu amigo rei, escreveu que, na noite anterior à assembleia, adormeceu enquanto ouvia as matinas e Deus lhe agraciou com uma visão: "vi o rei ajoelhado diante de um altar e vários prelados o vestiam com uma casula vermelha de sarja de Reims". Quando acordou, procurou seu confessor, o padre Guilherme, contou-lhe o sonho, e o sacerdote constatou: "Senhor, vereis que o rei tomará a cruz amanhã." Assustado, Joinville perguntou o porquê, ao que o padre respondeu: "a casula de sarja

---

42 Richard, parte IV, cap. III, p. 532.

43 Beaulieu, cap. 37, §1. Nangis, cap. 50, §§1-2. Michaud, t. V, L. XVII, p. 221. Richard, parte IV, cap. III, pp. 532-533.

Digitalizado com CamScanner

vermelha indicava a cruz rubra com o sangue que Deus derramara de suas cincos chagas; que a casula tenha sido em sarja de Reims[44] significa que a cruzada só terá resultados medíocres".[45]

Em 25 de março de 1267, festa da Anunciação, os altos barões e prelados da França estavam reunidos em uma grande sala do Louvre. São Luís entrou carregando a Coroa de Espinhos, colocou-a diante de todos com as demais relíquias da Paixão,[46] e então, diz Beaulieu:

> o próprio católico rei proferiu uma gloriosa e eficaz exortação na frente de todos, incitando-os a vingar a injúria ao Salvador na Terra Santa, já perdurada por muito tempo e, como cristãos, recuperar sua legítima herança que, em razão de nossos próprios pecados, por tanto tempo estava nas mãos dos infiéis.[47]

Quando ele terminou de falar, um silêncio morno e profundo se fez na sala, o que mostrava, diz Michaud, ao mesmo tempo a surpresa, a dor dos prelados e dos barões e seu respeito pela vontade do santo monarca. O legado do papa, o cardeal Simon de Brie, falou depois de Luís e, em sua comovente exortação, concitou os guerreiros a tomar as armas contra os infiéis.[48] São Luís levantou-se e, com profunda devoção, caminhou até o altar onde estavam depostas a Coroa de Espinhos e a relíquia da Verdadeira Cruz. Tocando-as, fez o juramento de cruzado, aceitando ver derramado sobre si o sangue das Cinco Chagas de Cristo que Joinville vira em sonho o ungirem na forma de casula.[49]

Depois dele, tomaram a cruz seus três filhos mais velhos, os príncipes Filipe, João Tristão e Pedro; seu irmão, o conde Afonso de Poitiers; seu genro, o rei Teobaldo II de Navarra; e seu sobrinho, o conde Roberto

---

44 Tecido de má qualidade.

45 Joinville, parte II, §§730-732.

46 Michaud, t. V, L. XVII, p. 222.

47 Beaulieu, cap. 38, §1.

48 Michaud, t. V, L. XVII, pp. 222-223.

49 Hergenröther, t. III, c. 243, p. 143.

II de Artois, assim como uma grande multidão de barões e cavaleiros, como os condes da Bretanha, d'Eu, de Soissons, de La Marche, de Saint-Pol e os senhores de Montmorency e Nemours.[50]

Sobre o impacto, na França, da decisão de São Luís, escreveu Michaud:

> A resolução de São Luís, da qual já se tinha um triste pressentimento, causou tristeza em todo o reino; não se podia ver sem viva aflição a partida de um príncipe cuja presença, somente, mantinha a paz e agora, por toda a parte, a ordem e a justiça. A saúde do rei se tinha debilitado muito; temia-se que ele não pudesse suportar os perigos e o cansaço de uma Cruzada. Ele partia com os filhos e essa circunstância aumentava ainda o pesar público. Os desastres da primeira expedição no Egito apresentavam-se ao espírito do povo. Lembrava-se o cativeiro de toda a família real, temiam-se maiores desgraças para o futuro [...]. No entanto, não havia nem queixas nem murmurações contra São Luís: o espírito de resignação, que era uma das virtudes do monarca, parecia ter passado para a alma de seus súditos, e, para usarmos a expressão da bula do papa, os franceses não viam no devotamento do rei algo que não um nobre e doloroso sacrifício pela causa dos cristãos, "aquela causa pela qual Deus não tinha poupado nem mesmo seu Filho Unigênito".[51]

A data da partida foi fixada para maio de 1270. A preparação da cruzada durou três anos e foi tão ou mais minuciosa quanto a da cruzada do Egito. A Igreja francesa prometeu a São Luís um dízimo de três anos, e as dioceses limítrofes da França lhe prometeram um vigésimo de três anos.

---

50 Nangis, cap. 50, §3. Opina Zeller (cap. IX, p. 469), no entanto, que todas essas pessoas tomaram a cruz "menos para empreender qualquer coisa do que para conduzir ao martírio o santo rei". Essa opinião talvez considere demasiadamente literais as descrições que Joinville faz acerca do estado de saúde de São Luís quando da cruzada. Convém levar em conta a opinião de Bordonove (parte VI, cap. 4, p. 301), segundo o qual Joinville quiçá comete exageros em sua crônica em razão de sua consciência pesada por não ter seguido até o fim seu amigo santo.

51 Michaud, t. V, L. XVII, pp. 224-225.

Digitalizado com CamScanner

O irmão do rei, Afonso de Poitiers, levantou mais de cem mil libras, e as cidades também ajudaram. Luís celebrou, ainda, contratos de transporte com Gênova e Marselha, especificando que os navios deveriam estar em Aigues-Mortes no começo do verão de 1270.[52]

Era de se cogitar que o povo francês ficasse ressentido por seu monarca decidir deixá-lo e partir para uma nova expedição da qual talvez não voltasse. Não foi, com efeito, o que se deu. Nas vésperas da cruzada, na ocasião em que o príncipe Filipe foi feito cavaleiro

> os franceses e principalmente os parisienses manifestaram seu amor por Luís IX e por sua família com demonstrações públicas de regozijo. Cessou todo trabalho em Paris por vários dias. Todos haviam enfeitado a fachada de sua casa com as mais ricas tapeçarias. Lâmpadas de diversas cores colocadas à noite em todas as janelas substituíam a luz do dia. O ar ressoava com clamores de alegria. Toda a nobreza acorreu das províncias vizinhas para assistir aos espetáculos e às festas que se celebraram, então, na capital. Mais de sessenta senhores receberam com o jovem príncipe a espada de cavaleiro das mãos do rei. As despesas dessas festas foram feitas unicamente pelo monarca. Mas a cruzada não ficou esquecida. O legado do papa pronunciou na Ilha de São Luís um discurso sobre as desgraças da Terra Santa: todo o povo ficou vivamente impressionado com as exortações do prelado; uma multidão dos cavaleiros e de guerreiros de todas as classes tomou a cruz.[53]

A resolução do rei da França, diz ainda Michaud, produziu uma viva sensação na Europa e reanimou o que ainda restava do velho entusiasmo pelas cruzadas:

> Como ele era o chefe do empreendimento, a maior parte dos guerreiros considerava uma glória combater sob seu comando; a confiança que se tinha na sua sabedoria e nas suas virtudes tranquilizava de algum modo

52 Riley-Smith, cap. 8, p. 338.

53 Michaud, t. V, L. XVII, pp. 229-230.

> os espíritos contra os perigos das expedições longínquas e dava aos povos cristãos esperanças que lhes pareciam perdidas.[54]

Em 1269, São Luís pediu ao seu sobrinho, o príncipe Eduardo da Inglaterra, filho e herdeiro de Henrique III, que o visitasse, e este se pôs em rota sem tardar. O santo rei disse-lhe que partiria em cruzada para a Terra Santa e que desejava muitíssimo tê-lo consigo. A tal pedido, Eduardo respondeu que, em razão da recente guerra entre seu pai e os barões da Inglaterra, os baús do seu reino estavam vazios e que, por isso, não poderia acompanhá-lo. Mas o santo não estava interessado nos recursos ingleses, e sim nos méritos do próprio príncipe: "Eu vos emprestarei trinta mil marcos ou mesmo os darei a vós em troca de nada, fornecidos apenas para que vós aquiesçais aos meus desejos". Eduardo, que era um homem valente e devoto, concordou. Voltou para seu reino e, no concílio de Northampton, reunido pelos representantes papais na Inglaterra, tomou a cruz. São Luís cumpriria a promessa e financiaria sua expedição.[55] O ardor de Eduardo foi seguido por muitos nobres ingleses, e, também na Escócia, numerosos senhores se alistaram sob as bandeiras de guerra no Oriente.

Dom Afonso III de Portugal tomou a cruz, assim como Jaime I de Aragão. Este fora rigorosamente dispensado pelo papa em razão de sua vida privada escandalosa, mas não fez caso das repreensões do pontífice e, sem renunciar à sua amante Berengária, não abandonou seu projeto de combater os infiéis. O rei Afonso X de Castela não pôde partir para o Oriente, mas forneceu ao rei de Aragão um contingente militar e muitos recursos financeiros. Por fim, São Luís convenceu seu relutante irmão Carlos de Anjou, rei da Sicília, a participar.[56]

Assim, escreveu o cronista árabe Al-Makrizi:

---

54 *Ibid.*, t. V, L. XVII, p. 225.

55 Rishanger *cont.* Mateus Paris, t. IX, pp. 159-160. Riley-Smith, cap. 8, pp. 338-339.

56 Michaud, t. V, L. XVII, pp. 231-232. Bordonove, parte VI, cap. 4, p. 302.

Digitalizado com CamScanner

> O rei da França, depois de ter escapado felizmente das mãos dos egípcios, resolveu guerrear contra o reino de Túnis. Ele escolheu a época em que uma terrível fome devastava a África. Ele enviou um embaixador ao Papa, que os cristãos consideram como o vigário do Messias; este pontífice lhe deu permissão para empreender esta guerra pelo bem das igrejas; ele enviou também embaixadores a todos os reis da Cristandade para demandar sua ajuda e os engajar a juntarem-se a ele: os reis da Inglaterra, da Escócia e de Aragão, o conde de Toulouse e muitos outros príncipes cristãos atenderam ao seu chamado.[57]

Os aragoneses partiram primeiro. Em 1º de setembro de 1269 o rei Jaime I zarpou de Barcelona, mas sua frota foi danificada por uma tempestade, o que obrigou o retorno dele e da maioria. Um esquadrão liderado por dois de seus filhos ilegítimos, no entanto, chegou a Acre no final de dezembro.[58]

São Luís deixou sua família e a França protegidas na sua ausência. Em fevereiro de 1270 redigiu seu testamento, tudo definindo para os oito filhos que lhe restavam.[59] Legou 4.000 libras de renda para Margarida da Provença, que dessa vez não o acompanharia; definiu que seu filho mais velho, Filipe, herdaria seu trono; determinou que seus três filhos mais novos, João Tristão, Pedro e Roberto, receberiam, respectivamente, os condados de Valois, Alençon e Clermont.[60] Um de seus últimos atos antes da cruzada foi enviar sua filha Branca para a Espanha para casar-se com o príncipe Fernando, filho mais velho do rei Afonso X de Castela.[61] Às suas

---

57 Al-Makrizi, §43.

58 Michaud, t. V, L. XVII, pp. 232-233.

59 Dos onze filhos de São Luís e Margarida da Provença, três já haviam morrido: a mais velha, Branca, morrera aos dois anos em 1243, João morreu aos dois anos em 1248 (em Saint-Denis conservam-se as duas estátuas jacentes de bronze destes dois pequenos príncipes falecidos em tão tenra idade) e o herdeiro, o príncipe Luís, morreu, como visto no começo do presente capítulo, com pouco mais de quinze anos em 1260.

60 Richard, parte IV, cap. IV, pp. 554-555.

61 Nangis, cap. 50, §5.

Digitalizado com CamScanner

duas filhas mais novas, Margarida e Inês, garantiu seu futuro casamento com os duques de Brabante e da Borgonha. Sabe-se que, como dote da princesa Inês, fixou 10 mil libras.[62]

Como estariam ausentes tanto Luís quanto seus filhos, era necessário nomear um regente. Em 1248, a regência coube a Branca de Castela, enquanto Margarida da Provença seguira com ele para o Oriente. Passados vinte anos, no entanto, São Luís não levaria a esposa: a rainha de quarenta e oito anos era menos capaz de suportar as fadigas de uma campanha do que a jovem provençal de vinte e seis em 1248... No entanto, não foi nomeada regente. Bordonove cogita a desconfiança de São Luís em relação à ambição de sua esposa, pois temia que ela aproveitasse a regência para tomar posse da Provença.[63] Richard responde — a nosso ver, com mais razão — que São Luís não encarregou Margarida da regência não por desconfiar dela, mas porque preferia deixar o governo entre aqueles que já estavam mais intimamente associados ao seu exercício, assegurando a continuidade da sua política. Com efeito, escolheu dois dentre os seus principais conselheiros como regentes — Mathieu de Vêndome, abade de Saint-Denis e Simon, senhor de Nesle —, fixando ordens expressas para que eles mantivessem a aplicação da justiça como ele aplicava, promovessem a paz e punissem com rigor os crimes que ele tanto detestava.[64]

Chegado o ano de 1270, São Luís foi vitimado por uma última dor antes de partir: em 26 de fevereiro, sua irmã Isabella faleceu no Convento de Longchamp. A morte da santa princesa foi um derradeiro dardo pontiagudo no coração do santo rei, que compareceu ao enterro e fez um

62 Chateaubriand, cap. VII, p. 434.

63 Bordonove, parte VI, cap. 5, p. 305-306. Margarida odiava Carlos de Anjou e não aceitara que seu pai tivesse deixado a Provença para sua irmã mais nova (esposa de Carlos). Segundo Bordonove, São Luís, que "conhecia a ambição e a impulsividade" de sua esposa, temia que ela aproveitasse a regência para colocar as mãos em sua herança provençal.

64 Richard, parte IV, cap. IV, pp. 553-554. Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. IV, p. 261.

Digitalizado com CamScanner

pequeno discurso às religiosas do convento em memória de sua amada irmã, a quem se uniria em poucos meses.[65]

6. Uma penosa *Via Crucis*

"*Então, eles tomaram a Jesus. E ele saiu carregando sua cruz*" (Jo 19,16-17).

Na manhã de 14 de março de 1270, São Luís, com seus três filhos e uma multidão de cavaleiros, visitou pela última vez a Basílica de Saint-Denis. Recebeu das mãos do abade Mateus o báculo de peregrino e, indo ao altar, tomou a auriflama, estandarte real da França. Permaneceu ajoelhado ante o túmulo de São Dionísio, ante os ossos do mártir que, há mil anos, vertera ali seu sangue, e colocou seu reino sob sua proteção. Foi à sala do capítulo, onde todo o mosteiro o aguardava e, como sempre fizera, São Luís sentou-se no lugar mais baixo, suplicando as orações da comunidade.[66]

No dia seguinte, caminhou descalço do Palácio Real de Paris até a Catedral de Notre-Dame, acompanhado dos príncipes e dos personagens importantes da corte, e recomendou-se à intercessão de Nossa Senhora. De lá deslocou-se para o Castelo de Vincennes, onde dormiu, e onde o aguardava para um último adeus a sua esposa, a rainha Margarida. Ao contrário de antes, dessa vez ela tentara dissuadi-lo de partir, mas não tivera mais sucesso do que um dia Branca de Castela.[67] Era a primeira vez que ele se separava dela em quase trinta e seis anos de casamento, e a separação foi tanto mais dolorosa quanto mais pressentissem que aquele era o último encontro. A despedida do casal comoveu a todos que assistiam: "suas despedidas", diz Guilherme de Nangis, "foram intercaladas com suspiros profundos e lágrimas abundantes".[68] Depois de um último abraço e um último beijo, separaram-se, e Luís montou em seu cavalo. Ainda com os olhos cheios de lágrimas, Margarida da Provença deu adeus

65 Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, p. 688.

66 Nangis, cap. 50, §4.

67 Bordonove, parte VI, cap. 3, p. 294.

68 Nangis, cap. 50, §4.

Digitalizado com CamScanner

ao marido e observou enquanto ele avançava para o sul até sumir no horizonte. E Luís permaneceu com os olhos fitos na esposa até que sua silhueta ficasse cada vez menor e desparecesse. Nunca mais se veriam.

Ao deixar Vincennes, diz Michaud, São Luís "viu pela última vez aqueles carvalhos antigos, à sombra dos quais ele se comprazia em distribuir justiça aos seus súditos."[69] Deixou para sempre, arremata Chateaubriand, "estes velhos carvalhos, veneráveis testemunhos de sua justiça e de sua virtude".[70]

Enquanto Luís atravessava seu reino para se dirigir a Aigues-Mortes, onde devia embarcar o exército, por toda parte imploravam-se as bençãos do céu para suas armas; e o clero e os fiéis, reunidos nas igrejas, rezavam pelo rei, por seus filhos e por todos os que o seguiam. Rezava-se igualmente pelos demais príncipes da Cristandade que tinham tomado a cruz e prometiam ir ao Oriente.[71]

Se nos fiarmos no relato de Joinville, a partida para o sul deteriorou a saúde de São Luís. Durante o encontro de ambos em Auxerre, ele constatou que debilidade de seu santo amigo era tal que este não conseguia sequer montar: "sua fraqueza era tão grande que ele se resignou que eu o carregasse nos braços do castelo do conde de Auxerre, onde fui me despedir dele, até os franciscanos".[72] O santo já se aproximava, com efeito, dos sessenta anos, e as doenças que sempre o perturbaram se recrudesciam. Joinville que, apesar da insistência de São Luís, negou-se a segui-lo nessa cruzada, acrescenta com rigor que:

> Considerei que todos aqueles que o aconselharam a fazer esta viagem cometeram um pecado mortal, porque, no ponto onde estava a França, todo o reinado estava em paz internamente e com todos os seus vizinhos; e desde que ele partiu, o estado do reino só piorou. [...] E embora fraco

69 Michaud, t. V, L. XVII, pp. 238-239.
70 Chateaubriand, cap. VII, p. 435.
71 Michaud, t. V, L. XVII, p. 240.
72 Joinville, parte II, §737.

como estava, se tivesse permanecido na França, talvez ainda tivesse vivido muito tempo e feito muito bem.[73]

Seja qual fosse a gravidade de sua debilidade física que, segundo sensata análise de Bordonove, parece ter sido exagerada por Joinville,[74] sua alma encontrava-se mais robustecida do que nunca. O amor que o consumia, escreve belamente Bénouville, que o transfigurava incessantemente e que tudo queimava para tudo transformar, este amor exigia dele que se entregasse até as últimas forças: "o caminho dirige-se agora para um ponto que só ele distingue. Para esse ponto se encaminha ele, os olhos fixos no fim, certo assim de não distinguir o momento em que deixará o seu corpo, tão ansioso está por chegar".[75]

Alcançando Aigues-Mortes, cidade mediterrânea que ele próprio construíra décadas antes para o seu embarque na Sétima Cruzada em 1248, São Luís viu-se frustrado em suas intenções de embarcar, pois os navios não estavam prontos no tempo prometido e nem haviam chegado os principais senhores que deviam partir com ele.[76] Os embaixadores do imperador bizantino eram os únicos que não se fizeram esperar, pois em Constantinopla tinha-se sempre medo da cruzada. Mas São Luís, que dava a maior importância à conversão dos gregos ao catolicismo e que acreditava em sua boa-fé, tranquilizou os embaixadores e, como o papa Clemente IV morrera e não havia sido um eleito um sucessor, mandou ao conclave alguns representantes para que os cardeais deliberassem sobre o retorno dos gregos à Igreja.[77]

---

73 *Ibid.*, parte II, §§736-737.

74 Bordonove (parte VI, cap. 4, p. 301) questiona a veracidade da afirmação de Joinville, segundo a qual Luís não podia cavalgar ou portar cota de malha, entendendo que estes são exageros da consciência pesada de Joinville para justificar quão absurda julgava aquela empreitada, que posteriormente afirmaria ter se arrependido de não ter seguido com o amigo em seu último combate.

75 Bénouville, cap. VII, p. 214.

76 Beaulieu, cap. 39, §1. Richard, parte IV, cap. IV, pp. 556-557.

77 Michaud, t. V, L. XVII, p. 240.

Digitalizado com CamScanner

Por fim os cruzados, escreve Michaud, levados pelas exortações reiteradas e pelo exemplo de São Luís, puseram-se em marcha de todas as províncias francesas dirigindo-se para os portos de Marselha e Aigues-Mortes. Logo o santo rei viu chegar seu querido irmão Afonso, conde de Poitiers, com um grande número de seus vassalos; os principais senhores, com a elite de seus cavaleiros e soldados; e guerreiros enviados por várias cidades:

> Cada tropa tinha sua bandeira e formava um corpo separado, trazendo o nome da cidade ou da província. Distinguiam-se no exército cristão os batalhões de Beaucaire, de Carcassonne, de Châlons, de Périgord, etc. Esses nomes excitavam viva emulação, mas também deram motivo a questões que a sabedoria e a firmeza de Luís com dificuldade pudera acalmar. Chegaram cruzados da Catalunha, de Cantel e de várias regiões da Espanha. Quinhentos guerreiros da Frísia chegaram cheios de confiança num chefe como Luís IX, dizendo que sua nação sempre se orgulhara de obedecer aos reis da França.[78]

A demora causada pelo atrasou trouxe problemas, uma vez que Aigues-Mortes não tinha espaço para alojar a todos. Surgiram rixas e um triste embate entre barões da Provença e da Catalunha, que degenerou em uma batalha com uma centena de mortos. O santo rei os repreendeu e puniu com dureza,[79] mas, comenta Bordonove, "que triste começo para uma cruzada!"[80]

Antes de embarcar, São Luís peregrinou a Notre-Dame de Vauvert e a outros lugares célebres por sua santidade nas redondezas, e escreveu uma última vez aos regentes do reino, dando-lhes últimas instruções. E, no dia da partida, estando prestes a subir no navio, São Luís mandou chamar seus filhos Filipe, João e Pedro, e à beira do mar lhes disse:

---

78 *Ibid.*, t. V, L. XVII, pp. 241-242.

79 Nangis, cap. 51, §3.

80 Bordonove, parte VI, cap. 5, p. 306.

Digitalizado com CamScanner

> Vede como, eu já velho, empreendo pela segunda vez a viagem de além-mar, como deixo vossa mãe avançada em idade, e meu reino, que mantemos em paz e em tranquilidade, repleto de honra e prosperidade. Vede como, por causa de Cristo e da Igreja, não poupei minha velhice e como resisti aos pedidos de vossa mãe para que não partisse. Em nome de Cristo, renuncio a tudo, riquezas e honras, para me expor a tudo, de corpo e de alma. Eu vos levo comigo, meus queridos filhos, assim como vossa irmã mais velha, e teria levado meu quarto filho se ele tivesse idade.[81]

E virando-se para o príncipe Filipe, que iria sucedê-lo, disse-lhe:

> Quero que entendais essas coisas, a fim de, depois de minha morte e quando vós estiverdes sentado em meu trono, não poupardes nada — nem mulher, nem filhos, nem mesmo vosso reino — por Cristo, pela Igreja e pela fé católica; queira o céu que jamais nem vossa esposa nem vossos filhos, nem vosso reino, vos detenham na estrada da salvação. Eu vos queria dar, a vós e a vossos irmãos, este último exemplo, e se as circunstâncias o exigirem, espero que o sigais.[82]

São Luís embarcou em seu navio, o *Montjoie*, na terça-feira, dia 1º de julho de 1270, mas teve de esperar até a manhã seguinte para que a frota levantasse âncora. E enquanto se afastava da costa, São Luís pôde ver pela última vez sua amada França.

O vento estava favorável até quarta-feira quando, por volta da meia-noite, começou uma terrível tempestade que tornaria aquela viagem uma verdadeira *Via Crucis*. A ferocidade do vento e a violência das enormes ondas dispersou os navios para todas as direções. Quando a frota saiu do golfo de Leão na manhã de sábado, deu-se uma calmaria que durou até o domingo, mas o mau tempo recomeçou na madrugada entre o domingo e a segunda-feira, e rebentou uma tempestade mais terrível do que a anterior. Na manhã de segunda-feira, dia 7 de julho, ainda em meio

---

81 Roberto, conde de Clermont, então com quatorze anos.

82 O'Connell, cap. I, pp. 127-128.

à tempestade, São Luís mandou que fossem celebradas quatro missas em honra de Nossa Senhora, dos santos anjos, do Espírito Santo e das almas do purgatório, mas o mar estava tão agitado que poucos conseguiram ficar de pé durante as celebrações. As ondas finalmente se acalmaram, mas quando os marinheiros foram pegar comida nos porões, perceberam aterrorizados que o suprimento de água fresca estava contaminado. Muitos homens, sem o saber, beberam e contraíram doenças, assim como os cavalos. Somou-se a tudo isso o temor em relação ao caminho: àquela altura já eram para ter chegado a Cagliari, na Sardenha, onde outros barões aguardavam para se juntarem à cruzada. Os marinheiros genoveses foram até São Luís com um mapa, tentando convencê-lo de que estavam chegando em Cagliari, mas o príncipe Filipe manifestou ao pai suspeitas sobre a conduta deles. Murmúrios e incertezas surgiram.[83]

Temendo que se repetisse o pesadelo do Chipre de 1254,[84] São Luís ordenou que durante a noite os navios flutuassem sem avançar, com o intuito de não se chocarem contra recifes perto da costa da Sardenha. Quando a terra apareceu, âncoras foram jogadas a cerca de 16 quilômetros do solo e botes rumaram apressadamente para a ilha em busca de água fresca e comida.[85]

No dia 9 de julho, foram enviados novos barcos para a cidade de Cagliari para o reabastecimento, mas os habitantes, desconcertados com aquela frota imensa nas suas costas, deram apenas água e alguns pães. Não entendendo o porquê de os habitantes daquele lugar, uma terra católica, não quererem ajudá-los, São Luís enviou-lhes um emissário pedindo que ao menos dessem refúgio aos doentes. Eles responderam, como registra Pierre de Condet, capelão do rei, que receberiam com boa vontade o rei e alguns dos seus, sob a condição de se assegurar que a cidade não seria atacada pelos genoveses que os transportavam. Eram, afinal, os genoveses

---

83 Nangis, cap. 51, §§4-5.

84 Ver Capítulo 4.13. – "*A viagem de volta.*"

85 Nangis, cap. 52, §1.

Digitalizado com CamScanner

a quem temiam (Cagliari era um território ultramarino da República de Pisa, que estava em guerra com Gênova). Os doentes, incluindo senhores de alta posição, puderam ser levados à cidade,[86] mas as casas fornecidas estavam em tão más condições que os doentes tiveram de ser transportados para um convento franciscano. A comida foi fornecida, mas a preços altíssimos. Os franceses ficaram irritadíssimos com tudo isso e pediram que São Luís destruísse o castelo e a cidade, mas o santo rei respondeu: "reconheço que eles bem merecem, mas não irei fazer guerra contra cristãos em uma expedição contra os infiéis".[87]

A frota esperou por alguns dias que os navios dispersos pelos ventos aparecessem. Após chegarem os demais cruzados, chefiados por Teobaldo II de Navarra e Afonso de Poitiers, genro e irmão do rei, reuniu-se na baía de Cagliari o último conselho entre o rei da França e seus barões para saber em que terra islâmica e como eles desembarcariam. Ressalta Michaud que apesar de eles terem, sem dúvida, deliberado antes a respeito disso, tudo induz a crer que a resolução tomada anteriormente era conhecida apenas pelos chefes.[88]

Dessa vez a cruzada não se dirigiria nem imediatamente à Terra Santa, nem faria escala no Egito: dirigir-se-ia à África, termo que, desde os tempos romanos, fazia referência ao que corresponde à Tunísia moderna. A escolha recaiu sobre a maior cidade da região, Túnis, por variadas razões: a cidade tinha uma importante posição estratégica, era detentora de imensas riquezas e possuí-la facilitaria o ataque ao Mediterrâneo oriental.[89] No entanto, São Luís tinha motivos especialíssimos para escolher Túnis, motivos esses registrados por seu confessor, Geoffrey de Beaulieu. Relatou o dominicano que o santo recebera nos últimos anos vários enviados do rei de Túnis, o sultão Maomé al-Mustansir, e que trocara correspondência

---

86 Condet, *Epístola* I.

87 Nangis, cap. 52, §§2-3.

88 Michaud, t. V, L. XVII, pp. 243-244.

89 Nangis, cap. 53, §1.

Digitalizado com CamScanner

com ele. Luís foi levado a crer que este senhor muçulmano tinha boa vontade para com a fé cristã e que bem poderia se converter. Desejando-o ardentemente, São Luís dizia: "Ah! Se eu ao menos pudesse ver isso acontecer, como ficaria feliz em ser padrinho e segundo pai de tal filho!" No começo de 1270, recebera importantes enviados de al-Mustansir e o santo rei lhes pediu: "Diga ao rei, vosso senhor, em meu nome, que eu anseio tão seriamente pela salvação de sua alma que eu escolheria passar toda a minha vida em um calabouço sarraceno e nunca mais ver a luz do sol, se vosso rei e seu povo se tornassem cristãos de boa-fé!"[90]

Essa última cruzada era, para São Luís, uma espécie de missão apostólica para converter o sultão de Túnis. Beaulieu, tomado de emoção, elogia o seu dirigido espiritual escrevendo:

> Ó, fidelidade digna de toda aceitação! Ó, palavras tão católicas, repletas de completo amor e de fé! Esse muito piedoso e católico rei desejava que a fé cristã, que um dia florescera tão plenamente na África e especialmente em Cartago nos dias de Santo Agostinho e de outros ortodoxos doutores, florescesse em nossos dias e se espalhasse para a honra e a glória de Jesus Cristo [...] Ele pensava que se um grande e renomado exército chegasse em Túnis, o referido rei de Túnis pediria o batismo, isso é, seria capaz de evitar não apenas sua própria morte, mas também de todos aqueles que desejassem se tornar cristãos com ele e, assim, seu reino também poderia permanecer pacificamente seu.[91]

Essa alegação de Beaulieu deve ser levada em conta segundo Richard e Riley-Smith, afinal, sabe-se que houve, de fato, uma embaixada tunisiana em Paris no outono de 1269.[92]

A conversão de al-Mustansir não faria apenas raiar de novo a fé cristã na terra de Santo Agostinho, mas interromperia as relações dos mouros da África com os da Espanha, possibilitando, assim, um avanço

---

90 Beaulieu, cap. 41, §§1-2. Bénouville, cap. VII, pp. 208-209.

91 Beaulieu, cap. 41, §§2-3.

92 Richard, parte IV, cap. III, pp. 558-566. Riley-Smith, cap. 8, p. 339.

mais rápido de Portugal, Castela e Aragão na Reconquista. Ademais, desse modo, seria esconjurada a ameaça que a esquadra berbere fazia pesar sobre o comércio do Mediterrâneo, que tantos danos causava aos cristãos ao longo dos séculos e que só se encerraria no século XIX. Reconquistada a Tunísia, diz Bénouville, "se concluiria a vitória de Carlos Martel em Poitiers. Depois, a partir daí, seria possível avançar para a conquista do Egito."[93]

Com o itinerário decidido, a frota deixou Cagliari em 15 de julho de 1270 e dirigiu-se para as costas da África, aquela terra objeto de tantas saudades.

7. Nessa África de mártires...

Em 17 de julho de 1270, São Luís e os cruzados avistaram Túnis e as ruínas da saudosa Cartago, contemplando aquela África sobre a qual pairavam tão felizes recordações.

Recordações, sobretudo, dos filhos daquela terra outrora cristã, que ofereceram seu sangue pelo triunfo da verdade: os mártires de Scili, executados em 180; os que lá padeceram na perseguição de Sétimo Severo, dentre os quais as corajosas Perpétua e Felicidade; os muitos mártires sob Décio e aqueles sob Valeriano, sobretudo o inolvidável São Cipriano e os muitos discípulos que o seguiram no martírio; os quarenta e nove mártires da cidade de Abitinae, caídos no tempo de Diocleciano; e depois aqueles tantos santos que lá padeceram pela fé católica sob a perseguição dos vândalos arianos. E impunha-se ali, sobretudo, as memórias de Mônica e de Agostinho, e da vigorosa igreja africana, com suas centenas de bispados durante seis séculos.

---

93 Bénouville, cap. VII, p. 210. Cogitou-se ainda que São Luís escolheu Túnis, pois o sultão daquela localidade apoiava a pretensão de Manfredo de Hohenstaufen ao trono da Sicília contra seu irmão, Carlos. Bordonove (parte VI, cap. 4, p. 302) reputa absurda essa alegação: "o santo rei", pergunta, "armaria uma frota e organizaria uma cruzada para resolver as diferenças entre seu irmão e o sultão?".

Digitalizado com CamScanner

Eis aquelas praias durante milênios disputadas por fenícios, púnicos, romanos, vândalos, bizantinos e árabes. Eis as ruínas da vetusta Cartago, ao lado da qual se erguia Túnis, a antiga Tynis ou Tynissa, da qual Cipião se apoderou antes de atacar Cartago em 149 a.C.

Quando a frota cruzada se aproximou da costa, exibindo seu formidável aparato de guerra, os habitantes das redondezas se apavoraram e fugiram para as montanhas ou para Túnis. São Luís ordenou que o almirante Florêncio de Verennes descesse à margem numa chalupa e fizesse um reconhecimento em terra. Não encontrando ninguém nas margens, recomendou ao rei que desembarcassem imediatamente para aproveitar a consternação dos infiéis. No entanto, diz Michaud, enquanto "na expedição precedente haviam-se precipitado no que se referia ao desembarque nas costas do Egito, dessa vez, não quiseram arriscar-se. Era então a juventude que dirigia a guerra; agora, era a velhice e a idade madura."[94]

Decidiram esperar até o dia seguinte, mas eis que, ao raiar da aurora, a costa estava coberta de sarracenos armados. Não obstante, debandaram ao ver o desembarque cristão, e pôde ser lida na praia uma proclamação pela qual o rei da França reclamava aquele território para Jesus Cristo. Tendo desembarcado as bagagens, as provisões e as armas, uma vasta cerca de defesa foi traçada. Após cavarem os fossos e se erguem muros para abrigar o exército em caso de um ataque, houve uma grande batalha que durou mais de um dia. No entanto, a desorganização dos muçulmanos permitiu que fossem aniquilados: de acordo com Condet, duzentos homens da guarnição tunisiana caíram, enquanto apenas um marinheiro cristão foi morto. Os infiéis abandonaram o Castelo de Cartago e, tomando posse dele, os cruzados desfraldaram em sua torre mais alta o estandarte da flor-de-lis. Lá conseguiram suprimentos e água fresca, e as tendas do exército foram armadas entre as ruínas de Cartago e a praia.[95]

---

94 Michaud, t. V, L. XVII, p. 247.

95 Condet, *Epístola* I. Nangis, cap. 54, §§1-6. Beaulieu, cap. 42, §1. Bénouville, cap. VII, p. 215.

Digitalizado com CamScanner

Numa carta escrita ao abade Mateus de Saint-Denis, regente do reino, São Luís contava os primeiros acontecimentos da cruzada:

> Nós chegamos a Túnis na quinta-feira antes da festa de Santa Maria Madalena; na sexta-feira desembarcamos sem obstáculo algum; depois de termos desembarcado nossos cavalos, avançamos até a antiga cidade, que se chama Cartago, e aí erguemos nosso acampamento. Temos em nossa companhia nosso irmão Afonso, conde de Poitiers e de Toulouse, nossos filhos Filipe, João e Pedro, nosso sobrinho Roberto, conde de Artois, e nossos outros barões. Nossa filha, a rainha de Navarra, e as esposas de outros príncipes estão em navios, não longe de nós. Gozamos todos, graças a Deus, de perfeita saúde. Adiantamo-vos que depois de nos termos provido de todo o necessário, com o auxílio de Deus, tomamos de assalto a cidade de Cartago, onde vários sarracenos foram passados a fio de espada.[96]

São Luís esperava ainda a conversão do sultão de Túnis, mas tal piedosa ilusão não tardou a desvanecer-se: al-Mustansir mandou dizer que compareceria à cerimônia de batismo, mas à testa de cem mil homens. Era aquela uma ameaça, mas uma ameaça vã, pois os muçulmanos, apavorados com a presença dos católicos, não ousavam atacar senão os que se afastavam do acampamento, lançando flechas e debandando, como diz Condet: "quando nós os prosseguíamos eles fugiam; quando nós nos retirávamos, eles nos atacavam com suas lanças".[97] Os muçulmanos recorriam, ainda, à traição, apresentando-se no acampamento cruzado dizendo que queriam abraçar a fé cristã, mas, após serem recebidos de braços abertos, caíam sobre os franceses de espada na mão. Por fim, o exército muçulmano, encorajado pela inação dos cristãos apresentou-se várias vezes na planície. Era fácil vencê-los, mas São Luís queria esperar, para começar a guerra, a chegada do seu irmão, Carlos de Anjou, rei da Sicília, com seu exército. Não sem razão, apontam Michaud e Bordonove,

---

96 S. Luís *apud* Michaud, t. V, L. XVII, pp. 248-249.

97 Condet, *Epístola* I.

Digitalizado com CamScanner

o atraso injustificável do rei da Sicília foi uma das causas do fracasso daquela cruzada.[98]

E, assim, esperaram...

Acampados sobre as ruínas da mais digna antiguidade, que lembravam ainda aos viajantes europeus as pessoas de Dido e de Aníbal, os senhores nobres, diz Michaud, "tinham seus pesares e seus pensamentos voltados para os torreões góticos e os melhores castelos e mansões que haviam deixado no Ocidente...". Mal se sabia no exército cristão, continua, que ali onde estavam, nos primeiros séculos da Igreja a palavra de Cristo "se havia feito ouvir em Cartago, na Útica, Hipona, e que todas as cidades da costa da África tinham visto ilustres apóstolos de Deus, santos doutores e numerosos mártires da fé".[99]

Outrora terra fértil e vibrante, aquelas praias eram agora apenas solidão, onde mal cresciam algumas oliveiras. Aquela terra nada mais tinha do frescor e da vitalidade que a ela atribuíra Virgílio nos primeiros cantos da Eneida. Os aquedutos que tinham sido lá erguidos nos tempos antigos para encher as cisternas, cobriam então a terra com restos esparsos. Mal havia água, e os cruzados só tinham como alimento carne salgada. O clima tornava-se cada vez mais insuportável, e os ventos que sopravam da zona tórrida pareciam um fogo devorador. Os muçulmanos, nas montanhas vizinhas, levantavam a areia com certos instrumentos, e a poeira se dirigia para a planície onde os cristãos estavam acampados. Não tardou a começar a se repetir o desastre de Mansurá de vinte anos antes: "a peste, que parecia nascer por si mesma naquela areia árida, tinha também trazido seu contágio ao exército cristão".[100] Primeiro disenteria e depois tifo... não só os soldados, mas os barões foram pouco a pouco contraindo as doenças. Diariamente o número de doentes — e de mortos — aumentava.[101]

---

98 Bordonove, parte VI, cap. 5, p. 309. Michaud, t. V, L. XVII, p. 250.

99 Michaud, t. V, L. XVII, pp. 251-252.

100 *Ibid.*, t. V, L. XVII, p. 252.

101 Beaulieu, cap. 43, §1. Nangis, cap. 58, §§1-2.

Digitalizado com CamScanner

Em carta de 27 de julho, Pierre de Condet, capelão de São Luís, escreveu que "o rei, seus filhos e os príncipes gozam de uma boa saúde". [102] Poucos dias depois, no entanto, a doença se espalhou como fogo na pólvora. O calor era extremo, a água dos poços havia sido contaminada, os víveres diminuíam. Não havia local para enterrar os mortos, e os corpos eram atirados nas fossas que se encontravam e cobertos com destroços. A putrefação prejudicava o ar. Morreram os condes de Vêndome, de La Marche, d'Arse, de Viane, o irmão do conde de Soissons, os senhores de Montmorency, de Brissac, de Saint-Brizon, de Pienne, o conde d'Eu, marechal da França, e Florêncio de Varennes, o almirante.[103] Também morreram o legado do papa e o arquidiácono Guillaume de Rampillon, um dos testamentários do rei, que dissimulou seu mal tanto quanto pode a fim de evitar a desmoralização do exército, visitando os doentes e dando-lhes os últimos sacramentos.[104] O rei Teobaldo de Navarra e os príncipes Filipe e João Tristão caíram doentes. Os dois primeiros se recuperaram, mas o terceiro, prestes a sucumbir, foi transportado para um navio.[105]

Por fim, foi o próprio São Luís que, escreve Nangis, "já sofrendo ao deixar a França, subjugado pelo cansaço da guerra, enfraquecido pela má instalação das tendas, sentiu ataques de febre e entendeu, desde os primeiros momentos, que não se recuperaria".[106]

Caindo doente em Cartago, recolhido em seu leito, São Luís se preparou para o seu último combate, unindo suas dores às de Cristo e o seu sangue ao sangue derramado pelos mártires, que um dia morreram pela fé católica naquela terra outrora cristã.

---

102 Condet, *Epístola* I.

103 Bordonove, parte VI, cap. 6, p. 311.

104 *Ibid.*, parte VI, cap. 6, p. 312.

105 Michaud, t. V, L. XVII, p. 253.

106 Nangis, cap. 58, §3.

8. "Preciosa é diante do Senhor a morte de seus santos"

"*(...) e quando eu for elevado da terra, atrairei todos a mim.*" (Jo 12,32)
"*Chegando ao lugar chamado Gólgota, lá o crucificaram (...).*" (Lc 23,33)

Enquanto agonizava no alto da cruz, contemplando "a cidade culpada que acaba de rejeitá-lo, como também além de seus muros, o mundo inteiro pelo qual ele vai morrer", Jesus Cristo teve uma única consolação, como escreve o padre Tanquerey:

> Ele vê, ele abarca com o olhar as legiões de mártires, de virgens, de apóstolos, de pais e mães de família, de almas generosas de todas as condições, que, atraídas pela cruz, oferecem-se como vítimas para completar em seu corpo e em sua alma a Paixão que ele sofreu como cabeça do corpo místico. Essa visão lhe mostra que para muitos, ao menos, seus sofrimentos não foram inúteis. Ele se rejubila com isso, e do fundo de seu coração brotam as palavras: "Tudo está consumado!" (Jo 19,30); sim, tudo, minha Paixão, minha vida, minha obra; meu Pai foi glorificado, e as almas que desejarem serão salvas.[107]

Como no Getsêmani, Jesus vê diante de si, no meio daquela multidão de bem-aventurados que com Ele tomariam a cruz, o homem em agonia nas praias de Cartago que se chamaria Luís. Nome apropriado para alma tão intrépida: "*combatente glorioso.*"

Seu confessor, frei Geoffroy de Beaulieu, dá-nos a conhecer que São Luís viveu algo próprio dos maiores santos: o oferecimento de si próprio como vítima sacrifical a Deus. As vítimas espirituais, motivadas por um insondável amor à cruz, diz Tanquerey, são "almas de elite", escolhidas por Deus, que desejam "pela generosidade de sua imolação, consolar o coração de Deus e cooperar ativamente na conversão de seus irmãos".[108] São, em outras palavras, santos que se oferecem em holocausto, como

107 Tanquerey, 2014, cap. I, pp. 56-60.
108 *Ibid.*, 2014, cap. III, pp. 148-149.

Digitalizado com CamScanner

hóstias vivas ao amor de Deus pelos homens, tal como narrou o frade dominicano a respeito do santo rei:

> Ele que, além do sacrifício da penitência corporal que, segundo seu estado e a fraqueza do próprio corpo, manifestava a Deus diariamente, ofereceu-se enfim, na sua segunda travessia além-mar, como um perfeito holocausto ao Senhor, em odor de suavidade [...] e lá mereceu se tornar hóstia do Cristo [...].[109]

São Luís, diz ainda seu capelão Guilherme de Chartres, "seguiu os passos do maior dos reis, que ofereceu a Deus Pai a si mesmo em nome dos pecadores".[110]

E Deus concedeu ao santo rei a consolação de morrer assistido pelos que mais amava. Estavam lá seus filhos Filipe e Pedro, seu irmão Afonso, sua filha Isabella e o marido desta, Teobaldo. Dando-lhe assistência espiritual estavam seu confessor e amigo frei Geoffroy de Beaulieu e seu capelão Guilherme de Chartres, os quais ficaram ao seu lado até o último instante e deixaram relatos detalhados desta morte que é, não é exagero dizer, uma das mais católicas e belas que podem ser encontradas nas hagiografias de todas as épocas.

A agonia durou três semanas. Apesar dos sofrimentos, Luís IX continuava a ocupar-se do exército. Enquanto teve forças, deu ordens, dividindo seu tempo entre os deveres de um cristão e os de um monarca. Quando a febre recrudesceu, não pôde mais tratar da cruzada. Todo o exército estava penalizado, os soldados choravam, pedia-se a Deus pela vida do rei, mas no meio da desolação geral, Luís pensava apenas no cumprimento das leis divinas e nos destinos da França. Trouxe para junto de seu leito o príncipe Filipe, que lhe deveria suceder no trono e, com voz débil, deu-lhe conselhos sobre a maneira de governar o reino de seus antepassados. Filipe sentiu-se fulminantemente penetrado por aquelas

---

109 Beaulieu, cap. 2, §1.

110 Chartres, cap. 44.

palavras, ordenando que fossem postas no papel. As "*instruções de São Luís a seu filho*", diz Michaud, encerram "as mais belas máximas da religião e da realeza". Acrescenta o historiador que "o que as tornou para sempre dignas do respeito da posteridade foi que elas tinham a autoridade de seu exemplo e recordavam toda as virtudes de sua vida."[111] E a respeito deste testamento espiritual, escreveria Chateaubriand:

> Todo homem perto de morrer, desenganado sobre as coisas do mundo, pode endereçar sábias palavras para seus filhos; mas quando essas instruções são apoiadas no exemplo de toda uma vida de inocência; quando elas saem da boca de um grande príncipe, de um guerreiro intrépido, e do coração mais simples que já existiu; quando elas são as últimas expressões de uma alma divina que volta para as eternas moradas, então feliz o povo que pode se glorificar dizendo: "o homem que escreveu essas instruções era o rei de meus pais!"[112]

Luís deu a Filipe muitos conselhos sobre o amor que devia a Deus, à sua família, ao seu povo e, por fim, abrindo seu coração, fez ouvir a linguagem de um pai que vai se separar de um filho ao qual ama ternamente:

> Finalmente, querido filho, dou-te todas as bênçãos que um bom pai pode dar a um filho amado. Que a Santíssima Trindade e todos os santos te guardem e protejam de todo mal, e que Deus te dê a graça de fazer Sua vontade sempre, para que Ele seja por ti honrado, e para que possamos, após esta vida mortal, estar juntos d'Ele e louvá-Lo sem fim. Amém.[113]

São Luís dirigiu-se em seguida à sua amada filha, Isabella, rainha de Navarra, que derramava lágrimas aos pés do leito, deixando-lhe instruções de vida que seriam igualmente transcritas. Essas paternas instruções foram as últimas palavras que o santo rei dirigiu aos filhos.

---

111 Michaud, t. V, L. XVII, p. 254.

112 Chateaubriand, cap. VII, p. 439.

113 S. Luís, *Instruções ao seu filho Filipe*, §30.

Digitalizado com CamScanner

Enquanto ele agonizava, chegou ao acampamento os embaixadores do imperador bizantino Miguel VIII. O rei consentiu em recebê-los:

> No estado em que se encontrava, Luís não podia julgar nem as falsas promessas dos gregos, nem as apreensões e a política enganadora de seu imperador; ele não se ocupava mais das coisas da terra. Limitou-se a expressar votos para que a reunião das duas igrejas pudesse, por fim, se realizar e prometeu aos embaixadores que seu filho Filipe faria para isso tudo o que pudesse. Esses embaixadores eram Meliteniote, arcediago da capela imperial, e Vechus, chanceler da igreja de Constantinopla. Ficaram tão comovidos com as palavras e virtudes do santo rei, que se dedicaram em seguida com todo o ardor à reunião e acabaram, ambos, vítimas da política dos gregos.[114]

Depois disso, acabaram para ele as coisas deste mundo. Tendo deixado tudo acertado antes de partir da França e confiando que seu reino estaria em boas mãos, abandonou toda e qualquer preocupação temporal: diz Beaulieu que "o único cuidado que teve foram as coisas de Deus e a exaltação da fé cristã"[115] e Chartres que "não querendo ouvir uma palavra sequer sobre coisas deste mundo ou da carne, concentrou-se apenas em coisas espirituais", proclamando emocionado "o quão firme o rei manteve sua fé, quão caloroso era seu amor, quão sublime era sua esperança de receber sua recompensa e o quão resplandeceu até o final em sua doença, na qual sofreu muito," e atesta: "eu também estava lá, de pé junto a ele doente e em sua morte."[116]

Já tendo ultrapassado as últimas portas do castelo de sua alma, sua única preocupação, enquanto morria, era a glória de Deus mediante a propagação da fé católica. Padecendo de altíssimas febres e mal conseguindo falar, encontrava forças para "encorajar e inspirar seus homens para, tanto quanto fosse possível, se esforçarem para a difusão e multiplicação da

---

114 Michaud, t. V, L. XVII, pp. 257-258.

115 Beaulieu, cap. 44, §2.

116 Chartres, cap. 37.

Digitalizado com CamScanner

fé naquelas partes da África".[117] E, com extremo sacrifício, sussurrava para os que o cercavam: "Tentemos, pelo amor de Deus, pregar e implantar a fé católica em Túnis. Ó, como poderíamos enviar um pregador capaz a Túnis!" E citou, como possível enviado, um frade dominicano que tinha ido em outras circunstâncias e se tornado conhecido do sultão de Túnis.[118]

Mais tarde Santa Teresa explicaria tal estado de perfeição:

> E assim, ela [a alma] não tem nenhuma preocupação com o que possa lhe acontecer, e sim um estranho esquecimento, pois — como digo —, parece que já não é nem quereria ser nada de nada, a não ser quando entende que pode haver da sua parte alguma coisa que contribua para aumentar um pouco a glória e a honra de Deus, e que em nome disso ela sacrificaria de muito boa vontade a sua vida.[119]

A quem o acompanhou no momento da agonia, o que mais impressionou foi a firmeza de sua fé:

> Quanto à extensão e natureza de sua fé, a qual ele lutou com ardor amoroso para aumentar com cada fibra do seu ser, era como semente de mostarda que, quanto mais moída, mais aumenta seu cheiro pungente. Assim, para este homem tão completamente estabelecido em sua fé, que se destilava em espírito quanto mais ele era destroçado pelos golpes das adversidades e das doenças, mais, pelo estímulo de seu padecimento, se manifestava a perfeição da fé em seu interior.[120]

Não era apenas a doença que o atormentava. Esse rei não morria em um leito de plumas, mas em um ambiente insuportável, tal como descrito por seu capelão, Pierre de Condet: "o ardor do sol era tão grande, a poeira tão incômoda, o vento tão impetuoso, o ar tão corrompido, o odor dos cadáveres tão infecto e havia outros tantos inconvenientes numerosos

---

117 *Ibid.*, cap. 37.

118 Beaulieu, cap. 44, §2.

119 S. Teresa de Ávila, *Castelo Interior*, 7ª mor., cap. 3, §2º.

120 Chartres, cap. 37.

Digitalizado com CamScanner

demais para se detalhar".[121] Mas essas terríveis condições tinham somente o condão de fortalecê-lo na fé e fazer brilhar com mais fulgor seu amor por Jesus Cristo.

Nos dias anteriores à sua morte, mandou que fosse posto diante de sua cama, ao alcance de seus olhos, um crucifixo. Estendia as mãos, implorava sem cessar, em silêncio, a misericórdia d'Aquele que tinha sofrido por todos os homens na cruz. Passava horas contemplando o Senhor Crucificado, e pedia que levassem o crucifixo até ele, beijava-o e o colocava amorosamente junto de seu peito, em profunda adoração.[122] Diz Chartres que ele exibia

> a intensa e ardente paixão da caridade dentro de si que as muitas águas do sofrimento e da doença física não podiam apagar, mas que intensificavam, da mesma forma como a que lemos de Nosso Senhor, o Salvador que, em sua agonia orou por muito tempo. Assim, este homem santo, agonizando, começou a orar longamente.[123]

Sua doença final, afirma outro cronista, foi uma "oração contínua": dominando a atrocidade de seus sofrimentos, "dedicou-se inteiramente ao pensamento de Deus". O Ofício Divino, que desde a infância recitara sem interrupção, continuou a ser cantado em sua tenda, assim como todas as manhãs era celebrada missa junto de seu leito. No intervalo da recitação das horas canônicas, São Luís rezava, com as forças que ainda tinha, o Pai Nosso, o *Miserere* e o Credo Niceno, e agradecia continuamente a Deus por sua doença como uma benção.[124]

Pediu, então, a extrema-unção. Ainda conseguia falar, mas com uma voz tão baixa que mal podia ser ouvido. Durante a extrema-unção, que o fadigou muito, esforçou-se para recitar cada versículo dos salmos e, durante a Ladainha de Todos os Santos, nomeou cada um deles, invocando

---

121 Condet, *Epístola* II.

122 Nangis, cap. 59, §1.

123 Chartres, cap. 37.

124 Nangis, cap. 59, §1. Joinville, parte II, §755.

Digitalizado com CamScanner

devotamente sua intercessão.[125] Com a força de seu corpo e de sua voz declinando pouco a pouco, São Luís não cessava de rogar aos santos dos quais era particularmente devoto, sobretudo São Dionísio, padroeiro da França. Repetia muitas vezes o fim da prece que se dizia na Abadia de Saint-Denis: "Nós te imploramos Senhor, por teu amor, dá-nos a graça de desprezar a prosperidade terrestre e de não temer a adversidade". Invocando muito devotamente o auxílio de São Tiago, repetiu várias vezes o início de sua oração: "Sê, Senhor, o santificador e guardião de teu povo". Ele rezava também a Santa Genoveva, patrona de Paris, e invocava a intercessão de tantos outros santos.[126]

Suplicou, então, mais uma vez por seu povo:

> Senhor, é o suficiente. Tenho lutado até agora, tenho trabalhado em vosso serviço com todos os meus poderes, tenho preservado o vosso povo e o domínio a mim confiado com tanta dedicação quanto pude. Agora, chamado por vossa dispensadora misericórdia, não sou mais capaz de protegê-los com meu corpo. Peço-vos, peço-vos, ó Senhor, sejais para eles agora o santificador de suas almas, o guardião de seus corpos! Eu os encomendo à vossa piedade.[127]

Confessou-se com frei Geoffroy de Beaulieu e recebeu dele o Corpo de Cristo variadas vezes. Certo dia, quando a Sagrada Comunhão foi trazida a ele, diz Nangis

> o piedoso rei, vendo o padre entrar em seu quarto, esqueceu-se de sua fraqueza e jogou-se para fora da cama. Cobriram-no imediatamente com um manto, mas ele desejou permanecer [ali, no chão], muito tempo em oração antes de receber a comunhão. Seus servos levaram-no para a cama, pois ele não tinha forças para voltar sozinho.[128]

---

125 Nangis, cap. 59, §2.

126 Beaulieu, cap. 44, §2. Joinville, parte I, §70, parte II, §§756-757.

127 Chartres, cap. 37.

128 Nangis, cap. 59, §§1-2.

Digitalizado com CamScanner

Perdeu a voz nos últimos quatro dias, porém seus movimentos mostravam que ainda estava consciente. Estendia as mãos unidas para o céu, batia no peito e fazia sinais para as pessoas ao seu redor, assim como lhes sorria. No domingo, 24 de agosto de 1270, dia anterior à sua morte, tendo já certeza de que partia deste mundo, São Luís foi encontrado por Beaulieu, que estava lhe trazendo a Sagrada Comunhão, ajoelhado diante da cama, com as mãos entrelaçadas, pronto para se confessar e comungar.[129] Quando se lhe mostraram o Santíssimo Sacramento, perguntaram se ele cria que ali estava o Corpo de Jesus Cristo. E São Luís respondeu: "Creio com mais certeza do que se eu visse Jesus Cristo ressuscitado e subindo ao céu".[130]

Uma de suas últimas dores foi a notícia de que seu filho João Tristão, "João de Damieta", que padecia da mesma doença que ele, não resistiu. Tentaram por vários dias esconder a notícia do santo que agonizava, mas em vão. Diz Beaulieu que, ao saber da morte de João Tristão, o amado filho nascido enquanto estava em mãos muçulmanas vinte anos antes, "as entranhas do bom pai foram duramente revolvidas".[131] No entanto, nem naquele momento se revoltou, repetindo com devoção as palavras do Santo Jó (Jo 1,21): "Deus me deu, Deus me tirou, e se assim lhe aprouve, bendito seja o nome do Senhor."[132] Pediu que seu filho fosse enterrado na igreja de Royaumont, e que fosse feita para este príncipe uma grande cerimônia de exéquias.[133]

Mas, somando-se à sua fé inquebrantável e à sua caridade ardente, a esperança na vida futura se fortalecia sobremaneira na alma santa do rei Luís. Ciente de ter criado este filho para o céu e esperando ele próprio a

---

129 Nangis, cap. 59, §3.

130 Bordonove, parte VI, cap. 6, p. 316.

131 Beaulieu, cap. 43, §1.

132 Primat, XIII, 52 *apud* O'Connell, cap. I, p. 166.

133 Condet, *Epístola* II.

Digitalizado com CamScanner

vida pela qual sempre ansiara, sabia que "era sua hora de passar dessa vida e receber a coroa incorruptível em recompensa por sua labuta."[134]

Cartago – 25 de agosto de 1270

"*Não se perturbe vosso coração. Credes em Deus, crede também em mim. Na casa de meu Pai há muitas moradas. Se não fosse assim, eu vos teria dito; pois vou preparar-vos um lugar. Depois de ir e vos preparar um lugar, voltarei e vos levarei comigo, para que, onde eu estiver, estejais vós comigo*" (Jo 14,1-3).

Antevendo a morada eterna para ele preparada, São Luís pôde, durante a noite anterior à sua morte, repousar sua cabeça cansada de tanto trabalhar, louvar a Deus por ter chegado ao final da jornada, ouvir a voz dos que vieram antes dele chamando-o. Naquela última noite, viram-no dizer variadas vezes, entre muitos suspiros: "Ó Jerusalém! Ó Jerusalém!" e afirmar, resoluto: "Iremos a Jerusalém!" Seu espírito sempre pensara na Terra Santa, mas neste momento ele vislumbrava a Jerusalém celeste, sua última pátria. Com efeito, embora atormentado pelas dores de seu grande sofrimento temporal, sua alma estava preenchida pela esperança na recompensa há tanto desejada. Como todos os santos, encontrou "na nostalgia do Céu, um dos mais poderosos estímulos para seguir adiante sem desfalecer na vida do heroísmo e da santidade".[135] Suspirou incessantemente, conta Chartres, pensando e elevando sua alma para o Paraíso: "desejando completamente as coisas celestiais, todo o seu espírito imergiu nos reinos lá de cima aspirando pela Jerusalém Celeste." Por volta das 9 horas da manhã do dia 25 de agosto, quando já havia perdido completamente a fala, São Luís "olhou para sua casa eterna, como se estivesse em torno dele, e sorriu docemente".[136] As brumas deste mundo já se dissipavam, as dores e angústias chegavam ao seu termo, e um sorriso sincero de

134 Chartres, cap. 37.

135 Royo Marín, parte III, cap. II, p. 195.

136 Chartres, cap. 38. Nangis, cap. 59, §4.

uma alma tornada santa por Deus podia brotar naquela face debilitada por quase seis décadas de lutas.

Como pedira, foi colocado com um cilício em um leito de cinzas espalhadas em forma de cruz. Na manhã do dia 25, em algum momento entre as 9h e as 12h, dormiu por cerca de meia hora. Então, "abrindo os olhos, e elevando-os para o céu com um semblante sereno, entoou este versículo do Salmo: 'Senhor, entrarei em tua casa, o adorarei em teu santo templo e darei glória ao teu nome'".[137] Depois calou-se. Sua oração tornava-se secreta, diz Bénouville: "ele começou a conversação que jamais findará e já o seu olhar mergulha nos longes dos mundos".[138]

Assim é, diria São João da Cruz, a morte de semelhantes almas:

> ... é suavíssima e dulcíssima, muito mais do que lhes foi a vida espiritual inteira; morrem com os mais sublimes ímpetos e deliciosos encontros de amor, assemelhando-se ao cisne que canta mais suavemente quando vai morrer. Daí vem a palavra de Davi: "Preciosa é diante do Senhor a morte seus santos" (Sl 115,15). Com efeito, é então que se vêm concentrar todas as riquezas da alma, e os rios de amor que nela estão vão perder-se no oceano, já tão largos e caudalosos que parecerem mares.[139]

São Luís perdeu a voz novamente por um tempo, encontrando, por fim, forças para rezar uma última vez pelos seus, exclamando com as mãos para o céu: "Meu Deus, tenha compaixão dos que estão nestas praias, conduza-os ao seu país; que não caiam nas mãos de seus inimigos cruéis e não sejam obrigados a negar vosso santo nome".[140] Foi a última vez que falou em francês. Suas últimas palavras não seriam em sua língua materna, ele não se apresentaria a Deus como rei da França, mas como filho da Igreja Católica, como membro de Seu corpo e, por isso, falou pela derradeira vez em latim.

---

137 Chartres, cap. 38. Joinville, parte II, §757.

138 Bénouville, cap. VII, p. 221.

139 S. João da Cruz, *Chama Viva de Amor*, cap. 1º, §30º.

140 Nangis, cap. 59, §4.

Digitalizado com CamScanner

Tendo recebido com fervor os últimos sacramentos, na exata hora em que Cristo morreu, o filho de Branca de Castela ergueu a cabeça, olhou para o céu e repetiu, na língua da Igreja, com clareza indescritível, as últimas palavras do Salvador: "Pai, em tuas mãos entrego meu espírito". Ao dizê-lo, aquele tão amoroso coração deixou de bater, aqueles pulmões que suspiraram tantas vezes pela eternidade exalaram seu último suspiro e aqueles olhos azuis nos quais brilhavam a luz divina se fecharam. E, repousando em um leito de cinzas, com os braços em cruz, São Luís morreu às 15 horas do dia 25 de agosto de 1270. Tinha cinquenta e seis anos, e governava a França há quase quarenta e quatro.

Tal como representado no teto da nave da igreja de *San Luigi dei Francesi*, a igreja dedicada a ele em Roma, os céus se abriram e os anjos desceram. Tomaram nos braços aquela alma fulgurante em graça e a conduziram para cima, enquanto a Coroa de Espinhos, com todos os seus sofrimentos, e a Coroa da França, com suas pompas e trabalhos, ficavam para trás. Luís foi então levado por sua mãe, a Igreja Triunfante, à presença de Jesus Cristo, a quem o santo contemplou de braços abertos, recebendo o brilho e o ardor da luz que d'Ele irradia. Os querubins derramam pétalas de flores, e Luís é coroado com a coroa imperecível da eternidade e recebido na Pátria Celestial, onde os anjos cantam a glória de Deus e onde as almas bem-aventuradas de todas as épocas gozam da visão beatífica. Dentre elas está São Luís que, por fim, conquistou Jerusalém. E lá estará para sempre.

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

"São Luís entra no céu", afresco de Charles-Joseph Natoire no teto da Igreja de San Luigi dei Francesi, em Roma. Séc. XVIII.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO 10

POSTERIDADE E LEGADO DE SÃO LUÍS

PARTE I
DA MORTE À CANONIZAÇÃO

1. O retorno à França

São Luís, desejando morrer num leito de cinzas, acreditava, por uma humilde ilusão, que seu lugar era aí, no pó, e que tão logo entregasse a alma a Deus, o vento se encarregaria de varrer os vestígios de uma existência de que seu coração simples não sentia qualquer orgulho. No entanto, conclui com acerto Guillain de Bénouville, nenhum vento se ergueu ou se erguerá capaz de apagar os traços tão santos de sua passagem neste mundo.[1]

Tomado de emoção pela morte de seu filho espiritual e amigo, frei Geoffroy de Beaulieu, que a tudo assistiu, escreveu:

> É certamente piedoso chorar por uma morte tão cristã e jubilosa, e é também piedoso regozijar-se. É piedoso e apropriado chorar por causa da perda e desolação da Mãe universal, a Igreja, que perdeu seu maior sustentáculo e maior protetor. Deve particularmente chorar e lamentar todo o reino dos francos, que foi excepcionalmente glorificado pelo mérito de tão digno e superior príncipe. Mas, se a força da tristeza puder dar lugar à razão, devemos nos alegrar ao invés de sofrer, tanto

1 Bénouville, cap. VII, pp. 219-220.

> pelo modo deveras cristão de sua morte, quanto por causa da sólida esperança de que, pela sua vida gloriosa e por suas sagradas realizações, ele ser agora levado das preocupações do reino temporal para a alegre corte do reino celestial, que é totalmente estranha às provações terrenas, e onde, reinando para sempre com os eleitos de Deus, ele desfruta do bendito descanso sem fim.[2]

O caráter invulgar de sua morte foi constatado por todos que a presenciaram, como seu genro, Teobaldo de Navarra. Este escreveu ao cardeal Eudes de Châteauroux que "nós podemos testemunhar que nunca, em toda a nossa vida, vimos fim tão santo e tão devoto, seja de um homem do século, seja de um religioso".[3] E quanto ao seu corpo, escreveu Chartres, "parecia a todos que o olhavam, graciosamente bonito e com um semblante aparentando estar vivo e bem, até parecia que ele estava sorrindo um pouco".[4]

Abateu-se sobre o exército cruzado a mais completa desolação. Desde que o rei caíra doente, não se via um só chefe ou soldado que não se esquecesse de seus próprios males para ir à tenda real para obter notícias. E quando a desgraça temida por todos foi anunciada, os guerreiros caíram no desespero. Todos gemiam, choravam e soluçavam, censurando quem tinha aconselhado a São Luís aquela expedição que lhe custara a vida e amaldiçoando o rei da Sicília, cujo atraso era visto como culpado por todos os desastres.[5]

No mesmo dia em que São Luís expirou, o horizonte cobriu-se de barcos. Era a armada da Sicília, a armada de seu irmão Carlos de Anjou, a quem o santo rei esperara em vão e que, finalmente, chegara para auxiliar os franceses. As suas trombetas e instrumentos de guerra fizeram-se ouvir na praia. No entanto, um silêncio triste reinava sobre o acampamento

---

2 Beaulieu, cap. 44, §3.

3 Richard, parte IV, cap. IV, p. 570.

4 Chartres, cap. 40.

5 Michaud, t. V, L. XVII, pp. 260-261.

dos cruzados, e ninguém compareceu ao desembarque dos sicilianos. O rei Carlos logo entendeu o que se passava, correu à tenda do rei da França e encontrou o corpo estendido sobre as cinzas. Parecia mesmo que o santo apenas dormia.[6] Quando viu ali o corpo inerte do irmão mais velho que fora para ele um pai que nunca deixou de amá-lo — apesar dos muitos dissabores a ele causados —, o rei da Sicília, conforme comovente descrição feita por Condet, "se atirou aos seus pés, chorando amargamente." E, "depois de ter feito uma oração, gritou, vertendo uma torrente de lágrimas: 'Meu senhor! Meu irmão!' e beijou seus pés."[7]

O agora Filipe III, tornado rei da França aos vinte e cinco anos, amado por todos como digno sucessor de seu pai, fez com que todos os barões e chefes militares lhe prestassem juramento de fidelidade para garantir sua autoridade. Encarregou Geoffroy de Beaulieu, Guilherme de Chartres e João de Mons (o confessor e dois capelães de São Luís) de comunicarem à França e à Cristandade a morte de São Luís e de confirmarem, em seu nome, a regência e tudo o que seu pai estabelecera no reino antes da partida. Entre as cartas do rei Filipe levadas à França, foi conservada aquela endereçada "ao clero e todos os homens de bem do reino", na qual informava — com palavras emotivas — a morte de seu pai, pedia a graça de Deus para seguir seus passos, cumprir suas ordens e pôr em prática seus conselhos. E Filipe III terminava a carta, que foi lida nos púlpitos de todas as igrejas da França, suplicando aos clérigos e aos fiéis a rezarem pela alma de seu pai, do qual todos conheciam "o zelo pela religião e a terna solicitude pelo reino da França, que ele amou como a menina dos olhos".[8]

No entanto, Carlos de Anjou, homem dotado de personalidade autocrática, tentou impor-se ao sobrinho, e as tropas que trouxera estavam sedentas por batalha. Conseguiram inflamar o ânimo cabisbaixo dos

---

6 Beaulieu, cap. 45, §1. Bordonove, parte VI, cap. 6, p. 318. Bénouville, cap. VII, p. 222.

7 Condet, *Epístola* II.

8 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. V, pp. 266-267. Michaud, t. V, L. XVII, p. 263.

franceses, e a doença que desolava o exército pareceu suspender seus efeitos: os soldados, por muito tempo presos no acampamento, sentiam-se mais vigorosos ante os perigos da guerra. Ofereceram batalha aos muçulmanos e estes, que poucos dias antes ameaçavam os guerreiros cristãos, não puderam resistir a eles. Desesperado com o avanço cruzado, o sultão de Túnis só viu a salvação para si e seus súditos pedindo a paz, oferecendo todos os seus tesouros em troca da retirada dos inimigos. Muitos tendiam a aceitar, pois temiam pela saúde do rei Filipe — que também adoecera —, e que teve uma nova crise febril. Ele próprio queria, ademais, retornar à França, onde o chamavam os negócios do reino, e a maior parte dos senhores franceses começava a desejar regressar à pátria.[9] Pensava-se, registrou Condet, que "ninguém poderia conservar sua saúde no país de Túnis", e que aquela era uma "terra maldita".[10] Destarte, uma trégua de quinze anos foi firmada com o sultão de Túnis em 31 de outubro de 1270, na forma da qual os cristãos deixariam aquelas praias em troca de uma imensa indenização por parte dos muçulmanos. Ademais, o sultão concedeu liberdade de comércio na Tunísia para os mercadores cristãos e o direito de religiosos e padres católicos rezarem e pregarem em suas igrejas na Tunísia. Depois deste tratado, o sultão devolveu todos os cristãos que mantinha aprisionados, enquanto os cruzados devolveram os seus cativos sarracenos.[11]

Não se cogitou deixar o corpo de São Luís em terras islâmicas. Ele deveria voltar à Cristandade. Mas como conservariam o cadáver se, ali, naquele acampamento militar, não dispunham das substâncias necessárias ao embalsamamento? Surgiu uma discussão: Filipe III queria que os restos mortais de seu pai fossem levados a Saint-Denis, mausoléu dos reis da França, como era de sua vontade. Já Carlos de Anjou propunha que levassem o corpo de seu irmão para seu reino da Sicília, muito mais

9 Michaud, t. V, L. XVII, pp. 264-266.
10 Condet, *Epístola* II.
11 *Ibid.*, *Epístola* III. Nangis, caps. 61-62.

Digitalizado com CamScanner

próximo de onde estavam do que a França.[12] Por fim, chegou-se a um acordo: as entranhas e as carnes de São Luís seriam dadas ao rei da Sicília e sepultadas em seu reino, mas os ossos (e possivelmente o coração) seriam levados a Saint-Denis.[13] Recorreu-se a uma prática posteriormente condenada pelo Papa Bonifácio VIII e então em uso em corpos de nobres que morriam longe de seus países: ferveram o cadáver em água e vinho para separar a carne dos ossos. O mesmo procedimento foi feito com o corpo do príncipe João Tristão, filho de São Luís, morto em 3 de agosto.

Em 11 de novembro de 1270, o exército cruzado embarcou. Filipe III não quis despachar os ossos de seu pai à frente de si, e os acompanhou em cada passo de volta à França. No entanto, na travessia da Tunísia à Sicília, houve uma terrível tempestade na qual afundaram dezoito navios,[14] e quatro mil cruzados. A maior parte dos chefes e dos soldados perdeu suas armas, seu equipamento e seus cavalos. Algumas fontes dizem que se perdeu nesse naufrágio até mesmo o dinheiro que haviam recebido do sultão de Túnis.[15]

Desembarcaram em Trapani, no extremo leste da Sicília, em 14 de novembro. Já em terras cristãs, procederam ao sepultamento de uma das duas urnas funerárias de São Luís — a que continha as entranhas — na Catedral de Monreale, perto de Palermo.[16] O monumento fúnebre que

---

12 Le Goff (2010, 1ª parte, cap. V, p. 267) depreende da proposta de Carlos certo interesse político que ultrapassa o seu argumento prático: havia muita probabilidade de seu irmão ser oficialmente canonizado e declarado santo pela Igreja. Se suas relíquias ficassem na Sicília, opina o historiador, isso traria prestígio e benefícios para este reino.

13 Não se sabe ao certo o destino do *coração* de São Luís. A hipótese mais provável, segundo Le Goff (1ª parte, cap. V, pp. 267-268), é que tenha sido levado com os ossos para Saint-Denis. Outros são da opinião de que foi levado com as entranhas para a Sicília. Outros consideram ainda que ficou na Tunísia, onde foi erigida uma igreja em honra a São Luís. Existe ainda a hipótese de que foi levado para a *Sainte-Chapelle*, onde teria sido colocado junto às relíquias da Paixão.

14 Condet, *Epístola* IV.

15 Michaud, t. V, L. XVII, p. 270.

16 Beaulieu, cap. 47a, §1.

Digitalizado com CamScanner

guardava essas relíquias na igreja foi reformado várias vezes ao longo da história, mas desde o começo do século XVII, na extremidade da nave esquerda da catedral, as entranhas de São Luís estão sepultadas[17] em um altar sobre o qual se lê a seguinte inscrição:

> *Hic sunt tumulata viscera et corpus Luodovici regis Franciae qui obiit apud Tonisium Anno Domiciae Incarnationis 1270, mense Agusto 25* (Aqui estão sepultadas as entranhas e o corpo de Luís, rei da França, que morreu em Túnis, no ano de 1270, da Encarnação do Senhor, no dia 25 de agosto).[18]

Os chefes discutiram sobre que caminho seguir. Carlos propunha, para compensar as perdas no naufrágio, que partissem todos à reconquista do Império Bizantino. No entanto, quando chegaram cartas da França a Filipe III relatando o sofrimento de seu povo pela morte de seu pai, declarou que voltaria ao seu reino. Os senhores franceses, que haviam imediatamente transferido sua devoção do santo falecido ao seu filho, não quiseram deixar seu jovem monarca. A cruzada encerrou-se ali, com todos depondo a cruz.[19]

Não querendo arriscar uma viagem marítima que colocasse em risco os ossos de seu pai, Filipe optou por atravessar toda a Itália, depois a França, até Paris.[20]

Apesar de a cruzada ter se encerrado, estava longe de ver fechar-se aquele abismo de misérias que ela tinha aberto aos passos dos cruzados.

---

17 Uma parte delas não mais está lá. Adiante trataremos do destino destas relíquias.

18 Michaud, t. V, L. XVII, p. 262. Essa inscrição diz erradamente que o sepulcro da Catedral de Monreale encerra o corpo de São Luís: as vísceras somente do rei foram ali depositadas, enquanto os ossos (e provavelmente o coração) foram levados de volta à França.

19 Michaud, t. V, L. XVII, p. 271. É verdade que ela continuou no Oriente, em Acre, onde o sobrinho de São Luís, o príncipe Eduardo da Inglaterra, deu prosseguimento à expedição, encerrando-a em 1272, ao saber da morte de seu pai, Henrique III e de sua ascensão ao trono inglês. Essa cruzada, chamada de "*Lord Edward's crusade*", por alguns considerada a "nona", é por outros historiadores considerada parte da oitava. Julgamos que estes últimos têm mais razão.

20 Chartres, cap. 46.

Digitalizado com CamScanner

Afinal, em Trapani, aos dois caixões do cortejo fúnebre — de São Luís e de João Tristão — juntou-se um terceiro: em 4 de dezembro de 1270, o rei Teobaldo de Navarro, o genro que o santo rei tinha por filho, morreu da doença que contraíra nas praias de Túnis. E quando o cortejo partiu de Nápoles, outra morte na família real fez que fosse necessário preparar outro caixão: em 11 de janeiro de 1271, a esposa de Filipe III, a jovem Isabel de Aragão, após ser rainha da França por apenas alguns meses, caiu do cavalo após atravessar um rio. Estava grávida de seu quinto filho e, dando à luz prematuramente, veio a rainha a morrer em 30 de janeiro de 1271, aos 28 anos.[21] Já no norte da Itália, mais dois caixões nobres se juntariam à marcha: em uma parada na cidade de Savona, o devotado irmão de São Luís, o conde Afonso de Poitiers, morreu, sendo seguido — quatro dias depois — por sua esposa, Joana de Toulouse. Relataria mais tarde o irmão mais novo e único sobrevivente, Carlos de Anjou, que o bom Afonso ficara inconsolável pela morte de seu rei e irmão e pelo fim da cruzada de Túnis, e que estava decidido a continuar a obra de São Luís, partindo para a Terra Santa assim que retornasse à França. A morte, no entanto, impediu este virtuoso príncipe cristão de cumprir a promessa.[22]

O cortejo percorreu a Itália, de sul a norte, passando por Roma, Viterbo, Montefiascone, Orvieto, Florença, Bolonha, Módena, Parma, Cremona, Milão e Vercelli. Durante esse longo trajeto, massas humanas imensas, italianos de todos os cantos, acorriam para venerar os ossos daquele rei já considerado por todos como santo.[23] Conta Beaulieu cheio de emoção que

> com desejo e devoção, o clero, nobres e inúmeras pessoas vinham de todas as direções em processões solenes e devotas para ver ou tocar no caixão onde seus preciosos restos eram levados, enquanto o rei

---

21 Condet, *Epístola* IV.

22 Cassard, parte II, cap. III, p. 719.

23 Duby, 1270, parte I, cap. XI, p. 178.

> atravessava a Sicília e a Calábria, bem como através da Cidade Santa de Roma e de Viterbo e, depois, através de Bolonha e das outras cidades da Lombardia![24]

Após dobrar o Monte Cenísio, o cortejo ganhou a França. Atravessou a Borgonha e Champagne, passando por Lyon, Mâcon, Cluny, Châlons...[25]

Se toda a Cristandade estava enlutada pela morte de seu maior filho, como nos faz saber o cardeal Hergenröther,[26] estava-o sobremaneira o país que que fora agraciado pelos céus com tal rei! Onde quer que o caixão de São Luís passasse, franceses de todas as classes acorriam lacrimejantes para se despedir dele. Imensas procissões eram preparadas nas paradas do cortejo para receber as sagradas relíquias daquele santo homem. Beaulieu relata ter sido comovente o modo como foi recebido o rei Filipe III com os ossos de seu santo pai: a comoção era impressionante; luto igual, nunca visto. Homens rudes a desabar em lágrimas, religiosos a prestar uma última homenagem ao rei que os governara por quarenta anos... pobres a lamentar junto ao caixão... clérigos e nobres, religiosos e populares a competir e a se cotovelar para tocá-lo. Miseráveis que viam nele o seu grande patrono, pessoas humildes que foram alimentadas pessoalmente pelas mãos daquele rei, doentes socorridos por sua misericórdia, injustiçados aos quais ele fizera justiça: eram especialmente estes que vinham a ele, recebendo seus ossos com gratidão devida a um pai morto.[27]

Em 12 de maio de 1271, São Luís entrou pela última vez em Paris. A urna foi levada à Catedral de Notre-Dame, onde os eclesiásticos cantaram durante a noite o ofício dos mortos. No dia seguinte celebraram o funeral na Basílica de Saint-Denis. Uma multidão incalculável de pessoas compareceu, todas emocionadas e lacrimosas. À frente estavam a viúva, Margarida da Provença, agora rainha-mãe, e o jovem rei Filipe III, que levava ele mesmo,

---

24 Beaulieu, cap. 47b, §1.
25 Carolus-Barré, Introduction, p. 14.
26 Hergenröther, t. III, c. 243, p. 143.
27 Beaulieu, cap. 48, §1. Chartres, cap. 41.

nos ombros, os ossos de seu venerado progenitor e que, segundo Beaulieu, "esteve ao lado do pai tanto na vida quanto na morte".[28]

Após os ritos de exéquias, São Luís foi sepultado na Basílica de Saint-Denis, em um túmulo ao lado do de seu avô Filipe Augusto, e de seu pai Luís VIII, no dia 22 de maio de 1271.

2. Os milagres e as aparições

A história não se encerrou quando os restos mortais de São Luís foram depositados em Saint-Denis. Deus quis que esse seu dedicado filho, que fora "sal da terra" e "luz do mundo" (Mt 5,13-14), fosse sobremaneira luminoso após a morte, realizando numerosos e espantosos milagres aos que suplicavam a intercessão do falecido rei. A quantidade de milagres operados por Deus pela intercessão de São Luís tem o condão de nos demonstrar o quanto Ele desejou que este santo fosse especialmente lembrado e venerado.

Assombra o número desses milagres, todos cuidadosamente levantados e registrados. A maior parte deu-se junto de seu túmulo, em Saint-Denis, mas alguns ocorreram na Sicília, onde as entranhas de São Luís foram sepultadas, ou ao longo de toda a Itália (por onde passaram os ossos) e ainda no percurso dentro da França.

Expor-se-á alguns deles neste subcapítulo. Ressalte-se, desde já, que a forma sumária como se tratará de cada um não representa falta de dados a seu respeito: é exigência da brevidade literária desta obra. Com efeito, que o leitor não fique tentado a julgar que a Igreja do século XIII não se dedicava a apurar a autenticidade dos milagres. Ao contrário, em especial no caso de São Luís, ouviram-se numerosas testemunhas, colocaram-se os supostos agraciados à prova, e averiguaram-se todas as circunstâncias em torno do fato considerado milagroso.[29]

---

28 Beaulieu, cap. 49, §1.

29 No caso de São Luís as descrições dos milagres são tão detalhadas e minuciosas e as testemunhas tão abundantes que Percival B. Fay publicou um livro de centenas de

Dois deles ocorreram durante a passagem das entranhas pela Sicília, mais dois na passagem do caixão no norte da Itália — sendo um em Parma e outro em Reggio nell'Emilia. Um quinto deu-se na entrada do caixão em Paris. A maior parte dos demais ocorreu junto ao túmulo do rei em Saint-Denis, alguns aconteceram pela simples invocação do santo e outros por meio de objetos ligados a ele. Guilherme de Chartres, antes mesmo da canonização, narrou dezesseis milagres realizados até o momento em que escrevia sua crônica, dos quais tinha notícia e em cuja autenticidade cria.[30]

Um dos mais notáveis e públicos foi o ocorrido na entrada dos ossos em Paris, em 12 de maio de 1271, quando uma mulher fez que se filho — que padecia de um tumor imenso na orelha esquerda — tocasse o caixão com a orelha doente e, no mesmo instante, o inchaço arrebentou, liberando todo o pus e as secreções imundas, mas sem causar dor alguma ao menino.

Duas semanas após o sepultamento, em 25 de maio de 1271, uma menina de Saint-Denis chamada Petronila, que não conseguia andar e apenas se arrastava com as mãos e com os pés, foi até o túmulo e obteve a cura, andando doravante sem a ajuda de ninguém. Bem conhecida que era na cidade, todos ficaram espantados com o milagre.

Uma semana depois, em 2 de junho, uma paraplégica chamada Agnes la Maquine foi levada até o túmulo do rei e, rezando com devoção, recuperou de imediato o movimento das partes inferiores do corpo.

No dia seguinte, 3 de junho, uma mulher, de nome Hodierne, de um vilarejo próximo a Saint-Denis, acometida há onze anos por uma doença desconhecida que a impedia, nos últimos seis anos, de sair da cama, levantando-se apenas para ir à igreja na Páscoa, foi com imensa dificuldade,

---

páginas sobre os relatos dos 65 milagres atribuídos a São Luís e reconhecidos pela Igreja na canonização.

30 Chartres, caps. 44-60.

mas com bastante fé, à abadia e implorou a Luís por sua cura. Ela recuperou inteiramente a saúde.

Três dias depois, em 6 de junho, um parisiense de nome Michel, que perdera há seis anos boa parte do movimento das pernas, andando somente com muletas, foi até a tumba e, pelos méritos de Luís, recuperou o andar, retornando a Paris ereto e sem a ajuda de ninguém.

No dia seguinte, 7 de junho, uma moça chamada Alice, que tivera por toda a vida uma mão entortada, rezou junto ao túmulo e foi completamente curada.

Dois dias depois, a 9 de junho, Gila de Senlis, habitante de Paris, foi igualmente curado de paralisia por intercessão de São Luís.

No dia 23 de agosto daquele mesmo ano, um paraplégico de nome Jean Camus foi até o túmulo engatinhando e voltou andando com facilidade, sem qualquer apoio.

No dia seguinte, 24 de agosto, véspera de completar-se um ano da morte do santo, uma mulher de nome Jeanette, que também era doente e andava com muletas há quatro anos, foi com grande dificuldade ao túmulo e recobrou a capacidade de andar.

Em 11 de novembro, uma mulher de nome Emeline Lebrace, que perdera há anos o movimento de uma das pernas, foi completamente curada após rezar no túmulo de São Luís.

Uma cega de Sées, na Normandia, foi até o túmulo do santo rei e, suplicando a ele, ficou imediatamente curada da cegueira. O mesmo deu--se com uma cega de Rouen.

Certa vez, um surdo-mudo de nascença, oriundo da Borgonha, sabendo que muitos milagres ocorriam junto ao túmulo do santo rei, peregrinou até lá e, em meio a lágrimas, atirou-se diante dele. Imediatamente desatou a falar e a ouvir, o que causou comoção não apenas naqueles que lá estavam, mas em todos os seus conhecidos.

Conta Chartres, ainda, a história de um padre bretão à beira da morte que, simplesmente por ter invocado a intercessão do rei Luís,

Digitalizado com CamScanner

recuperou-se imediatamente, peregrinando em seguida até Saint-Denis para agradecer a cura.

Pierre de Laon, que havia sido camareiro de São Luís e que era agora guardião dos seus netos, filhos de Filipe III, foi acometido por uma dor insuportável no braço direito e não conseguia sequer mexê-lo. Durando o sofrimento muitos dias, tocou em mechas do cabelo de São Luís pedindo sua intercessão, e ficou instantaneamente curado. A cura foi tão extraordinária que o dito senhor saiu pelas ruas gritando para que todos soubessem do milagre.

Emeline, uma mulher curvada de Chambly, que andava completamente inclinada, arrastou-se até o túmulo de São Luís e implorou pela sua cura. No mesmo instante ela recuperou a capacidade de andar erguida, o que impressionou muito os habitantes de Saint-Denis, os quais a conheciam há muito tempo como corcunda.

Dentre outros milagres apurados, houve o retorno à vida de uma criança após seus parentes acenderem uma vela junto ao túmulo do rei. Em outra ocasião, um castelão de Aigues-Mortes, afogando-se no rio Saona, invocou com fé o rei e salvou-se. Em 1276, uma paralítica chamada Jehanne de Sarris foi curada após acender junto ao túmulo de São Luís uma vela de sua altura, retornando à sua cidade com os próprios pés e sem muletas. Um monge cisterciense de Chaalis foi curado de uma dor que se estendia da cabeça às costas e aos rins após vestir um manto doado por São Luís à sua abadia. Três celeiros de Paris inundados foram milagrosamente secos porque se jogou na água, fazendo o sinal da cruz, um chapéu de plumas de pavão que São Luís usara e dera a um de seus escudeiros.[31]

Saint-Pathus faz um resumo destes milagres:

> ele socorreu as vítimas de contração e fez com que seus membros fossem estendidos; aos que estavam tão curvados que quase tocavam a terra

31 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. IX, pp. 750-751, 756.

Digitalizado com CamScanner

> com os rostos, socorreu-os e restabeleceu-lhes a saúde plena e reergueu suas faces para o alto, socorreu os corcundas, os gotosos, os que eram vítimas de uma doença forte e diferente chamada fístula, os que tinham membros secos, os que tinham perdido a memória, os que tinham febres contínuas e quartãs [...], ajudou, socorreu muitos que estavam paralíticos e outros tomados por diversas espécies de definhamento e lhes devolveu a saúde plena; deu de novo a visão aos cegos, aos surdos a audição, aos coxos a locomoção, aos mortos a vida.[32]

Multidões de peregrinos de todas as partes da França e de outros países da Cristandade deslocavam-se a Saint-Denis para rezar no túmulo de São Luís. Doentes, inválidos, estropiados, mendigos invadiam a abadia para tocar, rezar e até deitar-se sobre o túmulo e implorar a intercessão de São Luís por suas enfermidades e misérias.

E existem, ainda, relatos de "aparições" de São Luís a pessoas que o conheceram.

A primeira delas, conta Guilherme de Chartres, deu-se não muito tempo depois da morte dele. Antes que soubesse que o rei estava morto, uma respeitável senhora de Paris, "louvável por sua fé e honestidade e que, com seu marido, servira ao rei", viu em sonho o próprio rei Luís vestido com um manto de púrpura (vestimenta rica que não usava havia muitos anos), entrando na Sainte-Chapelle, luminoso e glorioso, enquanto uma multidão de gente o observava. Aproximando-se do altar, Luís curvou-se sobre ele com as mãos unidas como se estivesse a oferecer um sacrifício:

> Então, depois de um tempo, se virou em direção ao coro com um olhar verdadeiramente luminoso e sereno no rosto. Um pouco atrás, do lado direito do coro, virada para o altar, outra figura estava de pé, vestida da mesma maneira, mas não tão luminosa, com o rosto voltado para o altar e as mãos entrelaçadas como em oração. Estes dois apareciam, no entanto, mais luminosos que todos os outros [...]

32 *Ibid.*, 2010, 3ª parte, cap. IX, p. 754.

Digitalizado com CamScanner

Naquele mesmo dia, o marido da mulher que tivera o sonho retornou do Palácio Real e jogou-se na cama aflito e em prantos, contando à esposa que acabara de saber da morte do rei Luís e de seu filho João Tristão, conde de Nevers. Desta visão, conclui Chartres:

> pode ser claramente entendido o sacrifício do piedoso rei que, indo além do sacrifício memorável de Abraão, ofereceu não apenas seu próprio e querido filho, mas também a si mesmo, seguindo os passos do maior dos reis, que uma vez ofereceu a Deus Pai a si mesmo em nome dos pecadores.[33]

A segunda visão que se teve do santo rei foi igualmente registrada por Chartres, que ouviu o relato da boca do vidente. Tratava-se de Mestre Dudo, médico e clérigo que acompanhara São Luís em sua doença final e que, ao retornar à França, caiu enfermo com febres altíssimas, a ponto de muitos julgarem-no à beira da morte. No quarto dia da doença, assolado por uma dor de cabeça insuportável, pôs-se a chamar pelo santo rei, dizendo: "Ó senhor rei, tenho sido vosso clérigo e acredito que sois um santo! Ajudai-me, eu rogo, na minha hora de necessidade e manterei vigília durante a noite ao lado de vossa tumba!" Imediatamente, Dudo caiu num sono profundo e, em sonho, viu-se diante do túmulo do rei em Saint-Denis. E apareceu-lhe São Luís, de pé sobre o túmulo, segurando um cetro, trajando uma longa dalmática branca com franjas douradas e uma coroa dourada com preciosas joias, "e seu rosto era mais bonito e estava mais alegre do que jamais em vida". O santo perguntou: "Eis que estou aqui, o que quereis? Não tenhais medo, sereis curado desta doença. Mas há em vosso cérebro um tumor corrompido, venenoso e escuro que impede que conheceis vosso Criador. Essa é a causa de vossa doença e irei removê-lo". São Luís, então, arrancou o tumor da cabeça do médico e atirou-o longe. Dudo acordou com a cabeça sã, relatou o que sucedera

---

33 Chartres, cap. 44.

Digitalizado com CamScanner

aos que com ele estavam e, naquela mesma noite, após suar muito, ficou completamente curado.[34]

Da miríade de milagres registrados, sessenta e cinco foram confirmados no processo de canonização: dois salvos de afogamento; seis curados de contração, três desmemoriados e duas vítimas de dessecação de membros; dois arqueados corrigidos; cinco coxos; três cegos; três curados de febres contínuas; três curados de malária; três vítimas de fístula; um doente de catarata; dois mudos; dezesseis paralíticos; duas vítimas de abscesso no olho e na garganta; um escrofuloso; um surdo; três vítimas de tumor; e dois mortos ressuscitados por intercessão de São Luís.[35] O santo rei, do alto do céu, não abandonara seu povo, não deixara de atender aos que acorriam a ele. Como outrora iam até São Luís todo gênero de necessitado — pobres, miseráveis e injustiçados — para suplicar-lhe por seus males e ele os ouvia, agora, vendo a Deus face a face, intercedia por eles. Afinal, se amara muito na terra, amava mais ainda no céu.

3. O processo de canonização

O processo de canonização de São Luís durou vinte e cinco anos: aberto em 1272, foi concluído em 1297. A demora explica-se por duas razões. Em primeiro lugar, a abundância de documentos, testemunhas e milagres a serem apurados. O Papa Bonifácio VIII chegou a afirmar, jocosamente, que o processo produzira mais papel do que um burro conseguiria puxar, o que demorava o exame de tudo.[36] A segunda razão foi a rápida sucessão de papas após a morte de São Luís: quando o rei morreu não havia pontífice reinante (estava em curso uma longa eleição que duraria anos). Ademais, os papas que seriam eleitos entre Gregório X (que abriu o processo) e Bonifácio VIII (que o concluiu), em razão de idades

34 *Ibid.*, cap. 48.

35 Le Goff, 2010, 3ª parte, cap. IX, p. 753.

36 Cassard, parte II, cap. III, p. 719.

Digitalizado com CamScanner

avançadas, governaram a Igreja por pouco tempo (isso sem considerar a longa vacância entre 1292 e 1294). Em uma época em que não havia na cúria romana um órgão dedicado ao exame das causas de canonização — como se teria a partir do século XVI — cada vez que um papa morria e outro era eleito, reexaminava-se o processo desde o início.[37] Com efeito, embora a maior parte dos papas eleitos entre 1271 e 1294 tivessem colaborado em algo para a causa, era sempre um novo começo assim que houvesse um novo pontífice.

Mal São Luís tinha dado seu último suspiro nas ruínas de Cartago, o decano do colégio dos cardeais, Eudes de Châteauroux (o mesmo que o acompanhara na Sétima Cruzada e que passara ao seu lado os anos de 1249 a 1254), ao saber da notícia, buscou informações acerca das circunstâncias da morte de Luís IX, por certo porque já o considerava um santo.[38]

Após a longa eleição papal de 1269-1271, foi escolhido para o sólio pontifício um monge cisterciense, o *Papa Gregório X* (pp. 1271-1276). Estava na Terra Santa quando de sua eleição, mas assim que chegou a Roma, seu primeiro ato foi escrever ao frei Geoffroy de Beaulieu, confessor do finado rei da França, e pedir que elaborasse um relatório sobre a vida de Luís IX, apresentando suas práticas religiosas e suas virtudes. A carta para Beaulieu é datada de 4 de março de 1272, o que demonstra que o novo pontífice tinha mais pressa em saber sobre São Luís do que em ser coroado. Da solicitação do papa resultou a *Vita et sancta conversatio piae memoriae Ludovici quondam regis Francorum*, que tanto nos auxiliou ao longo deste livro. Pouco tempo depois foi escrita a crônica da vida de São Luís por Guilherme de Chartres, seu capelão, que relatava, além da vida, dezessete milagres ocorridos no túmulo do rei entre 1271 e 1272.[39]

Em 1274, o assunto da canonização foi discutido entre Filipe III e Gregório X em Lyon, para onde o papa se dirigira para presidir um

---

37 *Ibid.*, parte II, cap. III, p. 723.

38 Carolus-Barré, Introduction, pp. 13-14.

39 *Ibid.*, cap. I, p. 17.

Digitalizado com CamScanner

concílio. Os tópicos desse concílio, no entanto, monopolizaram as atenções de Gregório, e o processo estagnou-se.

Ao longo do ano de 1275, a cúria romana foi inundada por cartas e missivas de bispos, religiosos e leigos franceses solicitando ao papa que apressasse o processo. Atendendo ao pedido, Gregório X encarregou que seu legado na França, o cardeal Simon de Brie (anteriormente chanceler e conselheiro de São Luís), realizasse uma investigação secreta a respeito de tudo referente à vida do rei. Mas quando o resultado do trabalho chegou a Roma, o papa Gregório X acabava de morrer em Arezzo, em 10 de janeiro de 1276.[40]

Após uma rápida sucessão de três papas — Inocêncio V, Adriano V e João XXI — foi eleito *Papa Nicolau III* (pp. 1277-1280) que, segundo Carolus-Barré, "era politicamente hostil à causa de Carlos de Anjou e, assim, poderia não ter mostrado pressa para a canonização de seu irmão". Contudo, diz o estudioso, "não foi assim. Nicolau estava tão convencido da santidade da vida do rei Luís que ele teria procedido imediatamente à canonização se tivesse visto dois ou três milagres". O novo papa, insatisfeito com o relatório de Simon de Brie, que julgou feito apressadamente, pediu que ele o complementasse com dados e com uma documentação mais firmes e que se respeitasse rigorosamente todas as regras do direito canônico. Segundo Nicolau, por mais óbvia que fosse a santidade de Luís IX, "ela deveria ser reconhecida de acordo com essas regras." Os resultados dessas pesquisas, cujos dados são pouco conhecidos, foram enviados ao papa, que nomeou dois cardeais para os examinar, mas a morte de Nicolau III em 22 de agosto de 1280, retardou mais uma vez o processo.[41]

Sucedeu-o ninguém menos que o próprio cardeal Simon de Brie, conselheiro e homem de confiança de São Luís, que tomou o nome de *Martinho IV* (pp. 1281-1285). Quando de sua eleição, uma assembleia da igreja da França que reuniu os principais bispos do reino, enviou-lhe

---

40 *Ibid.*, cap. I, pp. 17-18.

41 *Ibid.*, cap. I, pp. 18-19.

Digitalizado com CamScanner

uma súplica pedindo a inclusão "no catálogo dos santos, o rei Luís, cuja memória nunca deixou de ser venerada e cujos milagres multiplicam-se". Martinho IV, igualmente ansioso pela canonização do santo com o qual convivera tantos anos e ao qual zelosamente servira, recebeu os delegados da igreja francesa em 23 de dezembro de 1281, dizendo que seu coração desejava ver prontamente a canonização do rei Luís, "mas que a Sé Apostólica procedia com cuidado e prudência extremos a fim de que as decisões tomadas pela Igreja, senhora de todos os fiéis, soassem justas, seguras e perfeitamente claras, ainda mais em um processo de canonização". Acrescentava que, fazendo as coisas conforme as regras canônicas, a santidade evidente de Luís IX seria ao final ainda mais bem fundamentada. Mas para demonstrar sua boa vontade, o papa escolheu alguns bispos franceses e um italiano[42] para fazerem a investigação final sobre a vida, as palavras e os milagres de Luís, investigação que deveria ser agora pública e solene. Esses bispos chefiariam uma comissão em Saint-Denis, e esta interrogaria as testemunhas tanto da vida quanto dos milagres do santo rei com questionários rigorosamente elaborados pela Santa Sé.[43]

Tais inquirições duraram de maio de 1282 a março de 1283 e se dedicaram primeiramente à oitiva das testemunhas dos milagres: trezentas e trinta pessoas foram ouvidas a respeito dos supostos milagres de São Luís, incluindo os agraciados, suas famílias, as pessoas presentes durante o fato milagroso, pessoas que conheciam o doente antes e depois da cura e que pudessem atestar o milagre. A maioria dessas testemunhas era gente humilde e do povo, mas também foram ouvidas pessoas de classe superior. Ao final desse longo trabalho investigativo, pouco mais de 60 milagres de São Luís foram considerados autênticos.[44]

42 Guillaume de Flavacourt, arcebispo de Rouen; Guillaume de Grez, bispo de Auxerre; e Roland de Parma, bispo de Spoleto.

43 Carolus-Barré, cap. I, pp. 19-20.

44 *Ibid.*, cap. I, p. 21.

Digitalizado com CamScanner

Após essa inquirição, ouviu-se o depoimento das testemunhas da vida: trinta e oito pessoas prestaram depoimentos em pouco mais de dois meses (cada inquirição durava, em média, dois dias), dentre elas familiares de São Luís como seus filhos Filipe III e Pedro de Alençon e seu irmão Carlos de Anjou, rei da Sicília. Cavaleiros de sua intimidade, como Joinville, Simon de Nesle, Gui le Bas e Jean de Chaily, e muitos religiosos e religiosas com os quais São Luís conviveu também depuseram.[45]

Tudo foi remetido a Roma, e o papa nomeou três cardeais para o exame do resultado do inquérito, mas acabou morrendo em 28 de março de 1285. Seu sucessor, o idoso *Papa Honório IV* (pp. 1285-1287) demonstrou interesse em dar prosseguimento ao processo, contudo morreu cedo. O papa seguinte, *Nicolau IV* (pp. 1287-1292), franciscano, designou outra comissão composta por três cardeais para examinar toda a documentação levantada, mas o estudo se estendeu até a sua morte em 1292. Após uma longa vacância de mais de dois anos, foi eleito papa *Celestino V* (pp. 1294) que abdicou cinco meses depois da eleição.[46]

Com a eleição do *Papa Bonifácio VIII* (pp. 1294-1303) em 24 de dezembro de 1294, o processo encontraria seu termo. Este pontífice conhecera São Luís, a ele estimava e venerava,[47] e, enquanto cardeal, participou da oitiva das testemunhas e examinou pessoalmente muitos milagres. Sinceramente convencido de que o rei Luís IX era um santo, ordenou que a comissão nomeada por Nicolau IV concluísse a análise dos milagres e, ao julgar tudo suficiente, declarou que o canonizaria. A cerimônia de canonização deu-se em Orvieto, em 11 de agosto de 1297. Nela, por meio da bula *Gloria Laus*, o Papa Bonifácio VIII declarou Luís IX um santo da Igreja Católica sob o nome de

45 *Ibid.*, cap. I, p. 21.

46 *Ibid.*, cap. I, p. 22.

47 O então Benedito Caetani, futuro Bonifácio VIII, foi enviado para a França em maio de 1264 como secretário do cardeal Simon de Brie (futuro Papa Martinho IV) e conheceu São Luís (Llorca *et al.*, 5ª ed., t. II, parte II, p. 673).

Digitalizado com CamScanner

São Luís da França e com festa a ser celebrada em 25 de agosto, dia de seu nascimento para a Vida Eterna.[48]

Essa demora talvez tenha sido providencial. Afinal, tendo São Luís nascido em 1214, morrido em 1270 e canonizado em 1297, o século XIII foi de fato o seu, o "século de São Luís".

Basílica de Saint-Denis, Reino da França – 25 de agosto de 1298

No 13º ano do reinado de Filipe IV da França, chamado "o Belo", neto de São Luís, exatos vinte e oito anos após a morte do santo rei e um ano após a canonização, preparou-se a cerimônia de "elevação" dos ossos do novo santo, que seriam retirados da tumba original e colocados em um relicário.

A época de luto pela sua morte já passara e, apesar de o sentimento nostálgico em relação ao seu reinado crescer entre o povo do reino, aquele era um dia de festa. O dia 25 de agosto, que fora um dia de tristeza pela morte de Luís IX, era agora e seria para sempre ocasião de júbilo e de alegria para a França e para toda a Igreja Católica. Como diz Michaud, a Europa inteira podia repetir entusiasticamente as palavras do chefe da Igreja na bula de canonização: "Casa da França, alegra-te, por ter dado ao mundo um tão grande príncipe; regozija-te, povo da França, por ter tido um tão bom rei".[49]

Naquele dia festivo, multidões de barões e clérigos, cavaleiros e damas, burgueses e populares de todas as classes compareceram a Saint-Denis para festejar e louvar a Deus pela vida do seu rei que fora santo. Estavam presentes os últimos sobreviventes da sua epopeia, aqueles que o conheceram e que ainda viviam. Dentre eles o ancião Joinville, grande amigo de São Luís, que já ultrapassava os setenta anos.

---

48 Carolus-Barré, cap. I, pp. 22-23.

49 Michaud, t. V, L. XVII, p. 279.

Digitalizado com CamScanner

Após a missa, na qual foram ouvidos os cânticos dos monges de Saint-Denis, e também de uma plêiade de franciscanos, dominicanos, cistercienses e membros de todas as ordens que São Luís tanto amara, deu-se a elevação dos ossos. O túmulo foi aberto, o ataúde que saíra três décadas antes de Cartago foi retirado do sepulcro e carregado pelos arcebispos de Reims, de Lyon e por tantos outros sucessores dos apóstolos para um palco montado fora da igreja, à vista da multidão.[50]

O frei Jean de Samois pregou, lembrando os grandes feitos de São Luís. Terminado o sermão, os netos do novo santo — o rei Filipe IV e seus dois irmãos, os condes Carlos de Valois e Luís de Évreux — tomaram o ataúde e o levaram de volta à igreja.[51]

Enquanto os sinos tocavam, em meio a muitas lágrimas de saudade, e de gritos de alegria e de gratidão da multidão, os ossos de São Luís foram levados até o deambulatório da Basílica de Saint-Denis e depositados em um precioso relicário de ouro atrás do altar-mor, na capela dedicada à Santíssima Virgem Maria, acima dos túmulos de todos os reis e junto das relíquias de São Dionísio e dos santos mártires da França.

E assim, aquele a respeito de quem, um dia, Mateus Paris escrevera que se tornara "causa de opróbrio eterno dos franceses, confusão da Cristandade inteira e da Igreja Católica" por ter caído prisioneiro dos muçulmanos, converteu-se, na expressão de outro São Luís — o de Montfort — "a glória da França", e, para os católicos de todos as épocas, motivo de ação de graças, e uma torre luminosa perpetuamente erguida no alto das muralhas da Igreja de Cristo.

"Ainda em vida", arremata Carolus-Barré, "a opinião geral o considerava como um santo; a canonização em 1297 oficializou este juízo, e ele permanecerá para a posteridade, aconteça o que acontecer, como Luís IX, o Santo".[52]

---

50 Joinville, parte II, §762.

51 *Ibid.*, parte II, §§763-765.

52 Carolus-Barré, Conclusion, p. 302.

PARTE II:
A POSTERIDADE DE SÃO LUÍS

1. O destino das relíquias

Teria sido satisfatório, histórica e espiritualmente, se os ossos de São Luís tivessem permanecido no relicário atrás do altar de Saint-Denis e se apenas pequenas lascas dos seus ossos fossem retiradas e distribuídas para indivíduos ou casas religiosas como de tantos santos. Mas não foi assim: os restos mortais do santo rei sofreram uma das mais espantosas fragmentações de toda a história da Igreja, doados e espalhados por toda a Europa e para fora dela durante os séculos. Essa "triste história" das relíquias é contada com detalhes por Le Goff.[53]

Segundo o historiador, logo após a canonização do avô, Filipe, o Belo quis transladar as relíquias de São Luís de Saint-Denis para a Sainte-Chapelle, pedindo autorização ao Papa Bonifácio VIII para tal. Os monges de Saint-Denis protestaram energicamente, e o rei renunciou ao projeto, mas obteve um sucesso parcial: em 1305, com a anuência do Papa Clemente V, conseguiu que se transferisse o crânio à capela, deixando o queixo, os dentes e o maxilar inferior em Saint-Denis. A transferência solene para Paris deu-se em 17 de maio de 1306, e o crânio de São Luís foi colocado em um magnífico relicário na Sainte-Chapelle. O rei, ainda, agraciou a Catedral de Notre-Dame de Paris com uma costela de São Luís. Irritados, os monges de Saint-Denis igualmente elaboraram um belíssimo relicário para o resto do corpo que ficara na abadia.

Mas Filipe, o Belo e seus sucessores não pararam por aí. Deram ao devoto rei Haakon V da Noruega (1270-1319) falanges das mãos de São Luís para a igreja dedicada a ele na Ilha de Tysoen. Foram presenteados com ossos, ainda, os cônegos de Notre-Dame de Paris, os dominicanos de Paris e de Reims, e os abades de Royaumont e de Pontoise. Em meados de 1340,

53 Le Goff, 2010, 1ª parte, cap. V, pp. 272-277.

Digitalizado com CamScanner

a rainha da Suécia, Branca de Namur (1320-1363), de viagem em Paris, recebeu fragmentos dos ossos e levou-os para o mosteiro de Santa Brígida, em seu reino. Em 1378, o Sacro Imperador Romano Carlos IV (1316-1378) também ganhou fragmentos, que enviou à Catedral de Praga. Em 1392, o rei Carlos VI da França deu uma costela ao papa, duas costelas aos duques de Berry e da Borgonha e ossos a outros prelados. Em 1430, o duque Luís VII da Baviera (1368-1447) recebeu um osso para uma igreja de Ingolstadt.

Em 1568, no ápice das guerras de religião entre católicos e huguenotes que sangravam a França, os ossos ainda existentes em Paris foram levados em procissão solene pelas ruas contra os protestantes. Décadas depois, em 1610, a rainha Maria de Médici (1575-1642), consorte de Henrique IV, recebeu um osso, mas, com remorso, devolveu-o logo depois. Sua sucessora foi menos escrupulosa: Ana de Áustria (1601-1666), esposa de Luís XIII, terceira franciscana e, naturalmente, devota de São Luís, recebeu um pequeno pedaço de costela em 1616, mas, insatisfeita, conseguiu logo depois uma costela inteira. Anos mais tarde, obteve para os jesuítas de Paris e de Roma uma costela e um osso do braço.

Em 1793, quando da profanação dos cadáveres reais de Saint-Denis pelos revolucionários, estes arrombaram o túmulo de São Luís, mas não descobriram nenhum resto mortal, apenas o pequeno caixão no qual os ossos foram transportados de Cartago quinhentos anos antes. Um funcionário da Convenção Nacional chamado Poirier, testemunha da exumação em nome do governo revolucionário, escreveu que, em 19 de outubro daquele ano,

> ao continuarmos a busca no coro encontramos, ao lado do túmulo de Luís VIII, o local onde fora colocado São Luís quando este morreu em 1270. O túmulo era menor e mais estreito do que o de seu pai, e não tinha ossos, pois estes tinham sido removidos quando da sua canonização em 1297.

Resta-nos perguntar o que subsiste hoje das relíquias de São Luís. As entranhas foram originariamente depositadas na Catedral de Monreale,

na Sicília. Parte delas ainda está lá, em um altar na nave esquerda da igreja, mas uma parte foi removida em 1860 quando o último rei das Duas Sicílias, Francisco II, expulso de seu reino, levou-as consigo e as confiou ao cardeal Lavigerie, que as depositou em 1890 na Catedral de Cartago, na Tunísia. De lá foram transferidas, em 1985, para a França e colocadas em 2011 na Catedral de São Luís em Versalhes, onde ainda estão. Quanto aos ossos, estes estão mais espalhados. Além dos pequenos fragmentos, que devem ser centenas, difundidos pelo mundo, sabe-se que um pedaço de costela está, desde 1926, na igreja de São Luís em Montreal, no Canadá. Existe um osso conservado na Catedral de São Luís, no Missouri, nos Estados Unidos. O maxilar inferior e uma costela estavam, até o incêndio de 2019, guardados em Notre-Dame de Paris.[54] Um osso do braço está no museu do castelo de Castelnau-Bretenoux, em Quercy, e um dos punhos está em Saint-Denis, na Capela da Virgem, lá entronizado em um belo relicário em 1956, no local onde ficava o relicário original quando da canonização. Outros ossos encontram-se em várias igrejas da Europa.

E quanto ao crânio? Ele esteve, de 1306 até 1791, no relicário encomendado por Filipe, o Belo na Sainte-Chapelle. Em 1791, já em plena Revolução, o rei Luís XVI deu ordens de repatriar a cabeça de seu santo antecessor à Basílica de Saint-Denis, onde julgou que ela estaria mais segura. Mas lá permaneceu por pouco tempo, pois em 14 de novembro de 1793, já sob o regime do Terror, meses após a execução de Luís XVI e três semanas depois das profanações dos sepulcros reais, os tesouros de Saint-Denis (incluindo os relicários) foram levados à Convenção Nacional, onde uma comissão foi encarregada de separar os objetos que deveriam ser salvos dos que poderiam ser descartados. Foi durante este procedimento que um dos curadores, o abade Barthélemy, escondeu em uma gaveta a mais preciosa das relíquias, a Santa Coroa de Espinhos (que, salva, retornou a Notre-Dame no tempo de Napoleão).

---

54 Não sabemos, até a ocasião da elaboração deste livro, onde se encontram no momento.

Digitalizado com CamScanner

Após o exame pela Convenção, a maioria das relíquias se perdeu e os tesouros foram derretidos, inclusive os relicários de São Luís. Pensou-se, por muito tempo, que o crânio do santo rei tivesse sido descartado, mas um documento descoberto em 1843 — um memorando datado de 13 de maio de 1817 — dá-nos a saber que, talvez, tenha sido salvo.

Este memorando está assinado por Monsenhor d'Astros, então vigário-geral de Paris, e é endereçado ao Grande Esmoler do rei Luís XVIII. Nele, d'Astros informava ter em mãos a cabeça de São Luís, cujo exame da autenticidade submeteria ao bispo de Paris, mas julgava por bem informá-lo ao rei, dada a importância daquela relíquia para a Coroa.

Relatava que, no final de outubro de 1815, foi convidado à casa de um idoso chamado Amelot que afirmava possuir a cabeça de São Luís. O ancião disse-lhe que fora um dos inspetores do salão da Convenção Nacional no dia em que as relíquias da Abadia de Saint-Denis e da Sainte-Chapelle foram trazidas, em 1793. Haviam sido trazidos dois crânios — o de São Dionísio (Saint-Denis) e o de São Luís —, e como este último era seu santo padroeiro, conseguiu subtraí-lo para protegê-lo da profanação. Informado por Monsenhor d'Astros da gravidade daquela informação, Amelot assinou uma declaração contando com suas palavras como obteve a relíquia e jurando por Deus que tudo o que afirmava era verdadeiro. Ao final do seu memorando, d'Astros afirmava considerar digno de crédito o relato de Amelot, pois se tratava aquele de um homem piedoso de mais de oitenta anos que, vendo a morte se aproximar, queria devolver à autoridade eclesiástica uma relíquia resgatada por ele durante os dias de profanações e mantida em sua posse por quase vinte e cinco anos: a cabeça de seu santo de devoção.

Um documento de 30 de junho de 1820, cinco anos após as confidências de Amelot, demonstra, ademais, que a arquidiocese de Paris mantinha em seu poder a cabeça de São Luís restituída pelo idoso senhor já falecido. Neste documento, sua autenticidade era reconhecida pelo bispo coadjutor de Paris, por dois cônegos de Notre-Dame, por um capelão do rei e por um mestre de cerimônias do clero, que o assinavam.

Digitalizado com CamScanner

Assim, há que se concluir que a cabeça de São Luís está entre alguma das incontáveis relíquias guardadas nos acervos da arquidiocese de Paris, mas, infelizmente e não sabemos o porquê, caiu no esquecimento.

2. Os companheiros

São Luís foi sucedido por seu filho, o *rei Filipe III*, coroado rei da França na Catedral de Reims em 30 de agosto de 1271. Por sua habilidade no combate a cavalo, passou à história como "o ousado" (*le hardi*). Herdou do pai a piedade, a generosidade e a bondade, mas seu reinado de quinze anos é geralmente tido em pouca conta pelos historiadores, mais atentos aos marcantes reinados de seu pai e de seu filho. Não obstante, deu continuidade às políticas de São Luís, mantendo a maior parte dos conselheiros de seu pai e procurando o fortalecimento da monarquia capetiana. Teve quatro filhos com sua primeira esposa, Isabel de Aragão, e outros três com a segunda, Maria de Brabante. Morreu em uma guerra fracassada e talvez desnecessária contra Aragão, aos quarenta anos, em 1285. Sucedeu-lhe seu filho, sob o qual São Luís foi canonizado, Filipe IV, o Belo, que reinou até sua morte, em 1314.[55]

Margarida da Provença, esposa e rainha de São Luís durante trinta e seis anos, viveu mais vinte cinco anos após a morte do marido. Após auxiliar por algum tempo seu filho Filipe no governo do reino e depois de tentar reaver sua herança provençal, retirou-se do mundo, vivendo o restante de seus dias em um convento de clarissas em Paris, donde assistiu o início do processo de canonização do esposo. Lá tornou-se especialmente amada pelos pobres, que a chamavam de "mãe". Margarida morreu em 21 de dezembro de 1295, aos setenta e quatro anos, e foi sepultada em Saint-Denis, junto de São Luís. A inscrição de seu túmulo desapareceu e, após séculos de escavações para novos sepultamentos, a localização dele se perdeu. Os revolucionários anticatólicos e antimonarquistas, ao profanarem as tumbas reais de Saint-Denis

---

55 Giordani, t. I, p. II, cap. I, p. 161.

em 1793, procuraram mais de uma vez por seu túmulo para recolher seus ossos, mas sem sucesso. A sua foi a única sepultura da basílica que não foi violada durante a Revolução Francesa, de forma que seus ossos jazem ainda hoje intactos em algum lugar debaixo das imensas pedras que servem de piso ao coro. Quiçá por intercessão do seu marido, que não permitiria que fosse profanado o corpo da mulher que, na terra, foi com ele uma só carne.

A *princesa Isabella*, rainha de Navarra, a filha mais amada de São Luís, que herdara tantas das suas virtudes e acompanhara o pai em sua última cruzada, morreu poucos meses depois dele, em Hyères, próximo a Marselha, em 27 de abril de 1271, com pouco menos de trinta anos. Seu marido *Teobaldo de Navarra*, genro querido do santo rei, já havia descido ao túmulo, como visto, na Sicília, em dezembro de 1270. Foram sepultados juntos na igreja franciscana de Provins. Como optaram por um casamento josefino, não deixaram descendência.

O *príncipe Pedro*, conde de Alençon, penúltimo filho homem de São Luís, teve dois filhos, que não ultrapassaram a infância. Lutou em defesa do seu tio Carlos de Anjou, na Itália, contra a invasão aragonesa na Sicília (após as chamadas "vésperas sicilianas"). Morreu em Régio da Calábria, no reino de Nápoles, vítima de mercenários aragoneses, em 6 de abril de 1284.

A *princesa Branca*, casada com o herdeiro do trono castelhano, Fernando de la Cerda, teve dele dois filhos — Afonso e Fernando. Seu marido, no entanto, morreu prematuramente antes de seu pai, Afonso X. Quando da morte deste, o cunhado de Branca, Sancho, reivindicou o trono e autoproclamou-se rei Sancho IV de Castela, afastando os sobrinhos da sucessão. Branca foi aprisionada, mas fugiu para a França, onde tentou fazer valer os direitos de seus filhos ao trono de Castela, mas fracassou. Recolheu-se como religiosa no convento de clarissas com sua mãe, a rainha Margarida, e lá permaneceu até sua morte, aos setenta anos, em 1323.

A *princesa Margarida* casou-se em 1271 com o duque João I de Brabante. Engravidando logo em seguida, veio a morrer aos dezessete anos, ainda naquele ano, após um parto difícil, falecendo, também, a criança que gestava.

Digitalizado com CamScanner

O filho mais novo do santo rei, o *príncipe Roberto*, conde de Clermont, tornou-se senhor de Bourbon por casamento e teve seis filhos: Luís, Branca, João, Maria, Pedro e Margarida. Após um sério ferimento na cabeça em uma justa, em 1279, ficou inválido para o resto da vida. Morreu em 7 de fevereiro de 1317, aos sessenta anos. Foi o fundador da Casa de Bourbon, ramo cadete da dinastia capetiana, e seus descendentes chegariam ao trono da França em 1589.

E a filha mais nova de São Luís, a *princesa Inês*, casou-se, em 1279, com o duque Roberto II da Borgonha e dele teve dez filhos: João, Margarida, Branca, outra Margarida, Joana, Hugo, Odo, Maria, Luís e Roberto. Após sua viuvez, foi regente da Borgonha em nome de seu filho entre 1307 e 1311. Morreu aos sessenta e sete anos, em 1327, cinquenta e sete anos após a morte de seu pai.

O rei *Henrique III da Inglaterra*, cunhado e primo com o qual São Luís guerreara na juventude, mas que na maturidade se tornou autêntico amigo do santo rei, viveu apenas dois anos além dele, morrendo em 1272. Seu filho e sucessor, o *rei Eduardo I da Inglaterra*, que admirava profundamente São Luís e era, por sua vez, admirado por ele por suas inúmeras virtudes, após retornar de sua cruzada na Terra Santa em 1272, não deixou de acalentar o sonho de unir a Cristandade em uma nova cruzada, recordando-se sempre das lições de seu tio. Morreu em 1307, e seu filho, Eduardo II, se casou com uma bisneta de São Luís, Isabella da França, o que trouxe o sangue do santo rei para a família real inglesa.

O frei dominicano *Geoffroy de Beaulieu*, confessor de São Luís por mais de três décadas, dedicou o restante de sua vida à causa de canonização do amigo e dirigido espiritual. Após escrever a biografia à qual tanto devemos, morreu em data desconhecida do ano de 1274. O frei *Guilherme de Chartres*, que fora capelão de São Luís por tantos anos, continuou a obra de Beaulieu, morrendo em 1282. O padre *Robert de Sorbon*, outro amigo e capelão do santo rei, passou o resto de seus dias em prol da Universidade de Paris, à qual acrescentou faculdades de humanidades e filosofia. Deixou todos os seus bens para a referida instituição, morrendo em 15 de agosto de 1274.

Digitalizado com CamScanner

O controvertido irmão caçula de São Luís, *Carlos, conde de Anjou e rei da Sicília*, transformou o reino do sul da Itália: transferiu a capital para Nápoles e lá estabeleceu um forte governo apoiado militarmente por exércitos franceses e economicamente pela colaboração de banqueiros florentinos e genoveses. Detestado pelos sicilianos, estes se sublevaram em 1282, massacrando todos os franceses da Sicília, exceto os que se refugiaram na Itália continental. Esses eventos ficaram conhecidos como as "Vésperas Sicilianas" e dividiram o reino de Carlos: a parte continental continuaria sob seu poder e de sua dinastia, enquanto a parte insular foi conquistada pelo reino de Aragão. Carlos de Anjou morreu durante esses eventos em 7 de janeiro de 1285 e seus herdeiros reinariam em Nápoles até 1442.[56]

E *Jean de Joinville*, grande amigo de São Luís, participou ativamente de seu processo de canonização. Já idoso, escreveu, a pedido da rainha Joana de Navarra, esposa de Filipe, o Belo, o livro *Des saintes paroles et des bons faiz de nostre saint roy Looÿs*, ou, como é comumente conhecido, a *Vie de Saint Louis*. Como a rainha Joana morreu quando a obra não estava concluída, Joinville ofereceu-a em 1309 ao filho dela, o rei Luís X da França,[57] bisneto de São Luís. Joinville morreu aos noventa e três anos em 24 de dezembro de 1317, quase cinco décadas após seu santo amigo.[58]

3. Os descendentes[59]

A descendência de São Luís e de Margarida da Provença é vasta: tiveram 11 filhos, 28 netos, 67 bisnetos e 184 trinetos, que se multiplicaram a um grau incontável.

---

56 *Ibid.*, t. I, p. II, cap. IV, pp. 332 e 396.

57 Então apenas príncipe herdeiro da França e rei de Navarra.

58 Le Goff, 2010, 2ª parte, cap. IX, pp. 437-438.

59 As informações deste subcapítulo foram retiradas do portal português Geneall.net, um dos mais respeitados e completos acervos genealógicos virtuais do mundo, contando, em 14/06/2023, com o registro de 177.894 famílias e de 4.168.465 indivíduos de praticamente todas as nações ocidentais.

Digitalizado com CamScanner

Todos os *reis da França* após São Luís foram descendentes seus: tanto os últimos capetianos diretos (que reinaram até 1328) quanto os Valois (que reinaram entre 1328 e 1589) e os Bourbons (descendentes de seu último filho, Roberto, que reinaram entre 1589 e 1792, e novamente entre 1815 e 1848). Mesmo dois dos *imperadores da França*, Napoleão II e Napoleão III, eram descendentes de São Luís através de suas mães, respectivamente, Maria Luísa da Áustria e Hortênsia de Beauharnais. Mas seu sangue não ficou restrito à família real francesa: através de sua vasta prole e de casamentos entre várias dinastias, seus descendentes se espalharam, em questão de pouquíssimas gerações, pela Europa inteira.

Sua descendência alcançou de modo definitivo a família real inglesa[60] através do casamento de sua bisneta Isabella da França (1295-1358) com o rei Eduardo II da Inglaterra (1284-1327). Deste casal nasceu o rei Eduardo III (1312-1377), monarca com vasta prole da qual descenderiam todos os *reis da Inglaterra e do Reino Unido*, incluindo o atual rei Carlos (ou Charles) III. Também os *reis da Escócia* se tornaram filhos de São Luís, com o casamento da bisneta de Eduardo III, Joana Beaufort (1399-1445), com o rei Jaime I da Escócia (1394-1437). E foi a partir da linhagem deste mesmo Eduardo III que o sangue de São Luís chegou a Portugal: sua neta, Filipa de Lancaster (1360-1415), casou-se com o rei Dom João I de Portugal (1357-1433), e deste casal descenderam todas as dinastias portuguesas seguintes. De tal modo, desde o rei Dom Duarte (1391-1438), todos os *reis de Portugal* foram descendentes de São Luís, assim como os *imperadores do Brasil*.

As famílias reais espanholas também receberam cedo o sangue do santo rei. Uma de suas filhas, Branca, casou-se com um infante castelhano e, apesar de seus filhos terem sido deserdados pelo tio, a neta de um deles, Dona Joana Manuel (1339-1381), casou-se com o rei Henrique II de

60 Dizemos "de modo definitivo", pois uma neta de São Luís, Margarida da França (ca. 1279-1318), filha de Filipe III, foi a segunda esposa de Eduardo I da Inglaterra (1239-1307), no entanto, seus filhos não chegaram a reinar.

Castela (1133-1379), e foi mãe do rei João I de Castela (1358-1390), do qual todos os futuros *reis de Castela* descenderam. Também os *reis de Aragão* a partir de Fernando I (1380-1416), filho mais novo do mesmo João, descenderam de São Luís. E, como a família real espanhola nasceu do casamento entre Isabel I de Castela (1451-1504) e Fernando II de Aragão (1452-1516), "os Reis Católicos", ambos da 7ª geração do santo rei, todos os *reis da Espanha*, incluindo o atual, Filipe VI, descenderam de São Luís.[61]

E as grandes famílias dos países da Europa Central, Oriental e do Norte também se tornaram, com o passar de séculos de casamentos dinásticos, descendentes do santo rei.

Sabe-se que a partir de casamentos com famílias reinantes na Lorena, Borgonha e em Hainault, a prole de São Luís penetrou em todas as famílias principescas alemãs: 4 gerações após São Luís, seus descendentes já reinavam na Baviera; após 6, na Áustria; após 7, em Baden; após 8, em Cleves; após 9, em Brandemburgo e na Prússia; após 10, no Palatinado; após 11, em Anhalt; após 12, na Saxônia, Hesse, Brunswick e Macklemburgo; após 13, em Württemberg; após 15, em Nassau.[62]

E como se originaram dessas casas aristocráticas, todos os *Sacros Imperadores Romanos* a partir de Maximiliano I (1459-1519), todos os *reis da Prússia* (1701-1871), *imperadores da Áustria* (1804-1919) e *imperadores da*

---

61 São Luís → Branca da França → Fernando de la Cerda → Branca de la Cerda → Joana Manuel, rainha de Castela → João I, rei de Castela → Henrique III de Castela e Fernando I de Aragão → *Famílias reais castelhana e aragonesa* → *Família real espanhola.*

62 A disseminação da descendência de São Luís entre as famílias nobres alemãs se deu, principalmente, a partir dos descendentes de Margarida de Baden (1431-1457), casada com Alberto Aquiles de Hohenzollern, Eleitor de Brandemburgo, e mãe de João Cícero de Brandemburgo, de ampla descendência. Sua ascendência remetia ao santo rei na seguinte ordem: São Luís → Filipe III → Carlos de Valois → Margarida de Valois → Maria de Châtillon → João I, duque da Lorena → Carlos II, duque da Lorena → Catarina da Lorena → Margarida de Baden → João Cícero, Eleitor de Brandemburgo (1455-1499).

Digitalizado com CamScanner

Alemanha (1871-1918), tais como os *reis da Holanda* (desde 1815) e os *reis da Bélgica* (desde 1831),[63] descenderam de São Luís.

Partindo das famílias nobres alemãs, o sangue de São Luís foi transmitido aos reinos do centro e norte da Europa: todos os *reis da Hungria* a partir de 1490, data da ascensão de Vladislau II (1456-1516), cuja mãe era da 9ª geração do santo rei, foram descendentes de São Luís. A partir do rei Sigismundo I (1467-1548), da 9ª geração de São Luís, todos os *reis da Polônia* descenderam dele; assim como todos os *reis da Suécia* a partir do rei Sigismundo III (1566-1632), da 10ª geração de São Luís. E, depois do rei Cristiano III (1503-1509), da sua 11ª geração, todos os *reis da Dinamarca e da Noruega* foram descendentes seus.

Os *czares da Rússia* também descenderam de São Luís, ao menos aqueles a partir de Pedro III (1728-1762), que era da 19ª geração do santo rei.[64] Todos os oito *reis da Grécia* (1832-1975), os quatro *reis da Romênia* (1881-1947), os três *reis da Bulgária* (1908-1946) e o último rei da Iugoslávia, Pedro II (1923-1970), com suas famílias reais, oriundas de famílias nobres alemãs e dinamarquesas, também descendiam de São Luís.

Os *reis de Nápoles,* a partir de Luís I (1339-1384), tetraneto de São Luís, descenderam dele, assim como todos os *reis da Sicília* a partir de Fernando I (1380-1416) e todos os *reis das Duas Sicílias* (1816-1861). E, sendo a Itália durante muito tempo fragmentada em pequenos territórios cujos soberanos realizavam casamentos com famílias de outras terras, o sangue de São Luís se disseminou rapidamente na península:

---

63 Os imperadores da Alemanha, antes reis da Prússia, como membros da Dinastia de Hohenzollern, descendiam de João Cícero, Eleitor de Brandemburgo (1455-1499), da 9ª geração de São Luís. Da mesma casa de Hohenzollern era a mãe de Guilherme I, primeiro rei da Holanda (1722-1843) e ancestral de toda a família real holandesa. E, no que se refere à família real belga, seu primeiro rei, Leopoldo I (1790-1865), descendia de São Luís por inúmeras linhagens diferentes.

64 Descendente de uma plêiade de famílias nobres alemãs e de todas as famílias reais escandinavas através de seu pai Carlos Frederico de Holstein-Gottorp (1700-1739), Pedro III e seus descendentes vinham de São Luís a partir de inúmeras linhas diferentes.

Digitalizado com CamScanner

4 gerações após São Luís, seus descendentes já governavam Mântua; após 6, Saboia; após 10, a Toscana, Módena e Ferrara; após 11, Milão; após 13, Parma. E São Luís foi ancestral dos *reis da Itália* (1861-1946), havendo, ainda, ao menos um papa que foi descendente seu: Bento XIII (pp. 1724-1730).

Muitos santos de origem nobre também foram filhos de São Luís: Santa Joana de Valois, São Francisco Borja, São Luís Gonzaga, São João de Brito, São Carlos de Foucauld e Beata Joana de Portugal são alguns deles.

Mas como todas essas linhagens são de realeza ou de nobreza, não há de surpreender a ligação genealógica entre elas e São Luís. Geralmente se desconhece, no entanto, sua conexão com famílias não nobres.

Desde ao menos o século IX, o sangue régio penetrou nas classes mais baixas. Isso é notório a partir de Carlos Magno (742-814) que, através de sua vasta prole de dezoito filhos, difundiu seu sangue para todas as famílias nobres da Europa Ocidental e, destas, para as classes mais baixas da população. Existem duas explicações para essa difusão do sangue real na Idade Média. A primeira razão é a bastardia;[65] a segunda é a dada por George Duby: diz ele que se tornou costume dos magnatas dos séculos IX, X e XI casarem-se com mulheres de linhagem superior, especialmente com filhas de seus suseranos. Através dessas senhoras de alta nobreza, casadas com homens de nobreza inferior, afirma Duby, houve a "dispersão por todos os lados do sangue dos reis". Certo reducionismo pedagógico quiçá auxilie o leitor a compreender: os reis casavam suas filhas com seus

65 Os reis que tinham filhos ilegítimos casavam-nos com pessoas de pequena nobreza e, com o passar das gerações, parte de sua descendência unia-se a gente do povo. Parece-nos que quase todos os reinos medievais europeus tiveram um ou dois reis que foram mais pródigos em filhos fora do casamento, sendo especialmente responsáveis por dispersar o sangue real para além da nobreza e realeza: na Inglaterra, Henrique I (1068-1135), com seus 18 filhos fora do casamento; em Portugal, Dom Afonso III (1210-1279), que teve 10 filhos bastardos; na Espanha, Henrique II de Castela (1333-1379), com seus 14 filhos extramatrimoniais; na Alemanha, Frederico II (1194-1250), que teve 9 filhos bastardos.

Digitalizado com CamScanner

4 gerações após São Luís, seus descendentes já governavam Mântua; após 6, Saboia; após 10, a Toscana, Módena e Ferrara; após 11, Milão; após 13, Parma. E São Luís foi ancestral dos *reis da Itália* (1861-1946), havendo, ainda, ao menos um papa que foi descendente seu: Bento XIII (pp. 1724-1730).

Muitos santos de origem nobre também foram filhos de São Luís: Santa Joana de Valois, São Francisco Borja, São Luís Gonzaga, São João de Brito, São Carlos de Foucauld e Beata Joana de Portugal são alguns deles.

Mas como todas essas linhagens são de realeza ou de nobreza, não há de surpreender a ligação genealógica entre elas e São Luís. Geralmente se desconhece, no entanto, sua conexão com famílias não nobres.

Desde ao menos o século IX, o sangue régio penetrou nas classes mais baixas. Isso é notório a partir de Carlos Magno (742-814) que, através de sua vasta prole de dezoito filhos, difundiu seu sangue para todas as famílias nobres da Europa Ocidental e, destas, para as classes mais baixas da população. Existem duas explicações para essa difusão do sangue real na Idade Média. A primeira razão é a bastardia;[65] a segunda é a dada por George Duby: diz ele que se tornou costume dos magnatas dos séculos IX, X e XI casarem-se com mulheres de linhagem superior, especialmente com filhas de seus suseranos. Através dessas senhoras de alta nobreza, casadas com homens de nobreza inferior, afirma Duby, houve a "dispersão por todos os lados do sangue dos reis". Certo reducionismo pedagógico quiçá auxilie o leitor a compreender: os reis casavam suas filhas com seus

65 Os reis que tinham filhos ilegítimos casavam-nos com pessoas de pequena nobreza e, com o passar das gerações, parte de sua descendência unia-se a gente do povo. Parece-nos que quase todos os reinos medievais europeus tiveram um ou dois reis que foram mais pródigos em filhos fora do casamento, sendo especialmente responsáveis por dispersar o sangue real para além da nobreza e realeza: na Inglaterra, Henrique I (1068-1135), com seus 18 filhos fora do casamento; em Portugal, Dom Afonso III (1210-1279), que teve 10 filhos bastardos; na Espanha, Henrique II de Castela (1333-1379), com seus 14 filhos extramatrimoniais; na Alemanha, Frederico II (1194-1250), que teve 9 filhos bastardos.

Digitalizado com CamScanner

duques, que casavam suas filhas com seus condes, que casavam suas filhas seus com barões, que casavam suas filhas com simples cavaleiros, que casavam suas filhas com ricos comerciantes ou trabalhadores rurais. Desta feita, após algumas gerações e sem que as pessoas tivessem consciência, o sangue real espalhava-se por toda a sociedade. Essa prática manteve-se entre os séculos XII, XIII e XIV, fazendo com que as famílias plebeias fossem inseridas desapercebidamente nessas linhagens nobres com o passar do tempo.[66]

Seja por bastardia, seja por estes casamentos morganáticos, o sangue dos reis penetrou na massa comum do povo europeu e dos países de colonização europeia.

As pesquisas genéticas recentes confirmaram-no: não há português que não descenda de Dom Afonso Henriques; é raro haver um inglês que não venha de Guilherme, o Conquistador; um espanhol que não descenda de Fernando, o Grande e ainda mais raro um francês que não tenha o sangue de Hugo Capeto.

Isso também se deu, ainda que em menor medida, com a descendência de São Luís. Através de seus filhos Filipe, Roberto e Inês, todas as famílias nobres francesas e alemãs receberam seu sangue, que, com o passar das gerações, penetrou nas classes mais populares da França e Alemanha. Através de sua filha Branca e dos descendentes desta — os "infantes de la Cerda" —, que tiveram uma vasta prole, a descendência de São Luís se espalhou pelas famílias espanholas e portuguesas e, destas, para os povos ibero-americanos. E foi o tetraneto de São Luís, João de Gante, duque de Lancaster, que, com sua descendência ilegítima, fez penetrar nas famílias inglesas o sangue de São Luís e, por consequência, nas norte-americanas.

Como consequência desse curioso fenômeno, pode-se encontrar dentre os descendentes de São Luís em toda parte: filósofos, literatos, artistas, militares, cientistas e celebridades, inclusive de nacionalidade

66 Duby, 2013, pp. 115-149.

Digitalizado com CamScanner

brasileira.[67] Estadistas não monarcas também descenderam dele, como Francisco Franco, o Marquês de Pombal, Winston Churchill, Tony Blair, François Mitterrand, Manuel de Arriaga, Bernardino Machado e Antônio de Spínola. Muitos presidentes norte-americanos descenderam dele[68] e até mesmo presidentes do Brasil, como Floriano Peixoto, Prudente de Morais, Campos Sales, Afonso Pena, Hermes da Fonseca, Washington Luís, Getúlio Vargas, Nereu Ramos, João Goulart, Castelo Branco e Tancredo Neves.

Em famílias nobres ou não, destarte, os descendentes de São Luís encontram-se em todos os países de origem étnica europeia.

Todos os atuais monarcas reinantes na Europa, assim como os pretendentes a todos os tronos do Ocidente, são descendentes dele, dentre os quais dois — Filipe VI da Espanha e Henrique de Luxemburgo — por linhagem patrilinear (ou varonil) direta. Os membros da Família Imperial Brasileira, inclusive, além de descenderem de São Luís por milhares de linhas femininas diferentes,[69] têm o privilégio de serem príncipes que descem em linha varonil de São Luís: entre eles e o santo rei existe uma ligação de mais vinte gerações de apenas varões. Isso se explica pelo casamento de Gastão de Orleans, o conde d'Eu, um príncipe francês, com a princesa Isabel. A família que surgiu

---

67 São descendentes dele indivíduos como Montesquieu, Tocqueville, Jane Austen, Lord Byron, Oscar Wilde, Johnny Depp, Michel Douglas, Shirley Tempel, o almirante Nelson, Charles Darwin, Lawrence da Arábia, a Princesa Diana, Kate Middleton, Meghan Markle, Eva Peron. No Brasil, descenderam dele políticos como Afonso Arinos, Carlos Lacerda, Milton Campos, Geraldo Alckmin e Aécio Neves; literatos dentre eles Carlos Drummond de Andrade, Oswald de Andrade, Érico Veríssimo e Luís Fernando Veríssimo; compositores como Heitor Villa-Lobos e Tom Jobim; artistas como Tarcísio Meira e Nana Caymmi; e personalidades históricas como Tiradentes e Anita Garibaldi.

68 Dentre eles George Washington, Thomas Jefferson, John Adams, John Quincy Adams, Woodrow Wilson, Franklin D. Roosevelt, Abraham Lincoln, John Kennedy, Ronald Reagan, Lyndon Johson, Richard Nixon, Jimmy Carter, George Bush, Bill Clinton, George W. Bush e Donald Trump.

69 Os estudiosos de genealogia saberão que o "milhares", aqui, *não* é hiperbólico.

Digitalizado com CamScanner

deste matrimônio, além de Bragança, é também Orleans, ou antes Bourbon: Dom Bertrand de Orleans e Bragança, e seus herdeiros Dom Antônio e Dom Rafael, são príncipes das flores-de-lis, descendentes em linha paterna de São Luís por meio de seu décimo filho, Roberto de Clermont.

Eis, em suma, algumas considerações sobre a vasta descendência do santo rei, da qual fazer parte, arremata Le Goff, sempre foi razão de engrandecimento:

> Seus descendentes, quer tenham reinado ou não, quer descendam dele por primogenitura, pelos nascidos depois dos primogênitos ou mesmo pelas mulheres, sejam Capetos, Valois ou Bourbons, contanto que, graças ao poder ideológico do *sangue*, tenham tido uma gota de seu sangue nas veias (e o sangue desse rei virtuoso e sem bastardo era claramente *puro*), todos pertencem a essa elite superior a qualquer outra, os príncipes e princesas oriundos de São Luís.[70]

Recorde-se o exemplo de sua filha mais nova, a princesa Inês que, tendo vivido mais cinquenta e cinco anos além da morte dele, assinaria seus documentos, até o fim da vida, como "Inês, filha de meu senhor São Luís".[71]

Concluamos com a notícia de um episódio comovente, simbólico e com toque de grandeza: conta-se que, naquele derradeiro momento da Dinastia Capetiana, às 10h do dia 21 de janeiro de 1793, quando o rei Luís XVI subia o cadafalso para a guilhotina, o abade Edgeworth, seu confessor, disse-lhe essas últimas palavras: "*Montez au ciel, fils de Saint Louis*!" — "Suba ao céu, filho de São Luís!"[72]

---

70 Le Goff, 2010, Conclusão, pp. 791-792.

71 Richard, parte IV, *Conclusion*, p. 578.

72 Bordonove, parte VI, cap. 7, p. 321. Le Goff, 2010, Conclusão, p. 792.

PARTE III
O LEGADO DE SÃO LUÍS

1. SÃO LUÍS NAS MEMÓRIAS FRANCESA E CRISTÃ

"Casa da França, alegra-te, por ter dado ao mundo um tão grande príncipe; regozija-te, povo da França, por ter tido um tão bom rei",[73] eis as palavras do Papa Bonifácio VIII que parecem ter ecoado pelos séculos na memória francesa.

São Luís tornou-se rapidamente um ideal, tanto por suas virtudes quanto porque sob seu reinado, a França ter se tornado mais justa, a vida mais doce, mais segura e mais cristã, sobretudo ao se comparar sua época às que a sucederam.

Sua morte, em 1270, é um dos marcos que anunciam o fim da Cristandade, cuja dissolução se deu em um processo lento que se consumaria somente séculos depois, embora já encontrasse prelúdio no reinado de seu neto, Filipe IV, o Belo (r. 1285-1314). É nossa opinião que este rei é tratado com excessiva severidade e com rigor demasiado apressado pelos apologistas católicos contemporâneos, mas concedemos ele de fato representa, em muitos aspectos, a antítese do avô, a cuja canonização com tanto júbilo assistiu. As novidades do reinado de Filipe IV, diz Cassard, como o ressurgimento das guerras, a criação do imposto monárquico, as flutuações monetárias e o crescimento do poder do Estado atestavam, indiscutivelmente, uma mudança de estrutura em curso que nada frearia.[74]

O século XIV foi uma era de inflexão tanto para a França quanto para a Cristandade, século em que, apesar de mantidos incólumes muitos aspectos da ordem própria dos tempos de São Bernardo e de São Luís, foram firmados os alicerces da idade moderna. Cessa-se a paz firmada pelo santo rei com a Inglaterra, sobretudo a partir de 1337, com o início

---

73 Michaud, t. V, L. XVII, p. 279.

74 Cassard, parte I, cap. XI, p. 576.

Digitalizado com CamScanner

da Guerra dos Cem Anos, conflito que converteu a oposição entre duas coroas em rivalidade entre duas nações, e que tanto contribuiu para sepultar a *pax christiana*. Encerra-se a "epopeia das catedrais", e a era das cruzadas fica para trás. A autoridade espiritual vê-se drasticamente prejudicada com o crescimento do poder dos Estados, com o cativeiro do papado em Avignon (1309-1377) e com o Cisma do Ocidente (1378-1417). Também a teologia, a filosofia, o pensamento decaem...

Sob a casa de Valois, ramo cadete da Dinastia Capetiana que reinou sobre a França entre 1328 e 1589, a partir do bisneto de São Luís, Filipe VI (r. 1328-1350), o reino caminha irreversivelmente para a centralização monárquica e para o expansionismo territorial. Os primeiros cem anos dos Valois foram dedicados a combater os ingleses e garantir a integridade da França, e os últimos cem, marcados por intermináveis guerras com os Habsburgos da Espanha e da Áustria. Os Valois, ademais, seguindo uma tradição iniciada com Filipe, o Belo, abandonaram o caráter carismático da Monarquia Capetiana, tão próxima do povo nos seus primeiros três séculos, e a substituíram por um regime burocrático, enrijecido e afastado dos franceses. Eles tiveram o mérito, não obstante, de servir de anteparo ao progresso do calvinismo no reino, e a manter o governo de pé enquanto se desenrolava a mortífera guerra entre protestantes e católicos, as "guerras francesas de religião". É interessante o estado de espírito que animava estes Valois, como o rei Francisco I (r. 1515-1547), que, piedoso, não hesita em mandar trucidar pastores huguenotes ao ouvi-los falar mal da Santa Missa, a qual tanto amava, mas, não sem remorso, alia-se ao império otomano contra seus inimigos Habsburgos, católicos como ele.

Os Bourbon, último ramo cadete da Dinastia Capetiana a ascender ao trono francês, em 1589, foram reis católicos de indiscutível devoção (à exceção do primeiro, Henrique IV). O segundo deles, Luís XIII (r. 1610-1643), homem de piedade profunda, responsável por desbaratar a última resistência calvinista no reino, grande defensor da fé e promotor da religião, permite, não obstante, que seu ministro Richelieu coloque a França, por "razões de Estado", ao lado dos protestantes na Guerra dos Trinta

Anos. Seu sucessor, Luís XIV, o Rei Sol (r. 1643-1715) foi um homem em muitos aspectos admirável que, após uma juventude dissoluta, converteu-se em um católico piedoso. Nele nota-se, porém, um conflito: em sua alma combatem as antigas fidelidades — que eram as de São Luís —, com as exigências do "homem de Estado", que o precipitam em guerras intermináveis com seus vizinhos e em embates com Roma.

Quanto a Luís XVI (r. 1774-1792) foi, ao menos nas intenções, um digno sucessor de seus maiores ancestrais, inclusive do santo do qual levava o nome. Suas hesitações, no entanto, não permitiram que ele freasse a tempestade que se desencadeou sob se reinado, uma Revolução cujos fautores se propunham derrubar o Altar e o Trono, minando os alicerces católicos e tradicionais da França. A monarquia foi abolida, o rei assassinado, a nobreza aniquilada, as recordações dos tempos monárquicos extirpadas — chegando-se à degradação que caracteriza aquele episódio mil vezes abominável: a profanação dos sepulcros reais de Saint-Denis em 1793. Ao mesmo tempo, perseguiu-se a Igreja, vandalizaram-se os templos, destruiu-se a arte sacra e produziu-se imensa safra de mártires.

Em todas as épocas difíceis que sucederam a sua morte, a memória de São Luís permaneceu lá, seu exemplo à frente dos reis, sua lembrança acalentada nos corações dos franceses de todos os tempos. Seu reinado converteu-se em uma espécie de *eldorado*, a memória de um tempo glorioso e próspero distinto das eras posteriores:

> No fim do século XIII, início do século XIV, quando perceberam a presença e o agravamento da crise, aí é que viram a pessoa e o reinado de São Luís como mais brilhantes, mais benéficos, mais dignos de saudade. Parcialmente baseado na realidade, parcialmente nascido do embelezamento da recordação, o mito de uma idade de ouro sob São Luís e graças a São Luís crescerá. As dificuldades do presente terão seu contraponto na evocação do "(bom) tempo de meu senhor São Luís".[75]

75 Le Goff, 2010, Conclusão, p. 795.

É a partir do reinado de Filipe, o Belo, diz Cassard, que se firma "o mito do bom tempo de meu senhor São Luís", que ele chama de "atualização tardo-medieval de uma idade de ouro".[76] Isso se percebe já em Joinville que, no começo do século XIV (ainda sob Filipe IV, rei de quem não gostava), lamenta a partida de São Luís para a cruzada que lhe custou a vida, dizendo que no seu tempo "todo o reino estava em paz internamente e com os seus vizinhos, e, desde que ele partiu, o estado do reino só piorou".[77]

Ademais, escreve Richard, "o tempo de São Luís" tornou-se um recurso contra os reis da vez: os bons usos de sua época, sua boa moeda, sua boa justiça eram invocados por aqueles que criticavam os tempos presentes e os novos governantes.[78] Resume o padre Rohrbacher que nada prova mais o reinado de justiça de São Luís do que aquele "grito geral erguido pelos descontentes sob os reinados seguintes. Eles não demandavam outra coisa senão que os abusos fossem reprimidos, e que a justiça fosse feita como havia sido sob o reinado de São Luís".[79]

Tal sentimento converter-se-á em rebelião, com a formação de uma liga baronial composta por nobres de quase toda a França entre o final do reinado de Filipe IV (r. 1285-1314) e o início do de Luís X (r. 1314-1316), que reclamavam a restauração "dos bons costumes do tempo de São Luís", ou seja, a restauração dos usos tradicionais feudais contra a tendência centralizadora própria do neto do santo rei.[80]

Ele permaneceu, com efeito, vivo no imaginário de seu povo e na memória coletiva da nação francesa. O século XIII tornou-se para a posteridade "o século de ouro de São Luís", a "era dourada", os "anos dourados de São Luís".

---

76 Cassard, parte I, cap. III, p. 147.

77 Joinville, parte II, §736.

78 Richard, Conclusion, p. 578.

79 Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 161.

80 Cassard, parte I, cap. XI, p. 600.

Digitalizado com CamScanner

Era esperado que seu exemplo pesasse sobre seus sucessores, e que o imitar se tornasse uma missão a ser por eles cumprida. Joinville já o exigia:

> Houve e deve haver grande alegria em todo o Reino da França, e grande honra a toda a sua linhagem para aqueles que quiserem assemelhar-se a ele no bem agir, e grande honra a todos aqueles da sua linhagem que querem segui-lo com boas obras; grande desonra à sua linhagem para aqueles que querem agir mal; pois será indicado a eles e será dito que o santo rei de quem eles vieram teria relutado em realizar tal ato maligno.[81]

Tido por "refundador" da Dinastia Capetiana, São Luís legou ao seu país e à monarquia francesa um renome que não se desvaneceria jamais. Ao longo dos séculos, tornou-se um símbolo inseparável dessa coroa, o patrono tanto do trono quanto da própria França. Quanto aos reis, que, como dito, descenderam todos em linha varonil do santo rei, estes procuraram reforçar seu próprio prestígio fazendo referência ao santo rei do qual saíram.[82]

Se sua memória foi muito valorizada pelos últimos capetianos diretos (seu filho, seus netos e bisnetos), parece ter sido progressivamente deixada em segundo plano (apesar de não esquecida) pelos Valois. Foram os reis da Casa de Bourbon que mais se dedicaram a fazer com que seu legado ganhasse um novo impulso. Pode-se supor uma razão para tal: os Valois também descendiam de São Luís, porém, a ligação deles ao santo rei era entremeada por muitas gerações de outros reis. Os Bourbon, alçados ao poder em 1589, no entanto, não descendiam em linha varonil de nenhum outro rei francês desde São Luís (por meio de seu último filho, Roberto de Clermont). Ora, a legitimidade da presença dos Bourbon no trono derivava do fato de serem os últimos herdeiros de Luís IX. Logo,

---

81 Joinville, parte II, §761.

82 Richard, Conclusion, p. 578.

Digitalizado com CamScanner

era mais do que esperado que fossem especialmente devotos deste santo ancestral em razão do qual tinham o direito de reinar.

Assim, o primeiro rei Bourbon, Henrique IV (r. 1589-1610), batizou seu herdeiro "Luís" (XIII). E dele até Luís XVII, sete gerações ininterruptas de Bourbons nomearam seus primogênitos "Luíses": Luís XIII (r. 1610-1643) → Luís XIV (r. 1643-1715) → Luís, o Grande Delfim (1661-1711) → Luís, duque da Borgonha (1682-1712) → Luís XV (r. 1715-1774) → Luís, Delfim (1729-1765) → Luís XVI (r. 1774-1792) → Luís XVII (1785-1795).

Deles todos, nenhum parece ter contribuído mais para reacender sua memória do que o Rei Sol. Outrossim, as três principais igrejas que Luís XIV construiu, dedicou a ele: a Igreja dos Inválidos, em Paris, a Catedral de Versalhes e, é claro, a capela do próprio Palácio de Versalhes, cuja estrutura, aponta Cassard, é uma imitação barroca da Sainte-Chapelle. Em Versalhes, a festa real anual por excelência não era o aniversário do rei, mas o dia de São Luís, 25 de agosto, ocasião em que, todos os anos, um pregador fazia um panegírico do santo rei. Inclusive, em 25 de agosto de 1715, uma semana antes de sua morte, quando se encontrava já deveras debilitado, Luís XIV proibiu que as festividades previstas para o dia de seu ancestral fossem canceladas em razão de sua doença, sendo elas celebradas com a pompa habitual.[83]

Mas foi no século XIX, época de combate entre as forças tradicionais e as revolucionárias, que a recordação de São Luís recebeu seu maior impulso. Desde a Restauração Bourbônica (1815-1830), ele se tornou símbolo do movimento contrarrevolucionário e do catolicismo tradicional contra o liberalismo. Luís XVIII (r. 1815-1824), por exemplo, deu o nome de "*Cem Mil Filhos de São Luís*" ao exército que enviou à Espanha em 1823 para lutar contra a revolução liberal. Mesmo o rei Luís Filipe (r. 1830-1848), alçado ao poder por um golpe liberal, pretendendo reconciliar seu regime com o anterior, encomendou vários retratos do seu santo avô, dentre os quais o quadro que representa a Batalha de Taillebourg — vitória de São Luís

83 Cassard, parte II, cap. IV, pp. 765-767.

Digitalizado com CamScanner

sobre Henrique III da Inglaterra em 1242 —, grandiosa obra de Eugène Delacroix exposta na Galeria das Batalhas de Versalhes. O imperialismo francês do século XIX buscou, ademais, justificar-se (a nosso ver, indevidamente) com o exemplo de São Luís: a conquista da Argélia e da Tunísia foram invocadas como a realização póstuma da sua derradeira cruzada.

O papel de Luís IX como símbolo nacional francês, ao lado de personalidades como São Dionísio, Santa Genoveva, Clóvis, Carlos Magno e Santa Joana d'Arc — todos estes personagens típicos do antigo regime monárquico e católico —, foi aceito até mesmo pelo regime republicano instalado em 1870. Sob esta Terceira República, a antiga Igreja de Santa Genoveva (agora Panteão Nacional), em Paris, recebeu cinco monumentais painéis de Alexandre Cabanel representando, respectivamente, Branca de Castela educando-o (1º painel), São Luís administrando a justiça (2º e 3º painéis), São Luís prisioneiro dos muçulmanos (4º painel) e São Luís carregando a coroa de espinhos (5º painel).[84] Essa mesma Terceira República, apesar de laicista, parecia ver o santo rei com excelentes olhos e colaborou para manter sua lembrança viva entre os franceses, disseminando na mentalidade da juventude, através da *Histoire de France*, de Lavisse, e dos manuais escolares oficiais, a imagem de São Luís como o rei justo, governante ideal, administrando a justiça sob o carvalho de Vincennes.[85]

Independentemente da forma de governo, suas virtudes incontestáveis, seu senso de justiça, o rigor de suas leis, seu amor à paz, sua seriedade no cumprimento dos deveres fizeram com que São Luís figurasse para a posteridade como modelo de rei e de governante a ser imitado e respeitado. Mesmo no plenário do atual Senado Francês, na laica República Francesa, existe uma majestosa estátua do santo rei observando os senadores desde cima, com coroa e cetro. E no plenário da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos há um imenso medalhão

84 *Ibid.*, parte II, cap. IV, pp. 779-780.

85 Le Goff, *São Luís*, Conclusão, p. 792.

Digitalizado com CamScanner

a homenagear São Luís como um dos maiores legisladores da história. Vê-se que seu legado simbólico e político foi mantido com admiração não apenas por católicos, mas por todos aqueles que conseguiram contemplar nele os valores do bom governo, o espírito de justiça que encarnou e o amor ao seu povo que sempre demonstrou.

Mas a recordação de São Luís ultrapassou o âmbito político. Sua memória, acalentada com nostalgia pelo povo, converteu-se em devoção entre as massas. Destarte, que igreja francesa não ostenta ao menos um vitral a representá-lo com seus tradicionais atributos — o manto com as flores-de-lis, coroa, cetro e, é claro, a coroa de espinhos? Quantas paróquias na França não são a ele dedicadas? Quantas estátuas suas não podem ser encontradas nas praças do reino que governou? Que canto em que expedicionários e missionários franceses não puseram os pés não possui ainda uma cidade nomeada em sua honra, seja no Canadá, no Haiti, em Seychelles, no Senegal, na Argélia e na Tunísia — onde ele morreu e onde foi construída, no século XIX, uma bela igreja em sua honra? Nas regiões outrora francesas dos Estados Unidos, muitas cidades nomeadas "*Saint-Louis*" ainda restaram, destacando-se a importante cidade do Missouri, na qual há a grandiosa estátua que os vândalos de 2020 tentaram em vão remover. Mesmo o Brasil possui uma grande cidade a ele consagrada: São Luís do Maranhão, fundada por colonos franceses no século XVII.

Também o mundo hispânico recebeu um influxo de devoção ao santo rei,[86] manifestada em uma plêiade de altares em igrejas na Espanha dedicados a ele, e em uma profusão de cidades e províncias nomeados "*San Luis*" na América Espanhola e nas Filipinas: na Argentina, no Uruguai, na Colômbia, na Venezuela, em Cuba, em Belize, na República Dominicana, na Guatemala, em Honduras, no Peru, no México e nas regiões dos Estados Unidos outrora espanholas, como Arizona, Colorado, Califórnia e Flórida.

---

86 Muito provavelmente a partir do século XVIII, quando um príncipe Bourbon, Filipe V, neto de Luís XIV, ascendeu ao trono da Espanha.

Digitalizado com CamScanner

Os franciscanos contribuíram deveras para expandir a devoção a este que é o padroeiro de sua ordem terceira. Não há, com efeito, igreja franciscana em Portugal ou no Brasil — no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais, na Bahia — que não ostente uma de São Luís. Há também sinais de devoção a ele na Alemanha, na Áustria, na Itália...

E em Roma, capital da catolicidade, há uma bela igreja dedicada a São Luís, *San Luigi dei Francesi*, concluída em 1589.

2. A missão espiritual da França

"Ele amou o reino da França como a menina dos olhos," escreveu Filipe III a respeito de seu pai. São Luís amava seu país como a mãe da qual nasceu, e considerava-se o depositário e herdeiro de sua grande tradição, a tradição de uma nação construída pelo esforço multissecular da Igreja e de seus antepassados.

Aos olhos do historiador, a França pode com justiça virar-se para os católicos de todas as partes e emitir as palavras que Goyau lhe coloca nos lábios:

> "Quereis vós ou não, eu tenho um lugar na história de vossas almas; eu a tenho por meus soldados e por meus missionários, por meus pensadores e por meus artistas, por meus santos e por meus santuários. Entreis em vós mesmos e conhecei-vos: lá encontrareis algo de minha contribuição. Beneficiando-vos da vida da Igreja, vós vos beneficiais de tudo o que fiz para enriquecer e expandir esta vida".[87]

Desde os mártires de Lyon e dos que padeceram por Cristo em Montmartre, e sobretudo desde o batismo de Clóvis, a França, "a filha mais velha e predileta", esteve especialmente unida à Esposa de Cristo. Ao longo dos tempos bárbaros, na era de Carlos Magno e no apogeu da Cristandade, ela, ao mesmo tempo, foi construída pela Igreja e lhe serviu de sustentáculo, convertendo-se no cadinho privilegiado de todas as

87 Goyau, pp. 4-5.

Digitalizado com CamScanner

grandes iniciativas cristãs. Foi da alma francesa que Deus suscitou Cluny e Cister; foi desde a França que irradiou a Cartuxa. Veio dela a defesa da Cristandade no século VIII, e da França partiu a esmagadora maioria dos batalhões cruzados. Foi na bendita colina parisiense, onde jorrara o sangue de São Dionísio, que Santo Inácio de Loyola e seus primeiros companheiros fizeram o voto que originou a Companhia de Jesus. Após a desagregação espiritual causada pelo protestantismo, foi a França o palco do mais notável desabrochar espiritual e intelectual do século XVII. Missões para todos os cantos do mundo, uma verdadeira epopeia missionária financiada por franceses generosos e levada a cabo por santos missionários, expandiu a fé católica do Canadá à Polinésia. Mesmo após a Revolução, escrevia o padre Rohrbacher, a "França era ainda a primeira das nações cristãs, depois de tantos séculos e de revoluções, ela é ainda animada pelo espírito de São Luís, ela respira ainda a propagação da fé católica por toda a terra, ela envia ainda, para esta conquista espiritual, apóstolos, mártires, confessores, virgens".[88]

Constata-se o acerto da afirmação de Goyau quando se passa em revista dos grandes nomes que "a nobre raça dos francos" — na expressão do Papa Urbano II — deu à Igreja: São Bernardo de Claraval e Santa Joana d'Arc... São Francisco de Sales e São Vicente de Paulo... Santa Joana de Chantal e Santa Luísa de Marillac... São Luís de Montfort e São Bento Labré... São João Eudes e São João Batista de La Salle... Santa Margarida Maria Alacoque e Santa Elisabete da Trindade... Santa Catarina Labouré e Santa Bernadete... São João Maria Vianney e Santa Teresinha do Menino Jesus... Cardeal de Bérulle e Monsier Olier... Bossuet e Madre Javouhey... Enfim, desde o dia em que Blandina ofereceu sua vida por Cristo no anfiteatro de Lyon, a França desempenhou indiscutível primazia na história da Igreja. Se dela partiram muitos males, antes vieram bens sobejamente mais numerosos. Aos olhos de Deus essa nação possui um valor permanente e indiscutivelmente especial, uma predileção ditosa, um interesse

---

88 Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, p. 571.

Digitalizado com CamScanner

muito particular em face das demais. E a Casa de França, nascida de um milagre — o de Tolbiac —, ungida por São Remígio e preservando a fé em sua sucessão ininterrupta de sessenta monarcas, esteve sempre particularmente ligada ao papado e à Igreja, ligação essa que nem os erros de um Filipe IV e de outros pouco ditosos reis conseguiram romper.

É uma nação consagrada à Virgem Maria pelas mãos de um de seus reis, Luís XIII (r. 1610-1643). Este monarca estava casado havia muitos anos com Ana de Áustria. Vendo aproximar-se da maturidade sem filhos, com a saúde debilitada e travando difícil guerra contra os calvinistas entrincheirados em La Rochelle, recorreu à Santíssima Virgem, fazendo-lhe a promessa de construir uma igreja em sua honra se ela intercedesse por ele. Em 1628, os calvinistas se renderam, e em cumprimento da promessa, Luís XIII construiu a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, em Paris, na qual figura um belo vitral com a representação daquele rei, amparado por seu ancestral São Luís, oferecendo sua coroa à Virgem Maria. Mas como um filho ainda não lhe nascera, Luís XIII fez nova promessa em 1637. Naquele mesmo ano, um religioso agostiniano viu Nossa Senhora segurando o herdeiro que, ela disse, Deus queria dar à França. No ano seguinte, Ana da Áustria deu à luz Luís *Dieudonné* ("dado por Deus"), que viria a ser Luís XIV. Para assinalar para a posteridade a consagração de seu reino à Virgem Maria, Luís XIII prometeu construir um novo altar-mor na Catedral de Paris, com uma imagem da Virgem com Cristo descido da cruz em seus braços, e com ele próprio oferecendo-lhes sua coroa e seu cetro. O rei, porém, morreu antes de realizar a promessa, e Luís XIV cumpriu o voto do pai, mandando refazer o altar de Notre-Dame e esculpir as estátuas tanto de Nossa Senhora com o Senhor Morto quanto de Luís XIII, entregando-lhes a França. Essas estátuas ainda estão lá, preservadas do incêndio de 2019.

E se os católicos parecem ter natural tendência em maldizer a França apóstata, culpando-a pelos males causados ao Ocidente desde sua trágica Revolução, é bom se recordarem de algumas das palavras dirigidas pelo próprio Cristo à Santa Margarida Maria Alacoque no final

Digitalizado com CamScanner

do século XVII. Destarte, em sua mensagem à Igreja por meio da religiosa visitandina, o Sagrado Coração de Jesus confiou à França e ao seu rei — que, àquela altura era o próprio Luís XIV, o "*Dieudonné*" —, a tarefa de "cumprir uma grande e bela missão". Referindo-se ao rei da França como "filho primogênito do meu Sagrado Coração", Cristo ordenou:

> Dize ao filho primogênito do meu Sagrado Coração que o Pai Eterno, querendo reparar as amarguras e agonias que o adorável Coração de seu divino Filho sofreu na casa dos príncipes da terra, no meio das humilhações e dos ultrajes da sua Paixão, escolheu o vosso grande monarca, como seu amigo fiel, para a execução de um grande desígnio.
> [...] Em primeiro lugar, quer estabelecer o seu império no coração do rei, pela consagração que este fará de si mesmo a este divino Coração, que deseja triunfar do seu. [...] O Sagrado Coração quer, por seu intermédio, triunfar nos corações dos grandes da terra.[89]

Por intermédio do rei da França, queria o Sagrado Coração de Jesus reinar sobre todas as nações e restaurar no mundo cristão as suas antigas fidelidades.

Infelizmente, tanto Luís XIV quanto seu sucessor, Luís XV, parecem ter sido insensíveis aos pedidos divinos. No entanto, os franceses foram diligentes em propagar a devoção que Cristo queria que fosse difundida, não tardando ela a penetrar mesmo na família real: a esposa de Luís XIV, a rainha Maria Teresa da Espanha, inscreveu-se em uma confraria do Sagrado Coração. O filho e herdeiro de Luís XV, o Delfim Luís, com sua piedosa mãe, rainha Maria Lesczinska, fez construir em Versalhes uma capela consagrada ao Sagrado Coração e prometeu que, quando fosse rei, consagraria a ele a França. Não chegou a reinar, e apesar de seu filho, Luís XVI, estar disposto a cumprir os pedidos, a Revolução retardou que o fizesse. Aprisionado, o rei arrependeu-se por sua demora e prometeu "erigir e ornar à minha custa uma capela dedicada ao Sagrado Coração,

---

89 Oblato de Maria Imaculada, parte III, pp. 119-120.

e pronunciar o ato solene da consagração do meu reino ao Sagrado Coração".[90] Mas era tarde: ele foi guilhotinado no ano seguinte.

Mas nem o não cumprimento do pedido nem a Revolução anticatólica diminuíram o amor de Cristo pela França. Já sob o regime da Restauração, em 21 de julho de 1823, Ele apareceu à uma religiosa de Notre-Dame de Paris, irmã Maria de Jesus, e, voltando a exigir que seus pedidos à Santa Margarida fossem cumpridos, enfatizou: "A França é *sempre* muito querida do meu divino Coração."[91]

Finalmente, em 18 de janeiro de 1872, no topo de Montmartre, foi feito o voto nacional de consagração ao Sagrado Coração, com a promessa de se construir, naquele local regado pelo sangue dos mártires, um santuário a Ele dedicado. E assim, com o apoio dos papas Pio IX e Leão XIII, foi erguida a Basílica de *Sacre-Couer*, a Igreja do Sagrado Coração, que ainda domina o horizonte parisiense. Sumamente significativo é o mosaico do seu altar-mor: no centro, o Sagrado Coração de Jesus, com os braços estendidos em glória, ladeado pela Virgem Maria e por São Miguel Arcanjo, o protetor da França. Diante dele, o Papa Leão XIII, que fez a consagração do gênero humano ao Sagrado Coração em 1899, oferece-Lhe o orbe, enquanto a França, personificada por uma moça, ladeada por Santa Joana d'Arc, oferece-lhe a coroa. No topo direito do mosaico, santos franceses, dentre eles São Luís, prestam homenagem ao Sagrado Coração de Jesus, e abaixo deles, a igreja francesa faz o mesmo. E circundando essa bela cena, a divisa em letras de ouro: "*Sacratissimo Cordi Jesu Christ Gallia poenitens et devota!*" — Ao Sagrado Coração de Jesus, a França penitente e devota![92]

E foi a França, não se pode olvidar, o país para o qual Deus enviou a Virgem Maria em suas três mais notáveis aparições no ateu século XIX

90 *Ibid.*, parte III, p. 30.

91 *Ibid.*, parte III, p. 131.

92 *Ibid.*, parte III, p. 136.

Digitalizado com CamScanner

— Paris (Medalha Milagrosa), La Salette, Lourdes — trazendo mensagens celestiais a fim de recolocar o mundo no reto caminho.

Em alocução consistorial de 29 de novembro de 1911, o Papa São Pio X profetizou:

> Um dia virá — espero que não seja tão longe — no qual a França, como Saulo no caminho de Damasco, cairá rodeada por luz celestial e escutará uma voz: "Por que me persegues? Levanta-te, limpa as tuas manchas, reaviva teus sentimentos e vai-te outra vez, como filha primogênita da Igreja, levar o meu Nome a todos os povos e a todos os reis da terra!"

Este santo pontífice, que tinha o dom da profecia, não expressou ali seu desejo: afirmou "um dia virá!" Se nos fiarmos às suas palavras, a verdadeira França, a católica França, a de Clóvis e de Carlos Magno, a França de São Luís, renascerá:

> França, volta pressurosa aos braços da tua Mãe, a Santa Igreja, que jamais te agrediu, nem matou teus filhos. Renova teu batismo nas águas de Lourdes, consagra-te de novo, ao Sagrado Coração, ao Amor dos amores. Reúne-te ainda sob a bandeira de *La Pucelle* d'Orleans, Santa Joana d'Arc, guerreia!, brada!, corre! E se cumprirá sobre ti a profecia de São Pio X, e ressurgirás, França! Esquece teu liberalismo, e lança para longe o julgo dos teus inimigos que crescem à sombra do teu laicismo. Lembra-te de onde caíste, arrepende-te, e serás de novo erguida como glória das nações, a predileta entre as filhas!

À Santa Margarida, Jesus pedira que seu Sagrado Coração fosse doravante representado com a Coroa de Espinhos, a mesma relíquia que São Luís tornou a França custodiadora perpétua ao trazê-la de Constantinopla em 1238. A Coroa de Espinhos esteve sob risco de perder-se durante o incêndio que atingiu Notre-Dame em 15 de abril de 2019; no entanto, o capelão do corpo de bombeiros parisiense, padre Jean-Marc Fournier, ousou entrar na igreja para salvá-la. Correu até o Sacrário, apanhou o Santíssimo Sacramento e se esgueirou até o tesouro da catedral. Momentos depois, saiu carregando a coroa com a qual feriram a cabeça

Digitalizado com CamScanner

de Nosso Senhor, além do Santo Cravo e do pedaço da Vera Cruz. E assim, na semana dedicada à memória de quando estes três dolorosos objetos afligiram o Corpo de Nosso Senhor, Deus os salvou pelas mãos de um sacerdote seu. E foi salva, ademais, outra precisa relíquia do tesouro da catedral: a túnica com que São Luís se flagelava.

Animados por este belo sinal de esperança, esperemos que se cumpra para a França a profecia de São Pio X e aquelas palavras proclamadas, logo antes de morrer, por Madre Teresa de Santo Agostinho, a última das dezesseis religiosas carmelitas a serem guilhotinadas sob a Revolução Francesa em 17 de junho de 1794: "o amor sempre vencerá, o amor tudo pode".

3. O SANTO QUE É A ANTÍTESE DO HOMEM MODERNO

Quando os vândalos autonomeados "antirracistas" de Saint-Louis, no Missouri, em meados de 2020, precipitaram-se contra a majestosa estátua equestre de São Luís que domina a paisagem daquela cidade norte-americana, exigindo — sem êxito — sua remoção, estavam digladiando-se com uma grandeza cuja essência desconheciam.

Essa grandeza reside naquilo que opõe ó santo rei aos padrões mentais, morais e sociais do nosso mundo, do mundo nascido das Revoluções.

Na última centúria, os grandes homens exaltados em séculos anteriores foram reduzidos à poeira das pequenas misérias e se tornaram vítimas do estilhaçar de reputações. Transladando o igualitarismo jacobino para o âmbito das qualidades pessoais, o mundo contemporâneo incutiu em seus filhos a convicção de que os heróis do passado nada tiveram do que o "avançado ser humano dos séculos XX e XXI", tão compreensivo, solidário, empático e plural, não é dotado. Negando a grandeza daqueles que lhes foram superiores, promovendo a releitura de seus grandes feitos, subestimando personagens invulgares, as últimas gerações dedicaram-se a pôr no chão a memória dos que foram mais virtuosos, talentosos, geniais — e santos. Assentado no padrão mental revolucionário que, de

Digitalizado com CamScanner

Lutero a Marx,[93] incutiu-lhe um igualitarismo alheio à realidade, o homem moderno procura julgar as gerações passadas à luz (ou à sombra) das suas próprias debilidades e imperfeições. Não podendo superá-las, e irritado com o fato de épocas que tanto despreza terem produzido indivíduos que foram em muito superiores, o moderno as nega e as desqualifica, e até humilha, postumamente, os grandes do passado.

Os historiadores imbuídos de tal espírito alegam estar a derrubar mitos e remover impressões lendárias com as quais não sei que interesses teriam aureolado certas personalidades. Em verdade, em seu trabalho de demolição criam o maior dentre todos os mitos: o de que todos os seres humanos são iguais... na pusilanimidade. Como consequência, o decadente Ocidente não apenas renega suas próprias raízes, como insulta a memória de seus pais. Ao cabo, querendo julgá-los, é a lembrança deles, destes grandes heróis, que continuamente é seu juiz.

Esta é uma das razões pelas quais São Luís é tão incompreensível ao homem moderno: ele não teve nada de medíocre ou vulgar. Há na sua lembrança a recordação de um verdadeiro herói, de alguém que foi, nas belas palavras de Daniel-Rops, "uma dessas figuras insuperáveis que são, no decorrer dos tempos, os penhores da grandeza humana".[94] Quem não ficará enrubescido ao ler os anais de sua vida, contemplar sua generosidade, sua magnanimidade, sua coragem, suas múltiplas virtudes? Como, tendo sido tudo quanto foi, Luís IX não incomodará o filho de nossos tempos, tão acostumado à autocomplacência, à baixa nivelação, ao vício e à mediocridade?

Admita-se, não obstante, que à exceção de certa corrente recente cuja seriedade é bem discutível — pois o associa a racismo —, Luís IX não foi atingido por esse esforço desconstrucionista tão pródigo em produzir

---

93 Lutero começou negando a distinção essencial entre o sacerdote e o leigo, condição *sine qua non* para toda a desordem igualitarista que se seguiu, até a ideologia da igualdade por excelência, que é o comunismo.

94 Daniel-Rops, t. 3, p. 325.

Digitalizado com CamScanner

biografias satíricas e difamatórias. Sua figura, resume Le Goff, "resistiu bem" e "as novas orientações da historiografia o têm poupado".[95]

Ele resistiu tanto à sátira — da qual não foi vítima —, quanto ao teste ao qual o submeteram para aferir se sua verdadeira história teria sido falseada e encoberta por uma literatura laudatória e mítica. O próprio Le Goff, como ponto de partida de sua biografia do santo rei, pergunta-se: "São Luís existiu?" Propõe-se, com efeito, a examinar se o homem Luís IX corresponde ao santo descrito pelos cronistas religiosos, como Chartres, Saint-Pathus e Beaulieu — que poderiam ter floreado os dados de sua vida, ocultado seus erros e conduzido os leitores à sua própria conclusão referente à santidade do rei. Tal possibilidade, no entanto, desaba quando se percebe o quase nonagenário Joinville, anos após a canonização do amigo, escrever suas memórias sem nada ocultar, nem dos defeitos e nem do que de mais humano havia em Luís IX, ao mesmo tempo em que confirmava o que os cronistas religiosos escreveram sobre suas virtudes e sua grandeza. Não há, enfim, outra resposta à pergunta de Le Goff senão a de que São Luís, aquele das hagiografias, existiu.

Mas o santo rei é incompreensível ao homem moderno não apenas por sua grandeza, mas por ser sua antítese. Ele foi, como dito no primeiro capítulo, o ideal de homem que "a época cristã do mundo" concebeu. Tal qual escreveu Chateaubriand, assim como "cada época da história tem um homem que a representa, São Luís é o homem modelo da Idade Média". E Michelet diz ainda que com São Luís "a Idade Média ofereceu seu ideal, sua flor e seu fruto".[96]

O homem ocidental contemporâneo, com seus padrões mentais, sociais e morais, com seu modo muito particular de enxergar sua história, sua vida e a si próprio, é a consequência de uma longa sucessão de deformações que o tornaram intensamente distinto do homem ocidental que São Luís conheceu e foi. Desde os desvios filosóficos da Baixa Escolástica — com o

95 Le Goff, 2010, Conclusão, p. 792.

96 *Apud* Bordonove, p. 9.

Digitalizado com CamScanner

voluntarismo e o nominalismo — e desde a insubmissão progressiva das nações em relação à direção espiritual da Igreja; passando pelo humanismo renascentista, com sua valorização do homem como fim em si mesmo, e pelo livre-exame protestante, promotor do subjetivismo e do relativismo em matéria religiosa e, logo, moral; e chegando-se à enlouquecida filosofia moderna, com sua negação da possibilidade de apreensão da realidade pelo homem e, é claro, ao iluminismo que, além de derrubar as antigas tradições, desencadeou uma multidão de perniciosas ideologias que corromperam com triunfo os espíritos e as nações... neste longuíssimo percurso que tanto o afastou dos seus ancestrais que construíram as catedrais e lutaram nas cruzadas, o homem moderno foi forjado a partir da irreal convicção de que é livre de responsabilidades para com Deus, para com a Igreja por Ele fundada e para com o que é. É, em resumo, uma lamentável criatura apartada do real, cegada para si e para o mundo.

Enquanto o homem cristão medieval tinha a realidade — dolorosa ou alegre — incessantemente diante de si, encarando-se como dotado de uma natureza da qual não podia (e que problema haverá nisso?) subtrair-se, e identificando no universo uma ordem cujo centro e finalidade é o Sumo Bem, o homem moderno enxerga como única realidade sua própria vontade desorientada, encara sua consciência como seu único juiz e, como sua finalidade, não a definida por sua natureza, mas a escolhida a partir de uma infantil autonomia desprovida de amarras.

E quanto à liberdade? Essa palavra que domina as mentes desde as devastadoras irrupções do século XVIII, o medieval enxergava-a como dada por Deus para agir virtuosamente e buscá-Lo. Já o moderno — pobre criança! — compreende-a como um salvo-conduto para ser e fazer o que seu egoísmo lhe sugerir, seja em matéria religiosa, moral, comportamental ou social.

Que pensaria São Luís da esquizofrênica cisão entre homem privado e público, fruto da malfadada e condenada separação entre Igreja e Estado? Que pensaria das definições dadas hodiernamente àquele tríplice grito que, séculos após ele, ecoaria de sua amada França?

Digitalizado com CamScanner

Ele agia conforme interesses que o laicismo expulsou há muito da arena pública; governava a serviço da Civilização Cristã e da Igreja, tal como aprendeu de Santo Agostinho; procurava a salvação das almas, a sã concórdia entre os dois gládios e tudo que remetia ao fim último do homem e à maior glória de Deus. Ele não entenderia, ademais, "liberdade" como a liberdade do erro e do pecado, mas como a concedida por Deus para o homem melhor amá-Lo; como "igualdade", não a que não anula as diferenças próprias da natureza, mas como a que faz de todas as almas igualmente redimidas por Deus independentemente dessas diferenças; e como "fraternidade" somente aquela que compreende a união entre autênticos irmãos, filhos do mesmo Pai, Deus, e da mesma Mãe, a Igreja Católica. Que tem São Luís em comum, enfim, com os entusiastas das revoluções, dos "direitos", das "liberdades"?

Que a Igreja Católica mantenha em seus altares um perseguidor dos hereges, um combatente da usura, um promotor da inquisição e, sobretudo, o maior dos cruzados, deve surpreender muitos de nossos contemporâneos, sobretudo os católicos de mentalidade liberal.

A lembrança de São Luís é uma das mais fiéis e saudosas recordações da Cristandade, a "época cristã do mundo", o "tempo em que a filosofia do Evangelho governava os Estados". Ele é uma memória imorredoura uma era em que todo um mundo foi cristão.

Aos que pertencem à "cidade dos homens", a esta nova civilização nascida dos valores da guilhotina, apoiada em filosofias idealizadas por patifes, em princípios perecíveis e falsos, em padrões políticos, morais e sociais caducos, e edificada em culto à soberba humana, deve, com razão, repugnar a lembrança da Civilização da Cruz, e daquele que, dentre os potentados deste mundo, foi sua maior expressão. Mas aos que compartilham da fé de Luís IX e que amam o que ele amou, estes saibam que, mesmo que os tempos sejam maus, se se mantiveram fiéis, estarão assentados no que é perpétuo — o Bem e a Verdade, que plainam invariáveis e imutáveis sobre as épocas, mentalidades e suscetibilidades que são, ademais, como a relva do campo, que hoje cresce, e amanhã é podada.

Digitalizado com CamScanner

Pois como diz o antigo adágio cartuxo, *Stat crux dum volvitur orbis*: enquanto o mundo gira, a Cruz permanece erguida.

4. Por que os católicos de hoje devem se lembrar de São Luís?

Corria o ano de 1309. O ancião de noventa anos estava infeliz. Joinville sempre se condoera por não ter acompanhado o amigo em sua última cruzada e por não estar com ele em seus derradeiros momentos. Temia que a amizade terminara quando de sua negativa de seguir o rei a Túnis, e que o santo morrera ressentido dele... mas eis que São Luís parece vir em pessoa confortar sua consciência. Ouçamos, com efeito, Joinville uma última vez:

> Ainda quero dizer mais adiante sobre o nosso santo rei certas coisas que serão para sua honra, que o vi enquanto eu dormia. Ou seja, parecia-me em meu sonho que o via diante da minha capela em Joinville; e ele estava, como me parecia, extraordinariamente alegre e despreocupado; e eu mesmo fiquei muito feliz porque o vi em meu castelo e lhe disse: "Senhor, quando vós sairdes daqui, vou alojar-vos em uma casa que fica em uma cidade que me pertence, em Chevillon". E ele me respondeu rindo, e disse: "Senhor de Joinville, pela fé que vos devo, não desejo sair daqui tão cedo". Quando acordei, refleti e pareceu-me agradável a Deus e a ele que o hospedasse na minha capela. E assim o fiz, porque lhe estabeleci um altar em honra a Deus e a ele, onde cantarão para sempre em sua honra; e há uma anuidade estabelecida em perpetuidade para fazer isso. E eu relatei essas coisas a Monsenhor Rei Luís, que é herdeiro de seu nome,[97] e parece-me que ele faria uma coisa agradável a Deus e ao nosso santo rei Luís, se conseguisse relíquias do verdadeiro corpo santo

97 Rei Luís X da França, bisneto de São Luís; então apenas rei de Navarra, por herança de sua mãe, Joana.

Digitalizado com CamScanner

e as enviasse à dita capela de São Lourenço em Joinville, para que aqueles que vierem a seu altar tenham uma maior devoção por ele.[98]

Não importa se foi uma verdadeira visão ou fruto da imaginação de Joinville. É digno de nota, porém, que as palavras que São Luís teria pronunciado — "não desejo sair daqui tão cedo" — em verdade ecoam o que Deus quis que ele fosse, tanto por sua vida, quanto por seus milagres: recordado. No sonho, São Luís deseja permanecer na capela de Joinville, mas não é aquela capela símbolo de toda a Igreja Católica, a qual o santo rei tanto amou na terra e à qual está perpetuamente unido no céu? Ele dever ser lembrado, invocado e venerado por seus irmãos na fé que ainda aqui peregrinam. A existência desse homem não pode ser esquecida, sua vida não pode ser obnubilada pelas brumas que separam o nosso tempo do dele. Devemos bradar a plenos pulmões: um dia, há quase oito séculos, existiu um São Luís!

Esta obra propõe-se a isto: arrancar este grande rei e santo do passado do esquecimento em que a modernidade anticristã e o modernismo entranhado na Igreja o jogaram, retirar sua luz do escondido e colocá-lo à mostra para que resplandeça diante de todos (Mt 5,16).

Em um tempo de crise na civilização e na Igreja, em que as antigas certezas foram substituídas por quimeras forjadas por mentes desviadas, em que a confusão reinante no próprio recinto sagrado nos impede de discernir com clareza onde está a verdade e onde está o erro — situação que nos convida à acomodação com o espírito do mundo, a partir da falsa conclusão de que "os tempos antigos não voltarão" e de que é necessário se adaptar — a firmeza de São Luís em seus atos e em suas palavras, e sua disposição de ir até o fim em sua decisão pela verdade são luzeiros. Ele até hoje nos ensina, como outrora ensinou a Joinville, "a

98 Joinville, parte II, §§766-767.

crer firmemente em todos os artigos de fé",[99] e a aplicar, em tudo quanto fizermos ou dissermos, a fórmula do Evangelho: "Sim, Sim. Não, não" (Mt 5,37).[100]

Com o rigor com que ele recusaria, e ouvindo as vozes dos grandes pontífices e doutores do passado que combateram os erros nascidos ne era moderna, recusemo-nos a qualquer tipo de acomodação com o espírito intrinsecamente anticristão brotado das revoluções — mesmo que essas acomodações sejam sugeridas pelas mais altas instâncias da Igreja. Tenhamos a sólida convicção de que a única esperança para a nossa civilização é voltar às raízes da fé que a fundou, abandonar os falsos princípios que a arruinaram, e, como fizeram os construtores das catedrais, mirar novamente para cima, para os valores eternos. Quanto à Igreja, saibamos que o caminho para a tirar da crise em que o liberalismo e o modernismo a mergulharam, não será nunca ceder ao mundo, mas a deixar ser o que ela é: a instituição fundada por Cristo para levar a salvação a todos os homens. Rompamos em definitivo com a falsa ideia de liberdade, de "bondade natural do homem", de Estado laico, de autonomia da razão, de igualdade antinatural, de fraternidade sem pai comum, de relativismo moral e abracemos com a galhardia de Luís IX a única religião verdadeira, a reta concepção de natureza humana e a convicção na necessidade de todos os homens e sociedades estarem alicerçados em Jesus Cristo e em Sua única Igreja.

São Luís impulsiona-nos a combater pela Cristandade, a ordenar tudo a Cristo e a fulminar o que se opõe ao reinado do Salvador sobre as almas e as nações. E digo-vos, querido leitor: se a vida deste santo vos foi canal de boas inspirações e de elevados sentimentos, esforçai-vos para que arda em vossa própria vida as labaredas que arderam no coração daquele rei e nos de vossos ancestrais na fé que, nos tempos áureos da Cristandade Medieval, edificaram as catedrais e combateram nas cruzadas.

---

99 Joinville, parte I, §45.

100 Beaulieu, cap. 7, §1. Saint-Pathus, cap. 14, §2.

Digitalizado com CamScanner

E se a "era das cruzadas" findou-se quando da morte de São Luís, que pode, em certa medida, ser chamado o "último cruzado",[101] o espírito próprio de cruzada não se apagou em século algum. Afinal, lutar pela verdade é próprio do múnus do cristão que, sem esperar a vitória neste mundo, combate. Combatamos, pois, recordando-nos das palavras de São Luís perante Damieta em 6 de junho de 1249: "Em nós Cristo triunfará, dando glória, honra e bendizendo não a nós, mas ao Seu próprio Santo Nome!"[102]

Mas existe maior lição do santo rei do que a de não ceder à tentação do ativismo, aquela de sobrepor, ou mesmo opor, a vida ativa à interior? Sua vida, com todas as glórias e realizações, não é explicável por sua diligência no exercício de suas funções e por seus talentos pessoais, mas pelas palavras que pronunciou após milagrosamente sobreviver a uma grave doença que o acometera em 1244: "Deem-me a cruz!"

Destarte, convido-vos, querido leitor, a olhar uma última vez para a pessoa de São Luís, cuja vida, agora conhecida desde seu início em Poissy em 25 de abril de 1214, até seu termo em Cartago em 25 de agosto de 1270, pode ser avaliada, consumada e encerrada.

Nasceu no apogeu da Cristandade Medieval, sob o pontificado de Inocêncio III, o papa por excelência da Idade Média, quando ainda viviam um São Francisco e um São Domingos, no apogeu da era feudal e da era das cruzadas. Herdeiro de uma grande tradição da qual seria a maior expressão, sucessor de Clóvis e de Carlos Magno, e mais belo lírio do florido jardim da Cristianíssima Casa dos Capeto, Luís era ainda filho da "cruzada espanhola", da Reconquista Ibérica, e daquela sucessão de reis de cujo esforço brotaria a Espanha. Irrepreensivelmente criado por uma mãe virtuosa e admirável, Branca de Castela, rainha que a posteridade não cansou jamais de elogiar, fruto de seu desejo de fazer de seu filho um grande rei e um grande santo, Luís aprendeu desde cedo que o objetivo

101 Richard, parte IV, cap. IV, p. 574.

102 Michaud, t. IV, L. XIV, p. 386.

Digitalizado com CamScanner

de sua vida não estava neste mundo: ainda criança, entoando as horas canônicas com sua piedosa e amada mãe, ou naquela noite em vigília na véspera de ser feito cavaleiro, pôde ter um vislumbre da eternidade que na maturidade buscaria com tanto afinco.

Apesar de descendente de reis da França, de Castela, de Leão, de Navarra, da Inglaterra, da Escócia, de Jerusalém, da Itália, da Alemanha, da Suécia e de imperadores romano-germânicos, não foi sua invejável herança sanguínea e real que fez sua grandeza. Por mais áurea que tenha sido a estirpe de que saiu, foi ele quem mais a elevou, coroando-a com a auréola da santidade e como que ungindo, com seus méritos e exemplos, a incontável descendência que dele brotou. Depois de São Luís, reinar tornou-se uma tarefa mais exigente, e nenhum rei, de qualquer país, jamais o igualou, pois não foi sua elevada condição ou suas virtudes humanas, a força de seu cetro ou o poder de suas armas que o fizeram tão grande, mas ter sido, no mais estrito sentido da palavra, um *santo*. Por isso conclui Daniel-Rops:

> Não tenhamos dúvidas: em qualquer condição em que tivesse se encontrado pelo nascimento, São Luís teria sido aquilo que acabamos de ver: um cristão perfeito, um justo segundo o coração de Cristo, um santo. A Providência fez com que, no posto que ocupou, a sua figura fosse especialmente significativa e luminosa. Reconhecemos nele o mais completo exemplo do que a fé cristã — essa característica dominante da Idade Média — podia fazer a um homem, quando ele se submetia inteiramente às exigências dessa fé e, por isso mesmo, atingia o ápice da condição humana.[103]

O amor que ardia em seu coração e o impelia a agradar a Deus e a trabalhar por Ele, possibilitou-lhe ser o que foi:

> [...] o piedoso rei amava a Deus com terna afeição e nunca sentiu esse amor diminuir; além disso, à medida que avançava em idade, seu fervor

103 Daniel-Rops, t. 3, pp 335-336.

Digitalizado com CamScanner

aumentou e o coração do piedoso rei, como um carvão incandescente, foi consumido no amor de Deus...[104]

Enquanto agia na confusão do mundo, tudo referia a Deus. "Raras vezes um homem viveu na terra com uma convicção tão firme de em breve pertencer ao céu", diz ainda Daniel-Rops, "mas também raramente um místico esteve tão próximo do real nem se embrenhou tão totalmente na ação".[105] E em tudo o que fez, acrescenta, nunca permitiu que a sua fé entrasse em conflito com sua missão de responsável pela França: "seu grande milagre foi ter sempre sabido conciliar os interesses naturais e os sobrenaturais."[106] Em tudo quanto realizou, seja legislando, arbitrando, julgando, combatendo, cuidando da educação dos filhos, seja servindo os pobres, comendo com os monges ou presidindo as majestáticas solenidades, mantinha os olhos fitos no céu, sempre movido, diz Bordonove, "pela sede do amor divino que o consumia".[107]

Era um daqueles santos cuja santidade irradiava da face, não pelo rigor de feições severas, mas pelo brilho faiscante dos seus olhos, brilho de quem se sabe sob olhar de Deus. Afetuoso, alegre e gentil, com sua família, seus amigos... sempre ria, combinando sua serenidade e mansidão com uma alegria autêntica que brotava nos recônditos de sua alma, irradiando consolo e felicidade, a felicidade do justo, do santo, felicidade por amar e ser amado por Deus.

Ao mesmo tempo, era severo e compenetrado, dotado de uma majestade natural que não exigia coroa ou insígnias do poder para impressionar, mas que conquistava com o olhar, com a imponência de sua figura, desde os dias galantes da juventude aos momentos em que, já velho, via-se alquebrado por suas muitas doenças.

---

104 Saint-Pathus, cap.3, §6.

105 Daniel-Rops, t. 3, p. 325.

106 *Ibid.*, t. 3, pp. 326-327.

107 Bordonove, parte VI, cap. 1, pp. 275-276.

Movido por um espírito autenticamente franciscano, amava a Cristo no próximo, alimentava, vestia, confortava, amparava os pobres e doentes, cuidava dos leprosos, socorria os moribundos, libertava os prisioneiros, enterrava os mortos e, maior das misericórdias, procurava conduzir todos à salvação. Distribuía volumosas esmolas, construía hospitais e todo gênero de casa religiosa e de caridade, era amparo dos clérigos e dos religiosos.

Encarnou como ninguém o verdadeiro espírito da Cavalaria cristã:

> Cavaleiro durante toda a vida, soldado a quem a coragem parecia fácil, visto que se apoiava na certeza da vida eterna, soldado para quem combater o inimigo era motivo de alegria e fervor, e que sempre, na batalha, se colocava nos lugares mais perigosos, sem nunca ter recorrido a qualquer astúcia — São Luís parece mais ter saído da *Demanda do Santo Graal* do que das páginas da história. [...] A sua mansidão para com os humildes, o seu desejo de proteger os fracos, a sua generosidade para com os adversários, enfim, todos esses rasgos que ainda hoje caracterizam o termo "cavalheiresco", foram nele tão naturais que nos esquecemos de pensar que, num homem como ele, de temperamento vivo e propenso à cólera, podiam ser meritórios.[108]

Para acompanhá-lo em sua jornada, Deus o agraciou com uma companheira que lhe correspondia (Gn 2,20). Com efeito, ao casar-se ainda jovem com aquela radiante e bela princesa, Margarida da Provença, e depois de alguns anos de ardente paixão, São Luís viveu ao seu lado um dos mais belos exemplos matrimoniais que toda a história da Igreja nos legou. Procuramos, no decorrer deste livro, não nos esquecermos de Margarida, essa mulher como poucas, que esteve ao lado de Luís por trinta e seis anos e que compartilhou de todas as suas alegrias e angústias. Poderemos nos esquecer dela acompanho-o em sua cruzada no Egito, mostrando seu caráter de aço nas horas de maior desolação, liderando corajosamente o

---

108 Daniel-Rops, t. 3, p. 328.

Digitalizado com CamScanner

exército durante o cativeiro do marido e garantindo sua soltura em segurança? Olvidaremos que foi ela quem o dissuadiu da ideia de abandonar o trono, lembrando-o da necessidade de servir a Deus na posição em que Ele o colocara? Enfim, a vida de São Luís restará sempre incompleta se nos esquecermos daqueles dois adolescentes em 1234, rezando durante as três primeiras noites por um santo casamento, encontrando-se às escondidas na escada de caracol para escapar do ciúme da rainha-mãe ou, ainda, suplicando juntos a Deus por um filho. A história do santo rei perde algo do seu brilho se se exclui Margarida aquecendo seu esposo orante durante as geladas noites de Paris, ou a despedida comovente do casal em Vincennes em 1270. E aos olhos de Deus, diz Daniel-Rops, ou aos olhos do homem, "não houve um só gesto de sua parte que desmentisse a divisa que mandara gravar no interior da sua aliança: 'Neste anel, todo o meu amor'".[109]

E que os pais cristãos de nosso século tenham como modelo a dedicação deles na criação de seus onze filhos, educando-os para a virtude e para o paraíso. Em suma, que o exemplo deste santo casal acalente os corações dos casais católicos de hoje, lembrando-os de que, se viverem santamente seu matrimônio, depois das atribulações das cruzadas deste mundo estarão como hoje estão Luís e Margarida: juntos no céu.

São Luís amava a todos os seus súditos, jamais privilegiando o rico em detrimento do pobre. Fazia a justiça a todos e se dispunha a ouvir todos aqueles que lhe viessem suplicar. Proibindo as más práticas de governo, moralizando a sociedade, desenvolvendo cristãmente a economia, incentivando o florescimento cultural, defendendo os interesses da Igreja, promovendo a paz com seus antigos rivais, tornando-se "árbitro da Europa", São Luís parece ter vivido em seu reinado todas as bem-aventuranças do Evangelho:

109 *Ibid.*, t. 3, p. 329.

Digitalizado com CamScanner

> Porque a fé, para ele, não era uma espécie de couto fechado, isolado no segredo da alma e sem influência sobre o comportamento. Ela devia reger todos os seus atos. E porque crer em Cristo, e seguir o seu exemplo significa antes de mais nada amar os homens, essa fé traduzia-se numa generosidade maravilhosa. [...] Mesmo no fim da vida, quando era notório que se unir inteiramente a Cristo, de viver e morrer no seu amor, era a única coisa que o animava, cumpria a menor de suas tarefas de rei com uma seriedade e uma aplicação magníficas, porque o Senhor as tinha confiado à sua solicitude. O seu sentido de responsabilidade era tão grande que se considerava parte do seu povo e partícipe de seu destino.[110]

E unindo a vida ativa à sua busca pessoal pela perfeição, almejando a maior glória de Deus, a edificação da Igreja e a salvação das almas, São Luís foi detentor do reinado mais próspero que a França já conheceu: "Por isso a França do seu tempo foi, aos olhos de toda a Cristandade, a terra mais feliz e abençoada",[111] "mais próspera, com a vida mais doce, mais segura, mais humana".[112] Deus quis que ele, ainda em vida, alcançasse uma glória que sua humildade jamais o permitiria almejar: a de se tornar o homem que se tornou aos olhos do mundo de seu tempo, de ter sido modelo de rei ideal, o melhor dos governantes, aquele que melhor soube defender, com sua espada e seu cetro, a cruz de Cristo:

> Nele culminam e se realizam todas as virtudes que mil e duzentos anos de cristianismo fizeram germinar no homem. Ele domina e ilumina a sua época, a ponto de falsear um pouco a perspectiva e beneficiar com os seus méritos todo o século XIII. [...] Aos olhos da posteridade, São Luís não se tornou somente o tipo ideal de homem que a Idade

---

110 *Ibid.*, t. 3, pp. 327-332.
111 *Ibid.*, t. 3, p. 332.
112 Bainville, cap. V, p. 60.

Média concebeu, mas também uma dessas figuras insuperáveis que são, no decorrer dos tempos, os penhores da grandeza humana.[113]

E diz o padre Rohrbacher que

São Luís conquistou o amor e a admiração do céu e da terra, o amor e a admiração dos séculos e de todos os povos, a Igreja de Deus o honra entre seus santos que reinam no reino do céu, espalhando glória imortal sobre sua posteridade e sobre a França.[114]

Para a França, como já se disse, a lembrança de seu reinado tornou-se uma espécie de eldorado, um tempo glorioso, feliz e digno de saudade, "o século de ouro de São Luís". E se sua morte foi um grande motivo de dor para os franceses, diz Michaud,

o pensamento do feliz futuro que Luís tinha preparado e para as almas piedosas a esperança de ter um amparo no céu. Celebrou-se, então, a morte de um Rei da França como um novo triunfo para a religião, como uma nova glória para a pátria; e o aniversário do dia em que ele morreu tornou-se, em seguida, uma das festas solenes da Igreja cristã e da monarquia francesa.[115]

Parece mesmo que, para os franceses, ele continuou sendo, conforme a sempre bela pena de Chateaubriand, seu rei desde os céus:

A França, que não poderia se conformar a perder na terra um tal monarca, o declarou seu protetor desde o céu. Se apressou a elevar para ele igrejas e capelas mais magníficas que os simples palácios onde ele passou sua vida. Luís, colocado ao lado dos santos, tornou-se, para os franceses, uma espécie de rei eterno.[116]

---

113 Daniel-Rops, t. 3, p. 325.

114 Rohrbacher, t. XVIII, L. 74, p. 571.

115 Michaud, t. V, L. XVII, pp. 278-279.

116 Chateaubriand, cap. VII, p. 440.

Digitalizado com CamScanner

Mesmo os mais encarniçados inimigos da Igreja e da Monarquia Tradicional viram-se obrigados a baixar a cabeça ante a grandeza de São Luís, tal qual Voltaire:

> Sua piedade, que era a de um anacoreta, não lhe tirou nenhuma virtude de rei. Uma sábia economia não prejudicou sua liberalidade. Soube conciliar uma política profunda e uma justiça exata, e talvez seja o único soberano que mereça este louvor: prudente e firme no conselho, intrépido nos combates sem ser arrebatado, compassivo como se tivesse sido sempre infeliz. Não é dado ao homem levar mais longe a virtude.[117]

Para a vida de São Luís não há outra conclusão senão aquela apresentada no capítulo 8: se a santidade já é *per si* uma graça extraordinária, a santidade de Luís IX foi *sobremaneira* extraordinária. Afinal, ele não se encerrou num claustro ou se recolheu no deserto, mantendo-se no estado em que fora posto por nascimento, mas ainda assim vivia uma piedade, conforme disse Voltaire, própria de um anacoreta. Qual representado no belo afresco em uma das lunetas do Salon Denon, no Louvre, cercado por conselheiros e queixosos, juristas e arquitetos, escultores e cavaleiros, religiosos e embaixadores, pensadores e mendigos, chamado a tratar da plêiade de assuntos que sua condição de mais importante rei da Cristandade o demandava... ainda assim São Luís alcançou o grau de união com Deus que procuramos amiúde descrever. Não há aqui uma intervenção divina notoriamente especial?

Nisso está, ademais, o valor apologético de sua vida. Alguém como Luís IX é uma prova palpável da origem divina da religião que professava e, nas palavras de Daniel-Rops, "do que ela é capaz de fazer do homem quando ele se submete inteiramente às suas exigências".[118] Ao conhecido adágio, "os santos são o Evangelho vivido", é necessário acrescentar que eles são o Evangelho provado e demonstrado. Homens

---

117 *Apud* Le Goff, 2010, Introdução, p. 17.

118 Daniel-Rops, t. III, p. 336.

assim são fruto, apenas, da Igreja Católica, porque só ela é o canal da graça capaz de fazer da miserável natureza humana a constelação de santos da qual uma das estrelas mais brilhantes é São Luís. Que de nossas fileiras tenha saído alguém como ele, e que nos anais de nossa história se encontre a narrativa de tal vida deve ser para nós motivo tanto de júbilo quanto de esperança.

É realmente acalentador ter ciência de que no "tempo em que a filosofia do Evangelho governava os Estados", nas clássicas palavras de Leão XIII, tenha havido um rei como este que, em resumo, só foi o que acabamos de ver porque sua vida, em todos os seus âmbitos e nuances, foi um ressoar, um transbordamento do amor transformante que por graça alcançou.

Ao cabo foi este seu segredo, e é esta a solução do seu mistério. Encontramo-la palpável na Sainte-Chapelle, seu perpétuo memorial. Quem adentrar seus pórticos, contemplar seus delicados arcos e o céu florido com flores-de-lis, ver-se iluminado pela luz dourada e violeta que penetra seus vitrais, e elevar o olhar ao teto que parece como que flutuar sobre o solo em uma misteriosa projeção ao infinito, poderá compreender o que ia na alma de Luís IX naqueles dias: o amor a Jesus Cristo, o Crucificado, cujas relíquias foram abrigadas naquele edifício erguido especialmente para tal fim. Com os olhos da alma, podemos imaginar Luís ali, ajoelhado perante a humilhação do Crucificado e a glória do Ressuscitado. Lembrando-nos dele assim, "como um anjo prosternado diante do Altíssimo",[119] despido de sua majestade terrena e elevado espiritualmente à majestade celestial, descobrimos o segredo de sua vida.

É no íntimo de seu coração mortificado e habitado por Deus e no seu zeloso amor pela Igreja e pela salvação das almas, que encontramos a fonte de tudo quanto Luís IX da França fez e foi. Destarte, se ele foi "o maior rei que já existiu", na expressão de Filipe de Beaumanoir, e "o rei

---

119 Rohrbacher, t. XVIII, L. 72, p. 157.

com o qual a Igreja sempre sonhou," como diz Jules Zeller,[120] é obra da graça.

Sua vida foi alicerçada na cruz; seu reinado, como Deus o desejou; e seu amor, o próprio de um mártir, preferindo morrer a negar a Cristo, proclamando diante das espadas islâmicas: "Podeis bem matar meu corpo, mas com minha alma nada podeis fazer". Abraçando com resignação todos os sofrimentos físicos e espirituais, tomando sua cruz com paciência — as doenças, a derrota, a prisão, os insultos, os fracassos, o peso da coroa, a morte dos que amava — cingiu misticamente a Coroa de Espinhos, acorrendo com alegria para aquele 25 de agosto em Cartago, cidade onde outrora tombaram tantos mártires e onde ele pôde, por fim, oferecer seu derradeiro sacrifício ao Crucificado.

E há uma representação sua que a nós parece ilustrar mais do que qualquer outra a consumação da vida de São Luís: o afresco no teto de *San Luigi dei Francesi*, em Roma, de autoria de Charles-Joseph Natoire, que ilustra sua chegada ao Céu. Enquanto outras "apoteoses" de santos invariavelmente os representam entrando gloriosos no reino da glória, não é um santo majestoso que vemos ser apresentado a Cristo naquela pintura: é um São Luís exausto, cingido de armadura, com feridas no rosto e com os braços em cruz. Não é esta a reprodução fiel do que foi sua existência? Uma vida inteira gasta, combativa, mortificada, crucificada. Mas, ressalte-se: nesta figura o artista não deixou de inscrever um sorriso, o sorriso de quem pode dizer com São Paulo, "combati o bom combate, acabei a minha carreira, guardei a fé" (2 Tm 4,7).

Esta que acabaste de ler, amigo leitor, não é a história de um homem. É a história do que Deus pode fazer de um homem, e de como quis Ele nos legar o exemplo radiante de um irmão na fé que, mesmo morto há tanto tempo, ainda nos fala e nos exorta.

Peçamos ao santo rei da França, o filho de Luís VIII e de Branca de Castela, este Luís IX... Luís de Poissy... o nosso São Luís, que interceda

---

120 Zeller, cap. IX, p. 426.

por nós neste trágico século, amparados pela certeza de que hoje, em seu verdadeiro reino junto de Jesus Cristo, ele está ao lado dos exércitos angélicos com espada empunhada, defendendo sua Igreja como um dia fez na terra e como fará até o momento em que, conforme ele próprio escreveu, "possamos, depois desta vida mortal, estar juntos de Deus e louvá-lo sem fim. Amém".

Belo Horizonte, 21 de abril do Ano da Graça de 2019.
Domingo de Páscoa.
749 anos após a morte de São Luís.
(Primeira edição)

Rio de Janeiro, 25 de agosto do Ano da Graça de 2023.
Festa de São Luís.
753 anos após sua morte.
(Segunda edição)

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

APÊNDICE I

Instruções de São Luís à sua filha Isabela

Querida filha, na esperança de que a terna afeição que tu sempre me testemunhaste mantenha em teu coração minha lembrança por mais tempo que qualquer outra pessoa, escrevo-te de próprio punho esses ensinamentos. Primeiro, tu amarás a Deus com todo teu coração e com toda tua força; fora d'Ele, nenhum ser, nenhum objeto merece ser amado e não pode ser útil. Todos nós devemos dizer-Lhe: "Senhor, Vós sois o meu Deus, não precisais de meus serviços." Foi Ele que nos enviou Seu Filho e fê-Lo sofrer a morte para nos redimir das penas do inferno. Querida filha, tu ganharás tudo pelo Seu amor; amai-O sem limites, Ele é digno disto, considerando que Ele nos amou primeiro. Busca penetrar no que Ele teve de fazer pela nossa redenção. Tem um grande desejo de agradá-Lo e evita com o maior cuidado aquilo que O faria mal. Sobretudo, querida filha, assume o propósito de nunca cometer um pecado mortal, sofrei tortura, sofrei a morte do martírio ao invés de ofendê-Lo. Acostuma-te a confessar-te com frequência, escolhe um confessor piedoso e instruído, capaz de dizer-te o que é preciso evitar, o que é preciso fazer. Sofre, sem medo, o que teu confessor ou teus amigos te repreendam. Querida filha, assiste aos ofícios com bom grado, evita as distrações nas igrejas ou as palavras inúteis. Reza ao mesmo tempo com teus lábios e teu coração, e redobra teu fervor no momento da consagração. Escuta com respeito à palavra de Deus, seja em sermões públicos seja em conversas privadas, mas, neste último caso, aceita como intérprete somente uma pessoa de bondade e santidade reconhecidas. Não descuides de ganhar indulgências.

Querida Filha, se Deus te envia uma doença ou um sofrimento pelo adoçar do qual os conselhos são impotentes, agradece-os a Nosso Senhor,

crê que Ele envia para o teu bem, convence-te de que tu mereceste isso e bem além disso, em razão de tua indiferença e de teus pecados. Se Ele te concede saúde e felicidade, dá-Lhe graças humildemente e não faças disso uma ocasião de orgulho, nem de nenhum vício, pois é um grande pecado ofender a Nosso Senhor a respeito de Seus favores. Se algum problema te atormenta, confia-o ao teu confessor ou a outra pessoa discreta; tu suportarás mais facilmente. Querida filha, sê caridosa pelos males do próximo; ajuda os infelizes com seus conselhos ou com suas esmolas, de acordo com as circunstâncias. Ama as pessoas de religião e as pessoas do mundo, ama os pobres e entre eles aqueles que, por amor de Deus, fizeram voto de pobreza.

Querida filha, cuida para que tuas damas e as pessoas envolvidas na tua vida privada tenham uma vida boa e santa; evita ao máximo pessoas de má reputação. Querida filha, obedece humildemente a teu marido e a teus pais em tudo o que está de acordo com Deus; faze por amor de Nosso Senhor e por causa deles, mas para tudo que é contrário a Deus tu não deverás obedecer a ninguém.

Tem uma conduta e uma postura que inspirem o bom exemplo àqueles que te verão. Mesmo em teu estado, parece-me preferível que tu não tenhas uma grande exuberância de vestidos e joias, que tu não dês demasiada importância aos seus trajes, muito tempo e cuidado em vossa vestimenta, dá preferência às esmolas e não te esqueças de que, em tudo isto, é melhor fazer menos que mais.

Querida filha, tem constantemente presente em teu espírito a ideia de agir em todas as coisas por amor a Deus, sem nunca se desesperar com os benefícios que não chegam ou cansar-se das provações que se prolongam; evita qualquer coisa que desagrade a Deus. Busca as orações de pessoas virtuosas e associai-me a essas orações. Se agrada a Deus que me tire deste mundo antes de ti, faze missas e orações pelo repouso de minha alma, faze que ofícios sejam celebrados. Não mostres este escrito para ninguém sem minha permissão, exceto para o teu irmão. Que o Nosso Senhor te encha de bondade, até mais do que eu possa desejar.

Digitalizado com CamScanner

APÊNDICE II

Instruções de São Luís ao seu filho Filipe

Belo filho, a primeira coisa que te ensino é a colocar teu coração no amor a Deus, pois sem isso ninguém pode salvar-se. Cuidado com qualquer coisa que desagrade a Deus, ou seja, o pecado mortal; deves sofrer todo tipo de tormento antes de cometer pecado mortal.

Se Deus te enviar adversidade, recebe-a com paciência e dá graças a Nosso Senhor, e pensa que a mereceste e que Ele a fará voltar-se em teu proveito.

Se Ele te der prosperidade, agradece-Lhe humildemente para que tu não sejas pior, quer por orgulho quer por qualquer outra forma, por causa do que deve aumentar teu valor; ora, não se deve guerrear contra Deus com seus dons.

Confessa-te muitas vezes e escolhe como teu confessor um homem prudente, que te saiba ensinar o que deves fazer e do que te deves acautelar; e tu deves te manter e te comportar de tal maneira que teu confessor e teus amigos ousem repreender-te por tuas más ações.

Ouve com devoção o serviço da Santa Igreja sem tagarelice ou brincadeira, e com o coração e a boca, especialmente na missa, quando se faz a consagração.

Tem um coração suave e compassivo para com os pobres, os miseráveis e os infelizes, e conforta-os e ajuda-os da maneira que puderes.

Conserva os bons costumes do reino e abole os maus; não tenhas ambição com teu povo, nem sobrecarregues tua consciência com impostos ou taxas, exceto por causa de grande necessidade.

Digitalizado com CamScanner

Se algo pesa em teu coração, dize-o imediatamente ao teu confessor, ou a algum homem prudente que não esteja cheio de palavras vãs; assim suportá-lo-ás mais facilmente.

Cuida de ter em tua companhia homens prudentes e leais — religiosos e seculares — que não sejam cheios de cobiça, e com eles fala frequentemente. Foge e evita a companhia dos maus.

Ouve de boa vontade a palavra de Deus e guarda-a em teu coração, e busca de bom grado orações e indulgências. Ama o que é proveitoso para ti e para o teu bem, e odeia todos os males onde quer que estejam.

Que ninguém tenha a audácia de dizer diante de ti uma palavra que incite e provoque o pecado, ou maldizer os outros por trás, caluniando-os; não permitas que maldade alguma seja dita diante de ti sobre Deus e sobre Seus santos. Agradece a Deus muitas vezes por todas as bênçãos que Ele te deu, para que sejas digno de ter mais.

Para fazer justiça e fazer o que é direito aos teus súditos, sê leal e rígido, não virando nem para a direita e nem para a esquerda, mas servindo ao direito, e apoiando a queixa dos [mais] pobres até que a verdade se manifeste.

E, se alguém abrir um processo contra ti, em nada acredites até saberes a verdade; ora, assim teus conselheiros darão mais ousadamente seu julgamento de acordo com a verdade, a teu favor ou contra ti.

Se possuíres algo de propriedade de outrem, seja por ti mesmo seja por seus antecessores, e se tiveres disso certeza, devolve-o sem demora; e, se for duvidoso, faze com que seja feita uma investigação por pessoas sábias, pronta e diligentemente.

Deves atentar-te para que teu povo e teus súditos vivam sob ti em paz e de acordo com o direito. Além disso, mantém as boas cidades e vilas de teu reino no estado e com as liberdades com que teus predecessores as mantiveram; e, se houver algo a ser corrigido, corrige-o e coloca-o em ordem, e mantém-nas em teu favor e amor; pois, pela força e riqueza das cidades importantes, os particulares e os estranhos temerão comportar-se mal contigo, especialmente teus pares e barões.

Digitalizado com CamScanner

Honra e ama todas as pessoas da Santa Igreja, e cuida para que não sejam retirados ou reduzidos os dons e esmolas que teus predecessores deram. Diz-se do rei Filipe, meu avô, que um de seus conselheiros lhe disse certa vez que os [homens] da Santa Igreja lhe causavam muitos males e danos, na medida em que usurpavam seus direitos e diminuíam suas justiças; e que era uma coisa incrível a maneira como ele o suportava. E o bom rei respondeu que concordava, com efeito, mas considerava a generosidade e cortesia que Deus lhe havia manifestado, e preferia abrir mão de seu direito a entrar em contenda com as pessoas da Igreja.

Honra e respeita teu pai e tua mãe, e cumpre suas ordens.

Dá os benefícios da Santa Igreja às pessoas de bem e de vida pura, e faze-o sob o conselho de homens prudentes e gente de vida honesta.

Cuidado para não começares uma guerra contra um príncipe cristão sem muita deliberação; e, se for necessário que o faças, respeita a Santa Igreja e os que nada fizeram de errado. Se surgirem guerras e conflitos entre teus súditos, apazigua-os assim que puderes.

Cuida de ter bons prebostes e bons bailios, e inquire sobre eles e sobre os da tua casa, para saber como se comportam e se há neles algum vício de grande ganância, falsidade ou engano.

Esforça-te para que todos os pecados vergonhosos sejam extintos de tua terra; especialmente extingue, na medida do possível, as palavras vis e a heresia.

Cuida para que as despesas da tua casa sejam razoáveis.

E enfim, dulcíssimo filho, faze com que se cantem missas pela minha alma e se rezem orações em todo o teu reino, e concede-me um lugar especial e pleno em todas as coisas boas que fazes.

Belo e querido e filho, dou-te todas as bênçãos que um bom pai pode dar a seu filho; e que a Santíssima Trindade e todos os santos te guardem e te defendam de todos os males; e que Deus te dê a graça de fazer sempre Sua vontade, para que Ele seja por ti honrado, e para que nós possamos, depois desta vida mortal, estar juntos d'Ele e louvá-Lo sem fim. Amém.

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

GENEALOGIAS

1. Ancestrais e descendentes imediatos de São Luís: Esta primeira árvore genealógica começa por evidenciar os ancestrais de São Luís desde seus bisavós, descendo até ele e seus irmãos. Continua, então, para seus onze filhos, seus consortes, o número de filhos que tiveram, e dá-se especial destaque aos descendentes (até a segunda geração) de Filipe III, seu sucessor.

2. Ancestrais de São Luís reinantes na França: Conforme essa genealogia demonstra, São Luís era possivelmente descendente de vinte e um reis da França. Por parte de seu avô paterno, Filipe Augusto, vinha de todos os reis da Dinastia Capetiana, e através de sua avó paterna, Isabella de Hainault, de sete carolíngios. Descendia, ademais, de merovíngios, a começar por Clóvis I, o primeiro rei católico dos francos. O "*" na genealogia aponta a possível filiação de Lamberto, conde de Hesbaye, ancestral dos Capetos, de Roberto II, prefeito do palácio da Nêustria e neto do rei Cariberto I. O acerto da teoria que sustenta essa filiação faria dos Capetos, e de São Luís, descendentes em linha varonil de Clóvis.

3. Descendência de São Luís — parte I — os reis da França: Todos os reis da França posteriores a São Luís foram descendentes seus, tanto os últimos Capetos diretos (que reinaram até 1328), os Valois (reinantes entre 1328 e 1589) e os Bourbon (que governaram de 1589-1792 e de 1815-1848). Essa genealogia dá-lo a conhecer.

4. Descendência de São Luís — parte II — a Casa Imperial Brasileira: Os herdeiros do trono brasileiro, assim como todas as famílias reais e imperais europeias são, por incontáveis linhagens, descendentes de São Luís. Considere, caro leitor, que um dos decavôs de Dom Bertrand de

Digitalizado com CamScanner

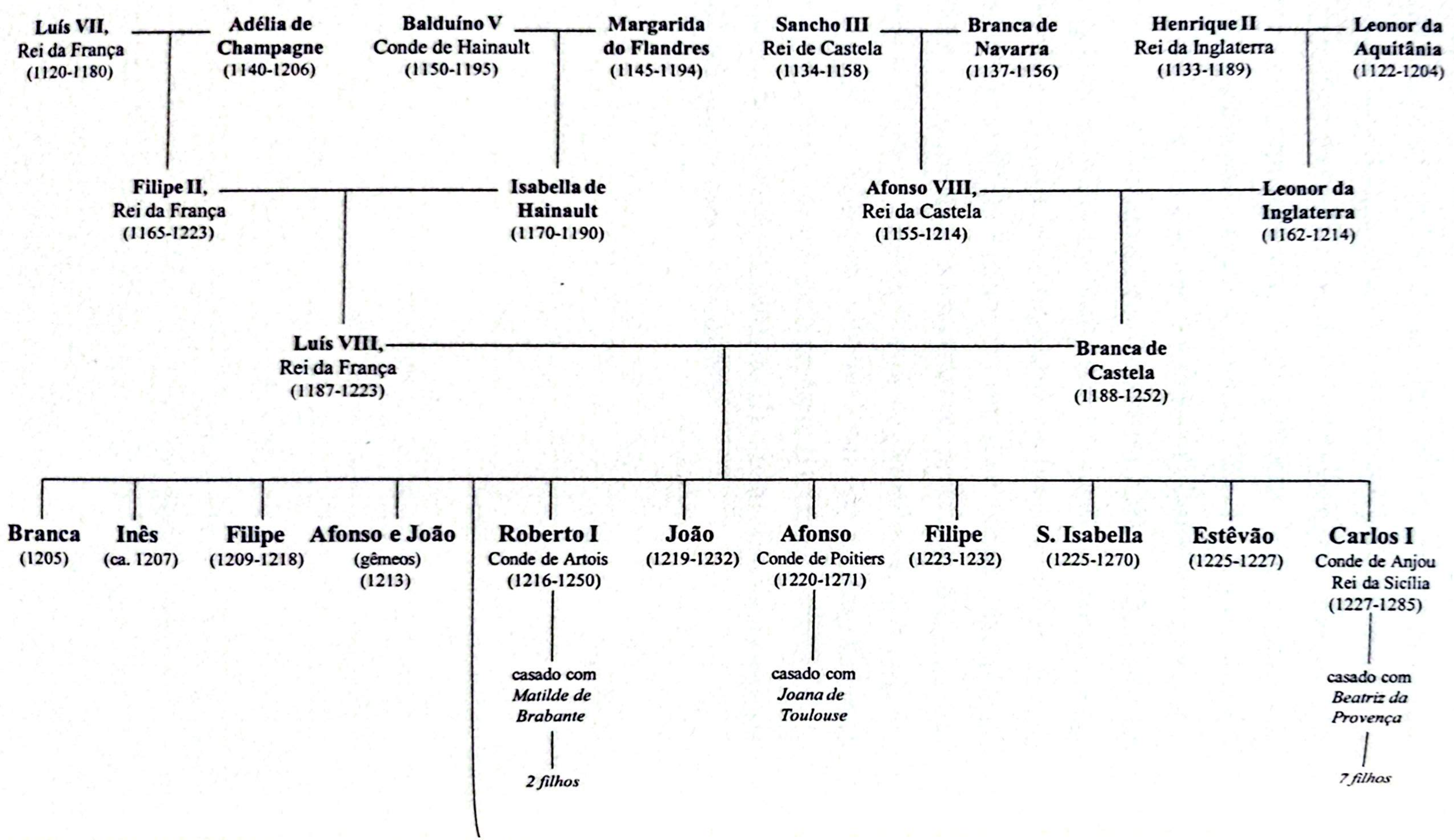
Orleans e Bragança, o rei Luís XIV da França, era descendente de São Luís por 368 vias diferentes! No entanto, algo diferencia nossos príncipes dos demais nobres e reis que advêm do santo rei: por intermédio de Dom Gastão de Orleans, o conde d'Eu, descendem dele por linha varonil, patrilinear. Nesta genealogia mostramos, em primeiro lugar, a ligação de São Luís aos nossos príncipes através do conde d'Eu. Em segundo lugar, apontamos uma das linhagens que unem a Princesa Isabel ao santo rei.

5. São Luís e os reis da Inglaterra: No século XIII, as famílias reais da França e da Inglaterra estavam umbilicalmente ligadas, tanto por seus reis compartilharem ancestrais comuns, quanto pelos casamentos de Luís IX da França e Henrique III da Inglaterra com duas irmãs: Margarida e Leonor da Provença. Em variados momentos da presente obra enfatizamos estes laços de parentesco. Como se verá na genealogia, São Luís era bisneto de Henrique II da Inglaterra, sobrinho-neto de Ricardo Coração de Leão e de João Sem-Terra, primo de Henrique III, tio por afinidade de Eduardo I e Eduardo II, e trisavô de Eduardo III, assim como ancestral de todos os reis ingleses posteriores a este último.

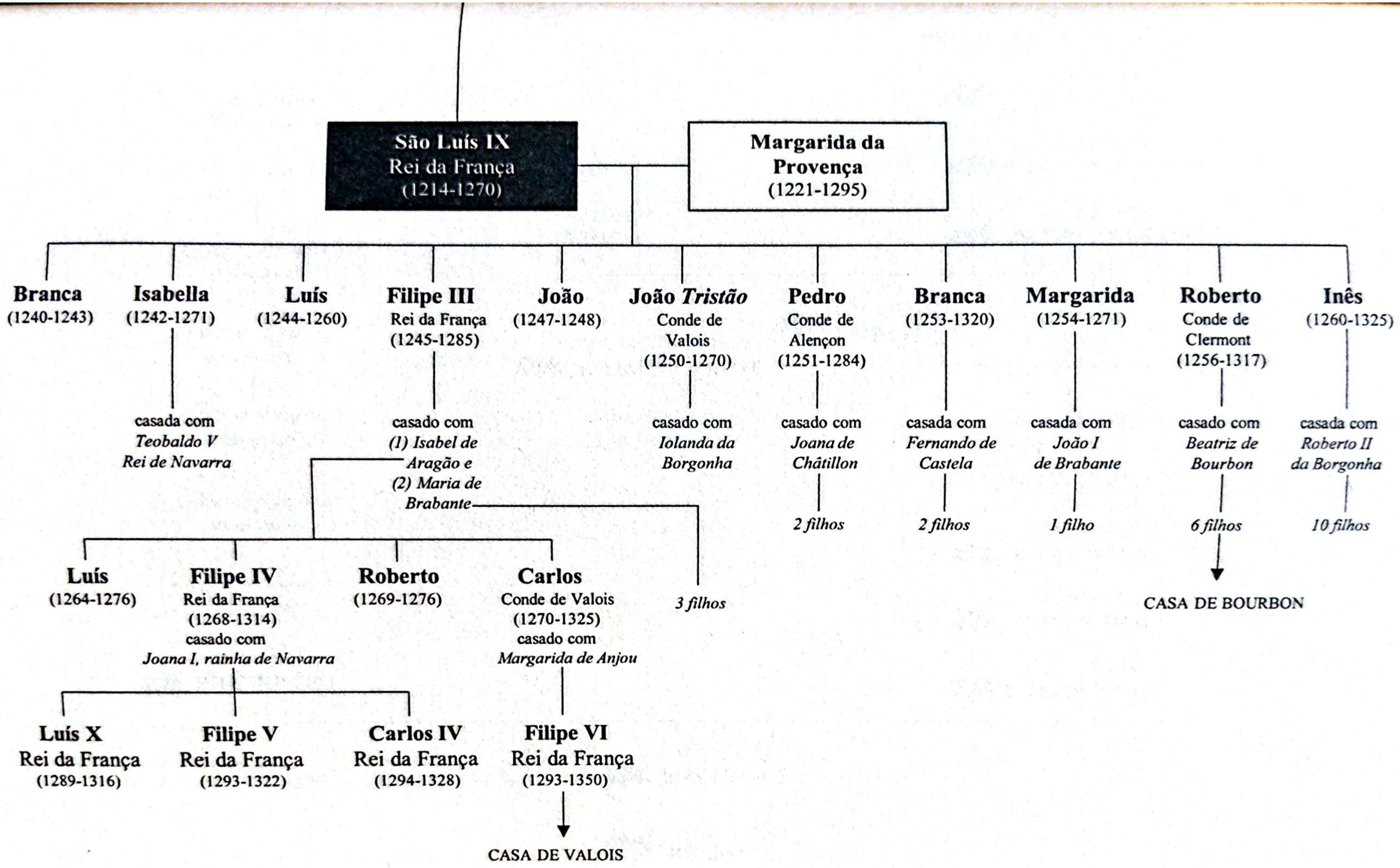
Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

1. ANCESTRAIS E DESCENDENTES IMEDIATOS DE SÃO LUÍS

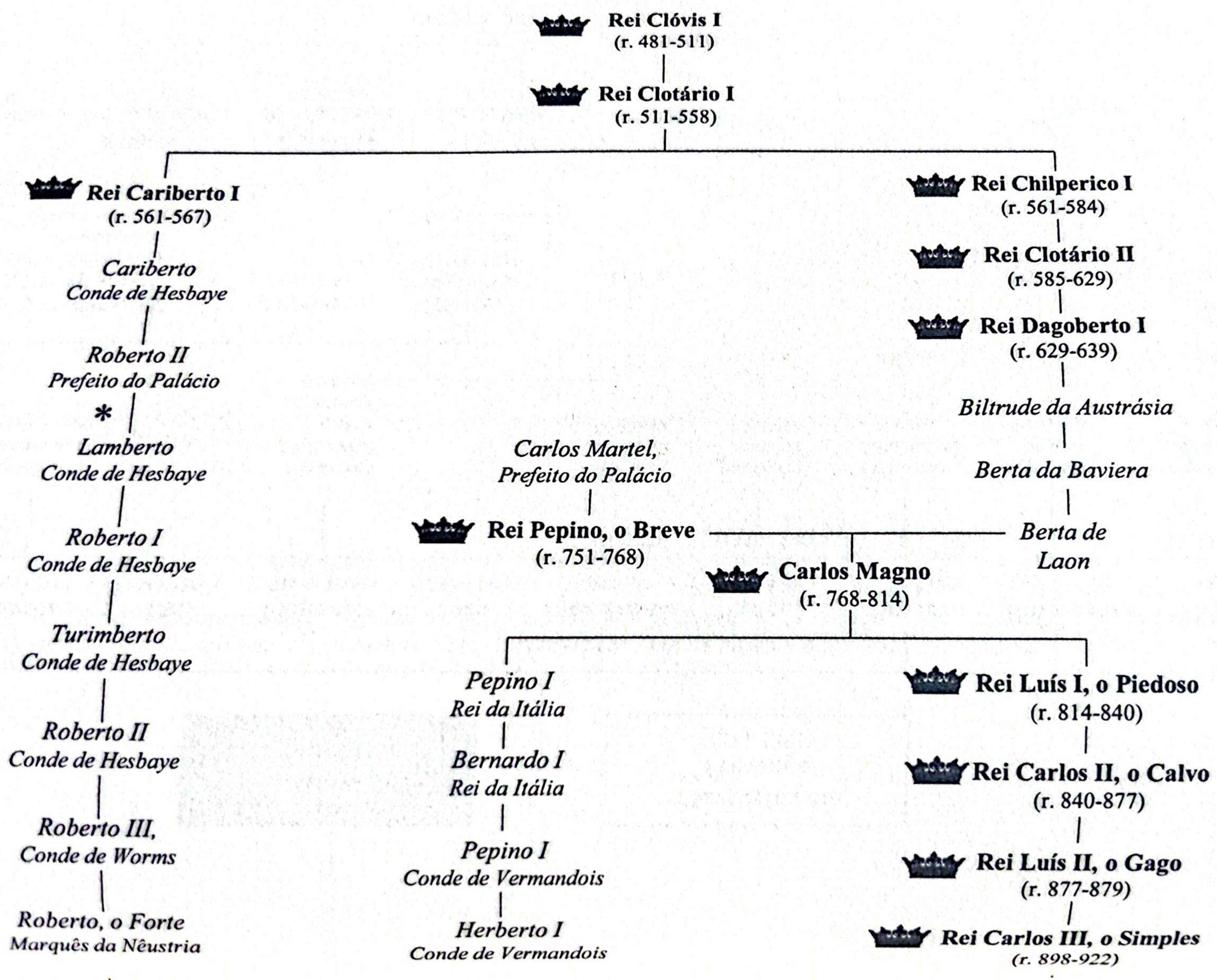


Digitalizado com CamScanner

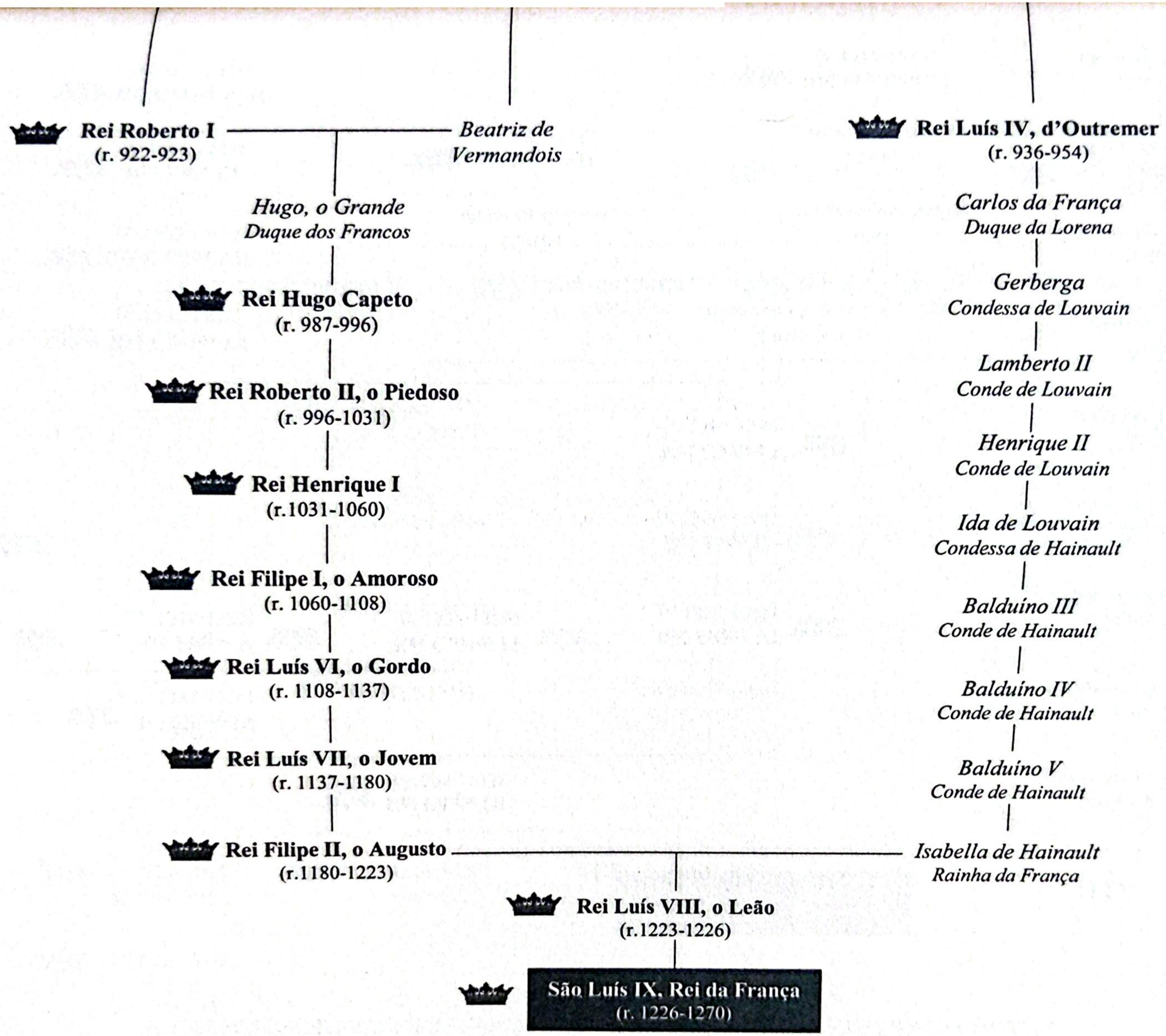


Digitalizado com CamScanner

2. ANCESTRAIS DE SÃO LUÍS REINANTES NA FRANÇA

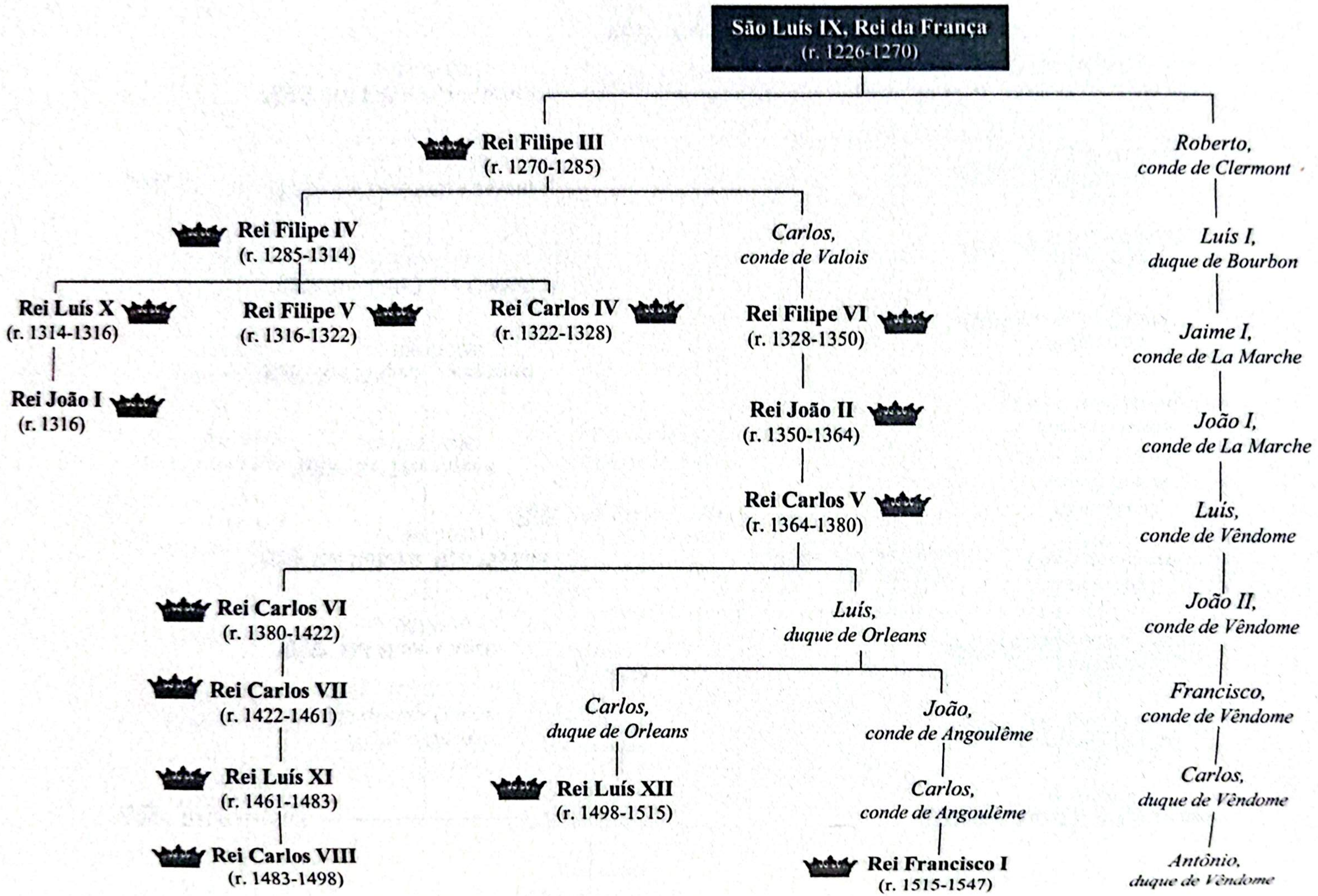


Digitalizado com CamScanner

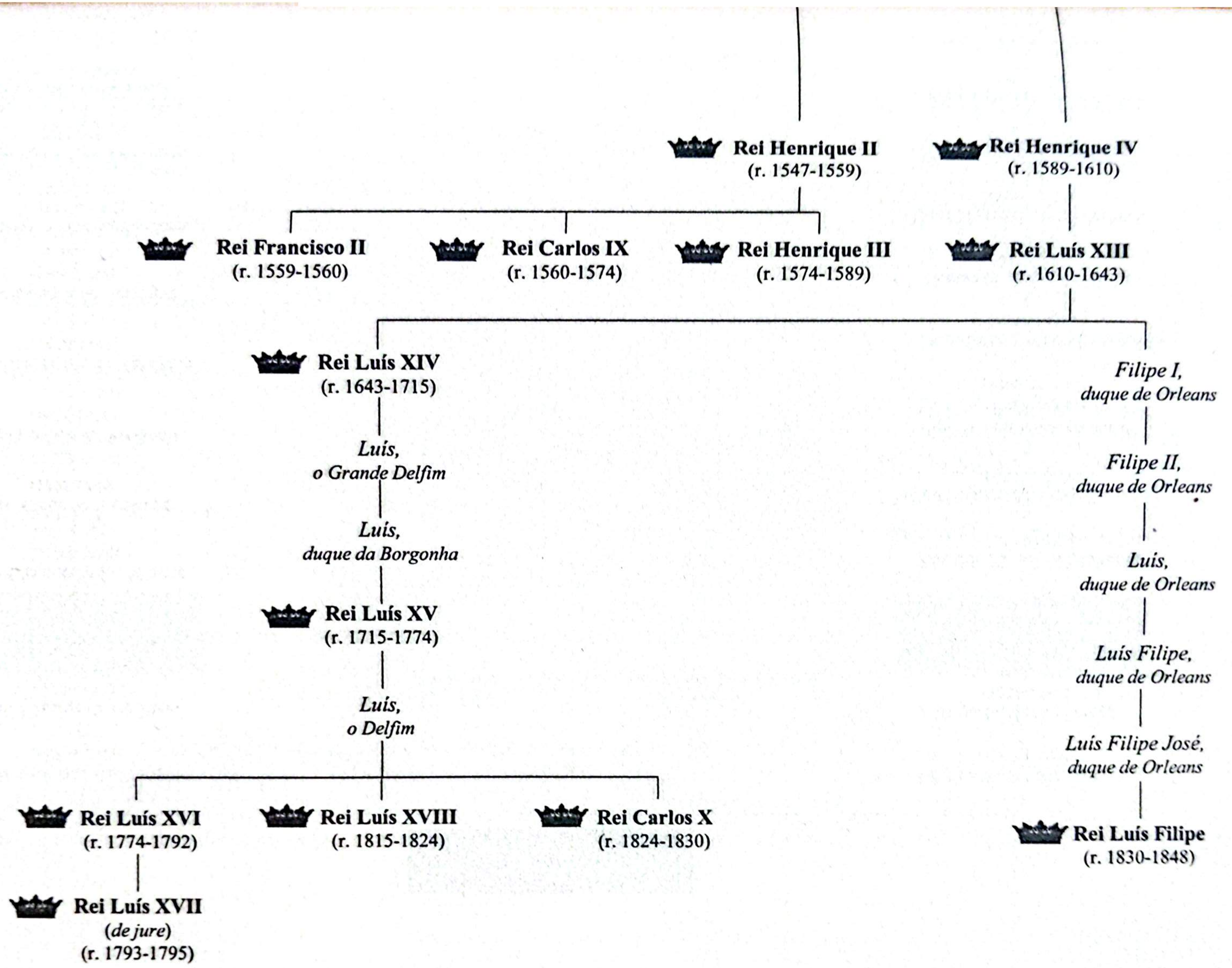


Digitalizado com CamScanner

3. DESCENDÊNCIA DE SÃO LUÍS - PARTE I - OS REIS DA FRANÇA



Digitalizado com CamScanner



Digitalizado com CamScanner

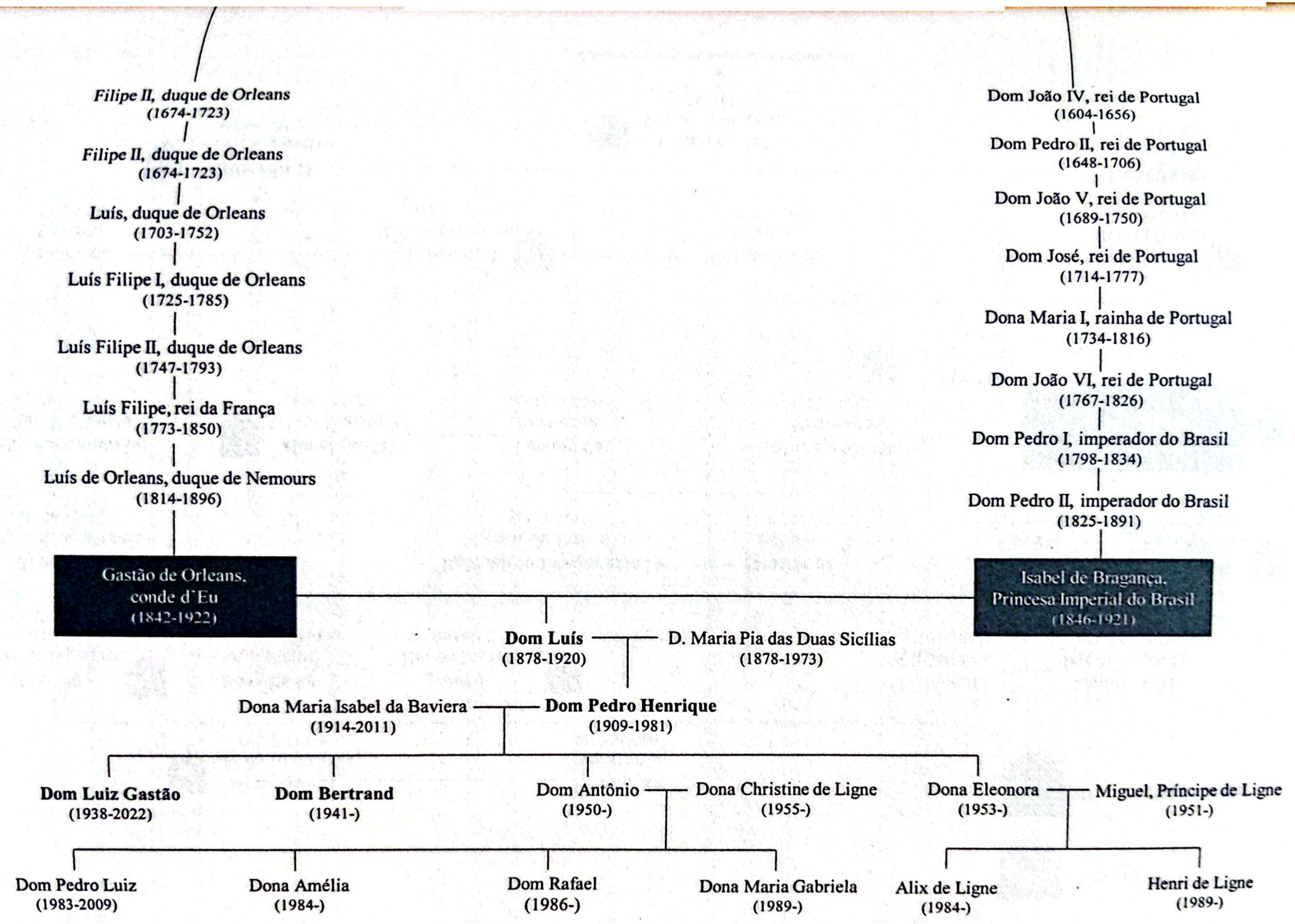
4. DESCENDÊNCIA DE SÃO LUÍS - PARTE II - A CASA IMPERIAL BRASILEIRA

São Luís
(1214-1270)

- Roberto, conde de Clermont (1256-1317)
- Luís I, duque de Bourbon (1280-1342)
- Jaime I, conde de La Marche (1315-1362)
- João I, conde de La Marche (1344-1399)
- Luís, conde de Vêndome (1376-1446)
- João II, conde de Vêndome (1428-1476)
- Francisco, conde de Vêndome (1470-1495)
- Carlos, duque de Vêndome (1489-1537)
- Antônio, duque de Vêndome (1518-1562)
- Henrique IV, rei da França (1553-1610)
- Luís XIII, rei da França (1601-1643)
- Filipe I, duque de Orleans (1640-1701)

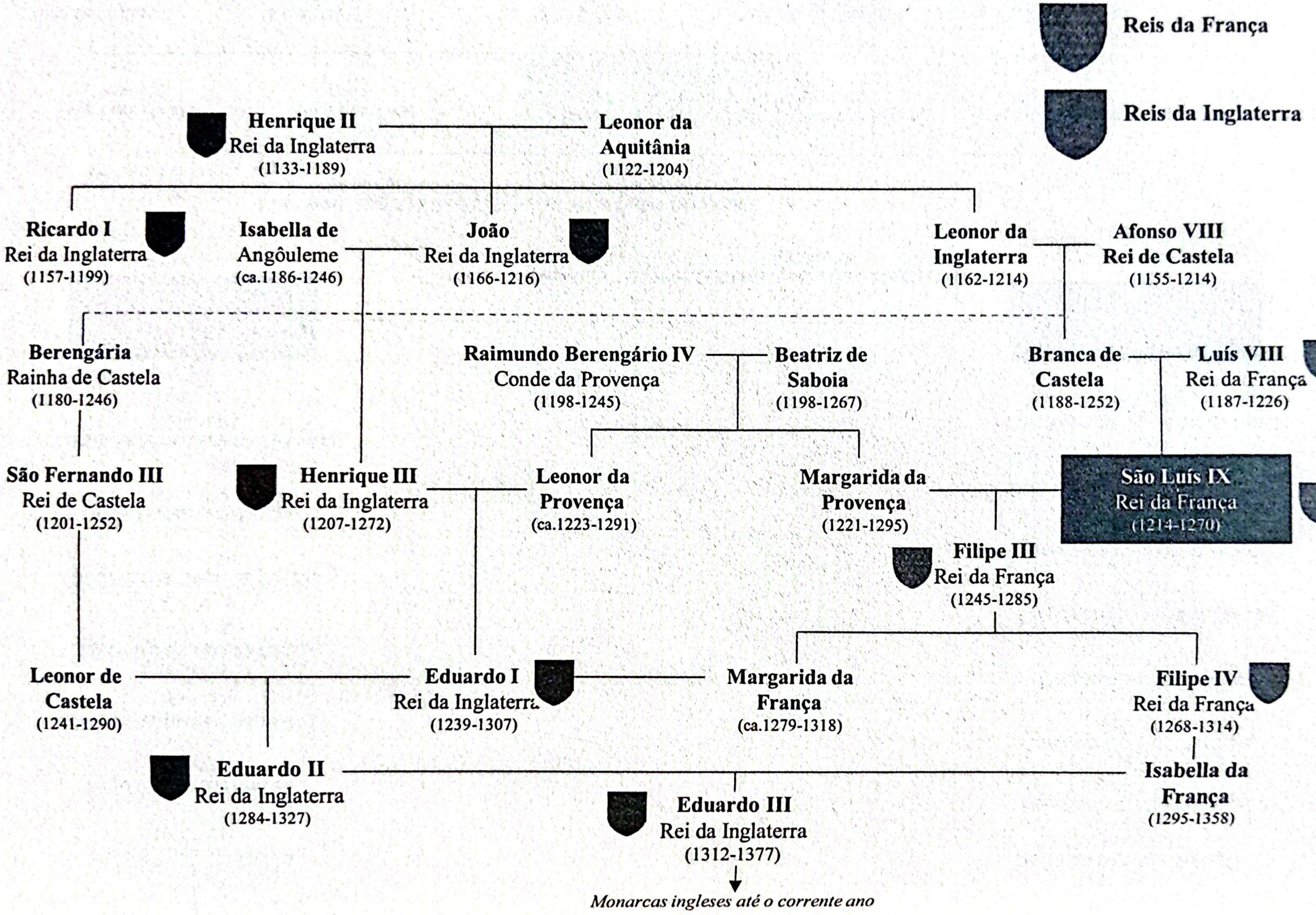
- Filipe III, rei da França (1245-1285)
- Filipe IV, rei da França (1268-1314)
- Isabella da França, rainha da Inglaterra (1295-1358)
- Eduardo III, rei da Inglaterra (1312-1377)
- João de Gante, duque de Lancaster (1340-1399)
- Filipa de Lancaster, rainha de Portugal (1360-1415)
- Dom Duarte, rei de Portugal (1391-1438)
- Fernando, duque de Viseu (1433-1470)
- Dom Manuel I, rei de Portugal (1469-1521)
- Duarte, duque de Guimarães (1515-1549)
- Catarina, duquesa de Bragança (1540-1614)
- *Teodósio II, duque de Bragança (1569-1630)*

Digitalizado com CamScanner



Filipe II, duque de Orleans
(1674-1723)
Filipe II, duque de Orleans
(1674-1723)
Luís, duque de Orleans
(1703-1752)
Luís Filipe I, duque de Orleans
(1725-1785)
Luís Filipe II, duque de Orleans
(1747-1793)
Luís Filipe, rei da França
(1773-1850)
Luís de Orleans, duque de Nemours
(1814-1896)
Gastão de Orleans,
conde d'Eu
(1842-1922)
Dom João IV, rei de Portugal
(1604-1656)
Dom Pedro II, rei de Portugal
(1648-1706)
Dom João V, rei de Portugal
(1689-1750)
Dom José, rei de Portugal
(1714-1777)
Dona Maria I, rainha de Portugal
(1734-1816)
Dom João VI, rei de Portugal
(1767-1826)
Dom Pedro I, imperador do Brasil
(1798-1834)
Dom Pedro II, imperador do Brasil
(1825-1891)
Isabel de Bragança,
Princesa Imperial do Brasil
(1846-1921)
Dom Luís
(1878-1920)
D. Maria Pia das Duas Sicílias
(1878-1973)
Dona Maria Isabel da Baviera
(1914-2011)
Dom Pedro Henrique
(1909-1981)
Dom Luiz Gastão
(1938-2022)
Dom Bertrand
(1941-)
Dom Antônio
(1950-)
Dona Christine de Ligne
(1955-)
Dona Eleonora
(1953-)
Miguel, Príncipe de Ligne
(1951-)
Dom Pedro Luiz
(1983-2009)
Dona Amélia
(1984-)
Dom Rafael
(1986-)
Dona Maria Gabriela
(1989-)
Alix de Ligne
(1984-)
Henri de Ligne
(1989-)

5. SÃO LUÍS E OS REIS DA INGLATERRA



Digitalizado com CamScanner

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES PRIMÁRIAS

AL-MAKRIZI, Abul Abbas Ahmed. **Aperçu géneral des expéditions d'Égypt et de Tunis** *in* LÉVIS-MIREPOIX, Duque de. Saint Louis, Roi de France. Paris: Éditions Albin Michel, 1970, p. 239-256.

BEAULIEU, Geoffroy, O.P. **Here begins the life and the saintly comporyment of Louis, former King of Franks, of Pious Memory** *in* The Sanctity of Louis IX. Tradução para o inglês de L.F. Field. New York: Cornell Universiy, 2014, p. 69-128.

S. BOAVENTURA, O.F.M. **Legenda Maior. Vida de São Francisco de Assis.** 2a. ed. São Caetano do Sul: Santa Cruz Editora e Livraria Católica, 2021.

CHARTRES, Guillaume, O.P. **On the life and deeds of Louis, King of the Franks of famous memory and on the miracles that declare his sanctity** *in* The Sanctity of Louis IX. Tradução para o inglês de L.F. Field. New York: Cornell Universiy, 2014, p. 129-159.

CONDET, Pierre de. **L'expédition de Tunis racontée par Pierre de Condet, chambellan du roi** *in* LÉVIS-MIREPOIX, Duque de. Saint Louis, Roi de France. Paris: Éditions Albin Michel, 1970, p. 219-236.

RISCHANGER, Guillaume. **Chronica Majora. Tomo IX (1258-1273).** Tradução para o francês: A. Huillard-Bréholles. Paris: Paulin Libraire-Éditeur, 1841.

SARRASIN, Jean. **L'expédition d'Égypte, racontée par Jean Sarracin, chambellan du roi** *in* LÉVIS-MIREPOIX, Duque de. Saint Louis, Roi de France. Paris: Éditions Albin Michel, 1970, p. 159-205.

Digitalizado com CamScanner

JOINVILLE, Jean de. **Vie de Saint Louis.** *Texto adaptado para o francês moderno*: M. Natalis de Wailly. Paris: Libraire de L. Hacette et Cie, 1865. *Tradução para o inglês*: E. Wedgwood. Londres: University of Toronto Library, 1906. *Tradução para o português:* W. Bottazzini. Dois Irmãos: Minha Biblioteca Católica, 2022.

MATEUS PARIS, O.S.B. **Chronica Majora. Tomo III (1215-1233).** Tradução para o francês: A. Huillard-Bréholles. Paris: Paulin Libraire-Éditeur, 1840.

MATEUS PARIS, O.S.B. **Chronica Majora. Tomo IV (1233-1239).** Tradução para o francês: A. Huillard-Bréholles. Paris: Paulin Libraire-Éditeur, 1840.

MATEUS PARIS, O.S.B. **Chronica Majora. Tomo V (1240-1244).** Tradução para o francês: A. Huillard-Bréholles. Paris: Paulin Libraire-Éditeur, 1840.

MATEUS PARIS, O.S.B. **Chronica Majora. Tomo VI (1244-1249).** Tradução para o francês: A. Huillard-Bréholles. Paris: Paulin Libraire-Éditeur, 1840.

MATEUS PARIS, O.S.B. **Chronica Majora. Tomo VII (1250-1253).** Tradução para o francês: A. Huillard-Bréholles. Paris: Paulin Libraire-Éditeur, 1840.

MATEUS PARIS, O.S.B. **Chronica Majora. Tomo VIII (1253-1258).** Tradução para o francês: A. Huillard-Bréholles. Paris: Paulin Libraire-Éditeur, 1840.

NANGIS, Guillaume de, O.S.B. **Vie de Saint Louis.** Paris: Libraire de la Société bibliographique, 1877.

SAINT-PATHUS, Guillaume de, O.F.M. **Le vie et les vertus de Saint Louis.** Paris: Libraire de la Société bibliographique, 1877.

SÃO LUÍS. **Carta da Terra Santa de Luís IX a seus súditos (1250)** *in* LE GOFF, Jacques. São Luís. Biografia. 4. ed. Tradução: M. de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 801-807.

SÃO LUÍS. **Instruções à sua filha Isabella** *in* SAINT-PATHUS, Guillaume de, O.F.M. Le vie et les vertus de Saint Louis. Paris: Libraire de la Société bibliographique, 1877, p. 255-256.

SÃO LUÍS. **Instruções ao seu filho Filipe** *in* JOINVILLE, Jean de. Vie de Saint Louis. *Texto adaptado para o francês moderno*: M. Natalis de Wailly. Paris: Libraire de L. Hacette et Cie, 1865, p. 328-333.

Digitalizado com CamScanner

2. ESTUDOS HISTÓRICOS E BIOGRÁFICOS

ALTANER, B.; STUIBER, A. **Patrologia**. Tradução: Monjas Beneditinas de São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1972.

BAINVILLE, Jacques. **Histoire de France**. Paris: Arthème Fayard, 1924.

BALDWIN, John. **Filipe II Augusto** *in* LE GOFF, Jacques (Org). Homens e Mulheres da Idade Média. Tradução: N. A. Bonnati. 3a. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2018.

BASCHET, Jérome. **A civilização feudal. Do ano mil à colonização da América.** Tradução: M. Rede. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BÉNOUVILLE, Guillan de. **São Luís ou A Primavera de França.** Tradução: J. P. Gomes. Porto: Lello e Irmão, 1984.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal.** Tradução: L. de Saes. São Paulo: Edipro, 2019.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos.** Tradução: L. de Saes. São Paulo: Edipro, 2020.

BORDEAUX, Henri. **Vie, mort et survive de Saint Louis.** Paris: Librarie Plon, 1949.

BORDONOVE, Georges. **Les Rois qui ont fait la France. Saint Louis, Roi éternel.** Paris: Marabout, 1984.

BOUCHET, Rubén Calderón. **Apogeo de la Ciudad Cristiana.** Buenos Aires: Biblioteca Dictio, 1998.

BOUCHET, Rubén Calderón. **A Formação da Cidade Cristã.** Tradução: S. L. Ayres Marinho. São Paulo & São Luís: Castela Editorial & Resistência Cultural, 2021.

CAROLUS-BARRÉ, Louis. **Le Procès de canonisation de Saint Louis (1272-1297). Essai de reconstitution.** Roma: École Française de Rome, 1994.

Digitalizado com CamScanner

CASSARD, Jean-Christophe. **1180-1328. L'âge d'or capétien.** Paris: Éditions Gallimard, 2021.

CHATEAUBRIAND, François-René de. **Itinéraire de Paris a Jérusalem.** Paris: Garnier-Flammarion, 1968.

CHESTERTON, Gilbert Keith. **Santo Tomás de Aquino.** Tradução: A. Angueth. Campinas: Ecclesiae, 2015.

COCHRANE, Charles Norris. **Cristianismo e cultura clássica. Um estudo das ideias e da ação, de Augusto a Agostinho.** Tradução: E. F. Alves. Rio de Janeiro: Liberty Classics/Topbooks, 2012.

CONSTAIN, Thomas B. **The Magnificent Century.** New York: Doubleday, 1951.

DANIEL-ROPS. **A Igreja dos Apóstolos e dos Mártires.** Tradução: E. da Gama. 3a. ed. São Paulo: Quadrante, 2014.

DANIEL-ROPS. **A Igreja dos Tempos Bárbaros.** Tradução: E. da Gama. 1a. ed. São Paulo: Quadrante, 1991.

DANIEL-ROPS, Henri. **A Igreja das Catedrais e das Cruzadas.** Tradução: E. da Gama. São Paulo: Quadrante, 2012.

DAWSON, Christopher. **A Formação da Cristandade. Das origens na Tradição judaico-cristã à Ascensão e Queda da Unidade Medieval.** Tradução: M. X. de Brito. São Paulo: É Realizações, 2014.

DEMURGER, Alain. **Os Templários. Uma Cavalaria Cristã na Idade Média.** Tradução: K. Jannini. Rio de Janeiro: Diffel, 2007.

DUBY, Georges. **A Europa na Idade Média.** Tradução: A. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

DUBY, Georges. **A vida privada nas casas aristocráticas da França Feudal.** In: Ariès, P. e Duby, G (Org) História da Vida Privada, da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUBY, George. **As damas do século XII.** Tradução: P.M. Neves e M.N. Machado. Companhia de Bolso, 2013.

Digitalizado com CamScanner

DUBY, Georges. **Histoire de France.** Évreux: Larousse, 1970.

DUBY, George; MANDROU, Robert. **Histoire de la civilisation française. Le Moyen Age et le XVI siècle.** Paris: Armand Colin, 1958.

DUFFY, Eamon. **Santos e Pecadores. História dos Papas.** Tradução: L. A. Araújo. São Paulo: Cosac & Naify Edições Ltda., 1998.

FERNÁNDEZ, Luis Suárez. **Historia de España. Edad Media.** Madri: Editorial Gredos, 1970.

GIORDANI, Mário Curtis. **História do Mundo Feudal. T. I. Acontecimentos Políticos.** Petrópolis: Vozes, 1984.

GIORDANI, Mário Curtis. **História do Mundo Feudal. T. II. Civilização.** Petrópolis: Vozes, 1981.

GROUSSET, René. **Las Cruzadas.** Tradução para o espanhol: R. Anaya. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965.

GOYAU, Georges. **Ce que le Monde Catholique doit a la France.** Paris: Librairie Académique Perrin et Cia, 1918.

HENRION, Barão; BÉRAULT-BERCASTEL, Henri de. **Histoire Générale de L'Église. Tomo I.** 2a. ed. Paris: Gaume Frères Libraires, 1843.

HERGENRÖTHER, Cardeal. **Histoire de L'Église. Tome III.** Tradução para o francês: Abade P. Bèlet. Paris: Société Générale de Librairie Catholique, 1886.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média.** Tradução: F.P. Janssen. São Paulo: Cosac Nife, 2013.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval. V. II.** Tradução: M. Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

LE GOFF, Jacques. **São Luís. Biografia.** 4. ed. Tradução: M. de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média.** Tradução: M. de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Digitalizado com CamScanner

LÉVIS-MIREPOIX, Duque de. **Saint Louis, Roi de France**. Paris: Éditions Albin Michel, 1970.

LLORCA, Bernardino; GARCIA VILLOSLADA, Ricardo; MONTALBAN, Francisco. **Historia de la Iglesia Católica. I. Edad Antigua.** 5. ed. Madri: BAC, 1976.

LLORCA, Bernardino; GARCIA VILLOSLADA, Ricardo; MONTALBAN, Francisco. **Historia de la Iglesia Católica. II. Edad Media (800-1303). La Cristandad en el mundo europeo y feudal** 2. ed. Madri: BAC, 1958.

LOT, Ferdinand. **O fim do Mundo Antigo e o princípio da Idade Média**. Tradução: E. Godinho. Lisboa: Edições 70, 2019.

MAALOUF, Amin. **Les Croisades vues par les Arabes**. Paris: Éditions J'ai Lu, 1983.

MAGALHÃES, Zica. **Santa Isabel da Hungria e São Luís, Rei de França**. Revista Continente Editorial, 1981.

MATTOSO, José. **Dom Afonso Henriques**. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

MICHAUD, Joseph-François. **História das Cruzadas. Volume 1. Livros I a IV.** Tradução: Pe. V. Pedroso. São Paulo: Editora das Américas.

MICHAUD, Joseph-François. **História das Cruzadas. Volume 2. Livros IV e VII.** Tradução: Pe. V. Pedroso. São Paulo: Editora das Américas.

MICHAUD, Joseph-François. **História das Cruzadas. Volume 3. Livros VII a XI.** Tradução: Pe. V. Pedroso. São Paulo: Editora das Américas.

MICHAUD, Joseph-François. **História das Cruzadas. Volume 4. Livros XI a XIV.** Tradução: Pe. V. Pedroso. São Paulo: Editora das Américas.

MICHAUD, Joseph-François. **História das Cruzadas. Volume 5. Livros XV a XIX.** Tradução: Pe. V. Pedroso. São Paulo: Editora das Américas.

MICHAUD, Joseph-François. **História das Cruzadas. Volume 6. Livros XIX a XXI.** Tradução: Pe. V. Pedroso. São Paulo: Editora das Américas.

Digitalizado com CamScanner

MONDIN, Battista. **Dicionário Enciclopédico dos Papas. História e Ensinamentos.** Tradução: J.J. Sobral. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média.** Campinas: Kyrion, 2018.

O'CONNEL, David. **Les propos de Saint Louis.** Paris: Éditions Fallimard/ Julliard, 2013.

PASQUEALE OFMCap, Gianluigi. **Francisco. O Arauto de Deus.** Tradução: A. Schwitzer. São Paulo: Paulinas, 2016.

PERNOUD, Régine. **A mulher no tempo das Catedrais.** Tradução: M. Rodrigues. São Paulo: Quadrante, 2023.

PERNOUD, Régine. **A mulher nos tempos das Cruzadas.** Tradução: M. Appenzeller. Campinas: Papirus Editora, 1990.

PERNOUD, Régine. **Luz sobre a Idade Média.** Tradução: A.M. de Almeida Gonçalves. Lisboa: Publicações Europa-América, 1981.

PERNOUD, Régine. **O Mito da Idade Média.** Tradução: M.C. Santos. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978.

PINOTEAU, Hervé (com colaboração de VAUCHIER, Jean de). **La symbolique royale française, Ve-XIIIe siècle.** La Roche-Rigault: P.S.R. éditions, 2004.

QUASTEN, Johannes; BERARDINO, Angelo di (Org.). **Patrologia. Tomo III. La Edad de Oro de la literatura patrística latina.** Tradução para o espanhol de: J. M. Guirau. Biblioteca de Autores Cristianos: Madrid, 1981.

READ, Piers Paul. **Os Templários.** Tradução: M.J. da Cunha. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

RICHARD, Jean. **Saint Louis. Roi d'une France féodale, soutien de la Terre sainte.** Paris: Arthème Fayard, 1983.

RILEY-SMITH, Jonathan. **As Cruzadas. Uma História.** Tradução: J. Castro. Campinas: Ecclesiae, 2019.

Digitalizado com CamScanner

MONDIN, Battista. **Dicionário Enciclopédico dos Papas. História e Ensinamentos.** Tradução: J.J. Sobral. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média.** Campinas: Kyrion, 2018.

O'CONNEL, David. **Les propos de Saint Louis.** Paris: Éditions Fallimard/ Julliard, 2013.

PASQUEALE OFMCap, Gianluigi. **Francisco. O Arauto de Deus.** Tradução: A. Schwitzer. São Paulo: Paulinas, 2016.

PERNOUD, Régine. **A mulher no tempo das Catedrais.** Tradução: M. Rodrigues. São Paulo: Quadrante, 2023.

PERNOUD, Régine. **A mulher nos tempos das Cruzadas.** Tradução: M. Appenzeller. Campinas: Papirus Editora, 1990.

PERNOUD, Régine. **Luz sobre a Idade Média.** Tradução: A.M. de Almeida Gonçalves. Lisboa: Publicações Europa-América, 1981.

PERNOUD, Régine. **O Mito da Idade Média.** Tradução: M.C. Santos. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978.

PINOTEAU, Hervé (com colaboração de VAUCHIER, Jean de). **La symbolique royale française, Ve-XIIIe siècle.** La Roche-Rigault: P.S.R. éditions, 2004.

QUASTEN, Johannes; BERARDINO, Angelo di (Org.). **Patrologia. Tomo III. La Edad de Oro de la literatura patrística latina.** Tradução para o espanhol de: J. M. Guirau. Biblioteca de Autores Cristianos: Madrid, 1981.

READ, Piers Paul. **Os Templários.** Tradução: M.J. da Cunha. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

RICHARD, Jean. **Saint Louis. Roi d'une France féodale, soutien de la Terre sainte.** Paris: Arthème Fayard, 1983.

RILEY-SMITH, Jonathan. **As Cruzadas. Uma História.** Tradução: J. Castro. Campinas: Ecclesiae, 2019.

Digitalizado com CamScanner

ROHRBACHER, Abbé. **Histoire Universelle de l'Église Catholique. Tomo XVII (1198-1227).** Paris: Gaume Frères, 1857.

ROHRBACHER, Abbé. **Histoire Universelle de l'Église Catholique. Tomo XVIII (1227-1270).** Paris: Gaume Frères, 1851.

SÁENZ, Padre Alfredo. **A Cristandade e sua Cosmovisão.** Tradução: A. Mendes e A. Vieira. Rio de Janeiro: Editora Centro Dom Bosco, 2020.

SÁENZ, Alfredo. **História da Santa Igreja. A Barca e as Tempestades. Tomo I.** Trad. A. Vieira. Rio de Janeiro: Centro Dom Bosco, 2020.

SCHNÜRER, Gustave. **L'Église et la Civilisation au Moyen Age. Tome II.** Tradução para o francês: G. Castella. Paris: Payot, 1935.

TILLEMONT, Nain de. **Vie de Saint Louis. Tome Premier.** Paris: Jules Renouard et Cie, 1847.

TILLEMONT, Nain de. **Vie de Saint Louis. Tome Deuxième.** Paris: Jules Renouard et Cie, 1847.

TILLEMONT, Nain de. **Vie de Saint Louis. Tome Troisième.** Paris: Jules Renouard et Cie, 1848.

TILLEMONT, Nain de. **Vie de Saint Louis. Tome Quatrième.** Paris: Jules Renouard et Cie, 1848.

TILLEMONT, Nain de. **Vie de Saint Louis. Tome Cinquième.** Paris: Jules Renouard et Cie, 1849.

TILLEMONT, Nain de. **Vie de Saint Louis. Tome Sixième.** Paris: Jules Renouard et Cie, 1851.

SILVA, Manuela Santos. **Filipa de Lencastre. A Rainha Inglesa de Portugal.** Lisboa: Temas e Debates, 2014.

STARK, Rodney. **Os Batalhões Sagrados. A verdadeira história das Cruzadas.** Tradução: A. Padovan. São Paulo: Quadrante, 2020.

WEIR, Alison. **Eleanor of Aquitaine: a Life.** Nova York: Ballantine Books, 2008.

Digitalizado com CamScanner

ZELLER, Jules. **Entretiens sur l'histoire. Moyen Age. Chute d'Empire Romain. Invasions Barbares. Le Christianisme. Origines de L'Europe Moderne.** 2a. ed. Paris: Didier et Cie, 1871.

ZELLER, Jules. **Entretiens sur l'histoire. Moyen Age. Civilisations Chrétienne et Mahométane. Justinien. Saint Grégoire-le-Grand. Charlemagne et Les Carolingiens.** 4a. ed. Paris: Libraire Académique Didier, 1901.

ZELLER, Jules. **Entretiens sur l'histoire. Moyen Age. Mahomet. Les conquètes arabes. Civilisation Chrétienne et Civilisation Mahométane. Feudalité et Chevalerie. Grégoire VII et Saint Bernard. Les Croisades. Arnaud de Brescia. Saint Louis.** Paris: Didier et Cie, 1865.

3. OBRAS ESPIRITUAIS, DOUTRINÁRIAS, FILOSÓFICAS E FONTES PRÉ-MEDIEVAIS

S. AFONSO DE LIGÓRIO. **Uma estrada de salvação.** Tradução: Pe. A. Paschotte. Aparecida: Santuário, 2016.

S. AGOSTINHO. ***De Civitate Dei* (A Cidade de Deus). Volume II.** Tradução: O. Paes Leme. São Paulo: Editora das Américas, 1961.

S. BERNARDO DE CLARAVAL. ***De Consideratione*** in MIGNE (org). *Patrologia Latina Tomus CLXVII.* Amboise: Migne Editorem, 1869, c. 727-808.

S. BERNARDO DE CLARAVAL. ***De Laude Novae Militiae*** in MIGNE (org). *Patrologia Latina Tomus CLXVII.* Amboise: Migne Editorem, 1869, c. 921-940.

S. GELÁSIO I, Papa. **Epístola *Duo Sunt in*** MIGNE (org). *Patrologia Latina Tomus LIX.* Amboise: Migne Editorem, 1862, c. 41-47.

COPLESTON, Frederick Padre. **Uma História da Filosofia. Grécia, Roma e Filosofia Medieval. Volume 1.** Tradução: A. C. Fleck *et al.* Campinas: Vide Editorial, 2021.

CORÇÃO, Gustavo. **Uma teologia da história.** Niterói: Permanência, 2015.

Digitalizado com CamScanner

GALVÃO DE SOUSA, José Pedro. **O Brasil no mundo hispânico**. Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob o patrocínio do mesmo Instituto e da Casa de Cervantes, a 28 de abril de 1960. São Paulo, 1962.

GARRIGOU-LAGRANGE, Pe. Reginald. **As 3 vias e as 3 conversões**. 4a. ed. Niterói: Editora Permanência, 2011.

S. GREGÓRIO MAGNO. ***Regula Pastoralis* (Regra Pastoral)**. Tradução: Sandra Pascoalato. São Paulo: Paulus, 2018.

GUERANGER, Dom Prosper. **O Sentido Católico da História**. Tradução: Padre Áureo Mendes, FSSPX e Bruno Rodrigo da Cunha. São Paulo: Castela Editorial, 2020.

EUSÉBIO, bispo de Cesareia. ***Historia Ecclesiastica* (História Eclesiástica)**. Tradução das Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria Mãe de Cristo. 2a. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

S. JOÃO DA CRUZ. **Cântico Espiritual** *in* Obras Completas de São João da Cruz, v.2. Tradução das Carmelitas Descalças do Convento Santa Teresa. Rio de Janeiro: Vozes, 1960, p. 9-225.

S. JOÃO DA CRUZ. **Noite Escura** *in* Obras Completas de São João da Cruz, v.1. Tradução das Carmelitas Descalças do Convento Santa Teresa. Rio de Janeiro: Vozes, 1960, p. 285-409.

KEMPIS, Thomas de. **Imitação de Cristo**. Tradução: J. Cabral. São Paulo: Paulus, 2014.

LEÃO XIII, Papa. **Carta-Encíclica *Immortale Dei***. Sobre a Constituição Cristã dos Estados. 1º de nov. 1885. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei.html>. Acesso em 06 jul. 2023.

S. LUÍS DE MONTFORT. **O Segredo Admirável do Santíssimo Rosário**. Tradução: R. Carvalho. Campinas: Ecclesiae, 2016.

Digitalizado com CamScanner

MARIA-EUGÊNIO DO MENINO JESUS, Frei. **Quero Ver a Deus.** Tradução do Carmelo do Imaculado Coração de Maria e Santa Teresinha. Petrópolis: Vozes, 2016.

OBLATO DE MARIA IMACULADA, Capelão de Montmartre. **O Coração de Jesus segundo a doutrina de Santa Margarida Maria.** Tradução: R. F. Porto: Apostolado da Imprensa, 1932.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **Filosofia. Antiguidade e Idade Média. Vol. I.** Tradução: Pe. José Bartolini. São Paulo: Paulus, 2017.

RIBET, Cônego Jerônimo. **A ascética cristã.** Ipatinga: Centro Santo Afonso de Ligório, 2020.

ROYO MARÍN, Antonio, O.P. **Ser ou não ser santo... eis a questão. Compêndio da obra: Teología de la perfección Cristiana.** Tradução: R. Harada. Campinas: Ecclesiae, 2016.

TANQUEREY, Adolphe D. **A divinização do sofrimento.** Tradução: M. Hulshof. São Paulo: Cultor de Livros, 2014.

TANQUEREY, Adolphe D. **Compêndio de Teologia Ascética e Mística.** Tradução: J.F. Fontes. Porto: Apostolado da Imprensa, 1961.

S. TERESA DE ÁVILA. **Caminho de Perfeição.** Tradução das Carmelitas Descalças do Convento Santa Teresa. Rio de Janeiro: Paulus, 2016.

S. TERESA DE ÁVILA. **Castelo Interior ou Moradas.** Tradução das Carmelitas Descalças do Convento Santa Teresa. Rio de Janeiro: Paulus, 2015.

S. TERESA DE ÁVILA. **Livro da Vida.** Tradução: M.J. de Jesus. São Paulo: Paulus, 2016.

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Optou-se por listar aqui somente os indivíduos que viveram durante a Idade Média, a saber, entre os séculos V e XV. Pessoas da Antiguidade ou da Modernidade citadas ao longo da obra não estão listadas abaixo.

Não por acaso, o leitor encontrará a seguir listados os grandes nomes da Cristandade Medieval – reis, rainhas, nobres, papas, eclesiásticos, religiosos, intelectuais e santos – , os homens e mulheres que, à exceção de alguns sultões muçulmanos e governantes mongóis também listados, compuseram, com São Luís, a Civilização Cristã da Idade Média.

A

Adalberão, bispo de Laon: 96, 97, 188, 481.
Adalberão, bispo de Reims: 134.
Adelaide da Aquitânia, rainha da França: 135, 582.
Adelaide de Saboia, rainha da França (trisavó paterna de São Luís): 138.
Adélia de Champagne, rainha da França (bisavó paterna de São Luís): 103, 139, 582.
Adriano I, papa: 49.
Adriano IV, papa: 97.
Adriano V, papa: 681.
Afonso da França (irmão de São Luís): 127.
Afonso de la Cerda (neto de São Luís): 691.
Afonso I, rei de Portugal: 73, 698.
Afonso II, rei de Aragão: 590, 591.
Afonso II, rei de Portugal: 63, 67.
Afonso III, rei das Astúrias: 149.
Afonso III, rei de Portugal: 64, 599, 600, 636, 697.
Afonso VI, rei de Castela: 149.
Afonso VII, rei de Castela: 189.
Afonso VIII, rei de Castela (avô de São Luís): 67, 146, 149, 189.
Afonso IX, rei de Leão e Galiza: 67.
Afonso X, rei de Leão e Castela: 100, 369, 452, 455, 600, 604, 618, 636, 637, 691.
Afonso, conde de Poitiers (irmão de São Luís): 147, 152, 177, 190, 191, 199, 203, 205, 209, 215, 220, 251, 261, 273, 274, 285, 288, 289, 293, 300, 301, 306, 458, 459, 553, 608, 629, 633, 635, 642, 645, 649, 653, 671.
Agostinho da Cantuária, Santo: 46.
Agostinho, Santo: 40-43, 48, 49, 58-60, 89, 117, 161, 172, 202, 247, 376-378, 532, 543, 646, 647, 719.
Alberto de Jerusalém, Santo: 320.
Alberto, o Grande, Santo: 113, 118, 576.
Aleixo I, imperador bizantino: 235.
Aleixo III, imperador bizantino: 240.
Aleixo IV, imperador bizantino: 240.
Alexandre de Hales: 118, 574.
Alexandre III, papa: 61-63, 139, 216.
Alexandre III, rei da Escócia: 219, 599.
Alexandre IV, papa: 73, 296, 540, 604, 610, 619, 630.
Al-Mustansir, rei de Túnis: 645, 646, 649.
Américo da Hungria, Santo: 113.
Ana de Kiev, rainha da França: 103, 136.
Anastácio IV, papa: 99.
André de Lonjumeau, OFM: 547, 548.
André II, rei da Hungria: 68, 201, 240, 246, 404.
Anselmo da Cantuária, Santo: 76, 115.
Anseric, senhor de Montreal: 527.
Antônio de Pádua e Lisboa, Santo: 114.
Aregunda, rainha dos francos: 582.
Avito de Vienne, Santo: 45, 130.

B

Baibars, sultão do Egito: 264, 265, 284, 630, 632.
Balduíno I, imperador latino: 239, 240.
Balduíno I, rei de Jerusalém: 237, 249.
Balduíno II, imperador latino: 353, 355.
Balduíno IV, o Leproso, rei de Jerusalém: 249.
Bartolomeu de Cremona, OFM: 549.
Beatriz da Borgonha, imperatriz: 103.
Beatriz da Provença, rainha da Sicília (cunhada de São Luís): 189, 199, 274, 449, 460, 594, 608.
Beatriz de Bourbon (nora de São Luís): 454.
Beatriz de Saboia (sogra de São Luís): 189, 442, 594, 609.
Beatriz, princesa da Inglaterra: 608.
Bela IV, rei da Hungria: 599.
Bento XI, papa: 99.

Digitalizado com CamScanner

Bento, São: 46.
Berengária, infanta de Castela: 452, 591, 600, 618.
Berengária, rainha de Castela: 103, 146
Bernardo de Chartres: 116.
Bernardo de Claraval, São: 52, 60, 61, 63-65,71, 92, 109, 111, 117, 127, 139, 144, 175, 176, 238, 247, 248, 333, 342, 348, 482, 491, 541, 606, 613, 701, 710.
Berta de Laon, rainha dos francos: 582.
Bertoldo de Malifay, São: 320.
Boaventura de Bagnoregio, São: 374-376, 400-402, 405-406, 410, 414, 417-419, 428, 462, 574.
Boemundo de Taranto, príncipe de Antioquia: 237, 249.
Bonifácio de Mogúncia, Santo: 46.
Bonifácio II, marquês de Montferrat: 239.
Bonifácio VIII, papa: 56, 162, 182, 200, 216, 220, 437, 535, 541, 542, 669, 679, 683, 686, 701.
Branca da Borgonha, condessa de Saboia (neta de São Luís): 692.
Branca da França (filha de São Luís): 195, 196, 226, 445, 452, 618.
Branca de Castela, rainha da França (mãe de São Luís): 23, 26, 103, 125, 127-129, 145-148, 151-155, 158-168, 170, 171, 178, 180, 187-189, 196-199, 201, 202, 206, 211-213, 215, 223, 224, 226, 227, 281, 290, 299-306, 328, 335, 336, 342, 355, 369, 423, 443, 444, 450, 451, 456, 458, 459, 461, 471, 537-539, 552, 561, 599, 638, 639, 662, 707, 723, 732.
Branca, infanta de Castela (filha de São Luís): 32, 196, 297, 310, 445, 448, 455, 457, 600, 608, 637, 691, 694, 695, 698.
Bruno de Colônia, São: 51, 111.
Burchard, bispo de Worms: 97.

C

Calisto II, papa: 52.
Camil, sultão do Egito: 241, 259.
Carlomano I, rei da França: 582.
Carlomano II, rei da França: 132, 582.
Carlos I, conde de Anjou e rei da Sicília (irmão de São Luís): 147, 177, 199, 220, 250, 272-274, 285, 293, 300, 306, 309, 449, 458-461, 478, 528, 541, 602, 606, 608, 629, 636, 638, 647, 649, 666-671, 681, 683, 691, 693.
Carlos II, o Calvo, imperador e rei da França: 57, 82, 132, 134, 178, 582.
Carlos III, o Simples, rei da França: 133, 155.
Carlos IV, imperador: 687.
Carlos Magno: 23, 43, 48-50, 53, 56, 57, 60, 61, 68, 80-82, 84, 115, 132, 134, 138, 141, 143, 145, 157, 160, 214, 234, 485, 543, 572, 583, 589, 590, 608, 697, 707, 709, 714, 723.
Carlos Martel, duque dos Francos: 47, 57, 131, 214, 233, 582, 647.
Carlos V, o Sábio, rei da França: 501.
Carlos VI, o Louco, rei da França: 687.
Carlos, conde de Valois (neto de São Luís): 457, 685, 695.
Carlos, conde do Flandres, Beato: 113.
Carlos, o Gordo, imperador e rei da França: 113.
Celestino III, papa: 64.
Celestino IV, papa: 203, 500, 501, 540.
Celestino V, papa, São: 99, 683.
Childeberto I, rei dos francos: 582.
Clara de Assis, Santa: 114, 462.
Clemente III, papa: 64.
Clemente IV, papa: 516, 517, 540, 541, 557, 605, 610, 631, 632, 641.
Clemente V, papa: 686.
Clotilde, rainha dos francos, Santa: 130.
Clóvis I, rei dos francos: 23, 44, 45, 47, 56, 130, 131, 134, 138, 143, 145, 155, 157, 160, 582, 583, 707, 709, 714, 723, 741.
Clóvis II, rei dos francos: 582.
Columbano da Irlanda, São: 45.
Conrado III, rei da Alemanha: 238.
Conrado IV, rei da Sicília: 290, 301, 461.
Constança de Arles, rainha da França: 135, 582.
Constança de Castela, rainha da França: 582.
Constança I, rainha da Sicília: 103.
Cunegundes da Hungria, Santa: 113.
Cunegundes de Luxemburgo, imperatriz, Santa: 114.

D

Dagoberto I, rei dos francos: 582.
Domingos de Gusmão, São: 24, 112, 127, 128, 402, 404, 424, 479, 552, 753.

E

Edmundo de Abingdon (Santo): 433, 593.
Edmundo, conde de Lancaster: 608.

Digitalizado com CamScanner

Eduardo I, rei da Inglaterra: 309, 608, 636, 670, 692, 694, 742.
Eduardo II, rei da Inglaterra: 692, 694, 742.
Eduardo III, rei da Inglaterra (trineto de São Luís): 694, 742.
Edwiges da Silésia, Santa: 113.
El Cid, o Campeador: 485.
Enguerrando III, senhor de Coucy: 168.
Enguerrando IV, senhor de Coucy: 525, 526.
Enrico Dandolo, doge de Veneza: 239, 249.
Érico X, rei da Suécia: 68.
Ermentrude, rainha da França: 582.
Estevão da França (irmão de São Luís): 147.
Estevão I, rei da Hungria, Santo: 53, 113.
Estevão II, papa: 47.
Etienne Boileau, preboste de Paris: 526, 569, 571,
Eudes de Châteauroux, cardeal-bispo de Túsculo: 216, 224, 257, 303, 367, 548, 578, 666, 680.
Eudes Rigaud, arcebispo de Rouen: 517, 619, 624,
Eugênio III, papa, Beato: 238.

F

Fernando de la Cerda, infante de Castela (neto de São Luís): 691, 695.
Fernando I, o Grande, rei de Castela: 149, 698.
Fernando I, rei da Sicília: 696.
Fernando I, rei de Aragão: 695.
Fernando II, o Católico, rei de Aragão: 589, 592, 695.
Fernando III, rei de Castela, São (primo de São Luís): 67, 113, 218, 252, 309, 588, 590, 600.
Fernando, conde do Flandres: 169.
Fernando, infante de Castela (genro de São Luís): 455, 600, 637, 691.
Filipa de Lancaster, rainha de Portugal: 694.
Filipe da França (irmão de São Luís): 127, 147.
Filipe Dagoberto da França (irmão de São Luís): 147.
Filipe Hurepel, conde de Bolonha (tio de São Luís): 155, 156, 168, 172.
Filipe I, rei da França: 63, 64, 136, 137, 143, 155, 589.
Filipe II, Augusto, rei da França (avô de São Luís): 64, 102, 127, 128, 139-143, 146-148, 150-152, 155, 156, 161, 164-166, 180, 195, 204, 207, 214, 215, 220, 246, 300, 332, 471, 492, 494, 496, 507-509, 511, 526, 534, 538, 561, 566, 570, 574, 582, 583, 585, 596, 597, 601, 625, 673, 741.
Filipe III, rei da França (filho de São Luís): 143, 195, 226, 309, 337, 339, 349, 369, 371, 385, 404, 445, 450, 453, 454, 457-459, 463, 478, 422, 534, 587, 591, 592, 596, 600, 608, 622, 633, 635, 637, 642-644, 649, 651, 653-655, 667-672, 676, 680, 683, 690, 694, 695, 698, 709, 741.
Filipe IV, o Belo, rei da França (neto de São Luís): 32, 143, 182, 216, 457, 459, 463, 469, 535, 684-686, 688, 690, 693, 701, 702, 704, 711.
Filipe VI, rei da França (bisneto de São Luís): 702.
Francisco de Assis, São: 24, 27, 112, 228, 399-411, 413-419, 428, 429, 436-439, 462, 466, 479, 500, 554, 723.
Frangipani, Romano, Cardeal: 156, 159, 537.
Fredegunda, rainha da França: 582.
Frederico I, Barbaroxa, imperador: 63, 246, 249, 566.
Frederico II, imperador: 99, 205, 215, 216, 218, 229, 240, 241, 246, 255, 259, 260, 279, 301, 353, 498-505, 535, 540, 553, 554, 604, 630, 697.

G

Gautier, arcebispo de Sens: 192, 354.
Gelásio I, São, papa: 40, 541.
Gelásio II, papa: 138.
Gêngis-Khan: 546, 547.
Genoveva, Santa: 130, 149, 370, 371, 658, 707.
Geoffroy de Beaulieu (confessor de São Luís): 31, 162, 163, 173, 184, 286, 297, 303, 305, 310, 311, 315, 334, 336, 337, 342, 344-346, 349, 351, 352, 358, 360-363, 365, 366, 368, 406, 413, 415, 416, 427, 446, 451, 453, 457, 458, 462, 466, 473, 474, 476, 492, 496, 517, 550, 556, 612, 615, 631, 633, 645, 646, 652, 653, 655, 658, 659, 665, 667, 671-673, 680, 692, 717.
Geoffroy de Vêndome: 107.
Gertrudes, a Grande, Santa: 113.
Gilberto de Nogent: 115.
Godofredo de Bulhão: 237, 248, 252, 485.
Graciano: 118.
Gregório de Tours, São: 47.
Gregório I Magno, papa, São: 46, 47, 377, 478.
Gregório IX, papa: 65, 183, 189, 201, 203, 204, 216, 402, 403, 498-501, 503, 538-540, 554, 560.
Gregório VII, papa, São: 52, 56, 61, 64, 92, 99, 108, 111, 216, 235, 541.
Gregório VIII, papa: 239.

Digitalizado com CamScanner

Gregório X, papa, Beato: 31, 631, 679-681.
Guilherme (Guillaume) de Chartres (capelão de São Luís): 31, 280, 286, 307, 342, 352, 362, 363, 368, 378, 414, 427, 428, 441, 489, 492, 533, 543, 559, 560, 624, 653, 667, 674, 677, 680, 692.
Guilherme (Guillaume) de Nangis: 32, 144, 169, 170, 181, 188, 206, 209, 212, 220, 284, 285, 307, 314, 315, 334, 421, 472, 518, 595, 639, 651, 658.
Guilherme (Guillaume) de Saint-Pathus: 32, 174, 175, 177, 281, 338, 341, 342, 344, 345, 349, 350, 359-361, 364-368, 376, 385, 386, 410, 412, 417, 419-421, 424, 429, 430, 433, 434, 437, 441, 447, 466, 474, 488, 492, 521, 523, 527, 544, 623, 624-626, 628, 676, 717.
Guilherme de Auvérnia, bispo de Paris: 196.
Guilherme de Champeaux: 160.
Guilherme de Rubruck: 549, 612, 689.
Guilherme de Sonnac: 263.
Guilherme I, o Conquistador, Rei da Inglaterra: 64, 76, 589.
Guilherme I, Rei da Escócia: 68.
Guilherme X, Duque da Aquitânia (trisavô de São Luís): 63.
Guilherme, arcebispo de Valença: 190, 192.
Guy de Melun: 259.
Guy Foulques: ver Clemente IV, papa.

H

Haakon IV, rei da Noruega: 12, 219, 599.
Haakon V, rei da Noruega: 686.
Haroldo I, rei da Dinamarca: 53.
Haroldo III, rei da Dinamarca: 108.
Henrique I, rei da França: 135, 136, 143, 155, 582.
Henrique I, rei da Inglaterra: 697.
Henrique I, rei do Chipre: 251.
Henrique II, imperador, Santo: 114, 135.
Henrique II, rei da Inglaterra (bisavô de São Luís): 63, 64, 138, 140, 146.
Henrique II, rei da Sicília: 66.
Henrique II, rei de Castela: 694, 697.
Henrique III, rei da Inglaterra: 148, 151, 152, 166, 170, 204, 206, 207, 291, 309, 332, 433, 592-595, 597, 598, 604, 605, 607, 608, 617, 630, 636, 670, 692, 707, 742.
Henrique III, rei de Castela: 695.
Henrique IV, imperador: 52, 56, 216.
Henrique V, conde do Luxemburgo: 606.
Henrique V, imperador: 52, 63.
Hermann, conde da Turíngia: 200, 201, 404.
Hildegarda de Bingen, Santa: 113, 118.Honório III, papa: 152, 166, 240, 320, 499.
Honório IV, papa: 683.
Hugo Capeto, rei da França: 88, 94, 134-137, 141, 143, 144, 506, 582, 698.
Hugo de Cluny, São: 111.
Hugo de Digne: 472, 487-489.
Hugo de São Vítor: 117.
Hugo IV, duque da Borgonha: 156, 527.
Hugo X de Lusignan: 204-206, 209, 224, 506.
Hugo XI de Lusignan: 204.
Hugo, bispo de Lincoln, São: 76.
Hugo, o Grande, duque dos francos: 134, 582.
Hulegu, khan mongol: 612.

I

Inês de Merânia, rainha da França: 147, 155.
Inês de Praga, Santa: 113.
Inês, duquesa da Borgonha (filha de São Luís): 186, 445, 455, 456, 603, 638, 692, 698, 700.
Ingeborg da Dinamarca, rainha da França: 102, 147.
Ingo II, rei da Noruega: 68.
Inocêncio II, papa: 138.
Inocêncio III, papa: 56, 61, 63-66, 71, 142, 143, 147, 152, 239, 240, 400, 499, 541, 522, 606, 723.
Inocêncio IV, papa: 215-218, 222, 228, 229, 301, 320, 383, 433, 461, 487, 501, 502, 540, 541, 547, 561, 610.
Inocêncio V, papa: 681.
Iolanda, condessa de Nevers (nora de São Luís): 454.
Iolanda, rainha de Jerusalém: 241.
Isaac II, imperador bizantino: 240.
Isabel da Hungria, Santa: 113, 200, 201, 403, 404, 438.
Isabel de Aragão, rainha da França (nora de São Luís): 454, 457, 591, 592, 600, 671, 690.
Isabel I, a Católica, rainha de Castela: 303, 695.
Isabel, rainha de Jerusalém: 103.
Isabella da França, rainha da Inglaterra (bisneta de São Luís): 103, 692, 694.
Isabella da França, Santa (irmã de São Luís): 147, 152, 176, 204, 424, 458, 461, 462, 504, 638.
Isabella de Angoulême, rainha da Inglaterra: 204-207, 209.
Isabella de Hainaut, rainha da França (avó de São Luís): 141, 191.

Isabella, rainha de Navarra (filha de São Luís): 196, 226, 309, 385, 445, 454, 455, 459, 463, 600, 608, 653, 654, 691.
Isidoro de Madri, Santo: 45, 47, 91, 452.
Isidoro de Sevilha, Santo: 112.
Ivo de Chartres, São: 118.
Ivo de Kemartin, São: 113.

J

Jacques de Vitry, cardeal-bispo de Frascati: 571.
Jaime I, rei da Escócia: 694.
Jaime I, rei de Aragão: 67, 206, 218, 454, 598-592, 636, 637.
Jean de Choisy: 368, 463.
Jean de Joinville: 32, 86, 162-164, 167, 175, 176, 181, 194, 196-201, 208, 212, 213, 219-221, 228, 231, 243, 248, 251, 253, 254, 256, 258, 263, 265, 266, 269, 271, 273, 279, 284, 287-291, 293, 295, 298, 305, 306, 308, 310, 312-314, 326, 327, 329, 332, 333, 336, 338, 339, 359, 360, 365, 367-370, 385, 411, 422, 423, 425, 427, 443-445, 448, 449, 455, 460, 461, 463-466, 487, 488, 493, 494, 515, 517, 522-524, 529, 536, 537, 546-548, 555, 556, 569, 570, 593, 600, 603, 610, 614, 622, 632, 633, 634, 640, 641, 683, 684, 693, 704, 705, 717, 720, 721.
Jean de Nesle, conde de Soissons: 190.
Jean Sarrasin: 75, 245, 248, 254, 257, 267-269, 272, 292, 295, 529.
Joana Beaufort, Rainha da Escócia: 694
Joana d'Arc, Santa: 707, 710, 713, 714.
Joana de Valois, Santa: 697.
Joana I, rainha de Navarra e da França: 32, 103, 459, 693, 720.
Joana II, rainha de Navarra (trineta de São Luís): 103.
Joana Manuel, rainha de Castela (trineta de São Luís): 694, 695.
Joana, condessa de Blois (nora de São Luís): 454.
Joana, condessa de Toulouse (cunhada de São Luís): 171, 172, 199, 203, 274, 301, 459, 553, 608, 61.
João da França (filho de São Luís): 196, 226, 274, 445, 452, 618, 637.
João da França (irmão de São Luís): 127, 147, 152.
João de Brienne, rei de Jerusalém: 156, 240.
João de Gante, duque de Lancaster: 698.
João de Ibelin, conde de Jafa: 258.
João de Salisbury: 76, 91, 108.
João I, duque de Brabante (genro de São Luís): 455, 691.
João I, rei de Castela: 695.
João I, rei de Portugal: 694.
João II, rei de Aragão: 592.
João Tristão, conde de Valois (filho de São Luís): 196, 274, 275, 310, 445, 454, 457, 603, 608, 633, 637, 642, 649, 651, 659, 669, 671, 678.
João VIII, Papa: 50, 57, 96.
João XII, papa: 55.
João XXI, Papa: 118, 681.
João XXII, Papa: 99.
João, Sem Terra, Rei da Inglaterra: 63, 67, 140, 141, 146, 148, 151, 170, 204-206, 229, 596, 605, 742.
Juliana de Liège, Santa: 114, 348.

L

Ladislau I, Rei da Hungria, Santo: 113.
Leandro de Sevilha, São: 45.
Leão III, Papa, São: 49.
Leão IX, Papa, São: 52.
Leonor da Aquitânia, rainha da França e da Inglaterra (bisavó de São Luís): 103, 127, 138, 146, 147, 238, 276, 301, 443, 593, 597.
Leonor da Inglaterra, rainha de Castela (avó de São Luís): 127, 146.
Leonor da Provença, rainha da Inglaterra (cunhada de São Luís): 103, 189, 210, 593-595, 597, 607, 742.
Leonor de Castela, rainha da Inglaterra: 103, 309, 607.
Leopoldo III, marquês da Áustria, São: 113.
Leopoldo VI, marquês da Áustria: 240.
Lesco I, grão-duque da Polônia: 68.
Lotário I, rei da França: 133, 155.
Luís da França (filho de São Luís): 196, 226, 309, 445, 452, 453, 493, 591, 600, 608, 617, 618.
Luís I, o Piedoso, imperador e rei dos francos: 49, 57, 132.
Luís II, o Germânico, rei da Alemanha: 57, 61, 91.
Luís II, rei da França: 132, 133.
Luís III, rei da França: 132, 582.
Luís IV, conde da Turíngia: 201.
Luís IV, rei da França: 134.
Luís V, rei da França: 88, 133-135.
Luís VI, rei da França (trisavô de São Luís): 97, 99, 137, 138, 143, 166, 168, 224, 300, 416, 471, 496, 525, 582.

Digitalizado com CamScanner

Luís VII, duque da Baviera: 687.
Luís VII, rei da França (bisavô de São Luís): 64, 99, 127, 138, 139, 143, 144, 146, 156, 214, 215, 220, 238, 248, 471, 492, 496, 511, 582, 595.
Luís VIII, rei da França (pai de São Luís): 23, 128, 141-143, 145, 147, 148, 150-156, 164-166, 168, 171, 177, 180, 196, 202, 214, 215, 399, 461, 496, 507, 538, 552, 561, 582, 583, 629, 673, 687, 732.
Luís X, rei da França (bisneto de São Luís): 143, 693, 704, 720.
Luís, conde de Évreux (neto de São Luís): 685.
Lutgarda de Aywieres, Santa: 114.

M

Mafalda de Portugal, Rainha de Castela, Beata: 113.
Maiolo de Cluny, Santo: 111, 235.
Manfredo, Rei da Sicília: 461, 591, 592, 647.
Maomé: 99, 252, 254, 282, 284, 292, 296, 498, 550.
Margarida, duquesa de Brabante (filha de São Luís): 196, 445, 455, 603, 648, 691.
Margarida da Hungria, Santa: 113.
Margarida de Baden: 695.
Margarida de Cortona, Santa: 113.
Margarida da Provença, rainha da França (esposa de São Luís): 26, 32, 187, 189-199, 220, 223, 250, 253, 254, 274-276, 285, 287, 288, 295, 297, 306, 309, 310, 314-316, 342, 352, 355, 360, 442-451, 453, 454, 457, 460, 475, 489, 531, 548, 576, 577, 591, 593-595, 607, 618, 637-639, 672, 690-691, 693, 726, 727, 742.
Margarida da França, rainha da Inglaterra: 694.
Maria da Hungria, rainha de Nápoles: 103.
Maria de Brabante, rainha da França (nora de São Luís): 690.
Maria de Molina, rainha de Castela: 103.
Martinho de Braga, São: 45.
Martinho IV, Papa: 517, 540, 557, 632, 633, 681, 682, 683.
Mateus Paris: 31, 159, 162, 170, 213, 214, 217-220, 264, 277, 282, 283, 285, 300, 329, 334, 355, 442, 530, 550, 594, 608, 609, 614, 685.
Matilde da Frísia, rainha da França: 582.
Matilde da Inglaterra (trisavó de São Luís): 103.
Matilde de Brabante, condessa de Artois (cunhada de São Luís): 199, 274.
Matilde de Helfta, Santa: 113.
Matilde II, condessa de Bolonha: 529, 600.
Melisandra, rainha de Jerusalém: 103.
Milon de Nanteuil, bispo de Beauvais: 181.

N

Nantilde, rainha dos francos: 582.
Nicolau I, papa, São: 50, 519.
Nicolau III, Papa: 681.
Nicolau IV, Papa: 683.
Norberto de Xanten, São: 51, 111.
Nur ad-Din, Emir de Damasco e de Alepo: 238.

O

Odo de Cluny, São: 111.
Odo, Rei da França: 133, 155, 582
Olavo I, rei da Noruega: 53.
Olávo, Rei da Suécia: 53.
Oto I, o Grande, Imperador: 55, 68.
Oto IV, Imperador: 63,68, 114.

P

Pascoal II, Papa: 52, 138.
Patrício da Irlanda, São: 45.
Pedro Damião, São: 51, 111.
Pedro de Verona, São: 113.
Pedro Hispano: v. João XXI, Papa.
Pedro II, rei de Aragão: 591.
Pedro III, rei de Aragão: 591.
Pedro Lombardo: 117.
Pedro Mauclerc, Duque da Bretanha: 166, 168-170, 204, 224, 262, 273, 278.
Pedro Nolasco, São: 114.
Pedro, conde de Alençon (filho de São Luís): 196, 310, 445, 454, 457, 603, 608, 633, 637, 642, 649, 653, 683, 691.
Pepino, o Breve, rei dos francos: 47, 48, 131, 132, 582.
Petronila, rainha de Aragão: 103.
Pierre de Chambly: 368, 463.
Pierre de Condet: 33, 644, 651, 656.
Pierre de Fontaines: 516, 523.
Pierre de Laon, camareiro real: 366, 368, 462, 629, 676.

R

Raimundo Berengário IV, conde da Provença (sogro de São Luís): 189, 442, 591.

Digitalizado com CamScanner

Raimundo II, visconde de Carcassone: 203.
Raimundo IV, conde de Toulouse: 249.
Raimundo Nonato, São: 114.
Raimundo VI, conde de Toulouse: 152, 552.
Raimundo VII, conde de Toulouse: 152, 153, 166, 171, 172, 190, 199, 202, 203, 210, 211, 220, 224, 300, 552, 553.
Raul, rei da França: 133.
Reinaldo de Châtillon, príncipe de Antioquia: 249.
Reinaldo de Vichiers: 295.
Remígio de Reims, São: 44, 130, 143, 157, 277, 426, 583, 711.
Renaud, senhor de Pons: 209.
Ricardo de São Vítor: 117.
Ricardo I, Coração de Leão, rei da Inglaterra (tio-avô de São Luís): 140, 146, 239, 246, 248, 281, 299, 742.
Ricardo, conde da Cornualha: 203, 604, 608.
Robert de Sorbon: 374, 462, 464, 465, 517, 573, 574, 692.
Roberto da França (neto de São Luís): 457.
Roberto de Molesme, São: 51, 111.
Roberto I, conde de Artois (irmão de São Luís): 147, 152, 177, 190, 191, 199, 215, 220, 250, 262-267, 274, 300, 301, 328, 354, 441, 458, 459, 629.
Roberto I, rei da França: 133, 134, 155.
Roberto II, conde de Artois (sobrinho de São Luís): 459, 633, 649.
Roberto II, duque da Borgonha (genro de São Luís): 455, 692.
Roberto II, o Piedoso, rei da França: 135-137, 143, 582, 629, 741.
Roberto, conde de Clermont (filho de São Luís): 196, 374, 424, 445, 454, 603, 637, 643, 692, 694, 698, 700, 705.
Romualdo de Ravena, São: 51.
Rosa de Viterbo, Santa: 503.

S

Saladino, Sultão do Egito e da Síria: 238, 239, 242, 247, 249, 281, 299.
Salimbene de Parma: 191, 228, 327, 499.
Sancha da Provença (cunhada de São Luís): 189, 203, 594, 609.
Sancha de Portugal, Beata: 113.
Sancho II, rei de Portugal: 63, 218, 600.
Sancho III, rei de Castela (bisavô de São Luís): 189.
Sancho IV, rei de Castela: 691.
Sancho VII, rei de Navarra: 67.
Sartaq, khan mongol: 548, 549, 612.
Sibila, Rainha de Jerusalém: 103.
Sigurdo I, Rei da Noruega: 248.
Silvestre II, Papa: 51.
Simão de Montfort, conde de Leicester: 605.
Simão IV, conde de Montfort: 152, 203, 552.
Simão Stock, São: 114.
Simon de Brie: v. Martinho IV, Papa.
Simon II de Clermont, Senhor de Nesle: 517, 531, 638, 683.

T

Teobaldo de Marly, Santo: 114.
Teobaldo II, conde de Bar: 606.
Teobaldo II, rei de Navarra (genro de São Luís): 428, 430, 455, 459, 463, 517, 577, 600, 606, 608, 629, 633, 645, 651, 653, 666, 671, 691.
Teobaldo III, conde de Champagne: 239.
Teobaldo IV, conde de Champagne: 159, 168, 169, 180, 195, 196.
Teodoro de Celles, Beato: 243.
Teotônio de Viseu, São: 111, 423.
Teresa de Leão, condessa de Portugal: 103.
Teresa de Portugal, rainha de Leão, Beata: 112.
Tomás Becket, São: 112, 127, 139.
Tomás de Aquino, Santo: 24, 113, 114, 118, 374, 375, 402, 574, 575, 577.
Torlaco da Islândia, São: 113.
Turanshah, Sultão do Egito: 268, 271, 281-284, 294.

U

Ugolino, cardeal: ver Gregório IX, Papa.
Urbano II, Papa, Beato: 52, 61, 137, 232, 235-237, 710.
Urbano III, Papa: 97, 574.
Urbano IV, Papa: 99, 108, 348, 450, 461, 540, 541, 611, 630.
Urraca I, Rainha de Leão e Castela: 103.

V

Valdemar II, rei da Dinamarca: 68.
Vincent de Beauvais: 377, 576, 577, 585, 619.
Violante da Hungria, rainha de Aragão: 454.

Z

Zengi, Atabegue de Alepo: 238.
Zita de Lucca, Santa: 113.

Digitalizado com CamScanner

CARAVELAS
EDITORA

Um agradecimento especial à Equipe da Editora Caravelas

Sem vocês, milhares e milhares de brasileiros não poderiam navegar pela verdadeira História. Esses são nossos votos de amizade, gratidão e reconhecimento pelo trabalho dos bastidores, por estarem conosco nessa Caravela.

Expedito Arantes	*Editor-chefe*
Marcos Maria	*Revisor*
Miguel Frasson	*Diagramador*
Euller José	*Designer*
Joelson Martins	*Editor e Designer*
Caio e Carol Crispim	*Gerentes de Marketing e Comercial*
Diogo Carvalho	*Gestor de Projetos*
Lucas e agência OAK	*Gestor de Tráfego*
Gabrielly e Ghleysi	*Atendimento ao cliente*
João Augusto	*Programador e Gestor de Dados*
Vinicius Porto	*Gestor de e-mails e WhatsApp*
Paulo Mendes	*Coordenador de Logística*

Agradecimento ao Centro Dom Bosco

A publicação deste livro pela Editora Caravelas só foi possível graças à amizade e à confiança do autor, professor Lucas Lancaster, para conosco. Agradecemos também à generosidade do Centro Dom Bosco, que nos cedeu os direitos desta obra. Nosso reconhecimento especial vai ao presidente, Álvaro Mendes, ao vice-presidente, Bruno Mendes e ao coordenador de logística, Paulo Mendes. Aproveitamos para elogiar o excelente trabalho editorial realizado pelo Centro Dom Bosco — um verdadeiro exemplo e modelo a ser seguido. Muito do sucesso da Editora Caravelas se deve ao apoio que recebemos deles, seja por meio de conselhos, recomendações ou da parceria logística.

Que Deus os recompense abundantemente com Sua graça.

SÃO LUÍS

— O Rei da Coroa de Espinhos —

3ª Edição

Lucas Lancaster

Ano de publicação	2025
Tipologia	Cormorant Garamond, 12 pt.
Papel	Pólen Bold 70 g

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

"Se queremos penetrar nas lições de exemplo que nos dão estes santos leigos, basta-nos considerar o mais representativo, o príncipe que, de 1226 a 1270, ocupou – e com que soberana grandeza! – o trono da França: Luís, nono de nome, que, para a história, será sempre São Luís. Nele culminam e se realizam todas as virtudes que mil e duzentos anos de cristianismo fizeram germinar no homem. Ele domina e ilumina a sua época, a ponto de falsear um pouco a perspectiva e beneficiar com os seus méritos todo o século XIII [...] Aos olhos da posteridade, São Luís não se tornou somente o tipo ideal de homem que a Idade Média concebeu, mas também uma destas figuras insuperáveis que são, no decorrer dos tempos, os penhores da grandeza humana. É preciso falar dele com um sentimento de respeito e de verdadeira afeição. [...] Raras vezes um homem viveu na terra com uma convicção tão firme de em breve pertencer ao céu, mas também raramente um místico esteve tão próximo do real nem se embrenhou tão totalmente na ação. [...] Não tenhamos dúvidas: em qualquer condição em que se tivesse encontrado pelo nascimento, teria sido aquilo que acabamos de ver: um cristão perfeito, um justo segundo o coração de Cristo, um santo. A Providência fez com que, no posto que ocupou, a sua figura fosse especialmente significativa e luminosa. Reconhecemos nele o mais completo exemplo do que a fé cristã – essa característica dominante da Idade Média – podia fazer de um homem, quando ele se submetia inteiramente às exigências dessa fé e, por isso mesmo, atingia o ápice da condição humana".

- Daniel-Rops, "A Igreja das Catedrais e das Cruzadas".

CARAVELAS
EDITORA

WWW.CARAVELASEDITORA.COM

Digitalizado com CamScanner